

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

RENATA PRUDENCIO DA SILVA

**AS CIÊNCIAS DE AFRÂNIO PEIXOTO: HIGIENE, PSIQUIATRIA
E MEDICINA LEGAL (1892-1935)**

Rio de Janeiro

2014

RENATA PRUDENCIO DA SILVA

**AS CIÊNCIAS DE AFRÂNIO PEIXOTO: HIGIENE, PSIQUIATRIA
E MEDICINA LEGAL (1892-1935)**

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dra. Ana Teresa A. Venancio.

Rio de Janeiro

2014

RENATA PRUDENCIO DA SILVA
AS CIÊNCIAS DE AFRÂNIO PEIXOTO: HIGIENE, PSIQUIATRIA E
MEDICINA LEGAL (1892-1935)

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Teresa A. Venancio (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz) Orientadora.

Profa. Dra. Ana Maria Galdini Raimundo Oda (Departamento de Psicologia Médica e Psiquiatria da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp)

Profa. Dra. Bethania Gonçalves Figueiredo (Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais)

Prof. Dr. Flávio Coelho Edler (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz)

Profa. Dra. Maria Rachel Fróes da Fonseca (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz)

Prof. Dr. Marcos Chor Maio (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz)

Profa. Dra. Marta de Almeida (Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST)

Rio de Janeiro
2014

Ficha catalográfica

S586c Silva, Renata Prudêncio da.

As ciências de Afrânio Peixoto: higiene, psiquiatria e medicina legal (1892-1935). / Renata Prudêncio da Silva. – Rio de Janeiro: s.n., 2014. 361 f.

Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2014.

Bibliografia: f. 348-355.

1. Medicina. 2. Psiquiatria. 3. Higiene. 4. História. 5. Divulgação científica. 6. Peixoto, Afrânio, 1876-1947. 7. Brasil.

CDD 610

À minha mãe, meu pai, Fernanda e Pedro: família.

Agradecimentos

Meu maior agradecimento é para com Ana Teresa Venancio, que orientou não somente a pesquisa desta tese, mas todo meu percurso de pós-graduação. Agradeço pela disponibilidade, dedicação e paciência.

Agradeço aos professores do PPGHCS que fazem das aulas momentos de diálogo e trocas de ideias.

Agradeço a todos os funcionários pela contínua boa vontade em ajudar, especialmente ao Paulo e Maria Cláudia da secretaria acadêmica, mas também aos funcionários da Biblioteca e Xerox.

Agradeço a Sueli Seixas, diretora da Casa de Afrânio Peixoto em Lençóis - BA, pela recepção e auxílio na pesquisa realizada naquele acervo.

Agradeço por fim a Capes pelo financiamento entre agosto de 2010 a março de 2014.

RESUMO

O objetivo desta tese é analisar a trajetória de Afrânio Peixoto (1876-1947) nos espaços médicos e científicos brasileiros entre o final do século XIX e início do século XX, de maneira a conhecer a concepção de ciência que divulgava e os modos como atuava. Construir a análise a partir da trajetória de Afrânio Peixoto permitiu não somente avaliar suas filiações, como também os pontos de vista aos quais se opunha, de forma a conhecer os diferentes eixos que estruturavam as arenas científicas as quais se dedicou – higiene, psiquiatria e medicina legal – e contribuir para a apreciação da história destes campos no Brasil das primeiras décadas do século XX. O recorte considerado compreende a entrada de Afrânio na Faculdade de Medicina da Bahia (1892) e seu desligamento do projeto da Universidade do Distrito Federal (1935). Minha análise toma como eixo as publicações científicas de Peixoto, seus manuais e artigos científicos. Este material é contextualizado em sua trajetória, ou seja: por um lado considero o momento em que foram escritos no que concerne a seus vínculos ou demandas institucionais, por outro lado ressalto as especificidades daquele cenário, as transformações sociais que ocorreram no bojo da república e a necessidade de responder sobre os meios de construir uma nação e povo civilizado. Demonstro assim, os modos pelos quais o cientista-literato Afrânio Peixoto participou da construção dos campos médicos citados e como, neste processo, divulgou e afirmou seu compromisso explícito com um ideal patriótico de conhecer a realidade da população brasileira para gerar respostas a seus dilemas por meio de um saber genuíno aqui produzido.

ABSTRACT

The objective of this thesis is to analyze the trajectory of Afrânio Peixoto (1876-1947) in the Brazilian scientific and medical areas between the late nineteenth century and early twentieth century, in order to know the conception of science that he promoted. The analysis of the trajectory of Peixoto permits to assess not only their affiliations as well as the points to which he opposed in order to know the different axes that structured the scientific arenas which he worked - hygiene, psychiatry and forensic medicine - thus contributing to the appreciation of the history of these fields in Brazil. The survey comprises his entrance to the Faculty of Medicine of Bahia (1892) and his shutdown of the Federal District University project (1935). My analysis takes as axis his scientific publications, their textbooks and scientific papers. This material is contextualized in its trajectory. On the one hand I consider the moment which they were written in regard to their ties or institutional demands. Furthermore, I analyze the specificities of that scenario, the social transformations that occurred in the wake of the republic and the need to address about the means of build a nation and civilized people. I demonstrate that science promoted by Afrânio Peixoto had an explicit commitment to a patriotic ideal to know the reality of the Brazilian population to generate answers to their dilemmas using a native know.

Lista de Imagens

Foto de Afrânio Peixoto por ocasião do concurso para a FMRJ.....	55
Foto de página do diário de Afrânio Peixoto aos 11 anos (3 de maio de 1888).....	61
Foto de página do diário de Afrânio Peixoto aos 11 anos (7 de setembro de 1889).....	62
Carta da Companhia Editora Nacional (1 de maio de 1928).....	67
Imagem da Livraria Garnier.....	69
Documento da Livraria Francisco Alves sobre a conta de parceria com Peixoto.....	76
Propaganda do romance Sinhazinha no jornal Correio da Manhã.....	85
Carta da Companhia Editora Nacional (24 de dezembro de 1927).....	87
Folha de rosto do livro “Sexologia Forense” (1934).....	94
Folha de rosto de “The brazilian year book” (1908).....	105
Ilustrações do livro “Noções de Higiene”.....	118-120
Projeto de emenda da Constituição de 1925.....	127
Foto Sala de electrotherapia.....	213
Retrato Signalético obtido em Films cinematographico de 8M/m de largura (Imagens de pesquisa de Peixoto em 1911).....	298
Impressões digitais obtidas pelo novo processo de registro ‘photo-papilar’ Imagens de pesquisa de Peixoto em 1911).....	298
Foto de Peixoto na inauguração das novas instalações do Instituto de Identificação do Distrito Federal (5 de novembro de 1931).....	315

Lista de Quadros

Panorama dos textos sobre Afrânio Peixoto.....	13
Relação das edições dos romances de Afrânio Peixoto.....	79-80
Edições dos livros didáticos e científicos de Afrânio Peixoto.....	88
Obras publicadas na coleção “Biblioteca de Cultura Científica”.....	95
Conjunto das obras higiênicas de Afrânio Peixoto (1900 – 1931).....	101
Doenças descritas por Afrânio Peixoto.....	139
Estrutura do curso médico dado pelo Decreto nº 7247/1879.....	181
Estrutura do curso médico dado pelo Decreto nº 8.024/1881.....	182
Disciplinas do Curso de Ciências Jurídicas.....	186
Obras psiquiátricas de Afrânio Peixoto.....	188
Classificação do Professor E. Kraepelin.....	197
Estrutura do HNA em 1904-1905.....	210
Obras de Afrânio Peixoto em medicina legal, área forense e criminologia.....	250
Repartições da polícia no Distrito Federal (1900).....	252
Estrutura do Gabinete Médico Legal do Distrito Federal (1900).....	253
Levantamento de Peixoto (1898) acerca dos diagnósticos de epilepsia.....	257
Comparativo do Conteúdo das obras Elementos de Medicina Legal (1914, 2ª Ed.), Psico-Patologia Forense (1916, 1ª ed.) e Medicina Legal: Medicina Forense e Psico-Patologia Forense (1935/7ª ed.).....	300
Síntese das escolas criminais em Peixoto (1916).....	317
Leitura de Peixoto acerca das teorias criminais.....	319

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo 1: Ciência versus Letras? : relações sociais, espaços coletivos e produção editorial.....	32
1.1 Academia Brasileira de que?.....	41
1.2 Medicina experimental, medicina tropical e o Brasil como nação.....	48
1.3 A produção editorial em uma trajetória científica e literária.....	52
1.3.1 As obras ficcionais de Afrânio: relações sociais e mercado editorial.....	54
1.4 Sucesso de público e crítica: A Esfinge (1911).....	73
1.5 Os livros didáticos de Afrânio Peixoto.....	88
Capítulo 2: A Higiene segundo Afrânio Peixoto.....	101
2.1 Que higiene é essa?.....	110
2.2 Uma defesa do clima e da natureza brasileiros.....	127
2.3 O Problema Sanitário da Malária (1917-1925): controvérsias.....	139
2.4 Mais uma controvérsia: a doença de Chagas na berlinda (1919-1925).....	153
Capítulo 3: A psiquiatria de Afrânio Peixoto: Discussões teóricas e instituição de práticas.....	177
3.1. A constituição de um cenário: um hospital e uma cátedra.....	178
3.2. Conceitos e filiações: Juliano Moreira, Kraepelin e a degenerescência de Morel.....	187
3.3 Da Bahia ao Rio de Janeiro: Afrânio Peixoto médico e diretor do HNA.....	199
3.4 As reformas do HNA: um relatório na história.....	205
3.5 Discutindo classificações diagnósticas: paranoia, epilepsia e loucura maníaco-depressiva.....	217
Capítulo 4: Uma medicina para “dizer à justiça sua opinião”: conceitos e técnicas para a prática médico-legal.....	248
4.1 A definição diagnóstica da epilepsia: causalidade, consciência e degeneração.....	253
4.2. O crime e sua relação com a epilepsia.....	260
4.3 A tanatoscopia judiciária e a normatização das práticas periciais.....	268
4.4. Direitos, deveres, delitos e provas.....	285
4.5. Elementos de prova: estigmas versus sinais e a conformação da identidade.....	293
4.6 Medicinal Legal ou Forense: os manuais e o ensino da especialidade no Curso de Medicina Pública.....	298
4.7. Crime, criminoso, delitos e penas.....	315
Considerações finais.....	336
Fontes e Bibliografia.....	341
Anexo I - Coleção de eventos da vida de Afrânio Peixoto entre 1876-1935.....	355

INTRODUÇÃO

O objetivo desta tese é analisar os modos pelos quais Afrânio Peixoto circulou pelos espaços científicos brasileiros da higiene, da psiquiatria e da medicina legal, especialmente do Rio de Janeiro, entre o final do século XIX e início do século XX. Nesta análise quero apreender as concepções de ciência que este médico veiculou em suas diversas atuações profissionais, observando-as em relação às concepções e práticas do campo médico-científico mais amplo no qual estava inserido. Busco assim analisar a atuação científica de Afrânio Peixoto nos campos da higiene, medicina legal e psiquiatria, entre os anos de 1892-1935, demarcando sua circulação entre as diversas instituições científicas da época, suas relações sociais com médicos e intelectuais e a concepção de ciência que ajudou a construir e divulgar no contexto brasileiro das primeiras décadas da república.

O recorte temporal da pesquisa compreende os anos de 1892, quando da entrada de Afrânio Peixoto na Faculdade de Medicina da Bahia, a 1935, período de seu afastamento do projeto da Universidade do Distrito Federal (UDF), da qual era o reitor¹. Não tratarei aqui do desmantelamento do projeto desta universidade, ou das mudanças políticas e administrativas que deslocariam a rede de relações da qual Afrânio fazia parte, transformando o cenário em que até então vivera. Tal conjuntura política diferenciada, sentida e registrada pelo próprio Afrânio Peixoto em algumas de suas cartas, é aqui tomada como momento de corte que parece ter transfigurado não somente o cenário político, mas também influenciado nos espaços e nas relações científicas existentes à época.

As bases das análises aqui empreendidas se constituem a partir do tema da trajetória, tomando como referências Françoise Dosse, Pierre Bourdieu e Giovanni Levi. Considero a questão do pertencimento do indivíduo no processo de desenvolvimento de campos e objetos científicos, a partir de conceitos como o de capital simbólico de Bourdieu, principalmente no que se refere à análise das disputas científicas das quais os indivíduos participam. Os conceitos acima servem como pilares desta tese, e deverão

¹ A Universidade do Distrito Federal foi criada em meados da década de 1930 no Rio de Janeiro. Idealizada por Anísio Teixeira, na época secretário da educação do governo Pedro Ernesto. Teixeira esteve envolvido com as ideias de renovação educacional propostas pelos pioneiros da educação nova. No entanto, as propostas deste projeto de universidade colidiram com os propósitos do governo federal daquele período, o que levaria ao desmantelamento da UDF e sua incorporação à Universidade de Brasil em 1939.

estar presentes guiando minha narrativa. Contudo, gostaria de explicitar meu posicionamento em relação a estes autores, aquilo de que me sirvo neste referencial teórico. Tal discussão compreende dois pontos, o primeiro trata do fazer da pesquisa e construção de análise que toma o indivíduo como referência, o segundo compreende os modos de autonomia do sujeito frente a sua estrutura social, sua autonomia. São leituras que auxiliaram na reflexão crítica sobre o jogo entre o indivíduo e a sociedade, entre a vontade e liberdade individual e o constrangimento das estruturas sociais em que qualquer ser humano se encontra.

Apesar de não possuir um esquema metodológico estruturado são inúmeros os trabalhos que discutem as benesses e os perigos do trabalho biográfico e de suas fontes privilegiadas, ou seja, os arquivos privados. Deste modo é recorrente que aos trabalhos biográficos se imputem advertências sobre suas ilusões e feitiços. Tal como ressalta Dosse, “para o historiador, a redação de uma biografia presta-se a toda sorte de desvios”². Os trabalhos mais recentes que discutem o método biográfico trazem duas referências principais, o artigo *A ilusão biográfica*, de Pierre Bourdieu (2005), e o artigo *Os usos da biografia*, de Giovanni Levi (2005). Ambos consideram a biografia sob a ótica que percebe o biógrafo como um indivíduo que está sempre prestes a cair no desvio, para utilizar uma idéia de Dosse. Isso explica o tom de advertência de seus textos, que são amplamente reproduzidos em outros diversos trabalhos que os tomam como referência.

Para Bourdieu (2005) a “ilusão biográfica” traduz a tendência dos biógrafos em tomar a trajetória de vida como um caminho ou um encaminhamento, um deslocamento linear, unidirecional e orientado³. Na lógica da ilusão biográfica tenderíamos a organizar os eventos de uma vida colocando-os em seqüências ordenadas, formando relações inteligíveis. Assim sendo, a vida organizada como uma história transcorreria “segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo”⁴. Esta perspectiva originaria o interesse de promover a **construção do sentido** da existência do sujeito, o que faria com que ambos tentassem extrair uma lógica retrospectiva e

² Dosse, François. O desafio biográfico: escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 208

³ Bourdieu, Pierre. A ilusão biográfica. In: *Usos e abusos da história oral*. Amado, Janaína; Ferreira, Marieta (coord.) – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 183.

⁴ *Ibidem*, p. 184

prospectiva, bem como uma constância no desenrolar dos acontecimentos. O resultado desta tendência seria o de construirmos relações artificiais de causa e efeito entre as etapas sucessivas da trajetória do indivíduo, lido no final como tendo um desenvolvimento necessário.

Segundo Bourdieu, as diversas construções de identidade e os modos oficiais de apresentação de si e de construção de uma imagem constante, não seriam suficientes para compreendermos a trajetória do indivíduo⁵. Torna-se necessário reconstruirmos o ambiente social da vida do indivíduo em questão, observando-se os eventos biográficos como deslocamentos no espaço social. Nesta perspectiva, os lances de uma vida, seriam modulados dentro dos “diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado”.⁶ A compreensão de uma trajetória só seria possível a partir da prévia construção dos estados sucessivos do campo em que esta trajetória se desenrolou, implicando assim na compreensão das relações objetivas que uniram o indivíduo aos pares de seu campo. Estas são considerações importantes, mas que foram, em meu trabalho, melhor compreendidas a partir das críticas que se seguem.

Dosse (2009) questiona o trabalho de Bourdieu, justamente por seu excesso de atenção a estruturação social e recusa da historicidade do sujeito, não o facultando qualquer tipo de pertinência. Chama, assim, atenção para a valorização dos esquemas estruturais, na perspectiva bourdieusiana, enquanto meio de explicar os deslocamentos de uma vida. A despeito desta estrutura rígida montada por Bourdieu, Dosse (2009) ressalta a postura de Jean-Claude Passeron⁷ (1991), em que este procuraria definir um meio termo entre o “radicalismo estrutural” e a “tentação de uma regressão infrassociológica”⁸.

Outra análise frequentemente encontrada nas discussões biográficas é o artigo *Os usos da biografia* de Giovanni Levi (2005). Neste texto o autor levanta a questão da possibilidade do trabalho biográfico, afirmando que seu maior obstáculo seria a crença dos historiadores em imaginar que os atores históricos obedeceriam a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado. Estas produções partiriam do princípio segundo o

⁵ *Ibidem*, p. 187

⁶ *Ibidem*, p. 190

⁷ Referência citada: Jean-Claude Passeron. “Biographies, flux, itinéraires, trajectoires”, em *Le raisonnement sociologique*, Nathan, 1991.

⁸ Dosse. O desafio biográfico. *op. cit.* p. 209

qual uma biografia articulária: cronologia ordenada, personalidade coerente e estável, bem como ações sem inércia e decisões sem incertezas⁹. Neste ponto Levi também acorda com a ideia de ilusão biográfica de Bourdieu, afirmando assim a necessidade de entendermos o contexto em que se insere o indivíduo biografado. Levi, ao mesmo tempo em que questiona a visão linear e continuísta da biografia também reflete sobre a importância das estruturas sociais, o que parece culminar em outra perspectiva sobre os modos de constituir redes entre os grupos sociais. Propõe então uma questão que me pareceu crucial em relação à trajetória de Afrânio Peixoto, isto é: como conhecer os modos pelos quais os indivíduos se definiriam em relação ao grupo ou se reconheceriam em uma classe?¹⁰

Considero este ponto capital, já que este trabalho parte de um período histórico em que o Brasil é caracterizado fundamentalmente pela transição e reinvenção de uma nova configuração social. Tais mudanças constituíram dispositivos de inúmeros projetos que procuravam dar conta de promover o futuro do país, transformando-o em uma nação civilizada. Deste modo, tanto para a confecção destes projetos, quanto para realizar a crítica da realidade social de então se fazia necessário escutar vozes abalizadas, tarefa colocada às classes intelectuais do período, indivíduos das letras e das ciências. Afrânio Peixoto representava a união de vários destes campos que a princípio poderíamos considerar como antagônicos, como a esfera médica-científica e a seara literária. Sua trajetória é assim objeto significativo para entendermos a contribuição dos indivíduos nas transformações dos modos de produção cultural no Brasil, bem como as possibilidades e limites deste cenário em mutação.

Problematizar a análise de uma trajetória permitiu passar de uma coleção de fatos e datas da trajetória de Afrânio para uma análise que implicasse tais acontecimentos em seu contexto mais amplo, ao mesmo tempo em que, perseguindo o recorte individual, pude vislumbrar os processos de tomada de decisão do indivíduo, negociadas frente ao seu grupo. O que se coloca aqui é que a partir do recolhimento dos fatos e dados da vida de um indivíduo podemos expandir a análise tanto em direção ao que diz respeito à estrutura social, política e econômica quanto buscarmos as idiosincrasias de sua trajetória, mapeando suas escolhas dentro das possibilidades estabelecidas. Neste sentido entendemos a pertinência das questões colocadas por Levi

⁹ Levi, Giovanni. Usos da biografia. In: *Usos e abusos da história oral*. Amado, Janaína; Ferreira, Marieta (coord.) – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 169

¹⁰ *Ibidem*, p. 173

na avaliação das possibilidades de uso da ferramenta biográfica, considerando, assim, as relações entre “normas e práticas”, “indivíduo e grupo”, “determinismo e liberdade”.¹¹

Dentre tais proposições o ponto que o distingue fundamentalmente de Bourdieu é sua percepção sobre a liberdade do indivíduo. Levi toma esta liberdade de um modo relativizado, pois seria socialmente determinada e conseqüentemente limitada. Entretanto, não deixa de considerar que exista sob algumas formas. A função do estudo de uma trajetória estaria justamente em poder avaliar os resultados das incoerências entre as normas e a diversidade de práticas, não se restringindo somente em descrever os momentos em que tais normas são efetivadas¹². No que diz respeito à compreensão dos tipos de racionalidade utilizadas na análise dos acontecimentos históricos, Levi parte do pressuposto de que construiríamos outras narrativas se conseguíssemos nos afastar dos esquemas funcionalistas, que segundo suas palavras: “supõe atores perfeitamente informados e consideram, por convenção, que todos os indivíduos tem as mesmas disposições cognitivas, obedecem aos mesmos mecanismos de decisão e agem em função de um cálculo, socialmente normal e uniforme, de lucros e perdas”¹³.

Levi compreende a relação entre indivíduo e grupo considerando o estilo próprio de cada época, ou o que chama de “um habitus resultante de experiências comuns e reiteradas”.¹⁴ O resultado destas concepções é a compreensão de um indivíduo capaz de exercer liberdade de escolha na medida em que pode manipular, interpretar e negociar as regras sociais, considerando ainda que tal liberdade adviria das incongruências da própria realidade, situações que provocariam ao fim e ao cabo as mudanças sociais. Deste modo, o que Levi faz é construir uma via de mão dupla onde deveríamos considerar tanto a ação do grupo sobre o indivíduo, quanto a pertinência deste sobre o grupo.

Segundo Figueirôa (2007) seria comum encontrarmos nos trabalhos que dissertam sobre os usos da biografia a noção de que esta serviria como um instrumento que permite uma análise mais complexa de contextos mais amplos, ou seja, uma ferramenta que permite transitar entre as grandes estruturas sociais. Contudo afirma que seria frequente a abordagem *sanduíche*, onde se sobrepõe sem interconexões, contexto, vida individual e mais um pouco de contexto, este último representando um pano de

¹¹ *Ibidem*, p. 179

¹² *Ibidem*, p. 180

¹³ *Ibidem*

¹⁴ *Ibidem*, p. 182

fundo e não uma parte indissociável da trama biográfica¹⁵. Isto é tanto mais problemático quando tratamos da trajetória de cientistas, onde, por força da própria dinâmica dos campos especializados, existiria a tendência a descolarmos estes personagens tanto de sua esfera privada quanto dos aspectos externos da ciência, para que apareça o homem de ciência obediente aos preceitos de neutralidade científica.

Neste trabalho busquei o estudo de uma trajetória objetivando compreender como o contexto configurava o indivíduo e como este atuava sobre o cenário de sua época. Ainda neste diálogo entre contexto *versus* vida individual, é importante ressaltarmos a complexidade do período que tem sido amplamente tomado como objeto historiográfico. Trata-se do cenário brasileiro da transição do século XIX para o século XX, cujos acontecimentos que então orbitavam nesta primeira república eram múltiplos e representativos de um engajamento particularmente relevante dos intelectuais e cientistas da época. Tais personagens defendiam os mais diversificados projetos, que convergiam na justificativa amplamente utilizada de civilização da sociedade brasileira. Deste modo, entender o contexto aqui significa mais do que construir o cenário por onde Afrânio circulou, como também perceber os elementos disponíveis bem como as escolhas que fez, e, com isso, observar seu modo de interpretar o mundo e as expectativas que tinha em relação ao seu futuro e ao do país.

Ademais, nos deparamos com eventos cuja correlação possível não existe, senão pelo fato de ter sido vivido e experimentado pelo mesmo indivíduo. Se nos perguntássemos qual a relação entre a psiquiatria de Kraepelin, o Egito e o projeto da Universidade do Distrito Federal (UDF) o único denominador comum possível seria o próprio Afrânio Peixoto, que no primeiro caso foi um divulgador, juntamente a Juliano Moreira, da psiquiatria científica no Brasil, no segundo caso escreveu o romance *A esfinge* problematizando a relação entre gêneros inspirado na figura enigmática da esfinge em sua viagem ao Egito em 1911, e no terceiro caso foi o reitor da UDF, projeto de universidade com vistas a formar a intelectualidade brasileira em meados da década de 1930.

Lidar com as fontes que dizem respeito à trajetória de Peixoto requer um exercício intenso de seleção e síntese. Afrânio viveu setenta anos, produzindo intensamente por aproximadamente cinquenta. É possível encontrar referências a seus

¹⁵Figueirôa, Silvia F. de M. A propósito dos estudos biográficos na história das ciências e das tecnologias. *Fênix – Revista de história e estudos culturais*. Jul./Ago./Set. de 2007, v. 4 ano IV, nº3. p. 6

textos em ampla diversidade de trabalhos que se dediquem à análise dos acontecimentos nas três primeiras décadas do século passado. Desta forma, lidar com a produção intelectual de Peixoto requer recortar objetos e referências. Aqui, o trabalho diz respeito a sua trajetória científica – especialmente em relação às ciências médicas –, o que me remete a reflexão de Figueirôa (2007), sobre a importância dos estudos biográficos como ferramentas para a compreensão do próprio campo científico na medida em que auxiliariam no entendimento dos padrões mais gerais do desenvolvimento de ideias, práticas e papéis culturais e políticos da ciência e, poderíamos dizer, dos próprios cientistas.

Esta é uma assertiva pertinente em relação aos intelectuais e cientistas contemporâneos a Afrânio Peixoto, isto por que naquele período, tal como veremos, era destes indivíduos que partiam as críticas e proposições de soluções para os problemas sociais do país. Tais intelectuais se constituíam em grupos consideravelmente heterogêneos, mas que, no final das contas, confluíam para o mesmo objetivo: a civilização do povo e a modernização da nação. Neste sentido o que podemos perceber é que as disputas não se davam pelo objetivo final, mas sim pelos modos de alcançá-los, o que revela os sentidos diversos acerca da noção de civilização.

É frente a esse contexto que é possível entender a assertiva de Corrêa quando esta nos diz que nossos intelectuais eram, em um amplo sentido, políticos¹⁶. Isto por que suas atuações estariam de acordo com os condicionamentos do momento, respondendo a interesses determinados, bem como à situação da própria ciência no período histórico em que viveram. Ainda segundo a autora, estes intelectuais por vezes recorriam a fundamentos teóricos da ciência que professavam, e por outras recorreriam aos interesses políticos ou projetos institucionais que desejavam realizar.

É nesse contexto diversificado que procuro entender as posições assumidas por um ator social como Afrânio Peixoto ao transitar entre o mundo das letras e o das ciências, gerando posicionamentos, por vezes, contraditórios. Isso porque, acompanhando sua trajetória, o descobrimos em um determinado momento defendendo a convivência pacífica e complementar entre ciência e literatura¹⁷, ao mesmo tempo em

¹⁶ Corrêa, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, BP: Edusf, 1998.

¹⁷ Primordialmente quando discursava a favor da eleição de médicos para a ABL, a despeito dos protestos da entrada de Oswaldo Cruz (1913). Momento em que afirmou não encontrar incompatibilidade entre a arte e a ciência.

que ressaltava o papel social imprescindível da ciência experimental – e também da ciência médica mais moderna para a formação da nação.¹⁸ Se continuarmos seguindo seus caminhos ainda poderemos constatar sua oposição às teorias médicas especializadas¹⁹ consideradas as mais atuais à época, as quais pareciam, no seu entender, não contribuir para a construção do lugar do Brasil no mundo civilizado²⁰. Contudo, no mesmo período, colaborava na constituição de especialidades médicas como a psiquiatria e a medicina legal, como veremos. Desta forma, percebo que somente ao considerar as implicações políticas dos projetos daquele período é que podemos compreender como um médico, que afirmava a possibilidade de um mesmo indivíduo transitar nos campos da arte e da ciência, ao mesmo tempo, ressaltava a especialização médica no que dizia respeito aos triunfos da medicina experimental e rechaçava um fruto deste processo, que seria a medicina tropical.

Tal percepção sobre sua trajetória pode ser frutífera em relação ao que Figueirôa²¹ coloca como um dos maiores desafios na produção de uma narrativa a respeito do lugar social de um indivíduo, particularmente de cientistas, ou seja, o de criar uma história coerente a partir de peças diversas entre si, a princípio aparentemente desconexas. No que diz respeito especificamente à trajetória de Afrânio Peixoto não encontraremos o exemplo de um percurso científico único, ainda que constituído sempre dentro do campo médico. Verificamos também em suas ações a defesa da importância da ciência na resolução de diferentes problemas nacionais, sempre realizando revisões do conhecimento necessário, tomando-o como instrumento para incidir sobre o mundo. Deste modo, ressalto que a coerência possível de ser estabelecida em sua carreira científica não passa pelos objetos sobre os quais se debruçou, mas pelo modo de tratá-los. A possibilidade de construção de um nexo para a trajetória de Afrânio Peixoto não se relaciona a qualquer homogeneidade de práticas, mas ao modo de operá-las, ou seja, cientificamente, e segundo a ideia que fazia de ciência. Tal como afirma Terall²², assim como há mais de um modo de escrever uma biografia, sempre existirá mais de um modo de ser um cientista.

¹⁸ Peixoto, A. *Discursos acadêmicos*. Tomo I, volumes I - II - III - IV - 1897/1919. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005.

¹⁹ Trata-se de sua oposição a noção de medicina tropical.

²⁰ Edler, Flávio. Medicina tropical: uma ciência entre a Nação e o Império. In: *Ciência, civilização e república nos trópicos: 1889 – 1930*. Heizer, A., Videira, A. (orgs.) Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010.

²¹ Figueirôa. A propósito dos estudos biográficos. *op. cit.*

²² Terrall, Mary. Biography as Cultural History of Science. *Isis*, v.97, 2, p.306–313, Jun 2006. p. 312

Responder quem foi o cientista Afrânio Peixoto implicou em dizer não somente de sua atuação científica já no Rio de Janeiro, mas percorrer sua constituição familiar na Bahia. Parti da suposição de que sua formação inicial trouxe implicações para suas escolhas futuras, como a escolha pela faculdade de medicina, e o suporte que teve em sua decisão de se mudar para o Rio de Janeiro, traços que foram importantes na reconstrução de sua história. No entanto, foi importante a percepção de que conquanto individual, sua trajetória não foi única, visto que entre seus pares foi possível encontrar diversos indivíduos que transitavam pelas mesmas searas, sujeitos que circulavam entre os campos da literatura e da ciência e que constituíram carreiras que perpassaram várias especialidades. Neste sentido destaco a assertiva de Mary Joe Nye²³, quando esta se refere ao que chamou de subjetividade interativa. Nye (2006) discute os diferentes modos de lidar com a diversidade de temas nas vidas dos personagens biografados *versus* a necessidade de organizar o texto, livro ou tese, em capítulos. Esta autora ressalta a biografia de Michel Polanyi, em que os autores também retratavam seu biografado como uma pessoa polivalente, de tal modo que poderia circular livremente do mundo da medicina e ciência para o domínio da arte e da literatura, caracterizando-o do seguinte modo: “he might return from the laboratory to care for his family, then turn his thoughts to poetry, art, literature, philosophy, politics or prayer”.²⁴ Indivíduos com tal trajetória intelectual transformam a necessidade de construir uma coerência sobre suas vidas, fazendo da estruturação da pesquisa e do texto um verdadeiro desafio. Assim, para Nye a cronologia seria apenas um dos modos de tratar os acontecimentos da vida do biografado, principalmente quando tais indivíduos são múltiplos, intelectual e profissionalmente. Alternativamente à cronologia existiriam alguns dispositivos para dar coerência à narrativa biográfica, elementos que serviriam para unificar a vida do biografado. É neste sentido que a autora afirma que “turning points, discovery dreams, or eureka moments also can be used to give drama to a narrative that otherwise would be fragmented (or dull)”.²⁵

Considerando a pertinência desta discussão, tentei construir esta tese em capítulos coerentes e inteligíveis, buscando transitar em dois níveis analíticos: o primeiro trata da origem, formação e relações de Afrânio Peixoto, delineando sua

²³ Nye, Mary Jo. Scientific Biography: History of Science by Another Means? *Isis*, v.97, 2, p. 322–329, Jun 2006.

²⁴ *Ibidem*, p. 326

²⁵ *Ibidem*, p. 327

ambiência social. O segundo nível trata especificamente de suas ideias divulgadas em seus trabalhos, privilegiando as relacionadas à Higiene, Psiquiatria e Medicina Legal. Entretanto, estes níveis não são tratados de modo estanque, pelo contrário, eles se justificam e se significam mutuamente, de modo que só é possível compreender sua atuação científica na relação com sua ambiência social. Do mesmo modo, sua atuação nos campos acima referidos só se separam para viabilizar a análise, isso por que em sua trajetória a Higiene, a Psiquiatria e a Medicina Legal eram campos que se atravessavam e se complementavam.

Cumpra ainda destacar que Afrânio Peixoto viveu e construiu sua personalidade a despeito das controvérsias que poderia causar, demonstrando por diversas vezes sua verve ácida e rápido raciocínio, se colocando em relação aos seus pares do modo que mais lhe convinha. Deste modo, a pretensão aqui é demarcar os meios pelos quais Peixoto definiu sua identidade e seus modos de sustentá-la nos embates com o social. Neste sentido reforço a necessidade de demarcar suas relações objetivas com o mundo, as diferentes posições que assumiu no cenário social articuladas à análise dos confrontos e negociações nestes diversos contextos que perpassou e que o perpassaram. Tal como já mencionado, Afrânio Peixoto esteve presente em diversos ramos da produção intelectual de início do século XX: higiene, medicina legal, psiquiatria, educação, literatura, história. A consequência mais nítida deste múltiplo pertencimento pode ser conferida pelos diversos trabalhos publicados sobre sua vida e obras, tanto em vida quanto após sua morte. Estes trabalhos constituem construções de memória e podemos dividi-los entre: a) os de seus contemporâneos, b) os de especialistas diversos que analisam sua participação em campos específicos e c) o trabalho do próprio Afrânio na construção e administração de sua imagem e história, por meio da manutenção de um arquivo pessoal e da escrita de textos autobiográficos.

Meu levantamento destas obras resultou num conjunto de vinte obras, das quais analisei dezesseis. Trata-se de um conjunto muito diversificado: alguns livros de fôlego, outros com análises mais restritas, artigos e comunicações são alguns exemplos. Sobre os autores, foi possível verificar que procedem dos campos médico, jurídico ou educacional, o que pode ser compreendido quando consideramos que estas foram as áreas onde Afrânio Peixoto mais transitou. Ainda é digno de nota, dado a variedade do conjunto de autores, que o volume e qualidade dos dados sobre os mesmos variem.

A elaboração dessas memórias de Afrânio Peixoto se iniciou quando ainda vivia, por meio de textos de seus contemporâneos, e se mantém por mais de seis décadas após sua morte. Os primeiros contam com duas obras, já os trabalhos publicados após sua morte são em número de quatorze e podem ser subdivididos em dois grupos. Um destes grupos se caracteriza por trabalhos que constroem uma história perspectivada a partir dos acontecimentos da vida e da obra de Afrânio Peixoto em si mesmos. O segundo grupo é constituído pelos textos que consideram tais acontecimentos articulando e discutindo-os na relação com o contexto social e político do período em que aconteceram. Deste modo, estes trabalhos se diferenciam uns dos outros não pelo conteúdo que apresentam – ainda que possam ser mais ou menos informativos sobre os mesmos eventos da vida de Afrânio Peixoto – mas pelo modo de inserir tais acontecimentos na história.

Encontramos nestes textos dois modos de apresentação de Afrânio Peixoto. O primeiro conjunto se caracteriza fundamentalmente em um culto à sua memória, onde os autores objetivavam primordialmente contar a sua história, seja como médico ou literato. O segundo conjunto de textos, além de partir de uma análise histórica mais complexa, considerando não somente os acontecimentos como também o contexto em que aconteceram, lidam com a figura de Afrânio de um modo diferenciado, já que não se trata simplesmente de contar toda a história de Afrânio Peixoto, mas de analisar sua contribuição para a história de campos de conhecimento específicos. A partir de então as análises aludem ao indivíduo, mas não se detém em sua história, senão para compreenderem, por exemplo, a história da medicina, a exemplo de M. Maio²⁶ que toma a vida de Afrânio Peixoto a partir de sua trajetória médica e intelectual ou F. Edler que entende atuação de Peixoto como exemplo da intervenção de uma elite médica sobre a sociedade brasileira²⁷. Encontramos ainda textos voltados à temática da história da educação, a exemplo dos trabalhos de Vieira; Roballo²⁸ e J. Gondra²⁹.

²⁶ Maio, Marcos Chor. “Afrânio Peixoto: notas sobre uma trajetória médica”. *Revista da SBPC*. n.º. 11, p. 75-81, 1994 e Maio, Marcos Chor. “Afrânio Peixoto: estratégias e desventuras de um intelectual na vida pública”. *Agora*. n.º 2, Niterói, 1994.

²⁷ Edler, Flávio C. Afrânio Peixoto: Uma cruzada civilizadora por la nación posible. *Revista Biomedica*. vol. 23 n.º3, 2012, p.122

²⁸ Vieira, Carlos E, Roballo, Roberlayne. História e história da educação no projeto de formação de professores na década de 30 no Brasil: problematizando as noções de Afrânio Peixoto. *Inter-Ação: Revista da Faculdade de Educação*. UFG, 32 (2): 243-259, jul./dez. 2007.

²⁹ Gondra, José Gonçalves. Temperar a alma, retemperar os músculos: Corpo e História da Educação em Afrânio Peixoto. IX Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino-americana, 2009.

Verifico nos trabalhos produzidos sobre os diversos aspectos da vida ou obra de Afrânio Peixoto uma maior recorrência de alguns de seus dados biográficos, como os relativos ao seu nascimento, sua origem familiar e a importância da figura paterna, o Capitão Francisco Afrânio Peixoto, reconhecido como *Pater optimus*³⁰, a transferência para o Rio de Janeiro, sua atuação na direção do Hospital Nacional de Alienados, sua entrada no mundo das letras e os romances publicados. A apresentação destas informações sobre a trajetória intelectual de Afrânio Peixoto, entretanto, encontram-se sempre vinculadas a determinadas perspectivas metodológicas, de tal modo que, tanto as intenções que movem os autores quanto suas concepções de história contribuem para o tipo de narrativa que constroem.³¹ Tais divergências na produção histórica fazem com que nos defrontemos com a construção de diferentes ‘verdades’, principalmente em relação à análise que os autores biógrafos constroem sobre alguns pontos considerados controversos – pelos próprios autores – da trajetória de Peixoto.

³⁰ Pena Jr, Afonso. Discurso do senhor Afonso Pena Júnior. In: Discursos Acadêmicos – Tomo III: 1936-1950. RJ: Academia Brasileira de Letras, 2007. p. 1104

³¹ Sacristán, Cristina. Historiografía de la locura y de la psiquiatria en México. De la hagiografía a la historia posmoderna. *Revista Frena*, vol. V, n. 1, 2005. Ao trabalhar com a historiografia da psiquiatria no México a autora afirma que fez sua escolha pela análise das tendências historiográficas, e não por temas de investigação, o que possibilita perceber os diferentes tipos de tratamento históricos, derivados de concepções históricas diversas, para os mesmo objetos.

Panorama dos textos sobre Afrânio Peixoto				
Período	Categoria	Sub-Categorias	Contextualização	Caracterização
Em vida	Memorialísticos: Costa (1920) Ramos (1936)	Vida e obra	Distinguem-se especialmente pelo vínculo da produção do texto a acontecimentos na vida de Afrânio Peixoto.	Podem ser caracterizados por meio de suas narrativas cronológica e linear. Tomam os acontecimentos em si, e não apresentam uma distinção precisa das fontes.
		Partes específicas da obra	Comentam determinados campos em que desenvolveu sua obra: literatura, medicina, etc.	
Pós-morte	Memorialísticos: Pena Jr. (1948) Ribeiro (1950) Ribeiro (1951) Meneses (1970) Peixoto (1976) Couto (1976) Sales (2001) Venancio Filho (2007) Lima (2008) Machado (2008)	Vida e Obra	Textos produzidos especialmente entre o período de sua morte e o centenário de nascimento (1948-1976)	Caracterizam-se por pretenderem abarcar as diversas facetas da atuação de Afrânio Peixoto, abordando suas obras literárias e científicas. Quanto às fontes, ressaltam-se as memórias pessoais.
		Partes específicas da obra	Textos produzidos recentemente, por autores que consideram a contribuição de Peixoto para algum campo de saber.	Narrativas marcadas por um tom laudatório. A trajetória de Afrânio Peixoto é perspectivada através de uma linha de sucessos, que não o relaciona ao contexto em que esteve inserido.
	Contextualizados Maio (1994a) Maio (1994b) Vieira, Roballo (2007) Gondra (2009) Edler (2012)	Partes específicas da obra	Produzidos a partir da década de 1990, abordam algum aspecto da obra de Afrânio Peixoto. São trabalhos de historiadores, educadores, etc.	Produzem uma análise histórica relacionando os fatos da obra de Peixoto com o contexto em que viveu. Enfatizam a contribuição de Afrânio Peixoto para o desenvolvimento de determinados campos, como a medicina e a pedagogia.

O primeiro texto escrito sobre Afrânio Peixoto, ainda em vida, foi *Afrânio Peixoto e sua obra*³² do português Fernandes Costas (1920), produzido por ocasião da candidatura de Peixoto ao cargo de sócio correspondente estrangeiro na classe de letras da Academia das Ciências de Lisboa.³³ O segundo³⁴ texto deste período – *Afrânio Peixoto e a escola Nina Rodrigues*³⁵ – é de Arthur Ramos (1903-1949) nascido em Pilar, estado de Alagoas, médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1926, com a tese *Primitivo e loucura*, onde teria se inspirado em estudos de Lucien

³² Costa, Fernandes. *Afrânio Peixoto e a sua obra*. Paris – Lisboa: Livraria Aillaud e Bertrand, 1920.

³³ Ainda que sem uma fonte mais detalhada, acredito que Fernandes Costas seja na verdade Francisco José Fernandes Costa (1857- 1925), jurista e político português. Deste modo seu relacionamento com Afrânio poderia ter se dado a partir da Academia de Ciências de Lisboa, da qual Fernandes Costa seria membro. Informações obtidas no site desta academia: <http://www.acad-ciencias.pt/>

³⁴ Além dos textos citados nesta seção encontramos, ainda deste período, os trabalhos de Giese (1932) e Bittencourt (1939).

³⁵ Ramos, Arthur. Afrânio Peixoto e a escola de Nina Rodrigues. *Separata da Revista Medica da Bahia*, n.12 Dezembro de 1936.

Levy-Brühl, Sigmund Freud e Carl Gustav Jung. Ainda na Bahia trabalhou como médico legista, o que teria contribuído para a produção de trabalhos que versavam sobre criminologia, medicina legal e psicopatologia forense. O relacionamento entre Peixoto e Ramos é notável pelos temas relacionados à medicina legal que compartilhavam, filiação também demonstrada através da indicação do primeiro para que o segundo ocupasse a vaga de professor de psicologia social na Universidade do Distrito Federal.³⁶

Como o título sugere, o trabalho de Arthur Ramos pretendia associar Afrânio Peixoto à Escola Nina Rodrigues, atualizando e divulgando a obra do próprio Nina, já que para Arthur Ramos “sem Afrânio Peixoto, a escola médico-legal de Nina Rodrigues não estaria vivendo hoje uma triunfante vida nacional e actual”³⁷. Sobre a relação de Afrânio Peixoto e Nina Rodrigues, Arthur Ramos ainda destaca os pontos que concernem à medicina legal, à cátedra e ao ensino da perícia. Deste modo sublinha a filiação de Peixoto à Nina Rodrigues em relação à psicopatologia forense, à criminologia, e à preocupação deste último com a assistência médico-legal aos alienados, visível em Afrânio Peixoto desde sua tese *Epilepsia e crime*. Além disto, observa o desejo de Nina Rodrigues em ver ampliado o escopo da medicina legal para além das “simples tarefas periciais”³⁸, o que teria sido levado a efeito por Afrânio anos mais tarde.

Corrêa³⁹, entretanto, demonstra que a razão do retorno aos questionamentos de Nina Rodrigues poderia ser encontrada mais na história dos membros da “escola” Nina Rodrigues, do que na obra que este deixou. Na contextualização das abordagens dos diversos discípulos de Nina Rodrigues – como Afrânio Peixoto, Oscar Freire, Leonídio Ribeiro, mas principalmente Arthur Ramos – Mariza Corrêa conclui que a retomada da imagem de Rodrigues dizia mais respeito à tentativa de legitimar o trabalho de um determinado grupo em sua oposição a outros, do que propriamente um empenho em dar

³⁶ A trajetória acadêmica de Arthur Ramos conta com filiações à instituições científicas e filantrópicas como a Sociedade Brasileira de Neurologia e Psiquiatria e a Liga Brasileira de Higiene Mental. Na década de 1940 ainda fundou e presidiu a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnografia. Entre sua vasta bibliografia constam as publicações de Primitivo e loucura (1926), A sordície nos alienados: ensaio de uma psicopatologia da imundice (1928), Estudos de psicanálise (1931), Educação e psicanálise (1934), A higiene mental nas escolas: esquema de organização (1935), Loucura e crime: questões de psiquiatria, medicina forense e psicologia social (1937).

³⁷ Ramos, Arthur. Afrânio Peixoto e a escola de Nina Rodrigues. *Separata da Revista Medica da Bahia*, n.12 Dezembro de 1936. p. 1

³⁸ *Ibidem*, p. 13

³⁹ Corrêa. *As ilusões da liberdade. op. cit.*

prosseguimento às pesquisas que deixou, de tal forma que o que estes intelectuais teriam feito se resumiria em “retomar certos temas tratados por Nina Rodrigues (...) e redefini-los em seus próprios termos, ou nos de sua própria época, arranjando-os dentro de outro sistema de relações”⁴⁰.

Os textos memorialísticos publicados após a morte de Afrânio Peixoto podem ser caracterizados por recortes ampliados, abrangendo tanto a totalidade de sua vida quanto os diversos aspectos de sua obra. O tom das narrativas também é laudatório, a semelhança de Costa (1920) e Ramos (1936), com o elogio tanto à figura individual de Peixoto quanto à sua trajetória, prioritariamente vista como uma sucessão necessária de acontecimentos que o levariam ao reconhecimento enquanto intelectual, cientista e homem público. Esta disposição em creditar *a posteriori* um sucesso necessário destinado a Afrânio Peixoto pode ser conferida através dos modos pelos quais estes biógrafos de Afrânio relataram o episódio em que Oswaldo Cruz rejeitou sua indicação para secretário da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), isto é, considerando tal fato como um revés ou contratempo de sua carreira, ou como uma manifestação do destino, como o representa o discurso de Pena Júnior⁴¹. O episódio, acontecido pouco tempo depois de Afrânio chegar ao Rio de Janeiro se resume a nomeação feita pelo recém-ministro da justiça J. J. Seabra do nome de Peixoto para secretário e de Oswaldo Cruz como diretor da DGSP. Cruz rejeitaria a indicação de Peixoto como seu secretário justificando sua recusa em já estar comprometido com outra pessoa.

Logo após a morte de Afrânio Peixoto apareceu um texto em que sua história não é mais tomada em seu desenvolvimento, mas pelo seu fim, o que abre a possibilidade de construção global de sua trajetória. Trata-se do discurso de Pena Júnior⁴², proferido em 14 de agosto de 1948, como sucessor na cadeira de Peixoto, na Academia Brasileira de Letras. Seu contexto é a cerimônia protocolar inerente à eleição de um novo acadêmico, em que este, em seu discurso de posse, lembra e louva a memória do antecessor da cadeira.

O autor – Afonso Pena Júnior (1879-1968) – nasceu em Santa Bárbara, estado de Minas Gerais e era filho do ex-presidente da República Afonso Moreira Pena. Formou-se pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte, e era autor de uma única obra

⁴⁰ *Ibidem*, p. 205

⁴¹ Pena Jr. Discurso do senhor Afonso Pena Júnior. *op.cit.* p. 1116

⁴² Pena Júnior, Afonso. Discurso do senhor Afonso Pena Júnior. In: Discursos Acadêmicos – Tomo III: 1936-1950. RJ: Academia Brasileira de Letras, 2007.

no momento em que foi eleito para a vaga de imortal, tal como o próprio Afrânio Peixoto.⁴³ O discurso de Pena Júnior (2007), constrói uma narrativa orientada pelos louros da formação, os idílios da infância, a relação de afeto de Afrânio Peixoto com o pai, ressaltando detalhes de sua vida escolar e acadêmica, bem como seus amigos de juventude. É um texto interessante mais pelas fontes e detalhes da trajetória de Peixoto que suscita, do que pela análise que constrói destes acontecimentos. Entretanto, ainda que sempre com o tom de homenagem, o autor nos traz alguns dados importantes, tal como o contexto em que Afrânio Peixoto teria se intitulado um “sertanejo exilado no litoral”. Segundo Pena Júnior esta seria a resposta de Afrânio Peixoto àqueles que colocavam em dúvida seu patriotismo, seu amor ao Brasil, o que, na visão do sucessor de Peixoto, seria um mal entendido de beira-mar, lugar onde “mora a gente do amor civilizado, incapaz de compreender e perdoar o amor selvagem do sertão”⁴⁴ Dois anos depois do discurso de Pena Júnior, Leonídio Ribeiro lançou o livro intitulado *Afrânio Peixoto*.⁴⁵ Leonídio Ribeiro (1893-1976), natural de São Paulo, formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde foi aluno de Afrânio Peixoto em 1917. Ao se formar Leonídio Ribeiro teria sido aprovado no concurso para médico legista do Instituto Médico-Legal da Polícia Civil do Rio de Janeiro. A partir de 1926 tornou-se professor da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, participando ainda de cursos de especialização em medicina legal na Alemanha. No ano de 1931 assumiria a direção do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Rio de Janeiro, criando em 1935 o Laboratório de Biologia Infantil.⁴⁶

O livro de Ribeiro é o trabalho mais citado sobre Afrânio, mesmo atualmente, ainda que Ribeiro afirmasse que não pretendia escrever uma biografia, mas sim uma coleção de recordações. Sua relevância apresenta-se sob dois aspectos: por um lado Leonídio Ribeiro narra as várias esferas de atuação de Afrânio, pretendendo, a despeito da ressalva do autor em não se constituir uma biografia, abordar quase a totalidade de sua vida. Por outro lado, tal trabalho se destaca por trazer longos trechos do texto

⁴³ Informações sobre Afonso Pena Jr. no site da ABL: www.academia.org.br, acessado em 9 de agosto de 2011.

⁴⁴ Pena Jr. Discurso do senhor Afonso Pena Júnior. *op.cit.* p.1096

⁴⁵ Ribeiro, Leonídio. *Afrânio Peixoto*. Rio de Janeiro: Edições Conde, 1950.

⁴⁶ Silva, Renato da. “*Abandonados e Delinqüentes*”: A infância sob os cuidados da medicina e do Estado – O Laboratório de Biologia Infantil (1935-1941). – Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2003. p. 46

autobiográfico escrito por Afrânio Peixoto, consideradas suas “memórias”⁴⁷. Deste modo, Leonídio Ribeiro deixa, em certa medida e por diversas vezes Afrânio Peixoto falar por si mesmo.

A edição é intitulada *Afrânio Peixoto*, sem dois pontos ou qualquer subtítulo, o que parece denunciar a motivação deste livro, isto é, a de construção de um monumento a partir da vida e obra daquele que foi seu orientador profissional, um tributo fruto da admiração e amizade entre o discípulo e seu mestre. Assim, também na obra de Leonídio Ribeiro (1950) encontramos o relato, desta vez pormenorizado, sobre a questão repetida em suas diversas biografias – a nomeação de Afrânio para o cargo de secretário da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) – buscando expor a ótica de Afrânio Peixoto bem como os desdobramentos deste episódio.

Ribeiro (1950) reafirma que o incidente teria sido motivado pela nomeação simultânea de Oswaldo Cruz para o cargo de diretor geral da saúde pública e de Afrânio para o de secretário deste departamento. O motivo do mal-estar estaria na recusa de Oswaldo Cruz na nomeação de Afrânio Peixoto, pois já se achava comprometido por ter convidado outra pessoa para o cargo⁴⁸. O Ministro teria prometido a Afrânio fazer Oswaldo Cruz reconsiderar. Entretanto, antes que J.J. Seabra pudesse conferenciar com Oswaldo Cruz, Afrânio o teria interceptado no meio do caminho para lhe dizer:

Não me fizesse, por amor de Deus, o agravo de me impor a quem não me queria... Dr. Cruz tinha direito a seu secretário e eu não o seria, absolutamente, a contragosto dele. E já agora, nem por gosto dele, se se pudesse conformar...⁴⁹

No dia seguinte, quando convocado para reunião com o Ministro J.J. Seabra e Oswaldo Cruz, Afrânio, segundo suas memórias, resolveria acabar de uma vez com o mal estar. Conta então que teria tomado a palavra antes que os outros dois pudessem falar, e deliberou:

Felicitava ao Seabra e ao Presidente, pela escolha do homem capaz de fazer o saneamento do Rio. Empresa tão difícil, que nenhuma restrição lhe poderia ser feita, sem prejudicar a confiança. Por que não era eu mais secretário da Diretoria de Saúde Pública, podia assim expressar-me, sobre o Dr. Oswaldo Cruz e as esperanças que nos dava a sua próxima administração⁵⁰.

⁴⁷ Somente no início deste ano de 2014, parte das memórias de Afrânio foram disponibilizadas para consulta na Academia Brasileira de Letras. Só então pude consultá-las rapidamente de modo a cotejar alguns pontos e trechos trazidos por Leonídio Ribeiro neste seu livro.

⁴⁸ Ribeiro, Leonídio. *Afrânio Peixoto*. Rio de Janeiro: Edições Conde, 1950.

⁴⁹ Peixoto, Afrânio. *apud* Ribeiro. *Afrânio Peixoto*. Rio de Janeiro: Edições Conde, 1950. p.36

⁵⁰ *Ibidem*. p.37

Afrânio segue contando a reação de seus interlocutores: “Seabra e Cruz ficaram atônitos, por que ainda vinham parlamentar comigo... e eu cortava, de início, as dificuldades”.⁵¹ O encontro ainda contaria com a oferta de Oswaldo Cruz a Afrânio Peixoto para que este assumisse a direção do Hospital de Jurujuaba (Niterói); oferta recusada por Afrânio, que diante da insistência de Seabra e de Cruz para que aceitasse o cargo teria perguntado: “Mas então, que vai você fazer? O Acre está por povoar”, mudando assim o assunto a fim de encerrar a questão⁵². No ano seguinte, Leonídio Ribeiro ainda publicaria um artigo intitulado *Vida e obra de Afrânio Peixoto*⁵³, que teve sua origem na lição que o autor proferiu em 18 de outubro de 1950 na Academia de Altos Estudos de Lisboa.

Este estilo memorialista também é reproduzido por Geraldo de Meneses em trabalho publicado quase duas décadas depois. Este último faz parte do repertório de textos produzidos na década de 1970, período em que se comemorava o centenário de nascimento de Afrânio Peixoto. Publicado em 1970 – *Notícia de Afrânio Peixoto* – precedeu três outros textos editados em 1976⁵⁴. O autor, Geraldo de Meneses⁵⁵ (1925-2006), nascido em Manaus, era bacharel em Línguas Neolatinas e em Direito, licenciado em História e em Línguas. Seu texto sobre Afrânio Peixoto foi concebido a partir de um trabalho para a Faculdade de direito, quando teria ganhado o Prêmio Afrânio Peixoto, destinado à melhor monografia sobre sua vida e obra com o livro *Notícia de Afrânio Peixoto*⁵⁶. Um diferencial deste trabalho é a preocupação com as limitações do trabalho biográfico. Segundo Meneses a biografia o implicaria em buscar uma “reprodução tanto quanto possível fiel, atenta a realidade dos fatos”⁵⁷ Deste modo constrói sua história primordialmente a partir de seus trabalhos publicados, reduzindo a uma breve passagem, nomeada de “perfil humano”, o período da infância de seu biografado.

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² *Ibidem*.

⁵³ Ribeiro, Leonídio. *Vida e obra de Afrânio Peixoto*. Academia das Ciências de Lisboa. Biblioteca de Altos Estudos, 1951.

⁵⁴ “Cavaleiro da medicina social e de mulheres esfinges” de Almeida Gouveia, “Notas para o estudo da vida e obra de Afrânio Peixoto” de Ruy Afrânio Peixoto e “Afrânio Peixoto: professor e homem de ciência”, de Deolindo Couto.

⁵⁵ Foi professor nas Universidades Celso Lisboa, Santa Úrsula e Augusto Mota. Contribuiu ainda como redator das revistas *Cá e Lá* e *Século XX*. Entre suas participações em agremiações estão a Academia Carioca de Letras, a União Brasileira de Escritores, Sociedade Eça de Queirós e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁵⁶ Meneses, Geraldo de. *Notícia de Afrânio Peixoto*. RJ: Nobre Gráfica Ed., 1970.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 13

Ainda na década de setenta do século passado foi publicada uma obra pela Sociedade de Homens de Letras do Brasil, em uma gráfica chamada Afrânio Peixoto. Trata-se do livreto de Ruy Afrânio Peixoto (1976) intitulado *Notas para o estudo da vida e obra de Afrânio Peixoto*⁵⁸. Ruy Afrânio Peixoto (1918-2002) era filho de Álvaro Afrânio Peixoto, sobrinho do médico baiano, tendo se formado pela Faculdade de Direito da Guanabara. É ainda descrito como *poeta, romancista, pintor, escultor e músico*.⁵⁹

O texto de Ruy Afrânio Peixoto corresponde ao resumo de uma palestra proferida por ele no auditório de um clube de engenharia em 1976, quando relatou, sem indicação de fontes, a trajetória da família Peixoto de Portugal para o Brasil. Ruy Afrânio Peixoto (1976) refere pormenores da vida da família Peixoto como a substituição do trabalho com negociação de diamantes pelo de agricultura de cacau, comentando sobre o destino de parentes como tios e irmãos de Afrânio Peixoto. O autor narra inúmeros acontecimentos e diversas particularidades familiares, tal como o episódio em que Francisco Afrânio Peixoto, pai do médico baiano, teria causado espanto entre os senhores de escravos quando escolheu um escravo para ser padrinho de um de seus filhos.

O último trabalho publicado na década do centenário de Afrânio Peixoto foi o livro *Afrânio Peixoto: professor e homem de ciência*, de Deolindo Couto⁶⁰ (1902-1992), natural de Teresina, doutorado em medicina pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil⁶¹. Sua trajetória na Academia Brasileira de Letras se iniciou em 1963, dezesseis anos após a morte de Afrânio Peixoto, quando foi eleito para a cadeira número 11, como sucessor de Ademar Tavares. Assim como Afrânio, Deolindo Couto também transitou pelos campos da medicina e da literatura, e na década de 1960 refletia sobre o equilíbrio entre ser médico e literato, questão tratada por Peixoto durante o

⁵⁸ Peixoto, Ruy Afrânio. *Notas para o estudo da vida e obra de Afrânio Peixoto*. Sociedade dos Homens de Letras do Brasil. Nova Iguaçu: Gráfica Afrânio Peixoto, 1976.

⁵⁹ Site genealógico da família Afrânio Peixoto: <http://www.afranio.peixoto.nom.br/Index.asp> Acessado em 9 de agosto de 2011.

⁶⁰ As informações biográficas de Deolindo Couto podem ser encontradas no site da ABL: www.academia.org.br, acessado em 9 de agosto de 2011.

⁶¹ Entre suas filiações acadêmicas estão o Instituto de Neurologia, o qual fundou e dirigiu, a Academia Brasileira de Letras e a Academia Nacional de Medicina. Foi ainda médico do Serviço Nacional de Doenças Mentais e entre suas publicações destacam-se os livros *Clínica neurológica (1944)*, *Dois sábios ibéricos (1961)*, o livro de ensaios *Vultos e idéias (1961)* e *Clementino Fraga, o médico (1980)*.

percurso de sua vida intelectual. Em seu discurso de posse⁶², Couto afirmava seu deleite em recordar aqueles que “não desertaram a Ciência e buscaram nas Letras o complemento às suas tendências mal encobertas pelo pudor do exercício profissional”⁶³. Ao avaliar as razões que ligaram os diversos intelectuais brasileiros entre os caminhos das letras e da ciência médica, considerava que a tendência dos médicos e juristas ao campo literário estaria vinculada ao início do ensino universitário. Em sua percepção, a oratória e demais gêneros literários seriam as influências responsáveis por desviar médicos para o ofício de literato, tal como Alberto de Oliveira (1857-1937) e Olavo Bilac (1865-1918), chamando a atenção também para o reverso desta moeda, ou seja, para os homens de letras que contribuíram para a construção do “edifício da medicina” através da observação descrita em suas obras. A esse respeito questiona: “Não estão na obra de Camões aspectos originais das moléstias de carência?”⁶⁴. Complementava ainda sua exemplificação ressaltando a doença de Pickwick, a qual teria sido inspirada em personagem de Charles Dickens e o “complexo de Alice no País das Maravilhas”, em que Lewis Carrol teria exposto “as delusões e os distúrbios da personalidade, por ele experimentados no período prodrômico da enxaqueca”. Mesmo as auras epiléticas teriam sido referidas por “Dostoiowski”. Deste modo, não poderia deixar de concluir que seria, pois, “antigo e frutuoso o entendimento da Medicina com as Letras”⁶⁵. Identificado a este tipo de formação intelectual, Couto constrói uma narrativa muito particular em *Afrânio Peixoto: professor e homem de ciência*, incluindo projeções e especulações a partir dos acontecimentos da vida de seu biografado. Como a maior parte das obras até este período, não possui referências bibliográficas, fazendo uso de uma linguagem coloquial e de termos como “certo dia”, “um dia”. Sua narrativa é construída a partir de uma coleção de pequenos trechos de depoimentos sobre Afrânio Peixoto, que contam fatos pitorescos sobre sua vida, como sua habilidade de escrever com as duas mãos e de como isso o ajudou a escrever o dobro de páginas do que seus concorrentes na prova escrita para o concurso da Faculdade de Medicina.

Couto também é um dos autores que relatam o episódio da nomeação de Afrânio para o cargo de secretário da DGSP, já comentado por Pena Júnior (2007) e Ribeiro

⁶² O discurso de posse de Deolindo Couto foi lido em sessão solene extraordinária na Academia Brasileira de Letras no dia 4 de dezembro de 1964.

⁶³ Couto, Deolindo. Discurso do senhor Deolindo Couto. In: Discursos Acadêmicos – Tomo III: 1936-1950. RJ: Academia Brasileira de Letras, 2008. p.1052

⁶⁴ *Ibidem*, p. 1053

⁶⁵ *Ibidem*

(1950). Os acontecimentos são alinhados em prol de uma inteligibilidade e coerência da trajetória do indivíduo, onde até mesmo suas desventuras e obstáculos são interpretados não como um retrocesso ocasional, mas como encaminhamento de uma consagração final e necessária:

Um dia, saem publicados dois decretos, o que nomeava Oswaldo Cruz diretor geral de saúde pública e o que designava Afrânio Peixoto secretário geral daquele departamento, alvo no momento de todas as atenções, por que a febre amarela devastava a cidade. Ocorre, então, o incidente que subtrai Afrânio a uma carreira de sanitário, **a qual o consagraria, sem dúvida**, mas o endereça definitivamente à de legista, onde ia ser luminar. Oswaldo, alegando já haver convidado outro colega, rejeita a designação de Afrânio⁶⁶.

Assim, como o próprio Afrânio Peixoto, seus biógrafos tratam o episódio da DGSP como mais um dos passos em direção à constituição de uma carreira de sucesso, até mesmo como uma força misteriosa que o destinava a trabalhar junto a Juliano Moreira, com a psiquiatria e temas correlatos. Este tipo de perspectiva só é possível na medida em que o caso é focado a partir do fim, do apogeu de sua trajetória. Contudo, considero ser necessário contextualizarmos seu acontecimento, visando entender o impacto que pode ter tido nas disposições de Afrânio Peixoto naquele momento em que era recém-chegado ao Rio de Janeiro⁶⁷.

O caso entre Seabra, Cruz e Peixoto aconteceu em 1903, e para entendê-lo é necessário observar o lugar social do recém nomeado Diretor Geral de Saúde Pública. Oswaldo Cruz (1872-1917), nascido em São Luís do Paraitinga, no estado de São Paulo e formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1892, quatro anos depois viajaria para a França com o objetivo de aperfeiçoar sua formação em curso do Instituto Pasteur. Sua volta ao Brasil se deu no momento em que a ameaça de um surto de peste chegara ao país, quando então o governo se confrontava com a dificuldade em conseguir soro e vacinas para combater a doença. Tal contexto leva à construção de um laboratório soroterápico no Rio de Janeiro (1900), cuja direção ficou nas mãos de Oswaldo Cruz. Com a eleição do presidente Rodrigues Alves e o início da reforma urbana do Rio de Janeiro, Oswaldo Cruz receberia então a nomeação que gerou o caso com Peixoto em 1903.

⁶⁶ Couto, Deolindo. Afrânio Peixoto: professor e homem de ciência. RJ: Cátedra Ed., 1976, p. 18. Grifo meu

⁶⁷ Afrânio teria chegado no Distrito Federal em 1902, apoiado por Juliano Moreira que, segundo Pena Júnior, lhe teria dito “A aldeia, aqui, é um pouco maior; e os caboclos, mais espalhados, se fazem, uns aos outros, menos mal. Venha.” (Pena Júnior, 2007, p.1115).

Deste modo, podemos supor que, a despeito do tom orgulhoso que Afrânio Peixoto conta essa história, tal como tomamos conhecimento por meio do livro de Ribeiro (1950), é necessário entendermos que este pode ter sido um momento divisor em sua trajetória. Isso se confirma se considerarmos que naquele período iria se constituir a ascensão de Oswaldo Cruz em seu empenho por institucionalizar social e politicamente o ramo profissional ao qual se dedicava – a medicina experimental – o que, em menos de uma década, levaria o então Instituto Soroterápico Federal a se tornar Instituto Oswaldo Cruz⁶⁸.

Por outro lado podemos estranhar a prontidão e resignação de Afrânio Peixoto em aceitar a recusa por Oswaldo Cruz de seu nome para seu secretário. Afinal de contas, Peixoto havia sido legitimamente nomeado pelo Ministro de Justiça e Negócios Interiores J.J. Seabra no mesmo ato que nomeara o próprio Oswaldo Cruz como diretor da DGSP. Neste sentido torna-se importante analisar o referido evento sob outros prismas: as características da personalidade de Peixoto e a imagem que fazia de si mesmo. Observamos nesse sentido outro episódio na vida de Afrânio Peixoto, acontecido no momento em que se preparava para se transferir para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Tal episódio é descrito por Alberto Venancio Filho em artigo publicado na seção Culto da Imortalidade, da *Revista Brasileira*⁶⁹, segundo o qual Afrânio Peixoto sem condições financeiras de manter seu projeto de instalar-se no Rio de Janeiro teria procurado o Governador da Bahia, Severino Vieira (1849-1917), solicitando-lhe auxílio na obtenção de um cargo no Distrito Federal. Segundo conta, Severino Vieira preferia lhe oferecer uma colocação no próprio estado da Bahia, mas no fim lhe entregaria o que Venancio Filho chamou de “sobrecarta” com três mensagens dirigidas a três diferentes

⁶⁸ O histórico do Instituto Soroterápico Federal pode ser acessado em link do *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz*. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

⁶⁹ A Revista Brasileira é o periódico da Academia Brasileira de Letras que desde 1855 edita poesias, prosas, críticas sociais sob a perspectiva dos acadêmicos bem como fomenta o culto à memória institucional, tanto com artigos sobre a ABL quanto com textos memorialísticos sobre seus imortais.

destinatários: ao presidente Campos Sales⁷⁰, ao então Deputado J.J. Seabra, líder do governo na Câmara Federal, e ao Dr. Paula Guimarães que dirigia a bancada baiana⁷¹.

Este episódio é útil em demonstrar a perspectiva e reação de Afrânio Peixoto em relação aos contratempos de sua vida, ou pelo menos a maneira pela qual ambicionou registrar tais acontecimentos em sua trajetória, preservando sua imagem e revelando um tanto de sua vaidade. O que podemos apreender destes relatos é que Afrânio Peixoto, que na época contava seus 26 anos, não era exatamente um sertanejo que tinha se diplomado médico na Bahia e que se dispunha a tentar a sorte na Capital. Acredito que Afrânio tinha motivos para se sentir seguro o suficiente para renunciar ao cargo, contrariado ou não, diante da recusa de Oswaldo Cruz. Isso por que, além das cartas de recomendação de Severino Vieira, Afrânio assim que se formou havia obtido a recomendação de um nome importante da ciência médica do período, por meio do prefácio de Nina Rodrigues na publicação de sua tese.

A respeito das consequências do “incidente” com Oswaldo Cruz, Afrânio diz que apesar de ter ficado sem posto no Rio de Janeiro teria ficado muito bem consigo mesmo, bem como com Cruz, tendo ficado “o resto da vida namorados um do outro”.⁷² Assim é que, segundo Afrânio, nasceria a vontade de demonstrar que não guardava ressentimento de “subordinado infeliz”, mas sim admiração do colega que saberia estender a mão. Por tal razão diz que logo pensou em colocá-lo na Academia Brasileira de Letras.

Com a morte de Raimundo Correa, então dono da cadeira de número 5 da ABL, surgiu a oportunidade para que Afrânio pudesse, sob sua perspectiva, “equilibrar a situação”. Deste modo, no discurso em que recebeu Oswaldo Cruz, Peixoto teceu os maiores elogios, lembrando que a generosidade de indicá-lo para a cadeira da ABL seria uma resposta à recusa, anos antes, recebida para ser seu secretário na DGSP. Com isso Afrânio entendia igualar-se intelectualmente a Oswaldo Cruz, resumindo assim sua

⁷⁰ Venancio Filho transcreve passagem em que Peixoto comenta tal acontecimento: “Se eu mesmo escrevesse esses despachos, não os faria mais generosos. O governador dizia ao presidente da República que, deixando de ser seu ministro, ainda não lhe pedira um favor pessoal. Era agora ocasião, em favor de seu particular amigo que desejava uma nomeação de médico da Saúde Pública”. (Venancio Filho, 2007, p.10).

⁷¹ Venancio Filho, Alberto. Afrânio Peixoto. *Revista Brasileira*. Fase VIII, ano XIII, nº53, out.-nov.-dez. 2007, p. 9

⁷² Ribeiro. *Afrânio Peixoto. op. cit* p.37.

redenção: “Era seu igual e lhe dava coroas, de que seria incapaz toda a vasta administração de prosélitos que se criara”⁷³

Outro relato interessante a respeito deste incidente pode ser encontrado em entrevista de Carlos Chagas Filho. Segundo esta versão, quando Oswaldo Cruz soube da nomeação de Peixoto teria ido ao Rodrigues Alves e lhe dito que não poderia aceitar a indicação de alguém que não conhecia, dizendo que quem nomeava seu secretário era ele mesmo. Segundo Chagas Filho, Seabra chegaria a pedir demissão, afirmando que se Rodrigues Alves não nomeasse Afrânio perderia o ministro da justiça, o que teria criado um “impasse”, visto que Afrânio seria

um homem eminente, homem de grande capacidade de convívio, e era professor aqui [no Rio de Janeiro], tinha feito da Faculdade de Medicina uma espécie de opositora do Instituto Oswaldo Cruz. Oswaldo Cruz também não facilitou as coisas; para dizer francamente, ele era um homem muito duro, não abria mão de certas coisas, de modo que perdeu sempre aquele problema: o Instituto Oswaldo Cruz de um lado e a Faculdade de Medicina do outro⁷⁴

Este é um depoimento interessante, pois revela a persistência daquele acontecimento na interpretação dos fatos daquele período, contudo é preciso destacar que na época em que estes aconteceram, Peixoto não era ainda professor da FMRJ e por outro lado o IOC ainda não existia.

Entre os textos publicados mais recentemente, nas décadas de 1980 e 1990 encontramos tanto versões memorialistas quanto obras que se dedicam a produzir uma análise contextualizada. O livro de Fernando Sales, *A Bahia de Afrânio Peixoto*⁷⁵, também faz uma síntese cronológica e biográfica sobre Afrânio Peixoto, bem como revela um pouco da história da região da Chapada Diamantina onde fica Lençóis, a cidade natal de Peixoto. Esta obra também se constitui como importante ao oferecer uma lista de artigos sobre a divulgação da Casa Afrânio Peixoto, uma relação sobre as fontes disponíveis para este estudo na ABL, uma sinopse bibliográfica com obras / opúsculos, um apanhado de colaborações em jornais e revistas, um levantamento parcial de apresentações, prefácios, notas e introduções, e um pequeno registro de colaboração em publicações de natureza coletiva. O livro contém também um apêndice com depoimento de Alberto Venancio Filho que relata o relacionamento que teve, ainda em

⁷³ Peixoto, Afrânio. *apud* Ribeiro. *Afrânio Peixoto*. Rio de Janeiro: Edições Conde, 1950. p.38

⁷⁴ Chagas Filho, C. Carlos Chagas Filho (depoimento, 1976/1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010p. p. 82-83

⁷⁵ Sales, Fernando. *A Bahia de Afrânio Peixoto*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.

criança, com Afrânio Peixoto. Apesar de não encontrar informações mais detalhadas sobre Fernando Sales⁷⁶ sabemos que ele foi um ator importante na construção e preservação da memória de Peixoto, já que junto à viúva de Afrânio Peixoto, Chiquita Peixoto, se empenhou na criação da Casa de Cultura Afrânio Peixoto, hoje Casa Afrânio Peixoto.⁷⁷

O artigo *A Dimensão Pública de Afrânio Peixoto*⁷⁸ do médico Lamartine Lima, se destina a apresentar a figura de Afrânio Peixoto e destaca aspectos de sua vida familiar e profissional. Como quem rememora histórias de um velho conhecido, Lima traça o trajeto de Afrânio Peixoto desde Lençóis, sua cidade Natal, até seu falecimento aos setenta anos no Rio de Janeiro. Sua ênfase está em demonstrar o sucesso que Peixoto obteve nas diversas áreas em que atuou, sublinhando seus muitos relacionamentos sociais e como estes geravam convites e indicações de vagas. Ainda nesta linha de análise encontramos o trabalho intitulado *Afrânio Peixoto: Mestre da Arte de Escrever*⁷⁹ de Dalila Machado, doutora em literatura, que se dedica a analisar a atuação de Afrânio Peixoto enquanto escritor, discutindo mais detidamente seus empreendimentos literários e educacionais. A narrativa desta autora se baseia na ideia de planejamento intelectual, de tal modo que credita à trajetória de Afrânio Peixoto a existência de um “plano piloto, o planejamento básico de uma obra à qual iriam ajustar-se todas as percepções e construções do romancista brasileiro”⁸⁰; o que nos faz lembrar as advertências de Bourdieu acerca das ilusões biográficas.

A partir da década de 1990, são publicados trabalhos que consideram as obras de Afrânio dentro de campos de saber específicos nos quais atuou, observando a produção de sua memória a partir da construção da história destes campos de que fez parte, tal

⁷⁶ Segundo o acadêmico Alberto Venancio Filho, Fernando Sales não conheceu pessoalmente Afrânio Peixoto, sua filiação teria se dado por Sales ser natural de Andaraí, município vizinho à Lençóis. Podemos ainda vislumbrar o empenho de Sales em relação à construção de memória de Afrânio, tanto por sua dedicação na criação da Casa Afrânio Peixoto – tal como foi referido por Sueli Seixas, diretora do acervo – como pela natureza de *A Bahia de Afrânio Peixoto*, que diligentemente refere e indica fontes para quem quer que se disponibilize a investigar sobre a vida de Afrânio.

⁷⁷ A Casa Afrânio Peixoto é um museu localizado na cidade de Lençóis, na Bahia, responsável pela guarda do arquivo pessoal de Afrânio Peixoto, doado por sua viúva.

⁷⁸ Lima, Lamartine. *A dimensão pública de Afrânio Peixoto*, 2008. Este trabalho foi apresentado na Conferência Afrânio Peixoto: o médico, o escritor e o homem público, realizada pela Casa Afrânio Peixoto, em Lençóis no ano de 2008. O texto foi gentilmente cedido por Sueli Seixas, diretora da instituição.

⁷⁹ Machado, Dalila. *Afrânio Peixoto: mestre da arte de escrever*, 2008. Este trabalho também é resultado da Conferência Afrânio Peixoto: o médico, o escritor e o homem público, realizada pela Casa Afrânio Peixoto, em Lençóis no ano de 2008. O texto também foi cedido por Sueli Seixas, diretora da instituição.

⁸⁰ Machado, Dalila. *Afrânio Peixoto: mestre da arte de escrever*, 2008, snp.

como apresentam os artigos de 1994, de Marcos Chor Maio, intitulados *Afrânio Peixoto: notas sobre uma trajetória médica* e *Afrânio Peixoto: estratégias e desventuras de um intelectual na vida pública*.

Formado em ciências sociais Marcos Chor Maio apresenta os acontecimentos importantes da vida de Peixoto, sua formação médica e os cargos relacionados ao campo científico que este ocupou. O diferencial destes trabalhos está na postura afirmativa a de um juízo de intencionalidade latente nas decisões tomadas por Afrânio Peixoto em sua vida pessoal e profissional e na abordagem da trajetória de Afrânio Peixoto através de duas palavras: *consagração* e *estratégia*. Neste sentido, interpreta a mudança de Peixoto para o Rio de Janeiro, suas viagens ao exterior, seu interesse por literatura, a eleição para a Academia Brasileira de Letras, e mesmo seu casamento com a filha de Alberto de Faria como uma estratégia de ascensão social⁸¹. A constante renovação destas *estratégias*, segundo este autor, teria como função orientar a trajetória de Afrânio no sentido do reconhecimento social. Maio conclui que Afrânio Peixoto teria atingido a *consagração* por meio de três *estratégias*: “a afirmação de sua identidade profissional no campo da medicina legal e da higiene (...), a inserção no mundo literário da belle époque carioca e a descoberta do filão do livro didático”⁸²

Esta perspectiva analítica é interessante na medida em que altera o eixo explicativo do “destino” para a intencionalidade individual nos processos de reconhecimento social. Contudo, acredito que atribuir o desejo de consagração às escolhas feitas por um indivíduo é uma apreciação que trata de apenas uma das possibilidades de análise de uma trajetória. Considero interessante também procurar entender a articulação entre a liberdade individual de escolha e suas oportunidades reais, isso é, demarcar os caminhos possíveis a um indivíduo ou grupo em um determinado contexto histórico. Portanto, quando inserimos a figura de Afrânio Peixoto em seu meio percebemos que muitas destas *estratégias* que adotou faziam parte do conjunto de possibilidades disponíveis, sendo comum a vários personagens da época optarem em residir no Distrito Federal, trabalhar em ciência médica e cultivar a literatura, viajarem à Europa, etc. Nesse sentido, cumpre destacar que estas estratégias dizem respeito não

⁸¹ Maio, Marcos Chor. Afrânio Peixoto: estratégias e desventuras de um intelectual na vida pública. *Agora*. nº 2, Niterói, 1994, p. 30.

⁸² Maio, Marcos Chor. Afrânio Peixoto: notas sobre uma trajetória médica. *Revista da SBPC*. nº. 11, p. 75-81, 1994, p. 78.

somente a uma opção individual de Afrânio Peixoto, revelando sobretudo o lugar da intelectualidade que ocupava na sociedade em que viveu.

No que diz respeito às análises recentes da obra de Afrânio Peixoto encontramos o trabalho de José Gondra e seus alunos, advindos da área da educação⁸³. São textos que se dedicam a analisar os empreendimentos educacionais de Afrânio Peixoto e dentre os artigos publicados está o *Temperar a alma, retemperar os músculos: corpo e história da educação em Afrânio Peixoto*⁸⁴, onde o autor analisa uma de suas obras nesta área, o livro *Noções de História da Educação*. Segundo Gondra, a temática da formação humana apareceria em diversas ocasiões nos trabalhos de Afrânio Peixoto orientados por seus compromissos programáticos, por sua condição de médico, bem como por seu alinhamento político com as reformas do período. Destaca assim, a adesão de Peixoto a uma educação integral, que contemplasse os aspectos físico, intelectual e moral. Contudo, nos alerta que a narrativa de Peixoto era a possível para o seu tempo, e isso o faz partir para uma análise que permita compreender os meios de confecção do livro, tal como o fato de ter se originado de um curso ministrado por Afrânio no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, obedecendo assim ao programa desta instituição. Gondra procura demonstrar como a construção da narrativa de Peixoto, suas referências e uso de argumentação diversificada, estariam de acordo com seu envolvimento com o programa reformador do curso que ministrava. Um dos méritos deste trabalho é o de fazer com que o livro de Afrânio Peixoto retorne a seu período histórico. Com isso consegue vislumbrar o vigor da obra na época em que foi publicada, e o que hoje pareceria um grande enumerado de datas e fatos, naquele momento foi uma ferramenta de divulgação e defesa de um projeto específico de pedagogia científica.

Ainda relacionado ao campo da educação apareceu em 2007 o texto *História e história da educação no projeto de formação de professores na década de 30 no Brasil: problematizando as noções de Afrânio Peixoto* de Carlos Eduardo Vieira e Roberlayne de Oliveira Borges Roballo. O objetivo de Vieira e Roballo é o de investigar as

⁸³ Ainda é de nota o texto de Paiva, autora do campo da pedagogia orientada por José Gondra. Paiva (2011), em seu artigo “*O que esse baiano tem? Trajetória intelectual e inserção de Afrânio Peixoto nos debates acerca da formação de professoras primárias*”⁸³, trabalha diretamente com as obras de Afrânio Peixoto sobre a temática da educação e do magistério, buscando compreender sua contribuição na conformação da história da educação no Brasil. Ver: Paiva, Tamires Farias de. “O que esse baiano tem? Trajetória intelectual e inserção de Afrânio Peixoto nos debates acerca da formação de professoras primárias.” *Anais da X Jornada do HISTEDBR*, 2011.

⁸⁴ Gondra, José Gonçalves. *Temperar a alma, retemperar os músculos: Corpo e História da Educação em Afrânio Peixoto*. IX Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino-americana, 2009.

concepções que fundamentaram a formação de professores no Brasil a partir da década de 1930. Neste sentido os autores consideram como a primeira obra produzida especificamente para este fim o livro *Noções de história da educação de Afrânio Peixoto* (1933), o mesmo analisado por Gondra (2009). Os autores se propõem a compreender as relações entre o livro de Afrânio Peixoto com o seu contexto de produção, o que chamam de pensar a obra na “sua relação intra e extratextual”, isto é, tanto como uma “expressão de idéias sobre o conhecimento histórico que tinham uma finalidade formativa associada à escola normal”, quanto como um tipo de “evidência de um contexto intelectual no qual ela [a obra] estava em sintonia”⁸⁵. O retrato biográfico que Vieira e Roballo constroem de Afrânio Peixoto é o de um intelectual que teria sintetizado dois “projetos formativos” do período, atuando entre a “especialidade médica, apoiada na ciência positiva, e as humanidades, com base nas letras, na história e na filosofia”, autorizando socialmente seu discurso⁸⁶. Os autores procuram articular a posição de Afrânio entre os outros intelectuais de sua época, ressaltando, assim, que ele expressaria características importantes de seu grupo social, nomeados como “intelectuais modernos”, assim qualificados a partir de algumas características, das quais destaco o engajamento político norteado pelo “sentimento de missão social”, e ainda a defesa da questão educativa em relação ao projeto de reforma social⁸⁷.

O primeiro ponto a ressaltar é que para os trabalhos ditos memorialistas a construção da memória de Peixoto se justifica em sua própria trajetória, ou seja, na totalidade do indivíduo. Com a análise dos textos que consideram o contexto do indivíduo encontramos um recorte que justifica a construção da memória de Afrânio na medida de suas contribuições para campos específicos de conhecimento, de tal modo que entender a trajetória do médico, literato ou educador é também compreender a história dos campos da medicina, literatura e educação no Brasil de seu período.

Tal como propõe Maio (1994), Gondra (2009), Vieira e Roballo (2007), a análise da produção de Afrânio aqui empreendida busca considerar tanto as ideias veiculadas por Peixoto, quanto o contexto de possibilidades em que tais ideias foram geradas. Procuro compreender o lugar social de Peixoto e seus pares, assim como o

⁸⁵ Vieira, Carlos E., Roballo, Roberlayne. História e história da educação no projeto de formação de professores na década de 30 no Brasil: problematizando as noções de Afrânio Peixoto. *Inter-Ação: Revista da Faculdade de Educação*. UFG, 32 (2): 243-259, jul./dez. 2007, p.243.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 245

⁸⁷ *Ibidem*, p. 246

conteúdo conceitual que expressou, articulado à diversidade de filiações conceituais disponíveis à época. Com a inserção das ideias que Peixoto veiculou no campo de possibilidade de sua época pretendemos construir uma análise que, à diferença dos trabalhos memorialistas, não compreenda o indivíduo em sua supremacia em relação ao seu contexto, mas que não deixe de considerar que a despeito da limitação de toda configuração social o indivíduo sempre encontra meios pelos quais se expressar.

* * *

O primeiro capítulo “Ciência *versus* Letras?: relações sociais, espaços coletivos e produção editorial” visa estabelecer a trama social em que Afrânio Peixoto estava inserido. Com isso quero dizer sobre a estrutura política, as questões em debate na república recém-proclamada, as relações sociais então produzidas, a demarcação dos atores sociais que poderiam ter influência decisiva nos temas candentes do período, os grupos de intelectuais existentes e aqueles aos quais Afrânio se filiou, bem como os meios e estratégias por ele empregados na construção de sua produção intelectual, literária ou científica. Entre tais estratégias valorizo o pertencimento institucional, especialmente à Academia Brasileira de Letras e sua entrada no mercado editorial do período, em que o objetivo é o de destacar o nicho de produção editorial como um meio de legitimação intelectual, bem como um modo de auferir ganhos econômicos. Procuo demarcar Afrânio Peixoto no cenário de início do século XX, considerando sua origem familiar, sua formação e sua trajetória entre os campos da ciência e da literatura. Neste sentido busquei entre atores sociais daquele período indícios que pudessem explicitar o modo pelo qual era entendido este tipo profissional, chegando assim, a discutir a percepção intelectual das particularidades do fazer científico. No que concerne às fontes utilizadas este capítulo contou especialmente com a associação entre a bibliografia que discute os campos intelectuais de início do século XX, bem como com os documentos produzidos por Afrânio Peixoto, como cartas entre seus pares e contratos para publicação de suas obras que dão pistas de como funcionava o mercado editorial do período.

O segundo capítulo trata das contribuições de Afrânio Peixoto para as ciências médicas, observando-se aqui seus trabalhos em Higiene. Contribuem como elementos de análise a sua formação, suas escolhas profissionais, os concursos prestados e fundamentalmente as instituições e pares aos quais se filiou, tendo a Faculdade de

Medicina do Rio de Janeiro como seu principal palco. Afrânio possui uma extensa obra neste campo, com livros que tiveram diversas edições ao longo das décadas, o que gerou a necessidade de um cotejamento entre eles, principalmente em relação aos temas mais importantes, como as questões sobre clima e doença na associação com a afirmação de um projeto de nação brasileira civilizada. Destaco que este foi um campo que concentrou os maiores debates de sua carreira científica, polêmicas que ganharam notoriedade social ocupando espaço nos jornais de grande circulação do período. As duas principais controvérsias aqui destacadas são as que giraram em torno de sua crença no uso da quinina para o tratamento da malária e de seu envolvimento nas discussões sobre a doença de Chagas na década de 1920. Além de apresentar como alguns autores viram a participação de Afrânio nestas polêmicas – como Stepan (2001), Edler (2010) e Kropf (2009) – destaco também a contribuição deste último livro que traz a indicação das fontes jornalísticas em que se discutiu amplamente o assunto. Como veremos, a posição de Afrânio nestas polêmicas e o modo como operou conceitos médicos-científicos acerca do clima e da natureza tropical, estavam articulados a suas ideias sobre saúde e civilidade da população. Neste caso as fontes privilegiadas são as obras de Afrânio, seus artigos e manuais.

O terceiro capítulo trata das obras psiquiátricas publicadas por Afrânio Peixoto, bem como de sua atuação enquanto médico psiquiatra, em especial de sua atuação enquanto diretor interino do Hospício Nacional de Alienados. São elementos de análise sua formação pela Faculdade de Medicina da Bahia e sua filiação a Nina Rodrigues e Juliano Moreira. Analiso o relatório ao ministro do interior J. J. Seabra, principal registro de sua atuação enquanto diretor daquele hospício, assim como os trabalhos que publicou e que revelam a adesão a psiquiatria pautada pela obra de Émil Kraepelin, onde se destaca sua filiação à Juliano Moreira na divulgação de uma psiquiatria científica. Ressalto ainda que este capítulo se dedica a retratar as transformações pelas quais o campo da psiquiatria vinha passando no Brasil, considerando reformas legais, instituição de cursos nas faculdades de medicina e mesmo a reforma de seus estabelecimentos. As fontes aqui privilegiadas são os artigos publicados por Afrânio, visto não ter nenhum livro publicado nesta seara.

O quarto capítulo diz respeito aos trabalhos de Afrânio Peixoto no campo da Medicina Legal. A análise aqui empreendida trata de sua formação na área e as relações entre sua atuação enquanto diretor do Serviço Médico Legal. Considero suas produções

iniciais, buscando as relações de seu trabalho com o de Nina Rodrigues, de quem se declarava discípulo, percebendo assim continuidades e diferenças. É no campo da Medicina Legal que Afrânio constitui um discípulo, Leonídio Ribeiro, com o qual desenvolveu projetos importantes nesta área. As fontes aqui utilizadas compreendem publicações diversas como artigos, livros e textos normativos, como leis e regulamentos que escreveu e que diziam respeito à conformação daquele campo. A análise de suas obras no campo médico legal revelam o engajamento de Afrânio em várias frentes, tanto no que dizia respeito à produção de material didático, na promoção do ensino e da especialização, como com o Curso de Medicina Pública, quanto com a própria normatização das práticas, o que é discutido a propósito dos textos regulamentares que propôs ao serviço médico legal do Distrito Federal.

CAPÍTULO 1

Ciência versus Letras? : relações sociais, espaços coletivos e produção editorial

“Existe um denominador comum entre a prática médica e a prática literária, e este denominador comum é a palavra.”⁸⁸

“Eu, de mim, suponho que os literatos, como os criados, devem ser pagos em dia: com a remuneração, o louvor, a consideração que merecem”⁸⁹.

O objetivo deste capítulo é discutir a atuação de Afrânio Peixoto como um intelectual caracteristicamente de seu período, em sua circulação entre os mundos da ciência e das letras, visando observar as articulações que produziu entre esses dois espaços de atuação. Para isso elejo dois pontos a analisar: o primeiro é a discussão acerca da diferenciação entre as categorias de cientista e literato no contexto das primeiras décadas da república, onde considero a relevância deste período para a história social e intelectual do Brasil no que diz respeito à convivência de diferentes modos de pensar a construção de conhecimento. Coloco em discussão a perspectiva de Afrânio Peixoto acerca do fazer científico e literário com a bibliografia que discute o tema acerca da conformação dos intelectuais brasileiros de início de século XX.

O segundo ponto a considerar em sua trajetória diz respeito a sua produção bibliográfica, tratada tanto como meio de obter ganhos financeiros quanto como modo de alcançar um ideal de realização intelectual. Neste sentido, procuro apreender os caminhos percorridos por Afrânio Peixoto para conseguir se inserir no mercado editorial do período, destacando os indivíduos e instituições aos quais esteve filiado, dando ênfase ao relacionamento que manteve com as editoras do período e ressaltando

⁸⁸ Scliar, Moacyr. As duas culturas na ABL. *Revista Brasileira*. Fase VII, ano XIII, nº52 jul-ago-set 2007, p. 50. Moacyr Scliar foi membro da Academia Brasileira de Letras e publicou na Revista Brasileira um artigo em que foca os debates entre as ‘duas culturas’, literária e médica na ABL, onde podemos ver ressaltada a importância destes acontecimentos na história da instituição.

⁸⁹ Afrânio Peixoto em ‘O momento literário’, enquete promovida por João do Rio entre os intelectuais do período e publicado entre 1904 e 1905 no *Gazeta de Notícias*. Peixoto, A. O Momento Literário. Org. Rio, J. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000134.pdf>

estratégicas que permitiram ao longo dos anos a manutenção de suas publicações literárias e científicas.

Por meio do reconhecimento de noções sobre as letras e as ciências, professadas por Afrânio Peixoto nos diversos espaços institucionais pelos quais passou – considerando como instituições privilegiadas a Academia Brasileira de Letras, a Academia Nacional de Medicina e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – foi possível compreender as implicações de uma das diversas concepções sobre o Brasil que se produziam no início do século XX. A figura de Afrânio Peixoto faculta tal discussão não somente por ele ter produzido intensamente nesta época, já que se contam mais de cem publicações, mas também porque ele foi um daqueles indivíduos que transitou entre os mundos das ciências e das letras, isto é, foi um dos intelectuais do período que, apesar de imerso nas controvérsias entre ser um cientista ou um literato, não se acastelou especificamente em nenhum destes dois mundos.

Baiano, natural da cidade de Lençóis na Chapada Diamantina, Afrânio Peixoto (1876-1947) teve considerável importância para o movimento intelectual e científico do Brasil de início do século XX, principalmente no que diz respeito à multiplicidade de elementos que agregou em sua biografia que se relacionam diretamente com os acontecimentos da vida social do país em sua época. Dentre os fatos de sua trajetória literária e intelectual podemos ressaltar sua eleição, em 1911 para a Academia Brasileira de Letras, onde teve uma participação de destaque na recepção dos médicos eleitos às cadeiras de acadêmicos, tornando-se, em 1923, com 47 anos, presidente desta instituição. Afrânio escreveu diversos romances durante sua vida com representativas tiragens para o período. Dentre os acontecimentos mais relevantes de seu currículo e vida pública estão sua eleição e reeleição para deputado pelo estado da Bahia (1924/1928) e sua nomeação como reitor da Universidade do Distrito Federal (1934). A citação destes fatos aqui é somente ilustrativa, sendo consideradas mais minuciosamente em outras partes desta tese. Assim, do mesmo modo que atuava como médico, diretor do Hospício Nacional de Alienados, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sendo ativo em instituições como a Academia Nacional de Medicina, onde ingressou em 1903, também transitava pelo mundo das letras, da retórica e do belo discurso que se produzia na Academia Brasileira de Letras, onde foi eleito para a vaga de Euclides da Cunha.

Parto da ideia de que Afrânio Peixoto teve que responder sobre seu posicionamento neste intercâmbio de campos. Deste modo, para entendermos os modos pelo qual negociou sua posição social analiso a constituição dessa elite intelectual que se esforçava por definir seus papéis no campo de produção cultural. É importante salientar que assim como ocorreu com outros intelectuais, a posição de Afrânio Peixoto neste entrelaçamento de dois campos esteve articulada às suas relações sociais e políticas, o que impõe a necessidade de compreendermos a aliança dos intelectuais e/ou cientistas deste período com o governo de Estado que se constituía, bem como o papel da própria ciência como orientadora de muitas das ações estatais da jovem república.

Afrânio fortaleceria neste início de século alguns laços significativos, entre os quais destaco aqueles que foram tecidos no que ficou conhecido como “jardim de infância”, grupo formado por jovens políticos e intelectuais no início do século XX. Segundo Venancio Filho (1973)⁹⁰ o “jardim de infância” se voltava para a constituição de projetos que propunham renovar o cenário político, o que se daria sobretudo na esfera legislativa quando do debate de programas considerados de interesse nacional. O centro deste grupo era Carlos Peixoto e entre seus frequentadores estavam os mineiros João Pinheiro (1860-1908), Gastão da Cunha (1863-1927), Estevão Lobo (1869-1908), João Luiz Alves (1868-1925) e Afrânio de Melo Franco (1872-1943), os cariocas David Campista (1863-1911) e Pandiá Calógeras (1870-1934), os baianos Leovigildo Filgueiras (1856- 1910) e Miguel Calmon (1879-1935), o norte-rio-grandense Augusto Tavares de Lira (1872-1958), o pernambucano Elói de Souza (1873-1959) e o sul-rio-grandense James Darcy (1876-1952), todos deputados federais; além de Celso Bayma (1874-1935) nascido em Assunção, Paraguai e que teve vários mandatos de deputado estadual e federal por Santa Catarina. Além destes políticos ainda participavam do grupo Afrânio Peixoto, Euclides da Cunha (1866-1909) e o médico sergipano Manuel Bomfim (1868-1932).

A figura central do “jardim de infância”, Carlos Peixoto Filho (1871-1917), era oriundo de família de tradição política em Minas Gerais, filho de Carlos Peixoto de Mello, que entre outras atividades foi senador do Império. Carlos Peixoto Filho costuma ser identificado por uma trajetória meteórica, de rápida ascensão e declínio, se formou pela faculdade de direito em São Paulo, em 1903 foi eleito deputado federal por

⁹⁰ Venancio Filho, A. Carlos Peixoto e o Jardim da Infância. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. v. 297 - out-dez. 1972. Dep. de Imprensa Nacional - Rio 1973

Minas, vindo então morar no Distrito Federal, onde se fixaria no Grande Hotel da Lapa, também residência de Afonso Pena, então vice-presidente da república. O Grande Hotel se tornaria espaço de encontro de políticos, intelectuais e jornalistas interessados em discutir o futuro do país. Contudo, o espaço do hotel não comportaria as atividades daquele grupo o que teria feito com que Carlos Peixoto se mudasse para uma casa na Rua Francisco Muratori⁹¹, tendo como companheiros João Pinheiro, Elói de Souza e Afrânio Peixoto, que também se transferia para o Rio de Janeiro neste período.

Em 1906 findava o mandato presidencial de Rodrigues Alves, dando ocasião à eleição de Afonso Pena, o que fortaleceria o grupo do “jardim de infância” com a nomeação de Miguel Calmon, na época com 27 anos, para ministro da viação e obras públicas; de Augusto Tavares de Lyra como ministro da justiça e de David Campista para a pasta da fazenda⁹². Carlos Peixoto seria eleito em 1907 como o presidente da câmara dos deputados, antagonizando a influência do gaúcho Pinheiro Machado⁹³ (1851-1915) no senado. O “jardim de infância” se dissolveria com a morte de João Pinheiro e com a renúncia de Carlos Peixoto da presidência da câmara dos deputados, o que seria resultado, sobretudo, da oposição de Pinheiro Machado⁹⁴.

Contudo, alguns dos laços deste período se manteriam ao longo dos anos, este foi o caso de Miguel Calmon du Pin e Almeida (1879-1935), deputado federal pela Bahia, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1906 a 1909 e ministro da Agricultura de 1922 a 1926, membro de tradicional família baiana de forte atuação política em que se destacam Miguel Calmon du Pin e Almeida (1794-1865), o marquês de Abrantes, ministro da Fazenda e dos Estrangeiros no Império, senador e deputado

⁹¹ Leonídio Ribeiro publica depoimento de Eloy de Souza afirmando ter dividido casa na Rua das Laranjeiras, após o que Afrânio, Carlos Peixoto e Primitivo Moacir iriam morar na Rua Voluntários da Pátria. (Ribeiro, 1950).

⁹² Nas memórias deixadas por Afrânio Peixoto este recorda ocasião em que teria discutido com Miguel Calmon sobre as nomeações para as pastas ministeriais da gestão de Afonso Pena. Calmon afirmava que o nome para a Fazenda ficara sob sua escolha, oferecendo a vaga a Afrânio que por sua vez recusou e indicou o nome de David Campista.

⁹³ Pinheiro Machado é considerado a “personificação da máquina política nacional e o maior representante da oligarquia gaúcha no nível federal”, responsável por colocar o Rio Grande do Sul como a “terceira grande força política do país”, atrás somente de Minas e São Paulo (Gonçalves, 2000, p. 109). Sua influência seria de tal monta que Gonçalves (2000) afirma que Machado se constituía, no Congresso, em um “articulador de oligarquias estaduais, tendo influência especialmente sobre as oligarquias nordestinas”, de forma tal que a “aprovação de Machado era condição imprescindível para qualquer um que quisesse ascender politicamente”. Gonçalves, J. F. Rui Barbosa: pondo as idéias no lugar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

⁹⁴ Para análise detida sobre a história do “Jardim de infância” ver: Faquin, Giovanni S. “Políticos da nova raça”: o Jardim de Infância e a experiência do poder na primeira república. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

federal; Miguel Calmon du Pin e Almeida (1843-1886), desembargador e presidente das províncias do Ceará em 1885 e do Rio Grande do Sul em 1886 e Francisco Marques de Góis Calmon (1879-1935), governador da Bahia de 1924 a 1928. Os Calmon ainda seriam importantes na trajetória de Peixoto quase duas décadas mais tarde quando de sua eleição para câmara dos deputados pela Bahia, se constituindo em seus grandes incentivadores ao pleito.⁹⁵ O “jardim de infância” é acontecimento interessante no sentido em que representa a formação de espaços de formação de novas ideias, caracterizado pela reunião não somente de jovens políticos, como também de jovens intelectuais dispostos a discutir a realidade do país.

É necessário perceber que estes intelectuais de início do século XX não constituíam um grupo homogêneo, mas sim consideravelmente heterogêneo, vinculados por interesses diversos e antagônicos. Entretanto, se observarmos que as fronteiras entre as diversas áreas de atividade intelectual não estavam plenamente definidas, vemos que os interesses destes intelectuais acabavam por se cruzar com frequência, o que, para Corrêa, seria típico do perfil/identidade do intelectual brasileiro até a década de 1930. Segundo esta autora, uma característica clara da trajetória intelectual dos personagens deste período seria a circulação institucional e política que promoviam: estes mesmos atores, parecendo não conhecer limites à sua ação social, agenciariam o trabalho de delimitação de suas esferas de atuação profissional.⁹⁶

Para Sá tal agenciamento estaria expresso, por um lado, na crítica acerca do cultivo de conhecimento geral e enciclopédico e no conseqüente elogio da especialização do conhecimento e, por outro lado, na crítica ao desmazelo pela escrita daqueles que se intitulavam homens de ciência. Segundo esta autora, a acusação que pesaria sobre os cientistas de escreverem mal, de modo incorreto e desleixado, seria para estes o modo de afastarem-se da escrita literária que consideravam pomposa e vazia.⁹⁷ Esta autora percebe este período como marcado por uma coexistência entre os “velhos critérios de reconhecimento intelectual e os novos modelos de expressão das ideias”⁹⁸, o que seria, segundo esta perspectiva, ponto capital para aquele que se aventurasse na produção intelectual/científica no período, na medida em que era

⁹⁵ Ribeiro, Leonídio. *Afranio Peixoto*. Rio de Janeiro: Edições Conde, 1950.

⁹⁶ Corrêa, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, BP: Edusf, 1998, p. 18.

⁹⁷ Sá, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p. 130.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 23.

necessário filiar-se a um destes grupos: ora definindo sua produção vinculada à formação humanística que receberam, com a retórica constituída como a ciência da organização e transmissão de pensamentos, ora atrelando-se ao grupo dos chamados especializados, que apesar de receberem a mesma formação humanística de seus contemporâneos, estavam a pleitear a associação entre sua formação intelectual e atividade profissional, filiando-se a uma tradição de pensamento diversa de até então.⁹⁹

Contudo, a partir da análise da trajetória de Afrânio Peixoto é possível relativizar o estabelecimento destas fronteiras no período que aqui considero. É inegável que tais discussões circulavam nos meios de produção intelectual do período, mas acredito que este era um debate ainda em vias de estabelecer limites ou oposições aos ofícios literário e científico. Peixoto desenvolveu toda sua trajetória profissional entre os campos científico e literário, nunca precisando de fato definir sua vinculação entre uma produção de saber retórica ou especializada: sua produção intelectual se fazia pertinente aos dois campos. Tal como veremos adiante em relação à sua produção editorial, Afrânio utilizou estratégias que funcionaram bem para publicar quaisquer das obras que produziu, fossem científicas ou literárias, conformando sua carreira entre estes campos.

A ambiência em que estes sujeitos estavam imersos nesta virada do século XIX para o século XX era a de uma cidade que se tornava palco de profundas transformações políticas, econômicas e sociais. Os dispositivos de tais mudanças estavam nos dois principais acontecimentos desta virada de século: a abolição da escravidão e a proclamação da república. Do desdobramento destes acontecimentos parte uma das justificativas para as intervenções sociais mais ressaltadas nos trabalhos históricos sobre o período fundamentando, se não ações concretas, pelo menos os projetos propostos pela diversidade de intelectuais e políticos do período: a questão nacional, o país que estava por ser feito. Entre tais propostas me interessa, sobretudo, as que articulavam as questões médico-sanitárias, orientadas cientificamente, com a construção de uma sociedade nos trópicos moldada aos ideais de civilização europeus, onde a temática do clima, saúde e doença se imbricavam à possibilidade de constituir indivíduos socialmente viáveis. Ressalto tal articulação na medida em que percebo que várias análises apontam como os projetos intelectuais do período voltavam-se para a construção da nação brasileira demarcando seus problemas e suas possibilidades.

⁹⁹ *Ibidem.*

Oliveira ao discutir a questão nacional nos oferece um panorama do contexto e dos atravessamentos da República no pensamento daqueles indivíduos que se preocupavam em refletir sobre os destinos do Brasil como nação. Apesar dos mais diversos ideais de república e de republicanos¹⁰⁰, a autora afirma que os intelectuais do período percebiam o novo sistema de governo como o ingresso do país no mundo civilizado. Apesar de não terem participado diretamente da conformação da ordem republicana¹⁰¹ no Brasil, estes intelectuais, “publicistas” desses novos ideais, homens como Silva Jardim (1860-1891), Lopez Trovão (1848-1925) e Raul Pompéia (1863-1895), acreditavam que a monarquia representava um atraso em relação ao regime republicano, constituindo-se este último idealmente em um governo da opinião pública, ausência de privilégios e igualdade perante a lei.¹⁰² A autora credita o ideário nacionalista a uma produção dos intelectuais que, independentes de suas formações, bacharelescos ou especializados, sempre se preocuparam em refletir sobre os problemas do Brasil e em propor soluções. Desta forma, afirma que estes intelectuais consideravam-se “imbuídos de uma missão e procuraram difundir suas propostas mediando aspirações nacionais e políticas governamentais”, de tal modo que teriam buscado “criar um ideário nacional baseado em um culto a uma tradição passada ou trabalharam na construção de uma nova tradição”.¹⁰³

A crítica aos problemas sociais do Brasil e a esperança de ver suas estruturas transformadas já vinham de longa data. Aqueles intelectuais que vivenciaram a república foram testemunhas de um período de grandes expectativas, onde o novo regime político era considerado um marco definitivo para a evolução da sociedade e do povo brasileiros, o caminho a seguir em sua trajetória em busca da civilidade. É neste sentido que Oliveira (1990) sintetiza o início do período republicano como marcado pelo enfrentamento entre duas interpretações sobre o Brasil, entre dois modos de

¹⁰⁰ José Murilo de Carvalho (1987) destaca que a república não teria produzido novas correntes ideológicas, mas sim uma abertura para a circulação de idéias onde teriam se misturado diversas vertentes do pensamento europeu como positivismo, liberalismo, socialismo e a anarquismo. Ainda neste sentido Lúcia Lippi chama atenção para o fato de que em se tratando da influência européia sobre o pensamento social brasileiro, esta seria perceptível tanto nos momentos em que a preocupação era uma integração ao mundo civilizado, quanto nas ocasiões em que o objetivo seria marcar a singularidade brasileira. (Oliveira, 1990, p.180).

¹⁰¹ Já que a república teria sido um ato militar, ainda que a participação dos militares tenha sido marcada por cisões e interesses diversos. Tal como vemos em Oliveira, L.L. 1990 e especialmente Carvalho, J.M, 1987.

¹⁰² Oliveira, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990, p. 91.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 187

entender a identidade nacional. De um lado observa-se uma visão positiva em relação ao passado colonial e imperial, uma vertente conservadora que acreditava nas tradições deixadas pela colonização portuguesa. Por outro lado é possível destacar os que acreditavam na república como uma ruptura necessária justamente com o vínculo português, representado pelo sistema monárquico.¹⁰⁴

José Murilo de Carvalho destaca que a partir daquele momento é possível observar uma atitude de envolvimento dos intelectuais com a política e de apoio ao governo provisório, produzindo-se uma grande circulação de ideias resultantes do entusiasmo com a proclamação da república.¹⁰⁵ Tal entusiasmo, no entanto, teria durado pouco, especificamente até o governo Floriano (1891-1894).¹⁰⁶ As grandes expectativas com a república, sucessivamente, se transformaram em frustração, particularmente em relação aos intelectuais, perseguidos pelo governo Floriano Peixoto, que teriam desistido da política militante, concentrando-se na literatura.¹⁰⁷

Um importante depoimento de época sobre as expectativas dos intelectuais¹⁰⁸ com a república e a decepção por que passaram após a dissolução do sistema monárquico está no discurso de posse de Sousa Bandeira¹⁰⁹, em 1905, para a cadeira número 13 da Academia Brasileira de Letras (ABL), onde trazia reminiscências sobre sua relação com Martins Júnior¹¹⁰, seu antigo ocupante. Segundo Sousa Bandeira, seu antecessor seria cheio de fé no futuro, acreditava em um povo regenerado pela ciência e principalmente acreditava na república dominando o mundo, ocasião em que teríamos chegado aos tempos da paz e do trabalho, em um estado de coisas que acordasse com o estado positivo de Comte.¹¹¹ Entretanto, Martins Júnior não chegaria a testemunhar o desenrolar da República, o que lhe teria poupado do que Sousa Bandeira chamou de “desilusões cruéis” ao perceber que as cenas que condenavam no regime monárquico também se produziam na realidade da república que tinham idealizado. É assim que

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 190

¹⁰⁵ Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia da Letras, 1987, p. 25.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 26

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 37.

¹⁰⁸ Todas as notas biográficas dos membros da Academia Brasileira de Letras tem como fonte o site da ABL: www.academia.org.br

¹⁰⁹ João Carneiro de Sousa Bandeira (1865-1917), nascido no Recife, foi advogado, professor, ensaísta e diplomata.

¹¹⁰ José Isidoro Martins Junior (1860-1904), também nascido no Recife foi jurista e professor.

¹¹¹ Sousa Bandeira. *Discursos acadêmicos*. Tomo I, volumes I - II - III - IV - 1897/1919. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005, p. 189.

Sousa Bandeira, supondo os prováveis sentimentos do falecido Martins Júnior, resume, em 1905, o estado de espírito de muitos intelectuais de sua época:

Como lhe iria fundo o amargor na alma, ao compreender, finalmente, que os defeitos do caráter nacional se não removem com teorias nem com formas de governo, mas pela modificação lenta dos elementos da educação popular. Desânimo, profundo desânimo, devia ser a sua impressão ao se sentir impotente para remediar os males de hoje. E a sua história é a de toda a nossa geração.¹¹²

Soma-se à diversidade de projetos para o futuro da nação, o desapontamento de parte dos intelectuais pela distância entre a realidade da república e os seus ideais. Entretanto, mesmo tendo a diversidade como característica, os projetos do período visavam a transformação do país, sua evolução e civilização, e isso por intermédio de ações que o modernizasse.

Como ressalta Gomes estes intelectuais se constituíam em uma categoria profissional que não possuía contornos muito rígidos, caracterizados como produtores de interpretações sobre a realidade social do Brasil.¹¹³ Na primeira república observa-se, então, uma grande riqueza de debates de ideias políticas e culturais voltadas para entender e resolver o problema do atraso do país, tanto pela recente escravidão quanto pelo regime monárquico; e essa perspectiva de atraso torna inteligível esta busca por modernização, destacando-se o recurso à ciência. Médicos, sanitaristas, engenheiros e educadores participavam deste processo de modernização da sociedade brasileira. Tratava-se de profissionais que pretendiam “selar o presente enquanto marco divisório entre um passado condenado como sinônimo de atraso e inércia e um futuro enaltecido como símbolo de promissoras potencialidades para a redenção nacional”¹¹⁴

Na caracterização destes cientistas, Neves (2010) demarca dois traços comuns em meio a grande diversidade que possuíam: por um lado a atuação em diversos campos, o que denominou de “onipresença em múltiplas fronteiras intelectuais”¹¹⁵; por outro lado a proximidade destes intelectuais com as estruturas do Estado, isso por que a administração pública seria historicamente em nosso país o mais importante agente

¹¹² *Ibidem*, p.190

¹¹³ Gomes, Ângela de Castro. História, ciência e historiadores na primeira república. In: *Ciência, civilização e república nos trópicos: 1889 – 1930*. Heizer, A., Videira, A. (orgs.) Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010, p. 12.

¹¹⁴ Herschmann, Micael; Kropf, Simone; Nunes, Clarice. *Missionários do Progresso: Médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro. 1870-1937*. RJ: Diadorim Editora, 1996, p. 8.

¹¹⁵ Neves, Margarida de Souza. Ciência, civilização e República. In: *Ciência, civilização e república nos trópicos: 1889 – 1930*. Heizer, A., Videira, A. (orgs.) Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010, p. 34.

financiador da ciência e da prática científica. Além disso, estes intelectuais/cientistas almejavam transformar o Estado por dentro de suas estruturas, através do exercício de “uma cidadania ativa e diferenciada, porque qualificada pela ciência”¹¹⁶.

Em princípios do século XX, estes intelectuais ainda expressavam uma diversidade de atuações – com um único indivíduo reunindo diversos títulos, dentre os quais os de cientista e literato – embora também seja possível perceber um movimento no qual essas categorias se confrontaram, marcando o que podemos caracterizar como discursos que problematizavam a diferenciação entre tais atividades.

1.1 Academia Brasileira de que?

O confronto entre estas categorias pode ser verificado nos registros da Academia Brasileira de Letras (ABL), palco de debate e distinção do que pertencia ao campo da arte, e o que concernia à ciência, bem como à função social de cada um destes campos. Em vários momentos dos discursos dos acadêmicos da ABL, ao longo dos primeiros anos do século XX, podemos perceber uma necessidade em demarcar os limites daquilo que seria território da arte e das letras, diferenciando-o em sua função social do mundo da ciência. Um dos mais representativos neste sentido seria ainda o discurso de posse, em 1905, de Sousa Bandeira. Segundo este imortal a ciência buscaria a análise através da observação e seu campo de ação seria adstrito à experimentação e a crítica, o que consequentemente estreitaria os limites do mundo que conhece.¹¹⁷

Esta se constituiria como a diferença fundamental entre a ciência e a arte, a primeira funcionando dentro de seus próprios limites e a segunda não conhecendo limites se não o do próprio espírito humano. É assim que, sobre a ciência, diz: “Tudo nela é relativo e contingente, quando, armada de microscópios e retortas, vem lembrar à triste humanidade as asas de chumbo que a impedem de se alar às etéreas regiões do desconhecido”.¹¹⁸ Já à arte caberia a função justamente inversa de libertar os espíritos, ou segundo suas palavras: “Só a divina arte libertadora é que pode fornecer à humanidade o meio de fugir deste sombrio pessimismo, seguindo o caminho

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 35.

¹¹⁷ Sousa Bandeira. *Discursos acadêmicos. op. cit.* p. 185.

¹¹⁸ *Ibidem*.

exatamente contrário ao do método científico, permitindo ao espírito inventar as soluções que a ciência não pode demonstrar”¹¹⁹.

Sousa Bandeira segue seu discurso caracterizando e distinguindo a arte da ciência, os modos pelos quais uma e outra operam e as funções sociais de ambas. É deste modo que concebe a ciência como raiz de um desconforto humano, na medida em que retiraria a fé e as ilusões do homem moderno. Assim é que percebe os indivíduos de sua época, divididos entre a realidade imposta pela ciência e as consolações da arte:

O homem moderno, acabrunhado pelas demonstrações científicas, que friamente lhe despedaçaram as mais consoladoras ilusões, queda-se um instante a cismar sobre o paraíso perdido de suas crenças. Então, [...] ouve o canto do pássaro êxul da poesia de uma modulação tão vária, tão seguida, tão suave, tão saudosa, que o faz esquecer tudo, até o momento em que explicando os breves ramos de suas ligeiras penas, vai cortando esse golfo dos ares e desaparece, deixando se dobrarem os séculos sobre a eterna ilusão que, superior ao tempo e ao espaço, funde em um único sonho o passado e o futuro, e realiza a completa despersonalização do homem no seio fecundo da arte.¹²⁰

Podemos compreender, por meio do discurso de Sousa Bandeira, a perspectiva segundo a qual a arte complementar a ciência neste processo de cultivo do espírito humano: a prática científica buscaria a verdade e precisão, enquanto que à arte caberia a tarefa de engrandecer e, principalmente, consolar os indivíduos, esses “homens do século positivo”, que tinham que lidar com a redução da natureza, dos corpos celestes e até da biologia humana, em funções algébricas. Tais homens necessitariam, segundo Sousa Bandeira, da consolação da poesia, esta compreendida como as “doces mentiras” que retirariam momentaneamente o espírito humano da “hediondez de sua miséria”¹²¹.

A ciência, que não teria como atribuição consolar ninguém, mas sim abrir os olhos da humanidade, serviria para que as sociedades se estabelecessem em melhor estado de conforto e progresso. Entretanto, segundo o autor em questão, esse aperfeiçoamento material não seria suficiente para mediar o espírito humano em sua relação com a natureza, somente a arte poderia interpretar “o lado trágico da natureza que escapa aos acurados elementos da observação científica”.¹²² Outra diferenciação entre a ciência e a arte seria a liberdade de produção. O espírito do poeta, contrário ao do cientista, seria sempre livre mesmo nos mais restritos modelos das escolas literárias.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 186

¹²⁰ *Ibidem*.

¹²¹ *Ibidem*.

¹²² *Ibidem*, p.187

Em sua perspectiva poética: não poderíamos submeter “à dosagem científica o pedaço de azul de que precisa a alma humana para fugir à esmagadora melancolia da vida”.¹²³

Ademais o discurso de Sousa Bandeira permite demarcar que este processo de diferenciação entre o artista e o cientista ainda estava em andamento. Segundo ele, existiriam modos diversos de se relacionar com a arte e com a ciência, que incluíam os indivíduos que somente se interessavam pelas manifestações da beleza da natureza, bem como aqueles que se preocupavam, exclusivamente, com as leis dos acontecimentos e que “ao aspirarem o perfume de uma flor, pensam nas palavras de baixa latinidade que designam o seu gênero e a sua espécie na classificação de Lineu”.¹²⁴ Além disso, também parecia ser socialmente legítimo um mesmo indivíduo transitar por estes dois espaços, como os poetas que estavam a par do movimento científico de sua época e não deixavam de considerar a natureza sob suas convicções filosóficas, ou como os cientistas impregnados pelo espírito literário, homens que “não desdenham de praticar com as musas, sem destoar da gravidade exigida nos apóstolos da ciência experimental”.¹²⁵ A implicação entre ciência e literatura naquele período pode ser atestada por uma passagem do discurso de Francisco de Castro sobre seu antecessor, em que apresenta sua percepção sobre a conformação do escritor moderno. Segundo Francisco de Castro, ao escritor moderno não bastaria tão somente possuir o dom imaginativo para que satisfizesse seu ofício. Teria que ser “fortemente iniciado no movimento científico do seu tempo, há de ser homem de ciência larga, um ciente como lhe chamaria Camões”.¹²⁶

Até meados da primeira década do século passado vemos na ABL mais uma demonstração da necessidade dos personagens da época em afirmar as prerrogativas dos campos filosófico, artístico e científico. Graça Aranha (1868-1931)¹²⁷, em seu discurso de recepção a Sousa Bandeira em 1906, observa uma oposição entre a prática científica e as atividades artísticas, religiosas e, principalmente, filosóficas. Isso por que, segundo Graça Aranha, aqueles que acreditariam na capacidade da ciência em explicar os

¹²³ *Ibidem.*

¹²⁴ *Ibidem.*

¹²⁵ *Ibidem*, p.188.

¹²⁶ Castro, Francisco. *Discursos Acadêmicos*. Academia Brasileira de Letras. Tomo I - vols. I-II-III-IV, 1897-1919, Rio de Janeiro, 2005, p. 81.

¹²⁷ José Pereira da Graça Aranha, nascido no Maranhão formou-se em Direito. Foi o fundador da cadeira de número 38 da ABL.

enigmas do universo seriam provavelmente incapazes de realizar a síntese filosófica. A questão da síntese era relevante na medida em que se opunha ao modo de funcionamento da ciência, caracterizada como uma atividade que conhece o universo ao fragmentá-lo, estudando-o em suas parcialidades. A ciência pode, nas palavras de Graça Aranha “analisar, explicar cada ordem de fenômenos que a sensação perceba, ela é essencialmente divisível e analítica. Não dará jamais a explicação sintética do Todo, a essência da causalidade”.¹²⁸ Isso a faria divergir essencialmente de sua visão filosófica a respeito dos modos de explicar os “fenômenos complexos do Ser”¹²⁹. Dada a incapacidade da ciência em lidar com o ‘Todo’, ela ficaria alheia ao que Graça Aranha chamava de “fato supremo do espírito humano”, que seria o sentimento de unidade infinita em relação ao universo, considerando ainda que tal sentimento só poderia ser revelado pelo que chama de trindade entre a religião, a filosofia, e a arte^{130, 131}.

Observamos assim, nestes primeiros anos do século XX, a convivência entre duas posições a respeito da relação entre o mundo da ciência e o mundo literário. De um lado estavam aqueles que afirmavam a diferença entre estes campos de produção do conhecimento, mas que ainda assim consideravam possível a um mesmo indivíduo contribuir para esses dois mundos. De outro lado encontramos aqueles que se alinhavam à concepção de que haveria sim uma diferenciação entre arte e ciência, e que tal diferença tornava inconciliável a um mesmo indivíduo produzir para os dois mundos. A partir da segunda década do século XX é possível apreendermos uma ênfase crescente desta segunda posição, antagonizando as figuras do literato e do cientista, e intensificando a contraposição destas arenas de produção. Neste sentido ressaltamos os confrontos gerados pela defesa de territórios de saber, observados através das polêmicas nas eleições de médicos para a Academia Brasileira de Letras, período repleto de contendas que justamente refletem os momentos mais acirrados na diferenciação de dois modos diversos de produção intelectual.

¹²⁸ Aranha, Graça. *Discursos Acadêmicos*. Academia Brasileira de Letras. Tomo I - vols. I-II-III-IV, 1897-1919, Rio de Janeiro, 2005, p. 200.

¹²⁹ *Ibidem*.

¹³⁰ A diferença entre a religião, a filosofia, e a arte residiria no fato de que na primeira o sentimento de infinito se realizaria na unidade de Deus. Na filosofia o sentimento do universo se explicaria por si mesmo em uma unidade “absoluta, abstrata e transcendental”. Já a essência da arte derivaria dos sentimentos resultantes dos contatos sensíveis que conduziriam à fusão dos seres no sentimento de infinito. (Aranha, 2005, p.200).

¹³¹ *Ibidem*, p.200

Deste modo torna-se interessante observar como Afrânio Peixoto tomou parte no desenrolar dos acontecimentos por ocasião da indicação de Oswaldo Cruz para uma cadeira na ABL, assinalando-se que os processos de eleição para se tornar “imortal” são casos exemplares das disputas sociais e institucionais em jogo. Segundo Sá, poucos dias após a eleição de Oswaldo Cruz, Carlos Laet (1947-1927)¹³², também acadêmico, teria exigido o esclarecimento sobre as condições de admissão na Academia, pois este não se conformaria com a ambiguidade entre as carreiras literária e científica presente naquela instituição que originalmente deveria ser somente de letras.¹³³ A polêmica gerada com a eleição de Oswaldo Cruz teria se prolongado até o ano seguinte, o que pode ser avaliado por intermédio tanto de seu discurso de posse, quanto pela palestra de recepção de Afrânio Peixoto, que foi o acadêmico indicado para saudar Oswaldo Cruz.

Em seu discurso de posse, em 1913, Oswaldo Cruz agradeceu a indulgência dos acadêmicos para com ele, utilizando-se ainda de uma lei biológica para explicar que a reação seria sempre maior que a ação, caso de sua eleição para a ABL, em que toda a censura sofrida teria sido revertida naquele momento em que

um modesto homem de laboratório, um trabalhador que só tem o mérito de prezar, antes de todas as coisas, a profissão que abraçou, depois de atacado com veemência, no começo de sua vida pública, se vê elevado à culminância que hoje atinge – tomando lugar entre os que formam a elite da intelectualidade brasileira.¹³⁴

Ainda é de nota no discurso de Oswaldo Cruz que este atribua sua eleição não a méritos próprios, mas sim aos médicos, higienistas e experimentadores que abraçaram o ideal de que ele foi o porta-bandeira. Assim, sua eleição, segundo Oswaldo Cruz, se daria por ele ser o representante daqueles profissionais que teriam empregado, segundo suas palavras, “o melhor de sua atividade e talento, uns, no libertar nossa pátria de uma mancha vergonhosa que a enlutava, e outros no lançar entre nós, de maneira sólida, as bases da medicina experimental”.¹³⁵ Nesta perspectiva se colocava inteiramente como um representante da ciência quando recebido naquela casa primordialmente das letras.

Em sua fala na recepção de Oswaldo Cruz, Afrânio Peixoto afirmava que não haveria nada de surpreendente em sua presença naquela instituição, por que, dentre

¹³² Carlos Maximiliano Pimenta de Laet foi jornalista, professor, poeta e fundador da cadeira número 32 da ABL. Foi eleito deputado em 1889, mas com o advento da República não chegou a exercer o cargo.

¹³³ Sá, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p. 145.

¹³⁴ Cruz, Oswaldo. *Discursos Acadêmicos*. Academia Brasileira de Letras. Tomo I - vols. I-II-III-IV, 1897-1919, Rio de Janeiro, 2005. P. 559.

¹³⁵ *Ibidem*, p. 560

outros motivos, não se fixava ainda a distinção entre ciências e letras. Assim, segundo suas palavras, a Academia: “lhes confia que não conseguiu ainda divulgar diferença essencial entre ciências e letras, a não ser que umas se fazem com as outras, e estas, pela literatura – revelação do ambiente, do povo, da ocasião – incluídas assim no determinismo científico”.¹³⁶ Afrânio Peixoto, na parte de seu discurso intitulada “Ciência e literatura”, considerava que tudo seria comum à inteligência, e mesmo “o folclore, ocupação de literatos até ontem, é a fama, de agora, estudo de etnografia.” Já a história também reclamaria por leis científicas “para se acreditar de verossímil; toma borla e capelo a filosofia, para parecer psicologia experimental”¹³⁷. Ainda em sua ponderação sobre as imbricações entre literatura e ciência, Afrânio Peixoto afirmava que seria tão medíocre segregar as ciências das letras “como seria exigir que só se considerem estilistas aos que escrevam com um estilete”.¹³⁸

Pensando a função do artista, do literato e do cientista, Afrânio Peixoto considerava que o agradecimento da humanidade àqueles que os divertem, no futuro, também se atribuiria aos homens de ação que possibilitaram uma vida mais fácil ao dominarem as forças da natureza, homens que através de seu trabalho geram conforto, saúde e segurança.¹³⁹ Entretanto a Academia logo faria justiça a estes homens elegendo seu maior representante, já que, tal como Peixoto afirmava, todas as glórias nacionais teriam direito a uma representação entre os acadêmicos.¹⁴⁰ Nota-se neste discurso a preferência pela visão a respeito do mundo das ciências e das letras que retratasse ao mesmo tempo suas diferenças e suas possibilidades de convivência. Peixoto aderiu, assim, à posição de Sousa Bandeira, de quase uma década antes, e que naquela época encontrava oposição de Graça Aranha.

Com a morte de Oswaldo Cruz, em 1917, quatro anos após sua entrada na ABL, outro homem de ciência foi eleito para ocupar a cadeira nº 5 – o médico Aloísio de Castro¹⁴¹ – e mais uma vez seria Afrânio Peixoto o responsável por recepcionar e discursar em sua posse. Teria neste momento reforçado sua posição sobre a pertinência da convivência entre literatura e ciência, voltando à carga da defesa da entrada dos

¹³⁶ Peixoto, Afrânio. *Discursos Acadêmicos*. Academia Brasileira de Letras. Tomo I - vols. I-II-III-IV, 1897-1919, Rio de Janeiro, 2005, p. 579.

¹³⁷ *Ibidem*, p. 580

¹³⁸ *Ibidem*.

¹³⁹ *Ibidem*, p.581

¹⁴⁰ *Ibidem*, p.580

¹⁴¹ Aloísio de Castro (1881 – 1959), natural do Rio de Janeiro, filho de Francisco de Castro. Foi médico de formação e ainda professor e poeta.

cientistas na ABL e ressaltando que dentre os acadêmicos nenhum possuía a literatura como profissão. Segundo Afrânio, eram advogados, juízes, professores, militares, políticos e diplomatas. Afirmava assim que “Toda a gente de qualquer ofício pode fazer belas-artes, se tem gosto e saber, tendência e incentivo”. E colocava a seguinte questão: “Por que só aos médicos se hão de fazer maus modos e achar que não devem pretender o que é lícito a todo o mundo ainda menos culto e menos exercido?”¹⁴²

Na defesa deste ponto de vista estavam também outros acadêmicos, tal como Medeiros e Albuquerque (1867-1934)¹⁴³, que afirmava não perceber o motivo do estranhamento acerca da figura de um cientista-literato, chegando mesmo a debochar da descrença com que parte da sociedade veria o talento polivalente de alguns, tecendo sobre Afrânio Peixoto uma consideração interessante, segundo a qual:

Um critico litterario do seculo 21 póde, sem esforço, demonstrar que o nome “Afranio Peixoto” não correspondeu jamais a uma determinada individualidade: era o pseudonymo de um grupo de homens de sciencias e de letras. Na Inglaterra a advocacia é exercida por firmas commerciaes. Nessas firmas trabalham vários advogados, cada um com a sua especialidade; mas todos os contractos são feitos com a firma, que é quem distribue os trabalhos aos mais competentes. O club litterario e scientifico que funciona com o nome de Afranio Peixoto fez entre nós uma cousa até certo ponto parecida. Esse pequeno mas admirável cenáculo tem publicado livros de poesias, sciencias, literatura, sem nunca revelar quaes os verdadeiros autores, dando a todos o nome social da firma “Afranio Peixoto”. (Medeiros e Albuquerque, 1937, p. 407)¹⁴⁴

É interessante perceber como esta disputa, acontecimento cotidiano na vida destes personagens, colocava em jogo a fixação das práticas ideológicas do período. Neste contexto, figuras sínteses como Afrânio Peixoto, pareciam equilibrar aquela contenda, possibilitando a associação destes dois mundos, literário e científico, tanto no interior de um mesmo espaço institucional – caso da ABL –, quanto no que se refere a características próprias de um mesmo indivíduo.

¹⁴² Peixoto. *Discursos Acadêmicos. op. cit.* p. 952

¹⁴³ José Joaquim de Campos da Costa Medeiros e Albuquerque, nascido no Recife foi jornalista, professor e político entre outras atribuições. Fundador da cadeira número 22 da ABL.

¹⁴⁴ Trata-se de uma reprodução de trecho de uma publicação em ‘*O Estado de São Paulo* 17/12/1919’ - Afrânio Peixoto. Separata dos *Archivos de Medicina Legal e Identificação*. Vol 14, janeiro de 1937.

1.2 Medicina experimental, medicina tropical e o Brasil como nação

Concomitante a estes movimentos de articulação e separação entre os mundos das letras e da ciência, é notável a existência de um movimento de profissionalização da ciência, tal como ressaltado por Sá¹⁴⁵, pela via da especialização, o qual se fez presente no espaço institucional dedicado à ciência médica, isto é, a Academia Nacional de Medicina. Neste sentido, no que concerne à trajetória de Afrânio Peixoto, ganha relevância as discussões em torno de uma medicina tropical para o Brasil, visto que a afirmação de tal ramo médico implicou em mudanças no próprio campo médico e se desdobrou para fora do campo científico em suas relações com o Estado e com a produção de projetos para a nação. Assim, podemos entender os personagens deste período não somente por intermédio de seu lugar no mundo científico, mas primordialmente posicionados politicamente, no contexto da ideologia nacionalista que os perpassavam.¹⁴⁶

Difícilmente poderíamos ter a noção do que representava socialmente as condições de saúde pública no início do século XX, com as frequentes epidemias e as altas taxas de mortalidade, principalmente no que dizia respeito à imagem do Rio de Janeiro, centro de poder do país e vitrine do Brasil para o resto do mundo. A capital da República se constituiu na herdeira legítima dos velhos problemas imperiais de saneamento e higiene, além dos costumeiros surtos epidêmicos de varíola e febre amarela. A frequência das epidemias e as altas taxas de mortalidade¹⁴⁷ nos primeiros anos da república se constituíam no grande problema a ser debelado pelos governantes e matéria de consulta àqueles intelectuais, como médicos, sanitaristas e engenheiros, que poderiam oferecer soluções para superar o problema. A situação era grave em vários níveis, pois além das perdas imediatas este estado de coisas tornava o Rio de Janeiro um lugar perigoso de se viver principalmente para os estrangeiros que teriam que se habituar ao clima, muitas vezes considerado ameaçador em si mesmo, ficando ainda mais susceptíveis às doenças epidêmicas. O trabalho encabeçado por Oswaldo Cruz no

¹⁴⁵ Sá. *A ciência como profissão. op. cit.*

¹⁴⁶ O nacionalismo permeava os mais diversos projetos de modernização do país naquele período, ações que constituíam o que Edler chamou de “pedagogia para a nacionalidade”. Esta disposição daria o tom de muitos dos embates e investimentos que Peixoto defenderia durante sua vida. Edler, F. C. Afrânio Peixoto: Uma cruzada civilizadora por la nación posible. *Revista Biomedica*. vol. 23 nº3, 2012, p. 126-127.

¹⁴⁷ Em 1891 a taxa de mortalidade teria atingido a taxa de 52 pessoas em cada mil habitantes, se mantendo acima de 35 por mil até 1896. (Carvalho, 1987)

combate à febre amarela, que debelou a doença que grassava livremente pela capital foi o emblema da modernização do país através da ciência médica, e não à toa o lançou à categoria de herói nacional¹⁴⁸. Tal trabalho representava a possibilidade de regeneração da nação através de uma medicina que estaria se aperfeiçoando através das técnicas de laboratório.

Um registro desta transformação, interna ao campo médico, pode ser representada por dois discursos: o primeiro de Aloísio de Castro quando tomava posse da cadeira de Oswaldo Cruz na Academia Brasileira de Letras; o segundo, proferido por Afrânio Peixoto ao receber o novo acadêmico. Os dois palestrantes, médicos de formação, rememoravam as conquistas deste outro médico, Oswaldo Cruz, e sua contribuição na conformação da medicina experimental no Brasil. Segundo Aloísio de Castro, na época da instalação do Instituto de Manguinhos, sob a direção de Oswaldo Cruz, a medicina estaria atravessando um período de reformas e de aperfeiçoamento por meio da aplicação dos métodos laboratoriais à prática clínica. Desta forma a clínica até então regida por métodos como “intuição médica”, “olho médico” e “tino médico” seriam complementadas com o auxílio do laboratório, fazendo com que os diagnósticos ganhassem uma precisão nunca antes conhecida.¹⁴⁹ Esta seria uma das heranças atribuídas a Oswaldo Cruz: impulsionar a medicina do Brasil formando discípulos responsáveis por muitas descobertas “nos assuntos da chamada patologia tropical”.¹⁵⁰ Buscar a solução para as patologias do país seria no fim das contas, segundo Aloísio de Castro, nacionalizar a medicina.¹⁵¹

Afrânio Peixoto segue também na afirmativa de uma transformação da medicina, bem como na importância da figura de Oswaldo Cruz, baseado na assertiva de que este teria sido o primeiro a criar a necessidade da técnica experimental na rotina da profissão. Ressalta ainda a questão da profissionalização médica por intermédio do ensino, isso por que até então os mestres da clínica não teriam como lecionar a seus discípulos aquilo que os tornava bons médicos, já que não poderiam transmitir sua “experiência”, nem seu “tino” ou seu “dom de adivinhar”. Assim, segundo Peixoto, “havia-se de fazer com vocação e constância, muita tentativa e bastante insistência, as

¹⁴⁸ A propósito da mitificação da figura de Oswaldo Cruz, ver Nara Brito (1995).

¹⁴⁹ Castro, Aloísio. *Discursos Acadêmicos*. Academia Brasileira de Letras. Tomo I - vols. I-II-III-IV, 1897-1919, Rio de Janeiro, 2005, p. 941.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p.942

¹⁵¹ *Ibidem*.

novas capacidades médicas que, de geração em geração, se revezariam na confiança pública”.¹⁵²

É importante notar que Afrânio Peixoto associava a ciência à democracia, posto que através desta transformação na medicina, com as técnicas de laboratório, seria possível transmitir, a quem quer que seja, tal conhecimento. Segundo Peixoto o maior esforço dos sábios seria o de conseguir técnicas suficientemente simples para que todos pudessem alcançar o conhecimento proposto. Tal empresa seria efetivada através da ciência que, segundo Peixoto, também poderia ser chamada de “civilização” ou “progresso”. Assim, caracterizava o empreendimento científico como essencialmente “democrático, popular, acessível, nivelador das eminências e levantador das mediocridades”.¹⁵³ Enfim, no que diz respeito às dinâmicas profissionais do campo médico a ciência teria conseguido “com algumas lâminas de vidro, microscópios, reagentes, simples aparelhos que dão ensaios prontos e às vezes decisivos, atenuar as diferenças entre doutos e aprendizes”.¹⁵⁴

Afrânio Peixoto não somente caracteriza a medicina do seu tempo como revela o otimismo sobre as conquistas de exatidão e eficiência desta ciência nascente. Tratava-se da modernização do campo médico em oposição às antigas práticas clínicas, do mesmo modo que opunha a moderna república ao atrasado sistema monárquico. A medicina experimental representava o modo mais simples e eficaz de atingir a verdade, de solucionar os males do país. Tal simplicidade poderia ser representada pelo que Peixoto chamou de “reação feliz”, ou seja, práticas tão simples como “gota de ácido em tubo de ensaio” ou “gota de corante sobre lâmina de preparado”; simples, mas suficientes para suprir a experiência clínica de muitos anos. Meios rápidos e eficazes de conhecimento sem os quais nenhum médico a partir de então poderia se presumir capaz em seu “sacerdócio”.¹⁵⁵

Dado o sucesso da campanha de Oswaldo Cruz contra a febre amarela, debelando a doença em curto espaço de tempo, e das esperanças contidas na prática da medicina experimental podemos divisar como, na acepção de alguns grupos, seria um retrocesso para a construção da imagem do país associá-lo às doenças. É importante ressaltar que, neste contexto, Afrânio Peixoto se constituía em um dos críticos ferrenhos

¹⁵² Peixoto. *Discursos Acadêmicos. op. cit.* p. 959

¹⁵³ *Ibidem.*

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 960

¹⁵⁵ *Ibidem.*

da noção de determinismo climático – tal como veremos detidamente no próximo capítulo que trata de suas obras higiênicas – e acabou por se pronunciar em diversas ocasiões contra a ideia de doenças tropicais.

Por outro lado também é importante considerarmos o que Edler denominou de “dinâmicas socioprofissionais do meio médico”, o que nos auxilia na compreensão da perspectiva daqueles que se empenhavam na pesquisa microbiológica, em que a existência de uma doença associada ao país seria uma importante justificativa na afirmativa dos conhecimentos que produziam, bem como na ampliação institucional que desejavam.¹⁵⁶ Deste modo, a descoberta de Carlos Chagas do *Trypanosoma cruzi* e a descrição da doença que causava foi um feito sem precedentes, inestimável na história da medicina do país. Desde o anúncio de suas pesquisas, em 1909, até fins da década de dez a Doença de Chagas foi sendo delineada como um problema nacional, identificada, tal como analisa Kropf, como a doença do Brasil.¹⁵⁷

A polêmica em torno da doença de Chagas representou o questionamento de um grupo de médicos de filiações institucionais diversas, tanto vinculados aos IOC quanto a FMRJ. As discussões giravam em torno de pontos diversos, como a atribuição da descoberta e, principalmente, sobre a relevância epidemiológica da doença. A participação de Afrânio Peixoto nesta controvérsia sobre a Doença de Chagas pode ser localizada no início dos anos de 1920 quando participaria dos discursos na Academia Nacional de Medicina em que afirmava que tal doença seria superestimada por Chagas e seus pares. Por meio deste viés podemos compreender a relevância da discussão e ainda a implicação de Afrânio Peixoto nos debates sobre a doença de Chagas. Embora tais acontecimentos estejam melhor analisados no segundo capítulo desta tese, cumpre aqui destacar a relação deste evento com a discussão acerca do movimento de especialização interno ao campo da medicina, no que se relacionava com a construção de uma perspectiva otimista e patriótica¹⁵⁸ em relação à viabilidade do Brasil enquanto uma nação civilizada.

¹⁵⁶ Edler, Flávio. “Medicina tropical: uma ciência entre a Nação e o Império”. In: *Ciência, civilização e república nos trópicos: 1889 – 1930*. Heizer, A., Videira, A. (orgs.) Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010.

¹⁵⁷ Kropf, Simone. Petraglia. Carlos Chagas e os debates e controvérsias sobre a doença do Brasil (1909-1923). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. vol. 16, supl. 1, jul. 2009.

¹⁵⁸ Edler, F. C. Afrânio Peixoto: Uma cruzada civilizadora por la nación posible. *Revista Biomedica*. vol. 23 nº3, 2012, p. 129.

Tal como vemos em Venancio e Carvalhal as três primeiras décadas do século XX se caracterizariam pela modificação do cuidado médico psiquiátrico, em sua associação com os problemas sociais mais gerais da época. Segundo as análises destas autoras, Afrânio Peixoto e Juliano Moreira tomavam a doença como obstáculo e a higienização e a educação como possibilidades de redenção da população brasileira e mesmo da nação, ponto analisado por meio do texto intitulado ‘Les maladies mentales dans les climats tropicaux’, no qual estes dois médicos defendiam a impropriedade de afirmações sobre a correlação entre as condições climáticas e raciais brasileiras e a existência de maior incidência de doenças mentais em nosso meio.¹⁵⁹ Segundo Edler, na consideração do quadro nosológico nacional, Afrânio Peixoto e Carlos Chagas estariam de acordo em relação à ideia de que o clima não constituiria fator etiopatogênico de nenhuma doença, podendo apenas modifica-las ocasionando variedades nosológicas, dada a riqueza da fauna e flora patogênicas.¹⁶⁰ A discordância estaria no fato de que para Peixoto não existindo doenças climáticas não existiriam também doenças tropicais. Já para Chagas existiriam doenças tipicamente tropicais, “cujos processos etiológicos e patogênicos estavam subordinados aos fatores climáticos”¹⁶¹, representando assim as enfermidades mais relevantes do ponto de vista não só médico, mas também social, já que proceder a pesquisa da nosologia brasileira equivaleria a trabalhar para a “redenção sanitária” do país.¹⁶² Deste modo, quando alinhamos os posicionamentos de Peixoto em relação ao fazer médico, expressos em espaços institucionais específicos, podemos observar: por um lado uma das diferentes concepções sobre o país que então se produziam no início do século XX, por outro lado os processos pelos quais passava o campo médico-científico do período.

1.3 A produção editorial em uma trajetória científica e literária

Acredito que a compreensão da trajetória de Afrânio Peixoto passe pela análise das relações entre sua produção bibliográfica e a constituição de seu curso intelectual. Assim, observo suas publicações em suas diferentes edições e os dispositivos de

¹⁵⁹ Venancio, Ana. T. A.; Carvalhal, Lázara. “Juliano Moreira: a psiquiatria científica no processo civilizador brasileiro”. In: Duarte, L.F.D.; Russo, J.; Venancio, A.T.A.. (orgs.). *Psicologização no Brasil: atores e autores*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

¹⁶⁰ Edler. “Medicina tropical: uma ciência entre a Nação e o Império”. *op. cit.* p. 352.

¹⁶¹ *Ibidem*.

¹⁶² *Ibidem*.

sociabilidade por ele utilizados, tendo-se em vista as instituições e grupos a que esteve filiado. Persigo as obras de Peixoto em suas afinidades com os campos a que pertenciam, assim como no diálogo que estabelecia com seus pares, procurando compreender o lugar de livros e artigos na continuidade de sua produção, tanto no que se assemelhavam, quanto no que se distinguiam. Ressalto a ativa intervenção de Afrânio Peixoto nos processos de edição e divulgação de suas obras como modo de referendar a importância destas atividades em sua trajetória.

Maio, ao discutir a trajetória de Peixoto, afirma que a inserção literária foi um meio de atingir a “consagração”: ser não apenas médico, mas também literato. Desta forma, segundo a perspectiva deste autor, no caso de Afrânio, a “porta de entrada no mundo das letras foi através da aproximação com o mercado editorial”.¹⁶³ Maio distingue, sobretudo, a importância do empreendimento editorial didático na trajetória de Afrânio Peixoto, afirmando que este teria explorado a produção deste tipo de livro como um “importante filão financeiro”.¹⁶⁴ Seguindo esta linha interpretativa, este capítulo vem corroborar a análise do papel da produção bibliográfica na construção da trajetória intelectual de Afrânio Peixoto, observando em especial as relações com o mercado editorial e ampliando-a em relação às obras literárias, especialmente seus romances, além das já mencionadas publicações didáticas. Considero que estes dois tipos de obras são símbolos do esforço de Peixoto na constituição de sua trajetória profissional que, como veremos a seguir, se caracteriza como um tipo específico de intelectual de seu período: o literato-cientista.

A importância da atividade editorial em sua trajetória pode ser avaliada por meio dos documentos que deixou, e que demonstram seu interesse e investimento na publicação de seus livros. Trata-se de correspondências a seus editores, negociação acerca de obras no que dizia respeito a prazos, tipografia até mesmo ao tipo de papel utilizado. Afrânio guardou propostas e contratos além de um volume importante de documentos relativos à prestação de contas de suas editoras. Tal como afirma Angela de Castro Gomes acerca dos arquivos privados, as correspondências são *lugares de sociabilidade*, ou seja, espaço de “trocar idéias, de construção de projetos, de amores e de ódios e por fim, mas não em último lugar, de pedir emprego, porque intelectual

¹⁶³ Maio, Marcos Chor. Afrânio Peixoto: notas sobre uma trajetória médica. *Revista da SBPC*. n.º. 11, p. 75-81, 1994, p. 77

¹⁶⁴ *Ibidem*.

geralmente é pobre, mas é ambicioso”¹⁶⁵. Assim, o esforço de entender a importância da entrada de Afrânio Peixoto no mercado editorial para a constituição de sua trajetória intelectual implica em considerar alguns pontos específicos, como a análise dos círculos de relações sociais que de modos diversos podiam contribuir para a edição e publicação de livros; o relacionamento que manteve com as editoras que publicaram suas obras; buscando entender os modos pelos quais administrou sua produção bibliográfica em período que o próprio mercado editorial se transformava, naquilo que se configurava como um turbulento processo de industrialização da produção de livros no Brasil¹⁶⁶. Considero ainda os mecanismos de divulgação destas obras naquilo que dizia respeito à recepção crítica, elemento importante ao sucesso de um autor no mercado.

1.3.1 As obras ficcionais de Afrânio: relações sociais e mercado editorial

Durante o trabalho de pesquisa desta tese tive a oportunidade de entrevistar Alberto Venancio Filho¹⁶⁷. O foco de nossa palestra esteve no fato deste ter conhecido Afrânio em sua infância, visto que seu pai, Francisco Venancio Filho, era amigo de Peixoto. No decorrer desta conversa, no momento em que nos encontrávamos diante de um retrato de Peixoto em um dos salões da ABL, pude confirmar uma de minhas mais fortes impressões a seu respeito. Olhando o referido quadro perguntei a Venancio Filho se a imagem que eu tinha de Afrânio Peixoto ser um homem vaidoso era procedente: sua resposta não poderia ser mais afirmativa. Parte desta vaidade pode ser facilmente

¹⁶⁵ Gomes, A.C. Nas malhas do feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados. *Revista Estudos Históricos*, Vol. 11, No 21 – 1998, p. 124.

¹⁶⁶ No início do século XX mesmo os editores brasileiros como Francisco Alves imprimiam seus livros na Europa, em Portugal e na França, dado a dificuldade de importação das máquinas de prensa. Monteiro Lobato seria pioneiro neste campo importando o que seriam os primeiros monotipos de São Paulo (Luca (1999, p. 70; Koshiyama, 2006, p. 93), já na década de vinte. Outra dificuldade era a importação de papel, que desde 1912 tinha o imposto superior ao da importação de livros. Inicialmente a saída era realizar a importação como papel de imprensa, sobre o qual o imposto era menor. A lei seria modificada em 1925 quando uma das maiores empresas de produção de papel do país faliu, o que faria o congresso modificar a lei. A partir de então o papel de imprensa importado teria uma linha d'água que o distinguiria dos demais, de modo a coibir seu uso para quaisquer outros fins que não a impressão de jornal. (Hallewell, 2005, p.351) O mercado editorial também sofreria influências de fatores diversos como os períodos de guerra, caracterizados pela dificuldade de importação e mesmo pelos períodos de seca que tinham como consequência a distribuição precária de energia elétrica o que inviabilizava o funcionamento das máquinas, tal como ocorrera com a editora de Monteiro Lobato em 1925. (Hallewell, 2005, p.340)

¹⁶⁷ Alberto Venancio Filho, nascido no Rio de Janeiro em 1934, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1991, é formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da então Universidade do Brasil, atuando como advogado no Rio de Janeiro desde 1957. Venancio Filho exerceu diversas atividades administrativas no campo da educação, bem como se dedicou ao magistério, além de ser membro de entidades como o Instituto dos Advogados do Brasil, do IHGB, da Academia Brasileira de Educação, entre outras. Informações disponíveis em www.academia.org.br

identificada nas fotos de sua juventude, as quais revelavam um rapaz alinhado, preocupado com sua aparência a ponto de escolher trajar cartola e fraque por ocasião de seu concurso para professor da FMRJ, opção que lhe valeria o apelido de Max Linder¹⁶⁸.



Afrânio por ocasião do concurso para a FMRJ, trajado de fraque, e segundo consta, uma cartola que não aparece na foto.¹⁶⁹

Contudo, aqui gostaria de asseverar um tipo de vaidade que não se relacionava com seu vestuário ou aparência, mas diz respeito sim a um sentimento de orgulho que

¹⁶⁸ Gabriel-Maximilien Leuvielle (1883-1925), foi um ator que estreou no cinema em 1905 e era considerado precursor da geração de comediantes pastelão do cinema mudo, que incluía nomes posteriormente mais ilustres como Charles Chaplin. Max Linder foi o personagem criado por Leuvielle, uma figura urbana caracterizada por seus trajes elegantes e que era descrito como um "dândi de cartola". Informações disponíveis em <http://www.imdb.com/>

¹⁶⁹ Ribeiro. Afrânio Peixoto. *op. cit.*

demonstrava em relação a seu nível de erudição, suas conquistas profissionais e o reconhecimento social de sua intelectualidade, o que pode ser avaliado pelos escritos daqueles que conviveram com Peixoto, reconhecido como grande orador e um *caseur* brilhante. Este mesmo reconhecimento pode ser aferido por sua inserção e trânsito no mercado editorial. Assim, interessa analisar os modos e as estratégias que Peixoto lançou mão ao longo das três primeiras décadas de sua carreira e que contribuíram para que ele se tornasse um dos autores de maior vendagem de seu período.

Não foi possível determinar a precisão da assertiva de Leonídio Ribeiro que dizia ser Afrânio “o escritor mais lido da língua portuguesa” de sua época.¹⁷⁰ Contudo, é possível verificarmos que de fato Afrânio Peixoto conseguiu constituir uma fortuna crítica que lhe permitia obter sucesso em suas publicações literárias e científicas. Tal é a observação que consta em recorte de jornal encontrado no acervo pessoal de Peixoto e que classificava as obras de Eritácio Pessoa, Olavo Bilac e do próprio Afrânio Peixoto como as que eram “fulminantemente esgotadas”¹⁷¹. Segundo Paulo Azevedo, dono da Francisco Alves naquele período, os romances de Peixoto, em meados da década de 1920, teriam uma “saída extraordinária”. Azevedo revelava um fato interessante no que dizia respeito à aceitação das obras de Afrânio, dizendo que

As edições usuas de 3 mil, que fazemos, esgotam-se tambem numa semana, tamanha é a procura que elles têm aqui, e tantos são os pedidos, que existem permanentemente dos Estados, para qualquer edição que, do autor das ‘Razões do Coração’, porventura apareça¹⁷².

Uma das compilações mais completas acerca das obras publicadas por Peixoto pode ser encontrada no catálogo da exposição comemorativa do centenário de seu nascimento, organizada pela seção de exposições da Biblioteca Nacional e prefaciada por Pedro Calmon (1902-1985). Chamo atenção ao fato de que, diante da reunião das obras de Peixoto, o prefaciador resumisse a vida de Afrânio como exímio transmissor das noções essenciais, espécie de “mestre-escola do Brasil”, exemplo de “uma existência consagrada à palavra”.¹⁷³

¹⁷⁰ Ribeiro. Afrânio Peixoto. *op. cit.* p.419.

¹⁷¹ A reportagem foi publicada no periódico O Jornal, mas não possui indicação de data, sabemos, contudo que o referido livro de Eritácio Pessoa foi publicado em 1925.

¹⁷² Azevedo, P. As memorias do Sr. Eritacio Pessoa. O sr. Paulo Azevedo, proprietário da Livraria Alves. declara a *O Jornal*, que o 'Pela verdade' foi o maior exito de livraria que elle ainda teve como editor.

¹⁷³ Calmon, Pedro. Prefácio. Afrânio Peixoto, 1876-1947 : exposição comemorativa do centenário do nascimento : catálogo da exposição. Rio de Janeiro : Biblioteca nacional, 1976, p. 8-9.

O prefácio de Calmon é póstumo e surge em contexto comemorativo, o que pode justificar o louvor a Afrânio e sua obra. Contudo, o que chama mais atenção aqui é o depoimento que faz acerca de um episódio que teria compartilhado com Peixoto. Segundo Calmon, na época em que Afrânio preparava a reedição de seus livros, este teria lhe dito que estaria *arrumando a mala*, colocando em ordem sua bagagem para a “grande viagem sem retorno”. A inspiração de Afrânio naquele momento seria o Padre Antonio Vieira o qual teria se preocupado em “não deixar o mundo sem a exata, correta e magnífica impressão de seus sermões”, considerando tal obra como o “pecúlio de ilustração comunicativa” que deixaria como legado às futuras gerações.¹⁷⁴ Acredito que a reedição referida por Pedro Calmon seja a de 1944, feita pela W. M. Jackson Company¹⁷⁵, que reuniu em uma coleção os 25 volumes literários de Afrânio e que foi anunciada como uma edição revisada pelo autor. O lançamento da coleção das obras literárias de Afrânio Peixoto pela W. M. Jackson era saudado no que dizia respeito à grandiosidade da iniciativa, tal como declarava o convite do lançamento da coleção¹⁷⁶: a publicação daqueles vinte e cinco volumes de uma só vez representaria a produção de 125 mil exemplares.

A necessidade expressa por Peixoto de “arrumar sua mala” pode ser compreendida como o imperativo mesmo de intervir na construção de sua memória, a partir do reconhecimento de que sua produção bibliográfica constituiria, junto às aulas que ministrou, seu verdadeiro legado às gerações futuras. Esta construção da memória aparece por diversas vezes nos escritos de Afrânio Peixoto, e podemos supor que esta preocupação operava em consonância com seu pertencimento e assiduidade à Academia Brasileira de Letras, enquanto instituição que se caracteriza fortemente pelo cultivo tanto de sua memória institucional quanto à de seus membros. É sob esta perspectiva que entendemos a iniciativa da referida instituição, em 1937, de gravar pequenos vídeos, por volta de um minuto a um minuto e meio, de alguns de seus membros¹⁷⁷, entre os quais estava Afrânio Peixoto. Nestes vídeos, os referidos imortais aparecem

¹⁷⁴ *Ibidem*, p.7.

¹⁷⁵ Segundo Laurence Hallewell (2005), a W. M. Jackson era uma empresa de Nova York que nutria grande interesse pelo mercado latino-americano, se constituindo, desde 1911, na editora pioneira no Brasil no segmento de venda de coleções de livros em domicílio e em prestações. (Hallewell, 2005, p. 367).

¹⁷⁶ Documento encontrado no acervo do CAPM.

¹⁷⁷ Os demais vídeos são dos acadêmicos Armando Erse de Figueiredo, Ademar Tavares, Alberto de Oliveira, Celso Vieira, Filinto de Almeida, Miguel Osório de Almeida, Múcio Leão, Rodrigo Octavio.

lendo trechos de livros ou declamando poesias. Vemos então Afrânio Peixoto, já por volta de seus sessenta anos de idade, dizendo de modo solene e com voz impostada:

O livro é a memória em papel e tinta da humanidade. Só teriam direito, pois à lembrança aqueles que pudessem escrevê-los. Hoje a glória dos artistas, dos atores, dos oradores [inaudível]. O cinema e o disco são a memória integral da humanidade, por que graças a eles todos podem ser lembrados e ser lembrados não como evocação da memória, ser lembrados como uma reprodução exata e viva da vida¹⁷⁸.

No que dizia respeito ao seu próprio legado, Afrânio reconhecia nas letras, nos livros, os instrumentos que guardariam sua memória, lhe importando tanto o reconhecimento pela variedade de temas a que se dedicou como também a aceitação por parte do público que consumia suas obras, o que poderia ser traduzido pelo montante de sua produção. O trabalho de escrita, tanto literária quanto científica é assim um dos pontos essenciais para entender a trajetória de Peixoto, o que ele deixava claro quando avaliava sua vida profissional:

Fui professor de Medicina, de Educação, de Sociologia, diretor de instrução pública, reitor da Universidade... Usaram e abusaram de mim. Parece-me, porém, que o pecado inextinguível são 50 obras diversas e 250.000 volumes que a estatística apurou, de minha responsabilidade, espalhados pelo Brasil... Não há dúvida que estou irremissivelmente condenado...¹⁷⁹

Assim, mais do que na sua multiplicidade de atuações – como médico, alienista, professor entre muitas outras – era à sua produção bibliográfica que Afrânio parecia confiar a manutenção de seu nome, a afirmação de sua obra, espalhada por todo o Brasil. Seria lícito atribuímos esta confiança à perspectiva de que o registro textual de ideias, pensamentos e conhecimentos superaria a própria existência daquele que o produziu. Neste ponto, o uso de fontes tais como os trechos de suas memórias e os documentos de seu arquivo pessoal implica uma grande tentação na análise da trajetória de Peixoto; tentação esta decorrente da facilidade em traçarmos uma linha de continuidade ligando os acontecimentos de sua vida. Contudo, é preciso lembrar que isto só é possível devido ao modo pelo qual Afrânio constituiu seu acervo pessoal, as escolhas que fez sobre o que manter e o que descartar na construção de seus arquivos, recortando assim, o que acreditava ser representativo para a construção de sua memória.

¹⁷⁸ O vídeo está disponível no site da ABL: www.academia.org.br e foi acessado em maio de 2014.

¹⁷⁹ Afrânio apud Ribeiro. Afrânio Peixoto. *op. cit.* p. 349.

Deste modo, se levarmos em conta a importância atribuída pelo próprio Afrânio à sua produção bibliográfica, perceberemos que a análise destas fontes precisa ser feita não de modo a confirmar uma trajetória dada *a priori*, mas buscando observar os meios empregados, as estratégias acionadas e os contextos em que tais documentos foram gestados. O material que ora apresento não pretende construir uma linha de sucessão obrigatória nos acontecimentos da vida de Peixoto, como a interpretação de todo caminho por seu ponto final, como um destino a se cumprir. Procuo, por outro lado, avaliar sua constituição pessoal, seus modos de construção de bens simbólicos, o que pode ser identificado por meio das produções intelectuais que deixou, mesmo das mais precoces como o livro de versos que teria escrito aos onze anos de idade, como veremos adiante. Neste sentido, o objetivo aqui não é identificar no menino Júlio o imortal Afrânio, como ele próprio fez em seu discurso de posse na ABL quando proclamou: “Minha primeira ambição consciente foi esta: ser acadêmico. Na infância, as tendências de cada qual nos levam, sem modéstia nem jactância, aos postos mais humildes, como às situações mais culminantes: à frente de um exército ou à boléia de um carro”.¹⁸⁰

De qualquer modo é possível com certo grau de precisão afirmar a importância de sua formação voltada para as letras e estimulada por seu pai. O Capitão Francisco Afrânio Peixoto, se dedicava à atividades comerciais para garantir o sustento de sua família. Não obstante também seria um autodidata, tendo contribuído para a formação de seu primogênito, trabalho realizado em conjunto com a professora Maria da Purificação, ainda em Lençóis.¹⁸¹ Sua formação teria continuidade no município de Canavieiras, para onde sua família se mudaria em 1885, quando então Afrânio contava com oito anos. A partir de então o Capitão Francisco dividiria a responsabilidade da educação de Afrânio com o agrônomo Glicério Lino de Santana, com quem terminaria o ensino primário e iniciaria o curso de humanidades a ser finalizado já em Salvador no Colégio Florêncio.

A nota destes anos iniciais de formação de Peixoto pode ser avaliada pelo que podemos chamar de sua primeira obra, “*Paucum ex omnibus*”, ou “um pouco de tudo”, o caderno de versos que guardaria, segundo Sales, “as mais longínquas elocubrações

¹⁸⁰ Peixoto, A. Discurso do Sr. Afranio Peixoto. Discursos Acadêmicos. Academia Brasileira de Letras. Tomo I. vols. I - II - III - IV, 1897-1919. Rio de Janeiro, 2005. A edição consultada dos discursos acadêmicos é de 2005, contudo este foi pronunciado em 1911, p. 519.

¹⁸¹ Sales, Fernando. *Aspectos da vida e obra de Afrânio Peixoto*. Bahia: Fundação Cultural da Bahia, 1988; Sales, Fernando. *A Bahia de Afrânio Peixoto*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001; Ribeiro. Afrânio Peixoto. *op. cit.*

literárias” de Afrânio.¹⁸² Segundo Sales, o prefácio que encontramos na abertura do caderno teria sido escrito por um dos caixeiros do Capitão Francisco, o português Elísio do Rego Barreto, que posteriormente se tornaria sócio da empresa Magalhães e Cia, em Salvador. Segundo Barreto, “*Paucum ex omnibus*” despertaria a curiosidade, como obra em que se veria gramática, geografia e história natural. Tal observação poderia nos remeter à multiplicidade de interesses que acompanhou Afrânio por toda a vida; contudo, o fundamental neste pequeno prólogo é o fato de nos possibilitar vislumbrar o ambiente de encorajamento intelectual em que o pequeno Júlio Afrânio Peixoto se desenvolveu. Assim dizia Elísio Barreto sobre o caderno de versos de Afrânio: “o que mais prende a atenção, é vêr-se por quem é escripta; uma creança de onze annos, eis o auctor! É uma creança na verdade, mas uma creança que promette ser vulto”¹⁸³.

Conseguimos, por meio deste pequeno caderno, conhecer parte dos autores lidos em sua infância, pelo menos aqueles que Afrânio considerava suficientemente importantes para fazer transcrições de breves citações: Álvares de Azevedo, Chateaubriand, Castro Alves, Cícero, Vitor Hugo, Virgílio, Bayard e D. J. G. Magalhães¹⁸⁴. Além disso, é interessante notar que junto aos versos dedicados a sua mãe e a seu pai, encontramos aqueles dedicados a saudação de sua terra natal, a Bahia, e ainda a exaltação de um Brasil que se transformava diante de seus olhos. Neste sentido, destaco a existência de temas pertinentes à discussão política e social daquele período e que atravessariam tanto sua obra literária quanto científica. Um desses pequenos poemas mencionava o acontecimento da abolição da escravidão e era datado do dia 13 de maio de 1888; o outro, de modo muito interessante, relacionava a construção da nação brasileira por meio da educação, à constituição do povo brasileiro guiado pela ciência enquanto instrumento de progresso.

¹⁸² Sales. *Aspectos da vida e obra de Afrânio Peixoto. op. cit.* p.52.

¹⁸³ Elísio do Rego Barreto. *Paucum ex omnibus*, 1887. Acervo do Museu Casa de Afrânio Peixoto.

¹⁸⁴ A citação de Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), Visconde de Araguaia, parece ser indicativo de que Afrânio teria uma formação religiosa e despeito da perspectiva cética em relação à religião quando adulto.

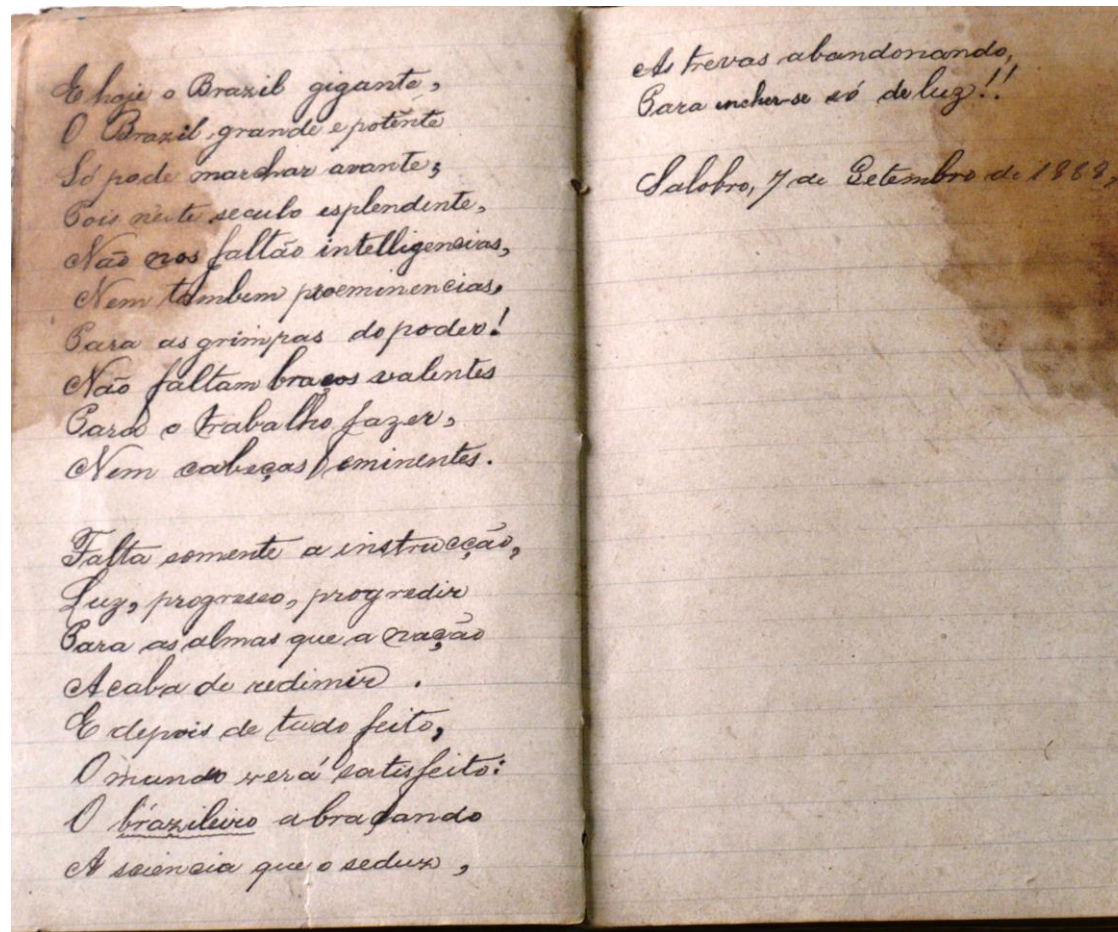
Ao dia 13 de Maio de 1888

«Libertas quæ sera tamen»
 «Virgilio»

Quando por entre as negruras
 Atrozes do captivoiro,
 Só se viam as amarguras,
 E choroso um povo inteiro,
 Foi então que a Liberdade,
 Com divina majestade
 Surgiu, quebrando os grilhões,
 Um a um com suas mãos,
 Unindo seos corações,
 Fazendo delles irmãos!...

Documento do CAPM¹⁸⁵

¹⁸⁵ "Quando por entre as negruras/ Atrozes do captivoiro./ Só se viam as amarguras./ E choroso um povo inteiro./ Foi então que a Liberdade,/ Com divina majestade/ Surgiu, quebrando os grilhões./ Um a um com suas mãos./ Unindo seos corações/ Fazendo delles irmãos!..."



Documento do CAPM¹⁸⁶

¹⁸⁶ “E hoje o Brazil gigante,/ O Brazil, grande e potente/ Só pode marchar avante,/ Pois neste seculo esplendente,/ Não nos faltão intelligencias,/ Para as grimpas do poder!/ Não faltam braços valentes/ Para o trabalho fazer,/ Nem cabeças proeminentes./ Falta somente a instrução,/ Luz, progresso, progredir/ Para as almas que a nação/ Acaba de redimir./ E depois de tudo feito,/ O mundo verá satisfeito:/ O brasileiro abraçando/ A sciencia que seduz,/ As trevas abandonando,/ Para encher-se só de luz!!”

As publicações de Afrânio Peixoto se iniciaram com sua tese de doutorado ‘Epilepsia e Crime’, defendida em 1897 e publicada em 1898 com prefácios de dois de seus professores: Nina Rodrigues e Juliano Moreira. Nas listas bibliográficas de Afrânio é comum a inserção do trabalho ‘Epilepsia e consciência’ de 1897, embora este tenha ficado em forma de manuscrito, escrito quando cursava o sexto ano de medicina e se candidatava a membro da Sociedade de Medicina da Bahia¹⁸⁷. Já a primeira obra literária a ser publicada, em 1900, foi a *Rosa Mística*. Contudo, é comum a omissão deste livro do rol de suas obras, o que pode ser resultado da postura do próprio Afrânio, visto que, após tentar fazer sua revisão, teria desistido do trabalho de modo definitivo. Além disso, é importante notar que Peixoto teve ocasiões em que colocava esta obra entre seus trabalhos literários e por outras a ignorava. Uma destas ocasiões foi justamente no depoimento escrito a pedido de Helion Póvoa. Neste documento Afrânio relacionaria seus “pecados capitais”, seus sete romances: *A Esfinge* (1911), *Maria Bonita* (1914), *Fruta do Mato* (1920), *Bugrinha* (1922), *Razões do coração* (1925), *Sinhazinha* e por último *Uma mulher como as outras* (1928).

No mesmo período de *Rosa Mística* surgiria a ‘Lufada Sinistra’, uma novela publicada no jornal *A Bahia* e que teria sido escrita a cinco mãos: W, S, L, Y e A, respectivamente Afrânio Peixoto, Augusto de Menezes, Bráz do Amaral, Juliano Moreira e Jorge de Moraes; cada qual responsável por um capítulo e cada capítulo seria escrito em um estilo diferente, simbolista, romântico, naturalista, clássico e eclético. Não foi possível averiguar a identidade de todos os autores, mas é correto inferir que se tratava de grupo formado a partir das relações travadas na Faculdade de Medicina da Bahia¹⁸⁸.

As informações acima relatadas sobre ‘Lufada Sinistra’ se encontram nas notas de outro livro escrito em colaboração: um romance policial intitulado *O Mysterio*, de

¹⁸⁷ Esta informação consta de um documento datilografado, corrigido a mão e assinado por Afrânio, que estaria respondendo a um pedido de Helion Póvoa. Documento pertencente ao acervo do CAPM.

¹⁸⁸ Com relação aos autores vimos que Bráz do Amaral (1861-1949) se diplomou pela FMBA em 1886, na qual seria professor substituto da cadeira de clínica obstétrica logo após sua formatura, assumindo a partir de 1902 como lente de Patologia. (Leite, R.C.N. Bráz do Amaral, o historiador da Bahia: sua concepção de história e engajamento político-social na Primeira República. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/> Acessado em maio de 2014.) Jorge de Moraes também teria se formando pela FMBA em 1895 com a tese *Estreitamentos Largos Urethraes*. Quanto à Augusto de Menezes não foi possível encontrar nenhuma informação precisa. Lembramos ainda que Juliano Moreira à época também trabalhava como professor daquela Faculdade.

Coelho Neto, Afrânio Peixoto, Medeiros e Albuquerque e Viriato Corrêa¹⁸⁹. O romance *O Mistério* foi publicado em três edições, nos anos de 1920, 1922, pela Editora Monteiro Lobato, e em 1928, pela Companhia Editora Nacional, com tiragens de 5 mil exemplares para as duas primeiras e de 10 mil para a última. Contudo, originalmente teria sido publicado em uma série, a partir de março de 1920, pelo jornal *A Folha*, de Medeiros e Albuquerque. O método de construção da trama, relatado em prefácio da obra, servia também como emocionante propaganda da empreitada:

Seria actualmente impossível reunir tres nomes de prosadores que superassem em merito os autores do folhetim, cuja publicação hoje iniciamos. O que ha de interessante nelle, além do raro valor literario dos tres grandes nomes que o vão escrever, é o facto de surpresa continua em que viverão os leitores. E a surpresa aqui é tanto mais infallivel, quanto os proprios autores a terão. Nenhum deles sabe o que os outros vão fazer. É lendo o que o seu collaborador da véspera produziu, que cada um decide o que tem de escrever. Haverá, portanto, para os leitores a indagação sempre renovada: ‘Como vae Coelho Netto ou como vae Afranio Peixoto ou como vae Viriato Corrêa deslindar esta meada? E tudo isto será feito não com o descuidado estylo de fabricantes de rodapés sem arte, mas com a superioridade de tres dos maiores nomes da nossa literatura’.¹⁹⁰

Considerado como a primeira narrativa explicitamente policial brasileira¹⁹¹, a conclusão de *O Mysterio* teria se dado originalmente em maio de 1920, tendo contribuído Afrânio com 17 folhetins, Viriato Corrêa com 14, Medeiros e Albuquerque com 9 e Coelho Neto com 7.¹⁹²

A nota introdutória era clara em dizer qual a intenção do livro: “ser romanesco”. Assim, caracterizava-o por qualidades como “fantasia”, “imprevisto” e “improviso”, ao mesmo tempo em que afirmava dispensar outras tais como “coherencia, disciplina e estylo”¹⁹³ a que estariam sujeitas obras de “autoria individual, ou de lenta e concertada elaboração”. O objetivo seria primordialmente o entretenimento, proporcionar diversão e desafio, elementos capazes de atrair e fixar a atenção do leitor, fazendo com que este voltasse ao jornal em busca da solução àquelas difíceis situações que os autores colocariam uns aos outros. Meu interesse nesta publicação se refere à possibilidade de reconstituirmos parte de sua história e assim vislumbrarmos uma das facetas do negócio

¹⁸⁹ Coelho Neto; Afranio Peixoto, Medeiros e Albuquerque; Viriato Corrêa. *O Mysterio*: romance policial. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1928.

¹⁹⁰ Prefácio. *O Mysterio*, p. V-VI

¹⁹¹ Reimão, S. L. *Literatura policial brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005, p. 13.

¹⁹² Prefácio. *O Mysterio*, p. VI

¹⁹³ *Ibidem*.

dos livros das primeiras décadas do século XX, ao qual Afrânio esteve indiscutivelmente associado. A Editora Monteiro Lobato foi a primeira empresa editorial “genuinamente brasileira”¹⁹⁴ e sua história nos fornece indicativos quanto às relações, inclusive pessoais, pelas quais se dariam as produções editoriais neste período. Neste sentido, destaco a transcrição que Bignotto¹⁹⁵ faz de uma carta¹⁹⁶ enviada por Afrânio a Lobato, justamente no contexto de publicação do referido livro. A carta enviada por Afrânio teria sido recebida por Lobato em 11 de junho de 1920, ou seja, logo em seguida à conclusão da trama nas páginas do jornal *A Folha*. Segue a transcrição, por mim grifada:

“97, Paisandú

11 de junho

1920

Lobato:

Negocio. Não sei se V. sabe que na “Folha”, do Medeiros, perpetramos, o Coelho Netto, eu, o Viriato Correia e ele, Medeiros, um romance de aventuras, policial, amoroso, etc, au jour le jour, com algumas coisas bem interessantes, e que aqui do que nos disse, não sei se por amabilidade o Medeiros **despertou interesse a ponto de aumentar a tiragem do jornal**. Foi o “Misterio”. Trata-se de o publicar em volume. Embora de **qualidade literariamente modesta, ha interesse para o publico**, não sendo somenos os dos nomes que o subscrevem (ó Afranio!). **Editor: o Alves não convém ao Neto, o Leite Ribeiro não pode consigo, o Garnier é em Paris.** Lembrei-me de V. **Como negocio, não é mau**, creio que faremos algumas edições; como reclame, magnifico. Poderá V. fazê-lo agora? **É negocio, veja lá, e não favor**, de sorte que V. não se sentirá embaraçado em nos dizer, ou me dizer, “não”. Sei das angustias dos nossos editores. **Como é V. um novo negociante**, dahi a minha lembrança. Insisto: não tenha o menor vexame na recusa, porque apenas lhe proponho um **negocio**. **Pessoalmente, ou individualmente, eu seria obrigado a levar ao Alves**, pelos meus antecedentes, como lhe levei, ainda esta semana, um outro livro. Neste, tenho socios e suas incompatibilidades, que é preciso resguardar.

Quando torna ao Rio? Soube de sua partida, já V. em S. Paulo: nem lhe pude seduzir com os meus pirões.

Um afectuoso abraço do

Seu adm^{or} e am.^o

Afranio Peixoto”

¹⁹⁴ Bignotto, Cilza. Monteiro Lobato e a edição de Mistério. Adami, Antonio ; Heller, Barbara e Cardoso, Haydée Dourado de Faria (orgs.). *Mídia, cultura e comunicação 2*. São Paulo: Arte & Ciência, 2003, p. 303.

¹⁹⁵ *Ibidem*, p. 304-305

¹⁹⁶ O documento, segundo Bignotto (2003), pertence ao acervo do Centro de Documentação e Referência Alexandre Eulálio (CEDAE), do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), da Unicamp. Tal acervo guardaria as correspondências ativas e passivas de Monteiro Lobato, entre outros documentos desta personagem.

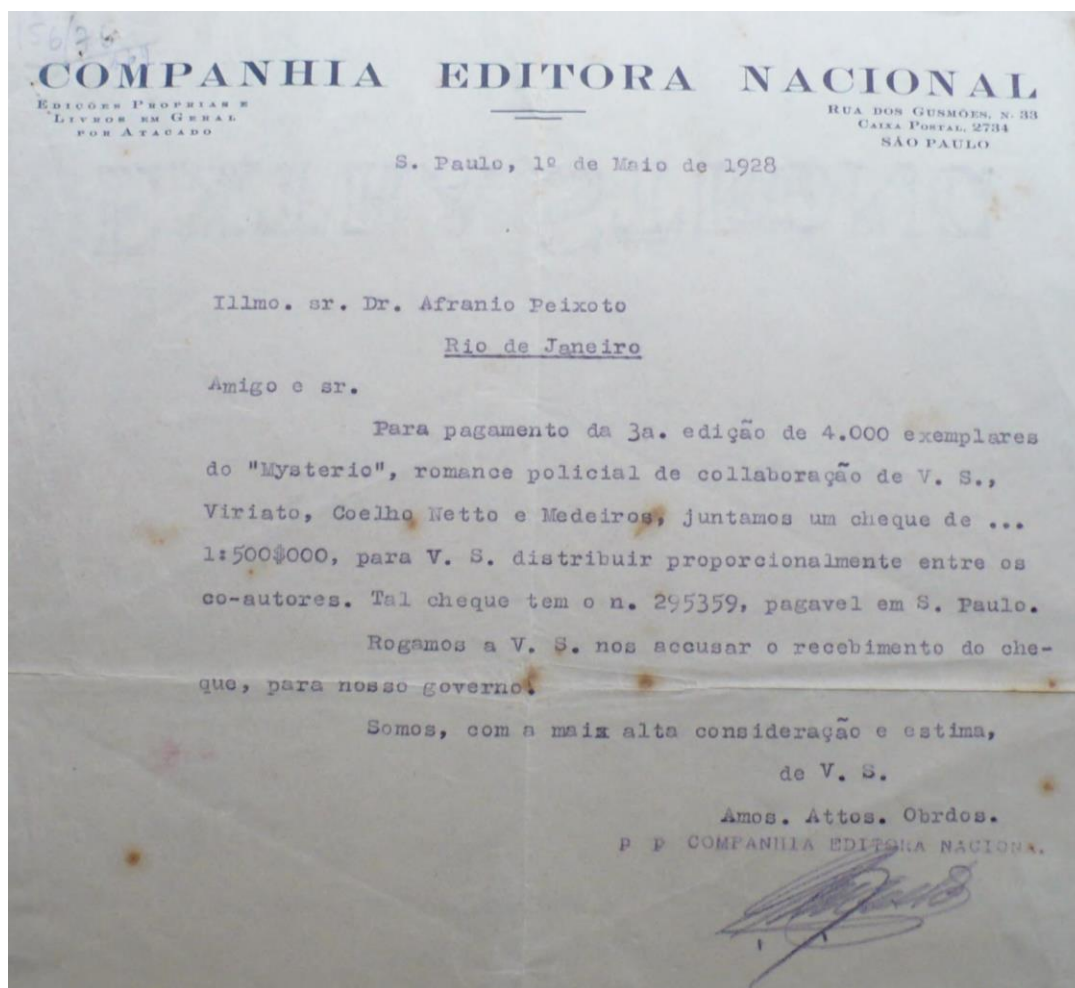
O modo pelo qual Afrânio se expressava sobre a publicação daquele livro é exemplar naquilo que dizia respeito à profissionalização da atividade intelectual, neste contexto especificamente literário. Como atividade profissional nos referimos a um afastamento de um ideal de realização artística para pensarmos na pragmática comercial, exercício intelectual com vistas a obtenção de lucro. É o que podemos depreender como objetivo primeiro da missiva escrita por Peixoto, principalmente quando notamos sua reafirmação ao longo do texto das expressões negócio/negociante. Afrânio não apelava à amizade ou mesmo à cooperação de Lobato, enquanto editor¹⁹⁷, para a publicação de uma obra de inestimável qualidade e que por isso merecia ser publicada. Pelo contrário, desde o início afirmava a modesta qualidade literária da obra, a despeito dos nomes que a assinavam. Vemos aqui explicitação de uma operação comercial, a venda de um produto que, a despeito de sua qualidade, teria público consumidor certo, pois teria inclusive conseguido aumentar a tiragem do jornal em que fora originalmente publicado.

A despeito do tom informal da missiva, expressa por Peixoto na lástima por não poder ter oferecido seus pirões a Lobato, percebemos a veemência com que afirmava que a proposta que ora lhe fazia era um negócio, desobrigando o editor à aceitá-la. A carta nos revela que, de fato, aqueles senhores possuíam relações acima da esfera comercial e por isso era necessário deixar claro o caráter daquela proposta.

Além de demonstrar a percepção da literatura enquanto um negócio, *O Mistério* também é ilustrativo do atravessamento dos campos literário e científico, e esta percepção era ressaltada em uma nota final na terceira edição do livro que mencionava um artigo publicado na revista *O Phanal*, de 1924, de autoria de um professor da Faculdade de Direito, que assinava sob o pseudônimo Enrico Ferrigno. O artigo classificava o romance como um quadro dos costumes jurídicos do Rio de Janeiro, uma caricatura daquela realidade que reunia “alguns dos reparos policiaes e judiciários daquelle dos autores que, romancista de renome, também é illustre professor de direito, e, portanto, pela observação e pelo estudo, estava qualificado para esta sátira – o sr.

¹⁹⁷ Lembramos que, em 1921, Afrânio se tornaria um dos diretores da Revista do Brasil. A referida revista teria sido fundada em 1916 por um grupo do jornal O Estado de S. Paulo, Monteiro Lobato seria um de seus colaboradores de primeira hora e acabaria por comprar o periódico em 1918, tornando-se seu diretor, trilhava assim o caminho em direção à fundação de sua editora. Parte da história da Revista do Brasil é analisada em De Luca, Tania Regina. A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

Afranio Peixoto”.¹⁹⁸ Ferrigno destacava a ironia utilizada por Peixoto em relação à polícia científica e à medicina legal, em que a complexidade de um crime seria diretamente proporcional à pressa da polícia em achar um culpado. Assim, o saber científico de Peixoto contribuiria, segundo Ferrigno, na construção de *O Mistério*. Afrânio, segundo nos indica a documentação a respeito de '*O Mistério*' sempre esteve à frente das negociações editoriais, desde o acordo para sua publicação até a divisão entre os autores do pagamento.



Documento do acervo CAPM

É interessante ressaltar que os indivíduos que poderíamos caracterizar como produtores de bens culturais daquele período constituíam um círculo restrito, conheciam uns aos outros, constituindo grupos que, ainda que antagônicos, frequentavam os mesmos espaços sociais, disputavam os mesmo cargos e dispunham de um número

¹⁹⁸ Ferrigno. *O Mysterio*. São Paulo: Edição da Revista do Brasil, 1920, p. 256.

limitado de modos de legitimação, como publicações e a participação em instituições tais como a ABL. Esta, não por acaso, estava presente na trajetória de todos os personagens aqui envolvidos. Medeiros e Albuquerque (1867-1934) e Coelho Neto (1864-1934) eram membros fundadores, Afrânio à época também já era acadêmico, eleito em 1911, e Viriato Correia seria eleito em 1938, sem falar no próprio Monteiro Lobato que se candidataria à vaga de imortal em 1922, sem, no entanto, obter sucesso¹⁹⁹. Entretanto a intelectualidade literária daquele período não era homogênea: alguns eram vinculados à academia e outros circulavam em espaços mais democráticos como os cafés, confeitarias e outros espaços públicos representantes da boemia literária carioca de transição do séc. XIX/XX. Segundo Assis Barbosa as letras cariocas nas primeiras décadas do século XX, reunia vários grupos filiados a correntes literárias e ideológicas diversas, tal como os que chamava “libertários” – literatos vinculados à interesses de cunho político e que tratariam de questões sociais – e os “nefelibatas”, que reuniriam nomes de autores vinculados ao simbolismo, responsáveis por publicar livros que causariam “arrepios”, dado o mau gosto das obras: “livros em estranhos formatos e impressos em diversas cores”.²⁰⁰ Afrânio deveria ser um dos responsáveis por provocar arrepios diante da publicação de seu *Rosa Mística*, que mudava as cores da impressão conforme a evolução da história. Além destes, teríamos os literatos vinculados à Academia, liderados por Machado de Assis, por sua vez, frequentador da livraria Garnier.

Segundo Afrânio, na época em que se transferia para o Rio de Janeiro, seu propósito seria o de somente se dedicar a medicina, tendo afastado por isso as letras do rol de suas preocupações. Contudo, a “curiosidade” o teria levado à Garnier²⁰¹, onde conheceria “toda a fama literária do Rio de Janeiro”²⁰², e ainda o próprio Machado de

¹⁹⁹ Monteiro Lobato seria ainda indicado por membros da ABL na eleição que ocorreria em 1944, contudo, sua relação com aquela instituição já azedara, o que era interpretado por Valente (2010) como mágoa da rejeição sofrida quase duas décadas antes. (Valente, Thiago Alves. *Monteiro Lobato nas páginas do jornal: um estudo dos artigos publicados em O Estado de S. Paulo (1913-1923)*. São Paulo: Editora UNESP, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010).

²⁰⁰ Barbosa, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1988, p.129.

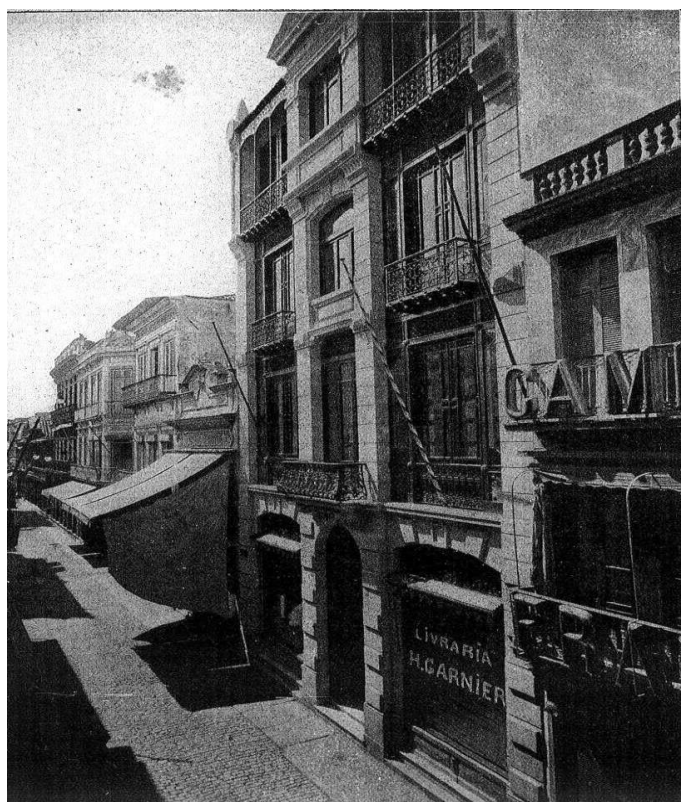
²⁰¹ A Livraria Garnier no Brasil foi fundada por Baptiste-Louis Garnier que chegou ao Rio de Janeiro em 1844, abrindo sua loja no número 69 da Rua do Ouvidor. Baptiste-Louis ficaria no comando da Garnier no Brasil até 1893, ano de sua morte, após o que passaria para o controle de um de seus irmãos, Hippolyte Garnier. Hippolyte, a despeito dos negócios que aqui mantinha, nunca teria visitado o Brasil, resolvendo a situação ao enviar um gerente francês para administrar sua loja, tarefa que posteriormente seria assumida por seu sobrinho Auguste-Pierre.

²⁰² Peixoto apud Ribeiro. Afrânio Peixoto. *op. cit.* p. 137.

Assis, um dos fundadores da ABL e já então nome de destaque dentre os literatos brasileiros. Assim, Afrânio descrevia sua incursão pelo “mundo” da Garnier:

Havia àquele tempo duas séries de cadeiras junto ao balcão dos livros e nelas se sentavam homens de letras, a palestrar. Um deles, murcho, moreno, poucas palavras, sorumbático, olhando vagamente através das lunetas, era Machado de Assis, mestre da arte de escrever, que a Academia consagrara enfim à popularidade. Não era de relações fáceis. Ordinariamente taciturno, só os grandes amigos, Veríssimo, Oliveira Lima, Mario de Alencar, o provocavam.²⁰³

Machado se constituía em ilustre figura e Afrânio se contentaria somente em sentar-se próximo e observá-lo até que fossem devidamente apresentados. Tal relato parece indicar que a Garnier teria então se tornado parte de seu trajeto na cidade, ainda que a relação de Peixoto com tais casas possa ser reconstruída, sobretudo, por intermédio de suas relações editoriais. A apresentação teria sido feita por Mario de Alencar, ocasião em que Machado de Assis teria louvado a discrição de Afrânio em nunca ter-lhe dirigido a palavra, pedido um autógrafo ou mesmo o interpelado a respeito de suas opiniões literárias ou políticas: tratava-se de uma celebridade.



Fonte: Almanaque Brasileiro Garnier para o anno de 1905 - Ano III sob a direção de B.F. Ramiz Galvão

²⁰³ *Ibidem.*

Este pode ter sido o espaço privilegiado em que Afrânio travaria conhecimento com figuras que seriam importantes anos mais tarde em sua entrada para a ABL, especialmente Mário de Alencar, entre outros intelectuais que orbitavam Machado de Assis. A suposição de que Afrânio teria frequentado tal livraria durante certo período se confirma quando este relatava outro episódio passado com Machado de Assis. Segundo Peixoto, Machado, dia a dia o trataria “com mais afabilidade”, e em certa ocasião o fundador da ABL teria perguntado se conhecia o Ministro da Viação.²⁰⁴ Afrânio responderia positivamente, não só o conhecia como seriam amigos de infância e, naquele período, companheiros de residência, de tal modo que dizia conhecer-lhe “os sentimentos e as idéias”.²⁰⁵ O amigo a que se referia era Miguel Calmon que, como já mencionado, foi Ministro da Viação e Obras Públicas do governo de Afonso Pena de 1906 a 1909. Este episódio nos permite precisar a frequência de Afrânio à Garnier em pelo menos quatro anos, desde sua chegada ao Rio, em 1902, até, no mínimo, 1906, quando da nomeação de Calmon como ministro.

Machado de Assis perguntaria então se Calmon era “dado à ironia”, ao que Afrânio responderia negativamente, afirmando ainda que Miguel Calmon seria a pessoa mais séria que conhecia, “incapaz de um gracejo, insusceptível de ironia”. Peixoto só viria a descobrir o motivo da pergunta quando, mais tarde, Calmon lhe explicaria o que sucedera entre ele e Machado de Assis. O problema teria se dado quando Calmon, ao empossar-se como ministro, chamou Machado e lhe declarou sua admiração tanto pelo escritor quanto pelo funcionário público, requerendo sua amizade e conselho.²⁰⁶ Calmon, contudo, não conseguiria de Machado de Assis conselho ou recomendação nos assuntos ministeriais. Afrânio arremataria tal episódio afirmando que tempos depois, voltando a encontrar Machado na Garnier, teria lhe perguntado sobre o ocorrido, ao qual este teria respondido:

O ministro é velho, sem ter sido mûço; parece estrangeiro, porque senão devia julgar-se um infalível. Minha experiência demonstra que os ministros só precisam das nossas opiniões para nos darem a responsabilidade das suas decisões. Passam sem elas no que querem. Os jovens ainda mais que os velhos são decisivos. O Dr. Calmon é um ministro absurdo. Quer opiniões, quando o arbítrio é a regra da administração.²⁰⁷

Estes excertos nos ajudam a compreender os espaços em que se constituíam as relações entre os intelectuais do período: a importância dos lugares públicos, cafés, confeitarias, livrarias, bem como de locais mais restritos como as sociedades e

²⁰⁴ *Ibidem*, p. 138.

²⁰⁵ *Ibidem*.

²⁰⁶ *Ibidem*.

²⁰⁷ *Ibidem*, p. 139

estabelecimentos de cultivo literário. No que dizia respeito ao ambiente criado pela ABL percebemos que este se constituía também em um lugar de encontro, de contato, não necessariamente de iguais, o que podemos assegurar quando tomamos conhecimento das disputas entre seus membros, principalmente naquelas que ocorriam a propósito das eleições de novos acadêmicos. Embora não encontremos total homogeneidade ou unanimidade entre os acadêmicos da ABL, podemos verificar a recorrência de um tipo específico de extração social. Por meio de uma breve vista sobre a biografia de alguns de seus membros é possível entendermos que para além das letras, a dedicação ao serviço público também seria fator comum a muitos deles: funcionalismo, docência, cargos administrativos, jurídicos, políticos e militares.

São exemplos mais notórios os nomes de: Machado de Assis (1839-1908), primeiro oficial da Secretaria de Estado do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, carreira que se dedicaria por toda vida; Mario de Alencar, diretor da Biblioteca da Câmara dos Deputados e secretário do ministro da Justiça e Negócios Interiores, J. J. Seabra em 1904; Araripe Jr., que receberia Afrânio na ABL, após concluir o curso na Faculdade de Direito do Recife seria nomeado secretário do governo de Santa Catarina, de juiz no Ceará e, quando no Rio de Janeiro, exerceu a função de oficial de secretaria do Ministério dos Negócios do Império, no período republicano passando ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Muitos outros exemplos poderiam ser citados, dentre os que se distinguiriam por sua atuação científica, como Félix Pacheco (1879-1935) que foi eleito à ABL em 1912, e os que estavam significativamente associados à literatura como Olavo Bilac (1865-1918), que foi oficial da Secretaria do Interior do Estado do Rio, inspetor escolar do Distrito Federal, além de servir como delegado em conferências diplomáticas e como secretário do prefeito do Distrito Federal em 1907.

Podemos entender a empreitada de Peixoto com *Rosa Mística*²⁰⁸ a partir do relato de Luis Edmundo que, ao descrever a efervescência de ideias no início do século XX afirmava que “as hostes novas da nossa literatura viv[iam] assanhadas pelo simbolismo. É a moderna

²⁰⁸ Segundo as memórias de Afrânio, teria sido Juliano Moreira, que então se encontraria na Europa, o incumbido da missão de mandar imprimir ‘Rosa mística’ em Leipzig, serviço feito pelo livreiro Brokauss, que diante dos “caprichos tipográficos” de Afrânio teria relatado à Moreira: “Tenho nas minhas coleções os livros mais extravagantes; grandes, mínimos, ilustrados, papéis preciosos, tenho de tudo; mas, tão maluco quanto êste impresso com o arco-íris, nenhum. Diga a seu amigo, que fica aqui o seu livro como uma das mais interessantes extravagâncias tipográficas que conheci”. (Afrânio *apud* Ribeiro, 1950, p.22). Isso porque a ideia de Peixoto era variar a cor do texto de acordo com a “gradação psicológica do drama”, assim, “começava vermelho açafraão, continuava vermelho sangue, chegava a azul, acabava violeta, sendo o último ato de escuridão e de morte, negro”. (Peixoto *apud* Ribeiro, 1950, p. 22).

escola”.²⁰⁹ Tal escola pretendia ir de encontro ao realismo na literatura e ao parnasianismo na poesia. Assim, o simbolismo seria adotado, segundo Luis Edmundo por oito a cada dez “moços” que faziam literatura.²¹⁰ Parte deste entusiasmo pelas novas formas de representação literária parecia advir do fato de que esta permitiria justamente a oposição àqueles já estabelecidos, aos “crostas”, aos “medalhões”, denominações das mais brandas quando se tratava de qualificar o círculo literário estabelecido. Luis Edmundo asseverava: “Todos os deuses por terra! Todos!”²¹¹

Portanto, percebemos que em determinado momento Afrânio poderia ser caracterizado como um nefelibata, dado o excêntrico de sua primeira obra literária, de caráter simbolista. Posteriormente ele se vinculava aos acadêmicos, como atestam a indicação de seu nome para a vaga deixada por Euclides da Cunha; a admiração por Machado; sua amizade com Mário Alencar (1872-1925); e suas relações com Araripe Júnior (1848-1911). Este último, publicaria em 1909 o livro *Miss Kate*, assinado sob o pseudônimo de Cosme Velho e prefaciado por Peixoto. Deste modo, a despeito da caracterização dos intelectuais de início do século XX a partir de sua filiação a grupos específicos, percebemos na trajetória de Afrânio o quanto estes poderiam ser permeáveis uns aos outros, com os indivíduos circulando e se conectando por relações diversas.

Naquilo que dizia respeito ao pertencimento social senão do grupo, pelo menos da instituição à qual Afrânio explicitamente se filiava, a ABL, o trânsito de seus membros em diversas instituições do período, pode ter contribuído para a construção da imagem da Academia enquanto uma representante oficial não somente das letras como da intelectualidade brasileira. A ABL por sua vez constituía instância de reconhecimento e prestígio social, o que deveria servir como dispositivo que franqueasse as portas das editoras àqueles que desejavam ver suas obras publicadas. Mas ela também era um espaço de disputas e manobras – ou como diria Afrânio – de “cabalas” e “conspirações” – de modo que estava muito longe de representar uma homogeneidade de pensamento e de interesses de seus membros, ali unidos pelo desejo de pertencer àquela assembléia que recrudescia em sua glória ao longo das primeiras décadas do século XX, distinguindo-a das demais instituições congêneres.

²⁰⁹ Costa, Luis Edmundo de Melo Pereira da. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 415.

²¹⁰ *Ibidem*.

²¹¹ *Ibidem*, p. 419.

Contudo, no que se referia as disputas acadêmicas nada mais representativo que o movimento originado em torno das eleições de novos membros. Afrânio recordaria a eleição, em 1912, de Lauro Muller (1863-1923) e de acordo com sua perspectiva, o militar teria se deixado seduzir pelo sonho de ser acadêmico devido a manobras de João do Rio que pretendia conseguir uma legação do Egito e de Graça Aranha que também desejaria uma legação melhor na Europa; assim, um se ocuparia da “cabala eleitoral”, pedindo votos, e o outro teria confeccionado “um discurso do Ministro em papel tão grosso e em typo quarenta e oito tão grande que ainda assim deram um modesto folheto”.²¹² Lauro Muller teria como concorrente o candidato de José Veríssimo, – Ramiz Galvão – a quem, segundo Peixoto, o crítico literário seria subordinado na Instrução Pública Municipal. A disputa teria sido acirrada, resultando na eleição de Lauro Muller que contou com a disposição de João do Rio para “assaltar, ainda no mar, a vapores vindos da Europa”, como Afrânio afirmava ter sido seu caso. A despeito da verve ácida de Peixoto é possível perceber por tais relatos a constituição da Academia como um ponto de convergência de interesses múltiplos, políticos, profissionais, e claro, literários. Assim, seu pertencimento a tais agremiações pode contribuir para entendermos parte de sua fortuna crítica.

1.4 Sucesso de público e crítica: *A Esfinge* (1911)

Se tomássemos isoladamente a história das publicações de Afrânio, bem como a relação que possuía com os editores como exemplo da realidade de todos os autores do período estaríamos incorrendo em um erro de apreciação, isso porque quando comparamos sua trajetória com a de escritores que eram seus contemporâneos vemos situações completamente diversas. O exemplo que lhe é radicalmente oposto foi apresentado por Assis Barbosa em relação às publicações de Lima Barreto, autor que teria uma longa trajetória de buscas, muitas vezes infrutíferas, de editores que publicassem suas obras.²¹³ Barbosa demonstra a importância das relações sociais no empreendimento editorial quando relatava as queixas de Lima Barreto, tal como quando falava de Hyppolite Garnier²¹⁴. Este passou a

²¹² Trecho das memórias de Afrânio Peixoto recentemente disponibilizadas pelo Arquivo da ABL.

²¹³ Barbosa, Francisco de Assis. A vida de Lima Barreto. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1988.

²¹⁴ A Livraria Garnier no Brasil foi fundada por Baptiste-Louis Garnier que chegou ao Rio de Janeiro em 1844, abrindo sua loja no número 69 da Rua do Ouvidor. Baptiste-Louis ficaria no comando da Garnier no Brasil até 1893, ano de sua morte, após o que passaria para o controle de um de seus irmãos, Hippolyte Garnier. Hippolyte, a despeito dos negócios que aqui mantinha, nunca teria visitado o Brasil, resolvendo a situação ao

administrar os negócios editoriais que seu irmão falecido lhe deixou no Brasil, e mesmo assim nunca fez uma visita a estas terras e tampouco se importaria com o lançamento de novos autores: “Velho rico, ignorante das nossas coisas, certamente já mentecapto, o seu critério nas publicações era o dos pistolões recebidos e do nome que o autor tinha no mundo”.²¹⁵ O fato é que apesar das críticas recaírem sobre a Garnier, Barreto não conseguiria nenhum outro editor no Brasil para publicar sua primeira obra, recorrendo a um editor português que faria o trabalho na condição de que o autor abrisse mão dos direitos autorais.

Ainda conforme Barbosa, o sucesso de Afrânio com a publicação de seu romance *A Esfinge*, em 1911, reafirmaria o sentimento de injustiça que Barreto cultivaria no que dizia respeito à recepção da crítica de seu livro ‘Recordações do Escrivão Isaías Caminha’, publicado dois anos antes. Uma das críticas desabonadoras que o livro de Barreto teria recebido girava em torno da questão deste ser um romance à clef, um romance com chave, que poderia ser lido perfazendo a relação entre seus personagens e pessoas e situações reais e que seria considerado um gênero literário menor, tal como era expresso na crítica publicada em *A Notícia*:

Máu romance, porque é da arte inferior dos romans à clé. Máu panfleto, porque não tem a corajem do ataque direto, com os nomes claramente postos e vai até a insinuações a pessôas que mesmo os panfletarios mais virulentos deveriam respeitar.²¹⁶

Segundo Assis Barbosa, Lima Barreto interpretaria a má vontade da crítica para com seu livro como resultado de sua condição de mulato, de tal modo que as restrições feitas a seu livro também poderiam ser encontradas em obras mais facilmente editadas – como seria o caso de Afrânio e seu *A Esfinge* (1911) – também um romance com chave, descrevendo indivíduos que circulavam no meio social da elite intelectual do Rio de Janeiro e de Petrópolis. Deste modo, o sucesso de *A Esfinge* (1911) lhe faria questionar por que ninguém se lembrou de mencionar que este era um gênero inferior de literatura. A resposta era a de que “Afrânio Peixoto pertencia ao grupo dos donos da inteligência e da cultura, e ele, Lima Barreto, não passaria de um ‘roto’”.²¹⁷ Lima Barreto não somente teria lido *A Esfinge* como o

enviar um gerente francês para administrar sua loja, tarefa que posteriormente seria assumida por seu sobrinho Auguste-Pierre.

²¹⁵ Barreto, Lima. Apud. Barbosa. *A vida de Lima Barreto*. *op. cit.* p.138.

²¹⁶ J. dos Santos. *Cronica Literaria*. *A Noticia*, Ano XVI, 15 de dezembro de 1901, p. 1 A assinatura de J. dos Santos, seria na verdade um dos pseudônimos de José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque (1867-1934), membro fundador da ABL e sua crítica não teria passado despercebida à Lima Barreto, que, segundo Barbosa, enviaria carta ao acadêmico defendendo sua obra, reconhecendo suas imperfeições e mesmo se dispondia a lhe corrigir em futuras edições. (Barbosa. *A vida de Lima Barreto*. *op. cit.* p. 150).

²¹⁷ Barbosa. *A vida de Lima Barreto*. *op. cit.* p.154.

consideraria “detestável”.²¹⁸ Além disso, tal como afirmava Barbosa, “o exemplar de *A Esfinge* serviria assim como uma prova documental da injustiça que sofrera”, destacando uma das anotações encontradas ao longo do livro, em que o autor de Isaías Caminha ponderaria: “É à clef, e eles elogiaram”.²¹⁹

A história da publicação de *A Esfinge* é relatada em diversos livros que dissertam sobre o mercado editorial brasileiro de início do século XX²²⁰, justamente por que envolve uma reflexão sobre seus mecanismos. O contrato de edição que regia os negócios da Francisco Alves estabelecia que caberia ao editor o pagamento das despesas materiais do livro, como papel e impressão, sendo o lucro, após o pagamento destas despesas, dividido em 50% entre editor e autor, ficando este último obrigado a promover o livro.²²¹ É importante ainda ressaltar que Francisco Alves, em 1907, estabeleceria sociedade com Júlio Monteiro Aillaud, participando assim do controle da livraria e tipografia Aillaud, de Paris. No ano seguinte iria adquirir a Livraria Bertrand, de Lisboa, com as quais também encontramos contratos de edição para obras de Afrânio Peixoto entre sua documentação pessoal.²²²

Apesar de não termos encontrado o contrato de Afrânio com a Francisco Alves, um dos documentos de prestação de contas demonstra como funcionava o que chamavam de “conta de parceria”, em que se calculava os gastos com uma determinada obra. O documento abaixo tratava da segunda edição de *Elementos de Higiene*, em tiragem de mais de três mil exemplares, computando-se os gastos com a composição, a impressão, transporte e direitos alfandegários; a quantidade de exemplares destinados ao autor que as utilizaria em propaganda do livro e o número de exemplares vendidos, o que fornecia os valores para chegar ao resultado de débitos e de crédito.

²¹⁸ Barreto daria seu exemplar de *A Esfinge*, lido e anotado, à Antônio Noronha dos Santos, com a seguinte dedicatória: “Ao Sr. Dr. Antônio Noronha dos Santos, desejando que tenha na sua estante uma eloquente prova da importância do senso literário nacional e também do critério que, por este século XX, ainda se tem, entre nós, do romance, ofereço este livro, cujas virtudes opiáticas, não são de desprezar. – Rio de Janeiro, 25, VIII. 11”. (Lima Barreto *apud* Barbosa, 1988, p. 154).

²¹⁹ Barbosa. *A vida de Lima Barreto. op. cit.* p.154.

²²⁰ Hallewell, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2005; Koshiyama, Alice Mitika. Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor. São Paulo: Edusp: Com-Arte, 2006; Broca, Brito. *A vida literária no Brasil - 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

²²¹ Bragança, Aníbal. *A Francisco Alves na História do Livro: uma introdução*. Francisco Alves de Oliveira: (livreiro e autor). Moniz, E. (org.) Rio de Janeiro: ABL, 2009, p. XII.

²²² *Ibidem*, p. XV.

O Ilm. Sr. D. Afrânio Peixoto

em conferente com Francisco Alves & C. Livreiros Editores
Rua do Ouvidor 166 - Rio de Janeiro

Fechada em 8 de Setembro de 1917

Datas	Debito	Credito
<u>Conta de parceria</u>		
<u>Higiene (Elementos) 2ª ed.</u>		
Composição, impressão, transporte e direitos alfandegarios de uma edição de 3300 ex.		
	11.014 905	
<u>Balanco</u>		
Entraram	970	
<i>apenas 19 foram deslanchados</i> Deduzem para propaganda	100	
	Liq. 870	
Existem	653	
Vendidos	217 ^{10/3000}	1822 800
Balanco de saldo		9195 105
	11.014 905	11.014 905
Saldo devedor	9.195 105	

Documento do CAPM

Segundo Afrânio, um encontro casual com Francisco Alves, nas Paineiras, teria resultado na encomenda por parte do livreiro de uma obra voltada para o campo do ensino da medicina legal, o que teria resultado na publicação de seu *Elementos de Medicina Legal*. Outro encontro entre Peixoto e Alves, desta vez no Hotel do Louvre, em Paris, teria resultado em acordo para a publicação de *A Esfinge*. Segundo Afrânio, nesta ocasião, teria contado ao Alves o episódio pelo qual passara João Ribeiro (1860-1934) ao oferecer ‘O Fabordão’ ao Garnier. Ribeiro teria escutado do editor a seguinte resposta: “O livro didático, a carne, é para o Alves; a literatura, o osso, para mim”, isso porque Francisco Alves já era reconhecido, como veremos adiante, pela produção de livros didáticos, a carne, obras preferidas pelos editores por venderem melhor²²³. Afrânio temia que o mesmo lhe sucedesse ao oferecer *A Esfinge* a algum outro editor, o que o levava a indagar a Francisco Alves quanto este lhe cobraria para editar seu romance. Segundo as memórias de Afrânio, Francisco Alves lhe responderia do seguinte modo: “Atendo ao Garnier: se tenho o livro didático, devo ter também o literário”²²⁴, tendo ainda acrescentado que ‘a Esfinge’ não seria “osso” visto que teria mil colegas médicos

²²³ Peixoto, Afrânio. Francisco Alves: O pioneiro do livro didático no Brasil. Francisco Alves de Oliveira: (livreiro e autor). Moniz, E. (org.) Rio de Janeiro: ABL, 2009. Publicado originalmente em *Revista da Academia Brasileira de Letras*, vol. 63, 1942, p. 61.

²²⁴ *Ibidem*, p. 62.

para “esgotarem uma primeira edição para ver se não escorregou”²²⁵. De fato, *A Esfinge* seria editada quando ambos retornassem ao Rio de Janeiro, com sucesso tal que sua segunda edição se daria um mês após a primeira.

É interessante notar como Afrânio construía a história de suas primeiras publicações como obras de circunstâncias, o *Elementos de Medicina Legal* (1910), seu primeiro livro didático com veremos adiante, era retratado como uma encomenda de Francisco Alves, *A Esfinge* seria produto de sua eleição para a ABL, do mesmo modo que o romance seguinte, *Maria Bonita* (1914), teria sua origem atribuída à mais um encontro com o livreiro, tal como Afrânio contava: “Um dia levando-me ao café, conta-me Alves uma história comprida... Bela senhora, que lhe exigira novidades na livraria, perguntara: 'E do autor da Esfinge? Nada mais? Ter-se-ia cansado?'...”. Alves então lhe diria que tal eufemismo, quando “em boca bonita” ofenderia, que Peixoto então lhe respondesse com outro romance.²²⁶ A tal demanda Afrânio mentiria, dizendo já ter pronto sua *Maria Bonita*, o que fez Alves lhe indagar o porquê de não ter lhe levado para editar, o que teria instado Peixoto a escrever.

A construção da relação autor-editor seria resultado do que Afrânio chamou de “princípio de ética editorial” de Francisco Alves, segundo a qual todo homem inteligente teria direito a editar um livro; se conseguisse sucesso ganharia o direito de editar o segundo, caso contrário o editor não insistiria, pois não queria “forçar o público” ou falir.²²⁷ A comparação entre o modo de Francisco Alves trabalhar entre os demais editores do período era assim apreciada por Afrânio:

Nenhum dos nossos editores tem esta ética. Se editam um livro, por mero favor pessoal, e vem o êxito, nem lhe tiram as outras edições sucessivas, contrariando a doutrina Alves, e universal, nem o autor tem direito nenhum a outro ou outros livros... Os editores no Brasil não são homens de negócio: são diletantes, que fazem favores pessoais e, por isto, mais ou menos, vão à falência... Alves honestamente e inteligentemente enriqueceu.²²⁸

O procedimento de Francisco Alves para com os autores que editava pode explicar a fidelidade de anos em relação às publicações de Afrânio, não somente de seus trabalhos científicos, livros e manuais de caráter didático e por isso obras mais desejadas pelos editores, como também de seus romances. Afrânio também tinha uma postura ativa na negociação dos acordos que efetivava com seus editores, tanto no que dizia respeito ao oferecimento de obras a publicar quanto na especificação de como desejava que tais livros fossem confeccionados. O

²²⁵ *Ibidem.*

²²⁶ *Ibidem.*

²²⁷ *Ibidem.*

²²⁸ *Ibidem.*

exemplo deste exercício pode ser avaliado por uma de suas cartas enviadas a Paulo de Azevedo, responsável pelas edições da Francisco Alves que, segundo podemos entender, estaria atribulado diante de seus afazeres editoriais. Por isso, Afrânio proporia um acordo em que seu editor teria uma folga de suas demandas, ainda que esta devesse ser utilizada para que ele se concentrasse em outro de seus livros.

Petrópolis	16 de fevereiro
Meu caro Paulo Azevedo	
Escrevo-lhe, porque, para dois emotivos como nós, certas coisas ficam mais fáceis no papel. Attenda, pois. Reconheço que a sua paciencia, e suas possibilidades estão quase esgotadas com os meus recentes lusos, sobretudo o monumental Castro Alves. Tambem não sou eu o seu unico editado, e terei de respeitar seus compromissos outros e outros.	
Mas, ocorre uma coisa. As minhas conferencias sobre “Castro Alves” foram feitas para um volume, que dever dar 280-300 paginas, formato ‘Poeira da Estrada’, papel que receba gravuras no texto. Esta prompto, e deve sair o mais tardar ate o fim do anno, do 50º do poeta. Como imprimir-lo? Você afastado, ser-me-ia possível ir bater a qualquer outra porta, mas não seria eu capaz disso. Pensei, então, numa fórmula conciliatoria. Imprimir o livro este anno, sem você, com você. Poderia v.contratar com uma imprensa daqui, papel e composição, eu pagaria o trabalho e a materia prima, e o caso seria ainda edição Franco. Alves! (...) Não lhe parece que se resolve facilmente a dificuldade? Terá v. folga de Afranio para pensar na ‘Higiene’. Quanto á ‘Bugrinha’, não sei que sera della. O que lhe escrevo é serio, e premeditado há muito, seu amigo si é exigente é tambem razoável. Pense nisto e diga-me alguma coisa. Seu amiº. Mto grato Afranio.	

Documento do acervo da ABL – 26.1.17

Afrânio parecia fazer referência a seu livro *Castro Alves, o poeta e o poema*, publicado em 1922, período de seu cinquentenário de morte. Não é possível saber a respeito da aceitação de Paulo de Azevedo sobre o acordo proposto por Peixoto. De qualquer maneira o livro sairia pela Aillaud e Bertrand, um dos braços da Francisco Alves na Europa. Podemos concluir que Afrânio tinha prestígio considerável com seu editor, de modo a contar com autoridade suficiente para fazer suas exigências e ocupar um lugar ativo na relação autor-editor, o que diferia de muitos de seus contemporâneos como vimos. Por meio das correspondências trocadas com seu editor também é possível asseverarmos a perspectiva de oportunidade que Peixoto tinha sobre o negócio de fazer e vender livros. Assim, tal como queria que o volume sobre Castro Alves saísse no ano de seu aniversário, negociaria estrategicamente prazos de lançamento, de modo que uma nova publicação não atrapalhasse as vendas das outras²²⁹

²²⁹ A missiva não apresentava data, contudo sabemos que “Trovas” fazia referencia ao livro ‘Trovas populares brasileiras’ publicado de 1919, bem como o “Poeira” seria seu ‘Poeira da estrada’ publicado em 1918. Além disso o romance ‘Fruta do mato’ seria editado em 1920, de modo que tal correspondência teria sido escrita no intervalo entre 1919-1920.

Meu caro Paulo Azevedo

Escrevo, em vez de falar, porque por escrito se tratam melhor negócios, sem as esquivanças da presença.

Tenho pronto para o prélo um romance, a – “Fruta do Mato” – do genero da “Maria Bonita”, que desejo imprimir la para agosto (quero deixar uns meses de pausa, para bem da “Poeira”, e das “Trovas”, etc). Quer v., ou pode v., imprimi-lo?

Documento do acervo da ABL – 26.1.16

A seguir apresentamos o levantamento dos romances publicados por Afrânio. Por um lado, vemos a predominância de três editoras: a de Francisco Alves até fins da década de 1920, a Companhia Editora Nacional e a W. M. Jackson Inc. Por outro lado ressaltamos a constância de publicação ao longo de sua vida. Considerando somente suas obras ficcionais percebemos que, desde 1911, Peixoto seria responsável por colocar no mercado, praticamente todo o ano, pelo menos uma edição de alguma de suas obras, o que ganha mais relevo quando ponderamos que além deste nicho editorial também seria responsável por inúmeras edições de publicações de caráter diverso, como trabalhos históricos, coletânea de ensaios entre outros.

Relação das edições dos romances de Afrânio Peixoto		
Ano	Romances (edição)	Editora
1911	A Esfinge (1ª e 2ª)	Francisco Alves
1912	La Esfinge	Biblioteca de La Nación (Buenos Aires)
1913	A Esfinge (3ª)	Francisco Alves
1914	Maria Bonita (1ª)	Francisco Alves
1917	Maria Bonita (2ª)	Francisco Alves
1919	A Esfinge (4ª)	Francisco Alves
1920	Maria Bonita (3ª)	Francisco Alves
	Fruta do Mato (1ª e 2ª)	Francisco Alves
1921	Maria Bonita (4ª)	Francisco Alves
1922	A Esfinge (5ª)	Francisco Alves
	Fruta do Mato (3ª)	Francisco Alves
	Bugrinha (1ª)	Livraria Castilho
1924	Bugrinha (2ª)	Francisco Alves
1925	As razões do coração (1ª)	Francisco Alves
	Bugrinha	Librairie Pierre Roger (Paris)
1927	Maria Bonita (5ª)	Francisco Alves
1928	Bugrinha (3ª)	Francisco Alves
	Uma mulher como as outras (1ª)	Companhia Editora Nacional
1929	Sortilèges (Trad. Fruta do mato)	Plon (Paris)

	Sinhazinha (1ª)	Companhia Editora Nacional
1933	Fruta do Mato (4ª)	Companhia Editora Nacional
	Fruta do Mato	A.M. Pereira (Portugal)
	Uma mulher como as outras (2ª)	Companhia Editora Nacional
1934	Maria Bonita (6ª)	Companhia Editora Nacional
1937	As razões do coração (2ª)	Companhia Editora Nacional
1939	Fruta do Mato (5ª)	Companhia Editora Nacional
1940	A Esfinge (6ª)	Companhia Editora Nacional
	Maria Bonita (7ª)	Companhia Editora Nacional
	Uma mulher como as outras (3ª)	Companhia Editora Nacional
1941	Bugrinha (4ª)	Companhia Editora Nacional
1942	A Esfinge (7ª)	Companhia Editora Nacional
	Chinita	Editorial Interamericana (Buenos Aires)
	Chinita	Clube del Libro (Buenos Aires)
	Sinhazinha (2ª)	Companhia Editora Nacional
1944	A Esfinge (8ª)	W. M. Jackson Inc.
	Maria Bonita (8ª)	Companhia Editora Nacional
	Maria Bonita (9ª)	W. M. Jackson Inc.
	Fruta do Mato (6ª)	Clube do Livro
	Fruta do Mato (7ª)	W. M. Jackson Inc.
	As razões do coração (3ª)	W. M. Jackson Inc.
	Uma mulher como as outras (4ª)	W. M. Jackson Inc.
	Sinhazinha (3ª)	W. M. Jackson Inc.
1947	A Esfinge (9ª)	W. M. Jackson Inc.
	Maria Bonita (10ª)	W. M. Jackson Inc.
	Fruta do Mato (8ª)	W. M. Jackson Inc.
	Bugrinha (5ª)	W. M. Jackson Inc.
	Bugrinha (6ª)	W. M. Jackson Inc.
	As razões do coração (4ª)	W. M. Jackson Inc.
	Uma mulher como as outras (5ª)	W. M. Jackson Inc.
	Sinhazinha (4ª)	W. M. Jackson Inc.

A Companhia Editora Nacional (CEN) era empreendimento comum de Octalles Marcondes Ferreira e de Monteiro Lobato. Este último vinha investindo no negócio de edição desde 1918 com a compra da *Revista do Brasil*.²³⁰ Monteiro Lobato teria fundado e dirigido, de 1919 a 1924, três editoras: a Olegário Ribeiro, Lobato & Cia (1919), a Monteiro Lobato &

²³⁰ Luca, Tania Regina de. *A revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação da Editora da UNESP, 1999.

Cia. (1920) e a Cia. Graphico-Editora Monteiro Lobato (1924). Após a falência desta última, Lobato iniciaria, junto à Marcondes Ferreira, a CEN.

O indivíduo que resolvesse se dedicar à literatura no Brasil do início do século XX precisava transpor dois obstáculos, o primeiro era conseguir quem o publicasse – um editor disposto a investir em autor ou obra nova – o segundo era fazer com que o público tomasse conhecimento da obra. Para ambas fazia-se uso das boas relações sociais, tal como vimos a propósito da publicação de *A Esfinge*, de *Elementos de Medicina Legal* e ainda por meio do convite que Afrânio fez a Lobato para que lhe publicasse *O Mistério*, editado pela primeira vez justamente no período em que Afrânio, junto a Amadeu Amaral, constava como um dos diretores da *Revista do Brasil*. Segundo levantamento de Luca, Afrânio teria figurado no quadro dirigente da *Revista do Brasil* dos números 61 ao 66, junto a Amadeu Amaral e com Lobato como editor, e dos números 67 ao 72, junto a Monteiro Lobato e com Moacyr Deabreu como secretário.²³¹

As contribuições de Afrânio aos jornais e revistas corroboravam a inserção de seu nome entre a produção cultural do período, o que ele teria feito desde o primeiro momento em que se transferira para o Rio de Janeiro. A inserção do nome de um autor nos periódicos da época era passo importante para sua aceitação no meio editorial. Tratava-se de um lugar de relações privilegiadas especialmente no que dizia respeito à necessidade dos autores de divulgarem suas obras, visto que a propaganda paga em forma de anúncios em jornais só se aperfeiçoaria com a atuação de Monteiro Lobato²³² já na década de 1920.²³³ Nas duas primeiras décadas do século XX os autores precisariam angariar daqueles que assinavam as colunas destas publicações comentários e apreciações de sua obra, recomendações ao grande público. Assim, podemos supor que parte considerável dos volumes destinados pela editora à propaganda teria como destino às redações dos jornais²³⁴.

²³¹ *Idem*, p. 71.

²³² Segundo Hallewell, a publicidade em jornais, ainda em 1918 seria considerada como uma “afronta à dignidade de um livreiro respeitável”, contudo, Monteiro Lobato não se inibiria diante desta situação, pensando que “se os livros deviam ser vendidos como sabão, precisavam ser anunciados da mesma maneira”, pagando, assim, valores expressivos em anúncios de página inteira em jornais da época. Hallewell, Laurence. O livro no Brasil: Sua história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 326.

²³³ Koshiyama, Alice Mitika. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo: Edusp: Com-Arte, 2006, p. 74.

²³⁴ Devemos lembrar ainda da importância da relação entre os jornais e a produção literária entre os séculos XIX/XX, período em que tais publicações se constituiriam no espaço em que veríamos surgir várias obras em formato de folhetins, textos que se tornariam livros de autores consagrados como Machado de Assis, que publicou inicialmente ‘A mão e a luva’ (1874) e ‘Helena’ (1876) em O Globo, entre outros trabalhos e periódicos, ou mesmo José de Alencar que publicaria obras como ‘Diva’ (1856) e ‘O Guarani’ (1857) no Diário do Rio. Um levantamento das obras publicadas em folhetim na imprensa brasileira do período pode ser

O sucesso de um livro, podemos supor, estava sujeito a sua exposição ao público, o que não poderia depender exclusivamente do boca a boca entre os leitores. Sendo assim, as colunas de crítica literária publicadas nos periódicos eram um importante canal de divulgação. Contudo, esta divulgação dependeria não somente da qualidade da obra como também das relações cultivadas por seu autor. Assim, se Assis Barbosa²³⁵ nos mostra Lima Barreto como um exemplo da carência destas relações e conseqüentemente dos meios de divulgar suas obras, podemos afirmar que Afrânio se constitui no extremo oposto, quando atentamos para a divulgação que sua obra *A Esfinge* alcançou.

Consideramos, neste sentido, que o pertencimento à ABL provavelmente constituiria-se como meio eficaz de construir relações que, ao legitimar a obra, contribuía para seu reconhecimento público. Souza Bandeira (1865-1917), à época já membro da ABL publicaria uma saudação de causar sensação ao livro recém-publicado daquele que em breve seria recebido como colega de academia, o “apolíneo” Afrânio Peixoto, a substituir o “dionisíaco” Euclides da Cunha. Dizia Bandeira: “Está em pleno triunfo o autor da Esfinje. Mal chegado á livrarias do Rio de Janeiro, já o livro está quasi esgotado. Disputam-se com avidez os raros exemplares”.²³⁶ Nada como a afirmação de um sucesso para fomentar o sucesso. Além disso, Bandeira nos revelava uma faceta interessante daquele fenômeno, justamente no que dizia respeito ao público que Afrânio teria conquistado – o público feminino – visto que não haveria “mundana de certo tom que, á hora dos chás elegantes, ou nos intervalos do Municipal, não pergunt[asse], num sorriso adoravelmente malicioso: - 'Que me diz da Esfinje?’”²³⁷ Um mês depois *A Esfinge* mereceria outra divulgação lisonjeira, desta vez publicada na coluna ‘Livros novos’ do jornal *O Paiz*²³⁸, que além de comentar o livro saudava seu autor enquanto novo acadêmico. O autor da coluna seguia afirmando não ter competência para honrar a oferta com que fora distinguido em receber um exemplar de *A Esfinge*, de modo a não saber como poderia salientar as “bellezas da magnífica produção literária”. A nota terminava tecendo um convite aos leitores retardatários para que estes fossem atrás de um exemplar de *A Esfinge*, de modo que pudessem se entregar ao que nomeava de “suprema

encontrado em Nadaf, Yasmin Jamil. O romance-folhetim francês no Brasil: um percurso histórico. Letras, Santa Maria, v, 19, nº 2, jul-dez, 2009. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistalettras>

²³⁵ Barbosa. A vida de Lima Barreto. *op. cit.*

²³⁶ Souza Bandeira. Afranio Peixoto. *A Imprensa*. RJ, Ano VIII, nº1312, 26 de julho de 1911 p. 1

²³⁷ *Ibidem.*

²³⁸ Livros novos. *O Paiz*, 26 de agosto de 1911, p.2

delícia”, ao “gozo esthetico” proporcionado pela obra daquele que seria um “raro nababo do espirito”.²³⁹

No mês seguinte ainda encontraríamos referência ao livro de Afrânio Peixoto no jornal *A Notícia*²⁴⁰, em que o colunista tecia uma análise do desenvolvimento literário de Afrânio, desde a publicação do seu “livrinho de versos decadentes e simbolistas”, caracterizado por um “misticismo nebuloso e delirante”, a seus trabalhos científicos, em especial o *Elementos de Medicina Legal*, exercício que teria apurado sua escrita, ainda que considerasse que estes ainda conservariam um pouco do estilo “bizarro, torturado, pretencioso”. Segundo depreendemos do colunista de *A Notícia*, a dedicação à escrita científica teria treinado Afrânio a exercer a objetividade do texto, resultando em sua simplicidade.

É interessante notar aqui o mérito incomparavel da ciencia para dar aquellas virtudes ao pensamento dos que a cultivam. A história literaria conhece um escritor a que não raro se associa o peiteto de 'divino': o 'divino Goethe'! Não é curioso notar que exatamente esse escritor tinha uma forte capacidade científica e deixou, ao mesmo tempo, obras primas literarias e especulações científicas assombrosas?²⁴¹

Assim, a dedicação à escrita científica teria feito Afrânio “disciplinar a pena”, e *A Esfinge* seria o resultado desta “evolução”, obra em que se demarcaria tanto o “sonhador” quanto o “observador”, o encontro das musas em que o colunista de *A Notícia* afirmava ainda perceber o exagero poético, mas também a acurácia de observação, precisão de um “operador habituado a fazer autopsias”.²⁴² Seria justamente esta precisão de observação a responsável pelo que M.A. considerava a originalidade do livro, a contribuição que faria com que *A Esfinge* fosse considerada como um “documento” para o estudo e conhecimento daquele época, visto que a “descrição dos typos que enchem o romance é maravilhosa de justeza”, considerada uma caracterização sem excesso, sem caricatura; pelo contrário, o colunista a considerava como um “depoimento para a historia da sociedade atual no momento atual”²⁴³.

A recepção de *A Esfinge* é significativa do modo pelo qual a sociedade letrada do período receberia a obra literária de Peixoto. Os demais romances que publicaria em seguida seriam tão bem, ou melhor recebidos, como foi o caso de *Maria Bonita*, considerado por alguns de seus críticos como sua obra-prima. Muitos destes que assinavam as colunas nos

²³⁹ *Ibidem*.

²⁴⁰ M.A. De Lonje... *A Notícia*. Ano XVIII - nº224 – 23 de setembro de 1911, p. 1

²⁴¹ *Ibidem*.

²⁴² *Ibidem*.

²⁴³ *Ibidem*.

jornais divulgando suas obras eram confrades de imortalidade.²⁴⁴ Além disso, se diversos colonistas assinaram apreciações sobre *A Esfinje* nos jornais do período, isto também foi devido ao fato de Afrânio ter feito seu livro chegar às mãos destes leitores, como mostra uma de suas correspondências:

Petrópolis	10 de dezembro
Hotel da Europa	
Meu caro Dr. Leão, visitas amigas.	
Se a encadernação já-lhe deu numero bastante de exemplares da Esfinje, rogo-lhe separar os meus (50-1 que tomei) e m'os enviar:	
10 – Para aqui – dirigidos ao Hotel da Europa e entregues ahi ao commissario Lopes, ultima porta do Café do Rio, lado de Gonçalves Dias.	
39 – Para o serviço Medico Legal, Policia Central, 2º andar, anotado pessoal do Dr. A. Peixoto.	
Dos <u>seus</u> , de propaganda, convem enviar, além dos dois, já dirigidos aos	
1.	Dr. Humberto Gotuzzo – Jornal do Commercio (da tarde).
2.	Dr. Osorio Duque Estrada – Correio da Manhã
Mais os seguintes	
3.	D. Narareth de Menezes – Diario de Noticias
4.	Candido Campos – Gazeta de Noticias
5.	Miguel de Mello – A Noticia
6.	Lima Campos – Fon-Fon
7.	Conde de Afonso Celso – Jornal do Brasil
8.	Dr. Carlos de Laet – O Paiz
9.	Dr. Silvio de Almeida – Estado de S. Paulo – São Paulo
10.	* Dr. Alberto de Faria – Campinas
11.	* Dr. Raul Soares – Campinas
12.	Dr. Aluysio de Carvalho – Jornal de Noticias – Bahia
13.	Dr. Satyro Dias – Diario da Bahia – Bahia
14.	* Dr. Luis Pinto de Carvalho – Bahia
15.	Fran Pacheco – A Pacotilha – Maranhão – São Luiz
16.	D. Henrique Castriciano – Natal – Rio Grande do Norte – A Republica
17.	* Xavier Marques – rua do Sodré – Bahia
18.	João Luso – Jornal do Commercio (de manhã)
19.	D. Flexa Ribeiro – Belém – Para
*Não me recorda bem o nome do respectivo jornal	
Para a Bahia envia aos seus correspondentes um numero maior de exemplares pois creio terão saída. Alem destes talvez se lembre de algum jornal provinciano ao qual se deva mandar.	
Desculpe a maçada.	
Creia-me seo muito amigo e muito obrigado	
Afranio Peixoto	

Documento do acervo da ABL – 26.1.17

²⁴⁴ Menotti Del Picchia. Fruta do Mato: um romance nacional. *Correio Paulistano*. 13/01/1920 - p. 1
José Veríssimo. Maria Bonita. *O Imparcial*. 30/11/1914 - p. 2

A carta acima, a despeito de não registrar o ano, pode ser atribuída ao intervalo entre 1911 e 1913, correspondente à publicação da primeira até a terceira edição de *A Esfinge*, as quais eram grafadas com J, sendo que a partir da quarta edição a grafia passaria a ser com g. Além disso, a indicação de endereçar a remessa ao Serviço Médico Legal também indica este mesmo recorte. Contudo, na década de vinte o procedimento para a divulgação dos livros publicados contaria com outros meios além das críticas nos jornais, este processo pode ser conferido a propósito das edições da Companhia Editora Nacional (CEN). A partir dos trabalhos que se dedicam a analisar a atuação de Monteiro Lobato como editor podemos perceber a importância que conferia às estratégias de distribuição e propaganda dos livros que editava, utilizando-se para isso tanto da plataforma conferida pela *Revista do Brasil* quanto dos anúncios pagos em jornais.²⁴⁵ A transferência das publicações literárias de Afrânio para a CEN faria com que a divulgação de suas obras ganhasse outro formato, tal como vemos no fim da década de vinte a propósito de uma edição de *Sinhazinha*²⁴⁶.

Sinházinha

“... uma mulher, uma bella mulher, com apparencia fragil, mas com uma grande alma, a de uma sublime heroína de amor...”

—

O OLHAR DE SINHAZINHA: — “... o olhar de Sinházinha é assim. A gente fica marcada. Mas, o triste é que ella não faz mais caso da gente...” — Pag. 24

ODIO E AMOR: — “Odio e amor não são duas coisas; mas a mesma coisa: avêso e direito da mesma coisa...” — Pag. 143

AMOR: — “Amor vem sem a gente querer. Vem contra a gente. Vem e vence.” — Pag. 179

UM OLHAR: — “Um olhar ás vezes sem intenção, outro olhar para ver se nos olham... e está a guerra declarada ou a inicial declaração de amor, a guerra mais guerreada da vida.” — Pag. 304

Leia **SINHAZINHA**, o novo e delizioso romance de **AFRANIO PEIXOTO**: é lendo os bons romances que a gente estuda o coração humano.

Hoje ha um meo pratico e agradável de estudar a **Historia do Brasil**

— consiste em lér sempre os livros de novellas historicas. Adquira e comece a lér hoje mesmo o novo trabalho da série organizada pela Cia. Editora Nacional:

A GUERRA DO FLORES

O autor é daquelles que já se tornaram nossos amigos em espirito ha muito tempo: **GUSTAVO BARROSO** (João do Norte). E a obra é um conjuncto admiravel de **CONTOS E EPISODIOS DA CAMPANHA DO URUGUAY**.

—

EM TODAS AS LIVRARIAS DO BRASIL
CIA. EDITORA NACIONAL. (5859)

Ao acompanharmos a linha de publicações de Afrânio Peixoto podemos asseverar que sua movimentação pelo mercado editorial foi significativa entre as demais atividades as quais

²⁴⁵ De Luca, *A revista do Brasil*. *op. cit*; Bignotto. Monteiro Lobato e a edição de *Mistério*. *op. cit*.

²⁴⁶ *Correio da Manhã* – 26 de fevereiro de 1929, p.3

se dedicou, como a docência, a pesquisa ou a política. De fato, a escrita e a consequente publicação esteve vinculada a todas estas atividades. No que dizia respeito à produção literária pudemos perceber o quanto eram determinantes as relações, instituições e grupos ao qual um autor estava filiado, bem como a posição social em que se encontrava, na empreitada de conseguir ver suas obras publicadas e assimiladas pela crítica, constituindo a Academia Brasileira de Letras o espaço privilegiado por onde Peixoto circulou. É notável que Afrânio Peixoto, assim como outros escritores, tenha transitado pelos dois modelos de propaganda: a crítica literária e a divulgação por anúncios. Ao observarmos as tabelas das edições dos romances de Afrânio, junto à documentação, principalmente as cartas recebidas por seus editores, podemos concluir pela manutenção do interesse editorial por suas obras ao longo da década de vinte. Tal assertiva pode ser confirmada por meio de correspondências encontradas em seu acervo pessoal. Uma delas, enviada pela CEN em 12 de novembro de 1927 propunha uma tiragem de 10 mil exemplares: “desejavamos que v.s. nos informasse se não poderia nos confiar a edição de algum romance novo de sua autoria, principalmente se o mesmo fosse no mesmo genero dos que até agora v.s. tem publicado”. O andamento da negociação pode ser visto em uma carta-contrato datada do mês seguinte. Nesta, a CEN assumia a publicação de novos títulos de Afrânio, fazendo expressivas tiragens.

130
53
COMPANHIA EDITORA NACIONAL

EDIÇÕES PROPRIAS E
LIVROS EM GERAL
POR ATACADO

RUA DOS GUSMÕES N.º 33
CAIXA POSTAL 894
SÃO PAULO

S. Paulo, 24 de Dezembro de 1927.

130
53
Enviado a receção
em 27 de Dez. 27, a Com. de
At. de J. P. de
Illmo. sr. Dr. Afranio Peixoto

Rio de Janeiro

Prezado senhor,

De conformidade com a nossa correspondencia anterior, confirmada pelo entendimento que teve com V. S. o nosso Director sr. Octalles Marcondes Ferreira, repetimos aqui as condições pelas quaes nos propomos de editar a primeira edição do seu novo livro "UMA MULHER COMO AS OUTRAS", com a epigraphe á guiza de sub-titulo: "Elas não são eguaes, não senhor. Cada mulher é uma, e ha cada uma!":

1a. - V. S. nos concederá o direito de publicar a 1a. edição do referido livro, numa tiragem de 10.000 (dez mil) exemplares, continuando sua a propriedade literaria do livro, mas não podendo V. S. contractar com outros editores a mesma obra, enquanto não se esgotar a edição ora contractada;

2a. - Pagaremos a V. S., pelo direito de publicar esta edição de 10.000 exemplares, a importancia de 10:000\$000 (dez contos de reis) no acto da entrega dos originaes do livro;

3a. - O typo do livro, formato, papel, etc. ficará á nossa escolha, pois que agrada a V. S. o trabalho graphico das nossas edições, em geral.

4a. - Forneceremos gratuitamente a V. S. cinquenta (50) exemplares do livro, para dadivas do autor, ficando os criticos e a imprensa por nossa conta.

5a. - Forneceremos a V. S., gratuitamente, 10 exs. do livro, em papel melhor, hollanda por exemplo, pagando V. S. o custo do papel;

6a. - V. S. se comprometterá a nos entregar os originaes do livro, dactylographados, no mez de Janeiro de 1928.

Aguardando a sua resposta, dando confirmação á presente carta, firmamo-nos com a mais alta estima e apreço,

NOTA. Esta carta serve de contracto, bastando apenas que V. S. confirme por escripto os seus dizeres.

de V. S.
Amos. Attos. Obrdos.
Companhia Editora Nacional

Amos Attos Obrdos
Director

No fim da década de trinta ainda tínhamos uma mostra da manutenção da popularidade dos romances de Peixoto com o lançamento do filme *Maria Bonita*, baseado no romance de Peixoto de mesmo nome e realizado por Julien Mandel, saudado como a “primeira demonstração das actividades do Cinema Brasileiro em 1937”.²⁴⁷ O filme era caracterizado como uma “reprodução fidelíssima do famoso livro de Afranio Peixoto”, constituindo *Maria Bonita* “o nosso primeiro filme marcadamente regional”.²⁴⁸

1.5 Os livros didáticos de Afrânio Peixoto

Quando analisamos a produção de livros didáticos de Afrânio Peixoto é possível confirmarmos a importância destas obras no conjunto de sua produção, o que podemos asseverar a partir do investimento tanto em títulos novos quanto em reedições.

Edições dos livros didáticos e científicos de Afrânio Peixoto		
Ano	Livro	Editora
1910	Medicina Legal (1ª)	Livraria Francisco Alves
1912	Elementos de Higiene (1ª)	Livraria Francisco Alves
1913	Elementos de Higiene (2ª)	Livraria Francisco Alves
1914	Medicina Legal (2ª)	Livraria Francisco Alves
	Noções de Higiene (1ª)	Livraria Francisco Alves
1915	Minha terra e minha gente (1ª)	Livraria Francisco Alves
1916	Psicopatologia Forense (1ª)	Livraria Francisco Alves
	Minha terra e minha gente (2ª)	Livraria Francisco Alves
1917	Medicina Legal (3ª)	Livraria Francisco Alves
1918	Elementos de Higiene (3ª)	Livraria Francisco Alves
1921	Noções de Higiene (2ª)	Livraria Francisco Alves
1922	Elementos de Higiene (4ª)	Livraria Francisco Alves
1923	Medicina Legal (4ª)	Livraria Francisco Alves
	Psicopatologia Forense (2ª)	Livraria Francisco Alves
	Ensinar a ensinar (1ª)	Livraria Francisco Alves
1925	Noções de Higiene (3ª)	Livraria Francisco Alves
1926	Elementos de Higiene (5ª)	Livraria Francisco Alves
1927	Medicina Legal (5ª)	Livraria Francisco Alves
1929	Minha terra e minha gente (3ª)	Livraria Francisco Alves
1930	Noções de Higiene (4ª)	Livraria Francisco Alves
	Elementos de Higiene (6ª)	Livraria Francisco Alves
1931	Medicina Legal (6ª)	Livraria Francisco Alves
	Psicopatologia Forense (3ª)	Livraria Francisco Alves
	Noções de história da literatura brasileira (1ª)	Livraria Francisco Alves
1932	Noções de Higiene (5ª)	Livraria Francisco Alves
	Noções de história da literatura geral (1ª)	Livraria Francisco Alves

²⁴⁷ Cinema brasileiro. *A Noite* – 02 de Abril de 1937.

²⁴⁸ Cinematographia. *Correio Paulistano*. 16 de setembro de 1937 p.10

	Novos rumos de Medicina legal (1ª)	Companhia Editora Nacional
1933	Criminologia (1ª e 2ª)	Companhia Editora Nacional
	Noções de História da Educação (1ª)	Companhia Editora Nacional
1934	Sexologia forense (1ª)	Editora Guanabara
1935	Medicina Legal (7ª)	Livraria Francisco Alves
	Psicopatologia Forense (4ª)	Livraria Francisco Alves
	Noções de Higiene (6ª)	Livraria Francisco Alves
1936	Psicopatologia Forense (5ª)	Livraria Francisco Alves
	Sexologia forense (2ª)	Companhia Editora Nacional
	Criminologia (3ª)	Companhia Editora Nacional
	Noções de História da Educação (2ª)	Companhia Editora Nacional
1938	Medicina Legal (8ª)	Livraria Francisco Alves
	Elementos de Higiene (7ª)	Livraria Francisco Alves
	Clima e saúde (1ª)	Companhia Editora Nacional
1939	Noções de Higiene (7ª)	Livraria Francisco Alves
1940	Sexologia forense (3ª)	Companhia Editora Nacional
1941	Noções de Higiene (8ª)	Livraria Francisco Alves
1942	Noções de História da Educação (3ª)	Companhia Editora Nacional
1943	Medicina Legal (9ª)	Livraria Francisco Alves
1946	Medicina Legal (10ª)	Livraria Francisco Alves

Conforme podemos perceber pela tabela acima, Afrânio manteve uma produção contínua, investindo em reedições de seus livros quase que anualmente. Além disso, a maior parte do material didático por ele produzido se destinava ao ensino superior e não aos escolares, embora também tenha se dedicado a produzir livros para estes últimos. Um dos exemplos mais representativos neste sentido foram os volumes sobre medicina legal reeditados em intervalos de três a seis anos, o que, podemos inferir, era resultado da demanda do público ao qual se destinava, especialmente estudantes interessados em medicina legal, tanto nas faculdades de medicina quanto nas de direito, lembrando que ambas eram espaços onde Peixoto lecionava. Ressalto que algumas das obras de referência produzidas para o público escolar – discente e docente – se distinguiam pelo uso do termo ‘Noções’, tal como o ‘Noções de literatura brasileira’ (1931), o ‘Noções de literatura geral’ (1932) e o ‘Noções de higiene’ (1914). A repetição deste termo parecia caracterizar não tanto o conteúdo dos livros quanto o público a que se destinavam, de modo que procuraria não formular análises, mas inculcar conhecimentos elementares daqueles campos. Além destes ressaltamos a publicação do livro *História do Brasil* (1940) e do *Ensinar a ensinar: ensaios de pedagogia aplicada á educação nacional*, com a primeira edição em 1923.

Ainda não é possível afirmar a inclusão de todos os manuais de Afrânio na bibliografia dos cursos destas faculdades. Contudo, temos indícios de que seu livro sobre higiene era

utilizado em um dos cursos em que ensinava. No pós-escrito de uma carta de Peixoto à Paulo de Azevedo, um de seus editores, datada de cinco de abril de 1922, Afrânio pedia o aviamento da edição de seu livro em tempo deste ser utilizado no curso que ministrava; pela data da missiva e conforme a tabela acima tratar-se-ia da quarta edição. Preocupado com o destino de seus livros – seus filhos – justificava suas demandas para o editor.

Meu caro Paulo: visitas amigas.
Como meus filhos – seus afilhados – são menores, cuido com solicitude deles. Ao que penso, a ‘Fruta do Mato’ esta no fim. Há estereotipia, creio, apenas uma ou outra emendinha a fazer...
Quisera porêr papel decente, como foi a das edições anteriores, Pensa V. nisto e não deixe sem sua bôa e educação?
Um abraço do Afrânio.
PS. Dê um empurrão na ‘Higiene’ pois já comecei o curso.

ABL – Arquivo Afrânio Peixoto: 26 – 1 – 17. Grifo meu.

Na análise de Gasparello²⁴⁹ sobre as obras elaboradas por professores de história na transição entre os séculos XIX e XX, é possível observar a formação de um campo de produção de livros didáticos. Segundo a autora, este teria sido um momento de discussão em relação a propostas pedagógicas em âmbito internacional, o que teria refletido no Brasil de modo a fomentar tradução de livros sobre ideias e práticas educacionais então consideradas renovadoras. Tal fato seria representado pela ampliação da função das então livrarias, que mais do que distribuir livros adentrariam no campo das tipografias e editoras, fazendo com que intelectuais do período atuassem como tradutores e comentadores desta nova perspectiva educacional advinda da Europa e Estados Unidos.²⁵⁰ Segundo o ponto de vista adotado pela autora a disciplina escolar implicaria em processos de recriação dos saberes, transformação em que atuariam tanto indivíduos quanto instituições, fazendo com que saberes sociais se constituíssem em saberes escolares.

Deste modo, afirma que “tais construções e processos possuem dimensões epistemológicas, sociais e históricas que têm a participação efetiva dos professores e dos autores de livros didáticos”.²⁵¹ Identifica estes indivíduos como intelectuais, que se relacionavam em diversos espaços de sociabilidade tal como revistas e associações científicas, como a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que

²⁴⁹ Gasparello, A.M. A produção de uma disciplina escolar: os professores/autores e seus livros didáticos. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas - SP. v. 13 (33), 2013.

²⁵⁰ *Ibidem*, p. 151.

²⁵¹ *Ibidem*, p. 152.

serviriam justamente para “reforçar as solidariedades e os vínculos sociais do grupo”.²⁵² Ainda segundo a autora, neste mesmo período, no Brasil, teria se formado um grupo de pessoas que se vinculavam ao mundo dos livros e que exerceriam atividades próprias aos “homens de saber”, tais como a atuação política, a imprensa e o magistério. Em meio a estes grupos de intelectuais encontraríamos os professores e autores de livros didáticos, bem como de outras obras destinadas ao ensino. Eram juristas, jornalistas, mas também médicos e críticos literários, ocupantes tanto de cargos administrativos quanto daqueles mais voltados para a educação. Conforme Gasparello estes autores teriam construído “modelos e formas de ensinar que resultaram de sua experiência social, marcada pelas experiências profissional e intelectual, que, no caso docência, se interpenetram”.²⁵³

Além de demarcar a origem destes autores, Gasparello também analisa a representatividade social dos livros didáticos, ressaltando pesquisas que o percebem não somente como mercadoria, mas também como modo de veicular um determinado sistema de valores, de ideologias, de cultura.²⁵⁴ Segundo a autora, os livros didáticos poderiam ser índices tanto da cultura histórica estabelecida em um determinado período, como também demonstração da transformação de saberes e práticas.²⁵⁵

Analisando essas obras de Peixoto podemos perceber que seus manuais, a despeito de se apresentarem como síntese de um saber estabelecido, retratavam a constituição e desenvolvimento de campos por meio de disputas e embates teóricos e metodológicos. Assim, por meio dos livros didáticos de Peixoto podemos observar não apenas a correlação entre as letras e a administração pública, reafirmada por Gasparello (2013), mas também o exercício de uma determinada perspectiva do fazer científico. É possível observar seus movimentos em relação aos campos sobre os quais dissertou, em que demarcava os pontos aos quais fazia oposição e aqueles aos quais se filiava, configurando o corpo de saber que daria conteúdo a seus livros e manuais e que estiveram presentes na formação acadêmica de várias gerações de médicos brasileiros.

Outro ponto a considerar em relação à autoria dos livros didáticos é a questão do retorno financeiro tanto à editoras quanto aos autores. Bittencourt²⁵⁶ sublinha a dependência dos autores em relação ao editor, tanto no que dizia respeito à aceitação de publicação da obra

²⁵² *Ibidem*, p. 155.

²⁵³ *Ibidem*.

²⁵⁴ *Ibidem*, p.156

²⁵⁵ *Ibidem*.

²⁵⁶ Bittencourt, C. M. F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, nº3, 2004.

bem como em relação ao “processo de transformação do seu manuscrito em objeto de leitura”, ou seja, o domínio técnico da confecção material de um livro.²⁵⁷ Segundo este autor, embora o livro didático fosse considerado como um trabalho intelectual de menor importância, devemos nos indagar sobre a motivação financeira em sua realização e sobre sua importância em um período de ausência de instituições de formação de professores do ensino de primeiras letras e de nível secundário. Pelo menos na perspectiva das editoras, a publicação de livros voltados para o ensino se constituía na parte mais lucrativa do negócio.

Até 1885 três editoras se destacariam na produção de livros didáticos, a dos irmãos Laemmert, a Garnier e a editora fundada por Nicolau Alves. Este último era um livreiro português que a partir dos anos de 1880 teria Francisco Alves, seu sobrinho, como sócio responsável por colocar aquela empresa na ponta de produção de material didático até a década de 1920.²⁵⁸ Muitos dos livros para nível secundário se originavam das aulas dos professores, como o *Lições de História do Brasil*, gerado a partir das aulas de Joaquim Manuel de Macedo no Colégio Pedro II. Esta relação entre ensino e produção de livro didático também é visível em relação ao ensino superior, como nos livros de Peixoto acerca da higiene e medicinal legal. As editoras privilegiariam autores que possuíssem experiência pedagógica, mas a principal qualidade exigida era ser um “bom escritor”, ou seja, “possuir qualidades literárias para atingir a especificidade de um público infantil e juvenil”.²⁵⁹ A questão de uma escrita inteligível às crianças e jovens escolares também era valorizada em relação aos livros voltados aos alunos de ensino superior pois foi a partir da demanda por um material didático em medicina legal mais palatável que Afrânio teve sua primeira oportunidade de publicação pela Francisco Alves.

Além disso, a história da publicação do *Elementos de Medicina Legal* nos proporciona ver o modo como a produção de obras técnicas naquele período implicavam no uso de um capital social, não exclusivamente científico. Sua produção teria sido encomenda do livreiro Francisco Alves, o qual Afrânio teria conhecido no verão de 1910 quando viajara as Paineiras a veraneio. O encontro de ambos e o ponto de partida do EML ficaria registrado na memória de Peixoto da seguinte forma:

Na varanda do hotel um encontro fê-lo falar comigo e ficamos companheiros de palestra. Tão constantemente falava-lhe da Europa, que êle perguntou, um dia, por que não satisfazia logo êsse desejo. Respondi-lhe que me faltavam meios; Os meios se adquirem pelo trabalho. – “Por que não escreve um livro didático que lhe dê para isso?” Como não compreendesse bem, explicou-me

²⁵⁷ *Ibidem*, p.479.

²⁵⁸ *Ibidem*, p.482.

²⁵⁹ *Ibidem*, p.484.

que o compêndio de Medicina Legal de Souza Lima era inabordável e o Manual que lhe juntasse à doutrina algumas observações, por força seria bem recebido.²⁶⁰

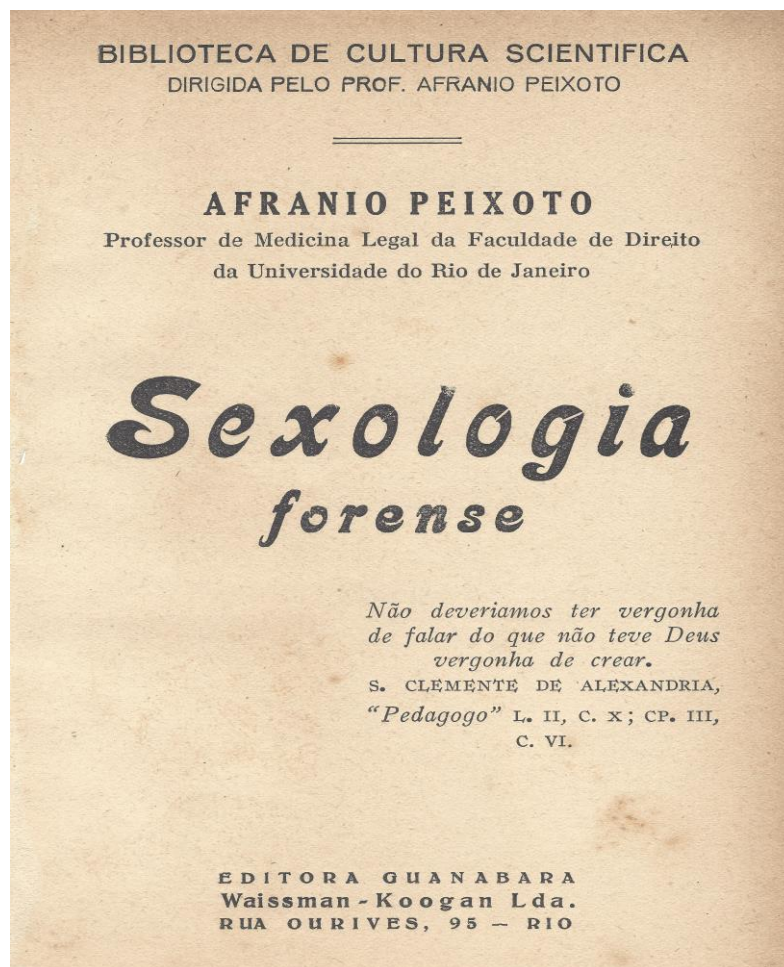
De fato o livro seria bem recebido e se constituiria em um trabalho longo. Por mais de três décadas o EML teria ao todo dez edições – 1910, 1914, 1917, 1923, 1927, 1931, 1935, 1938, 1943 e a última em 1946 – resultando em uma tiragem total de 23.600 exemplares²⁶¹. Além disso, teria sido a primeira edição do EML que possibilitaria a Afrânio realizar a viagem que tanto desejara pela Europa e que, inicialmente, teria como companheiro de viagem Carlos Peixoto com que dividia moradia no período. A ideia original seria a de viajar com os direitos autorais de seu EML e Carlos Peixoto com seus subsídios. Contudo este último não conseguiria levar a cabo seus planos, o que não impediu Afrânio de realizar sua viagem ao “Oriente clássico”, em que evitaria cidades como Paris, Londres e Roma.²⁶² A oportunidade, originada de suas relações sociais, de publicar o ‘Elementos de Medicina Legal’ foi importante na confirmação do nome de Peixoto, trabalho de fôlego que abriu caminho para que se anexasse a seu nome o epíteto de tratadista.

Duas décadas mais tarde ao publicar seu *Sexologia Forense*, Peixoto já teria seu nome plenamente reconhecido como cientista e literato. A primeira edição sairia em 1934, pela Editora Guanabara com mil exemplares, a segunda edição teria uma tiragem de dois mil exemplares em 1936, sendo seguida por uma terceira e última edição de mesma tiragem em 1940, as duas últimas pela Editora Nacional.

²⁶⁰ Peixoto apud Ribeiro. Afrânio Peixoto. *op. cit.* p.86

²⁶¹ Lembramos aqui que as estatísticas a respeito das obras de Afrânio Peixoto dizem respeito aos números apresentados em Ribeiro (1950) e Sales (2007).

²⁶² Peixoto apud Ribeiro. Afrânio Peixoto. *op. cit.* p.87



Folha de rosto de 'Sexologia Forense' (1934)

Neste momento Afrânio dispunha de capital científico suficiente não somente para publicar, mas também para que seu nome pudesse ser associado à de uma marca de cientificidade. Isto pode ser verificado quando vemos a Editora Guanabara publicar uma coleção de livros que tinham as capas intituladas “Biblioteca de cultura científica dirigida pelo professor Dr. Afrânio Peixoto”. Conforme noticiado em periódico da época, a empreitada levada a cabo com objetivo disponibilizar obras de “cunho essencialmente científico”, visando assim, suprir a falta de livros destinados ao ensino superior. Desta forma, a coleção era caracterizada como de “grande interesse e de cerebros de maior nomeada”.²⁶³

A coleção tinha o caráter de divulgação dos trabalhos científicos produzidos por diversos médicos brasileiros, e era atestada pelo crédito intelectual e científico de que dispunha Afrânio. Em um levantamento feito a partir de catálogos de bibliotecas foi possível identificar os seguintes volumes desta coleção:

²⁶³ *Correio do Paraná*, 07 de agosto de 1934, p.3.

Obras publicadas na coleção “Biblioteca de Cultura Científica” ²⁶⁴		
1932	Antonio Austregésilo	Conceito Clinico das Psico Neuroses
	Porto-Carrero	A psicologia profunda ou psicanalise
	Afrânio Peixoto	Novos rumos da medicina legal
	Antonio Austregésilo	Conceitos moderno da psychoneurose
	Nina Rodrigues	As raça humanas e a responsabilidade penal no Brasil
	Miguel Couto	As novidades da Cardiologia
	Eduardo Rabello	Problema atual da lepra
1933	Afrânio Peixoto	Criminologia.
	Clementino Fraga	Noções actuaes de tuberculose.
	Vieira Romeiro	Auscultação moderna.
	Plínio Olinto	Psicologia.
	Arthur Ramos	Psychiatria e Psychanalyse.
	J. P. Porto Carrero	Psicanalise de uma Civilização.
	J. P. Porto Carrero	Sexo e cultura (ensaios de psicanalise)
	Maurício de Medeiros	Psychoterapia conceito atual: teoria e prática.
	Fernando Magalhães	Obstetricia forense.
	Arthur Ramos	Freud, Adler, Jung: (ensaios de psychanalyse orthodoxa e herética)
1934	Antonio Austregésilo	Novas aquisições em patologia e terapeutica nervosas
	Afrânio Peixoto	Sexologia Forense
	Waldemar Berardinelli	Doenças dos rins: resumo clínico: serviço do Professor Rocha Vaz.
	Oswaldo Oliveira	Noções fundamentaes de cardiologia.
	Hélion Póvoa	Hematologia.
	Carlos de Carvalho	Sociología e educação.*
	Leonídio Ribeiro	O Direito de Curar*
	Anísio Teixeira	Em Marcha para a Democracia*

Os temas eram os mais variados, embora seja notável a presença de livros de psicologia e psicanálise. Soma-se aos volumes acima, a publicação nesta coleção de textos de Freud, um deles seria ‘O futuro de uma ilusão’ (1927). Em 1934 seria lançada no Brasil uma tradução com o subtítulo de ‘Psicanalise das religiões’, tal edição teria se dado “pelo empenho do professor Afrânio Peixoto, diretor da Biblioteca de Cultura Científica - Sociologia e

²⁶⁴ Os volumes marcados com asterisco vinham com o subtítulo “Sociologia – Política”.

Política”.²⁶⁵ Carrara e Russo afirmam que o texto de Freud, ‘Totem e tabu’ também teria sido publicado nesta coleção, ambos traduzidos do alemão por Porto-Carrero, e também citam a publicação de ‘Introdução à psicanálise’, que teria sido traduzido por Elias Davidovich, todos publicados pela Editora Guanabara²⁶⁶.

Foi possível perceber que as obras de Afrânio Peixoto resultavam dos diversos projetos com que esteve envolvido. Esta percepção também pode ser verificada em relação à sua produção literária e de seus escritos voltados para a educação. O *História da literatura brasileira* foi um dos frutos de um curso de férias para universitários norte-americanos que, segundo o prefácio de Peixoto, resultava de um acordo entre o *Institute of International Education* de Nova Iorque, representante de universidades estadunidenses, e a Universidade do Rio de Janeiro. O curso se destinava aos estudantes que tivessem interesse em conhecer o Brasil, cabendo a Afrânio proferir lições sobre a literatura nacional. O livro ‘História da literatura geral’ também seria resultado das aulas desta disciplina ministradas por Peixoto, no vestibular da Faculdade de Direito.²⁶⁷ Já o *Noções de História da educação* seria publicado na sequência das aulas que ministrou sobre esta matéria no Instituto de Educação do DF²⁶⁸ Este último livro traçava uma síntese das práticas educacionais ao longo dos tempos em que Afrânio informava sobre a “educação arcaica”, a educação na idade moderna, seus filósofos, comentando as práticas estadunidenses, latino-americanas e daquelas realizadas no Brasil, em que ressaltamos o escolanovismo, movimento ao qual Afrânio esteve articulado.

Dentre as obras educacionais de Peixoto destaco seu ‘Ensinar a ensinar’ (1923) por constituir conexões para fora do âmbito de síntese de conhecimentos, onde podemos perceber por um lado o posicionamento do autor em relação aos debates voltados ao campo da educação, como o movimento da Escola Nova, sua expectativa científica acerca da educação e a repercussão desta em relação ao ideal de desenvolvimento da nação. Por outro lado é possível assinalarmos um movimento de Afrânio no sentido de questionar convenções sociais do período, discutindo a construção cultural de distinções de classe e de gênero, o que o colocaria em oposição a grupos sociais específicos como a liderança católica, que tinha como um de seus representantes Alceu Amoroso Lima²⁶⁹, seu concunhado, defensor do ensino

²⁶⁵ Camargo, Maria Ely Silva. *O conceito de pulsão (trieb) na psicanálise: conexões com a educação*. Dissertação pela Faculdade de Educação UFBA, 2009, p. 112.

²⁶⁶ Carrara, S. L. e Russo, J. A.: ‘A psicanálise e a sexologia no Rio de Janeiro de entreguerras: entre ciência e a auto-ajuda. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 9(2):273-90, maio-ago. 2002.

²⁶⁷ Oliveira, Oswaldo M. B. Um livro de Afrânio Peixoto. *Beira-Mar*. 29/10/1932 - p.17.

²⁶⁸ O Instituto de Educação teve origem na Escola Normal do DF, a partir do decreto nº 3810 de 1932.

²⁶⁹ Alceu Amoroso Lima (1893-1983) conhecido também pelo pseudônimo Tristão de Ataíde, cursou a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Tem notoriedade sua atuação a partir de sua

religioso obrigatório e opositor ao Manifesto da Escola Nova, o qual seria considerado pela Igreja como de orientação esquerdista. O livro *Ensinar a ensinar*²⁷⁰ compunha o alinhamento de um discurso que afirmava a educação da população enquanto medida de salvação, instrumento de civilização, prosperidade e saúde, tendo-se em vista nossa realidade social. No prefácio Afrânio faz menção às suas várias realizações no sentido do aprimoramento da formação de professores, como o encerramento das aulas noturnas, por ele consideradas como uma “monstruosa anomalia”, em que se fazia somente a “assistência a môças pobres, cansadas, de dia, em ensinarem nas escolas primárias o que não sabiam, e à noite a aprenderem o que não conseguiriam bem saber”.²⁷¹ Afrânio alinhava-se com a tarefa educacional de formação de professores em nome de um ensino público de qualidade, tal como expresso a seguir:

Ficaram ainda, como remanescentes desse periodo de trabalho em prol do ensino público, algumas ideias, várias páginas, que, pela intenção, talvez se não devessem perder, e são agora recolhidas, neste livro. O título que as enfeixa foi o nosso lema de combate – no Brasil ainda hoje se ensina, sem se ter aprendido a ensinar, por isso se ensina e se aprende tão mal... – professores de ensino superior, de ensino secundário, e de ensino primário em muito lugar, ainda quando sabem, não sabem ensinar, porque não aprenderam e desdenham aprender... – êsse é o maior mal da educação nacional – êsse bem pode ser a divisa de uma propaganda...²⁷²

Parte de seu livro tinha como origem palestras proferidas em ocasiões diversas. Ele é dividido em sete capítulos, tratando de vários aspectos da educação naquilo que dizia respeito à uma estruturação ideal do sistema escolar de modo que este pudesse contribuir para a construção de uma população civilizada. Como parte de sua argumentação Afrânio tecia uma crítica à realidade brasileira, analisando as repercussões de questões de interesse social como as distinções de classe e gênero, propondo modos diversos de pensar tais conceitos. Tais interesses eram expressos nas discussões acerca dos “aspectos masculinos” e “aspectos femininos” da educação nacional, bem como da formação de uma elite intelectual não vinculada à origem de classe social. O envolvimento de Peixoto com as discussões acerca da realidade educacional do Brasil e do engajamento na proposição de reformas é notável,

conversão ao catolicismo levada a cabo sob a orientação de Jackson de Figueiredo, um líder católico que fundara em 1922 uma associação para estudo e discussão dos apostolados católicos, o Centro Dom Vital, que passou a ser dirigida por Alceu após a morte de seu fundador.

²⁷⁰ Peixoto, A. *Ensinar a ensinar: ensaios de pedagogia aplicada á educação nacional*. Rio de Janeiro/ São Paulo/ Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, Paulo de Azevedo e C.^a, 1923.

²⁷¹ *Ibidem*, p. 6.

²⁷² *Ibidem*.

participando do rol dos signatários²⁷³ do Manifesto da Escola Nova, de 1932²⁷⁴, redigido por Fernando de Azevedo.²⁷⁵ Em tal documento a educação era entendida como prioridade para o desenvolvimento nacional na medida em que sem esta seria impossível desenvolver suas forças econômicas ou de produção. A denúncia era a de que mesmo após quatro décadas de regime republicano o Brasil ainda não teria conseguido criar um “sistema de organização escolar” que suprisse as necessidades do país. Tal estado de coisas era atribuído à falta da especificação das finalidades da educação, considerando seus aspectos filosófico e social, bem como da aplicação de métodos científicos aos entraves deste campo, tratava-se de discutir questões de administração educacional e escolar. O manifesto trazia a afirmação de um compromisso do educador com o social que se estendia para além de seus objetos de estudo, diferenciando entre o cientista e aquele profissional que se dedicava ao ensino. Tratava-se de uma formação de compromisso do educador com seu meio social, não bastava apenas ser detentor de um determinado conhecimento, mas sim ser consciente das repercussões sociais daquele conhecimento na vida do indivíduo e na constituição de um ideal de formação social que acordasse com critérios específicos de civilidade.

A função social da escola nova se fundamentaria na troca da hierarquia social pelo que chamavam de “hierarquia das capacidades”, formada por indivíduos de diferentes pertencimentos sociais, visto que idealmente todos teriam as mesmas oportunidades educacionais. Reconhecia-se a importância do individualismo libertário que baseava a escola tradicional fundamentada em uma “concepção burguesa” para a formação das democracias. Contudo considerava-se que chegara o momento de organizar a educação sobre outros parâmetros, buscando o estabelecimento de um “espírito de disciplina, solidariedade e cooperação” entre os indivíduos, visando assim constituir “uma profunda obra social que ultrapasse largamente o quadro estreito dos interesses de classes”.²⁷⁶ A consequência de

²⁷³ Os demais signatários eram: A. de Sampaio Doria, Anísio Spinola Teixeira, M. Bergstrom Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessôa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casassanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Atílio Vivacqua, Francisco Venancio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meirelles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Alvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nobrega da Cunha, Paschoal Lemme e Raul Gomes.

²⁷⁴ Azevedo, F. O Manifesto dos pioneiros da educação nova. Revista HISTEDBR On-line, Campinas. Nº especial, p.188–204, ago. 2006. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/>

²⁷⁵ Fernando de Azevedo (1894-1974) foi um dos expoentes da Escola Nova, além do magistério foi diretor geral da Instrução Pública do DF (1926-1930) e de São Paulo (1933), participando ainda do processo de estabelecimento da universidade brasileira. Informações disponíveis em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/fernando_de_azevedo

²⁷⁶ Azevedo. O Manifesto dos pioneiros da educação nova. *op. cit.* p. 192.

pensar a educação como direito de todos os indivíduos é torna-la como objeto de obrigação social por parte do Estado, uma “função social e eminentemente pública”.²⁷⁷

No que concerne ao ideal de escola o manifesto propunha uma escola única, laica, gratuita e obrigatória e fundada no que chamava de "coeducação". A laicidade colocaria a escola acima das disputas de crenças. A gratuidade funcionaria como um "princípio igualitário" que tornaria a educação acessível a todos e não uma decorrência de privilégios de classe. A obrigatoriedade era proposta até a idade de 18 anos servindo como meio de proteção às crianças e aos jovens em face de uma sociedade que as sacrificaria em nome de um “industrialismo” e do “desejo de exploração humana”, e finalmente a coeducação tratava de uma educação comum tomando todos igualmente.²⁷⁸

Propunha-se uma autonomia “técnica, administrativa e econômica” dos profissionais da educação, trabalhando para promover a função biológica da educação, respeitando os fatores “psicobiológicos” dos alunos, neste sentido, propunham superar a lógica formal que guiava as atividades escolares tradicionais para operar sob uma lógica fundamentada na “natureza e no funcionamento do espírito infantil”.²⁷⁹ É importante notar que quando o manifesto afirmava a unidade educacional não estavam se referindo à uma uniformidade que desconsiderasse as diferenças e necessidades regionais.

Ainda que a educação fosse percebida como um instrumento essencial ao desenvolvimento da nação, como ferramenta de progresso social, esta não poderia ser obstaculizada pelo nacionalismo. Assim o manifesto afirmava que

os problemas de educação devem ser resolvidos de maneira científica, e se a ciência não tem pátria, nem varia, nos seus princípios, com os climas e as latitudes, a obra de educação deve ter, em toda a parte, uma ‘unidade fundamental’, dentro da variedade de sistemas resultantes da adaptação a novos ambientes dessas idéias e aspirações que, sendo estruturalmente científicas e humanas, têm um caráter universal.²⁸⁰

Tratava-se de um difícil equilíbrio a ser alcançado entre a afirmação da educação como meio de construir a consciência da população sobre si mesma, de firmar a consciência nacional e, ao mesmo tempo, sua articulação com a produção educacional e científica de caráter universal.

Perseguir as estratégias utilizadas por Afrânio na construção de sua trajetória intelectual mostrou que ele não chegaria a optar em nenhum momento por um nicho específico de produção simbólica, pelo contrário, pavimentou sua legitimação intelectual em

²⁷⁷ *Ibidem*.

²⁷⁸ *Ibidem*, p. 193

²⁷⁹ *Ibidem*, p.196

²⁸⁰ *Ibidem*, p.202

campos diversificados utilizando instrumentos como associações institucionais, a exemplo da ABL; publicação de livros e matérias constantes nos periódicos. Tornava-se assim o sábio a ser consultado, bem ao gosto das enquetes publicadas pelos jornais de seu período que buscavam intelectuais para obter suas opiniões a respeito de uma variedade de assuntos, desde uma das votações como a que levou Bilac a se tornar o príncipe dos poetas do Brasil, até mesmo discussões sobre temas candentes como a esterilização dos doentes mentais. Para responder a primeira buscavam o literato, membro da ABL, autor de romances e ensaios, a opinião da segunda deveria vir do professor da Faculdade de Medicina, do Diretor da Instrução, do autor de manuais científicos, daquele que ao longo de sua obra sempre pontuou a necessidade de pensar a educação como instrumento de civilização e progresso. A concentração destas demandas em um mesmo indivíduo só poderia se dar na medida em que este, tal como referido no início deste capítulo, não se acastelasse no mundo literário ou no científico.

CAPÍTULO 2

A Higiene segundo Afrânio Peixoto

“Um médico é hoje em dia personagem que conta nas colectividades humanas, pois dentre os técnicos somos nós exactamente aqueles que, pela amplitude dos conhecimentos, melhores serviços podemos prestar ás causa publicas. Delas a mais pertinente, e que é de salvação do presente e do futuro, é a higiene, o aspecto social da medicina, que amplia para as necessidades e urgências colectivas as aptidões individuais da profissão. O governo do homem não prescinde de nós, da nossa colaboração e certo vos haveis muitas vezes por intérpretes dos seus ensinamentos nas consultas, informações, pareceres e até na administração sanitária regional, talvez mesmo nacional. **Servindo a Brasileiros, não vos descuideis de principalmente servir ao Brasil**”²⁸¹

Esta epígrafe, retirada de um discurso pronunciado aos formandos da FMRJ, representava aquilo que Afrânio Peixoto atribuía à função médica: um conhecimento técnico identificado com uma função prática e social, tendo em vista a aplicabilidade da ciência higiênica, entendida como aspecto social da medicina. Quando Afrânio mencionava os destinos daqueles jovens formandos ele o fazia de modo a entrelaçá-los à constituição dos destinos do próprio país, profissionais médicos, cientistas, que antes de qualquer atribuição deveriam servir ao Brasil, esta é a tônica das obras que agora veremos. O conjunto das obras higiênicas de Afrânio Peixoto é diverso no que diz respeito ao tipo de material e ao contexto de produção. A primeira obra data de meados da década de 1900 e a última publicação é de fins dos anos 1930. No entanto, o recorte das obras que abordo na análise desta tese se restringe às edições publicadas até o início desta década. Muitas destas obras não são totalmente independentes, mas desdobramentos e edições revisadas e aumentadas em relação a volumes anteriores.

Conjunto das obras consideradas higiênicas de autoria Afrânio Peixoto: obras consultadas (1900 – 1931)	
1901	Fragments de Hygiene (crítica das práticas funerárias)
1901	Fragments de Hygiene (crítica aos barbeiros)
1902	As Igrejas. Fragments de Hygiene.
1902	O lenço e as doutrinas medicas do contagio da tuberculose por inalação. Fragments de Hygiene.
1902	Os escarradores. Fragments de Hygiene.

²⁸¹ Peixoto, Afrânio. Higiene: Medicina Preventiva. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931, p. 308, grifo meu. Trata-se do discurso de paraninfo pronunciado por Afrânio aos doutorandos da FMRJ de 1919.

1902	O ideal hygienico de revestimento e pavimentação: a pedra de vidro e o vidro armado. Fragmentos de Hygiene.
1902	Um reparo hygienico sobre o vestuario feminino. Fragmentos de Hygiene.
1904	Defesa social contra o alcoolismo no Brazil
1904	Defesa social contra a tuberculose
1907	Clima e doenças do Brasil
1908	Climat et maladies du Brésil
1912	Elementos de hijiene
1914	Noções de Higiene: livro de leitura para as escolas ⁷
1917	O problema sanitário da Amazônia
1922	Higiene: Higiene geral
1922	Higiene: Medicina Preventiva
1926	Higiene: Higiene geral
1926	Higiene: Medicina Preventiva
1930	Higiene: Higiene geral
1931	Higiene: Medicina Preventiva

Dentro do recorte desta pesquisa considereei como conjunto de suas obras higiênicas publicações de livros e artigos de origens diversas, tais como os *Fragmentos de Hygiene*, coluna assinada por Afrânio Peixoto publicada entre novembro de 1901 a maio de 1902 na *Gazeta Medica da Bahia*²⁸², os quais não constam em sua totalidade nas listas bibliográficas até então publicadas. Os textos *Defesa social contra a tuberculose* e *Defesa social contra o alcoolismo no Brazil* constituem relatórios apresentados no 2º Congresso Médico Latino-Americano²⁸³, organizado durante 1903 e realizado em 1904, em Buenos Aires, e publicado

²⁸² No numero 6 deste volume ainda encontramos uma nota de Afrânio Peixoto saudando o trabalho de pesquisa de Oswaldo Cruz acerca dos culicídeos no Rio de Janeiro. “Revista da Imprensa Medica. Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz. Contribuição para o estudo dos culicídeos no Rio de Janeiro. *Brazil Medico*, Rio, 1901”. *Gazeta Medica da Bahia*, Bahia, v.XXXIII, n.6, p.285-286, dez.1901.

²⁸³ É de nota que a despeito do congresso ser médico podiam participar não só os médicos e cirurgiões como também os químicos, farmacêuticos e naturalistas, engenheiros e arquitetos sanitários, demógrafos, veterinários e dentistas. Tal congresso se dividiu em oito seções: Anatomia descritiva e comparada, Histologia, Embriologia e Teratologia. Fisiologia, Física e Química biológicas. Patologia geral e experimental. Bacteriologia, Parasitologia. Anatomia Patológica. 2ª Medicina e suas especialidade: Neurologia, Pediatria, Psiquiatria, Terapêutica, Semiologia, Dermatologia, Sifilografia e Epidemiologia. 3ª Cirurgia e suas especialidades: C. urinária, Otorrinolaringologia, Oftalmologia, C. da infância, e Ortopedia. Obstetrícia, Ginecologia e C. Abdominal. **4ª Higiene Pública. Climatologia. Medicina Pública. Assistência Pública. Organização sanitária. Hipurgia. Medicina Legal. Medicina militar e naval. Cirurgia militar e naval. Demografia e estatística sanitária.** 5ª Farmácia e Química. 6ª Tecnologia sanitária: ciências do engenheiro e do arquiteto aplicadas à higiene. 7ª Polícia veterinária. Enfermidades contagiosas dos animais. Medicina veterinária em geral. 8ª Patologia dentária. Dentística operatória. Dentística operatória. Terapêutica dentária. Prótese dentária. Higiene. Ensino odontológico. Dentística legal. (Congressos Medicos. Segundo Congresso Medico Latino Americano. *Brazil-Medico* Ano XVII n. 45 - 1 de dezembro de 1903 p.470-71)

no periódico *Brazil-Medico*²⁸⁴. Este congresso contou – como auxílio à comissão central de organização – com representações dos países signatários. A Comissão Central Brasileira contava entre seus nomes: como presidente, João Batista de Lacerda, como secretário, Afrânio Peixoto e na função de vogal Antonio Augusto de Azevedo Sodré, J. Azevedo Lima e Moncorvo Filho. Como secretário da comissão seria a Afrânio que se destinariam os pedidos de informação, cotas de adesão, relatórios e correspondências, verificamos deste modo sua participação ativa neste evento quando então era médico do HNA, pouco antes de sua viagem à Europa, em 1905, e de sua candidatura ao concurso de professor da FMRJ, em 1906.

Outro texto importante é *Clima e doenças do Brasil*, que surgiu originalmente em 1907. Nos anos seguintes, em 1908 e 1909, uma versão deste texto seria publicada em inglês como *Climate of Brazil* no *The Brazilian Year Book* – e em francês como *Climat et maladies du Brésil* nos *Annales d'hygiene publique et de médecine légale*, Paris, também em 1908. Esse texto seria republicado em pelo menos mais duas de suas obras: *Elementos de higiene* (1913) e *Clima e Saúde* (1938), neste último constitui o sétimo capítulo, intitulado ‘Clima e salubridade: as doenças chamadas tropicais’.

A publicação do *The Brazilian Year Book* (1908) foi uma obra em colaboração sob a organização de J.P. Wileman, editor de *Brazilian Review* e diretor do serviço de estatística comercial do Brasil do período. É interessante notar que o *Brazilian Review* era subintitulado como “the only jornal published in english in Brazil”²⁸⁵, tal como aparece nas propagandas do volume *The Brazilian Year Book* (1908), ou seja, tratava-se de uma publicação voltada para o público que lia em inglês e que precisava de informações específicas, como as descritas neste mesmo reclame: “Besides general news, special attention is given to financial and commercial subjects, full weekly reports on the money, stocks and shares and coffee markets, and shipping news for the Ports of Rio and Santos”²⁸⁶. É possível ainda afirmar a intenção de integração com a Europa, já que a publicação semanal tinha sua data condicionada pelo correio europeu: “Appears every tuesday to catch the european mail”²⁸⁷.

The Brazilian Year Book veio a lume sob a estrutura do *Brazilian Review* e com patrocínio do governo brasileiro. A publicação tinha o objetivo de coletar dados sobre a história, finanças e condições econômicas não somente da capital da república, mas de todos os seus estados, constituindo-se em um meio de tornar a realidade brasileira mais inteligível

²⁸⁴ Peixoto apresentou outro trabalho no 2º CMLA: o relatório intitulado e a memória intitulada ‘Prophylaxia publica da syphilis e enfermidades venéreas’ (1904), também publicado no *Brazil-Medico*.

²⁸⁵ Wileman, J. P. *The Brazilian Year Book*. Rio de Janeiro: The Offices of The Brazillian Year Book, 1908, snp.

²⁸⁶ *Ibidem*, snp.

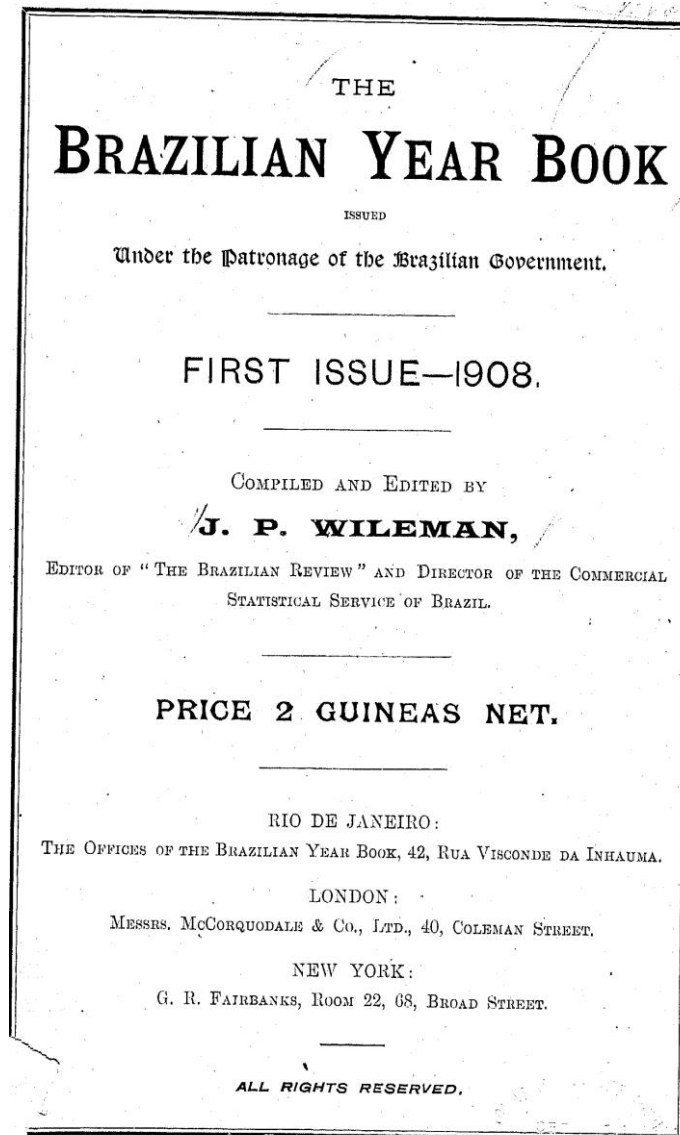
²⁸⁷ *Ibidem*

aos olhos estrangeiros, conforme o que J.P. Wileman deixa transparecer em esclarecimento sobre a conversão de valores monetários:

With a view to simplifying and making them more intelligible to our foreign readers, values expressed in brazilian currency have been reduced to £ sterling at the average exchange of each year, an indispensable preliminary for comparisons spread over long periods in cases where, as in Brazil, the real or gold value of the currency has varied so immensely²⁸⁸.

O texto de Afrânio Peixoto se insere na primeira parte do volume intitulada “Information of a general character”, que reúne informações as mais diversas tais como as distâncias entre portos brasileiros, a comparação entre os pesos e medidas brasileiros e ingleses, informações postais, feriados e dias de festa, regras de patente, informações geográficas, geológicas, hidrográficas e sobre a fauna e flora do país, além de informações sobre a constituição política do Brasil. É interessante notarmos que, se a princípio, um texto analítico sobre o clima e as doenças do Brasil poderia destoar do conjunto do *Brazilian Year Book*, sua inserção se torna mais compreensível quando pensamos no público a que se destinava e no modo como Afrânio estrutura seu texto, não somente dando a conhecer o clima brasileiro como também constituindo uma verdadeira defesa e propaganda deste.

²⁸⁸ *Ibidem*, p. XIII



Fonte: Memória Estatística do Brasil - (<http://memoria.nemesis.org.br>).

Após este trabalho, em 1912, Afrânio Peixoto publicava a primeira edição do livro *Elementos de Higiene*. Como vimos no primeiro capítulo, este livro teve muitas outras edições – 1913, 1918, 1922, 1926, 1930 e 1938 –, dentre as quais destaco a de 1922 quando a obra sofreu mudanças de conteúdo e de formatação, sendo a partir de então publicada em dois tomos: o primeiro intitulado *Higiene Geral* e o segundo *Medicina Preventiva*. Ressalto que no contexto de publicação desta obra Afrânio já se consolidava como professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ainda que como professor substituto, pois só alcançaria a cátedra em 1916. Como poderá ser visto na análise comparativa de algumas destas edições, Afrânio ao longo dos anos efetuou revisões e modificações nos textos; modificações por vezes pequenas, como a supressão de uma referência bibliográfica, mas que podem servir de base

para uma reflexão e esclarecimento acerca da construção de sua obra no contexto científico mais amplo daquele período.

Dois anos mais tarde, em 1914, o médico baiano publicou o livro *Noções de Higiene: livro de leitura para as escolas*; o qual era, em grande medida, uma versão do *Elementos de Higiene*, e publicado em coautoria com o Dr. Graça Couto²⁸⁹. Rocha, ao analisar a atuação do saber médico higiênico no campo da educação, tece uma análise detalhada desta obra, ressaltando seu percurso entre a primeira edição elaborada em coautoria e a segunda edição, publicada após a morte de Graça Couto e então revista por Afrânio Peixoto. Tal revisão teria como objetivo adaptar a obra ao público das Escolas Normais, aos Cursos de Farmácia e Odontologia, às Escolas Profissionais, aos Ginásios e aos Liceus. O resultado seria a eliminação do capítulo introdutório da edição original – um estudo sobre o corpo humano, que a autora atribui à Graça Couto – e a inserção de outro capítulo introdutório e orientador da leitura da obra²⁹⁰.

O último trabalho original do conjunto das obras higiênicas publicadas até 1931, foi o texto *O problema sanitário da Amazônia*, divulgado em 1917 nos *Anais da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro* e que, mais tarde, também seria incorporado ao livro *Clima e Saúde* (1938) como o capítulo ‘Problemas regionais: a Amazônia’, além de ter um fac-símile republicado em 1972, como parte da edição comemorativa *Sobre o saneamento da Amazônia*. Nesta obra Afrânio voltaria à carga da discussão das implicações naturais e principalmente climáticas do Brasil no que diz respeito ao desenvolvimento humano, social e econômico do país, desta vez focando a região amazônica. Nesta discussão Afrânio analisa os relatórios de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas sobre os trabalhos de saneamento e combate à malária na Amazônia por ocasião da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

O texto *O problema sanitário da Amazônia* (1917) é fruto do primeiro ano de Afrânio enquanto catedrático da cadeira de Higiene na FMRJ. Peixoto chegou a indicar que a produção deste trabalho esteve vinculada com a estrutura do curso de Higiene da FMRJ, que a partir daquele momento compreenderia um **curso geral** e um **curso especial**. O curso especial

²⁸⁹ Graça Couto aparece em alguns trabalhos como Diretor dos Serviços de Profilaxia e Desinfecção e Diretor Geral interino da Saúde Pública do Rio de Janeiro. Ressalto que os trabalhos encontrados diziam respeito justamente à publicação ‘Noções de Higiene’, não sendo possível encontrar referência ao seu nome em pesquisas relativas ao campo específico da saúde ou de seu trabalho nestas repartições. Rocha, Heloísa Helena Pimenta. ‘Prescrevendo as regras de bem viver: cultura escolar e racionalidade científica’. *Cadernos Cedex*, ano XX, nº52, nov de 2000. Marques, Vera Regina Beltrão; Farias, Fabiana Costa de Senna Ávila. “Façamos dessa gente um elemento seguro do nosso progresso material e moral”: a inspeção médico-escolar no Paraná dos anos 1920. *Educação em Revista*. Belo Horizonte - vol. 26 - nº1 - abril de 2010.

²⁹⁰ Rocha, Heloísa Helena Pimenta. ‘Prescrevendo as regras de bem viver: cultura escolar e racionalidade científica’. *Cadernos Cedex*, ano XX, nº52, nov de 2000, p. 5.

permitiria ao professor “explicar determinado capítulo da disciplina, com suas ideias e trabalhos pessoais”²⁹¹, podendo variar anualmente, a depender da vontade do professor; de tal modo que no ano de 1917 o interesse de Peixoto se debruçava mais uma vez sobre o tema do clima e da salubridade do Brasil.

Afrânio, ao longo de suas obras, defendia o ensino público, especialmente o ensino médico, tanto o voltado para formação superior quanto os ensinamentos que eram dirigidos ao público em geral, sobressaindo-se suas idéias higiênicas para a educação sanitária destinada às escolas e à formação de professoras. O que poderemos perceber ao longo da análise de suas obras é que sua inserção no campo médico-científico do período esteve em grande medida ligada às suas atividades docentes, administrativas e editoriais, ou seja, atividades que incorporavam a produção de conhecimento científico, mais sua difusão, vulgarização e aplicação prática na realidade social, preocupado com a formação das futuras gerações, tanto no que diz respeito aos profissionais médicos, quanto à constituição de uma população mais sadia.

Segundo Peixoto (1922), o ensino da Higiene já contaria um século. Quando em 1832 foram criadas as faculdades de medicina estas foram providas com cadeiras privativas de higiene. Afrânio se coloca na história da Higiene do Brasil ao fazer uma linha de sucessão dos docentes da FMRJ onde então se encontrava.²⁹² Ao seu antecessor, Rocha Faria (1854-1936), Afrânio atribuía a chegada de novos tempos para o ensino da Higiene ²⁹³, passando do ensino teórico, brilhante, mas dialético, para o desenvolvimento prático representado pelas atividades do Laboratório de Higiene da FMRJ, criado desde 1883. É importante notar a atribuição que Afrânio faz às mudanças promovidas por Rocha Faria, tratar-se-ia, sob sua perspectiva, do espírito científico dirigindo seu antecessor de cátedra.²⁹⁴ Associando o ensino da higiene aos grandes nomes da medicina sanitária de seu tempo, Afrânio criava uma tradição em torno das atividades desenvolvidas pela FMRJ. Assim é que, sob sua perspectiva, Rocha Faria teria sido o primeiro mestre em Higiene Experimental, e seu laboratório o responsável pela iniciação de discípulos, que se tornaram nomes consagrados. Citava como exemplo Oswaldo Cruz, que teria sido ajudante de preparador de Faria, e que a partir do que aprendera na FMRJ

²⁹¹ Peixoto, Afrânio. “O problema sanitário da Amazônia” In: *Sobre o saneamento da Amazônia*. Cruz, Oswaldo; Chagas, Carlos; Peixoto, Afrânio. Manaus: Philippe Daou, 1972, p. 179.

²⁹² José Maria Cambuci do Valle (1832-1837), conselheiro Thomaz Gomes dos Santos (1837-1864), Antonio Ferreira Pinto (1864-1865), conselheiro Antonio Corrêa de Souza Costa (1865-1884), conselheiro Nuno de Andrade (1884-1888), Benjamim Antonio da Rocha Faria (1888-1916), Afrânio Peixoto. (Peixoto, 1922, p. 232)

²⁹³ Peixoto, A. Higiene: Medicina Preventiva. Francisco Alves: 1931, p. 28

²⁹⁴ Peixoto, A. Higiene: Medicina Preventiva. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931, p. 28

direcionaria sua carreira de modo a contribuir tão grandemente com a causa nacional. Sobre este grande nome da medicina do Brasil Afrânio lembrava que teria sido da FMRJ que ele teria partido e que por isso não seria “descabido que reivindicemos o que deve a esta faculdade, a seu primeiro laboratório, a seu primeiro mestre de Higiene”²⁹⁵ É interessante notar a iniciativa de alinhar Oswaldo Cruz à tradição da FMRJ em um período em que o nome deste último já se encontrava associado a outro eminente núcleo de produção científica, o Instituto Oswaldo Cruz, diverso das faculdades de medicina.

Afrânio percebia a Higiene de seu tempo como passando por uma nova fase, uma ciência que teria dado origem a campos diversos tais quais a Bromatologia, a Físico-química alimentar e a Bacteriologia então chamada Microbiologia. Destacava, sobretudo, sua importância para o Brasil, país que ainda necessitaria conhecer suas condições de saúde para então evitar as doenças. É neste sentido que propunha, como catedrático, um programa que, dentre as temáticas higiênicas então existentes, ressaltava o interesse da relação entre clima e doenças. Afrânio assim explicitava seu programa sobre a matéria, em discurso pronunciado por ocasião de sua posse como catedrático de higiene na FMRJ em 1916:

Será o estudo do nosso clima, do nosso meio regional, das condições de saúde nas zonas tropicais, continuando a demonstração do erro europeu, essa noção de doenças exóticas e climáticas, como se devessem também existir doenças próprias ou autóctonas, quando existem somente doenças evitáveis, em toda as latitudes e por todas as raças, as quais, portanto, podem e devem ser evitadas no Brasil²⁹⁶

Quando focamos os projetos políticos e sociais propostos no Brasil da transição dos séculos XIX-XX encontramos grande parte destes vinculados às necessidades prementes de saúde pública e isto pode ser avaliado a partir do aparecimento, já em meados do século XIX, de diversas instituições destinadas em grande medida a sanar os problemas sanitários que assolavam o país e mais especificamente a corte e posteriormente a capital. Chamo atenção para a criação da Junta de Higiene Pública, resultado do decreto nº 598 de 1850 que unificou sob seu comando os serviços do Instituto Vacínico do Império e a Inspeção de Saúde do Porto. Cabe destacar que estas instituições deveriam responder a acontecimentos dramáticos do ponto de vista humano, como as epidemias, além de trabalhar para resolver problemas sanitários que afetavam a ordem econômica, como a fiscalização dos portos. Neste contexto foram criadas repartições como a Inspetoria de Saúde dos Portos, o Conselho de Saúde Pública (1890) e as Comissões de Saneamento, com destaque ainda para a criação do

²⁹⁵ Peixoto, Afrânio. Higiene: Medicina Preventiva. Rio de Janeiro: Francisco Alves: Francisco Alves, 1922, p. 241.

²⁹⁶ *Ibidem*, p. 243.

Laboratório de Higiene da FMRJ²⁹⁷. Assim, o que podemos perceber é que a partir da segunda metade do século XIX a saúde pública passaria a contar mais detidamente com sua organização e implantação de locais de atuação.²⁹⁸

Tratava-se de um momento em que a salubridade se tornava preocupação primordial e vínculo de negociação entre os administradores públicos e a corporação médica que, segundo Fonseca, teria resultado também em mudanças nas práticas da saúde do período²⁹⁹. Além disso, cabe destacar a emergência, ainda no séc. XIX, do papel da Faculdade de Medicina como um espaço catalizador de esforços voltados ao combate dos problemas sanitários do país, justamente o espaço institucional ao qual Afrânio desejava se incorporar e que efetivamente lhe serviria de palco durante a maior parte de sua carreira científica.

Encontramos farta bibliografia que analisa a utilização do saber médico na fundamentação de projetos e intervenções em vários âmbitos sociais, públicos e privados³⁰⁰, e por meio destes trabalhos percebemos que a questão higiênica aparecia constantemente como pilar racional das obras de transformação da cidade e da constituição humana da população brasileira. O que podemos depreender destes acontecimentos é que a higiene enquanto corpo teórico se estabelecia enquanto dispositivo e instrumento das ações públicas tanto no que concernia às grandes obras de remodelação sanitária, como a capitaneada por Pereira Passos no Rio de Janeiro no início do século passado, quanto no que dizia respeito à ‘reforma’ dos hábitos e modos de vida da população. Enfim, tratava-se em grande medida de um saber que visava à intervenção prática em grandes e pequenas escalas. O que proponho analisar é como Afrânio Peixoto atuava neste contexto por meio de seus escritos e participações institucionais.

²⁹⁷ Transformado em Instituto de Higiene da FMRJ (1889), em Instituto Nacional de Higiene (1890), Laboratório de Bacteriologia (1892), Instituto Sanitário Federal (1894) e finalmente Diretoria Geral de Saúde Pública (1897). <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/labhigrj.htm>

²⁹⁸ Fonseca, M^a Rachel Fróes da. A saúde pública no Rio de Janeiro Imperial. In: *História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Pôrto, A.; Sanglard, G.; Fonseca, M.R.F. da; Costa, R.G.-R. (Org.) Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008, p 45.

²⁹⁹ *Ibidem*

³⁰⁰ Machado, R.; et al. Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978. / Rago, M. Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. / Benchimol, J. L. Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992. / Chalhoub, S. Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997. / Schweickardt, J. C. Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas, 1890-1930. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2011.

2.1 Que higiene é essa?

Na coluna *Fragments de Higiene* assinada por Afrânio, em novembro de 1901³⁰¹, ele fazia uma ressalva em relação aos diferentes objetos dos higienistas, solicitados em sua atenção para os grandes problemas, as “magnas questões de saneamento, prophylaxia, desinfecção” que necessitariam do “cuidado dos profissionais para rumos elevados”, ficando, entretanto, “um pequeno número de breves questões” àqueles que não teriam estas “ingentes aspirações”. Contudo, apesar de breves, tais questões também seriam dignas de atenção visto que “em se tratando de saúde não existem nonadas”.³⁰²

Neste sentido, vemos Afrânio tratando de várias questões do cotidiano social, principalmente no que concernia a práticas que poderiam influenciar na transmissão da tuberculose, como o uso de escarradores e de lenços,³⁰³ a aglomeração em igrejas,³⁰⁴ tecendo até mesmo uma crítica a moda, considerada como uma “entidade despotica e inconsequente”.³⁰⁵ Para ele a moda determinava às mulheres o uso de longas saias e estas seriam arrastadas na sujeira das vias públicas, transformando-se em verdadeiros veículos de contaminação. Tal problema, segundo Peixoto, poderia ser resolvido facilmente se a mesma moda resolvesse ditar a diminuição do comprimento das saias.³⁰⁶

Cabe enfatizar que é por meio da conexão entre tais práticas e a saúde pública que Peixoto construía sua prescrição sobre a vida social, tal como vemos a respeito dos preparativos fúnebres. Em novembro de 1901 ele teceria uma crítica ao uso das “luctuosas armações”, considerando-as como uma rotina insensata. As armações eram o serviço oferecido por profissionais chamados *armadores*, isto é, os proprietários de casas mortuárias que vendiam ou alugavam decorações para residências e igrejas.³⁰⁷

³⁰¹ Peixoto, Afrânio. *Fragments de Hygiene. Gazeta Médica da Bahia*. Bahia, v. XXXIII – nº5, Nov. 1901.

³⁰² *Ibidem*, p. 239.

³⁰³ Peixoto, Afrânio. Os escarradores. *Fragments de Hygiene. Gazeta Médica da Bahia*, 1902 e Peixoto, Afrânio. O lenço e as doutrinas medicas do contagio da tuberculose por inalação. *Fragments de Hygiene. Gazeta Médica da Bahia*. 1902

³⁰⁴ Peixoto, Afrânio. As Egrejas. *Fragments de Hygiene. Gazeta Médica da Bahia*. 1902

³⁰⁵ Peixoto, Um reparo hygienico sobre o vestuario feminino. *Fragments de Hygiene. Gazeta Médica da Bahia*. 1902, p. 515.

³⁰⁶ *Ibidem*, ip. 519

³⁰⁷ Rodrigues, Cláudia. Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de editoração, 1997, p. 142.

Afrânio descreve como os armadores faziam seu serviço, transportando rolos de panos, cortinas, franjas e alfinetes que dentro de pouco tempo revestiam todo o cômodo de preto, preenchendo paredes, chão e por vezes até o teto, destacando as consequências deste costume:

Pela abertura de duas ou trez portas, reduzida pelas cortinas pesadas e negras, entram convidados, amigos, parentes e muito mal um pouco de ar bom para renovar o empestado do ambiente corrompido por um morto que se putrefaz, por vivos que respiram e exalam pela pelle e pelos pulmões toxinas volateis e secreções acres, pelos círios que ardem, todos numa porfia de consumir oxygeno a substituil-e por uma mistura venenosa e irrespirável³⁰⁸.

Na configuração do ambiente fúnebre, os panos pretos constituiriam o grande problema na perspectiva de Peixoto, já que estes seriam responsáveis por aquecer o ambiente, carregar poeira, germes e insetos: “aminas e diaminas toxicas e voláteis da putrefação cadavérica, fermentações de suor e exalações pulmonares que se vão impregnando graças a porosidade do tecido e a facilitação pela humidade ambiente”³⁰⁹. Ao final do rito fúnebre, todo esse aparato seria recolhido para continuar servindo em tais cerimônias, prosseguindo em sua função de “empestar-se continuamente e empestar seguidamente onde o levarem”³¹⁰

Chamamos a atenção para o conteúdo do alerta de Afrânio, que – apesar de não fazer referência a miasmas, considerando-os, em obras futuras, como elemento de uma higiene ultrapassada – se fundamentava na adoção de componentes ambientais como o calor e a umidade, que associados a poeiras e germes constituiriam um perigo carregado pelo ar, fermentações e secreções putrefatas que atingiriam o indivíduo principalmente pela respiração. Neste momento as ideias de Afrânio utilizavam o corpo de conceitos higiênicos de pelo menos meados do século XIX. Isso pode ser notado quando percebemos conceitos similares em uma tese de meados do século XIX que discutia a necessidade e benefícios da demolição de dois morros que configuravam a paisagem natural da cidade do Rio de Janeiro. Segundo seu autor, Domingos Martins Guerra, esta ação pública seria necessária por que os morros do Castelo³¹¹ e Sto Antonio impediriam “a entrada dos ventos frescos e saudáveis e a

³⁰⁸ Peixoto, A. Fragmentos de Hygiene. *Gazeta Medica da Bahia*. Bahia, v. XXXIII – nº5, Nov. 1901, p. 240.

³⁰⁹ *Ibidem*, p. 241.

³¹⁰ *Ibidem*.

³¹¹ Paixão (2008) afirma que as discussões sobre os problemas gerados pelo Morro do Castelo aconteciam desde o século XVIII. Suas demolições teriam se iniciado em 1904, durante a administração de Pereira Passos por conta das obras de abertura da Avenida Central. A demolição definitiva teria se iniciado em 1920 e apesar de polêmica popular seria levada a cabo em dois anos. Acentua ainda que os discursos que legitimaram as reformas urbanas de início das décadas de 1900 e 1920 se fundamentavam em nome da higiene e do embelezamento urbano. Paixão, Cláudia M. Q. O Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922). Niterói: UFF, 2008.

saída dos do continente que são pestíferos” produzindo uma “atmosfera viciada por miasmas paludosos e pela putrefação de matérias orgânicas” e promovendo “uma grande elevação de temperatura” o que acarretaria “a grande umidade desta atmosfera”.³¹²

Podemos perceber aqui a atuação de um conhecimento específico acerca de causas e efeitos, de fenômenos da natureza e sociais, que repercutiriam sobre a saúde humana, de tal modo que a incidência deste saber se estenderia tanto sobre o que poderíamos chamar de acontecimentos relativos a elementos naturais, como a demolição de morros, quanto de questões culturais, como o vestuário feminino ou o uso de lenços e aparatos fúnebres. Este é um ponto interessante já que Afrânio construiria as discussões mais importantes de sua concepção de Higiene se fundamentando na ideia de que tal conhecimento seria capaz de intervir no contexto de vida humana não somente combatendo doenças, mas promovendo saúde.

A análise do problema oferecida por Afrânio, entretanto, aponta que o conhecimento médico-científico não produziria efeitos em si mesmo. Fazia-se necessário cooptar o poder público, sendo frequente em seus textos tal convocação. E ela não se restringiria somente às grandes questões sanitárias, mas a tudo aquilo que dizia respeito à saúde, tal como Afrânio se posicionava em seu *Fragmentos de Hygiene*. Neste pequeno texto Afrânio alertava para a categoria dos barbeiros e dos perigos para a saúde contidos nos serviços oferecidos por estes profissionais. Nesse caso ressaltava que o objetivo de seu texto não era discutir sobre a natureza microbiológica dos organismos em questão, nem mesmo o moveria o desejo de medicar: seu escopo seria então de natureza profilática. Deste modo seu foco estaria em uma ação inserida no cotidiano de muitos dos senhores daquela época: a visita à barbearia, tomada então como foco de contágio e propagação de doenças. Descrevendo os perigos deste hábito Afrânio põe em suspeita o profissional barbeiro e todos os seus instrumentos:

É geralmente pelos pentes, escovas, pinças, navalhas, tesouras infectadas por individuos doentes que se nos transmittem á pelle e aos pelos os mycelums temidos. E o mal se alastra porque a quem quer é facultado barbear-se ou cortar o cabello e as possibillidades de contagio tornam-se para nós os sãoos, mais instantes pelo numero crescente de doentes e pelo nenhum cuidado de aceio regular das barbearias.³¹³

³¹² Guerra, Domingos Martins. Os morros do castelo e S. Antônio são úteis ou nocivos à saúde pública? Durante o desmoronamento destes morros correia a cidade algum perigo? Rio de Janeiro, FMRJ, 1852, p. 56 *apud* Machado, R. et al. Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 269. Grifos meus.

³¹³ Peixoto, Afranio Fragmentos de Hygiene. *Gazeta Medica da Bahia*. Bahia. v. XXXIII – nº6, Dez. 1901, p. 283.

Estas poucas linhas dizem de duas perspectivas importantes na conformação do trabalho científico de Afrânio Peixoto. A primeira recorta a atuação da Higiene como um instrumento profilático, enquanto que a segunda diz da associação entre o saber médico, que futuramente representaria como professor e catedrático de Higiene da FMRJ, com o poder estatal. Esta associação fica clara quando percebemos o fechamento que Peixoto dava a seu texto, trata-se de um chamado à administração pública para a confecção de legislação que regulasse tais atividades, ainda que reconhecesse o fato de já existirem tantas leis, muitas das quais não cumpridas. Ainda assim segue Afrânio:

Pedir mais uma lei, pesa-me muito, temos já tantas!, mas num paiz como o nosso em que se não deve contar com a iniciativa individual para a remoção do menor mal ou criação do mais justificado favor publico, força é volver olhos suplices para o poder competente, invocando o seu auxilio para a proteção de nossa saúde, já que não nos sabemos defender.³¹⁴

E ao poder competente Afrânio deixa registrado o que poderia servir como base de um projeto regularizador da higiene para as barbearias. A citação, apesar de longa, vale como índice de um dos modos de intervenção social do saber higiênico, normatizando profissões:

Art. 1 Os objectos empregados por barbeiros e cabelereiros na pratica de seu mister devem ser esterilizado todas as vezes que forem usadas.

Art. 2 Para a satisfação da clausula anterior cada barbearia disporá dos seguintes utensílios:

a) Uma estufa de esterilisação constituída por caixa metalica, contendo uma solução aquosa de sabão, de phenato ou borato de sódio, mantida em ebulição por lâmpadas sob-postas e destinadas a receber navalhas, pentes, tesouras e escovas e mais objectos metálicos de uso;

b) Uma estufa de esterilisação pelo formol, com prateleiras de tela de arame e tubo de escapa para o exterior, destinada a receber pentes, escovas, pinças de arminho, soboneiras, afiadores e repassadores de navalhas, etc.

Art. 3 Os objectos confiados a esses aparelhos em funcionamento devem ahi permanecer quinze minutos, pelo menos, e quando retirados, convenientemente guardados em caixas metalicas ao abrigo de infecção.

Art. 4 Os barbeiros e cabelleireiros ao começarem seo trabalho devem lavar as mãos com sabão e escova, preparem solução nova de sabão para uso em cada pessoa e faz com as próprias mãos as praticas de ensaboamento preliminares á barbeação.

Art. 5 Os guardanapos e toalhas limpos devem servir a uma só e exclusiva pessoa, quando sempre empregados.

Art. 6 As barbearias devem possuir loções antisepticas, blocos e misturas higienicas microbicidas para applicação, se reclamada.

Art. 7 As infracções sempre punidas, etc.³¹⁵

Chamo atenção para o fato de que Peixoto, a despeito de haver tantas normas não cumpridas, continuava a afirmar a necessidade de mais uma, dado que a população não

³¹⁴ *Ibidem*, p. 283-4

³¹⁵ *Ibidem*, p. 284-5

saberia se defender, cuidar de si. Podemos inferir duas consequências desta assertiva. Uma delas seria a justificativa da criação de legislações acerca de procedimentos e atividades de ordem pública. Por outro lado, temos a legitimação da necessidade de uma educação higiênica, que será mote muitas vezes defendido por Peixoto e que funcionaria em um nível mais restrito de regulamentação, mas talvez mais eficaz, operando sobre o registro individual.

Assim, a higiene era constituída enquanto um dispositivo a intervir e transformar tanto contextos sociais quanto realidades individuais em um processo em que ambos, sociedade e indivíduo, são tomados como objetos imbricados, de tal maneira que o cuidado de um constituía a defesa da outra. Esta é a lógica contida no texto *Defesa social contra a tuberculose*³¹⁶, originado a partir de uma comunicação para o 2º Congresso Médico Latino-Americano. Neste trabalho, Peixoto faz uma análise acerca das doutrinas sobre o contágio da tuberculose, a partir de autores como Julius Friedrich Cohnheim³¹⁷ (1839-1884), Berend³¹⁸ e Negeli³¹⁹, para com eles afirmar que ninguém nasceria tuberculoso, mas que os indivíduos começariam a se ‘tubercular’ desde tenra idade. Isso seria o ponto de partida para focar a procura do meio de contágio e a profilaxia decorrente. No que diz respeito ao contágio, Peixoto dava destaque aos trabalhos do fisiologista alemão George Cornet (1858-1915) sobre o contágio seco – aquele derivado das “poeiras bacilosas” dos escarros secos – em oposição aos de outros autores como Sirena e Pernice, do higienista e parasitologista italiano Angelo Celli (1857-1914), Guarnieri, Cadéac e Mallet e ainda o bacteriologista e higienista alemão Carl Flugge (1847-1923), que negavam o perigo do contágio seco. Afrânio ainda cita os experimentos do bacteriologista alemão Georg Gaffky (1851-1914), que demonstrou que, das amostras de escarro recolhidas das ruas de Giessen, em nenhuma delas encontrou o bacilo de Koch.³²⁰ Com relação à teoria do contágio úmido, defendida por estes últimos, especialmente

³¹⁶ Peixoto, Afrânio. Defesa social contra a tuberculose - *Brazil-Medico* Ano XVIII N. 34 8 de setembro de 1904

³¹⁷ Cohnheim, natural da Prússia, teria sido um dos pioneiros da patologia experimental, ajudando a determinar as alterações mórbidas que ocorreriam no tecido animal quando afetado pela tuberculose e outras moléstias. Trabalhou no Instituto Patológico de Berlim, sendo aluno de Rudolf Virchow. Além disso, teria atuado como professor de patologia em universidades de Kiev e Breslau. Informações disponíveis em <http://www.britannica.com/>

³¹⁸ Não foi possível especificar a referência à Berend, acredito que a melhor hipótese seria a de que Peixoto se referia ao húngaro Nikolaus Berend, citado em Linton, D. S. Emil Von Behring: infectious disease, immunology, serum therapy. *American Philosophical Society*. Philadelphia, 2005, p. 526.

³¹⁹ Provavelmente Otto Naegeli (1871-1938), foi um hematologista suíço, teria sido um dos médicos de seu período a observar que alguns indivíduos, a despeito de se encontrarem infectados com o bacilo da tuberculose não desenvolveriam a doença. Informações disponíveis em: http://www.files.ethz.ch/mm/pdf/100426_MM_Otto_Naegeli_Prize.pdf

³²⁰ Peixoto, Afrânio. Defesa social contra a tuberculose - *Brazil-Medico* Ano XVIII N. 34 8 de setembro de 1904, p. 345.

por Carl Flugge, Afrânio afirmava que esta teria sido “muito exclusiva, não consentindo partilha, e muito extensiva, não permitindo discussões”³²¹

Finalmente trata do recorte teórico sobre o contágio ao qual aderiria, relatando as experiências do microbiologista alemão, ganhador do prêmio Nobel em 1901, Emil Adolf von Behring (1854-1917)³²² sobre a imaturidade do revestimento endotelial gastrointestinal dos recém-nascidos. Segundo esta teoria o aparelho digestivo dos lactentes seria deficiente na defesa contra as infecções de origem alimentar, constituindo-se uma porta aberta para os germes entrarem no organismo. Este seria o fundamento da afirmação de que todos aqueles maiores de um ano seriam mais ou menos tuberculosos, o que poderia significar o desenvolvimento posterior de uma tuberculose pulmonar ou de algum outro tipo.

A importância destas formas de contágio estava diretamente relacionada ao papel da medicina no combate à doença. Segundo Afrânio, no contágio seco, de Cornet, a guerra seria contra o bacilo, já em relação ao contágio úmido de Flugge a guerra seria contra o tuberculoso, já com a doutrina de Behring o combate se voltaria contra a tuberculose: “ao bacillo na sua vehiculação precoce e na sua ingerencia tardia – ao terreno na sua prestabilidade á cultura – ás poderosas e continuas aggresões insolitas que promovem e facilitam a vida da tísica”³²³, ou seja, tratava-se de um combate em duas frentes, tanto em relação ao agente causador da doença quanto ao meio social que a predispunha. Em se tratando de profilaxia Afrânio discute mais detidamente as funções do sanatório, contrapondo-o a um ideal de educação antituberculosa realizada nestes estabelecimentos. Afrânio considerava o emprego dos sanatórios como algo dispendioso e questionava: “Educar-se anti-tuberculosamente, quando já se está tuberculoso, póde ser bom; melhor será, e mais barato, e quanto mais util e mais logico, quando se está são, exactamente para impedir de se ficar doente?!”.³²⁴

Ainda discutindo a dimensão social da doença, Afrânio afirmava que as condições que tornavam possível o êxito do sanatório no combate à tuberculose, como na Alemanha, não estariam presentes na sociedade brasileira. Requisitos tais como “diagnose precoce pelos exames frequentes, obrigatoriedade de hospitalização, provimento das necessidades familiares

³²¹ Peixoto, Afranio. Defesa social contra a tuberculose. *Brazil-Medico* Ano XVIII N. 34 - 8 de setembro de 1904, p. 346

³²² Afrânio desenvolve ainda um trabalho dedicado à explicitação da doutrina de Behring relacionando a imaturidade orgânica dos recém-nascidos e sua alimentação com leite contaminado. As idéas de Behring sobre o contágio e a prophylaxia da tuberculose. *Hygiene Publica. Brazil-Medico: Ano XVIII, n.2,8 de jan 1904.*

³²³ Peixoto. Defesa social contra a tuberculose. *op. cit.* p. 346

³²⁴ *Ibidem.*

do tuberculoso pelas caixas, seguros, mutualidades, etc”³²⁵. A promoção da saúde da população estava diretamente articulada às possibilidades geradas pelo contexto político. Isto era percebido, como indicado no texto de Peixoto, quando afirmava que o Brasil, antes de ter êxito com o uso dos sanatórios precisaria primeiro dos “Bismarks, que imporiam ao nosso proletariado essa reforma social” ³²⁶. A argumentação de Afrânio Peixoto se constituía em uma via dupla, entre a organização e aparelhagem do Estado e a constituição de sua população saudável e civilizada, considerados por ele como processos interdependentes.

Afrânio apostava que melhores resultados seriam obtidos com os dispensários, do tipo Calmette-Malvoz³²⁷, mas principalmente com a **educação anti-tuberculosa**. Em sua proposta para este tipo de educação Peixoto tentava diferenciar-se dos ensinamentos de Higiene até então empregados. Tal diferenciação se daria a partir de uma educação prática, ou em seus termos, “licções de cousas hygienicas, em vez de dissertações eruditas”, isso por que segundo sua perspectiva havia chegado ao fim “o tempo das grandes afirmações platonicas da hygiene official: é preciso agir e, em vez de dizer, fazer”³²⁸. Estas afirmações nos remetem ao lugar que Afrânio ocupava no campo da higiene enquanto uma ciência. Seu discurso, por diversas vezes, se configura em termos de uma modernização em relação a uma higiene dita erudita, das grandes lições, contudo, seu trabalho de pesquisa e ensino na FMRJ não se vincularia ao que poderíamos tomar como o desenvolvimento mais moderno do campo, que eram os estudos em microbiologia, a despeito de reconhecê-los e louvá-los. O que podemos afirmar é que seus esforços em relação ao campo da higiene estiveram em grande medida ligados a sintetizar e constituir uma análise crítica das produções até então existentes, elaborando um material que tinha sua maior originalidade em seu modo de estruturação, pensados enquanto instrumentos didáticos, ou de modo mais amplo, como ferramentas de promoção de uma higiene que educasse corpos e comportamentos em diversas escalas da sociedade.

A educação higiênica se daria em todos os níveis de ensino, desde a escola primária, em que o professor, além do “pão do espírito”, forneceria aos seus alunos, por meio do exemplo e da prática, “as vantagens do asseio, acostumando-os a serem limpos, tossirem convenientemente, servirem-se do lenço e do escarrador a tempo, a se alimentarem,

³²⁵ *Ibidem*.

³²⁶ *Ibidem*.

³²⁷ Os dispensários de modelo Calmette-Malvoz seriam aqueles destinados ao tratamento de pacientes que viviam em casa. (Coni, Emilio R. The campagne against tuberculosis in the argentine republic. In: Transactions of the sixth international congress on tuberculosis, Washington. Philadelphia: William F. Fell Company: 1908. p. 58)

³²⁸ *Ibidem*, p. 347

recrearem, trabalhare, dormirem, convenientemente, para a conservação da saúde”³²⁹ Neste caso vemos que a ideia de Afrânio era inculcar hábitos em idade precoce para que durassem por toda a vida, ou seja, a intervenção do saber higiênico por meio da educação teria ao fim a função de regular diversos aspectos do cotidiano de forma a moldar um indivíduo capaz de se comportar e responder higienicamente. Também acreditava no ensino higiênico em classes mais adiantadas, na escola secundária, no liceu, em ginásios e internatos, mesmo que para isso fosse necessário abdicar do ensino de outras matérias por ele consideradas inúteis, como seria, em sua opinião, as “declinações latinas mofadas, algumas datas de batalhas sem interesse, umas especiarias de ciencias sem préstimo”³³⁰. Tal educação ainda faria parte da formação de professores, nas escolas profissionais e mesmo nas faculdades de medicina, direito e engenharia.

Destaco que na última sessão plenária do congresso em que este artigo teria sido apresentado, Afrânio proporia uma moção que dispunha sobre a instituição da educação higiênica, especialmente a anti-tuberculosa e antialcoólica, nas escolas primárias, secundárias, normais, superiores e demais instituições, por meio do que chamou de “ensino intuitivo” e que tal proposta teria sido aprovada unanimemente naquela assembléia³³¹. Na defesa contra tuberculose Afrânio ainda elencaria outros dispositivos como o atestado de sanidade, que seria necessário a todas as investidas sociais, reclamando ainda a intervenção direta dos poderes públicos, por meio, por exemplo, da polícia bromatológica, realizando a fiscalização de habitações e alimentos. Tratava-se de uma chamada à ingerência governamental que terminava por uma convocação pela construção de um “programma pratico de lucha”³³²

A proposição da educação, dentre outras medidas manutenção da saúde, continuariam a ser defendidas em obras de mais fôlego como foi o caso do livro *Elementos de Higiene* (1912) em que Afrânio Peixoto dissertou sobre tudo aquilo que lhe parecia poder influenciar na manutenção da vida humana. Assim, discorria sobre o que chamou de “condições gerais da saúde”, categoria que informava e doutrina sobre o solo, a água, o ar, o clima, a alimentação, a habitação e o vestuário. Considerava ainda o que chamou de “condições especiais da saúde”, em que incluiu prescrições sobre higiene escolar, diversões e exercícios corporais, trabalho, asseio corporal, assistência médica, vida no campo e na cidade e

³²⁹ *Ibidem*

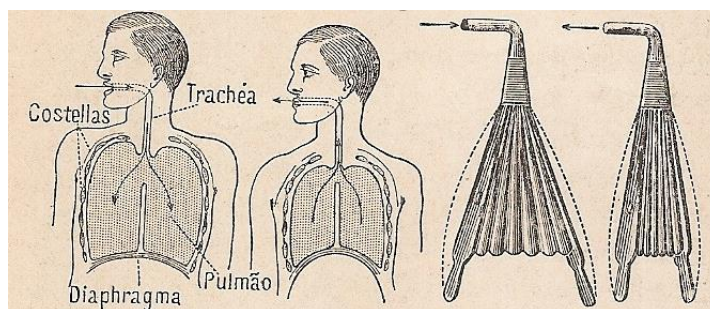
³³⁰ *Ibidem*.

³³¹ *Ibidem*.

³³² *Ibidem*.

demografia. É nesta segunda parte que Afrânio se dedica brevemente aos elementos do corpo e do desenvolvimento humano.

A compreensão do conteúdo do *Elementos de Higiene* (1912) permite analisar a coautoria com Graça Couto³³³ no *Noções de Higiene*, publicado em 1914. A diferença está no fato de que *Noções de Higiene* foi dividido em duas partes, a primeira constitui-se em um capítulo intitulado “Elementos de saúde: corpo normal e funcionamento regular. Noções sobre órgãos e funções do corpo humano”, em que vemos questões relativas a formação do corpo, seus órgãos e aparelhos; capítulo este que não integra o *Elementos de Higiene*. A segunda parte do livro é em grande medida uma repetição do *Elementos de Higiene*. Assim, apesar de não haver nenhuma discriminação sobre a autoria dos capítulos é lícito pensarmos que o primeiro capítulo foi o responsável por originar a publicação em coautoria. Cotejando os escritos de Afrânio Peixoto nestes dois livros o que percebemos é basicamente uma mudança na apresentação dos textos: enquanto no *Elementos de Higiene* o autor utiliza fórmulas, tabelas e estatísticas em profusão, que serviriam para legitimar e comprovar a cientificidade daquele conhecimento, no *Noções de Higiene*, que leva o subtítulo “Para uso das escolas”, estes instrumentos são em parte retirados. Por outro lado, são inseridas imagens que ilustram a teoria apresentada, como figuras de órgãos, parasitos, insetos e, mais interessante, representações das considerações e aplicações cotidianas da ordem higiênica. São exemplos dessa disposição as imagens contidas no primeiro capítulo, o qual se dedicava a explicar o funcionamento do corpo humano, não só explicitando suas partes como também constituindo comparações tal como a que mostrava o funcionamento dos pulmões em relação ao mecanismo de um Fole.



(Peixoto; Couto, 1914)

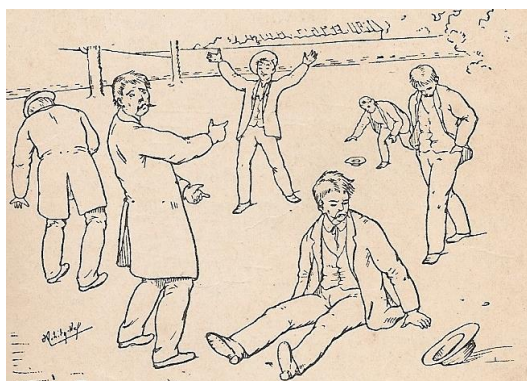
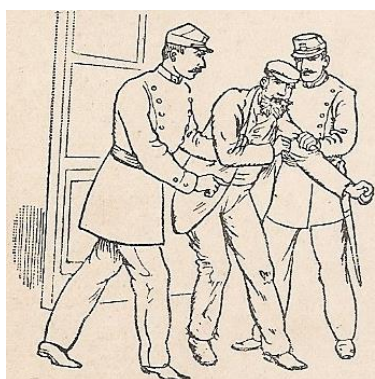
³³³ Conforme as informações de *Noções de Higiene*, na época, Graça Couto era o Diretor dos Serviços de Profilaxia e Desinfecção e Diretor geral interino da Saúde Pública do Rio de Janeiro.

Em relação às aplicações e consequências da ordem higiênica destaco as imagens que ilustram os males do alcoolismo, nestas vemos explorados todos os possíveis desvios causados pelo abuso de álcool, **ao indivíduo, à família e à sociedade.**



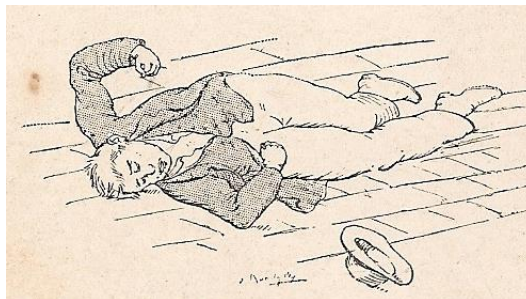
Imagens ilustrativas da perversão dos sentimentos do indivíduo e da degradação familiar, com a mulher e a criança como vítimas do alcoolismo. (Peixoto; Couto, 1914)

Além disso, o livro ressaltava aos escolares as consequências desta degradação, como a condução a uma das instituições que davam conta dos alcoolistas, como a **prisão ou o manicômio.**



“Os hospícios de loucos, como as prisões, estão cheios de victimas do alcool”. (Peixoto; Couto, 1914)

Outra consequência dramática do vício alcoólico seria a dos indivíduos abatidos pela epilepsia e que teriam a sarjeta como amparo em suas crises. As consequências sociais do alcoolismo eram demonstradas naquele livro escolar tanto pelas imagens, como pelas estatísticas de internações psiquiátricas causadas pelo álcool, inclusive como causa da epilepsia, objeto de estudo de Peixoto desde sua tese de doutoramento, intitulada ‘Epilepsia e crime’. Por fim, destaco a associação entre o álcool e a degeneração que acometia não somente o indivíduo que consumia, mas também a sua descendência, num processo que acarretaria, segundo Peixoto, uma geração de degenerados, loucos, aleijados e incapazes. (Peixoto; Couto, 1914)



“O álcool, principalmente o absinthe, produz a epilepsia” (Peixoto; Couto, 1914)

O caráter didático deste livro de divulgação parece em sintonia com a perspectiva da educação higiênica, defendida uma década antes por Afrânio a propósito das ações antituberculosa e antialcoólica propostas por ocasião do 2º Congresso Médico Latino Americano, realizado em Buenos Aires em 1904. O trabalho apresentado neste congresso abordava o problema do alcoolismo em suas implicações sociais, partindo da denúncia de suas consequências e relacionando-o no rol das causas das doenças mentais, para enfim colocar em discussão as ações que considerava constituírem soluções higiênicas³³⁴.

Um dos pontos importantes na discussão entre aqueles que defendiam e os que acusavam o consumo de bebidas alcoólicas era o da classificação do álcool como um alimento. Esta era uma perspectiva assumida por nomes importantes da época, tal como Emile Duclaux (1840-1904)³³⁵, então diretor do Instituto Pasteur. A afirmação por parte de Duclaux de que o álcool teria as propriedades de um alimento teria causado, segundo Peixoto, uma *celeuma* no mundo científico e no profano, causando resistência por parte de médicos e cientistas e celebrações por parte de destiladores e alcoolistas em geral.

Afrânio considerava em sua discussão a possibilidade de tomar o álcool como alimento, mas o faz já municiado com as perspectivas e experimentos de outros nomes

³³⁴ Peixoto, Afrânio. Defesa social contra o alcoolismo no Brasil. *Hygiene Publica. Brazil-Medico*. Ano XVIII - nº 35 - 15 de setembro de 1904, p. 355)

³³⁵ Emile Duclaux foi médico, químico e biólogo, nascido em Aurillac (Cantal, França). Ingressou no Instituto Pasteur, como preparador. Participou de várias pesquisas conhecidas de Pasteur como a que pretendia invalidar a teoria da geração espontânea, além das experiências de Pasteur com o vinho e da *maladie des vers à soie*. Foi professor em algumas cadeiras, como a de química na faculdade de ciências de Clermont-Ferrand, de física na faculdade de ciências de Lyon, de meteorologia no Instituto agrônomo. Foi assistente de direção do Instituto Pasteur entre os anos de 1888-1895, se tornando o diretor após a morte de Pasteur, exercendo o cargo entre os anos de 1895-1904, período de crescimento daquele instituto, com a construção do Hospital de Pasteur e do Instituto de Química Biológica. Informações disponíveis no site <http://www.pasteur.fr/> Acesso em 6 de dezembro de 2013.

envolvidos na dita celeuma, como Atwater e Benedickt, considerando inconveniente o consumo de bebidas alcoólicas ainda que, experimentalmente, estas pudessem fornecer as calorias necessárias à sua inclusão entre as substâncias alimentares. Para tal afirmativa construía uma intrincada justificativa fundamentada entre o uso e o abuso alcoólico. Deste modo, condenava o álcool enquanto alimento, se não por suas qualidades intrínsecas, por seus efeitos, facilmente observáveis nas prisões, manicômios e hospitais. Afirmando que o combate ao consumo de bebidas alcoólicas se enquadraria no rol de ações da “lucta prophylatica pela saúde humana”³³⁶.

Quanto às medidas até então propostas na luta antialcoólica, Afrânio considerava desmoralizadoras tanto aquela que acreditava na retificação do álcool, gerando em sua perspectiva um álcool purificado, mas não um álcool puro; quanto àquela que se fundava na propaganda oenológica, e que pregava a substituição pelo vinho das demais bebidas. Na ótica de Peixoto, esta segunda medida apenas substituiria um alcoolismo por outro. Segundo Viégas (1902), alguns autores classificariam o alcoolismo em três classes: o *oenilismo*, que corresponderia ao uso imoderado do vinho; o *alcoolismo* que se relacionaria ao abuso de álcool em geral como aguardente, rum e conhaque; e o *absinthismo* que seria a intoxicação pelo absinto e outros licores similares.³³⁷ Afrânio considerava então dois tipos de medidas no combate ao alcoolismo, a primeira, de efeito mediato, representada pela educação preventiva, a segunda, de efeito imediato, seria a associação entre as questões higiênicas e industriais, onde podemos ressaltar a ação fiscal do Estado. Considerava que o Brasil ocupava uma posição deplorável em relação aos demais países civilizados no que dizia respeito ao combate ao alcoolismo, não tendo feito nada a respeito, pelo contrário, acusava que a situação brasileira era de produção, venda e consumo livres, incluindo nesta liberdade a ausência de cobrança de taxas ou impostos, o que na perspectiva de Peixoto se afiguraria como uma “colossal fonte de renda de todos os orçamentos civilizados”³³⁸

Àqueles que afirmassem que tal cobrança por parte do Estado sobre as bebidas alcoólicas seria instituir um imposto do vício, Afrânio respondia que esta seria uma taxa moralizadora, já que restringiria relativamente o consumo por conta do encarecimento do produto. É interessante notar que seguindo sua lógica percebemos que apesar de Afrânio se opor a *meias medidas* como a de retificação ou purificação do álcool, era a favor de uma medida que efetivamente só constrangeria parte da população, não afetando aos que pudessem

³³⁶ Peixoto. Defesa social contra o alcoolismo no Brazil. *op. cit.* p. 355

³³⁷ Viégas, Luiz dos Santos. O alcoolismo. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1902, p. 53.

³³⁸ Peixoto. Defesa social contra o alcoolismo no Brazil. *op. cit.* p.356

pagar pelo vício. O meio de salvar a população sem decretar a ruína daqueles que se dedicavam a produção de álcool, incluindo os lavradores e cultivadores de cana, estaria em taxar o álcool de bebida alcoólica em benefício do álcool industrial, este último não seria taxado, o que estimularia sua fabricação. A cobrança de impostos significaria resolver “uma grande crise economica do paiz e uma grande crise hygienica de sua população”³³⁹ Afrânio propunha uma solução única que beneficiaria o tesouro público, a indústria açucareira e a saúde pública, sendo esta última especialmente cara a seu exercício como médico do HNA.

Partindo dos dados de pacientes internados no HNA entre os anos de 1893 e 1902, Afrânio constrói observações pertinentes à relação entre alcoolismo e loucura. Neste intervalo de tempo teriam passado por aquele hospital um total de 6780 loucos de todos os gêneros, destes, um total de 1925 seriam loucos alcoólicos, somando na estatística de Afrânio um total de 28% em quase uma década. A partir de suas próprias observações, no pavilhão Calmeil, Afrânio procurava evidenciar de modo mais contundente a importância do alcoolismo para diferentes tipos de diagnósticos:

Loucura alcoolica.....	28,0%
Demencia precoce.....	13,5%
Epilepsia.....	13,0%
Loucura maniaca depressiva.....	9,5%
Degeneração inferior.....	7,0%
Demencia terminal.....	5,5%
Idiotia.....	4,5%
Paralysia geral.....	4,5%
Syphilis cerebral.....	3,0%
Imbecilidade.....	2,5%
Debilidade mental.....	2,25%
Demencia senil.....	1,5%
Paranoia.....	1,25%
e outras de proporção inferior a.....	1,0% ³⁴⁰

Tais números seriam mais representativos diante da informação de que estes 28% diziam respeito somente a existência de loucura alcoólica pura, não sendo contabilizados os casos em que o alcoolismo figuraria como fator etiológico.

Afrânio utilizava as estatísticas para comparar a situação do Brasil com a de outros países, ainda que a porcentagem brasileira a que se referia estivesse contabilizando somente a realidade do HNA. Segundo Peixoto, os 28% de loucos alcoólicos brasileiros só seriam ultrapassados pelos números da Inglaterra, de alguns departamentos franceses, de Wurtemberg, na Alemanha e ainda os da Argentina. No entanto, se asseverava que as

³³⁹ *Ibidem.*

³⁴⁰ *Ibidem*

estatísticas brasileiras em relação à loucura alcoólica eram comparáveis, ou até menores, que as dos países civilizados, o mesmo não poderia ser dito sobre as iniciativas de combate a este mal, especialmente no que concernia à educação preventiva, já iniciada em vários países.

Segundo Peixoto, “desde a escola, nas oficinas, em conferencias, nos quartéis”³⁴¹, enfim, por todos os espaços de coletividade, era preciso atingir o maior número de pessoas. Considerava que a educação seria a melhor maneira de combater o alcoolismo, visto que, segundo sua perspectiva, “a convicção vinda do conhecimento é a unica base da hygiene social”³⁴² Ainda assim, não dispensava outras medidas tais como os asilos colônias, espaços que reuniriam tratamento médico e a “sugestão educadora da vontade e levantadora da moral”³⁴³. Reunindo estas diversas estratégias, Peixoto apresentava então um programa antialcoólico, isto é, um conjunto de medidas a serem executadas:

1º Obrigação imposta da rectificação relativa do alcool de consumo, provendo a seu exame regular em laboratorios especiaes, apenas, tolerando-as, impropriamente, aliás, chamadas bebidas higienicas.

2º Facilitação do oenilismo, guardadas as precauções contra as fraude, submettidos todos os vinhos ao exame dos mesmos laboratorios.

3º Educação preventiva do alcoolismo nas escolas primarias, secundarias, normaes, superiores, auxiliando a propaganda pelas ligas, conferencias, publicações, nas oficinas, quarteis, collectividades, publico em geral.

4º Creação de colonias-asylos para tratamento physico e moral dos ebrios habituaes, loucos e criminosos alcoolistas.

5º Concessão de premios compensadores ao alcool desnaturado para fins industriaes.

6º Taxação elevada do alcool de consumo de qualquer procedencia, sobretudo do fabricado no paiz, de que, quasi todo, se provê o grosso do alcoolismo nacional (cachaça, aguardente, canna, paraty, restillo, etc.), igualado ao alcool estrangeiro já taxado, embora insufficientemente³⁴⁴.

A questão alcoólica permaneceu no horizonte de interesses de Peixoto durante um longo período, o que demonstra não somente uma predileção de Peixoto pela temática, mas, sobretudo, sua importância social, que atravessava décadas, gerando muitos projetos, textos, e mesmo eventos sobre os modos de debelar este mal; mal que parecia não ter predileção por nenhum povo, e que deixava suas marcas degenerativas mesmo nos países que, naquele período, eram considerados os mais civilizados.

Tal seria o caso, por exemplo, da França, que em 1899, teria sediado a sétima edição do congresso internacional antialcoólico, em Paris. Este país era retratado em tintas trágicas no que concernia ao abuso de álcool, tendo, em menos de meio século, ascendido do último

³⁴¹ *Ibidem*, p 357

³⁴² *Ibidem*.

³⁴³ *Ibidem*.

³⁴⁴ *Ibidem*.

para o primeiro lugar nas estatísticas de consumo alcoólico. Juntamente com a elevação da taxa de consumo de álcool se discutia as taxas de mortalidade infantil pela hereditariedade alcoólica e a alienação mental, o que nos possibilita perceber que a perspectiva adotada por Afrânio tinha continuidade com o que era proposto por parte da comunidade médica internacional. A figura representativa da ação francesa contra o alcoolismo seria o Dr. Legrain, fundador da “união francesa anti-alcoolica”, que em três anos contaria 435 sociedades locais e 35 mil indivíduos³⁴⁵. É interessante notar que já em fins do século XIX encontramos o modelo que se disseminaria pelo século seguinte de núcleos de representações da sociedade civil, especialmente nos EUA com as associações de temperança, e ainda em outros formatos associativos, como as ligas – tal como no caso do Brasil – enquanto espaços precursores do debate acerca do combate ao alcoolismo, e que precederam as medidas governamentais oficiais.

Contudo, é necessário destacar a década de 1920 como o momento de movimentação política e ação governamental em diversos países, no sentido de delinear medidas contra o consumo de álcool. Um dos exemplos mais significativos partiria dos Estados Unidos, cuja Suprema Corte, em 1919 aprovaria o *Volstead Act*, resultado de um projeto do senador republicano Andrew Volstead (1869-1947), que proibia a produção, transporte e venda de bebidas alcoólicas naquele país, instaurando o período que é conhecido como o da Lei Seca americana³⁴⁶.

Os jornais noticiavam as discussões antialcoólicas em diversos países, inclusive na França, país em que sabidamente a *abolição total do vinho seria impossível*, contando que as sociedades antialcoólicas lutariam contra o uso de aguardente, dos licores, das imitações de absinto entre outras que possuiriam grande quantidade de álcool. É interessante notarmos a amplitude do conjunto de atribuições de causas, inclusive sociais, deste mal. Deparamos-nos com um rol tão diversificado de proposições que é possível encontrarmos até mesmo a associação entre o aumento do salário dos operários com o aumento da taxa de alcoolismo, assertiva do Dr. Achard, chefe do Hospital Baujon de Paris. Achard recomendaria uma ação governamental contra os proprietários de salões onde se vendiam bebidas, buscando uma legislação antialcoólica. O interessante aqui é que já não se pregava a abstenção completa do consumo alcoólico, sublinhando assim a dificuldade enfrentada pelos EUA em implementar a lei seca.³⁴⁷ Na América do Sul, a Argentina também estaria trabalhando em um projeto de lei

³⁴⁵ Revista da Imprensa medica: O flagello alcoolico. *Gazeta Medica da Bahia*. Anno XXXI - Jul. 1899 - nº 1

³⁴⁶ Rodrigues, Thiago. *Políticas e drogas nas Américas*. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2004.

³⁴⁷ O alcoolismo na França. *Gazeta de Noticias*, 23/08/1925, p. 9

que visaria à repressão do uso de bebidas alcóolicas, proibindo inclusive que os estabelecimentos que as vendessem empregassem mulheres e crianças.³⁴⁸

No Brasil, Afrânio retomava a discussão do problema alcoólico por ocasião de seu mandato legislativo. Ele fez parte da Comissão especial de combate ao alcoolismo da Câmara dos Deputados, contexto em que formulou um projeto de **combate ao alcoolismo e proteção ao álcool motor** reafirmando, como em 1904, que, devido a interesses sociais, o combate ao alcoolismo só poderia ocorrer se houvesse a promoção do álcool motor, ou seja, condenar o alcoolismo, mas salvar o álcool. Além da questão da assistência à saúde da população e do combate à criminalidade, no contexto da década de 1920, o alcoolismo requeria também proteção ao trabalho, já que o álcool, “ópio do proletariado”, causaria a diminuição do rendimento do trabalhador que o ingerisse; afirmativa feita a partir da demonstração de experimentos médicos científicos.

Um dos apontamentos de Peixoto que merece destaque diz respeito à percepção de que nos trópicos o alcoolismo seria mais pernicioso do que nas regiões frias ou temperadas. A razão disto não estaria no clima em si mesmo, mas no fato de que nas regiões frias parte do álcool ingerido se destinaria ao aquecimento do corpo, o que nos trópicos seria sem uso; de tal forma que a totalidade do que era ingerido serviria somente à função de estragar o “motor”, naturalmente aquecido pelo clima.³⁴⁹ Afrânio já não afirmava, como há quase 3 décadas, que se bebia tanto no Rio de Janeiro quanto em Paris, mas mantinha a assertiva de que teríamos a mesma porcentagem de loucura alcoólica, significando que, ainda que o álcool aqui fosse ingerido em menor escala produziria os mesmos efeitos que seu consumo em climas frios. Deste modo, o combate ao alcoolismo no Brasil era causa mais urgente do que nos países europeus, tratando-se de obstáculo a transpor no caminho de constituição de uma sociedade brasileira civilizada. Considerando o contexto do discurso legislativo de Peixoto, a vinculação de seu projeto com os destinos do país seria peça importante da sua justificativa. Dessa forma afirmava que

O combate ao alcoolismo nos nossos climas não é só um problema sanitário e moral, como nos países frios e temperados; é; também, um problema político: trata-se de decadência ou de eliminação, de sobrevivência ou de afirmação da nacionalidade.³⁵⁰

³⁴⁸ A Argentina e a repressão do alcoolismo. O mundo pelo Telegrapho. *Gazeta de Noticias*, 11/08/1925, p. 5.

³⁴⁹ Peixoto, Afrânio. “Comissão especial de combate ao alcoolismo da Câmara dos deputados: Combate ao alcoolismo e protecção ao alcool-motor”. Marta e Maria: Documentos de ação pública – post scriptum. Rio, 1931, p. 20.

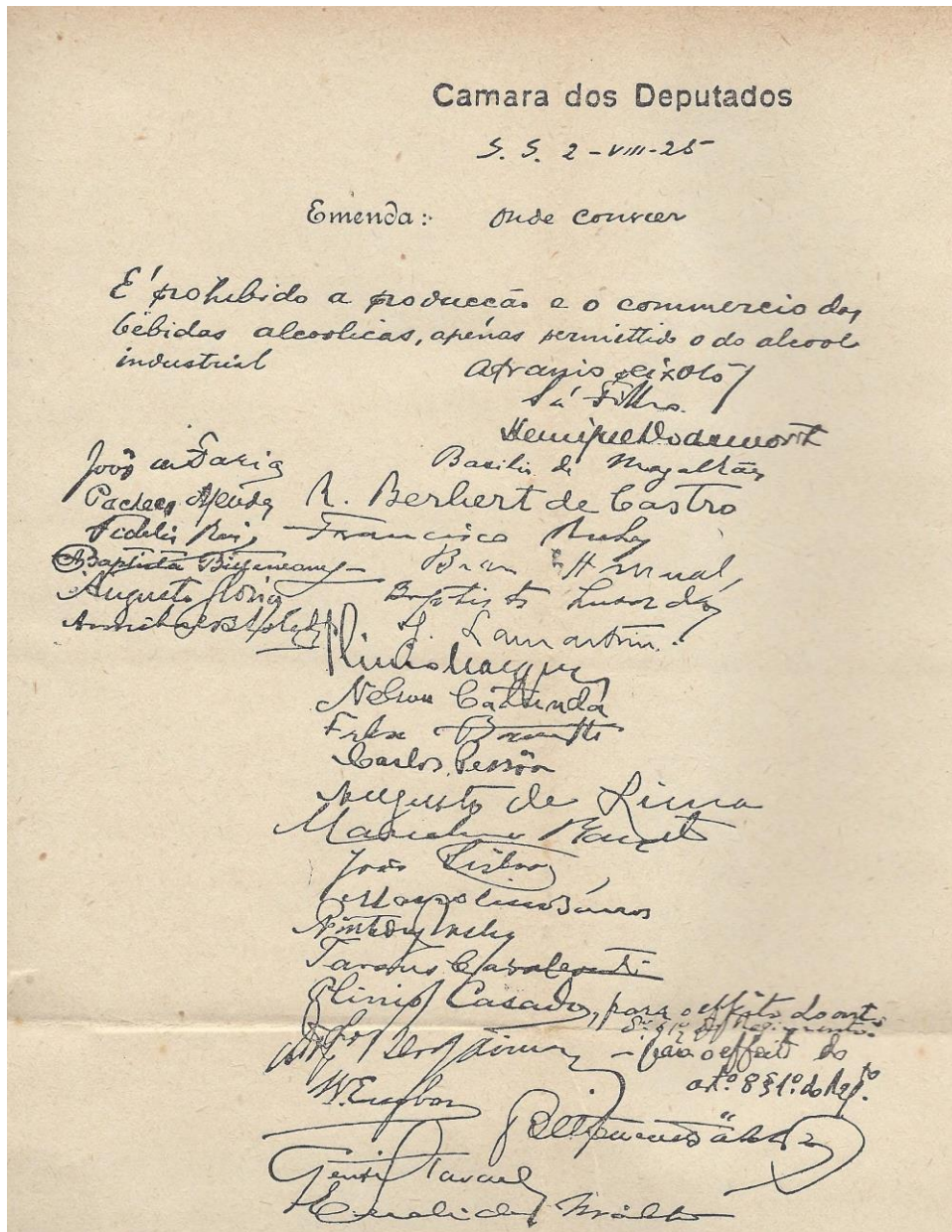
³⁵⁰ *Ibidem*, p. 21

Neste sentido é importante destacar que os projetos antialcoólicos com os quais Afrânio Peixoto se envolveu não foram os únicos de seu período, já que vários políticos e homens públicos já tinham se esforçado neste sentido³⁵¹. Politicamente, Afrânio teria se envolvido na luta antialcoólica em dois momentos. O primeiro em 1925, quando por ocasião da reforma constitucional foi proposta uma emenda que proibiria o consumo e o comércio de bebidas alcoólicas, autorizando somente o de uso industrial. Contudo, a dita emenda só conseguiria trinta e uma assinaturas, o que era insuficiente para que fosse sequer apresentada. Cinco anos depois, Afrânio retornaria à empreitada de uma legislação antialcoólica. Segundo seu relato, teria sido iniciativa do deputado Plínio Marques a proposta de uma comissão especial “para estudo dos meios idôneos de combater o alcoolismo”, que ofereceria um projeto de lei à Câmara dos Deputados³⁵². Peixoto afirmava que tal projeto teria uma fácil redação, bastando para isso que se escutasse a opinião pública em seus órgãos mais eminentes, como a Academia Nacional de Medicina, a Liga de Higiene Mental e até mesmo a Cruz Vermelha, todos divulgadores da propaganda antialcoólica.³⁵³

³⁵¹ Segundo relata Afrânio Peixoto, a regulamentação da produção e consumo de bebidas alcoólicas vinha sendo discutida desde o início daquele século, destacando a Primeira Conferência Açucareira da Baía (1902), o projeto de Miguel Calmon da Câmara dos deputados que visava a taxaçoão do álcool de consumo (1912); projeto de lei do deputado Corrêa Defreitas (1911); projeto do sr. Enéas Martins, do governo do Pará, que propunha impor ao álcool a obrigação de pagar a instrução e a saúde (1911); projeto de Juvenal Lamartine que pretendia elevar o imposto sobre as bebidas alcoólicas e daquele que incidia sobre as importações (1917); projeto de Gumerindo Ribas e outros que definia o vinho para "combate à sofisticação" (1918); projeto de Amaral Carvalho que visava regulamentar o comércio e a fiscalização dos vinhos (1921); projeto dos deputados Joaquim Bandeira e outros que objetivava o empréstimo financeiro aos produtores de açúcar e álcool combustível ou motor de até 70% do capital para que aparelhassem suas fábricas (1922); projeto do deputado Plínio Marques visando a proibição de bebidas alcoólicas em dias santos e feriados (1923); do deputado Pais de Oliveira o projeto que estabelecia imposto sobre os vinhos artificiais (1927); projeto do deputado Lindolfo Color propondo imposto sobre o consumo de vinhos nacionais (1928); projeto de Maurício de Medeiros para elevar de 5 para 20% a taxa sobre as bebidas alcoólicas (1928); de Samuel Hardmann e outros deputados o projeto de combater o alcoolismo e proteger o álcool motor (1929); projeto do sr. Araújo Lima para combater o alcoolismo e proteger o álcool motor (1930). (Peixoto, 1931 mm)

³⁵² Afrânio cita outros os nomes importantes na campanha antialcoólica no Brasil: Miguel Couto, Severino Lessa, Ernani Lopes, Maurício de Medeiros, Maurício de Lacerda, Sá Freire, Evaristo de Moraes, Henrique Roxo, Juliano Moreira, Belisário Pena, Felício Tôrres, Porto Carrero, Gustavo Riedel, Ciro Vieira da Cunha, Moncorvo Filho, Augusto Mendes, Renato Kehl, Erasmo Braga, Domingos Jaguaribe, Ferreira Ramos, Carlos Sampaio, José Bezerra, Francisco Prisco, Renato Pacheco e outros.

³⁵³ *Ibidem*, p. 32



Projeto de emenda da Constituição de 1925³⁵⁴

2.2 Uma defesa do clima e da natureza brasileiros

A discussão promovida por Peixoto acerca da construção conceitual que associa noções climáticas à insalubridade e doença é encontrado no artigo ‘Clima e doenças do Brasil’ (1907) e no **Climat e maladies du Brésil** (1908) e esta última versão pode ser pensada como uma disposição de Peixoto para o debate internacional. As versões publicadas em seus manuais podem ser interpretadas como consequências da vontade de Afrânio Peixoto em doutrinar os estudantes, futuros profissionais e cientistas em um saber que pensasse as

³⁵⁴ *Ibidem*, snp.

características do Brasil a partir de uma lógica diversa do ponto de vista estrangeiro. Neste caso, percebemos o esforço de conciliar uma perspectiva de Brasil que, discutindo seus problemas e apontando suas potencialidades, pudesse resultar na afirmação de nossa viabilidade enquanto nação.

Neste período Afrânio vinha dividindo suas publicações acerca de temas que circulavam, e por vezes articulavam, os campos psiquiátrico, médico legal e higiênico, a exemplo do texto ‘Os casamentos patológicos: higiene da espécie’ de 1902³⁵⁵. Além disso, a esta altura ele já fizera sua primeira viagem à Europa, conhecendo os centros de produção científica de vários países, bem como havia sido aprovado em concurso para a cadeira de Higiene e Medicina Legal da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1906. É necessário destacar que Peixoto não faz apenas um desmentido sobre o pessimismo europeu acerca da possibilidade de construção de uma civilidade tropical, mas o faz através do uso de argumentos científicos, considerados perfeitos em sua neutralidade e veracidade, visando constituir-se na linguagem comum daqueles com quem se propunha dialogar.

Afrânio Peixoto inicia sua digressão sobre o clima ressaltando os problemas em abordar este tópico em um país de grandes proporções, isso por que este abrangeria características complexas demais para serem agrupadas sob o título de ‘clima do Brasil’. Segundo sua perspectiva, repetida diversas vezes ao longo do texto, no Brasil encontraríamos quase todos os climas da terra, excetuando-se justamente os extremos. Sublinhava ainda a associação entre a variada situação geográfica como a presença de montanhas, terrenos acidentados e da cobertura natural como a existência de rios, com as características climáticas regionais³⁵⁶. Esta percepção acerca da diversidade de climas do Brasil será importante para a interpretação e intervenção política que partem destas definições, como veremos a seguir.

A despeito da dificuldade em classificar o clima de um país tão heterogêneo como o Brasil, Afrânio delineia um esquema em que são projetadas três zonas climáticas precisas e delimitadas³⁵⁷, caracterizando em pormenores suas variações de temperatura, umidade, distribuição das chuvas e, em termos não plenamente científicos, a agradabilidade, frescor e leveza dos locais³⁵⁸. Sobre todas as regiões ele tece considerações positivas. Exemplo deste

³⁵⁵ O referido texto foi publicado em 1902 na *Revista da Bahia*.

³⁵⁶ Peixoto, Afrânio. *Clima e doenças do Brasil*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1907, p. 5.

³⁵⁷ Peixoto, Afrânio. *Climat et maladies du Brésil*. *Annales d'hygiène publique et de médecine légale*. serie 4, nº9. Paris: Jean-Baptiste Baillière, 1908, p. 354.

³⁵⁸ Neste texto Afrânio Peixoto cita em profusão cifras, estatísticas de observações climáticas, entretanto não revela suas fontes. O que revela em tabela de seu texto é que tais dados se originaram de observações feitas nas diversas cidades consideradas com duração de tempo muito diversas, indo de um até 50 anos, como no caso do Rio de Janeiro.

modo de análise é o da primeira zona, compreendida por trechos de diversos estados da região norte e nordeste, com destaque para o Amazonas, do qual dizia:

Tem tido o clima do Amazonas detratores e entusiastas, exagerados uns e outros. O que, porém, se pode apurar de verdadeiro, ouvindo depoimentos como os de Wallace, Agassiz, etc., é que, se de fato, ao meio dia, o calor é realmente forte, as manhãs são, entre as 6 e as 8 horas, muito agradáveis e frescas, e as tardes bem suportáveis. Não raro um aguaceiro, e frequentemente uma brisa ligeira, refrescam e purificam o ar. As noites nunca são incomodas³⁵⁹.

Afrânio também faz referência aos problemas climáticos, especialmente no que diz respeito aos períodos de seca. Entretanto, estes fenômenos são caracterizados como acidentais e não exclusivos do território brasileiro:

O que é pior, porém, é que muitas vezes o período de seca se dilata, invade o subsequente, em que não chove, como era de esperar e se emenda e se contínua com outra quadra seca. O nordeste do Brasil, (...), sofre periodicamente destes desagradáveis incidentes, chegando a proporções consideráveis, em tudo semelhantes aos males idênticos da região semiárida do oeste americano³⁶⁰.

A narrativa sobre o clima brasileiro tece comparações com outras regiões do mundo, tal como se vê ao falar de cidades como Ribeirão Preto, Uberaba, São João Del Rei, Nova Friburgo, Diamantina, em que as observações da temperatura justificariam a comparação com as regiões temperadas da Europa, já que não seria raro “ver o termômetro abaixo de zero grau”.³⁶¹ Após esquadrinhar a diversidade desta segunda zona climática Afrânio Peixoto conclui que: “Toda esta vasta região que se estende do interior da Bahia a Goiás, a Minas, a São Paulo, compreendendo grande parte do Brasil, dispõe, portanto, de **clima dos mais belos e propícios à vida do homem**”.³⁶²

Na análise de Peixoto, o clima aparece relacionado a sua influência sobre a vida humana e desenvolvimento social, onde mesmo os obstáculos naturais como os períodos de seca poderiam ser resolvidos com o auxílio da técnica e da ciência:

A não ser uma pequena zona do nordeste do país, cujas secas a arte procura corrigir e vencer pela açudagem e irrigação, quase toda a vasta superfície do Brasil comporta com facilidade o desenvolvimento e a prosperidade das migrações humanas de todos os cantos do mundo”³⁶³.

O texto acaba por construir a imagem do Brasil enquanto uma opção de destino migratório e apesar do autor afirmar que as terras brasileiras proporcionariam prosperidade a

³⁵⁹ Peixoto, Afranio. *Elementos de higiene*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913, p. 127.

³⁶⁰ *Ibidem*, p. 128

³⁶¹ *Ibidem*, p. 133

³⁶² *Ibidem*. *Grifo meu*

³⁶³ *Ibidem*, p. 136

povos de todos os cantos do mundo, percebe-se que o interesse primordial são os imigrantes europeus. Com tal discurso, Afrânio afirmaria a amenidade do clima brasileiro aos europeus que se aventurassem a migrar para o Brasil, dispensando-se, inclusive, a aclimação: “Nem se dirá mesmo que para isto se torna preciso aclimação previa, porque há apenas mister de escolha adequada, entre as diversas zonas climáticas existentes”³⁶⁴

Tendo afirmado que o clima no Brasil, por maior que fosse sua diversidade, não era obstáculo ao desenvolvimento humano, o autor passa a analisar os conceitos até então construídos em relação a salubridade climática do país. Segundo Peixoto seria comum o uso de expressões como ‘doenças tropicais’ e ‘perigo dos trópicos’, bem como outras semelhantes que traduziriam uma noção de que nas latitudes tropicais o clima constituiria ameaça à saúde e, conseqüentemente, à vida, “alterando profundamente aquella e encurtando ou aniquilando esta”³⁶⁵.

Atribuía a responsabilidade por essa noção de perigo climático aos europeus, ou segundo sua descrição “espíritos fáceis da Europa, viajantes phantasiosos ou sábios apressados”.³⁶⁶ Lembra que antes das navegações os sábios teriam afirmado a inexistência de vida nas “zonas tórridas” vizinhas ao equador. As terras descobertas pelos espanhóis e portugueses demonstrariam o equívoco desta noção ao revelarem uma natureza grandiosa. A partir de então o obstáculo para o desenvolvimento humano nos trópicos seria exatamente nossa “magnificência natural”. Tal assertiva também seria contrariada pelo aumento das populações e pelo progresso da civilização, o que teria levado a uma outra representação negativa dos trópicos que passariam a ser caracterizados como insalubres. Deste modo, de acordo com Peixoto, se a natureza tropical “não era inhabitavel pelo calor ou pela humidade, havia de ser pela doença”, estas percebidas como inerentes a região.³⁶⁷

A estratégia argumentativa de Afrânio Peixoto consistia em desdobrar sua defesa do clima brasileiro, questionava a constituição degradada da população de modo a mostrar que esta situação se constituiria por meio da doença enquanto um resultado de um contexto social e não por uma conformação natural e imutável. Antes disso, porém, é interessante refletir sobre este conceito de natureza criticado por Afrânio, verificando seus fundamentos para que possamos esmiuçar seus argumentos.

³⁶⁴ *Ibidem*.

³⁶⁵ Peixoto. *Clima e doenças do Brasil. op.cit.* p. 20

³⁶⁶ *Ibidem*

³⁶⁷ *Ibidem*.

A concepção desabonadora do clima tropical, e conseqüentemente dos países sujeitos a tal clima, estava presente desde ao menos a segunda metade do século XIX. Relatos sobre a biografia do conde de Gobineau contam sobre funções diplomáticas que este teria exercido no Brasil entre os anos de 1869-70 e referem sua contrariedade em servir neste país tropical³⁶⁸. Durante o tempo que ficou no Brasil sua única bem aventurança teria sido a amizade com o Imperador Pedro II. Sousa descreve o sentimento de Gobineau pelo Brasil com a passagem de uma carta que este teria enviado a sua madrinha, Marie Dragoumis, em julho de 1869. Nesta missiva Gobineau teria se utilizado da imagem de um dos contos de “As mil e uma noites” em que o marinheiro Simbá chegava a uma cidade desconhecida, escondida entre as montanhas, e que ao adentrá-la percebia que lá não havia pessoas senão macacos de todos os tipos. Ao continuar caminhando, Simbá chegaria a um palácio onde maravilhado encontraria um rei, um homem, elemento de sua própria espécie, com quem poderia conversar. Gobineau, evitando qualquer possibilidade de não entendimento, esclarece a sua madrinha que ele seria Simbá, o rei seria o Imperador D. Pedro e a turba de macacos os brasileiros.³⁶⁹

Cerca de 70 anos depois da estada de Gobineau no Brasil, Stefan Zweig publicaria, em 1941, o livro ‘Brasil: País do futuro’³⁷⁰, em que apresenta como epígrafe inicial a seguinte citação: “Um pays nouveau, un port magnifique, l’éloignement de La mesquine Europe. Un nouvel horizon politique, une terre d’avenir et un passe presque inconnue qui invite l’homme d’étude à des recherches, une nature splendide et le contact avec des idées exotiques nouvelles”³⁷¹. Esta teria sido a resposta do diplomata austríaco Conde Prokesch Osten a Gobineau em 1868 quando este hesitava em aceitar o posto de ministro no Brasil. Chama a atenção o fato de Zweig fazer referência não somente a viagem como às reticências do conde em relação ao Brasil, o mesmo sentimento que ele próprio teria em relação às regiões tropicais antes da experiência que relata em seu livro. Sua obra testemunha o choque entre o

³⁶⁸ Sousa, Ricardo Santos. Agassiz e Gobineau - As ciências contra o Brasil mestiço. Dissertação de Mestrado. PPGHCS - COC/Fiocruz. Rio de Janeiro: 2008 e Gahyva, Helga. Brasil, o país do futuro: uma aposta de Arthur de Gobineau? *ALCEU* - v.7 - n.14 - p. 152 a 159 - jan./jun. 2007

³⁶⁹ Sousa. Agassiz e Gobineau. *op. cit.* p. 110

³⁷⁰ O livro ‘Brasil: País do futuro’, foi escrito após a primeira passagem de Zweig pelo Brasil em 1936, quando estava a caminho da reunião do PEN Club que se realizaria naquele ano em Buenos Aires. Este livro recebe o prefácio de Afrânio Peixoto, que deixa entender ter tido alguma proximidade com Zweig ao afirmar que o autor seria “(...) um encanto de convivência, de conversação, de simplicidade: ternura e poesia” (Peixoto, 1941, snp). Stefan Zweig chegara ao Brasil em uma época turbulenta da Europa, testemunhando a guerra que lá estava em andamento, a queda de países como a Áustria e Checoslováquia, a invasão da Polônia, e a “guerra de todos contra todos”, momentos que o fez denominar seu continente como sua “Europa suicida”. Assim, imagem que pôde apreender do Brasil era a de uma terra de convivência pacífica a despeito de nossa constituição diversa em vários de seus aspectos como raça, religião e classe econômica. Diante de uma Europa nazista, sofrendo sob o terror justificado pela ideia da superioridade racial ariana, o Brasil lhe parecia harmonioso em suas relações raciais e este contraste pode ter contribuído com sua construção imagética sobre o nosso país.

³⁷¹ Zweig, Stefan. *Brasil: País do futuro*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1941, snp.

imaginário europeu e norte americano a respeito do Brasil e a realidade que conheceu quando aqui esteve pela primeira vez em 1936. Zweig confessa que quando recebeu o convite para esta rápida visita, suas expectativas não eram as melhores, afirmando que sobre o Brasil

tinha a idéia pretensiosa que, [...], tem o europeu e o norteamericano [...]. Imaginava que o Brasil fosse uma república qualquer das da América do Sul, que não distinguimos bem umas das outras, com clima quente, insalubre, com condições políticas de intranquilidade e finanças arruinadas, mal administrada e só parcialmente civilizada nas cidades marítimas, mas com bela paisagem e com muitas possibilidades não aproveitadas – país, portanto, para emigrados ou colonos e, de modo nenhum, país do qual se pudesse esperar estímulo para o espírito³⁷²

A citação ao Conde de Gobineau, associada ao testemunho de Zweig, nos servem de indícios para entender a duração e importância daquela representação sobre as regiões tropicais, países coloniais e ex-colônias, marcadas por seu exotismo e perigo ao estrangeiro que nelas se aventurasse. O que podemos perceber é como conceitos sobre natureza e raça, representada pela população, se imbricavam e determinavam conceitos outros como o de civilização e progresso.

A discussão acerca da representação sobre os trópicos é bem analisada por Stepan (2001) que demonstra como as bases visuais da natureza tropical têm sido algo persistente nas representações ocidentais, de modo que ainda contemporaneamente emoldurariam as expectativas de parte do mundo em relação aos trópicos. Segundo esta autora, a percepção dos trópicos como lugares primordialmente de natureza selvagem – uma natureza à espera de descoberta, interpretação ou exploração – seria a responsável pela visita tanto de turistas quanto das companhias farmacêuticas nos dias de hoje³⁷³. Desta forma, Stepan coloca que sua perspectiva é a de que as representações e, conseqüentemente, o entendimento da natureza tropical refletiriam projetos políticos e estéticos que teriam a capacidade de expandir ou limitar o que chamou de “compromisso criativo com o mundo natural”.³⁷⁴ Isto se torna interessante a partir do momento em que a autora coloca a questão de como a natureza, pessoas e doenças passaram a ser vistas como tropicais, e quais as conseqüências desta visada. Tais representações, segundo a autora, podem se referir tanto a animais, plantas ou doenças comumente encontradas nos trópicos: uma coleção de imagens que abrigaria desde beija-flores, cobras e macacos, bromélias e orquídeas até o vírus Ebola ou a malária, todos nomeados e descritos nos livros de história natural e medicina³⁷⁵.

³⁷² *Ibidem*, p 2-3.

³⁷³ Stepan, Nancy Leys. *Picturing tropical Nature*. London: Reaktion Books, 2001, p. 14

³⁷⁴ *Ibidem*

³⁷⁵ *Ibidem*

A questão que coloca não é a da inexistência do mundo natural fora dos textos, mas a percepção de que em relação às representações construídas sobre a natureza tropical algumas seriam mais sutis e precisas do que outras. É a partir deste entendimento que pode então argumentar que

history shows us that there is no single map or picture of the natural world that increasing knowledge progressively fills in, but rather many different maps and representations, articulated and shaped by numerous factors of politics, culture and aesthetics, by beliefs about reality, codes of seeing and representational conventions. Even the most scientific of our pictures of natural objects are not a matter of a simple transfer of perceptions into representations, but rely on a repertoire of [...] ‘graphic tricks’ (that is, visual conventions) to create their empirical or truth effects³⁷⁶.

A despeito do efeito de verdade imposto pelos produtos do conhecimento das atividades científicas, Stepan afirma que a “natureza é sempre cultura antes de ser natureza”, ou seja, “nature is not just ‘natural’ but is created as natural by human desires and intentions”³⁷⁷

É nestes termos que Stepan (2001) analisa então a emergência do conceito de natureza tropical no pensamento europeu, a partir de três áreas de conhecimento: a história natural, a nova antropologia preocupada com a classificação das diferenças raciais entre os grupos humanos e finalmente a medicina, esta última seria caracterizada por um

revival of a classic geographical approach to disease, which explained illness in terms of variables of place and milieu; as a result, a new awareness of the special features of disease in tropical environments emerged, and the new speciality of tropical medicine was eventually defined³⁷⁸.

Como a autora demonstra, o uso da categoria natureza tropical constituiu-se mais do que meramente em um conceito geográfico, considerando-se que em meados do século XIX, vários lugares passaram a ser identificados como tropicais quando geograficamente não o seriam. Tal constatação leva a afirmação de que a construção da ideia de um mundo tropical significaria um lugar de profunda alteridade em relação ao mundo temperado. Com isso, as descrições e imagens dos trópicos teriam contribuído inclusive para a formação da identidade europeia, justamente no que ela se diferenciava da imagem da natureza tropical, que tinha sua abundância caracterizada como uma opressão ao desenvolvimento e esforço humano.³⁷⁹ Com isso Stepan afirma que não existiria um sentido *trans-histórico* para o conceito de natureza, mas, pelo contrário, haveria muitos sentidos diferentes que corresponderiam a especificidades materiais, sociais e intelectuais.

³⁷⁶ *Ibidem*

³⁷⁷ *Ibidem*, p. 15

³⁷⁸ *Ibidem*, p. 17

³⁷⁹ *Ibidem*, p. 18

Contudo, por mais inconsistente que fossem as perspectivas europeias sobre a natureza tropical, Stepan afirma que elas tinham peso, importavam e desconcertavam aos políticos, intelectuais e cientistas de países tropicais, afirmando que tais grupos

often drew responses in the form of corrections, new representations and new images. People described by others are not always passive objects of scrutiny but active subjects, capable of assessing the world about them in their own word and images. The terms of self-representations are often not completely *sui generis*, but involve the selective appropriation and re-elaboration of elements in a repertoire of established pictorial and verbal conventions³⁸⁰.

Consideramos que produzir uma resposta originalmente brasileira para o modo estrangeiro de perspectivar a natureza e a população do Brasil pode ser um dos elementos para entendermos a disposição de Afrânio Peixoto para a discussão sobre as implicações de nosso clima e natureza, em suas várias relações, como a articulação entre o clima e a salubridade, sua problematização como elemento constituinte de saúde ou determinante de doenças, como elemento atrativo de imigração ou obstáculo intransponível para este tipo de política, e mesmo como elemento conformador da raça brasileira. Deste modo, o esforço por conhecer as patologias brasileiras seria “indissociável da tarefa assumida pela intelectualidade republicana de fundar um diagnóstico sobre o Brasil, que levasse em conta a possibilidade de sua constituição como nação”³⁸¹

A perspectiva de Stepan (2001) é interessante na medida em que demarca que a resposta dos indivíduos originários de países tropicais não necessariamente seria *sui generis* ou completamente original em relação ao que era produzido na Europa. Acreditamos que isso é importante principalmente quando lidamos com o campo científico, visto que a linguagem científica em seu caráter de universalidade não permitiria que um cientista brasileiro, por exemplo, constituísse sua obra para fora dos limites estabelecidos pelo próprio campo. Ainda que a perspectiva científica europeia se constituísse em bases que desacreditavam as chances civilizatórias de países como o Brasil, a única possibilidade de resposta teria que se constituir dentro deste mesmo campo, a partir destes mesmos fundamentos científicos.³⁸² É sob esta perspectiva que podemos entender o modo como Afrânio Peixoto discordava dos

³⁸⁰ *Ibidem*, p. 23. Grifo meu.

³⁸¹ Edler, Flávio. Medicina tropical: uma ciência entre a Nação e o Império. In: *Ciência, civilização e república nos trópicos: 1889 – 1930*. Heizer, A., Videira, A. (orgs.) Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010, p. 352.

³⁸² Isto teria resultado em teorias como a do branqueamento, que circulou principalmente entre as duas primeiras décadas do século XX, que a despeito de não poder negar a conformação mestiça de nossa população, propunha que esta, a partir mesmo da miscigenação chegaria a uma maioria branca dentro de algumas décadas, já que a cada cruzamento a herança negra se diluiria diante da herança branca.

determinismos imputados sobre a salubridade dos países quentes, como podemos ver na segunda parte de seu livro *Elementos de higiene*, que se detém especificamente no tema do clima e salubridade. O que vemos nestas linhas é uma das críticas de Afrânio Peixoto aos desenvolvimentos da medicina bacteriológica, a medicina tropical, da qual irá discordar explicitamente quando de sua implantação no Brasil.

O tom aguerrido de suas assertivas se relaciona ao fato de que Afrânio via diante de si a reprodução de teorias que considerava errôneas e preconceituosas, prejudicando diretamente nosso desenvolvimento enquanto civilização. Imbuído de sua autoridade científica, o médico baiano parece reivindicar que fossem utilizados os mesmos critérios científicos em qualquer lugar em que a ciência fosse construída ou aplicada. Afrânio então denunciava a diversidade na classificação das patologias conforme se trate de um país frio ou quente e afirmava sua divergência em relação a esta posição:

As doenças nos países frios foram sempre consideradas uma fatalidade independente do clima; não se lhes sabia a causa, mas outras eram as suposições dos patologistas. Para países quentes, porém, o critério é diverso; sem mais exame o clima é apontado causa maior, junto da qual são todas somenos.³⁸³

Além disso, segundo Peixoto, parte da defesa das nações europeias se constituiria em ações como cordões sanitários, quarentenas, lazaretos e desinfecções na Europa, para que estes se assegurassem contra as infecções que viriam das colônias. A política sanitária de países colonizadores europeus, segundo sua perspectiva, se preocuparia somente em proteger o território e a população da metrópole, já que “Nenhuma nação européa se lembrou de esterilizar a cholera, a peste, a febre amarela, pelo saneamento dos países contaminados, para ao menos não correrem os europeus os riscos dessas visinhanças e visitas perigosas”.³⁸⁴ Assim, considerava que as nações europeias não apenas difamavam as regiões tropicais, por seu clima e natureza, como consentiam com a doença e insalubridade destas regiões tropicais, muitas delas suas colônias.

A este posicionamento europeu Afrânio contrapunha o procedimento dos Estados Unidos que, ao invés de se valerem de práticas protecionistas em seu território, teriam ido às áreas insalubres, saneando-as com a higiene apropriada, tornando tais lugares habitáveis, próprios à circulação de estrangeiros, para comercializar e colonizar. Considerava que este era o mesmo princípio inspirador com o qual o Brasil havia se libertado, “em menos de três anos” da febre amarela que aqui grassava havia mais de meio século, numa clara referência ao

³⁸³ Peixoto. *Elementos de Higiene*. op. cit. p. 140

³⁸⁴ Peixoto. *Clima e doenças do Brasil*. op. cit. p. 21

trabalho de Oswaldo Cruz. Sua esperança era a de que chegasse o dia em que os europeus também procedessem deste modo, pelo menos em relação a suas colônias:

Será uma orientação nova de sua politica sanitaria substituida á actual, que consiste em egoisticamente defender-se pelos meios menos propicios e accumular contra os outros uma porção de legendas e prevenções, uma das quaes, e das mais falsas, é essa do clima, com a qual se tem pretendido até agora, em falta da noção etiologica das doenças, encher uma lacuna no conhecimento e dar uma justificativa ao medo.³⁸⁵

Ressaltava afinal de contas que várias outras doenças, como cólera, malária e doença do sono teriam sido outrora consideradas climáticas até ter suas etiologias conhecidas, sem nenhuma subordinação ao clima, e controladas a partir do trabalho higiênico.

Para Afrânio Peixoto, portanto, as patologias não possuíam nacionalidade e, principalmente, não seriam originárias das características climáticas. A afirmação em contrário seria fruto da maledicência e da ignorância, de tal modo que aquilo que pretende afirmar é a **não existência de doenças climáticas e, conseqüentemente, de doenças tropicais**, como visto em Edler (2010). Propõe então a substituição do que considerava velhas crenças por aquilo que tomava como verdade científica, isto é, o fruto da observação e da experiência, representada pela máxima que dizia que “existem apenas doenças evitáveis, contra as quais a hygiene tem meios seguros de defesa e reacção”.³⁸⁶

Criticando os tratados europeus, Afrânio segue afirmando que a maioria das doenças que estes classificavam como tropicais seriam na verdade “pequenas curiosidades” de determinadas regiões, não sendo comuns em todos os territórios da mesma latitude e que as demais doenças não seriam de modo algum exclusivas dos trópicos, sendo por vezes mais frequentes fora destes. Quanto a isso questionava: “Porque se hão de chamar tropicaes, fazendo crer erradamente que ellas são geraes sob os tropicos?”, “Porque se hão de chamar tropicaes, fazendo crer erradamente que são proprias destas zonas e exclusivas ou preferentes?”³⁸⁷ Como veremos no capítulo três desta tese, tal posicionamento dizia respeito também às doenças mentais. Assim, Peixoto considerava, por exemplo, a *Tropenkoller*³⁸⁸, um

³⁸⁵ *Ibidem*, p. 22

³⁸⁶ *Ibidem*, p. 23

³⁸⁷ *Ibidem*

³⁸⁸ Encontramos poucas referências à *Tropenkoller*. Uma delas cita que, a propósito dos colonizadores espanhóis, a crueldade destes para com os índios seria explicada por esta fúria denominada pelos alemães de *Tropenkoller* que teria a causa determinada, segundo Leo Frobenius (1873-1938), na febre e em uma transformação nervosa. O trabalho cita ainda outro autor, Koch-Grunber (1872-1924) que consideraria as manifestações sádicas dos espanhóis como resultado da malária. (Constantino Bayle, S.I. España en Indias, 1939) Disponível em <http://www.ua.es/personal/jms/hc/Bayle.pdf> Acesso em 29 de agosto de 2013.

distúrbio nervoso que atacaria os estrangeiros chegados à países quentes, como uma “phantasia dos autores allemães, exclusivamente made in Germany”³⁸⁹

É importante ressaltar que Afrânio Peixoto considerava a existência de alguma diferenciação entre os climas na relação com as doenças: afirmava que sob os trópicos haveria sim condições de calor e umidade que facilitariam algumas infecções, mas que estas mesmas condições seriam responsáveis por dificultar ou impedir tantas outras³⁹⁰. Segundo ele, “O que não se pode, e se não deve, **em boa sciencia**, esquecer, é que todas, umas e outras, não são doenças fataes, de latitude ou de raça, mas doenças evitaveis que cumpre combater e debellar”³⁹¹ Tratar-se-ia então do Brasil, enquanto país tropical, buscar o auxílio da boa ciência higiênica para se emancipar da “tutela europeia”, isso feito por meio da organização dos serviços de higiene.

Afrânio afirma que não teríamos nenhuma doença própria de nosso território, que tivesse sido aqui encontrada e exportada para outros países, considerando apenas a malária e o beribéri como as patologias mais notórias desde os tempos coloniais. Ratificava por meio de demonstrações científicas como tabelas e estatísticas que algumas doenças universais existiriam no Brasil, contudo apresentariam as mesmas taxas de morbidade e mortalidade apresentadas na Europa³⁹². Assim, dedicava parte considerável de seu *Elementos de Higiene* à descrição das doenças que circulavam no país. A comparação das edições permite visualizar as atualizações de Peixoto acerca do quadro nosográfico brasileiro. Cabe ainda destacar que considerando a longevidade desta publicação também encontraremos revisões no que diz respeito às cifras populacionais, de mortalidade, morbidade e ainda atualizações de conteúdo referentes a políticas de saúde pública, a exemplo das listagens das doenças de notificação compulsória.

Ainda no sentido da atualização das obras, vemos modificações a respeito das doenças descritas, como é o caso da febre amarela que em 1913 é considerada como não tendo uma profilaxia específica, já que não se conhecia ainda o germen produtor nem os meios de impedir a infecção do organismo.³⁹³ Já em 1931 a profilaxia da mesma doença seria feita pela inalação do soro de convalescente ou doente curado de febre amarela³⁹⁴. Dentre tais atualizações merece destaque aquela que diz respeito à malária. Na edição de 1922 Peixoto

³⁸⁹ Peixoto. *Clima e doenças do Brasil. op. cit.* p. p. 32

³⁹⁰ *Ibidem*, p. 24

³⁹¹ *Ibidem. Grifo meu*

³⁹² *Ibidem*, p. 29

³⁹³ Peixoto. *Elementos de Higiene. op. cit.* p. 508

³⁹⁴ Peixoto, Afrânio. *Higiene: Medicina Preventiva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931, p. 78

acrescentava um parágrafo inserindo dados e referências científicas na afirmação da eficácia da quinina no tratamento desta doença. O uso da quinina no tratamento da malária foi, como veremos adiante, defendido por Afrânio em algumas de suas obras, constituindo-se em um dos pontos de convergência de sua atuação médico-científica e política. Se com relação às doenças de notificação compulsória podemos atribuir as mudanças ao contexto da saúde pública do período a mesma justificativa não pode ser utilizada com relação à escolha das infecções descritas por Afrânio Peixoto. Tal como demonstra a comparação entre as duas edições, a descrição destas doenças é responsável por um acréscimo considerável ao texto original. Na tabela abaixo vemos a comparação entre as doenças descritas por Afrânio nas diferentes edições de seu manual de higiene, com destaque para as inserções posteriores.

Nestes casos vemos uma mudança de nomenclatura diagnóstica em relação ao ano de 1913³⁹⁵. Com relação a estas listagens, além do acréscimo de quadros clínicos, percebemos que entre as alterações importantes de seu texto está sua perspectiva sobre a Doença de Chagas. Afrânio sempre manteve a referência à doença de Chagas em seus manuais, e é interessante perceber que as discussões acerca desta doença estiveram refletidas em certo grau no conteúdo de seus livros. Tais discussões em torno desta doença a retratavam como uma patologia em construção; fato que é ilustrado pelas diferentes nomeações que a referida recebeu ao longo dos anos. Nas primeiras edições de seu manual de higiene, Afrânio nomeava a doença como Coreotripanose ou Doença de Chagas; em 1922 ela aparece denominada como Papeira Parasitária ou doença de Cruz-Chagas. Já em 1931³⁹⁶ é designada como Papeira Parasitária, Doença de Cruz-Chagas ou Mal de Lassance, o que discutiremos adiante.

³⁹⁵ Apesar de Peixoto dissertar sobre todos esses quadros mórbidos, nos deteremos especificamente em dois deles. Um deles pela constituição do diagnóstico – a doença de Chagas – e o outro pela discussão de qual seria o tratamento adequado, a saber, a malária.

³⁹⁶ Peixoto, Afrânio. *Higiene: Medicina Preventiva*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1931.

Doenças descritas por Afrânio Peixoto	
‘Elementos de Higiene’ (1913)	‘Medicina Preventiva’ (1922) (1931)
Febre amarela	Febre amarela
Malária	Malária
Peste oriental	Peste oriental
Cólera	Cólera
Febre tífica	Febre tífica
Disenterias	Disenterias
Varíola	Tifo exantemático
Escarlatina	Varíola
Sarampo	Escarlatina
Difteria	Sarampo
Meningite cérebro espinhal	Gripe
Infecção puerperal	Difteria
Oftalmia dos recém-nascidos	Pneumonia
Tracoma	Coqueluche
Tuberculose	Parotidite
Lepra	Meningite Cerebro-espinhal
Sífilis	Encefalite letárgica
Bouba	Paralisia infantil
Coreotripanose (Doença de chagas)	Infecção puerperal
Úlcera de Bauru	Oftalmia dos recém-nascidos
Ancilostomose	Tracoma
Cancro	Tuberculose
Beriberi	Lepra
Ofidismo	Sífilis
	Bouba
	Papeira Parasitária (Doença de Cruz-Chagas, Mal de Lassance)
	Úlcera de Baurú (Leishmaniose)
	Opilação (Ancilostomose)
	Schistosomose
	Cancro
	Beriberi
	Ofidismo
	Infecções dos animais domésticos comuns aos homens
	Intoxicações
	Alcoolismo
	Morfinismo
	Cocainismo
	Tabagismo
	Carência

Fonte: (Peixoto, Elementos de Higiene, 1913), (Peixoto, Medicina Preventiva, 1922, 1931)

2.3 O Problema Sanitário da Malária (1917-1925): controvérsias

Afrânio Peixoto se dedica ao tema da malária a propósito de sua discussão sobre o problema sanitário da Amazônia, o qual era considerado por ele um tema importante na sua afirmação da possibilidade de desenvolvimento do Brasil enquanto nação e dos brasileiros enquanto povo civilizado. As questões sanitárias da Amazônia, suas endemias e taxas desconcertantes de morbidade e de mortalidade, impunham obstáculos diversos daqueles superados no Distrito Federal no início do século, quando Oswaldo Cruz encabeçou a

campanha que debelou a febre amarela. Era preciso considerar a constituição da própria floresta, que em sua grandiosidade parecia mesmo servir à demarcação dos limites entre natureza e civilização. É neste sentido que Peixoto afirma que três séculos se passaram sem que se conquistasse a região amazônica.

Não há notícias de que Afrânio Peixoto tenha excursionado pela Amazônia, de tal modo que suas assertivas e conclusões partem dos trabalhos daqueles indivíduos que conheceram tal região, considerando em especial os trabalhos de pesquisadores de Manguinhos, como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, de médicos contratados pela Madeira-Mamoré Railway Company, como o Dr. Carlos Lovelace, e mesmo algumas referências a Euclides da Cunha. Seu trabalho é o de pôr em diálogo tais autores confirmando ou refutando suas próprias conclusões.

A despeito do tamanho da empreitada civilizatória para a Amazônia, Afrânio mantém o enfoque já difundido em trabalhos anteriores, considerando o problema uma questão dos homens saberem “prever, para prover”.³⁹⁷ Isso porque, sob sua ótica, o “problema regional da Amazônia, a conquistar para todos os proventos humanos e civilizados, é, no começo, e fundamentalmente, um problema sanitário, que só pode ser resolvido por medidas de saneamento”.³⁹⁸ É deste modo que pôde afirmar, mesmo considerando todas as dificuldades de salubridade impostas pela selva amazônica, que o clima daquela região seria “caluniado”. O que podemos perceber é o empenho de Afrânio Peixoto em distinguir, as noções de clima e de insalubridade, o que pode ser resumido na seguinte assertiva:

Esses aventureiros que buscam a Amazônia, fortes ou débeis, ganham aí a doença e a morte, sem que para isso o clima concorra [...]. O clima é caluniado, de fato, porque não é culpado do mal que lhe atribuem, nem tampouco do darwinismo sentimental que lhe imaginaram: simplesmente porque coexiste com uma insalubridade que não lhe é inerente, fatal, inevitável, antes passível de correção adequada, e apenas com o devido saneamento³⁹⁹

Percebemos que seu comprometimento em afirmar a possibilidade de sanear e civilizar uma área tão inóspita como a Amazônia significaria a viabilidade das demais regiões do país. É sob esta perspectiva que pode ser observado seu esforço em desatrelar clima e salubridade, o primeiro inerente, inevitável e conseqüentemente inabordável e o segundo completamente perfectível:

³⁹⁷ Peixoto, Afrânio. “O problema sanitário da Amazônia” In: *Sobre o saneamento da Amazônia*. Cruz, Oswaldo; Chagas, Carlos; Peixoto, Afrânio. Manaus: Philippe Daou, 1972, p. 181.

³⁹⁸ *Ibidem*

³⁹⁹ *Ibidem*, p. 182

Não é pois o clima, caluniado, a maldição irremovível que pesa sobre aquelas regiões... é a insalubridade, essa removível, saneável, que se deve tentar e realizar, sistematicamente, não num trecho, mas em todo o território, não por alguns fortuitos, mas por todos os meios idôneos em higiene, para lhe conseguir, com o saneamento, a redenção.⁴⁰⁰

A posição de Afrânio, apoiada em relatórios de Oswaldo Cruz, neste ponto poderia ser considerada como “de gabinete⁴⁰¹”, onde produziria um conhecimento acerca da higiene que o diferenciava de seus informantes que haviam ido a campo. Entretanto, este modo de atuar não o afastava das questões sociais mais prementes. Peixoto se engajava na discussão a respeito do saneamento da Amazônia, vinculando-o a demandas sociais. Isto é corroborado quando vemos a assiduidade com que frequentava as páginas dos periódicos, tanto os especializados, científicos, quanto os jornais diários, dando opiniões sobre questões sociais relevantes no período ou divulgando os projetos nos quais trabalhava. Este foi o período em que Afrânio esteve ligado a projetos como o **Conselho Consultivo da Liga Pró-saneamento**, sendo nomeado em 1918 seu vice-presidente. Foi também um dos indicados para participar da **Comissão de Notáveis da ANM** em 1917, com a função de subsidiar o governo em projetos de saneamento dos sertões. Tal grupo era formado ainda por Miguel Couto, Miguel Pereira, Carlos Seidl, Carlos Chagas e Aloysio de Castro. Em 1919 seu nome voltaria a aparecer entre os nomeados pelo Ministério da Justiça para comporem a comissão de elaboração de um código sanitário de profilaxia rural. Os outros nomes que figuravam nesta comissão eram Rocha Faria, Miguel Couto, Aloysio de Castro, Theofilo Torres, Carlos Chagas, Clóvis Bevilacqua, e Domingos da Cunha⁴⁰².

Afrânio se colocava como um sintetizador, divulgador e vulgarizador dos conhecimentos científicos, e é de nota que o foi por longos anos, também por meio de seus diversos manuais, inúmeras vezes reeditados, utilizados por estudantes de medicina e por escolares. Além disso, cabe ressaltar que a difusão do pensamento de Afrânio também se fazia presente por meio de sua atuação política, quando exerceu o cargo de deputado federal pela Bahia tendo oportunidade de propugnar a favor do saneamento do povo e da terra brasileira. Ao discorrer sobre os males da Amazônia, Afrânio nomeou a malária como “o mal maior”, considerando-a como a “causa da devastação sem precedentes que assola aquelas regiões e lhes dá a fama sinistra”.⁴⁰³ Resumindo os trabalhos de Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Carlos

⁴⁰⁰ *Ibidem*, p. 183

⁴⁰¹ Faço referência à caracterização de Mannheim (1974,1976) da atuação de gabinete do intelectual, onde se destacaria uma formação livresca e um distanciamento da realidade social.

⁴⁰² *A Noite*, 29 de abril de 1919.

⁴⁰³ Peixoto. “O problema sanitário da Amazônia”. *op. cit.* p. 190

Lovelace e Joaquim Tanajura, afirmava Afrânio que nas áreas devastadas pela malária não haveria população autóctone, não se conheceriam pessoas nascidas naquelas regiões, seriam todos adventícios que “cento por cento, pagam o tributo à infecção”.⁴⁰⁴ Como fundamentação científica para o epíteto de *mal maior* Afrânio discorre sobre as estatísticas divulgadas pelos relatórios de O. Cruz acerca da morbidade e mortalidade desta doença, e dava como exemplo a “vila de S. Felipe, no rio Juruá (...) [onde] faleceu de malária, no primeiro semestre de 1911, segundo dados do registro civil, 50% da população, que era de cerca de 900 pessoas”.⁴⁰⁵

A propósito do tratamento da malária, propunha então três medidas profiláticas, que variavam em sua aplicação de acordo com a situação: 1) obras hidráulicas, com atenção aos pântanos e águas paradas, 2) a “proteção mecânica” das habitações com o uso de telas nas portas e janelas dos locais onde os indivíduos se recolheriam antes do anoitecer e 3) a proteção individual contra o que chamava de “germe malarigênico”, tratando-se neste caso do uso da quinina⁴⁰⁶.

Quando em 1917, analisava o problema da malária na Amazônia, Afrânio Peixoto tinha que lidar com o caso concreto da questão climática associada à insalubridade e doenças na região. Sua posição era de que a doença que degradava o povo brasileiro não era uma questão de clima, mas de higiene. Além disso, a ação contra a malária acabava por se constituir em um bom exemplo da luta sanitária, na medida em que o trabalho dos médicos e cientistas espelhava a atuação da ciência abrindo caminho para a construção de uma ferrovia, possibilitando o homem atravessar aquela natureza que até então se constituía como uma barreira à expansão da ação humana. Tratava-se literalmente da ciência abrindo caminho ao desenvolvimento, progresso e civilização.

O tema da malária como um dos males da nação reaparece em Peixoto com seu projeto de ‘Quinina do Estado’, momento em que percebemos uma polarização entre dois modos de representação do fazer científico: aquele encabeçado por Peixoto na FMRJ e o representado por Chagas no IOC. O projeto da ‘Quinina do Estado’ propunha que o governo brasileiro, tal como teria feito o governo da Itália, subvencionasse a compra e distribuição da quinina a preços baixos ou mesmo a distribuição gratuita entre os que não pudessem pagar. O governo garantiria a todos o acesso ao medicamento, bem como se responsabilizaria por sua qualidade, visto a prática corrente de sua adulteração. A questão da *Quinina Oficial*, ou *Quinina do Estado*, que em 1925 ganhou as páginas dos jornais em uma discussão acirrada

⁴⁰⁴ *Ibidem*

⁴⁰⁵ *Ibidem*

⁴⁰⁶ *Ibidem*, p. 192

entre Afrânio Peixoto e Carlos Chagas, ambos com seus partidários, já era aventada por Peixoto neste texto publicado em 1917.

O combate da malária no Brasil desde o fim do século XIX contava com as descobertas a respeito do papel do mosquito anófeles na transmissão da doença, o que fez com que seu controle passasse a ser direcionado para o combate ao vetor, pela redução de criadouros com larvicidas, ou pela eliminação dos mosquitos adultos com o uso de inseticidas. Este método, porém, era criticado tanto no que concernia a existência de localidades que possuíam mosquitos sem possuir a malária, o que colocaria em questão o papel deste na doença, como no fato deste tipo de intervenção ser muito oneroso. Tal ceticismo teria levado a algumas autoridades sanitárias a concentrarem esforços no combate ao parasita ou na melhoria da resistência de seus hospedeiros humanos.⁴⁰⁷

Esta posição se apoiava nos trabalhos de pesquisadores como o italiano Celli, que considerava que a malária seria uma doença social, resultante das condições de pobreza de operários e trabalhadores rurais. Contudo, como as medidas para melhorias na qualidade de vida desta população eram muito demoradas, haveria a consideração de que o método mais eficaz seria limitar os efeitos da malária atacando os parasitas no ser humano, pelo uso da quinina.⁴⁰⁸ Segundo Mello (2007) o ponto de vista do italiano seria o mesmo de Robert Koch, que entenderia a doença a partir da perspectiva da teoria dos germes. Para Koch a quinina não seria apenas um tratamento profilático ou de cura para a malária, mas também serviria como um controle da doença. Por meio da distribuição deste medicamento para todos os casos de infecção haveria a eliminação de todos os parasitas, o que interromperia o ciclo de transmissão. Estariam em jogo aqui duas concepções: uma que privilegiava o controle do vetor, apoiada por malariologistas e entomologistas americanos e ingleses e outra adotada por seguidores de Koch e Celli que voltava sua atenção para o hospedeiro humano, tanto pela melhoria das condições de vida quanto pelo uso da quinina.⁴⁰⁹

No Brasil, apesar de críticas e ceticismo, a ênfase governamental no combate às endemias rurais, implantado no final da década de 1910, se estruturava nos postos do Serviço de Profilaxia Rural, criados primeiramente na periferia do DF e no Estado do Rio de Janeiro e então difundidos para outras regiões do país. No ano de 1922 estariam em funcionamento 88 postos sanitários rurais, em 15 estados mais o DF, alguns deles sendo itinerantes, – no

⁴⁰⁷ Mello, M^a Teresa Villela Bandeira. *Imagens da memória: uma história visual da malária (1910-1960)* Niterói: UFF/ICHF: 2007

⁴⁰⁸ *Ibidem*, p. 104.

⁴⁰⁹ *Ibidem*, p. 105

Amazonas e no Pará – dirigidos às populações ribeirinhas. Haveria ainda mais 16 postos-sede destes serviços nas capitais dos estados e mais 33 subpostos. Além dos postos federais, haveria 58 postos de profilaxia contra ancilostomíase e verminoses, funcionando em 56 municípios de 11 estados mais o DF operando em cooperação com a Fundação Rockefeller⁴¹⁰.

A discussão sobre a viabilidade do projeto de quinina do Estado se deu, portanto, no bojo de diferentes posicionamentos acerca de qual seria a melhor profilaxia para a malária. É importante notar que apesar deste projeto ter ficado atrelado ao nome de Peixoto ele não estava sozinho em seu entusiasmo em relação ao uso profilático da quinina, tal como é possível ver em uma carta de Miguel Couto pertencente ao arquivo pessoal de Peixoto⁴¹¹ que dizia:

Petrópolis 27-IV-18

Prezado Afranio

Antes de partir...

Na norma de decreto, que v. vai apresentar ao homem, faça-se já de ministro e não esqueça os respectivos considerandos; assim como, na primeira conferência que tiver, lembre-lhe a vantagem de adquirir já e já, por intermedio de secretario do interior toda a quinina possível, pelo menos antes da publicação do decreto (...) V. indicará os mercados próprios, porque certamente ele e elles ignoram.

Recado do Couto.

Ainda na missiva encontramos a anotação escrita a lápis sem assinatura que acredito ser de Afrânio Peixoto, visto a semelhança com sua caligrafia: “Na vespera, 26, fomos recebidos pelo W. B. e lhe impingimos a q. do Estado. Fui incumbido de redigir um rascunho do decreto que levarei um destes dias”. É provável que W.B. diga respeito a Wenceslau Braz, presidente da república entre 15 de novembro de 1914 a 15 de novembro de 1918.

No ano seguinte à publicação de *O problema sanitário da Amazônia*, em primeiro de maio de 1918 foi baixado o decreto nº 13.000, responsável por criar o serviço de quinina oficial, especificamente como profilaxia da malária, constituindo-se na primeira ação do que viria a ser o programa de medicamentos do Estado. Este decreto especificava que, dentre as medidas de saneamento, aquela que se relacionava com os medicamentos oficiais seriam a de maior proveito, pois colocaria à disposição da população medicamentos com custo mínimo e com garantias de qualidade. A escolha da malária era facilmente justificada devido ao drama

⁴¹⁰ *Ibidem*.

⁴¹¹ Os documentos encontrados no acervo da Casa de Afrânio Peixoto Museu (CAPM) não contam com índice de catalogação que possam ser citados. Contudo, os documentos mencionados nesta tese fazem parte do levantamento fotográfico que realizei naquele acervo.

que gerava com a morte de milhares de brasileiros todos os anos; já a justificativa em relação à quinina oficial se deu por que esta seria “consenso universal”, bem como “pela experiência de outros povos”, que a tinham como melhor meio profilático contra a propagação da malária, antes que essa fosse extinta pelos processos de saneamento⁴¹².

A responsabilidade pela compra da quinina ou dos sais de quinina seria do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e tal compra deveria ser feita em quantidade que permitisse a maior divulgação nacional possível. O decreto estabelecia ainda que a responsabilidade de manipulação da quinina e de seu fornecimento em comprimidos e solução era do IOC. Estes produtos deveriam ser vendidos em todo território nacional a um preço único estipulado pelo Estado. No bojo desta legislação foi simultaneamente promulgado o decreto 13.001 que dispunha sobre a organização das comissões de médicos e auxiliares para a profilaxia rural, também sob responsabilidade do Ministério da Justiça. Uma mostra da importância assumida por Manguinhos naquele momento era o fato de que as chefias das comissões de médicos e auxiliares para a profilaxia rural então criadas, também sob responsabilidade do Ministério da Justiça seriam, sempre que possível, ocupadas por funcionários aproveitados tanto da DGSP quanto do IOC.⁴¹³

No período que esta norma foi gestada Afrânio estava envolvido diretamente em alguns dos projetos relacionados à saúde pública e ao saneamento do Brasil, tal como dito acima. No ano seguinte, com o decreto nº 3987, de 2 de janeiro de 1920, na gestão de Eptácio Pessoa (15/11/1918 a 15/11/1922), era criado o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), órgão subordinado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. O intuito era reunir e prover uma extensa gama de serviços voltados para saúde e higiene, como os de profilaxia geral e rural do DF, dos Estados e territórios, mantendo a autonomia técnica e administrativa do IOC, que continuaria subordinado ao Ministério do Interior, prestando serviços ao DNSP, conforme o parágrafo único do artigo terceiro da referida lei.

O sétimo artigo desta lei de 1920 criava o “Conselho Superior de Higiene e Saúde Pública do Brasil” do qual fariam parte: a) o diretor do Departamento; b) os diretores dos serviços sanitários; c) o professor catedrático de Engenharia Sanitária da Escola Politécnica; d) os chefes dos serviços de Saúde do Exército e Armada e e) o consultor geral da República,

⁴¹² Decreto nº13000 de 1 de maio de 1918.

⁴¹³ Em agosto daquele ano veríamos ainda o surgimento do decreto nº 13.159 ainda a respeito dos medicamentos oficiais. Tal norma estabelecia, entre outras coisas, que a forma de quinina a ser adquirida seria a de sais de quinina e que caso ficasse demonstrada a capacidade de fabricar este produto no país seria importado do estrangeiro a casca de quina, já ficando determinado que as máquinas necessárias a este processo fossem instaladas no IOC. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13159-28-agosto-1918-517454-republicacao-95667-pe.html> Em 30/08/13

em que nota-se a ausência do professor de higiene. O decreto finalizava este artigo com um parágrafo único que determinava que o Conselho seria presidido pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, tendo funções “meramente consultivas”, de modo a opinar sobre “questões técnicas de administração sanitária” quando fosse convocado, devendo “discutir e aprovar” os projetos voltados ao saneamento⁴¹⁴.

A história deste conselho é particularmente interessante no que parece retratar as disputas ocorridas entre os membros do campo da higiene e da saúde pública, representados pelas instituições a que se filiavam. Labra afirma que a escolha dos nomes para a composição do Conselho teria sido norteada mais pelas “articulações pessoais do Ministro e do Diretor do DNSP” do que pela real necessidade de um órgão daquela natureza, ou seja, “um órgão técnico de alto nível que viesse realmente a assessorar e orientar os rumos da saúde pública”.⁴¹⁵ Esta autora considera que tal órgão serviria mais para conformar a legitimação das medidas adotadas pela “cúpula governamental” do que propriamente constituir um “colegiado técnico”. Considerando tal necessidade, ficava condicionado que os membros de tal conselho se constituíram em “aliados incondicionais dos representantes da política contingente e dos sanitaristas”. Segundo Labra isto explicaria a exclusão de representantes do que chama de “medicina liberal”, tais como os médicos vinculados a FMRJ e a ANM⁴¹⁶.

Labra afirma ter encontrado em sua pesquisa várias notícias sobre “conchavos” na escolha dos conselheiros, destacando neste sentido aquelas que diziam respeito à inclusão e exclusão do professor de higiene da FMRJ, Afrânio Peixoto. Segundo esta autora teria apurado, Carlos Chagas, então diretor da DNSP, despertaria uma animosidade “pública e notória” em diversos profissionais, contando inimizades dentre os integrantes da faculdade de medicina como Bruno Lobo, Azevedo Sodré, Maurício de Medeiros e Afrânio Peixoto⁴¹⁷. No projeto original de reforma dos serviços sanitários constaria o nome de Afrânio entre os membros do Conselho, contudo este teria sido “apagado” do texto, sendo promulgado o decreto conforme acima explicitado, sem a inclusão do catedrático de higiene. Labra afirma que Azevedo Sodré atribuiria esta exclusão à uma passagem de Carlos Chagas pelo senado no dia da votação, ocasião em que teria se “encarregado de eliminar seus opositores do citado

⁴¹⁴ Decreto nº 3987, de 2 de janeiro de 1920.

⁴¹⁵ Labra, Maria Eliana. O movimento sanitarista nos anos 20. Da conexão sanitária internacional à especialização em saúde pública no Brasil. Monografia apresentada a Escola Brasileira de Administração Pública. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1985, p. 169.

⁴¹⁶ *Ibidem*.

⁴¹⁷ *Ibidem*, p. 170

conselho”.⁴¹⁸ A publicação do decreto teria despertado “uma campanha de denúncia contra a discriminação feita a essa ilustre figura”⁴¹⁹. O resultado seria a modificação da legislação do DNSP incorporando mais um membro ao Conselho, o catedrático de higiene⁴²⁰.

Tratava-se de uma disputa acerca de qual seria o saber competente a assessorar a administração pública. Goulart⁴²¹, ao analisar o impacto da epidemia de gripe espanhola em 1918 afirma que o desenrolar dos acontecimentos colocou em xeque a administração da saúde comandada por Carlos Seidl e a própria DGSP, o que o levaria a se demitir. Tal episódio é importante porque serviu para que fosse exaltado um tipo específico de saber médico, isso porque entre as várias acusações que pesaram sobre Carlos Seidl estavam a de incompetência e despreparo técnico, o que, segundo Goulart ele teria respondido afirmando que para ocupar tal cargo até então não seriam necessários conhecimentos profundos de bacteriologia ou reconhecimentos de grande investigador ou sábio, sendo preciso apenas competência administrativa e conhecimento em assuntos de higiene pública⁴²².

Em 1919 veríamos a nomeação, feita pelo presidente Epiácio Pessoa, de Carlos Chagas para assumir a Diretoria Geral de Saúde Pública, e que seria transformada no ano seguinte em Departamento Nacional de Saúde Pública, onde ficaria até 1926⁴²³, o que condiz com o crescente fortalecimento da escola representada pelo IOC e principalmente da figura de Chagas. Entretanto, nos processos de reconhecimento político da ciência médica então em jogo, indivíduos representantes de doutrinas diversas defendidas pela FMRJ ainda se constituíam em elemento importante desta equação entre conhecimento médico e ação pública. Isso pode ser observado não apenas pela presença de Afrânio nos comitês e grupos destinados a discutirem a constituição de parâmetros para a consecução de ações de saneamento como também no fato deste ter sido convidado a ocupar o cargo de Diretor Geral de Higiene e Assistência Pública do Rio de Janeiro. O convite, feito por Lauro Muller,

⁴¹⁸ *Ibidem*, p. 171

⁴¹⁹ *Ibidem*

⁴²⁰ Labra faz referência a um editorial do *Brasil Médico* de 17 de janeiro de 1920 que analisava a modificação do texto do decreto com a exclusão da participação do catedrático de higiene no conselho, tal seria o posicionamento do periódico: “dir-se-ia que se quiz retirar do Conselho a única voz autorizada e independente, capaz de contrariar os desejos do Chefe do departamento, por quanto, dos outros membros, três lhe são subordinados e os outros, um engenheiro, um advogado e dois médicos militares, não podem ter competência e autoridade bastante fora dos assuntos especiais que lhes são particularmente afetos” (*Brasil Medico*, 1920 apud Labra, 1985, p. 172)

⁴²¹ Goulart, A. da C.: Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 1, p. 101-42, jan.-abr. 2005.

⁴²² *Ibidem*, p. 124

⁴²³ Finkelman, J., org. Caminhos da saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002, p. 42 e Kropf, Simone Petraglia. Doença de Chags, doença do Brasil: ciência, saúde e nação (1909-1962) Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006, p. 195.

acabaria sendo recusado por Afrânio como vemos em cópia de correspondência encontrada em seu arquivo pessoal.⁴²⁴

Mais de meia década após a promulgação do decreto que, em 1918, criava o serviço da quinina oficial no combate da malária as disputas se mantinham acesas, voltando a ser inflamada com um discurso de Afrânio na Câmara dos deputados e resvalando a discussão médico-científica para a imprensa. Em julho de 1925 Maurício Medeiros publicava uma notícia no *Diário da Medicina*⁴²⁵, do qual era “diretor médico”⁴²⁶ em torno da quinina do Estado. Nele divulgava o discurso de Peixoto ao mesmo tempo em que se contrapunha às ações oficiais de Saúde Pública, ressaltando “o caracter estreito, personalissimo e anti patriotico com que os responsaveis pela Saude Publica no Brasil encaram os problemas sanitarios”⁴²⁷

O artigo fundamenta sua crítica contrapondo a experiência de combate à malária da Itália, com as ações deste serviço no Brasil. A afirmação do sucesso do empreendimento italiano de uso da quinina baseava-se nas cifras de óbitos que tinham diminuído de 15 mil para 1,5 mil por ano. Contudo, afirmava que no Brasil, a ideia da quinina oficial teria partido de Afrânio Peixoto, o que, segundo Medeiros, por si só bastaria para que esta não fosse levada a cabo. A justificativa desta afirmação remetia aos acontecimentos de 1922-23 na ANM, em torno da doença de Chagas, da qual trataremos a seguir. Medeiros também deixava entrever o quão próximo do poder estavam os que se opunham ao projeto de Peixoto: “E, então, como na **esphera official** o que domina é a religião do barbeiro, combate-se systematicamente tudo quanto em materia de saude publica seja alvitado pelos ‘não iniciados’”⁴²⁸. Um dos exemplos usados para a suposta oposição aos não iniciados eram os atos do então diretor da Saúde Pública, Carlos Chagas, acusado de ter, em 1918, sabotado o decreto da quinina do Estado, ao distribuir à granel a quinina comprada pelo Estado, sem nenhuma organização ou sistema, “com o espirito tendenciosamente preocupado pelo desejo de tornar inefficiente a medida, baralhando, propositadamente as idéas de quinina do Estado e quinina gratuita”.⁴²⁹

⁴²⁴ Carta de Afrânio Peixoto à Lauro Muller 27/12/1918. Acervo da Casa de Afrânio Peixoto.

⁴²⁵ A referência aos artigos publicados no *Diário de Medicina* são feitos a partir da consulta aos recortes encontrados no arquivo pessoal de Afrânio Peixoto, na CAPM. Por se tratar de recortes em alguns deles não foi possível determinar os números de páginas.

⁴²⁶ Medeiros, Mauricio. A quinina do Estado. *Diario de Medicina* - Rio de Janeiro - 24 de julho de 1925 - Diretor Médico - Mauricio de Medeiros.

⁴²⁷ *Ibidem*, p. 1

⁴²⁸ *Ibidem* Grifo meu.

⁴²⁹ *Ibidem*.

Medeiros tornava a se remeter à Carlos Chagas ao afirmar que este teria tentado dissuadir a iniciativa de Guilherme Guinle de fornecer o capital para a compra de um estoque inicial de quinina. Afirmando que, como essa tentativa de Chagas não havia surtido efeito, teria se iniciado então o que chamou de “guerrilha mascarada de científica”, que consistia em atacar a quinina do Estado como ineficiente por si só para resolver o problema da malária.

Dois dias depois o mesmo *Diario de Medicina* estamparia em sua capa duas matérias sobre a questão da quinina. A primeira, “A momentosa questão da quinina do Estado” era a publicação de uma carta de J.P. Fontenelle dirigida à Maurício Medeiros, diretor médico daquele periódico. A segunda coluna intitulava-se “Quinina do Estado. Comunicação do Dr. Mario Pinotti - sua discussão” e apresentava uma sessão da Sociedade Brasileira de Higiene⁴³⁰ em que teriam comparecido os Drs. Carlos Chagas, Raul Almeida Magalhães, G. Lessa, Placido Barbosa, Paulo Proença, Mario Pinotti, L. F. Torres, Almeida Mello, Theophilo de Almeida, J.P. Fontenelle e M. J. Ferreira.⁴³¹

Fontenelle tratava de responder à matéria de autoria de Medeiros publicada anteriormente, e entre outras coisas ponderava que a redução do número de óbitos na Itália, não poderia ser atribuído somente ao uso da quinina, porque tal decréscimo teria sua origem em várias causas. Ao recusar a associação entre o uso da quinina com a redução de óbitos, colocava em xeque o diretor do jornal, Maurício Medeiros, interpelando-o: “Si houvesse influencia da quinina do Estado na redução da mortalidade por malária, teríamos de reconhecer identica influencia da quinina do Estado sobre todas as demais doenças, o que o meu distinto amigo não póde e certamente não pretende provar”.⁴³²

Fontenelle defendia ainda a experiência feita pela Fundação Rockefeller em Santa Ana de Japuhya (RJ) – que tinha sido atacada por Medeiros em seu artigo – ressaltava que nesta localidade haviam realizado a quinização em dose certa, ressaltando ainda o capital científico envolvido naquele experimento, que teria sido dirigido pelo “grande especialista”, Dr. Mark Boyd⁴³³. A partir disso, convidava então para que comparassem o rigor do que foi feito em

⁴³⁰ A Sociedade Brasileira de Higiene foi criada em 1923, tendo Carlos Chagas como um de seus fundadores e presidente.

⁴³¹ *Diario de Medicina* - Rio de Janeiro - 26 de julho de 1925, snp.

⁴³² Fontenelle, J. P. A momentosa questão da quinina do Estado. *Diario de Medicina* - Rio de Janeiro - 26 de julho de 1925

⁴³³ Mark Frederick Boyd, médico estadunidense formado pela University of Iowa (1911). Entre as atuações de sua carreira foi instrutor de patologia e bacteriologia na University of Iowa (1911-12), Diretor de Saúde em Oskaloosa, Iowa, (1912-13), professor associado de bacteriologia e higiene na University of Nevada (1914-15), professor de bacteriologia e medicina preventiva da University of Texas (1917-21), membro da Divisão internacional de saúde da Fundação Rockefeller (1921-1946) bem como teria dirigido estudos em malária no Brasil (1922-23), em Leesburg (1925), Edenton (1926-1928), Jamaica (1928), entre outros. *The Journal of the National Malaria Society*. Vol. 6, 1947 Disponível em: <https://archive.org>

Japuhyba com a experiência da Itália na qual “tomou quinina quem quis, em dose certa, sem momento certo, sem intervalo certo, tendo-a barata, é verdade, mas não de graça”⁴³⁴.

A segunda matéria dedicada a debater a quinina do Estado teve origem na comunicação de Mario Pinotti, que voltava a recusar a experiência da Itália como referência de método profilático contra a malária, afirmando que mesmo lá os malariólogos teriam modificado seus posicionamentos. Pinotti ressaltava em seu texto o trabalho de outros pesquisadores, franceses e ingleses que teriam provado a eficácia da quinina somente na terçã maligna, o que teria sido confirmado por Pratt Johnson e Hay-Mitchel em estudos na África Oriental. Contudo afirmava que não seria preciso ir tão longe, citando a esse propósito a experiência da Fundação Rockefeller em Japuhyba. Contrariando a perspectiva de sucesso da experiência italiana Pinotti afirmava que aquele país vinha a 24 anos utilizando a quinina oficial e que até então nenhum município ou distrito tinha erradicado a malária, com exceção da Toscana, onde o desaparecimento da doença teria se devido a outro fenômeno, a saber, o da adaptação do mosquito ao sangue animal⁴³⁵.

Em busca de desarmar a argumentação dos que apoiavam o uso da quinina no combate à malária, Pinotti questionava as cifras apresentadas por Peixoto que indicavam a redução de óbitos de 15 para 1,5 mil, lembrando antes de mais nada, dos erros comuns na confecção de estatísticas, ressaltando inclusive que as notificações dos casos de malária na Itália anterior a 1900 eram feitas com exagero, “porque todas clamavam por providencias e porque era necessario obtel-as, evidenciando uma situação aterradora”⁴³⁶, constatação muito parecida com a que Afrânio tinha feito sobre a questão da doença de Chagas no Brasil anos antes, por ocasião das discussões na ANM entre 1920-1922, como veremos a seguir. Pinotti faz então uma ampla discussão sobre as condições socioeconômicas da Itália, considerando inclusive as políticas agrárias como fator de redução da mortalidade.

Pinotti também discutiu e afirmou a inviabilidade da efetivação da quinina do Estado considerando o contexto mundial de sua produção: a adoção deste medicamento em larga escala ficava prejudicada pelo monopólio da Holanda da venda deste produto. A sessão terminaria com as felicitações do presidente da sociedade, Carlos Chagas, afirmando que a “mentalidade dos higienistas brasileiros está desenvolvida bastante para não aceitar este

⁴³⁴ Fontenelle. A momentosa questão da quinina do Estado. *op. cit.*

⁴³⁵ Pinotti, Mario. Quinina do Estado. Comunicação do Dr. Mario Pinotti - sua discussão. Diário de Medicina - Rio de Janeiro - 26 de julho de 1925, snp.

⁴³⁶ *Ibidem*

anachronismo - a quinina do Estado”, considerando o projeto como “tudo que ha de menos científico”.⁴³⁷

Neste contexto Afrânio Peixoto pronunciou um discurso na câmara dos deputados na sessão de 13 de maio de 1925 em que retomava os acontecimentos ocorridos em 1918 quando, por demanda do então presidente Wenceslau Braz, uma comissão da ANM indicou o projeto de quinina do Estado como “obra de beneficência”⁴³⁸. Segundo o discurso de Afrânio, a aquiescência entusiasmada de Braz diante do projeto da ANM o teria feito redigir o decreto da quinina do Estado, fazendo todo seu ministério o assinar⁴³⁹. A verba necessária para a compra das primeiras toneladas do medicamento seria oferecida por Guilherme Guinle, o que faria o então presidente requerer ao senado que se incluísse no orçamento da Fazenda uma autorização de que particulares importassem quinina para uso público. Afrânio queixava-se que, a propósito de tal projeto, teria batido “às portas da Comissão de finanças” o que o tornaria alvo, juntamente com a quinina do Estado, de uma “campanha tremenda” nos jornais cariocas. Para ele, o não cumprimento de uma lei que possuía verbas seria um verdadeiro crime contra o Estado, principalmente porque se atribuía a este não cumprimento o perecimento diante da malária de milhares de brasileiros, ou o sacrifício de “gentes que dariam para algumas cidades brasileiras”.⁴⁴⁰

Afrânio faria ainda anexar àquelas atas um documento – ‘Memorial sôbre a quinina apresentado em 21 de novembro de 1924, ao presidente Artur Bernardes, por S. Ex^a atendido e enviado, com proveito, ao Sr. Senador Bueno Brandão, lido, depois, na comissão de finanças da câmara’ – no qual mais uma vez procurava demonstrar o sucesso do uso da quinina oficial na Itália, citando autores como Ângelo Celli e Vittorio Ascoli que atestariam a eficácia e o valor científico da quinina no combate à malária⁴⁴¹. Passados quatro dias o debate continuaria com a publicação de uma matéria intitulada “A quinina do Estado. As acusações infundadas do deputado Afranio Peixoto. Em substanciosa dissertação científica o Dr. Carlos Chagas refuta as asserções daquelle professor de hygiene”.⁴⁴² Carlos Chagas fundamentava sua argumentação sobre critérios de competência científica e com a desqualificação do capital

⁴³⁷ Chagas, Carlos. Quinina do Estado. Comunicação do Dr. Mario Pinotti - sua discussão. *Diario de Medicina* - Rio de Janeiro - 26 de julho de 1925, snp.

⁴³⁸ Peixoto, Afranio. Marta e Maria: Documentos de Acção Pública. Rio de Janeiro: Tipografia da Sociedade Grafica Editorial (Lisboa), 1930.

⁴³⁹ Decreto nº 13000 de 1 de maio de 1918

⁴⁴⁰ Peixoto, Marta e Maria. *op cit.*, p. 172

⁴⁴¹ Trabalhos citados: Celli, A. Malaria. Man. Dell'Igienista, vol. 2º parte 2ª, 1912 e Ascoli, V. La Malaria. Torim, 1915

⁴⁴² Chagas, Carlos. A quinina do Estado. As acusações infundadas do deputado Afranio Peixoto. Em substanciosa dissertação científica o Dr. Carlos Chagas refuta as asserções daquelle professor de hygiene. *A Noticia*. Rio de Janeiro. 17 de agosto de 1925.

simbólico de Peixoto, “o professor de higiene”, apontado como desprovido dos conhecimentos técnicos necessários para criticar as ações de saúde pública as quais ele próprio representava como diretor do DNSP. Suas doutrinas seriam ultrapassadas e anacrônicas diante do progresso das técnicas e pesquisas desenvolvidas no campo da medicina experimental, representada sobretudo pelas atividades do IOC.

Chagas também tecia crítica ao texto da lei em debate, afirmando que era preciso prever os postos de venda da quinina em todo o território nacional, embora julgasse impossível abastecer todas as regiões paludosas. Para ele o estoque existente de quinina deveria ser destinado primordialmente às comissões estaduais de profilaxia, que eram serviços oficiais que executariam atividades de profilaxia de modo sistemático e de acordo com indicações técnicas bem definidas. Considerava ainda que nem mesmo com a aquisição de toda a produção de sais de quinina do mundo seria possível efetuar o método profilático de Peixoto, e que este teria agido melhor se procurasse aumentar as verbas do governo para a aquisição da quinina. Entretanto, afirma que em vez disso, o “professor de higiene” teria preferido fazer seu método ser apreciado pelo Ministério da Agricultura, o que Chagas considerava, usando de ironia, uma “evidencia da moderna e adiantada directriz sua [de Afrânio], em assumptos de administração sanitaria”⁴⁴³. Cabe mencionar que o Ministro naquela época era Miguel Calmon Du Pin e Almeida, de família tradicional baiana com a qual Afrânio travou relações por toda a vida.

Chagas também afirmava não ignorar as vantagens da profilaxia química, mas demarcava claramente que sua convicção vinha do exercício de medicina experimental ao qual se dedicava, contrapondo-se à ciência professada por Afrânio:

O senhor professor saberá, d'ahi que não ignoramos, como affirma, as vantagens da profilaxia química; e saberá principalmente que entendemos desse assumpto pela experiencia pessoal, e não pelo que nos ensinam autores, cujo conceito traduz observações de outros paizes e indica processos nem sempre applicaveis ás condições de nossas zonas paludosas⁴⁴⁴.

Esclarecia que o método empregado em sua gerência estaria de acordo com a doutrina dos maiores malariólogos daquele período, e que era escolhido de acordo com as condições epidemiológicas de cada região, não havendo um método único: este estaria sendo o critério moderno adotado pela administração sanitária do Brasil. Finaliza afirmando que em relação à quinina oficial muito ainda haveria para contrariar “a formula seductora do professor de hygiene”, posto que as condições da Itália seriam muito diversas das do Brasil, determinando

⁴⁴³ *Ibidem*, snp

⁴⁴⁴ *Ibidem*.

que a despeito da lei existir, esta seria efetivada de acordo com as “possibilidades e conveniências” do momento.⁴⁴⁵

A discussão renderia ainda mais um discurso de Afrânio na câmara dos deputados em 19 de agosto daquele mesmo ano, em que ele, um “humilde professor de higiene da Faculdade de Medicina do Rio”, era apontado como um “homem atrasado” ao querer combater a malária com uma “idea anacrônica”. Afrânio afirmava que sua perspectiva a era mesma adotada em países como Bulgária, Síria, Argentina entre outros que abraçariam a quinina do Estado. Além disso, perfilava-se com nomes como os de Miguel Couto, Miguel Pereira, então falecido, mas que teria “dito em público” a favor do monopólio estatal da quinina, Artur Neiva, Carlos Seidl e o próprio Carlos Chagas quando em 1918 teria colaborado na referida comissão da ANM que propôs o projeto de quinina do Estado ao então presidente Wenceslau Braz, embora naquele momento o repudiasse.⁴⁴⁶

2.4 Mais uma controvérsia: a doença de Chagas na berlinda (1919-1925)

O segundo evento que escolhi para analisar diz respeito à construção da doença de Chagas e as disputas ocorridas na ANM, novamente entre Afrânio Peixoto e Carlos Chagas. Como sabemos, a doença de Chagas recebeu diferentes denominações desde sua descoberta por Carlos Chagas, as quais refletiam, por um lado, os desdobramentos do processo de fixação da etiologia da doença e suas características biológicas, sintomáticas ou de cunho geográfico; por outro lado traduzia o atravessamento de perspectivas políticas no processo de sua construção. Neste sentido, o termo 'Coreotripanose', cunhado por Adolpho Lutz (1855-1940) remeteria a união entre coris (percevejo) e trypanose, expressão que preferiria usar no lugar de tripanossomíase. Já o nome 'Tireoidite parasitária', que diria respeito a localização do parasito na tireóide humana, foi sugerida por Miguel Pereira. Oswaldo Cruz também postularia um nome, 'Tripanossomose americana', a qual teria se originado da crença na ampla

⁴⁴⁵ Ainda com relação às discussões da quinina do Estado encontramos pequena nota em um jornal que dizia ter o presidente Wenceslau Braz enviado carta à Afrânio explicando por que a lei não tinha sido e nem seria cumprida, segue a íntegra da nota: "Quinina do Estado/ Do presidente Wenceslao Braz recebeu o deputado Afranio Peixoto a seguinte honrosa carta, que explica por que essa benemerita lei de salvação publica não foi e não sera cumpida:/ Itajubá, 24 de agosto de 1925./ - Meu caro Amigo: Affectuosas saudações. Muito e muito grato pelas generosas referencias que teve a bondade de fazer ao meu nome no seu bellissimo discurso sobre um dos mais relevantes problemas de nossa querida Patria./ Manda a justiça que eu assignale (e o faço com muito prazer) que o Brasil deve ao prezado amigo a iniciativa da idéa, lançada com tanto amor, talento e patriotismo, que levou ao Governo a convicção da necessidade de prompta, immediata realização./ Consigno aqui esta confissão, dictada pelos impulsos de minha consciencia e renovando meus sinceros agradecimentos, subscrevo-me, com a velha estima, amigo e admirador. - Wenceslao Braz" (*O Jornal*. Rio de Janeiro – 01/09/1925, p. 1)

⁴⁴⁶ Peixoto. Marta e Maria. *op. cit.* p. 196-197

disseminação da doença.⁴⁴⁷ Termos como “Doença de Cruz-Chagas”, viriam a lume, neste caso destacando a associação da descoberta da doença à Oswaldo Cruz; ou ainda a expressão “Mal de Lassance”, utilizada inclusive por Afrânio Peixoto no sentido de minimizar a amplitude da doença.

Assim, as expressões “Mal de Lassance” ou mesmo “Doença de Cruz-Chagas”, diziam respeito diretamente à polêmica que se instalou no início da década de 1920 a respeito da descoberta da doença e de sua legitimidade. Tal polêmica traduzia-se em ponto de interesse imediato para todos aqueles que se diziam preocupados com os destinos do país naquela época. Como sabemos, as políticas de saúde se justificavam e encampavam um campo social amplo, já que as ações voltadas para o combate de epidemias e endemias, por meio do saneamento, eram percebidas como imprescindíveis para a inserção do Brasil no rol dos países ditos civilizados, dependendo destas ações o futuro da nação brasileira.

Não é a toa que este era o mote da propaganda que difundia o saneamento, parte dela através dos jornais da época. Neste sentido vemos em 1919, o periódico *A Epoca* publicando uma coluna intitulada “Pelo saneamento do Brasil”, por um médico que assinava Dr. Bonifácio de Figueiredo, saudando aquele jornal pela iniciativa de divulgar uma série de artigos sobre o saneamento do país⁴⁴⁸. O comentário do Dr. Figueiredo fazia coro às conclusões do sanitarista Belisário Penna (1868-1939) e sintetizava o modo pelo qual a campanha de saneamento era transmitida à parte da população, que tinha acesso a leitura dos jornais da época. A questão do saneamento não seria meramente uma questão de saúde, se constituindo também na questão da qual dependeriam os problemas “econômico, militar, imigratório, social, político, humanitário e até internacional”, de modo que todo o resto deveria ser considerado em um plano secundário⁴⁴⁹. Isto posto, fica claro o quão mobilizador politicamente deveria ser o trabalho daqueles que se dedicavam a conhecer essa realidade do país.

Dentre os grandes males do Brasil, o Dr. Figueiredo destacava a moléstia de Chagas, a malária e as verminoses intestinais, construindo um retrato dramático do Brasil que os brasileiros deveriam conhecer: “Meio paiz em tremuras de sezões, inchado, pallido, inerte, pede quina como o torturado da sêde pede agua! Dezessete milhões de brasileiros exangues, na canceira sem fim da opilação, erguem os olhos mortiços para o céu, pedindo

⁴⁴⁷ Benchimol, Jaime; Sá, Magali. *Adolpho Lutz: Viagens por terra de bichos e homens*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, p. 172

⁴⁴⁸ Figueiredo. Pelo saneamento do Brasil, *A Epoca*, 14 de julho de 1919, p. 2.

⁴⁴⁹ *Ibidem*.

misericórdia!”⁴⁵⁰ Além disto, para Figueiredo a população rural era o esteio da riqueza do Brasil, por se constituir como a força da indústria extrativa, de tal modo que quanto mais doente esta população se encontrasse menor seria a produção de riqueza do país.

A repercussão social da polêmica acontecida na ANM em torno da doença de Chagas pode ser entendida, portanto, neste contexto: a própria descoberta desta doença se constituía no retrato da degradação de grande parte da população brasileira, imagem justamente do mal a ser combatido pelas campanhas de saneamento defendidas no meio médico brasileiro. Desta forma, questionar a doença de Chagas representava de certo modo questionar um dos fundamentos destas ações.

Segundo Kropf⁴⁵¹, o movimento que colocava em dúvida a extensão ou mesmo existência da doença de Chagas teria se iniciado em 1919 com o discurso de Henrique Aragão (1879-1956)⁴⁵² ao ser empossado na Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. O pesquisador do IOC, revia então alguns dos enunciados clínicos sobre a doença de Chagas, apontando o pequeno número de casos da doença como um de seus questionamentos. Outro ponto abordado foi a ação patogênica do *Tripanossoma cruzi* sobre os seres humanos – em que questionava a patogenicidade da doença e propunha que ela evoluía espontaneamente para a cura – o qual colocava em suspenso toda a campanha feita para a construção da doença de Chagas como o grande mal do Brasil. Notemos ainda que, segundo Kropf, Parreira Horta (1884-1961)⁴⁵³ já vinha sugerindo anteriormente a possível inocuidade do *T. cruzi*⁴⁵⁴. Kropf analisa o discurso de Henrique Aragão que, associado à sua posição de “eminente parasitologista”, trouxera repercussões para além da esfera científica, o que acabaria, nos termos da autora, “modalizando negativamente as formulações de Chagas e por isso

⁴⁵⁰ *Ibidem*, p. 3.

⁴⁵¹ Kropf, S. P. Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação (1909-1962). Tese de doutorado. Niterói, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2006.

⁴⁵² Henrique Aragão médico pela FMRJ, entrou como estudante no Instituto Oswaldo Cruz, foi assistente, chefe de serviço, professor e diretor. Organizou serviços profiláticos contra doença de Chagas, boubá, esquistossomose, e bócio endêmico. Criou em Bambuí, o centro de estudo da doença de Chagas. Foi membro de várias instituições científicas como a Société de Pathologie Exotique, a Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene e a Academia Nacional de Medicina. Informações disponíveis em: <http://www.ioc.fiocruz.br/pages/personalidades/HenriqueAragao.htm> Acessado em 21 de agosto de 2013.

⁴⁵³ Paulo de Figueiredo Parreiras Horta, inicialmente formado como farmacêutico, se graduou- médico pela FMRJ em 1905 com a tese “Contribuição para o Estudo das Septicemias Hemorrágicas”. Ingressou ainda como estudante no IOC para elaborar sua tese. Permaneceu no Instituto até 1912 quando foi então nomeado Chefe da Secção Técnica da Diretoria Geral do Serviço de Veterinária do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Foi ainda professor catedrático de Microbiologia e Parasitologia dos Animais Domésticos, da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, do Rio de Janeiro (1917). (Silva, Henrique Batista. Paulo de Figueiredo Parreiras Horta em http://www.sbh.org.br/index.asp?p=medicos_view&codigo=186 acessado em 21 de agosto de 2013).

⁴⁵⁴ Kropf. Doença de Chagas, doença do Brasil. *op. cit.* p, 200.

provocando grande repercussão e impacto”⁴⁵⁵ Além disso, o discurso de Aragão retomava a sugestão de Clementino Fraga, em 1911, de que a doença se chamasse “moléstia de Cruz e Chagas”. O resultado do conjunto de afirmações de Aragão teria como resultado, segundo Kropf, “colocar sob suspeita todos os elementos do 'grande feito' científico produzido pelo então diretor de Manguinhos: a doença, o próprio parasito e a própria descoberta”⁴⁵⁶

Carlos Chagas responderia a Henrique de Aragão duas semanas depois, por ocasião de um discurso que precedeu sua conferência na Academia Nacional de Medicina acerca da forma cardíaca da doença⁴⁵⁷. Ressalta-se que desde essa época o assunto contava com o grande interesse dos membros da ANM, que nesta sessão tinha a presença de nomes como o do presidente Miguel Couto, seus secretários Domingos Niobey e Belmiro Valverde, além da participação dos médicos que se encontravam nas bancadas destinadas aos acadêmicos, como Gustavo Riedel, Olympio da Fonseca, Juliano Moreira, Afrânio Peixoto, Aloysio de Castro, Parreiras Horta, Fernandes Figueira, Arthur Moncorvo, Antonio Austregesilo e Rocha Faria. Isso sem contar o espaço destinado ao público, com médicos, professores e alunos da FMRJ, ou como descrito no jornal: “a classe médica em peso”⁴⁵⁸

Carlos Chagas iniciava seu discurso afirmando que o assunto exclusivo da conferência seria a forma cardíaca da trypanosomíase americana, mas pedia vênias para emitir algumas ponderações rápidas: “tão rápidas quanto o indica o desprazer de emití-las, sobre ocorrências secundárias, relacionadas com essa página da literatura médica da nossa terra”.⁴⁵⁹ Afirmava assim que ao ter conhecimento das objeções emitidas em relação à doença de Chagas, suspeitaria de que seus colegas houvessem incorrido em grave falta, a de “não se haverem demorado, um momento sequer, na apreciação de factos concretos, **de ordem experimental ou de ordem clínica**, a fim de se habilitarem para externar **conceitos realmente científicos**”⁴⁶⁰

⁴⁵⁵ *Ibidem*, p. 201

⁴⁵⁶ *Ibidem*.

⁴⁵⁷ Note-se que Henrique Aragão não foi o único que se propôs a rever alguns fatos da trajetória da doença de Chagas. Henrique de Figueiredo Vasconcellos, bacteriologista no IOC e no Instituto Pasteur de Paris, também faria coro com a atribuição da descoberta do *T. cruzi* à Oswaldo Cruz. Henrique de Figueiredo Vasconcellos formou-se começou a trabalhar em Manguinhos em 1889, participando da preparação e administração do soro e da vacina contra peste. Foi indicado por Oswaldo Cruz como substituto na DGSP, onde permaneceu por dois anos. Foi o responsável pelas primeiras observações em estudos de micologia médica em Manguinhos. Mais informações sobre Figueiredo Vasconcellos ver: <http://www.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=194&sid=58> Acessado em 21/08/2013

⁴⁵⁸ *Correio da Manhã* 1/8/1919, p. 3

⁴⁵⁹ Chagas, Carlos. *Correio da Manhã*, 1/8/1919, p. 3.

⁴⁶⁰ *Ibidem*, Grifo meu.

Quando Chagas se remetia a conceitos realmente científicos estava recortando um modo específico de fazer ciência, e, naquela ocasião, pondo em xeque a autoridade e capacidade de seus colegas do IOC, o que é visto no seguimento de seu discurso onde os inquiriu da seguinte maneira:

Observaram os colegas alguns enfermos com as diversas modalidades clinicas da doença? E, se o fizeram, sobrou-lhes educação em assumptos de pathologia geral, e principalmente de semeiologia, para interpretal-os com acerto e boa logica? Seria esse o mecanismo unico capaz de habilitar algum, cioso da propria dignidade profissional, a contestar trabalhos demorados, realizados com probidade scientifica e orientados pelos melhores intuitos⁴⁶¹.

Com isso Carlos Chagas deixava claro que não admitia contestações acerca de seu trabalho dos que não fossem habilitados no mesmo nível daquele que os realizou. Quando se dedicou a responder aos pontos doutrinários levantados por Aragão e Vasconcellos, Chagas afirmou que estes só mereceriam aplausos se tivessem fundamentado seus juízos em fatos concretos, “passiveis de levarem convicção aos que, em sciencia, só visam a verdade impessoal”.⁴⁶² Note-se que mais uma vez Chagas está delimitando o campo e recortando um modo de fazer científico.

No que diz respeito às objeções de Aragão sobre os poucos casos verificados, Chagas rebate dizendo que a doença estaria sendo verificada fartamente entre adultos, “com diagnostico parasitario em muitos e com segurança clinica em numerosos doentes”. Afirmava ainda que seria “certo que o parasita não tem sido visto em todos os infectados, o que seria impossivel e absolutamente desnecessario para o conceito clinico. Nem custa adquirir convicções desses factos, a quem possa aprecial-os com raciocinio acertado”⁴⁶³

Sobre a dificuldade de diagnósticos pela verificação do T. Cruzi, Chagas explicava que a verificação parasitária no sangue só seria possível nos casos agudos, e posteriormente somente por meio de autópsias. Clamava assim a respeito da importância do diagnóstico clínico, falando em defesa da semiologia médica e mesmo da lógica científica. Afirmava não recusar a existência de pontos obscuros e discutíveis em relação à doença – como a relação da doença com o bócio endêmico – mas ressaltava que discutir seria diferente de “atribuir a outrem conceitos absurdos e procurar destruir os factos, na sua totalidade, pela allegação de erros parciaes”⁴⁶⁴. Apesar de afirmar os pontos obscuros sobre a doença, mais uma vez

⁴⁶¹ *Ibidem.*

⁴⁶² *Ibidem.*

⁴⁶³ *Ibidem.*

⁴⁶⁴ *Ibidem.*

Chagas delimitava o campo científico, distinguindo aqueles que poderiam fazer objeções e como estas deveriam ser feitas. Questionava

Não é verdadeiro nosso conceito? Qual o argumento para recusal-o? Houve depois de nossas pesquisas, alguma outra que demonstrasse ser diverso do que admitimos o factor etiologico do bocio endemico, *nas zonas infestadas pelo triatoma*? Não duvidariamos um momento sequer, em aceitar a evidencia, embora ella viesse contrariar a nossa doutrina. **Emquanto, porém, os que nos contradizem, permanecerem no dominio puro da discussão theorica, ficamos na convicção que os factos nos fizeram adquirir**⁴⁶⁵.

Chagas acabava de afirmar a preponderância da ciência experimental em relação às discussões teóricas, relativas à Higiene, espaço principal de exercício de Afrânio. Chagas termina seu discurso lamentando ter de utilizar aquela tribuna para defender o “patrimonio científico de uma escola” quando preferiria estar ali para

aplaudir suas novas conquistas; e que ao em vez de contrariar opiniões de patricios nossos, illustres e de justa nomeada, pudessemos agradecer-lhes o esclarecimentos de pontos obscuros deste capitulo da literatura medica nacional, incluil-os entre os mais efficazes collaboradores destes trabalhos, pertencentes à escola de Oswaldo Cruz⁴⁶⁶.

Segundo a perspectiva de Kropf, a polêmica acerca da doença de Chagas ganharia sua “máxima intensidade” quando do discurso de Afrânio Peixoto na recepção de Figueiredo de Vasconcellos como membro honorário da ANM, em novembro de 1922.⁴⁶⁷ Segundo a autora, Afrânio teria sido o principal opositor de Carlos Chagas nos debates em torno da doença de Chagas.⁴⁶⁸

Consideramos interessante, no entanto, problematizar a participação de Afrânio nestas discussões, iniciadas, tal como foi visto, anos antes do discurso que Peixoto proferiu na ANM, o qual teria feito Chagas se sentir atingido em sua honra pessoal e profissional⁴⁶⁹ solicitando a instauração de uma comissão da ANM. Segundo a cronologia dos acontecimentos apresentadas por Kropf, após Chagas ter pronunciado sua indignação em relação ao discurso de Peixoto, este último teria enviado uma carta a Miguel Couto, então presidente da ANM, afirmando que não tinha a intenção de negar a existência da doença, mas questionar a grandeza que se lhe atribuía e chamar atenção para a necessidade de uma revisão sobre o assunto. Chagas, baseado nos termos usados por Peixoto, solicitaria então a nomeação de uma

⁴⁶⁵ *Ibidem*, Grifo meu.

⁴⁶⁶ *Ibidem*.

⁴⁶⁷ Kropf, Simone Petraglia. Carlos Chagas e os debates e controvérsias sobre a doença do Brasil (1909-1923). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul. 2009, p.205-227, p. 218.

⁴⁶⁸ Kropf, Simone Petraglia et al. Doença de Chagas: a construção de um fato científico e de um problema de saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5 (2): 347-365, 2000, p. 361.

⁴⁶⁹ Kropf. Doença de Chagas, doença do Brasil. *op. cit.* p. 208

comissão especial para avaliar o assunto, colocando ainda que sua permanência como membro da ANM dependeria do parecer da mesma⁴⁷⁰.

A fim de ampliarmos a análise deste evento, observamos que os pontos questionados por Peixoto eram exatamente os mesmos colocados em discussão por Henrique Aragão e Figueiredo de Vasconcellos, tal como a disparidade entre os números de doentes apresentados e os milhões de doentes que teriam sido estimados. Além disto, apesar de ser uma questão originada no seio de uma instituição científica, ela resvalou para os jornais do período, sendo possível acompanhar nestes periódicos, tal qual uma drama em vários atos, as discussões e posicionamentos não somente de Chagas e Peixoto como também dos partidários de ambas as posições. Os debates centravam-se em dois tópicos: a primazia da descoberta, por uns atribuída à Oswaldo Cruz e por outros conferida à Carlos Chagas; e a amplitude da disseminação da doença e sua importância epidemiológica, que, pelo que é possível observar, foi o eixo de debate preferencial de Afrânio. Nesta cobertura jornalística encontramos tanto o relato dos acontecimentos, quanto uma expectativa sobre os resultados da polêmica. É neste sentido que pudemos entender as assertivas que classificavam aquele debate – especificamente o questionamento sobre a autoria da descoberta – como ataques pessoais (e não como disputas científicas), e os debatedores como detratores.⁴⁷¹

O fato de cientistas brasileiros questionarem um dos grandes feitos da ciência nacional era a causa maior da indignação expressa em alguns jornais da época. Isso é compreensível quando percebemos que as atividades desenvolvidas no IOC haviam se constituído em uma vitrine de nosso desenvolvimento científico, capacitando-nos perante o campo científico europeu. A participação dos cientistas do IOC em congressos e exposições internacionais e o costume de levar personalidades estrangeiras a conhecer o campus de Manguinhos e suas atividades eram exemplos da importância deste lugar de ciência. Tratava-se não somente de visitas de personalidades científicas como Albert Einstein em 1925, mas também figuras políticas como Roosevelt, que conheceu pessoalmente as instalações de Manguinhos em 1913 e ainda o rei Alberto da Bélgica, em 1920⁴⁷².

⁴⁷⁰ *Ibidem*.

⁴⁷¹ Pelo nosso renome científico. O Dr. Carlos Chagas e a Trypanosomiase Americana. Um ataque injusto. *A Época*. Rio de Janeiro 24 de agosto de 1919.

⁴⁷² Com relação visita do rei Alberto destaco uma nota publicada no jornal *O Imparcial*, julgando que teria havido falta de bom senso na visita desta majestade ao IOC, não pela instituição, atribuída como “uma das mais completas organizações científicas do mundo”, mas pelo fato dos anfitriões terem feito questão de mostrar ao rei as minúcias relativas à doença de Chagas. Considerando o período em que ocorreu essa visita destacamos como esta foi descrita: “Tudo lhe foi ali mostrado com especial cuidado. Mas parece que aquillo de que mais questão fizeram em mostrar ao Rei, foram as cousas relativas a uma molestia tremenda, que, sob o nome de molestia de Chagas, parecia destinada a dar cabo do Brazil em tres tempos”. A crítica ainda se desdobrava à

Em notícia publicada em *A Noite* em agosto de 1920⁴⁷³, encontramos uma interpretação eminentemente política da polêmica que ainda se estenderia por três anos na ANM. Desta vez o foco seria colocado sobre a denúncia de ter havido um exagero na concepção do mal de Chagas, ressaltando que as concepções sobre tal moléstia serviriam de “base fundamental ao conceito pessimista de que o Brasil é um vasto hospital”⁴⁷⁴. A matéria partia de uma comparação entre o trabalho da *Revista do Instituto Bacteriológico* de Buenos Aires, dirigida pelo professor Kraus e as pesquisas desenvolvidas no IOC e capitaneadas por Chagas. Diante da leitura do artigo argentino acerca da população doente daquele país, que também sofria com a associação de bócio e cretinismo, o autor da reportagem afirmava então que esperava encontrar a declaração de que a Argentina, assim como o Brasil, seria um “vasto hospital”; e qual não teria sido sua surpresa ao perceber que as pesquisas naquele país se encaminhavam para conclusões muito diversas. A reportagem sugere então que no caso brasileiro teria havido uma generalização precipitada da associação entre a disseminação do barbeiro e da doença de Chagas. A reportagem resumia a questão em termos de patriotismo: “Papudos e cretinos ha-os na Argentina, como no Brasil. Uma alta compreensão de patriotismo não os levou ainda a um auto-julgamento tão pessimista...”.⁴⁷⁵

No dia seguinte vemos publicada uma reportagem intitulada “A molestia de Chagas. A sua difusão no Brasil e em quasi toda a America”⁴⁷⁶ a qual também discutia a difusão da doença, sustentando outra perspectiva. A reportagem segue afirmando que a doença de Chagas já teria sido encontrada na Venezuela, Peru, e claro Brasil, e que o fato do professor Kraus não a ter encontrado na Argentina não poderia servir de argumento aos médicos adversários de Chagas. Àqueles que colocavam restrições à doutrina de Chagas eram caracterizados como médicos e em um tom mais irônico como “elegantes sábios da Avenida”. Já a o Dr. Kraus, era considerado por Chagas – ao responder questões feitas pelo autor da reportagem – um “pesquisador”, um cientista, o que conseqüentemente, tornava suas observações procedentes, ainda que divergentes de sua própria doutrina. Caso diferente seria o dos médicos brasileiros que se utilizavam do trabalho de Kraus para contestar Chagas, sendo a eles atribuído o qualificativo de “exploradores”.

lembança oferecida ao rei: “linda caixinha, com distico de prata mal orthographado, nada menos do que uma colleção dos insectos sugadores accusados de transmittirem o terrivel morbus... 'Suam quisque homo rem meminit', diria Cicero... Cada qual se lembra so que lhe convem...” (Medeiros, O Imparcial. 3/10/1920, p. 2)

⁴⁷³ Um exagero: O Brasil é um vasto hospital! *A Noite*. RJ. 17 e agosto de 1920. p.1

⁴⁷⁴ *Ibidem*, p. 1

⁴⁷⁵ *Ibidem*.

⁴⁷⁶ A molestia de Chagas. A sua difusão no Brasil em quasi toda a America. *A Rua*. 18/08/1920

Em fins de 1922 a doença de Chagas volta à ordem do dia. O jornal *A Noite* destacava em sua capa um apanhado dos debates que vinham acontecendo na ANM, dando destaque à figura de Afrânio Peixoto que teria feito o convite à Academia para que esta realizasse o debate público em torno da doença de Chagas.⁴⁷⁷ A reportagem refere que tal convite não teria sido uma surpresa, haja vista que as rodas médicas e as camadas cultas já teriam sua atenção voltada para o que foi denominado como “velada polêmica” que se travava em torno da origem e extensão da doença de Chagas. Considerando que eram discutidos os mesmos pontos desde 1919, como vimos a propósito dos pronunciamentos de Henrique Aragão e Figueiredo Vasconcellos, parece interessante entendermos a especificidade da participação de Afrânio Peixoto, a ponto de fazer tal polêmica chegar a sua “máxima intensidade”.⁴⁷⁸ Inicialmente podemos nos questionar sobre o pertencimento social e científico dos debatedores. Chagas teria em Henrique Aragão e Figueiredo de Vasconcellos debatedores com qualificação muito próxima à sua, considerando que um deles era reconhecido pesquisador de Manguinhos, e o outro teria terminado sua formação médica no próprio Instituto. Como pares de C. Chagas, Aragão e Vasconcellos eram debatedores de difícil desqualificação, apesar das disputas internas que tinham lugar no IOC⁴⁷⁹. Por outro lado, embora desde 1919 os questionamentos sobre a doença de Chagas circulassem nos jornais da época, a entrada de Peixoto na discussão, com sua oratória desenvolvida e por vezes ácida, parece ter extrapolado os limites que a discussão tinha até então, ampliando a atenção social dada ao debate naquele momento.

As sessões da ANM passariam então a ser seguidas com vivo interesse pela imprensa, que destacava não somente os discursos e resoluções daquela instituição como construía uma narrativa por vezes novelesca ao descrever o clima e os ânimos dos presentes. É deste modo que entendemos o relato no jornal *A Noite*, sobre a carta enviada por Afrânio à ANM que,

⁴⁷⁷ Os debates da sciencia. Outra vez em ordem do dia a 'Molestia de Chagas'. *A Noite*. RJ, 11 de dezembro de 1922.

⁴⁷⁸ Kropf. Carlos Chagas e os debates e controvérsias sobre a doença do Brasil. *op. cit.* p. 218

⁴⁷⁹ Nara Brito revela que antes da morte de Oswaldo Cruz, o IOC já padeceria de divisões internas, o que geraria um ambiente de intrigas e mágoas e que teria ocasionado inclusive demissões como a de Rocha Lima. O IOC também teria sofrido com a polêmica em torno da nomeação em lei de Artur Moses, então há muitos anos pesquisador interino do instituto, e que foi recusada por Oswaldo Cruz. Desta forma, a morte de Oswaldo Cruz em 1917 só teria colaborado para aprofundar “o clima de intrigas já instalado” (Brito, 1995, p. 62) Sobre a sucessão de Cruz, Brito afirma que naquele momento dois dos pesquisadores ambicionavam o cargo: Figueiredo de Vasconcellos e Antônio Cardoso Fontes. Este era o ambiente quando Chagas chegou a direção do instituto, atraindo contra si mesmo uma forte oposição que se negaria a reconhecer sua liderança. Interessante notar que com Oswaldo Cruz estes conflitos se mantiveram no âmbito apenas do IOC. Após sua morte estes problemas ganhavam a esfera pública, a exemplo da que se desenrolou na ANM. (Britto, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995, p. 63).

segundo o periódico, teria colocado o assunto em “grande e forçada evidencia, não interessando mais apenas aos medicos e ás rodas de alta cultura, e sim a todas as camadas sociaes”⁴⁸⁰. A descoberta sem par em toda história da medicina da doença de Chagas representava o futuro deste campo no país; futuro assentado nas práticas laboratoriais e na ciência bacteriológica em que a identificação do agente causal da enfermidade se constituiria em critério para o diagnóstico. Os estudos de Chagas se depararam justamente com a dificuldade de verificar a presença do parasito no organismo, ainda que este apresentasse os sintomas atribuídos à ação patogênica. Desta forma, a enfermidade que representava a medicina de laboratório era definida em grande medida a partir dos critérios clínicos, observáveis, da doença. Donde se entende o valor dado a associação entre o papo e a presença do *T. Cruzi* nas mesmas regiões, bem como a atribuição deste sintoma como o selo da doença, expressão cunhada por Miguel Couto, dada a grande visibilidade e dramaticidade deste sinal físico.⁴⁸¹

Esta seria justamente a generalização cobrada à Chagas, anos mais tarde, tal como expresso em jornal da época que avaliava não somente a doutrina de Chagas, mas seu modo de proceder:

.....
Temperamento exuberante com tendencias visiveis para a generalisação, máo grado sua educação de laboratorio e de pesquisador, o Dr. Carlos Chagas, feitas as primeiras investigações, como que collocou toda a pathologia indigena nas azas do barbeiro, chegando a dizer que era esse insecto o maior responsavel das molestias do systema nervoso, para escandalo mudo do Dr. Eduardo Rabello, e dos frequentadores actuaes da exposição que ali, na sala da lepra e das molestias venereas, aprendem que a culpa das molestias daquelle systema cabe em maior parte a syphilis, não havendo sequer a photographia de um só barbeiro naquelle mundo de quadros e de figuras⁴⁸².
.....

A reportagem se apoiava nas observações feitas por Figueiredo Vasconcellos no trabalho “Molestia de Cruz e Chagas”, ressaltando mais uma vez que a afirmação sobre a gravidade de grande disseminação da doença de Chagas traria o descrédito sobre o Brasil bem como afugentaria possíveis imigrantes. Sobre o discurso de Peixoto, a reportagem só cita sua convocação ao debate público. A explicitação das questões debatidas, “para maior

⁴⁸⁰ Os debates da sciencia. Outra vez em ordem do dia a 'Molestia de Chagas'. *A Noite*. RJ, 11 de dezembro de 1922, p. 1.

⁴⁸¹ Kropf. Doença de Chagas, doença do Brasil. *op. cit.* p.122.

⁴⁸² Os debates da sciencia. Outra vez em ordem do dia a 'Molestia de Chagas'. *A Noite*. RJ, 11 de dezembro de 1922, p. 1

exclarecimento da opinião pública e facilidade de apreciação de qualquer debate” foi feita pela citação aos discursos de Aragão e Vasconcellos, pronunciados havia mais de dois anos, a reportagem ressalta que a questão não era a existência da doença, pois “de lado a lado todos admitem a sua existência”, mas a amplitude de sua disseminação⁴⁸³.

As notícias do dia⁴⁸⁴ eram sobre as decisões acerca da instalação da comissão na ANM pedida por Carlos Chagas no intuito desta proceder a uma revisão de sua obra científica. Opondo-se a forma da comissão, Afrânio sugeria que em seu lugar a ANM instalasse um debate público. A proposta da Comissão de Chagas, apoiada por Jayme Silvado e Ovidio Meira, seria então contraposta a do debate aberto de Peixoto, apoiada por Pereira Horta e Figueiredo de Vasconcellos. Após votação, a proposta da comissão sairia ganhadora, sendo então designado por Miguel Couto, os nomes dos Drs. Alfredo Nascimento, Mac Dowell, Henrique Duque, Eduardo Meirelles e Artidonio Pamplona, este último se recusando à tarefa e sendo substituído pelo Dr. Moreira da Fonseca.

Após narrar estes acontecimentos o autor da reportagem reservava espaço para sua apreciação crítica que destacava os meios pelos quais eram resolvidas as questões médicas no Brasil, o que fazia lhe parecer um equívoco a nomeação de uma comissão. A impressão exposta no jornal era a de que “entre nós, a designação de uma comissão para fazer estudos sobre determinado assumpto encerra, em geral, o designio de que esse ponto seja, para sempre, esquecido ou desprezado”⁴⁸⁵; citando a propósito deste esquecimento uma comissão formada havia mais de um ano para discutir a questão do câncer e que até então não se pronunciara. Atribuía a escolha por uma comissão à intenção de “sepultar, no eterno adiamento desse estudo pela comissão, o debate sobre um assumpto que não pertence mais á gloria do Dr. Carlos Chagas, porque já foi incorporado ao patrimônio da sciencia medica brasileira”.⁴⁸⁶ A conclusão era favorável ao debate proposto por Peixoto, que se daria em nome do “renome scientifico e das praticas de liberalidade da nossa indole e cultura”.⁴⁸⁷ Com isso reclamava-se também o debate como objeto de interesse da imprensa, de modo que o formato da comissão seria um obstáculo à continuidade da cobertura jornalística. O autor da matéria procurava deixar claro ainda que a consulta do jornal feita a professores tinha como objetivo então uma tradução daquele conteúdo científico aos leitores. Este foi o caso da

⁴⁸³ *Ibidem.*

⁴⁸⁴ Turvando a sciencia. A molestia de Chagas e a attitude da Academia de Medicina. A Noite 15 de dezembro de 1922 p. 1

⁴⁸⁵ *Ibidem.*

⁴⁸⁶ *Ibidem.*

⁴⁸⁷ *Ibidem.*

entrevista a Azevedo Sodré que, entre outros atributos, seria caracterizado como desapaixonado, além de ter como recomendação seus discursos sobre o saneamento, preferidos na Câmara, bem como sua participação na criação do Departamento Nacional de Saúde Pública. Azevedo Sodré, antes de se posicionar acerca da polêmica, esclarecia que pessoalmente não teria relações com Carlos Chagas; já com relação a Peixoto se declarava amigo íntimo, mas que isso não afetava seu julgamento, por que em matéria de ciência deveria predominar a imparcialidade. Sodré afirmava então que ambos, Chagas e Peixoto, teriam e não teriam razão e com isso propôs uma interpretação que conciliava os ânimos entre a descoberta científica e suas consequências políticas.

Azevedo Sodré professava a glória da descoberta de Chagas, fato único na ciência médica brasileira e atribuía à associação entre papeira e o barbeiro a responsabilidade pela generalização criada em torno da crença na difusão da doença. Quanto a isso Azevedo Sodré faz um *mea-culpa* dizendo que a confusão caberia a todos, inclusive a ele próprio, que trabalharam pela propaganda do saneamento do país, afirmando que

.....
éramos inclinados a exaggerar todos os males, e a sua extensão. Eu proprio, na Camara, em julho de 1918 lembrava que o Sr. Carlos Chagas havia avaliado em mais de dous milhões o numero de individuos inutilizados pela trypanozomiasse americana, considerando-os, portanto, como dous milhões de habitantes perdidos para o nosso paiz⁴⁸⁸

.....
Justamente por, naquele momento, acreditar no exagero daquelas cifras, Azevedo Sodré considerava que a revisão dos estudos sobre a doença seria “uma obra de patriotismo”. É neste sentido que entendia que Peixoto, como “um dever de professor e de higienista”, convocava os colegas ao estudo da matéria no sentido de sanar os erros que prejudicariam social e economicamente o Brasil, citando, como outras reportagens já tinham feito, a questão da imigração. Aparentemente conhecedor do estilo de Afrânio Peixoto, ponderava que o problema estava no modo como tinha procedido, ao usar seus dotes literários: “O mal do Afranio foi ter exagerado **literariamente** a sua critica, dizendo para mais ferir pela ironia, quando saudava o Dr. Figueiredo Vasconcellos, que se elle houvesse inventado uma molestia

⁴⁸⁸ Sodré, Azevedo. Turvando a sciencia. A molestia de Chagas e a attitude da Academia de Medicina. *A Noite* 15 de dezembro de 1922 p. 1

etc. etc. seria director da Saude Publica. É exaggero.” Amenizava a atitude de Afrânio dizendo que felizmente quando este se dirigiu à ANM teria deixado a ironia de lado limitando-se a pedir a revisão do assunto.⁴⁸⁹

Assim como os debates foram notícias, o resultado do parecer da comissão da ANM foi divulgado pela imprensa, afirmando que os estudos de Chagas e de outros pesquisadores de Manguinhos mereciam crédito em suas conclusões essenciais. Confirmava que a descoberta da doença representava fato do mais alto alcance científico, mas que a extensão geográfica e o coeficiente de morbidade não poderiam ser avaliados pela comissão, considerando ainda que, qualquer que fosse esta difusão no interior do país, este seria um problema de ordem social e por isso mereceria a atenção do Estado.

Além disso, a cobertura jornalística das sessões da ANM publicaria⁴⁹⁰ a leitura por Miguel Couto de duas cartas, uma de Afrânio e outra de Chagas: nenhum dos dois se pronunciou de viva voz, emitindo cartas abertas à Academia. Em sua carta Chagas reafirmava a necessidade de que a comissão viajasse aos locais onde realizara seus estudos, considerando este o único meio para que pudessem avaliar a difusão da doença. Rebatendo as alegações de dificuldades técnicas, ele garantia que em um só dia poderia mostrar dezenas de enfermos com a síndrome cardíaca, sintoma que ora ressaltava da doença de Chagas, considerando-as como verdadeiras epidemias. Confirmava poder oferecer verificações anatômicas e ainda trazer aos hospitais do Rio de Janeiro doentes escolhidos quando a comissão fosse ao interior, de tal modo que esta pudesse ter observações completas e assim firmar “conceitos irrecusáveis”.⁴⁹¹ Chagas então clamava a Miguel Couto, como conhecedor das minúcias de seus estudos, e que teve oportunidade de examinar pessoas doentes, para que este apreciasse o “fundamento experimental” de suas pesquisas, se suas conclusões estariam de acordo com a “verificação da semiótica” e com os recursos diagnósticos. Apelava assim para que a ANM, representada ali por Miguel Couto, ratificasse a legitimidade de seus resultados de investigação, não somente em seu nome, mas também da escola representada pelo IOC.

Também por meio de carta, Afrânio fazia um apanhado dos episódios até então acontecidos. Minimizando seu discurso na SBMC, afirmava que o que tinha exposto era uma dúvida epidemiológica e que isso teria feito Chagas investir na ANM como juiz de tal causa, juntando à sua questão inicial outras indagações sobre a etiopatogenia da doença. Acusava Chagas de temer o parecer da comissão, motivo pelo qual de antemão o teria recusado, antes

⁴⁸⁹ *Ibidem*.

⁴⁹⁰ Uma empolgante questão científica. *O Imparcial*. 17 de novembro de 1923 p.4

⁴⁹¹ Chagas, Carlos. Uma empolgante questão científica. *O Imparcial*. 17 de novembro de 1923 p.4

mesmo de a comissão o ter dado a conhecimento público. Afrânio colocava a questão em tais termos:

Subsiste, pois, Sr. presidente, a minha duvida sobre o mal de Lassance, raridade nosographica, sem importancia epidemiologica; subsistem agora, e não por minha intervenção, pelo procedimento do proprio autor, dispensando, a más horas, o laudo da commissão, que promovera, duvidas muito mais graves...⁴⁹²

Após a leitura das cartas em sessão da ANM, voltariam às tribunas Figueiredo Vasconcellos, Parreiras Horta e Clementino Fraga. O debate voltava-se então para a autoria da descoberta e não para a difusão da doença, a qual mantivera-se de certo modo polarizada entre Chagas e Peixoto. Promoveriam então um debate ácido recortado por acusações e ironias a ponto de Miguel Couto intervir, afirmando ser o debate importante para a ciência brasileira, mas que tal discussão deveria ser feita “suavemente”, uma discussão sem caráter pessoal. Couto declarava-se partidário de Chagas como descobridor da doença e que seria necessário “apenas, perdoar ao director da Saude Publica os excessos de paternidade da moléstia”, excesso caracterizado pela suposição de Chagas de que a doença seria encontrada em todo o país, e que isto geraria a necessidade de revisão.⁴⁹³

Na semana seguinte o jornal *A Noite*⁴⁹⁴ voltaria a trazer o debate para suas capas destacando os discursos que Parreiras Horta e Clementino Fraga iriam pronunciar. Afirmava que apesar do debate manter-se no plano científico estaria capturando a atenção do público em geral. As sessões da Academia abriam espaço para que seus membros explanassem e exibissem seus estudos e a partir disto suas conclusões; tal seria o procedimento da sessão que se realizara naquele 23 de novembro, às nove da noite, com as contribuições de Parreiras Horta, empenhado em questionar a difusão da doença. Clementino Fraga trataria da questão da prioridade da descoberta, também se fundamentando em publicações escritas ou revisadas por Oswaldo Cruz.

Os discursos do dia anterior foram pauta jornalística do dia seguinte, em que vemos uma reflexão crítica sobre os discursos de Horta e Fraga, principalmente sobre o discurso do primeiro, definindo-o da seguinte maneira: “Esse professor não se cingiu propriamente ao caso que agita actualmente a Academia – isto é – sobre a prioridade da descoberta do

⁴⁹² Peixoto, Afrânio. Uma empolgante questão científica. *O Imparcial*. 17 de novembro de 1923 p.4

⁴⁹³ Couto, Miguel. Uma empolgante questão científica. *O Imparcial*. 17 de novembro de 1923 p.4

⁴⁹⁴ Debate que se anima. A Academia de Medicina continuará hoje a discutir o "Mal de Chagas". *A Noite*, 22 de novembro de 1923, p.1

trypanozoma *Cruzi*, mas sobre o lado científico da questão”.⁴⁹⁵ É interessante notar como estes assuntos eram então divididos como científico e, conseqüentemente, como não científico. Ainda que a conferência de Horta fosse eminentemente científica, a resposta de Clementino Fraga, voltava-se claramente para a defesa do estado da Bahia, tido por Horta como infestado de barbeiros. Tal resposta, como é descrita pelo jornal, teria servido para *acender o debate*, que levava Miguel Couto a consultar os acadêmicos sobre publicar ou arquivar o parecer da comissão.

A sessão da ANM do dia 6 de dezembro, que contaria com um pronunciamento de Carlos Chagas, foi noticiada no dia seguinte pelo *Correio da Manhã*⁴⁹⁶. O evento teria se iniciado com a leitura das cartas de Orlando Rangel e de Afrânio Peixoto, esta última reproduzida pelo jornal. Afrânio lamentava o fato da comissão não ter podido responder às questões que seriam suas e do Dr. Carlos Chagas, principalmente sobre a extensão da doença, por ele chamada de “Mal de Lassance”, e que atingiria 15% da população, mais de 4,5 milhões de brasileiros. Afrânio, imbuído de seus atributos literários, comenta então o uso da palavra **invenção** no discurso em que seria responsabilizado pela deflagração da polêmica na ANM. Sobre este ponto escreveria Afrânio:

A illustre comissão perdeu tempo comigo numa longa e habil exposição de textos, em torno de uma palavra, que deve ter sido impressionante, porque impressionou também ao meu querido mestre e amigo Sr. professor Azevedo Sodré, numa entrevista publicada na “A Noite”. Refiro-me á expressão “inventor”, “invenção”, dirigida ao Sr. Dr. Chagas e a seu achado. Havendo em meus livros científicos dado espaço a esse mal, embora reduzindo-o ás suas proporções scientificamente demonstradas, seria absurdo que taes palavras tivessem para mim os significados que lhes attribuem os meus doutos confrades⁴⁹⁷.

Contudo, ainda que colocando panos quentes no uso da palavra invenção, Afrânio segue questionando o ponto que aparece fundamentalmente em sua posição: a diferença entre as estimativas do número de doentes e os casos apresentados. Refere-se da seguinte maneira à comissão da ANM:

Mas, dizia a illustre commissão, não podendo ir a Lassance, o que não seria bastante limitou-se a ver os "seus" quarenta casos, que lhe disseram ser da tal doença, mas que, muito sabiamente, se absteve de empenhar a propria responsabilidade em os diagnosticar. Isto não impede considerar "o Problema de ordem social da maior relevancia". Não irei tão longe: na próxima quarta edição de meu livro "Hygiene" tão benevolmente citado,

⁴⁹⁵ Em torno de uma questão científica. Esta em foco, na Academia Nacional de Medicina, A "Molestia de Chagas". *O Imparcial*, 23 de novembro de 1923, p. 6

⁴⁹⁶ Uma notavel sessão na Academia de Medicina. *Correio da Manhã*, 7 de dezembro de 1923, p. 3

⁴⁹⁷ Peixoto, Afranio. Uma notavel sessão na Academia de Medicina. *Correio da Manhã*. 7 de dezembro de 1923, p. 3

direi o que foi, que se conhecem mais 40 casos, fornecidos também pelo dr. Chagas, isto é, agora 80, o que nos deixa ainda com o pequeno "deficit" de 4.499.920 casos a demonstrar⁴⁹⁸.

Seguia em sua carta afirmando que não era necessário visitar as regiões infectadas para contabilizar os doentes, citando como exemplo a febre amarela, sabidamente existente na Bahia e no Ceará sem que se precisasse visitar estes lugares. Proclamava a decadência sanitária do país, que se antes já havia conseguido debelar a febre amarela com os trabalhos de Oswaldo Cruz, agora importaria "White e sua gente" para os substituírem no dever sanitário⁴⁹⁹. Além da crítica à participação estrangeira no combate à febre amarela, Afrânio também avaliava a atuação do governo no que dizia respeito ao combate da própria doença de Chagas: "que medidas tem tomado contra elle [o mal de Lassance] o governo? Que fez nestes 15 annos de gritaria, contra tal perigo publico, o governo da União, e o de Minas, a região mais interessada?"⁵⁰⁰.

Chagas por sua vez, mantinha firme seu posicionamento e apelo à ANM e desta vez ao próprio Peixoto para que verificassem pessoalmente os fatos ali discutidos, considerando que o sacrifício que a ele se impunha na defesa do patrimônio de sua vida e trabalho também deveria se impor "ao professor Afranio Peixoto, por que a s. s. assistem, nos assumptos, responsabilidades de alta monta, que excedem as que determinam o meu empenho em chegarmos à solução definitiva"⁵⁰¹. A responsabilidade que Chagas atribuía a Peixoto dizia respeito ao fato deste último ser responsável pela a formação de várias gerações de médicos

⁴⁹⁸ *Ibidem*.

⁴⁹⁹ Oswaldo Cruz, na primeira década do século XX, liderou uma campanha de combate à febre amarela, varíola e a peste. A principal medida para o combate da primeira delas foi o extermínio do mosquito transmissor. Com o apoio governamental do Serviço de Profilaxia de Febre Amarela a campanha de Oswaldo Cruz obteve sucesso reduzindo o número de óbitos drasticamente. A crítica de Afrânio dizia respeito à entrada da Fundação Rockefeller como parceira no combate a febre amarela no Brasil que estava se efetivando. A Fundação Rockefeller teria em 1916 demonstrado interesse pelas endemias do Brasil, oferecendo auxílio ao governo brasileiro para executar a profilaxia da ancilostomíase com o programa que já desenvolviam nas Antilhas e nas Filipinas, já que desde 1914, a instituição norte-americana vislumbrava a erradicação da febre amarela como seu primeiro empreendimento mundial a ser bem sucedido. A base teórica da campanha era a de que a eliminação da doença se daria por meio da eliminação dos locais de procriação do mosquito, fundamento pelo qual desenvolveu ações em vários países. Sua atuação no Brasil, a partir de acordos de cooperação com o DNSP teria gerado polêmica entre aqueles que integravam as linhas do movimento sanitaria no país, que recusariam a ingerência de uma instituição estrangeira em um campo que desde Oswaldo Cruz era considerado como de uma bem sucedida experiência nacional. Para a descrição detalhada da atuação da Fundação Rockefeller no Brasil ver Benchimol, JL., (coord.) *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

⁵⁰⁰ Peixoto. Uma notavel sessão na Academia de Medicina. *op. cit.* p. 3

⁵⁰¹ Chagas, Carlos. Uma notavel sessão na Academia de Medicina. *Correio da Manhã*. 7 de dezembro de 1923, p. 3

para o exercício da medicina preventiva; e tal tarefa deveria ser realizada dando aos alunos uma “orientação segura no que se relaciona com as endemias ruraes”.⁵⁰²

Carlos Chagas respondia⁵⁰³ também a última carta de Peixoto, afirmando que sua recusa diante do parecer não se devia a previsão da sentença desfavorável, tendo confiança que o parecer, fundado na verdade científica não se afastaria de sua convicção. Ainda respondia nesta sessão aos pontos levantados por Parreira Horta, e contraditava o “falso nacionalismo” de seus opositores, concluindo sua exposição justamente com o ponto em que a discussão transbordava para a esfera política:

Não diffamo a minha terra e nem deprimos os predicados nativos de minha raça – raça forte e valente, de raro stoicismo, desse stoicismo que a tem salvado na resistencia homericá á doença em algumas regiões do paiz. Não procedo desse modo mas não desejo recommendar-me ao apreço de meus conterraneos por um falso nacionalismo, que contraria os interesses da Nação e constitue obstaculo a seus impulsos civilisadores.⁵⁰⁴

Antes de findar o ano encontramos, ainda na imprensa, as reflexões sobre os acontecimentos na ANM⁵⁰⁵. O balanço feito entendia o debate em duas vertentes principais: a primeira seria aquela apontada por Afrânio em relação ao número de casos apresentados; a segunda seria a da autoria da descoberta, encabeçada pelo Dr. Figueiredo Vasconcellos. No que concerne ao binômio de discussão Peixoto-Chagas o jornal chega à conclusão de que o resultado prático do debate teria sido nulo e o Brasil continuaria sem saber se a *trypanozomíase americana* seria aquela descrita por Chagas ou o Mal de Lassance, como na opinião de Peixoto. A nota final é de insatisfação em relação ao resultado a que chegaram os acadêmicos, gerando uma convocação em relação ao fazer científico:

E assim, com um reduzidissimo activo de conclusões praticas, terminou esse impressionante debate em torno de um problema de real interesse para a nossa nacionalidade, accusada no estrangeiro de possuir, em extraordinaria proporção, males que nós mesmos ignorámos nos seus detalhes e desconhecemos nos seus proprios fundamentos. Até quando permaneceremos assim? Quando os nossos pesquisadores abrirão ao Brasil a estrada larga da verdadeira sciencia?⁵⁰⁶

⁵⁰² Chagas, Carlos. *O Jornal*, 7 de dezembro de 1923, p. 12

⁵⁰³ Ainda como repercussão desta conferência de Chagas, encontramos em ‘*A Noite*’ de 8 de dezembro de 1923 a publicação de uma carta de Figueiredo Vasconcellos dirigida à ANM referindo que esperava que C. Chagas, em sua conferência, tivesse respondido às questões por ele colocada sobre a prioridade da descoberta e que como este não havia se remetido as suas críticas este solicitava discutir, assim que se iniciasse o ano seguinte, o relatório da comissão e a conferência de Chagas.

⁵⁰⁴ Chagas, Carlos. Uma notavel sessão na Academia de Medicina. *Correio da Manhã* 7/12/1923, p. 3

⁵⁰⁵ A nota científica. Em torno á discussão da Molestia de Chagas na Academia Nacional de Medicina. *A Noite*, 24 de dezembro de 1923. p.7

⁵⁰⁶ *Ibidem*.

O interessante a respeito do posicionamento de Afrânio Peixoto em relação à doença de Chagas é a sua contrastante mudança de opinião, fato inclusive apontado por Leão et al. na publicação *Afrânio versus Afrânio*⁵⁰⁷ de 1922. Anos antes deste embate sobre a doença de Chagas, Afrânio teria enaltecido seu opositor não apenas por seu papel como cientista, mas também sua descoberta. Em nota publicada em 1910 sobre a aula proferida por Peixoto – que segundo o jornal, contava com a presença de Chagas – por ocasião do encerramento do curso de Higiene daquele ano, o professor citava as obras de Carlos Chagas do seguinte modo:

Houve um suíço, que descobriu um dia o meio de curar o bocio endêmico europeu, ligando as artérias thyroidianas. Essa intervenção deu tal renome ao operador, que lhe foram concedidas regalias extraordinárias, honras excepcionais, e o prêmio Nobel rematou por fim os louros de que se cobriu o sábio europeu. [...] o bocio europeu é uma enfermidade de pequena importância. Não se compara com a doença de Chagas, porque esta, que devasta actualmente as populações do interior, ataca a vida ainda em botão, fanando o indivíduo em tenra idade fazendo-o mais tarde um anão, um imbecil, um atrasado sem cura nem melhora. Calculem, dado o paralelo, que espécie de galardão poderia conceder a Patria a Carlos Chagas, quando este acaba de erguer o seu brado científico e patriótico, não só mostrando o mal que minava surdamente a saúde de toda uma raça, mas ainda apontando o remédio eficaz a empregar?⁵⁰⁸

Contudo, já na edição de 1922 de seu *Medicina preventiva*, Peixoto usaria outro tom para dissertar sobre a doença, nunca a negando, mas questionando sobretudo sua difusão. Com isso fazia uma crítica direta ao que chamou de “mal entendida propaganda sanitária”, que teria calculado em mais de 15% da população o número dos doentes, cifra superior ao que na época seria toda a população de Minas Gerais⁵⁰⁹. Na edição de 1926 desta mesma obra, Peixoto acrescenta um parágrafo remetendo à falta de ações do governo no combate da doença, tal qual já havia explicitado em carta enviada à ANM.

A mudança de posicionamento de Peixoto, aqui demonstrada, vem recebendo várias explicações. É neste sentido que Stepan afirma que inicialmente, Afrânio não percebia a doença de Chagas como uma ameaça a sua própria “história de higiene preventiva, saneamento e purificação racial”⁵¹⁰. Contudo, as reivindicações em torno da doença cresceriam e suas representações passariam a circular para além do campo médico, o que faria com que Peixoto passasse a perceber a doença como um retrocesso que mais uma vez envolveria o Brasil em categorias de tropicalidade e racialidade que perseguiriam o país por

⁵⁰⁷ P. Leão et al. (eds) *Afrânio versus Afrânio*. Niterói: Tipografia Jerônimo Silva, 1922.

⁵⁰⁸ Peixoto, Afrânio. Ecos. *A Lanterna*. 4 de novembro de 1910, p.2

⁵⁰⁹ Peixoto, Afrânio. *Higiene: Medicina Preventiva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves: Francisco Alves, 1922, p. 167.

⁵¹⁰ Stepan. *Picturing tropical nature. op. cit.* p. 200

muito tempo⁵¹¹. Segundo esta autora, as polêmicas na ANM em torno da doença de Chagas teriam sido baseadas em um profundo desacordo sobre o sentido entre as doenças tropicais e a medicina. Para ela seria necessário atentarmos para o significado simbólico, ideológico e representacional da doença de Chagas, considerando que a doença seria parte de um discurso mais amplo a respeito da nacionalidade tropical⁵¹².

Com relação ao contexto em que ocorreram tais debates, Stepan chama ainda atenção para a importância da bacteriologia para a geração de médicos formados após 1880, para os quais, descobrir a origem microbiológica das doenças significaria dizer que estas não teriam sua origem nas condições climáticas do país, mas de fatores que poderiam afetar todas as demais nações, tropicais ou não, o que, segundo esta autora, equivaleria a se libertar da longa história de estigmatização climática.⁵¹³

O trabalho de Stepan faz das imagens argumentos para validar suas hipóteses, analisando assim as imagens produzidas ao longo das pesquisas e estudos sobre a doença de Chagas.⁵¹⁴ A autora considera que as fotos que mostravam a população doente e degradada do interior do Brasil se constituíam tanto como um meio de fazer essa realidade dramática chegar ao conhecimento da camada social que habitava os centros urbanos, centro de poder e de decisão, quanto elementos de demonstração daqueles *outros raciais* que representariam um retrato da nação que muitos prefeririam não ver.⁵¹⁵

A preocupação de que a doença de Chagas apresentasse ao exterior a imagem de um Brasil à mercê de uma doença que degradava a população de um modo trágico e, mais grave, sem cura, teria se intensificado após a primeira grande guerra, período de crescente nacionalismo. As imagens da doença de Chagas colocariam em xeque o otimismo que se criara em torno do sucesso das atividades de combate às epidemias como a da febre amarela, no início do século. Esse otimismo é facilmente identificável nos discursos de Peixoto, principalmente no que dizia respeito à perspectiva acerca de um futuro civilizado para o Brasil: a elevação de uma nação por meio dos conhecimentos e métodos de uma ciência que acreditava estar em pleno desenvolvimento.

⁵¹¹ *Ibidem*.

⁵¹² *Ibidem*, p. 183.

⁵¹³ *Ibidem*, p. 184.

⁵¹⁴ As viagens ao interior feitas pelos médicos e cientistas do IOC geraram um arquivo importante de imagens que são analisadas como fontes daquele período em: Mello, M.T.V.B. *Imagens da memória: uma história visual da malária (1910-1960)*. Tese PPG História-UFF. Niterói: 2007; e Hochman, G. *et al.* A malária em foto: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2002, vol.9, suppl., pp. 233-273. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v9s0/10.pdf>

⁵¹⁵ Stepan. *Picturing tropical nature. op. cit.* p. 194

Tal otimismo incluía a participação da medicina experimental como forte aliada da Higiene, como vemos nos discursos pronunciados na ABL por ocasião da posse de Aloísio de Castro em 15 de abril de 1919, vaga que ocupava após a morte de seu antecessor, Oswaldo Cruz. Segundo Castro, a medicina estaria atravessando um período de transformação, resultado das novas técnicas laboratoriais, tanto em relação ao estudo dos problemas patogênicos quanto em relação à prática clínica, o que faria com que os diagnósticos passassem a observar uma precisão que até então seria desconhecida. Castro resumia da seguinte maneira as mudanças que testemunhava em seu campo:

Intuição médica, olho médico, tino médico, excelências de ouvido, argúcias de raciocínio, todos esses primores da arte que outrora celebrizavam seus eleitos, vieram a pedir o complemento do laboratório, sem cujo auxílio a cada passo se veria em entaladas ainda o clínico muitas vezes experimentado em prática larga e consumada.⁵¹⁶

Seria justamente por meio desta técnica experimental aliada ao saber higiênico que Castro, e veremos que também Peixoto, enxergaria o sucesso de Oswaldo Cruz. A saudação à medicina experimental não diminuiria a seus olhos a importância da Higiene, e é assim que quando Castro discursa sobre as vitórias de Cruz afirma que estas foram as vitórias do higienista associado ao método experimental. Afrânio tem a mesma posição quando se remete às técnicas da medicina experimental, atribuindo a Oswaldo Cruz a introdução deste método no Brasil, considerando-o como “o nosso primeiro e grande mestre de Medicina experimental”⁵¹⁷, acompanhado por Aloísio de Castro, que considerava Oswaldo Cruz responsável pelo que seria o “renascimento do Brasil”⁵¹⁸

Peixoto manteria uma perspectiva otimista em relação a um futuro civilizado do Brasil, fruto da ciência médica e higiênica, pelo menos até a década de 1930. Em discurso como paraninfo dos formandos de 1919, Afrânio destacava o compromisso que os médicos deveriam ter com a Nação e que deveria ser pautado pelo otimismo para com nosso futuro. Afirmando que a ciência deveria ser avessa ao pessimismo que paralisa, asseverava que o otimismo “é e deve ser o ânimo dos que combatem, e que aspiram ao bem comum”⁵¹⁹. Aconselhava aqueles jovens médicos a perceber o país sem fantasias, mas com fé na resolução de seus problemas:

⁵¹⁶ Castro, Aloísio. Discursos Acadêmicos. Academia Brasileira de Letras Tomo I - Volumes I - II - III - IV (1897-1919). Rio de Janeiro, 2005, p. 941.

⁵¹⁷ Peixoto, Afrânio. Discursos Acadêmicos. Academia Brasileira de Letras. Tomo I - Volumes I - II - III - IV (1897-1919). Rio de Janeiro, 2005, p. 961

⁵¹⁸ Castro, Aloísio. Discursos Acadêmicos. *op. cit.* p. 937

⁵¹⁹ Peixoto, Afrânio. Higiene: Medicina Preventiva. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931, p. 308.

Por isso mesmo, despi-vos de preconceitos e prejuízos, sobretudo aqueles que mais nos interessam, o que se referem á nossa terra, porque certamente nela vão dar. Procurai ver claramente, sem subterfúgio e sem ilusões, mas também sem desespero, sobretudo êsse das idéias feitas e desenganadas, com que estamos sempre ‘a beira do abismo’ porque isto é, para todos, apenas ‘um país perdido’⁵²⁰.

Tratava-se de discurso pronunciado em 1919, um ano antes do discurso que teria deflagrado os debates da ANM e já neste momento Afrânio questionava não só a amplitude da disseminação da doença de Chagas, como a própria conduta de seu descobridor. Em um tópico de seu discurso intitulado “Sábios, não devem ser levianos” Peixoto contrapõe a atitude daquele que estuda e conhece os males do Brasil com o intuito de combatê-los contra aqueles que construiriam diagnósticos de alarme. A partir deste ponto faz menção crítica direta ao modo pelo qual se divulgou as descobertas e proposições sobre a doença de Chagas. Repisava qual deveria ser a conduta científica, onde todas as coisas são medidas e precisas, onde não haveria lugar para “deduções abusivas”. Afrânio seguia afirmando, em seu tom característico de acidez, que isto não seria ciência, e muito menos patriotismo, mas que seria “leviandade, e talvez, calúnia”. Faz assim uma ligação direta entre sua crítica ao conceito europeu de perigo tropical, em sua perspectiva difamatória, e a crítica que ora tecia em relação àqueles que nomeou de “propagandistas da derrota”, autores de “diagnósticos desesperados” e de “prognósticos suicidas”⁵²¹.

Peixoto não discutia o método pelo qual estes estudos científicos deveriam ser feitos, mas o uso político e social deste conhecimento científico sobre o Brasil; conhecimento que deveria ser sempre que possível produzido por brasileiros. Podemos entrever em seu discurso o valor concedido à consciência da amplitude da intervenção dos conhecimentos científicos necessários ao país que incluía necessidades nutricionais, modos de se vestir, mas também formatação de legislação sobre saúde pública. Diante deste campo aberto de atuação médico-científica Afrânio questionava se deveríamos, a despeito das diferenças entre o velho mundo e o Brasil, nos basear em sua ciência para regermos nossa sociedade, afirmando assim, a necessidade de produzir uma ciência brasileira para intervir no contexto específico do Brasil. Afrânio, consciente do contexto nacionalista do período, afirmava sua importância também no fazer científico:

á um patriotismo científico, tão nobre como o outro, ou os outros; e um modo digno de amar a pátria consiste em conhecê-la, para que a conheçam e admirem, e respeitem, os outros, o que é como a defesa do património

⁵²⁰ *Ibidem*.

⁵²¹ *Ibidem*, p. 312.

natural que nos foi dado a zelar, exaltar, propalar, ao lado daquele outro histórico, de tradições, sangue e honra, que nos cumpre defender, servir e engrandecer.⁵²²

Observa-se assim uma continuidade na perspectiva de Afrânio Peixoto se considerarmos a interpretação de Stepan de que os retratos da doença de Chagas acabariam por ser vistos como um constrangimento à auto representação nacional.⁵²³ Abordando a participação de Afrânio Peixoto nos debates de 1922-23 da ANM, Stepan afirma que este teria oferecido uma forte contranarrativa à narrativa de Chagas acerca da relação entre a doença e a identidade do Brasil. Desta forma, considera que a assertiva de Chagas, afirmando a doença de Chagas como expressão suprema da identidade brasileira (e como doença exemplar da nova medicina tropical) teria sido uma afronta à sensibilidade estética e intelectual brasileira defendida na figura de Peixoto.⁵²⁴ Stepan então resume o posicionamento de Afrânio em relação à doença de Chagas como uma reação ao temor de que esta prejudicasse a imigração de europeus e, conseqüentemente, o projeto de embranquecimento da população.⁵²⁵ Assim, ao minimizar a extensão e importância epidemiológica da doença de Chagas, Afrânio parecia tentar efetuar um recorte que retirasse desta doença sua identificação com o Brasil, representando no máximo uma área delimitada do país, pobre e doente: “Moléstia de Lassance”. Deste modo, a imagem de uma população degradada pela doença não poderia ser atribuída como a imagem do Brasil, daí seu insistente uso da expressão.

Por fim é importante lembrar que quando a comissão da ANM deixou em aberto o ponto que dizia respeito à extensão da doença, ela também indicava que o fez devido à incapacidade técnica. Com isso percebermos que o debate não pode ser caracterizado como estritamente político, por mais que seja possível perceber que seus momentos mais candentes tenham transbordado em questões políticas, tanto de cunho institucional, relativas às disputas internas ao IOC, quanto àquelas que diziam respeito a um debate social mais amplo, implicadas primordialmente nas tramas do discurso nacionalista do período. Contudo, os questionamentos feitos à doença de Chagas eram de base científica, e só ganharam visibilidade porque tocaram em um ponto que denotava a incapacidade do próprio campo científico no que dizia respeito aos métodos de identificação do parasito no sangue dos doentes após o período agudo da doença. A comissão da ANM apontava justamente esta incapacidade técnica no momento em que expôs suas conclusões e impossibilidade de

⁵²² *Ibidem*, p. 315.

⁵²³ Stepan. *Picturing tropical nature. op. cit.* p. 197.

⁵²⁴ *Ibidem*, p. 198.

⁵²⁵ *Ibidem*, p. 199.

responder ao que lhe era demandado, constituindo-se este em um evento exemplar para a visualização do desenvolvimento de um fato científico.⁵²⁶

Ao acompanharmos detidamente as polêmicas em torno da promoção da quinina oficial e da doença de Chagas pudemos entender que o processo pelo qual passava a ciência médica higiênica daquele período. Percebemos aqui que tais discussões colocavam em pauta o próprio fazer médico-científico daquele campo. A seara médica higiênica enquanto um campo científico se constituía por relações objetivas e heterogêneas entre suas diversas inserções, como o ensino, o laboratório e a saúde pública. A legitimação dos indivíduos e grupos se vinculava tanto a seus títulos acadêmicos quanto ao pertencimento institucional, de modo a constituir vínculos de afinidade e subordinação por um lado, e de oposição ou antagonismos por outro, visto a divergência de perspectivas a respeito dos mesmos objetos de trabalho, principalmente em se tratando de questões consideradas como de elevado interesse social, isto é, as doenças. O fato destes diferentes tipos de relações pertencerem ao mesmo campo acabava por constituir disputas que também se pautavam na distribuição de capital científico de cada indivíduo ou grupo, em uma espécie de concorrência na confirmação da legitimidade dos discursos e, conseqüentemente, no estabelecimento de autoridade para dizer e decidir sobre questões e objetos de tensão. Desta forma, foi no contexto de desenvolvimento do campo científico médico higiênico que se tornou possível a constituição de espaços de discussão que representavam verdadeiras disputas de capital científico.

Antes de concluir destaco que o discurso de paraninfo pronunciado por Peixoto aos doutorandos da FMRJ de 1919 que inicia este capítulo foi inserido por Afrânio na edição de 1922 de seu livro *Higiene*, permanecendo até pelo menos a edição de 1931. A partir da permanência deste texto podemos supor também a duração da sua perspectiva de uma ciência – otimista e nacionalista – a serviço do país. O que podemos depreender de sua trajetória é que em se tratando da Higiene esta se caracterizava como um espaço combativo, em que acima de tudo se colocava a necessidade de defesa, defesa da terra, do clima, da população e da natureza. É neste sentido que Afrânio clama aos seus formandos para que estes procurassem enxergar a realidade sem ilusões, mas também sem desespero.

Stepan considera que, assim como o trabalho da vida de Chagas foi a construção da doença de Chagas, o trabalho da vida de Peixoto foi defender o ambiente tropical brasileiro

⁵²⁶ A perspectiva de Stepan (2001) sobre a trajetória da doença de Chagas se baseia na ideia de que a polêmica da ANM gerou uma desconstrução da doença. Tal enfoque é contradito por Kropf (2006) que percebe este mesmo evento como parte da trajetória de sua construção científica.

contra a crítica e negar a ideia de doenças tropicais entendidas por uma ótica climatológica⁵²⁷. Consideramos que embora este tenha sido um viés importante de sua obra, seu trabalho de defesa não se restringiu a negar o determinismo do clima tropical e as doenças tropicais. Afrânio constituiu uma defesa do país em muitas bases, muitas delas associando a educação ao rol de medidas médico-científicas, tal como vimos a respeito da educação sanitária que propunha como profilaxia diante de doenças socialmente relevantes como a tuberculose.

À parte a diversidade de formatos e contextos dos trabalhos higiênicos de Afrânio Peixoto, acredito ser possível afirmar a continuidade em sua lógica de raciocínio e de produção textual: centrava-se no conhecimento dos males da sociedade brasileira e na pretensa prescrição de sua correção por meio da ciência higiênica. Esta associação, entre insalubridade e doença *versus* higiene e civilização é reproduzida a cada tópico abordado, perpassando toda sua obra, embora a defesa de uma nacionalidade e civilização brasileira ganhe tons mais fortes na discussão que Afrânio faz sobre o clima do Brasil. É sob a perspectiva da **defesa nacional** que conseguimos alinhar seus trabalhos higiênicos. Assim, podemos avaliar que além de construir uma síntese do conhecimento mais moderno de higiene, Afrânio se dedicou a construir uma resposta à ciência europeia de então, justamente onde esta afirmaria a inviabilidade de uma civilização nos trópicos. Considerando o longo período de atuação de Peixoto na formação de médicos pela FMRJ, bem como a longevidade de seus manuais em suas muitas edições, – e que formalmente poderiam atingir muito mais leitores do que o número de alunos que teve – podemos vislumbrar a importância da difusão desta sua perspectiva para a formação do campo médico científico do Brasil.

CAPÍTULO 3

⁵²⁷ Stepan. *Picturing tropical nature. op. cit.* p. 199.

A psiquiatria de Afrânio Peixoto: Discussões teóricas e instituição de práticas

A produção científica de Afrânio Peixoto no campo da psiquiatria é analisada tanto por meio de sua produção bibliográfica quanto de seu exercício profissional enquanto médico psiquiatra e diretor interino do Hospital Nacional de Alienados (HNA), no contexto das reformas pelas quais a instituição passou entre 1904-1905. Este processo de reforma se orientava por um ideal de modernização, o que fez com que o HNA fosse aparelhado com o que era considerado mais inovador e científico no tratamento de alienados, inclusive buscando conhecer as experiências de outros países. Além disso, tratava-se de um espaço onde os médicos realizavam sua formação na prática clínica e desenvolviam pesquisas. A partir desta instituição pretendiam conformar um corpo de conhecimentos psiquiátricos legitimamente brasileiros, como é possível observar na análise de dois eventos distintos. Um destes pontos foi a aderência de um grupo de médicos, em torno da figura de Juliano Moreira, que partindo da filiação aos critérios kraepelinianos de psiquiatria científica, se esforçaram no sentido de construir uma classificação das moléstias psiquiátricas. Em segundo lugar a constituição do HNA como um laboratório de práticas psiquiátricas que posteriormente eram divulgadas tanto em periódicos generalistas como o *Brazil-Medico*, como no *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins*; este último com um estreito vínculo com aquele hospital.

Por meio da trajetória de Afrânio Peixoto pudemos perceber que o estado de coisas do campo da higiene permitia a eclosão de disputas em torno de seu fazer científico, situação diversa da que encontramos no campo psiquiátrico onde podemos demarcar não uma homogeneidade teórica ou prática, mas em grande medida o fortalecimento de uma perspectiva, a tentativa de construção de um diálogo entre as práticas estrangeiras e a produção psiquiátrica nacional, bem como o esforço pela regulamentação do campo, tanto no que dizia respeito à formação profissional quanto ao estabelecimento de normas para a assistência psiquiátrica.

O primeiro ponto que podemos demarcar em relação às obras psiquiátricas de Afrânio Peixoto é que estas se distinguem daquelas produzidas sob o âmbito da Higiene e da Medicina Legal, ainda que em muitos aspectos estes três campos se entrelacem, tal como é o caso de seus escritos sobre o alcoolismo, fundamentados em uma lógica higiênica, ou sobre a epilepsia, a partir da perspectiva do crime. Quando comparamos seus textos psiquiátricos

percebemos que Afrânio não produziu obras de fôlego como fez com seus manuais de Higiene e de Medicina Legal. Contudo, aquilo que poderíamos tomar como um menor investimento de Peixoto nas publicações psiquiátricas merece ser considerado com mais atenção.

O conjunto das obras psiquiátricas que aqui considero se constitui basicamente por textos que Peixoto publicou em diversos periódicos, nacionais e estrangeiros, comunicações apresentadas em congressos e na ANM, não publicando, pelo menos até a década de 1930, o que poderíamos caracterizar como um livro ou um manual em torno de matéria distintamente psiquiátrica. Isso, por outro lado, não diminuía seu reconhecimento entre seus pares psiquiatras/alienistas, não somente por sua atuação enquanto médico e diretor do HNA, como também, podemos supor, por sua participação na própria construção do campo psiquiátrico que se fundava em relação à medicina legal. É importante destacar que as divisões que ressaltado em suas obras serviram aqui como instrumentos para colocar em análise a participação das mesmas na própria constituição destes campos. Neste sentido vemos sua tese *Epilepsia e crime* ser saudada por psiquiatras brasileiros e europeus⁵²⁸ do período, mas que para efeito de minha tese será considerada como parte do conjunto das obras relativas à medicina legal.

3.1. A constituição de um cenário: um hospital e uma cátedra

No sentido de compreendermos o cenário em que se desdobra a história de Peixoto frente à psiquiatria torna-se importante considerarmos a constituição deste campo e alguns de seus espaços privilegiados: as faculdades de medicina e o HNA. Um dos fatos correntemente ressaltado entre os que se dedicam ao estudo da história da psiquiatria no Brasil⁵²⁹ é a

⁵²⁸ A tese de Afrânio é publicada com prefácios de Nina Rodrigues e Juliano Moreira. Além disso, foi saudada por nomes importantes dentro da psiquiatria como Morselli, Féré, Christian, Toulouse, Bombarda, Kowalewsky, Ferri, e o brasileiro Franco da Rocha. (Silva, Pacheco. Afranio Peixoto – Psychiatra. Afranio Peixoto. Separata dos Archivos de Medicina Legal e Identificação. v. 14, jan. 1937. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: 1937) (Ribeiro, 1950)

⁵²⁹ Machado, R.; et al. Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978; Teixeira, M.O.L. Nascimento da psiquiatria no Brasil. Cadernos do IPUB, nº8, Rio de Janeiro: UFRJ, 1997; Engel, M.G. Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001; Portocarrero, Vera. Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. No que diz respeito especificamente ao HNA destaco o trabalho de Gonçalves, trata-se de uma discussão das fontes tradicionais que contam a história deste estabelecimento com a apresentação de novos documentos que esclarecem o funcionamento do então Hospício Pedro Segundo no período imperial. Gonçalves, M. S. Os caminhos da loucura na Corte Imperial: um embate historiográfico acerca do funcionamento do Hospício Pedro II de 1850 a 1889. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 393-410, 2009.

importância da fundação do Hospício de Pedro II, futuro Hospício/Hospital Nacional de Alienados, que precedeu em décadas a instituição da cadeira de psiquiatria nas faculdades de medicina do Rio e da Bahia.

Juliano Moreira, reconhecidamente um dos expoentes da instituição deste campo no Brasil, demarcava em 1905, que o surgimento do hospício teria sido um momento de transformação na área⁵³⁰. Segundo ele, em 1830 teria se iniciado a discussão a respeito dos modos de lidar com os insanos. Neste período, o Dr. Jobim, por meio da Comissão de Salubridade da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro teria reclamado mudanças no modo de tratar os alienados, condenando os maus tratos que estes sofriam e afirmando a necessidade de um estabelecimento próprio para o tratamento destas pessoas. A reclamação por providências em relação aos insanos também seria cobrada por uma Comissão da Câmara Municipal que visitava os hospitais e prisões.

Esta causa então teria ganhado espaço entre as discussões da época, figurando como tema em periódicos – como artigo do Dr. Sigaud que condenava a livre circulação de loucos pela cidade⁵³¹ – e teses médicas, como foi o caso do trabalho do Dr. Antonio Luiz da Silva Peixoto, que em 1837 dissertaria sobre o estado precário da assistência aos loucos. Neste mesmo período encontraríamos a publicação, em 1839, de uma memória do Dr. Luiz Vicente De Simoni na *Revista Médica Fluminense*. De Simoni era médico da Santa Casa de Misericórdia e reclamava sobre a situação dos alienados naquela instituição⁵³². Neste mesmo ano José Clemente, então provedor da Santa Casa faria um relatório em que afirmava a necessidade das mudanças bradadas pelos médicos e psiquiatras. O clamor por uma instituição voltada especificamente para o tratamento de insanos seria escutado em 1841, três dias depois da sagração e coroação do imperador Pedro II, que aos 16 anos assinou o decreto o nº 82 de 18 de julho de 1841, que fundou o hospício.

O Hospício de Pedro II foi inaugurado em 5 de dezembro de 1852, tendo como diretor o doutor Cruz Jobim⁵³³ e funcionando sob as ordens da Santa Casa de Misericórdia. Um dos

Gonçalves, M. S. Os caminhos da loucura na Corte Imperial: um embate historiográfico acerca do funcionamento do Hospício Pedro II de 1850 a 1889. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 393-410, 2009.

⁵³⁰ Moreira, Juliano. Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins*, vol.1, n. 1, 1905.

⁵³¹ Sigaud, J. F. X. Reflexões sobre o trânsito livre dos doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro. *Diário de Saúde – ou efemérides das ciências médicas e naturais do Brasil*, Rio de Janeiro, n.1, 1835.

⁵³² De Simoni, L. V. Importância e necessidade da criação de um manicômio ou estabelecimento especial para o tratamento dos alienados. *Revista Medica Fluminense*, ano V, n. 6, 1839.

⁵³³ José Martins da Cruz Jobim (1802-1878), inicialmente estudou na Faculté de Médecine de Montpellier, posteriormente se transferiu para a Faculté de Médecine de Paris, onde se diplomou como bacharel em ciências físicas (1826) e doutorou em medicina (1828). De volta ao Brasil foi médico do Hospital da Santa Casa da

pontos de debate estaria nas relações entre médicos e religiosas no que se refere às disputas na autoridade sobre o cuidado dos doentes ⁵³⁴; e que teria resultado em uma longa dissociação do hospício em relação ao conhecimento médico então produzido nas faculdades de medicina.⁵³⁵.

No histórico da evolução da assistência aos doentes mentais, registrado por Juliano Moreira (1905), chamamos a atenção para um pormenor relatado a propósito das conferências realizadas pela mesa administrativa do Hospício, a qual era responsável por discutir a implantação daquela instituição. Segundo Moreira, em 11 de novembro de 1842, em uma destas conferências, o escrivão teria alertado para a necessidade de o hospício ter um professor para visitar os alienados e prescrever o tratamento adequado. A presença médica no hospício ainda não era algo óbvio e dado *a priori*.

Com o advento da república, por meio do decreto nº 142 A, de 11 de janeiro de 1890, o HPIL, então transformado em Hospício Nacional de Alienados, seria desanexado da Santa Casa de Misericórdia, passando então para o controle do governo federal. Ainda neste ano, outro decreto teria aprovado as novas instruções do estabelecimento, e anexado as colônias da Ilha do Governador, o que daria origem à **Assistência Medico Legal dos Alienados**⁵³⁶, sendo João Carlos Teixeira Brandão nomeado como diretor da Assistência e o Dr. Domingos Lopes da Silva Araújo diretor das Colônias.

Entre as ações relativas ao ensino médico deste período merece destaque o **Decreto nº 7247 de 19 de Abril de 1879** que anexava às Faculdades de Medicina uma escola de farmácia, um curso de obstetrícia e ginecologia e um curso de cirurgia dentária. Além disso, separava os cursos médicos em ordinários e complementares. O curso ordinário era dividido em quatro seções, tal como se segue:

Seções	Cadeiras
1ª seção: Ciências physico-químicas.	physica medica.
	chimica organica e biologica.

Misericórdia do Rio de Janeiro (1828-1859). Foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1829) junto a Joaquim Cândido Soares de Meirelles, Luís Vicente de Simoni, José Francisco Xavier Sigaud e Jean Maurice Faivre. Participava das comissões da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro sendo, em 1830, o relator da Comissão de Salubridade designada para examinar a situação das prisões, hospitais, casa de expostos e hospícios. Na FMRJ foi lente de medicina legal e toxicologia (1833-1854), e diretor (1842-1872), tendo sido jubilado e aposentado como diretor em 1872. Para mais informações sobre Cruz Jobim acessar <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

⁵³⁴ Teixeira, M.O.L. Nascimento da psiquiatria no Brasil. Cadernos do IPUB, nº8, Rio de Janeiro: UFRJ, 1997; Silva, R.P. Medicina, educação e psiquiatria para a infância: o Pavilhão-Escola Bourneville no início do século XX. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. COC-Fiocruz: Rio de Janeiro 2008.

⁵³⁵ Engel, M.G. Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001, p. 133.

⁵³⁶ Decreto nº 206A, de 15 de fevereiro de 1890

	chimica mineral e mineralogia.
	toxicologia e medicina legal.
	pharmacologia e arte de formular.
2ª Seção: Sciencias naturaes.	botanica.
	zoologia e anatomia comparada.
	histologia theorica e pratica.
	anatomia descriptiva e mecanica da organização.
	physiologia theorica e experimental.
3ª Seção: Sciencias medicas.	pathologia geral.
	materia medica e therapeutica.
	pathologia medica e experimental.
	clinica medica.
	hygiene e historia da medicina.
	clinica psiquiatrica.
	clinica das molestias syphiliticas e da pelle
4ª Seção: Sciencias chirurgicas.	anatomia descriptiva e mecanica da organização.
	anatomia e physiologia pathologica.
	anatomia topographica e medicina operatoria experimental.
	pathologia e clinica chirurgica.
	clinica ophthalmologica.
	cirurgia dentaria e prothese dentaria.
	obstetricia, clinica obstetrica e gynecologica.

Cada uma destas cadeiras seria regida por um Lente. Já os professores substitutos seriam responsáveis pelo curso complementar, composto das cadeiras de ‘Pharmacia pratica’, ‘Chimica biologica, acompanhada de analyse’, ‘Mineralogia’, ‘Zoologia e anatomia comparada’, ‘Pathologia experimental’, ‘Clinica das molestias syphiliticas e da pelle’, ‘Cirurgia dentaria e prothese dentaria’ e ‘Apparelhos cirurgicos’.

Contudo, a despeito da regulamentação, a cadeira psiquiátrica ainda demoraria a vir a lume. Quase dois anos depois, o **decreto nº 8.024, de 12 de Março de 1881**, que mandava executar o Regulamento para os exames das Faculdades de Medicina, especificava em seu artigo nº 34 que as matérias que comporiam o curso médico seriam divididas provisoriamente em sete séries de exames. O artigo seguinte desta mesma lei reunia à estas séries de exames, de acordo com o decreto nº 7247, diversas outras matérias, como a clinica psiquiátrica, como se pode ver a seguir:

Decreto de 1881	Artigo nº 34	Artigo nº 35
------------------------	---------------------	---------------------

1ª serie	Physica medica.	
	Chimica medica e mineralogia.	
	Botanica medica e zoologia.	
2ª serie	Anatomia descriptiva.	Zoologia e anatomia comparada
	Histologia theorica e pratica.	
	Chimica organica e biologica.	
3ª serie	Physiologia theorica e experimental.	Physiologia pathologica
	Anatomia pathologica.	Phatologia experimental
	Pathologia geral.	
4ª serie	Pathologia medica.	Clinica de molestias cutaneas e shylyticas
	Pathologia cirurgica.	Clínica de cirurgia dentária
	Materia medica e therapeutica especialmente brasileira.	
5ª serie	Obstetricia.	Clínica ophtalmologica
	Anatomia topographica, medicina operatoria experimental.	
	Apparelhos e pequena cirurgia.	
6ª serie	Hygiene e historia da medicina.	
	Pharmacologia e arte de formular.	
	Medicina legal e toxicologia.	
7ª serie	Clinica medica.	clinica psiquiatrica
	Clinica cirurgica.	Clínica medica de crianças
	Clinica obstetrica e gynecologica	
8ª serie		Clinica cirurgica de adultos
		Clinica cirurgica de crianças
		Clinica obstetrica e gynecologica

Pouco mais de um ano depois seria promulgada a **Lei nº 3.141, de 30 de Outubro de 1882**, que fixava a Despesa Geral do Império para os exercícios de 1882 até 1884, e dava outras providências. Entre estas outras providências encontramos no primeiro parágrafo do artigo segundo a determinação de quais deveriam ser as cadeiras das Faculdades de Medicina, apresentadas em ordem: 1ª *De anatomia e physiologia pathologica*, 2ª *De clinica ophtalmologica*, 3ª *De clinica medica de adultos*, 4ª *De clinica cirurgica de adultos*, 5ª *De clinica de molestias medicas e cirurgicas de crianças*, 6ª *De molestias cutaneas e syphiliticas* e por último 7ª *De molestias mentaes*.

Ainda concernente às Faculdades de Medicina o parágrafo segundo desta mesma lei determinava a criação de treze laboratórios e um museu, ressalta-se a inserção de um Laboratório de Higiene e a supressão do relativo à Medicina Legal no que veio a ser estabelecido como laboratório de Toxicologia⁵³⁷. Assim, são nos últimos momentos do século XIX, em 1883, que a corporação médica brasileira testemunharia a seleção que nomearia Teixeira Brandão como o primeiro professor concursado especificamente para uma cadeira de psiquiatria no Brasil denominada Cadeira de Clínica psiquiátrica. Neste certame teriam se candidatado, conforme jornais do período, cinco médicos: Belisário Augusto Soares de Souza, Domingos Jacy Monteiro Junior, João Carlos Teixeira Brandão, João Ferreira de Campos e José Eduardo Teixeira de Souza⁵³⁸. A *Gazeta da Tarde* por sua vez informava que no dia dez de abril, depois da leitura das provas escritas teria havido o julgamento dos candidatos à cadeira de clínica psiquiátrica: “Tendo desistido do concurso o Dr. Teixeira de Souza, foram julgados habilitados por unanimidade de votos os Drs. Ferreira de Campos, Teixeira Brandão, Belisario de Souza e Jacy Monteiro Junior”.⁵³⁹ No resultado final veríamos em primeiro lugar Teixeira Brandão, em segundo lugar o Dr. Belisario, e em terceiro Dr. Jacy Monteiro.

Diversas polêmicas ocorreram em torno do resultado que nomeava Teixeira Brandão em primeiro lugar,⁵⁴⁰ e de sua própria posição na FMRJ. Tratava-se de um período atravessado por debates no que concerne às práticas educacionais. O já referido Decreto nº 7247 de 1879 fixava a liberdade de ensino para o nível primário e secundário no município da Corte e para o ensino superior em todo o Império. Tal medida gerava discussões que resvalavam para o cotidiano acadêmico, inclusive para o recém-nomeado professor da cadeira de psiquiatria. Apenas dois meses após tomar posse encontramos referências ao professor Brandão nos seguintes termos: “*Conchavou-se* em maioria de estudantes suspender-se o curso do *cacête* Dr. Teixeira Brandão, até que vote pela liberdade de ensino”, o que era subscrito por “A sombra de Serodio”⁵⁴¹.

⁵³⁷ Os laboratórios criados em lei seria em ordem: 1º De physica, 2º De botânica, 3º De therapeutica, 4º De chimica mineral, 5º De chimica orgânica, 6º De toxicologia, 7º De hygiene, 8º De pharmacia, 9º De anatomia descriptiva, 10º De histologia normal e pathologia, 11º De operações, 12º De physiologia, 13º De cirurgia e prothese dentaria e o 14º seria o Museu anatomo-pathologico.

⁵³⁸ *Gazeta de Noticias*, 01/04/1883, p. 2

⁵³⁹ Faculdade de Medicina. *Gazeta da Tarde*. 11 de abril de 1883. p. 3

⁵⁴⁰ Peres, M.A.A; Barreira IA, Santos TCF, Almeida Filho AJ, Oliveira AB. O ensino da psiquiatria e o poder disciplinar da enfermagem religiosa: o Hospício de Pedro II no segundo reinado. *Texto Contexto Enferm.* Florianópolis, Out-Dez; 20(4): 700-8, 2011.

⁵⁴¹ A sombra de Serodio. *Gazeta de Noticias*, 17 de junho de 1883, p. 3.
Faculdade de Medicina. *Gazeta de Noticias*. 17 de junho de 1883, p. 3

Ainda por conta das disputas em torno da liberdade de ensino voltamos a encontrar referências jocosas à Teixeira Brandão, subscritas por “Os applausos do ensino obrigatorio”⁵⁴²:

Ainda hydrophobo, flanando pelas ruas desta pacifica cidade, o lobo asnal da psiquiatria Teixeira Brandão; e quando fareja e encontra algum estudante, uiva, [ilegível], acreditando que se lhe falla do ridiculo papel que tem desempenhado entre os illustrados lentes e estudiosos alunos da Faculdade de Medicina. Prevenimos á Illma. camara municipal que se continuar furioso - o pseudo psychiatrico Teixeira Brandão, será lançado pelas orelhas no esgoto da companhia City Improvements por qualquer varredor da empresa Gary. Consta-nos que os alumnos d'esta escola pretendem pedir ao governo imperial a demissão de semelhante nullidade⁵⁴³.

No que diz respeito ao ensino da psiquiatria na **Faculdade de Medicina da Bahia (FMBA)**, as promessas do decreto de 1882 [**Lei nº 3.141**] não teriam sido letra morta, constituindo orçamento para a estruturação de laboratórios e abertura de concursos para as cadeiras que haviam sido criadas. Já em 1883 as cadeiras de Clínica médica e cirúrgica e de Anatomia e fisiologia seriam providas de docentes, em 1885 seria a vez das cadeiras de Clínica dermatológica e sifiligráfica e de Clínica obstétrica e ginecologia, em **1886** teriam vez as cadeiras de Clínica oftalmológica e de **Moléstias mentais**, ficando para 1887 o provimento da cadeira de Clínica pediátrica.⁵⁴⁴

Segundo Jacobina⁵⁴⁵, o primeiro lente de psiquiatria da FMBA teria sido o Dr. Augusto Freire Maia Bittencourt⁵⁴⁶, submetendo como tese de concurso o texto *Considerações clinicas acerca da Paralysisa geral* em 1886⁵⁴⁷, na qual assimilaria tanto o alienismo de Esquirol como o organicismo de Bayle.⁵⁴⁸ Desde 1882 Bittencourt se dedicava ao ensino do campo das moléstias mentais, atuando como professor interino e gratuito, tendo apresentado em 1883 o primeiro programa desta cadeira⁵⁴⁹. O Dr. Augusto Freire Maia Bittencourt exerceria o cargo de lente em psiquiatria até 1890, quando faleceu deixando vaga a cátedra que seria então ocupada por João Tillemont Fontes, que nela permaneceu até 1907.

⁵⁴² Os applausos do ensino obrigatório. Faculdade de Medicina. *Gazeta de Noticias*, 21 de junho de 1883, p. 3.

⁵⁴³ *Ibidem*.

⁵⁴⁴ Pereira, Pacifico. Ensino medico: Apontamentos para a historia da organização do Ensino Medico na Bahia. *Gazeta Medica da Bahia*. Anno XXX - Dezembro de 1898 - nº6. p. 262

⁵⁴⁵ Jacobina, R. R. A prática psiquiátrica na Bahia (1874-1947): Estudo histórico do Asilo São João de Deus/Hospital Juliano Moreira. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 2001.

⁵⁴⁶ Embora encontremos autores que atribuem a primazia do ensino de psiquiatria na FMBA a João Tillemont Fontes, quando este tomou posse da cadeira Clínica Psiquiátrica e Moléstias Nervosas em 1891. Coutinho, D; Saback, E. O histórico da psiquiatria na Bahia. *Gazeta Médica da Bahia* 2007;77:2(Jul-Dez) :210-218

⁵⁴⁷ Bittencourt, A. F. M. Considerações clinicas acerca da Paralysisa geral. These de concurso á cadeira de Clinica Psychiatrica apresentada a Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador: Imprensa Popular, 1886.

⁵⁴⁸ Jacobina. A prática psiquiátrica na Bahia. *op. cit.* p. 172.

⁵⁴⁹ *Ibidem*.

Este último teria sido então o lente que atuava no período de formação de Afrânio Peixoto. Contudo, o que percebi em sua trajetória foi a constituição de laços não com o titular da cadeira, mas com seu assistente, Juliano Moreira, que em 1893 teria ocupado tal cargo.⁵⁵⁰ Cabe destacar que, no período aqui considerado, as aulas práticas desta cadeira psiquiátrica aconteciam no Asilo São João de Deus onde, provavelmente, Peixoto pôde estreitar laços com Juliano Moreira.

Outra figura importante presente na formação de Peixoto na Faculdade de Medicina da Bahia foi Nina Rodrigues (1862 - 1906), que ingressou no corpo docente da Faculdade de Medicina da Bahia em 1889, quando prestou concurso para o cargo de Adjunto da 2ª cadeira de Clínica Médica, pertencente à 5ª seção médica daquela faculdade e que tinha como titular o Conselheiro José Luiz de Almeida Couto, futuro sogro de Rodrigues.⁵⁵¹ Dois anos depois, em 1891, Nina Rodrigues seria transferido para a cadeira de Medicina Legal, onde atuaria como professor substituto do catedrático Virgílio Damásio⁵⁵². Segundo Corrêa, seria a partir de então que Nina Rodrigues se empenharia em colocar em ação as propostas de um ensino prático da medicina legal, bem como defenderia a nomeação de professores de medicina legal como peritos da polícia⁵⁵³, o que, como veremos em outro capítulo desta tese, foi um dos pontos de relevo na atuação de Afrânio na medicina legal no Distrito Federal. Cumpre ainda destacar, em 1894, a publicação de *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil* que, segundo Maio, representaria a “conversão definitiva de Nina Rodrigues à medicina Legal”⁵⁵⁴. Este assumiria oficialmente a cadeira de Medicina Pública no ano seguinte, com a aposentadoria de Virgilio Damásio; período em que Nina Rodrigues fundaria a Sociedade de Medicina Legal da Bahia, junto a Alfredo Britto, Juliano Moreira, Pacheco Mendes, entre outros médicos⁵⁵⁵.

Na Faculdade de Medicina da Bahia Afrânio chegou a ser nomeado como **preparador**⁵⁵⁶ da cadeira de Medicina Legal em 1899, permanecendo no cargo por

⁵⁵⁰ Jacobina. A prática psiquiátrica na Bahia. *op. cit.* p. 173; Jacobina, R. R.; Gelman, E. A. Juliano Moreira e a Gazeta Médica da Bahia. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.4, 2008, p. 1084.

⁵⁵¹ Britto, Antonio Carlos Nogueira. Nota Histórica. A Faculdade de Medicina da Bahia na Época de Nina Rodrigues. *Gazeta Médica da Bahia* 2006;76:Suplemento 2, p. 68 ; Maio, M. C. A Medicina de Nina Rodrigues: Análise de uma Trajetória Científica. *Cad. Saúde Públ*, Rio de Janeiro, 11 (2): 226-237, abr/jun, 1995, p. 230;

⁵⁵² Corrêa, Mariza. Raimundo Nina Rodrigues e a garantia da ordem social. *Revista USP*, São Paulo, n.68, p. 130-139, dezembro/fevereiro 2005-2006, p. 133.

⁵⁵³ *Ibidem*.

⁵⁵⁴ Maio. Medicina de Nina Rodrigues. *op. cit.* p. 230.

⁵⁵⁵ Corrêa. Raimundo Nina Rodrigues e a garantia da ordem social. *op. cit.* p. 134

⁵⁵⁶ Afrânio teria concorrido ao posto de preparador após receber um chamado do próprio Nina Rodrigues. (Sales, 1987, p. 12).

aproximadamente quatro anos, até 1903, quando de sua exoneração a pedido, juntamente com Juliano Moreira, então lente substituto da 12ª seção⁵⁵⁷. Tais exonerações foram motivadas em razão das nomeações de Juliano Moreira como diretor e de Afrânio Peixoto como médico do HNA, funções até então ocupadas respectivamente pelo Dr. Antonio Dias de Barros e pelos Drs. Marcio Pilaphiano Nery e Alberto das Chagas Leite, que teriam sido atingidos pela lei de desacumulações de cargos⁵⁵⁸.

Ao longo do mesmo período, em 1901, Afrânio também teria se tornado professor de medicina pública da Faculdade de Direito da Bahia⁵⁵⁹, ocupando a vaga deixada por João Américo Garcez Fróes, que por sua vez estava substituindo Rodrigues Dória, ocupado com o cargo de deputado federal⁵⁶⁰. Naquela época o curso de ciências jurídicas era formado por quatro classes de exames que dividiam as disciplinas como se segue:

Disciplinas do Curso de Ciências Jurídicas	
1ª série	1ª cadeira: Filosofia e história do direito.
	2ª cadeira: Direito público e constitucional.
2ª série	1ª cadeira: Direito romano
	2ª cadeira: Direito civil
	3ª cadeira: Direito comercial (incluindo direito marítimo)
	4ª cadeira: Direito criminal (incluindo o direito militar)
3ª série	1ª cadeira: Medicina legal
	2ª cadeira: Direito civil (continuação da 2ª série)
	3ª cadeira: Direito comercial (continuação da 2ª série)
4ª série	1ª cadeira: História do direito nacional
	2ª cadeira: Processo criminal, civil e comercial
	3ª cadeira: Noções de economia política e direito administrativo
	4ª cadeira: Prática forense

No que diz respeito à psiquiatria é importante notar que Afrânio não chegou a atuar em nenhum momento de sua carreira como professor de qualquer cadeira destinada a esta matéria. Contudo é interessante ressaltar o caminho tomado em sua formação médica. Assim

⁵⁵⁷ Chronica e noticias. *Brazil-Medico*. Anno XIII - Rio de Janeiro - 22 de agosto de 1899 - Num. 32, p. 316;

⁵⁵⁸ Chronica e noticias. *Brazil-Medico*. Anno XVII - Rio de Janeiro - 8 de abril de 1903 - Num. 14 p. 139

⁵⁵⁹ Infelizmente não foi possível encontrar maiores detalhes da passagem de Peixoto pela Faculdade de Direito da Bahia. As informações mais seguras sobre este curso estão no Decreto do governo provisório nº 1232H de 2 de janeiro de 1891, que regulamentava as instituições de ensino jurídico dependentes do Ministério da Instrução Pública. Esta norma dividia os cursos das Faculdades de Direito em Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e o de Notariado.

⁵⁶⁰ Sales, Fernando. Aspectos da vida e obra de Afrânio Peixoto. Bahia: Fundação Cultural da Bahia, 1988, p. 12/124; Ribeiro. Afrânio Peixoto. *op. cit.* p.34.

que completou o terceiro ano, teria atuado como interno da cadeira de **Clínica Médica** do professor Frederico de Castro Rebello, sendo aluno e assistente de Nina Rodrigues na cadeira de **Medicina Legal** e interno da cadeira de **Psiquiatria e Moléstias Nervosas** com Juliano Moreira como professor.

3.2. Conceitos e filiações: Juliano Moreira, Kraepelin e a degenerescência de Morel

Uma maneira de perceber a penetração da temática psiquiátrica no período de formação de Afrânio Peixoto é quando consideramos os temas desenvolvidos nas teses médicas daquele período. Afrânio iniciou seu curso na Faculdade de Medicina da Bahia aos 16 anos, logo, no ano de 1892, concluindo-o em 1897, passando assim os cinco anos de sua formação em contato com a produção acadêmica daquela instituição. É interessante ressaltar que das 133 obras coligidas no levantamento das teses doutorais dos acadêmicos da Faculdade de Medicina da Bahia⁵⁶¹, é possível perceber que, entre o período de 1892/1897, somente oito teses, contando com a de Afrânio, podem ser atribuídas ao campo mais específico da temática médico-legal, psiquiátrica ou mental⁵⁶².

Contudo, sua produção aqui considerada como própria da seara psiquiátrica se iniciou antes da defesa de sua tese, com a divulgação do texto, não localizado, ‘Epilepsia e consciência’, e do texto ‘A Herança do adultério’, no mesmo ano em que sua tese é publicada com os prefácios de Nina Rodrigues e Juliano Moreira. Entretanto, essa produção tornou-se rarefeita e se concluiu na década de 1910. Como anteriormente ressaltai, ela é formada por artigos e comunicações, não constituindo obras de fôlego como seus manuais de Higiene e Medicina Legal. Além disso, nota-se que são trabalhos associados as suas experiências mais imediatas no Hospital Nacional de Alienados e a sua filiação a Juliano Moreira no estabelecimento de um saber psiquiátrico voltado para os estudos de Kraepelin. Deste modo, podemos ressaltar que na produção de trabalhos voltados para o campo da classificação psiquiátrica e para o estabelecimento de definições mais precisas dos quadros nosológicos

⁵⁶¹ Meirelles, N.S. et al. Teses Doutorais de Titulados pela Faculdade de Medicina da Bahia, de 1840 a 1928. *Gazeta Médica da Bahia* 2004;74(1):Jan-Jun:9-101

⁵⁶² Em tal levantamento encontramos as seguintes teses: (1892) José Ribeiro do Couto Junior. Estudo médico-legal da epilepsia; Luiz Barreto Correia de Menezes. Physiopathologicas e therapeuticas sobre a epilepsia jacksoniana; (1893) Alberto Furtado de Mendonça. Qual a melhor interpretação dada do termo paranoia?; Antonio Barreto Prager. Da psicoterapia suggestiva; (1894) João Francisco de Souza. Breves considerações sobre a epilepsia e seu tratamento cirúrgico; (1895) Emilio Champion. Considerações sobre a loucura de dupla forma ou loucura circular; João Americo Garcez Fróes. A função intellectual nos climas tropicaes; (1897) Afrânio Peixoto. Epilepsia e crime.

então em voga, Afrânio participou das discussões sobre a delimitação de diagnósticos como paranoia, epilepsia, loucura maníaco depressiva, entre outros, como podemos ver no quadro abaixo:

Obras psiquiátricas de Afrânio Peixoto	
1897	Epilepsia e consciência.
1898	A herança do adultério: Contribuição para o estudo de uma questão psycho-sociologica.
1899	Coesistência episódica dos delírios persecutório e mystico na melancholia .
1904	Epilepsia
1905	Grandes syndromas mentaes: agitação, depressão e confusão.
1904	A paranoia e os syndromas paranoides.
1904	A loucura maniaca-depressiva .
1904	Novos ensaios sobre o tratamento de Bechtereff na epilepsia .
1904	Tratamento da epilepsia : methodo de Bechterew.
1905	Classificação de moléstias mentaes do professor Emil Kraepelin.
	Classificação de moléstias mentaes do professor Emil Kraepelin (continuação).
1905	A paranoia e os syndromas paranoides.
1905	Relatorio apresentado ao Exm. Sr. Dr. J. J. Seabra
1905	La folie maniaque-depressive .
1906	Les maladies mentales dans les climats tropicaux.
1906	La paranoia légitime: son origine et nature.
1910	Le diagnostique de la folie maniaque depressive .

No entanto, para nos remetermos ao conteúdo de suas obras é necessário antes delinear os contextos de atuação médica-psiquiátrica pelos quais passou Afrânio Peixoto. No que diz respeito às duas primeiras décadas do século XX é possível identificar o engajamento da psiquiatria, assim como de várias outras disciplinas médicas, na tarefa de constituir-se como parte do desenvolvimento daquele campo científico em direção às especializações. No caso da psiquiatria observa-se o esforço de médicos em participar de eventos e congressos científicos, incluindo os de caráter internacional, bem como o empenho em divulgar seus trabalhos por meio da criação de periódicos e de associações científicas.⁵⁶³

⁵⁶³ Silva, Renata Prudencio. Medicina, educação e psiquiatria para a infância: o Pavilhão-Escola Bourneville no início do século XX. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Fiocruz. Rio de Janeiro, 2008, p. 64.

Uma das questões historiográficas relacionadas a este período do desenvolvimento do saber psiquiátrico no Brasil é sobre os modos de convivência das perspectivas alienista francesa e científica alemã. Entre os médicos brasileiros identificados com a perspectiva alienista encontraríamos os já referidos Teixeira Brandão no Rio de Janeiro e Tillemont Fontes na Bahia. Tal como Jacobina (2001) chama atenção, foi enquanto alienistas que ambos acabaram por substituir os clínicos que ocupavam as cadeiras de Moléstias Mentais nas faculdades de medicina da época.⁵⁶⁴ Portocarrero, afirma que o saber psiquiátrico se estabeleceu no Brasil sob o signo da linha francesa alienista, principalmente por meio dos trabalhos de Esquirol e marca a década de 1890 como o momento em que o modelo alienista francês passa a ser questionado e substituído pela teoria krepeliniana⁵⁶⁵. A perspectiva organicista da psiquiatria, defendida por Juliano Moreira e outros médicos filiados às ideias de Kraepelin, teria como fundo o objetivo construir um corpo de saber mais identificado com o cientificismo que caracterizava e legitimava o discurso médico.⁵⁶⁶ A medicina mental procurava se constituir do mesmo modo que o campo médico mais amplo, conhecendo e intervindo cientificamente sobre as causas das doenças mentais e ganhando importância ao auxiliar no desenvolvimento de uma população saudável ou na identificação de seus traços degenerativos. Esta é uma característica importante da medicina psiquiátrica deste período, em que questões como o alcoolismo, delinquência ou prostituição eram lidas de modo a ressaltar não somente as consequências individuais, mas principalmente os encargos sociais que geravam.

Segundo Portocarrero, este seria o contexto em que os psiquiatras brasileiros se engajariam em destacar o caráter científico do novo discurso psiquiátrico, por meio do qual procurariam “obter respaldo político para a implantação de um novo modelo psiquiátrico”⁵⁶⁷. Um dos pontos importantes deste novo modelo psiquiátrico estaria no esforço destes médicos em responder às questões da causa da doença mental, no que dizia respeito a seus vieses moral ou orgânico, e do modo de apreender a doença, seja por meio da descrição de seus sintomas ou da compreensão de sua evolução. Segundo a explicação desta autora, tratar-se-ia aqui de uma passagem da sintomatologia para a semiologia. Isso significava que a doença não seria entendida a partir de uma coleção de sintomas, mas sim do relacionamento entre estes

⁵⁶⁴ Jacobina. A prática psiquiátrica na Bahia. *op. cit.* p. 155.

⁵⁶⁵ Portocarrero. Arquivos da loucura. *op.cit.* p. 33

⁵⁶⁶ Venancio, Ana. Teresa. A.; Carvalhal, L. “Juliano Moreira: a psiquiatria científica no processo civilizador brasileiro”. In: Duarte, L.F. D., Russo, J., Venancio, A.T.A. (org.). *Psicologização no Brasil: atores e autores*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

⁵⁶⁷ Portocarrero. Arquivos da loucura. *op.cit.* p. 35

sintomas na duração da doença, ou seja, um sintoma apresentado por um indivíduo era entendido como um signo “que reenvia, com outros signos, a uma inteligibilidade escondida da doença, desenvolvida numa duração”, de modo que a doença adquiriria um sentido subjacente e um potencial evolutivo.⁵⁶⁸

Este sentido subjacente estaria justamente vinculado a uma causa objetiva, o que representaria, segundo Portocarrero, a passagem da semiologia para a etiologia, realizada por meio da concepção de degenerescência de Morel. A partir daqui a inteligibilidade da doença faria referência a uma causalidade oculta e não somente a uma coleção de sintomas. Esta seria a razão dos médicos brasileiros se filiarem às discussões que aconteciam na Europa em torno de temas como “a influência da civilização na produção de doenças mentais, a importância da educação, as degenerescências, os diferentes modos de assistência”⁵⁶⁹

O esforço de Juliano Moreira e dos demais psiquiatras que o orbitavam fora de fato importante na construção deste tipo de saber psiquiátrico, preocupado com a descrição e classificação das doenças psiquiátricas que ocorriam no Brasil. Estes médicos buscavam demarcar causas especificamente orgânicas, de modo a questionar a explicação climática ou racial para as doenças mentais, tal como veremos adiante nos trabalhos de Peixoto. Contudo, é observável que fatores sociais continuaram sendo listados no rol de causalidades de moléstias, psiquiátricas ou não. Veremos diversas vezes a tentativa de regulação política de elementos sociais justificadas justamente no combate a doenças e na promoção de saúde da população. Um dos exemplos desta assertiva é o texto de Juliano Moreira *Assistência aos epiléticos: colônia para eles* (1905) em que associava a epilepsia à uma transformação da sociedade quando afirmava que a progressão da epilepsia seria enorme “nas sociedades que vão crescendo sem cuidar dos meios de melhorar o grupo humano”⁵⁷⁰

Para discutir a passagem do método semiológico de classificação para o de uma etiologia – que ligava a evolução de uma doença à uma causa objetiva – Portocarrero nos remete a Morel e sua concepção de degenerescência descrita no *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine et des causes qui produisent ces variétés maladives*, publicado em 1857. Morel teria como objetivo demonstrar a origem e a formação das variedades doentias da espécie humana, em que este autor afirmaria que

Il m'est impossible désormais de séparer l'étude de la pathogénie des maladies mentales de celle des causes qui produisent les dégénérescences

⁵⁶⁸ *Ibidem*, p. 36

⁵⁶⁹ *Ibidem*.

⁵⁷⁰ Moreira, Juliano. *Assistência aos epiléticos: colônias para eles*. *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins*, Rio de Janeiro, ano 1, n.2., 1905, p. 179.

fixes et permanentes, dont la présence, au milieu de la part saine de la population, est un sujet de danger incessant.⁵⁷¹

Ao associar a patogenia das doenças mentais às causas que produziam degenerescências, Morel estava fazendo uma leitura da sanidade da população, de sua própria constituição social e, principalmente, produzindo uma direção para o que deveria se constituir como campo e meio de atuação do saber psiquiátrico. É deste modo que chegava a afirmar que o tratamento da alienação mental não deveria ser visto como algo independente de tudo aquilo que seria indispensável para melhorar o estado intelectual, físico e moral da espécie humana⁵⁷². Morel mostrava consciência da amplitude das implicações de sua assertiva quando continuava asseverando que “La conséquence est rigoureuse, et c'est dans le sens de ce traitement, compris à un point de vue médical, plus large, plus philosophique et plus social, que se dirigera dorénavant tout l'activité de mes investigations thérapeutiques”⁵⁷³. É interessante notar que Morel acusava a multiplicidade de entendimentos sobre o termo degeneração e sua relação com um tipo ideal primitivo de ser humano. Afirmava, assim, que dentre os estudos de sua época se vincularia ao trabalho *Etudes de médecine générale*⁵⁷⁴, tomando-o como um posicionamento intermediário, mais próximo da verdade e mais fecundo em resultados relativos ao seu próprio interesse de estudo. Tratava-se de uma concepção que admitia “la dégradation originelle de la nature humaine, agissant seule ou avec le concours des circonstances extérieures, des institutions sociales et de toutes les influences occasionnelles analogues”⁵⁷⁵. Nesta perspectiva ganha relevo as condições e meio em que o indivíduo se encontrava, de tal modo que o tipo primitivo sofreria com todas as modificações de suas condições de vida. Seus descendentes seriam duplamente afetados: tanto pela hereditariedade quanto pelas causas exteriores que alterariam a saúde e fariam o indivíduo desviar o tipo primitivo, surgindo dentro das diversas raças seus estados anormais denominados por Morel de degenerescências^{576 577}.

⁵⁷¹ Morel, B. A. *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine et des causes qui produisent ces variétés maladives*. Paris: Chez J. B. Baillière, 1857, p. IX.

⁵⁷² No original: S'il en est ainsi, le traitement de l'aliénation mentale ne doit plus être regardé comme indépendant de tout ce qu'il est indispensable de tenter pour améliorer l'état intellectuel, physique et moral de l'espèce humaine. (Morel, 1857, p. IX)

⁵⁷³ Morel. *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales (...)* op. cit. p. IX-X

⁵⁷⁴ Tessier. *Études de médecine générale*, Paris, 1855, 1^a partie, p. 38

⁵⁷⁵ Morel. *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales (...)* op. cit. p3

⁵⁷⁶ No original: Ces déviations ont amené des variétés, dont les unes ont constitué des races capables de se transmettre avec un caractère typique spécial; les autres ont créé dans les diverses races elles-mêmes ces états anormaux qui feront l'objet spécial de ces études, et que je désigne sous le nom de dégénérescences. (Morel, 1857, p.4)

⁵⁷⁷ Morel. *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales (...)* op. cit. p.4

As degenerescências teriam um caráter típico, se distinguindo umas das outras pela razão de que certas causas doentias, que atingiriam profundamente o organismo, produziriam uma degeneração e não outra, formando grupos ou famílias que possuiriam elementos distintivos na natureza mesma da causa que as produziu. A degenerescência não seria mais do que uma influência mórbida – seja de ordem física ou moral – e como todos os estados doentios, teriam suas características especiais e seus caracteres gerais.⁵⁷⁸ Uma das características essenciais das degenerescências seria a da transmissão hereditária; mas, sob condições mais graves do que aquelas que regeriam as leis ordinárias da hereditariedade. Contudo, mesmo considerando a hereditariedade e a progressão dos caracteres degenerados, Morel afirmava que a humanidade se preservaria por meio da limitação da existência destes seres, não precisando o ser degenerado chegar ao último grau de degradação para que fosse atingido pela esterilidade, tornando-se incapaz de transmitir seu tipo de degenerescência.⁵⁷⁹ Segundo Morel, o melhor modo de definir a degenerescência da espécie humana seria representando-a como “une déviation malade d'un type primitif”, assim, segundo seu texto, degenerescência e desvio mórbido do tipo normal seriam uma única e mesma coisa.⁵⁸⁰

A importância de conhecer os elementos degenerativos estaria não somente na dimensão de preservação do indivíduo, mas, sobretudo, da preservação da própria espécie humana, com a ciência médica, tal como a segurança pública, assumindo a tarefa de defender a sociedade. Não deixa de ser interessante neste sentido esta complementariedade expressa por Morel entre o estudo da constituição humana e o meio em que o indivíduo se insere:

La société, dans un but de sécurité publique, a fait de la prophylaxie défensive en séquestrant des individus nuisibles, quelle que soit la cause qui constitue leur état; elle doit faire de la prophylaxie préservatrice en essayant de modifier les conditions intellectuelles, physiques et morales de ceux qui, à des titres divers, ont été séparés du reste des hommes; elle doit, avant de les renvoyer dans le milieu social, les armer pour ainsi dire contre eux-mêmes afin d'atténuer le nombre des recidives⁵⁸¹

Portocarrero chama atenção para o fato de que por meio da concepção de degeneração, enquanto um processo fisiológico que atuaria sobre o psicológico, os distúrbios psíquicos não precisariam ser entendidos necessariamente a partir da doença mental⁵⁸². Pelo contrário, poderiam advir de outros elementos degenerativos capazes de se desenvolver em psicopatologias, como seria o caso da sífilis e do alcoolismo, ambos abordados por Afrânio

⁵⁷⁸ *Ibidem*, p. 4

⁵⁷⁹ *Ibidem*, p.5

⁵⁸⁰ *Ibidem*.

⁵⁸¹ *Ibidem*, p.691

⁵⁸² Portocarrero. Portocarrero. Arquivos da loucura. *op.cit*

em âmbito da psiquiatria e da medicina legal. Deste modo, estes indivíduos que *a priori* não seriam objeto da psiquiatria passariam a sê-lo, o que ampliaria a legitimação da intervenção deste campo de saber na medida em que o raciocínio era de que alcoolistas, cocainômanos, sífilíticos, entre outros casos, concorreriam para aumentar o risco social, o que seria exponencialmente agravado se lembrarmos as ideias sobre a importância da hereditariedade na transmissão dos caracteres degenerados do indivíduo.

A influência de Kraepelin nas ideias de Juliano Moreira e seus discípulos para a adoção de um modelo psiquiátrico, em oposição ao modelo alienista moral do século XIX, estaria na constituição de um corpo teórico que tornava a classificação como o instrumento de constituição do campo, tratava-se de perfazer a descrição minuciosa dos sintomas bem como da evolução das doenças, constituindo conjuntos que permitissem o estabelecimento de diagnósticos e de prognósticos⁵⁸³. Um ponto a ser considerado é a questão do investimento dos psiquiatras daquele período na construção de instituições que fizessem circular os saberes que estavam produzindo, a exemplo da reforma, nos primeiros anos do século passado, do Hospital Nacional de Alienados, realizada de acordo com os preceitos médico-psiquiátricos defendidos por Juliano Moreira. Criavam-se lugares de discussão e mesmo de conformação não somente de uma prática, mas também de teorias, tal como foi o caso tanto dos **Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins**, quanto da **Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal**, ambos constituindo-se como espaços para discussão e para proposições em prol do desenvolvimento da psiquiatria brasileira do período.

Os *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins* foi criado em 1905, por Juliano Moreira e Afrânio Peixoto⁵⁸⁴. Tratava-se de um período intenso no que diz respeito a atividades no campo psiquiátrico. A nomeação de Afrânio e Juliano Moreira para o HNA foi anunciada junto à da exoneração do diretor Antonio Dias de Barros e dos médicos Marcio Pilaphiano Nery e Alberto das Chagas Leite, buscando-se a reestruturação daquele estabelecimento que vinha sofrendo com denúncias públicas e comissões de inquérito ao longo da última década do século XIX.⁵⁸⁵

Os *Arquivos*, enquanto primeira revista especificamente voltada para o campo psiquiátrico no Brasil, se colocava a função tanto de registrar as contribuições nacionais quando de estimular os médicos a realizarem estudos sobre seus doentes e, conseqüentemente publicá-los, o que servia à produção do próprio campo. A partir de 1915, quando a revista

⁵⁸³ *Ibidem*, p. 66

⁵⁸⁴. Sobre este periódico ver Facchinetti et. al. (2010) e sobre a referida Sociedade ver Cerqueira (2014).

⁵⁸⁵ Silva. Medicina, educação e psiquiatria para a infância. *op. cit.* p. 30-34

contava dez anos de existência os editores passariam a evidenciar nas capas das revistas as áreas do conhecimento que abrangia, e assim destacava seus responsáveis: a Afrânio a Medicina Legal, a psiquiatria ficaria ao encargo de Juliano Moreira e a neurologia com A. Austregésilo.⁵⁸⁶

Apesar de não ser uma publicação do hospício, acabava por refletir o trabalho nele desenvolvido, já que seus autores e colaboradores formavam o quadro de médicos, residentes funcionários do HNA⁵⁸⁷. Juntamente com o hospital, a Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal e os Arquivos eram instituições importantes na conformação do campo psiquiátrico e isto é confirmado quando percebemos a utilização que os médicos associados faziam destes espaços, no sentido de discutir e propor caminhos de atuação que extrapolavam os limites daqueles estabelecimentos. Neste sentido, podemos destacar o esforço desses médicos em absorver o corpo teórico psiquiátrico estrangeiro naquilo que este fizesse sentido para a realidade brasileira. É interessante perceber como os diversos trabalhos publicados nos *Arquivos* se utilizavam de estudos de caso, remontando aos pacientes atendidos no HNA. Este é o caso de trabalhos como *A paranoia e as síndromes paranoides* (1905) de Afrânio Peixoto, a comunicação *Histeria e síndrome histeroide* (1907) de A. Austregésilo, o *Nervosismo* (1916) de Henrique Roxo e ainda mais explicitamente os artigos *A propósito do tratamento dos doentes epiléticos no Hospital Nacional de Alienados durante os anos de 1912 e 1913* (1915) de Jefferson Lemos.

Alguns dos trabalhos acima se caracterizavam por discutir e comentar sintomatologia, diagnósticos e prognósticos, muitas vezes também desempenhando o papel de divulgação do conhecimento científico como o *Classificação de moléstias mentais do professor Emil Kraepelin* (1905) de Moreira e Peixoto, cuja publicação foi dividida entre dois dos primeiros volumes do novíssimo ABPNCA. A divulgação da classificação postulada por este psiquiatra

⁵⁸⁶ Facchinetti, C.; Cupello; Evangelista. Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins: uma fonte com muita história. *História Ciências Saúde – Manguinhos*, vol. 17, supl.2, dez 2010, p.528.

⁵⁸⁷ É interessante notar que a maior parte das contribuições de Afrânio a este periódico, foi durante sua primeira década de existência, período em que encontraremos seis publicações referentes a cinco trabalhos distintos entre os anos de 1905 e 1909: *Classificação de moléstias mentais do professor Emil Kraepelin* em julho 1905 e sua continuação publicada em outubro do mesmo ano, este foi um trabalho feito em coautoria com Juliano Moreira; no mesmo ano sairia *A paranoia e os syndromas paranoides*, também coautoria com Juliano Moreira; em 1906 foi publicado o trabalho *Les maladies mentales dans les climats tropicaux*, também com Juliano Moreira, o texto *Anomalias do hymen* publicado em 1908 e por último o artigo *Violência carnal e mediunidade* em 1909 que também seria publicado nos *Annales d'Hygiene Publique et Médecine Légale* em 1909. Contudo isso pode talvez ser atrelado a reestruturações do periódico que a partir de 1919 suprime o termo medicina legal, que foi um campo importante de atuação de Afrânio a partir de 1907, ano em que se tornaria Diretor do Serviço Médico Legal do Rio de Janeiro. Assim, continuamos a encontrar publicações relativas ao campo mais amplo psiquiatria-medicina legal em outros periódicos tais como o *Archivos do Instituto Medico Legal e do Gabinete de Identificação* (RJ) e o *Archivos de Medicina Legal* (Buenos Aires).

alemão era importante no sentido de conformar uma referência a que os médicos-psiquiatras brasileiros pudessem acorrer em sua clínica cotidiana, gerando uma uniformidade nos discursos e na produção de conhecimento. Ao sistematizarem a nosologia proposta por Kraepelin, Juliano Moreira e Afrânio Peixoto caminhavam em direção a constituição de uma classificação brasileira das doenças mentais: se fundamentavam nas definições da psiquiatria científica alemã para sobre este plano definir seus recortes próprios que, como veremos, tinham como base as observações dos pacientes que tratavam no HNA.

Moreira e Peixoto apresentavam Kraepelin como um dos mestres em psiquiatria que teria o *maior merecimento*. Identificado como discípulo de B. Gudden e do psicólogo Wundt, era salgado por ter aliado à psicologia experimental e aos elementos da observação clínica. Entretanto, a despeito do modo enfático com que Moreira e Peixoto afirmavam sua filiação a Kraepelin, este não era uma unanimidade entre os psiquiatras brasileiros. Isto é confirmado quando vemos nossos médicos afirmando que o psiquiatra alemão seria reconhecido amplamente na Europa, louvado por nomes como Havelock Ellis e Clouston, de modo que assim ficaria demonstrado que não seria apenas para o Brasil que teria sido inventada a notoriedade de Kraepelin, “como malignamente já foi assoalhado”.⁵⁸⁸

O objetivo explícito do artigo dos dois autores era o de resumir a classificação de Kraepelin segundo o seu último tratado. Contudo, ressaltavam que ao assumirem tal propósito não estariam se propondo a seguir-lhe “servilmente”, o que deveria ser comprovado quando esclareciam que “cada um de nós [Moreira e Peixoto] tem sua modificação que mais tarde será publicada, sempre sem a preocupação de que será a definitiva”⁵⁸⁹ O reconhecimento de que a classificação psiquiátrica era um trabalho em andamento também era expressa quando ressaltavam que o próprio Kraepelin tinha consciência de que seu trabalho não seria definitivo.⁵⁹⁰ Deste modo, ao longo dos anos, nossos psiquiatras, especialmente Juliano Moreira, mantieram sua atenção voltada para os desenvolvimentos dos trabalhos de Kraepelin, traduzindo e comentando seus novos arranjos nosológicos assim que estes eram levados a público.⁵⁹¹

⁵⁸⁸ Moreira, J; Peixoto, A. Classificação de moléstias mentaes do professor Emil Kraepelin *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins*. RJ: Oficinas de Typ. E Encad. do HNA. Ano I – Nº 2 – Julho de 1905, p. 205.

⁵⁸⁹ *Ibidem*.

⁵⁹⁰ Moreira, J; Peixoto, A. Classificação de moléstias mentaes do professor Emil Kraepelin *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins*. RJ: Oficinas de Typ. E Encad. do HNA. Ano I – Nº 3/4 – Outubro de 1905.

⁵⁹¹ Oda, Ana Maria Galdini Raimundo. A paranoia em 1904 - uma etapa na construção nosológica de Emil Kraepelin. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v. 13, nº2, junho de 2010, p. 322.

Ainda que acreditando tratar-se de um corpo teórico em construção, Moreira e Peixoto consideravam que os estudos de Kraepelin mereciam a atenção dos práticos da psiquiatria, já que se tratava de uma nosografia de fundo clínico baseada na evolução das psicoses, que era levada a cabo por meio do espírito de observação notável de Kraepelin, constituindo observações consideradas como “verdadeiras fotografias”.⁵⁹²

É possível percebermos que o que estava em jogo não era somente o modo de descrever uma moléstia, o que poderia se relacionar com as predileções de cada autor, gerando uma infinidade de classificações que não necessariamente conversariam entre si. A questão central remetia ao próprio modo de fazer da psiquiatria, de forma que, se até então as bases de uma classificação estariam na anatomia patológica, nas causas das moléstias e em seus sinais clínicos, a partir daquele momento estas ferramentas seriam consideradas insuficientes para a compreensão das doenças. Era este o ponto que passava a dar legitimidade a que a perspectiva kraepeliniana fosse considerada científica, ou mais científica que outras. A contribuição de Kraepelin era ressaltada justamente pelo modo como constituía seu recorte classificatório, observavam a este propósito que “sómente o quadro de conjunto dos casos clínicos seguidos em sua evolução do começo ao fim da moléstia póde fornecer elementos necessários a seu agrupamento com os factos analogos”⁵⁹³

A constituição de uma unidade classificatória útil ao cotidiano clínico dos médicos psiquiatras resultaria então em uma esquematização das categorias nosológicas propostas por Kraepelin, que nos importa, sobretudo, na medida em que estas seriam os parâmetros para discussão das moléstias mentais abordadas e sistematizadas por Afrânio Peixoto.

Classificação do Professor E. Kraepelin		
Psychoses infectuosas	Delírios febris	
	Delírios infectuosos	
	Estados de enfraquecimento	
Psychoses de esgotamento	Delírios de colapso	
	Confusão aguda (amentia)	
	Esgotamento nervoso chronico (neurasthenia adquirida, lypochondria)	
Intoxicações	Intoxicações agudas	
	Intoxicações chronicas	Alcoolismo
		Morfinismo

⁵⁹² Moreira, J; Peixoto, A. Classificação de moléstias mentaes do professor Emil Kraepelin *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins*. RJ: Oficinas de Typ. E Encad. do HNA. Ano I – N° 3/4 – Outubro de 1905

⁵⁹³ Moreira, J; Peixoto, A. Classificação de moléstias mentaes do professor Emil Kraepelin *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins*. RJ: Oficinas de Typ. E Encad. do HNA. Ano I – N° 2 – Julho de 1905, p. 205.

		Cocainismo
Psychose thyreogena	Psychose myxaedematosa	
	Cretinismo	
Demencia precoce	Formas hebephrenicas	
	Formas catatonicas	
	Formas paranoides	Demencia paranoide Delírio systematisado phantastico
Demencia paralitica		
Psychoses por lesões cerebraes		
Psychoses do periodo de involução	Melancolia	
	Delírio de queixumes pre-senil	
	Demencia senil	
Loucura maníaca-depressiva Estados maníacos, depressivos e mistos	Forma simples	
	Forma periódica	
	Forma circular	
Paranoia		
Loucura epileptica		
Nevroses psychogenas	Loucura hysterica	
	Nevrose traumática	
	Nevrose de angustia	
Estados mórbidos originarios	Nevrosidade	
	Depressão constitucional	
	Excitação constitucional	
	Loucura obsidente	
	Loucura impulsiva	
	Perversão sexual	
Personalidades psycopaticas	Criminoso nato, louco moral, criminoso de vocação	
	Os instaveis	
	Os mentirosos morbidos e os fraudadores	
	Os pseudo-querelantes	
Paradas de desenvolvimento Psychico	Imbecilidade	
	Idiotia	

Fonte: Moreira, Peixoto (1905a).

Tal como vimos a propósito da Higiene defendida por Afrânio, a psiquiatria também se voltava para a tarefa de conhecer a realidade brasileira. Este esforço pode ser apreendido por ações como a da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal em que alguns de seus membros constituiriam uma comissão para que se discutisse e formulasse o que seria a primeira tentativa de uma classificação psiquiátrica brasileira, ainda que claramente sob influência da psiquiatria alemã de Kraepelin.⁵⁹⁴ Esta questão da classificação das doenças mentais atravessou as décadas de 1910 e 1920, e não se restringiu ao campo da

⁵⁹⁴ Venancio, Ana. T. A.; Carvalho, Lázara. A classificação psiquiátrica de 1910: ciência e civilização para a sociedade brasileira. Jacó-Vilela, A.M. et.al. *Clio-Psyché Ontem. Fazeres e dizeres psi na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/UERJ, 2001.

psiquiatria, sendo de interesse também para a medicina legal, principalmente no quesito da imputabilidade do código civil, discussão entre médicos e peritos da qual Afrânio Peixoto participou, como veremos no próximo capítulo.

Apesar de datar de 1910, a classificação proposta pela comissão da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal só seria publicada quase uma década mais tarde, em 1919, quando o periódico vinculado a esta associação já teria se transformado em *Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria*. É Juliano Moreira em 1919 que explicita o contexto da criação deste documento, contando que a proposta de uma comissão para a criação de uma classificação das doenças mentais teria sido apresentada pelo professor Austregésilo ainda em 1908, já objetivando, segundo relatou, servir de base às estatísticas dos manicômios nacionais. A Sociedade teria então escolhido como membros da comissão os Drs. Eiras, Afrânio Peixoto, Henrique Roxo e Juliano Moreira. Contudo, o projeto seria adiado até 1910 quando a Repartição Geral de Estatística se dirigiria à Sociedade manifestando a necessidade de uma classificação de doenças que fosse aceita pelo maior número de médicos e que então pudesse ser utilizada na execução de seus inquéritos.⁵⁹⁵

É interessante notar aqui que o pedido da comissão no que diz respeito a maior aceitação possível da classificação entre os médicos parecia já ser objetivo desde a nomeação dos membros da comissão, visto que, apesar de contar somente com nomes reconhecidos na medicina mental isto não significava homogeneidade de percepções, já que entre os médicos citados encontramos nomes que divergiam sobre a compreensão teórica do que deveria se constituir como as bases de uma classificação psiquiátrica, médicos vinculados ao alienismo francês, outros ao organicismo da psiquiatria alemã e ainda indivíduos como Henrique Roxo⁵⁹⁶ que conjugava, no início do século XX, a psicologia experimental junto a essas duas escolas.⁵⁹⁷

3.3 Da Bahia ao Rio de Janeiro: Afrânio Peixoto médico e diretor do HNA

⁵⁹⁵ Moreira, J. Classificações em medicina mental. *Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria*, 1919, p. 93.

⁵⁹⁶ Henrique de Brito Belford Roxo (1877-1969), doutorou-se pela FMRJ em 1900, quando defendeu a tese *Duração dos atos psíquicos elementares nos alienados*, tendo como orientador o professor Teixeira Brandão, a quem substituiu de 1904 a 1907 no exercício da direção Pavilhão de Observações do HNA. Teria frequentado a Clínica Psiquiátrica de Heidelberg e de München, oportunidade em que conhecera Kraepelin. Foi professor substituto das Clínicas Neurológica e Psiquiátrica (1919), professor catedrático de psiquiatria da FMRJ (1921) e ainda o primeiro diretor do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil (1938-1946) (Facchinetti; Venancio, 2006). Facchinetti, Cristiana; Ana Teresa A. Venancio. Entre a psicanálise e a degenerescência: sexualidade e doença mental no início do século XX no Brasil. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, vol. 9, nº. 1, março, 2006.

⁵⁹⁷ Venancio, A. T. A. Os alienados segundo Henrique Roxo: ciência psiquiátrica no Brasil no início do século XX. *Culturas Psi*, 2012, p. 38.

Cabe lembrar que Afrânio havia decidido se estabelecer na capital do país se mudando para o Rio de Janeiro sem nenhuma colocação garantida a princípio, contando com a carta de recomendação do governador baiano e com as relações que tinha constituído na Bahia. Estas parecem ter sido de importância capital para o sucesso de seu empreendimento, fato que o próprio Afrânio destacava em suas linhas autobiográficas, publicadas por Leonídio Ribeiro (1950), nas quais relembra que acreditava então que sua amizade com o *leader* lhe valeriam muitas portas abertas e assim teria sido. O *leader* em questão era José Joaquim Seabra, mais conhecido pela abreviação J.J. Seabra utilizada em inúmeros documentos oficiais desta época. Seabra (1855 - 1942) era natural de Salvador, formado pela Faculdade de Direito do Recife e construiu uma carreira eminentemente política, exercendo mandatos como deputado federal, senador e presidente de estado entre os anos de 1891 a 1937 e participando da constituinte republicana.

Afrânio teria estreitado relações com Seabra pouco antes deste se tornar o Ministro da Justiça do governo de Rodrigues Alves. Segundo as memórias Peixoto, recém-chegado ao Rio de Janeiro, ainda em 1902, teria conhecido Seabra na pensão em que estaria hospedado a partir de onde cultivariam o hábito da caminhada entremeada pela conversa de planos futuros. Essas conversas parecem ter aprofundado o conhecimento de Afrânio sobre o futuro Ministro da Justiça, e isso pode ser verificado no episódio em que Peixoto, escrevendo sobre Mário de Alencar, relata sua intervenção quando este fora nomeado secretário de Seabra. Afrânio descreve Mário como alguém cuidadoso, que colocava ordem e medida naquilo que fazia. Recordava então que assim que foram apresentados surgiu-lhes a amizade, o que possibilitou que informasse a Mário a “categoria das pessoas da Bahia que escreviam a Seabra”, e que teriam a resposta do ministro por meio de seu secretário. Desta forma, afirma Peixoto, as cartas “eram tão adequadas e justas que Seabra pôs-se a bem apreciar o admirável funcionário que tinha a seu serviço”.⁵⁹⁸

J. J. Seabra, enquanto Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em um curto espaço de tempo, nomearia Afrânio para dois cargos: o primeiro como secretário da Diretoria Geral de Saúde Pública – o que causaria o mal-estar já referido com Oswaldo Cruz – e posteriormente nomeado como médico do HNA. A dita nomeação seria publicada no *Brazil-Medico* e também nas “Chronicas e noticias” da Faculdade de Medicina da Bahia publicada pela *Gazeta Médica da Bahia*, informando que por decisão do Ministro do interior teriam sido concedidas as exonerações solicitadas pelos Drs. Juliano Moreira e Julio Afrânio Peixoto,

⁵⁹⁸ Peixoto, Afrânio. Mário de Alencar. *Revista Brasileira*. Fase VII - out - nov - dez 2007 - Ano XIII - nº53, p. 345

respectivamente substituto da 12ª secção e preparador de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Bahia. O texto informa não somente os cargos que iriam ocupar, mas avalia a importância dos serviços que ainda seriam prestados:

Os distinctos collegas e companheiros de redacção afastando-se do nosso estabelecimento de ensino medico, facto que muito lamentamos pelo desfalque que lhe causa esse exodo de talento e de esforço, vão prestar o contingente de sua proficua actividade a serviços federaes outros que muitos lucrarão della; Ao Dr. Juliano Moreira coube a nomeação do Director do Hospicio Nacional de Alienados, instituição que será em breve fundamentada nos seus antigos creditos soblevados pela excellencia de reformas, daqui ha pouco efficientes, que o progresso scientifico exige e o nosso collega empreheendeu.⁵⁹⁹

Ressalto ainda a avaliação feita a respeito da colocação destinada a Afrânio, considerada algo provisório diante de sua capacitação, tal como se vê a seguir: “o Dr. Afranio Peixoto, concorrerá provisoriamente para a boa realização de medidas hygienicas, na Capital federal, enquanto o Governo não lhe designa, aproveitando sua orientação scientifica, logar eminente no serviço medico-legal da capital da Republica”.⁶⁰⁰ Apesar da *Gazeta Médica da Bahia* não considerar a colocação de médico suficientemente eminente, foi a partir da clínica psiquiátrica que exercia no hospital que Afrânio embasaria muitos de seus escritos. Além disso, sua presença no HNA, no momento em que este passava por grandes reformas, vinculou definitivamente seu nome ao de Juliano Moreira; isso por que o adoecimento deste último o obrigaria a se afastar de seu ofício justamente em uns dos períodos de maior repercussão administrativa de sua instituição. Desta forma, mais de cem anos após a reforma do HNA, Afrânio continua tendo seu nome vinculado àquilo que então aparecia nos jornais como uma façanha e como uma obra de humanização da assistência aos alienados do Brasil; isso por que a reforma idealizada por Juliano Moreira teve que, por força maior, ser levada a cabo por Afrânio, o que o fez registrar seu nome no relatório apresentado ao ministro da justiça o qual serve como o melhor documento sobre todas as transformações por que passou o Hospício à época.

Contudo, por meio da pesquisa dos jornais daquele início de século foi possível verificar que Afrânio não foi a primeira escolha para exercer a função de diretor interino e que sua nomeação contou com o auxílio de um drama ocorrido nas dependências do Hospício entre uma paciente internada e um dos pintores que trabalhavam naquela reforma. No dia 17 de maio de 1904, o jornal *Correio da Manhã* publicava uma notinha de segunda página

⁵⁹⁹ Chronica e noticias. Faculdade e Medicina da Bahia. *Gazeta Medica da Bahia*. Vol. XXXIV - Março de 1903 - n°9, p. 431

⁶⁰⁰ *Ibidem*.

referindo-se a várias queixas dos operários das obras do HNA contra o respectivo fiscal, sendo este acusado de ter um gênio violento e estar sempre irritado, dispensando um mau tratamento aos seus trabalhadores, e mais grave, de despedi-los por motivos frívolos. Seguia afirmando que isto teria se sucedido há alguns dias, com um pintor daquela obra, ocasião em que este último teria sido agarrado pelo braço e posto na rua. A nota era então finalizada com uma imprecação ao ministro do interior, afirmando que este deveria tomar atitudes de modo a evitar tais distúrbios lastimáveis.⁶⁰¹

O caso prosseguiria durante aquela semana e consideramos que ele é revelador da importância política do projeto de reforma do HNA, bem como da repercussão social daquilo que sucedia no cotidiano daquele estabelecimento, onde vemos um acontecimento restrito àquela realidade chegar ao conhecimento não só do ministro da justiça como ao próprio presidente da república. No dia seguinte à nota do *Correio da Manhã* uma reportagem no jornal *O Paiz*⁶⁰² trazia à baila a versão do então fiscal das obras do HNA, um senhor chamado Francisco Fernandes, que escrevera àquela redação para contestar as queixas a ele referidas. A reportagem ressaltava que o Sr. Fernandes não poderia responder pela demissão de funcionários, sendo os empreiteiros ou mestres de obras responsáveis pela contratação e demissões. Se na primeira matéria o fiscal era caracterizado como violento e irritadiço tal não se daria no dia seguinte, na matéria deste outro jornal, quando era chamado de “velho e bondoso Fernandes”, muito popular entre os operários do Rio, que aos 72 anos ainda trabalhava, conhecido por repartir aquilo que ganhava com aqueles que necessitavam, de tal forma que considerava-se em suspenso as acusações que lhe vinham sendo feitas⁶⁰³.

Contudo, de fato um pintor havia sido demitido após um incidente com o Sr. Francisco Fernandes, e o jornal esclarecia os motivos por meio da carta por este enviada. Segundo o fiscal, com as obras do hospício seria impossível evitar a entrada dos operários na seção das mulheres, e que teria sido esse o cenário em que um dos pintores, “homem sympathico”, teria recebido galanteios de algumas das pacientes internadas, algo que, só seria estranho àqueles que nunca tivesse visitado um hospital de alienados. Contudo, o que o Sr. Fernandes considerava incrível era o fato de que um homem casado pudesse corresponder aos galanteios daquelas mulheres internadas, tal teria sido o motivo de sua repreensão ao pintor, levando o acontecido ao conhecimento do diretor. Neste momento é necessária a ressalva de que Juliano

⁶⁰¹ Reclamações. *Correio da Manhã* - 17 de maio de 1904 - p. 2

⁶⁰² Noticiário. *O Paiz* - 18 de maio de 1904 - p.2

⁶⁰³ *Ibidem*.

Moreira estaria afastado do HNA por estar doente pelo menos desde o mês de março daquele ano⁶⁰⁴

Dois dias depois da declaração do fiscal de obras do HNA o *Correio da Manhã* voltava à carga noticiando o acontecido como “um caso escandaloso”⁶⁰⁵. A situação, relatada em tom de novela, teria repercutido no gabinete do ministro do interior quando este teria recebido um senhor que o *Correio da Manhã* descrevia como um “velhote gordo, nedio, anafado e bem disposto”, o senhor Francisco Fernandes,

creatura do ministro do interior e que actualmente exerce as funções de fiscal do ministerio do interior junto aos empreiteiros das obras que estão sendo feitas naquele estabelecimento e que nas horas vagas accumula os de espião honorario do ministro.⁶⁰⁶

Fernandes procurava o ministro para lhe dar ciência do acontecido entre o pintor João Canuto da Costa e a alienada Maria da Caridade, conhecida por Maria do Matto. Segundo o fiscal teria relatado, a paciente estaria, junto com outras alienadas, trabalhando na lavanderia, o que a levava a estender roupas sobre arbustos no terreno do Hospício. Fernandes segue afirmando que o pintor teria se aproveitado desta ocasião para convidar a paciente à prática de atos sexuais, assim desonrando-a. Quando retornou, a paciente teria entrado no refeitório do HNA entre gargalhadas mostrando o dinheiro que ganhara de Canuto, afirmando que este estava disposto a se casar com ela e tirá-la do hospício. O resultado da conferência entre o ministro e Francisco Fernandes seria um ofício endereçado ao Dr. Sá Ferreira, então diretor interino do HNA. Segundo conta o *Correio da Manhã*, Sá Ferreira e o administrador do hospício, Mattoso Maia, estariam encaminhando uma sindicância do acontecido, quando o primeiro recebeu o ofício do ministro e a visita da autoridade policial da 18ª circunscrição. O próprio ministro teria se apresentado no HNA e inquirido as empregadas da lavanderia, fazendo ainda os Drs. Álvaro Ramos, o ginecologista do hospício, e Afrânio Peixoto examinarem a paciente. Ambos afirmariam não poder precisar a época em que a paciente teria sido desvirginada já que não encontraram nenhum vestígio. Um dos resultados do inquérito do ministro se daria naquele mesmo dia com a ordenação da demissão de todo o pessoal da lavanderia, em um total de 11 empregadas entre inspetoras e guardas, após o que, Seabra voltaria para seu gabinete onde teria se reunido com Afrânio Peixoto. A última nota sobre o

⁶⁰⁴ Encontramos nos jornais algumas notas como a publicada em *O Paiz* onde lemos que “O Sr. Ministro da justiça, acompanhado de seu secretario, foi hontem, a tarde, visitar o Sr. Dr. Juliano Moreira, director de Hospicio Nacional de Alienados, que está enfermo”. *O Paiz* – 19/03/1904 - p. 1.

⁶⁰⁵ Um caso escandaloso: No Hospicio Nacional: as providencias. *Correio da Manhã* - 21 de maio de 1904 - p. 2

⁶⁰⁶ *Ibidem*.

caso seria a de que teriam “ouvido” que Seabra, após ter uma conferência com o presidente da república, resolvera substituir o Dr. Sá Ferreira do lugar de diretor interino.⁶⁰⁷

A mesma história era contada em um tom muito mais comedido e com algumas variações por *O Paiz*⁶⁰⁸. Uma delas seria a de que foi o próprio Sá Ferreira que teria informado o acontecido ao ministro da justiça. Além disso, o número de demissões teria sido da ordem de 15 funcionários entre inspetores, guardas e vigilantes, quanto ao pintor João Canuto, continuava sendo procurado pela polícia. Contudo, confirmava-se a conferência de Seabra com o presidente da república, e que desta reunião resultaria a decisão de destituir o então diretor interino Sá Ferreira. A partir destes acontecimentos Afrânio Peixoto se tornaria então o diretor interino do HNA, levando a cabo o projeto de reforma de Juliano Moreira.

O documento aqui analisado sobre as mudanças realizadas no hospital é o relatório do ministro da justiça apresentado ao presidente da república do ano de 1905, em que são descritas todas as atividades, relativas ao ano anterior, das instituições públicas de todas as áreas, compondo diferentes volumes impressos. O volume relativo ao relatório do HNA contém a descrição e diversas imagens do resultado das obras nesta instituição. É de nota que este relatório não se constituía somente em um trabalho técnico ou em uma simples prestação de contas. Ele seria distribuído ao Congresso Nacional conforme noticiado no *Brazil-Medico*⁶⁰⁹. Além disso, o texto do relatório era seguido por trabalhos de importantes nomes da área⁶¹⁰.

O ministro do interior abria o relatório apresentando seu conteúdo ao presidente Rodrigues Alves, embora o material tenha sido confeccionado pelos responsáveis por cada instituição reportada, no caso do HNA era responsabilidade do diretor interino, Afrânio Peixoto, considerado como “discipulo e collaborador do dr. Juliano Moreira”.⁶¹¹ Seabra se remete ao HNA mencionando a preocupação em relação a decadência moral e material da assistência a alienados que teria motivado uma comissão de inquérito acerca da situação do hospício e suas consequentes reformas. Foi neste contexto que teria investido Juliano Moreira, então professor de psiquiatria da Faculdade de Medicina da Bahia, do cargo de diretor do Hospício, com o referido médico indicando as “reformas precisas para trazer a assistencia aos

⁶⁰⁷ *Ibidem*.

⁶⁰⁸ O caso do Hospício. *O Paiz* 21 de maio de 1904, p. 1.

⁶⁰⁹ Chronica e Noticias. *Brazil-Medico* - ano XIX - 22 de maio de 1905 - nº 20 - pág. 200.

⁶¹⁰ Juliano Moreira - Evolução da assistencia a alienados; Afranio Peixoto - Serviço de alienados em 1904; João Baptista de Lacerda - fastos do Museu Nacional; Franco Vaz - Infancia abandonada; Azevedo Lima e Hilario de Gouvêa - Liga brasileira contra a tuberculose; Moncorvo Filho - assistencia á infancia.

⁶¹¹ Seabra. J. J. *Relatório dos anos de 1904 e 1905*. Apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brazil. Março de 1905, p. 209.

insanos ao nível que alcança nas **nações cultas**⁶¹² Seguia afirmando que as ideias e planos tecidos a propósito da assistência aos alienados teriam se tornado leis: os decretos nº1132 de 1903 que reorganizou a assistência a alienados no DF e nos estados e o de nº 5125 de 1º de fevereiro de 1904, que dava novo regulamento à assistência aos alienados. A execução desta legislação, “para o renascimento desse depreciado serviço publico”⁶¹³, seria realizada de modo representativo pelas reformas do HNA. As reformas do Hospício eram vistas como obras de humanidade e de civilização e esta era a imagem impactante que tal transformação parece ter sobre o imaginário social daquela época. O governo trabalhava em prol da constituição de uma civilização brasileira, preocupando-se não somente em manter a saúde da população por meio das reformas sanitárias e combate as epidemias, que ainda nos primeiros anos do século XX ocasionavam muitas mortes mesmo no Distrito Federal, mas também com o destino daqueles indivíduos terrível e por vezes perpetuamente marcados pela desordem mental. Fato é que o Hospício era parte integrante da sociedade carioca, constituindo peça do cotidiano da imprensa da época, responsável por divulgar e muitas vezes denunciar o que lá se passava.

As novas instalações se tornaram notícia em impressos leigos e especializados. Sua inauguração, em 6 de abril de 1905 foi marcada por solenidades e missa, assistida inclusive pelo presidente da república e pelo ministro Seabra. O evento contaria ainda com uma visita guiada às diversas dependências do manicômio e com o pronunciamento do discurso do diretor interino, que atribuía aquelas realizações ao ideal daquele governo, que dentre suas ações teria tomado como objeto o saneamento do Rio de Janeiro. Assim, Afrânio vinculava as transformações daquele aparelho psiquiátrico ao contexto mais amplo de reforma da saúde. Contudo, Afrânio não deixava de ressaltar a especificidade do que estava sendo feito no hospício:

Os sãos precisavam que lhes defendessem a saúde, os insanos, que não a tinham, que lh'a restituíssem, e satisfeitos uns, V. Ex. quiz satisfazer os outros. Existiu, outr'ora, um tempo que foi hontem, mas de que nos devemos esquecer como se fôra longinquo, em que quasi um milhar de loucos enchia de gritos e pavores uma prisão archaica, a que faltavam o conforto e a decencia e o trato humano, e V. Ex. fez dessa [gehenna] o hospital moderno, de porta aberta, onde o soffrimento é respeitado, consolado e curado e onde si algum rumor mais alto se levanta é, como agora, nesta voz vacillante, para bem-dizer o Governo que soube ser a nossa Providencia: é para bem-dizer a V. Ex., Sr. Presidente.⁶¹⁴

⁶¹² *Ibidem*. Grifo meu.

⁶¹³ *Ibidem*.

⁶¹⁴ Peixoto, A. Chronica e noticias. *Brazil-Medico*. 01/04/1905. ano XIX, nº13, p. 149-150

3.4 As reformas do HNA: um relatório na história

O relatório ao ministro do interior, tal como nos referimos acima é peça fundamental para a compreensão da dimensão do que representava a reforma do Hospício. Em suas páginas vemos não somente a descrição dos trabalhos realizados, dos prédios construídos e dos serviços prestados, mas também o conhecimento que fundamentava estas mudanças e o quanto estas estavam vinculadas a um ideal social mais amplo. É possível notar a tônica de modernização presente neste documento que contrapunha aquela realidade de assistência aos insanos com o que era realizado até um passado muito próximo.

Afrânio inicia seu relatório fazendo referência à sindicância por que passou o HNA entre os anos de 1902-1903, em que uma comissão especial chegaria à conclusão de que aquele estabelecimento seria “simplesmente uma casa de detenção de loucos, onde não há tratamento conveniente, nem disciplina, nem fiscalização”⁶¹⁵. Fazendo coro com as conclusões da comissão de inquérito, Afrânio ressaltava que o estado de ruína a que chegou o HNA era devido às faltas cometidas ao longo de muito tempo, gerando uma situação de frouxidão e licença administrativa. Sua preocupação em relembrar o passado inglório daquele manicômio se devia a sua percepção de que a memória coletiva seria muito curta, a qual poderia julgar que o hospício sempre teria sido daquela forma que somente sob a atual administração de fato era.⁶¹⁶

Segundo a reconstrução cronológica apresentada por Peixoto, a nomeação de Juliano Moreira como diretor do HNA teria ocorrido em 26 de março de 1903, menos de quatro meses depois, em 16 de julho de 1903 este diretor submeteria ao ministro da justiça um projeto com as bases das reformas necessárias. O texto deste projeto era então exposto por Afrânio em sua relação com as reformas efetuadas naquela instituição. O primeiro ponto abordado seria o da necessidade de criar uma legislação que desse conta da assistência pública aos alienados, o que era um objetivo não somente destes médicos que figuravam na ponta de uma psiquiatria clínica, como também era objeto de discussão entre aqueles que se exerciam nas cátedras das FMRJ, tal como Teixeira Brandão.

No que concernia especificamente ao HNA o ponto mais candente era a necessidade de ampliação do atendimento, o que era justificado pelo aumento da população do DF, bem

⁶¹⁵ Citação que Afrânio Peixoto faz do “Relatório da comissão de inquérito sobre as condições da Assistência a Alienados no Hospício Nacional e Colônias da Ilha do Governador pelos Drs. Pharmaceuticos F. M. da Silva Araujo, Antonio Maria Teixeira, Carlos Fernandes Eiras e Egydio de Salles Guerra, p. 29.

⁶¹⁶ Peixoto, A. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J. J. Seabra pelo Dr. Afrânio Peixoto. 1904-1905, p. 3.

como pela necessidade daquele estabelecimento receber pacientes de vários outros estados. Ampliação não somente das dependências do hospício, mas também das colônias que deveriam receber os alienados indigentes, constituindo assim um espaço onde pudessem trabalhar no serviço da lavoura o que, na perspectiva de Moreira, seria a melhor atividade de que alguns deles poderiam se ocupar.⁶¹⁷

Outro ponto destacado por Peixoto acerca do projeto de Juliano Moreira era o da necessidade da criação de uma colônia especial para os epiléticos indigentes, obra que se justificaria pelo quantitativo destes indivíduos tanto no hospício quanto nas detenções ou mesmo entre a população livre. Os alcoolistas eram responsabilizados por sobrecarregar o erário público, considerando mesmo que esta era uma despesa inútil, “visto como muitas vezes somos obrigados a mantel-os aqui por que sabemos que, mesmo cessado o delírio, o dia da alta é frequentemente a vespera da volta, em carro da policia”.⁶¹⁸ O entendimento desta rotina fazia com que Moreira acreditasse que as colônias também seriam o melhor tratamento para esses pacientes, que em sua maioria seriam excelentes trabalhadores quando isentos do álcool⁶¹⁹.

Apesar de defender o tratamento de diversos quadros clínicos por meio da terapêutica das colônias, Moreira não deixava de reivindicar do mesmo modo a construção de espaços dentro do próprio HNA, para epiléticos, tuberculosos e para os acometidos de doenças intercorrentes. Chamava atenção inclusive para a necessidade de criação de um pequeno instituto de educação para os idiotas e os imbecis, revelando a população infantil como clientela do manicômio. O projeto também incluía não somente a construção de pavilhões, mas também de laboratórios de propedêutica e semiótica mentais, de psicofisiologia, anatomia patológica e bioquímica; elementos necessários a um serviço de diagnóstico mais apurado. No âmbito do tratamento destacava a necessidade dos serviços de hidroterapia e kynesotherapia (Cinesioterapia).

A instauração destes serviços ressaltava a necessidade de ampliação do número de profissionais capacitados, com a criação de mais cargos que dessem conta de lugares clínicos como o de pediatria e neurologia voltado para crianças, além de um clínico responsável pelos pavilhões de isolamento. A aquisição destes clínicos permitiria que os quatro alienistas efetivos tivessem oportunidade de cuidarem de suas respectivas sessões, o que seria

⁶¹⁷ *Ibidem*, p. 4

⁶¹⁸ Moreira, 1903 *apud* Peixoto, Peixoto. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J. J. Seabra pelo Dr. Afranio Peixoto. 1904-1905, p. 4

⁶¹⁹ *Ibidem*.

idealmente feito se ainda tivessem colocados a disposição mais dois médicos adjuntos que auxiliassem, entre outras coisas, no serviço de observação. Além destes médicos, vinculados ao trabalho psiquiátrico, Moreira afirmava ainda ser necessário completar o quadro com os lugares de cirurgião ginecologista, de oftalmologista e de dentista⁶²⁰.

O hospício também era pensado em suas possibilidades enquanto um espaço de educação e aperfeiçoamento, sendo neste sentido que Juliano Moreira sugere que para dirigir os laboratórios acima mencionados seria interessante contratar na Europa um profissional competente, considerando ainda a formação de um corpo de internos trabalhando com remuneração. Incluía em suas propostas a formação de uma escola de enfermeiros, considerando esta uma das maiores necessidades do serviço hospitalar da época. O esforço para a implantação de uma escola profissional de enfermeiros é expresso no decreto nº 791 de 27 de setembro de 1890, que previa sua criação, embora até então não fora implantada. As construções e acréscimos reivindicados para a reforma do HNA constituiriam os meios de transformação daquele serviço. Contudo, acredito que entre todas essas medidas a que mais deu caráter de modernização foi a instalação de luz elétrica, o que junto às demais medidas sugeridas, aproximaria a assistência a alienados no Distrito Federal daquelas existentes em outros países civilizados⁶²¹. A instalação elétrica foi realização tão importante que encabeçava o relato das reformas registradas por Afrânio. O acesso à eletricidade e a iluminação das ruas são acontecimentos consideráveis se pensarmos no contexto de modernização do Rio de Janeiro, juntamente a processos como o de saneamento e embelezamento da cidade. Além disso, a eletricidade tinha também impactos sobre as possibilidades médicas de tratamento dos alienados, visto que encontramos diversos aparelhos elétricos vinculados às terapêuticas do hospício. Se isso não fosse suficiente, a iluminação elétrica ainda trazia o benefício de ser mais segura quando comparada com a iluminação a gás que poderia gerar incêndios ou contaminação do ar. O fornecimento, entretanto não se daria pela Companhia de Ferro Carril, mas por meio da construção de uma usina produtora de energia que, aliada a uma bateria de acumuladores, possibilitava que o hospício usufrísse eletricidade dia e noite. Tais disposições refletem o investimento feito por parte do governo, custeando a importação, por meio da Guinle & C., de todo o material necessário dos Estados Unidos. Resta ainda destacar a implantação de novos serviços que modernizariam o atendimento prestado no HNA, como o serviço cirúrgico, considerado como elemento raro entre as instituições de cunho psiquiátrico e que teria todos os equipamentos comprados na

⁶²⁰ *Ibidem.*

⁶²¹ *Ibidem.*

Europa, incluindo o material elétrico destinado a “endoscopia, diaphanoscopia, cataphorese e trepanação”⁶²²

A importância da eletricidade também se faz presente na reconstrução do gabinete de eletroterapia, este revelava o quanto a reforma se desenvolvia com base nos conceitos adotados por aqueles que a conduziam, e também nas boas relações entre o então diretor interino do HNA e o ministro da justiça. Segundo Afrânio, foi em sua visita a Buenos Aires, por ocasião do 2º Congresso Médico Latino-americano, que conheceu o Instituto de Physiotherapia, o qual o teria inspirado constituir serviços semelhantes no HNA. A partir de tal inspiração, se dirigiria à Seabra, no que afirma que este sempre lhe dera “ouvidos, acolhimento e execução a todos os planos de empresas que temos desejado”, e que teria obtido a quantia “precisa para adquirir na Alemanha, da casa Reiniger, Gebbert & Schall, de Erlangen, na Baviera, a mais completa das instalações electricas até hoje entre nós”⁶²³, o que colocaria o HNA em um grupo seletivo de manicômios aparelhados de tal maneira. Os alienistas do HNA dispunham neste serviço de várias maneiras de empregar a eletricidade no tratamento médico, conforme citado por Afrânio: “Instalação universal para galvanização, electrolyse, cataphorese, faradização, endoscopia e caustica”, “Banhos de luz electrica”, “Instalação de banho hydro-electrico para correntes galvanicas, faradicas e alternativas sinusoidaes”, “Instalação productora e utilizadora dos raios de Roentgen combinada com uma instalação para o emprego de correntes alternativas de alta frequencia (d'Arsonvalização)”, “Ozonador do Dr. Oudin para tratamento da tuberculose, scrophula, anemias, etc.”, “Instalação de phototherapie, Finsen-Reyn, para tratamento do lupus e doenças cutâneas”; “Instalação frankliana” e “instalação para electro-diagnostico”.

O hospício naquele momento apresentava muitos de seus serviços funcionando de modo ideal. Um deles era a 5ª seção, voltada para crianças, um dos alvos das críticas feitas pela comissão de inquérito de 1902. A reforma de 1904 instituiria o Pavilhão-escola Bourneville, que mereceria destaque naquela época visto ser tomado por muitos estudos como o marco de institucionalização da assistência médico psiquiátrica à criança anormal no Brasil.⁶²⁴ Outro ponto mencionado é a reforma da biblioteca: projeto que Juliano Moreira

⁶²² Peixoto. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J. J. Seabra pelo Dr. Afrânio Peixoto. 1904-1905, p. 30.

⁶²³ *Ibidem*, p. 32

⁶²⁴ Lobo, L.F. Os infames da história: A instituição das deficiências no Brasil. Tese de doutorado. Departamento de Psicologia, PUC-Rio Rio de Janeiro, 1997; Müller, T.M.P. A primeira escola especial para crianças normais no Distrito Federal – o Pavilhão Bourneville do hospício Nacional de Alienados (1903-1920): Uma leitura foucaultiana. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da UERJ, 1998; Silva. Medicina, educação e psiquiatria para a infância. *op. cit.*

iniciara em 1903 e que, por falta de verbas, estacionara. Afrânio, fazendo valer as verbas que então administrava, deu continuidade ao projeto, organizando em uma sala apropriada mais de 400 volumes de obras necessárias às práticas lá realizadas. Tratava-se de disponibilizar aos profissionais do HNA todas as obras clássicas francesas, antigas e modernas, além de obras inglesas, alemãs e italianas, coleções de revistas como os *Annales Medico-Psychologiques* (1843-1904), *Archives de Neurologie* (1880-1904), *Nouvelle Iconographie de la Salpêtrière* (1888-1904) entre outras. O objetivo era o de construir um acervo completo a estudantes, aos médicos do HNA.

Afrânio justificava a falta de êxito na criação da escola de enfermagem no fato da direção do curso ser entregue a um dos alienistas, o que constituiria um empecilho a suas demais atribuições. Por isso, ao mesmo tempo em que Peixoto solicitava a alteração do texto da lei, buscava o acordo entre os profissionais do hospício no sentido de obter a cooperação necessária para que o projeto da escola de enfermeiros se efetivasse. Afrânio relata que conseguira, a partir do consentimento geral, fazer as seguintes nomeações para a escola de enfermagem: como diretor, Fernandes Figueira; como secretário, João de Mello Mattos, além dos docentes e auxiliares como Miguel Pereira, Humberto Gotuzzo e o interno Afrísio Gouveia no ensino de Anatomia e fisiologia elementares, Fernandes Figueira, Antonio Austregésilo e o interno Moura Brito no ensino de Higiene Geral e noções de patologia; Álvaro Ramos, José Chardinal e o interno Gastão Guimarães no ensino de Curativos e pequenas cirurgias; Afrânio Peixoto, Ulysses Vianna Filho e o interno Adelino Pinto no ensino de Cuidado e tratamento dos alienados; Domingos Niobey e o farmacêutico Ribeiro de Almeida no ensino de Pequena farmácia e administração de medicamentos; o interno Rezende Puech seria responsável pela Prática administrativa e disciplinar e o massagista P. Lauret pelo ensino da Massagem. Peixoto demonstrava aqui uma característica que revelaria em diversas ocasiões de sua trajetória, a de um administrador conciliador, que buscava alcançar o que era colocado como ideal, buscando a boa relação como meio de suplantar os obstáculos.

O relatório descreve ainda o funcionamento e os melhoramentos sofridos pelas várias seções do hospício: a compra de camas, mesas e cadeiras para refeitórios, banheiras e duchas utilizadas como tratamento até mesmo a manutenção e compra de instrumentos musicais de grande porte como o piano da seção Morel.

Estrutura do HNA em 1904-1905		
Seção Esquirol	1ª seção de mulheres	Dr. Lucio de Oliveira

Seção Morel	2ª seção de mulheres	Dr. Francisco Claudio de Sá Ferreira
Seção Pinel	1ª seção de homens	Dr. Antonio Austregésilo.
Seção Calmeil	2ª seção de homens	Dr. Afranio Peixoto
Pavilhão-Escola Bourneville	5ª seção - crianças	Dr. Antonio Fernandes Figueira
Serviço de oftalmologia		Dr. Jose Chardinal
Serviço cirúrgico		Dr. Alvaro Ramos
Gabinete de Electrotherapia		Dr. Domingos Niobey
Serviço Kinesotherapico		Dr. Domingos Niobey Massagista Paul Lauret
Serviço odontológico		Cirurgião dentista Chapot Prevost
Pavilhões para moléstias infecciosas intercorrentes	4ª seção	Dr. Miguel da Silva Pereira
Pavilhões para epiléticos tranquilos ou semi-tranquilos	3ª seção	Dr. Juliano Moreira Alienista adjunto Dr. Humberto Gotuzzo
Farmácia		Farmacêutico F. Ribeiro de Almeida
Pavilhão de Observação		Teixeira Brandão Marcio Nery Henrique Roxo
Gabinete de anatomia patológica		-----
Gabinete de psicologia experimental		-----
Pavilhão Seabra		-----

Fonte: Informações obtidas em Peixoto (1905).

Ainda a respeito da transformação que foi operada no tratamento prestado a cada indivíduo internado no HNA destaco a seção Pinel, dirigida pelo Dr. A. Austregésilo, quando este compara a situação em que encontrara a referida seção em 1904, ano em que começara a reforma que levou a providências como

abolição completa das chamadas casas fortes e camisas de força, a multa, demissão, prisão aos empregados mal educados e já useiros, pelo desleixo de outr'ora, que maltratavam doentes; a fiscalização directa diurna e nocturna, de suas prescrições medicas e disciplinares; a revisão systematica de todos os enfermos, a instituição obrigada da klinothrapia; a separação em um quarteirão aparte, dos alienados delinquentes ou impulsivos perigosos; as medidas atenuadoras da immundicie de grande numero deles⁶²⁵

Este relato revela não só uma reforma material do hospício como uma transformação das práticas lá empregadas.

Afrânio Peixoto também descrevia a seção Calmeil, dirigida por ele próprio⁶²⁶, a respeito da qual declarava ter os maiores índices de alta, as menores taxas de mortalidade e

⁶²⁵ Peixoto. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J. J. Seabra. *op. cit.* p. 25.

⁶²⁶ Trabalhavam na mesma seção Calmeil o alienista adjunto Dr. Humberto Gotuzzo, o interno Rezende Puech e o inspetor João José Pereira Dias.

ainda o maior movimento entre os demais pavilhões. Explicitava que se sentia exultante, não por vaidade, mas por ser propagandista “até a intolerância, dos meios brandos de tratar os alienados”.⁶²⁷ É das observações desta seção que advém parte importante da obra psiquiátrica produzida por Afrânio em torno da discussão e classificação nosológica. Seu relato sobre a seção Calmeil é uma oportunidade importante de conhecer seus parâmetros na prática da clínica psiquiátrica. Peixoto afirmava que utilizava em seu serviço o *no-restraint*⁶²⁸, adotado com pioneirismo em sua seção, fundamentado em medidas de humanização do paciente psiquiátrico, já que, para Afrânio, a “fúria insana é produto do mau trato” o que justificaria então a “concessão de todas as liberdades lícitas”.⁶²⁹

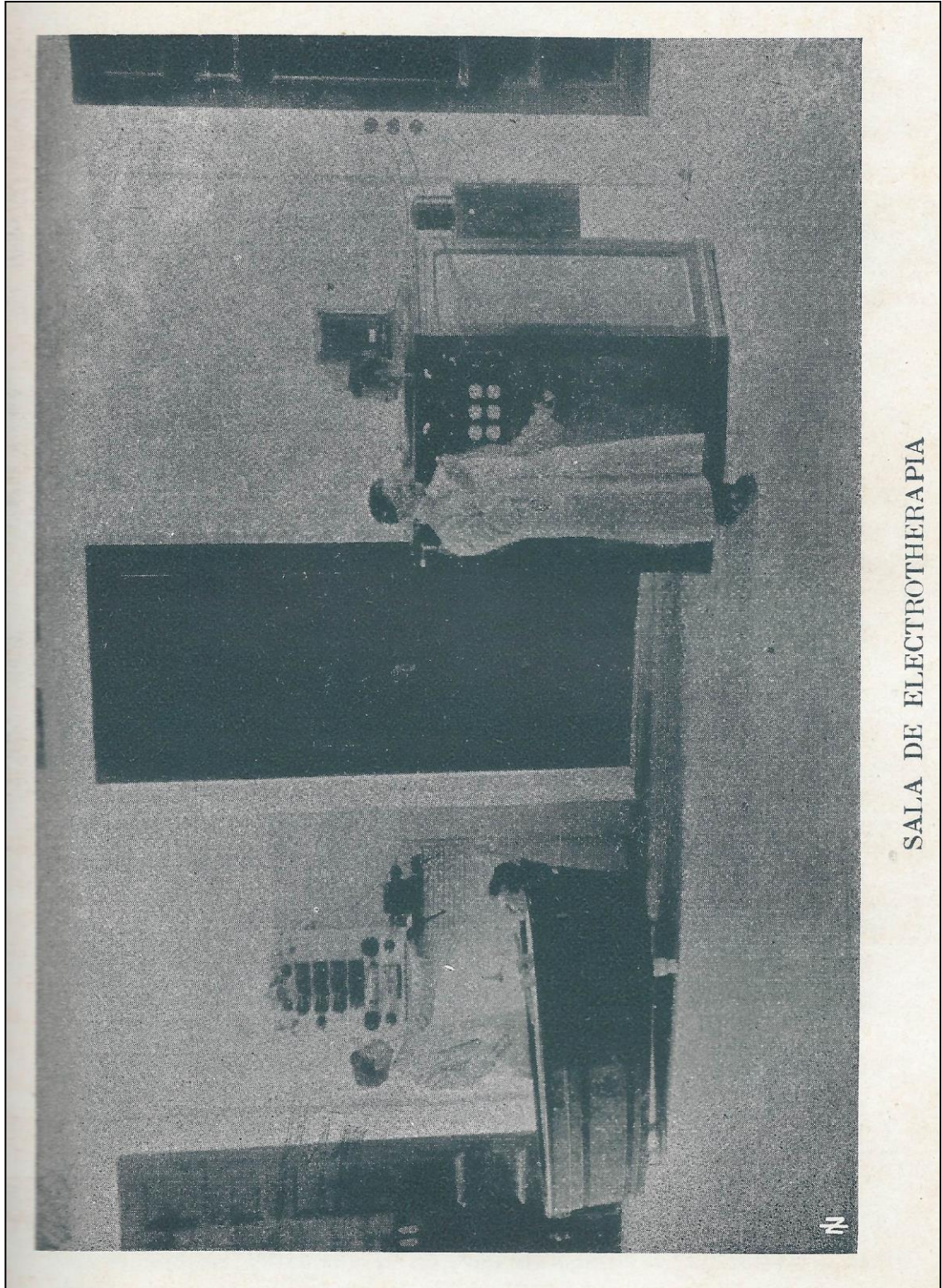
Afrânio propunha idealmente o método *out-door*, tratamento da insanidade mental passível de ambulação, o que ainda não ocorreria devido à necessidade de medicação dos casos agudos ou mesmo daqueles em crise de agitação ou depressão, onde o leito ainda seria o melhor remédio. No que diz respeito à clínica relatava o uso da prática de Prokhorw para a sífilis, constituída pelo uso intensivo de mercúrio propinado conforme a unidade de peso, na dosagem de 3 miligramas por quilo. Além disso, relatava o tratamento da epilepsia segundo o método do Bechterew, o que ainda veremos em detalhes, e a modificação que efetuou na *cura metathrophica* de Richet e Toulouse, constituindo o que denominava como regime bromothrophico, que consistia na substituição do chlorureto de sódio por bromureto de potássio ou de sódio nos alimentos.⁶³⁰

⁶²⁷ Peixoto. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J. J. Seabra. *op. cit.* p. 26.

⁶²⁸ O tratamento psiquiátrico fundamentado no open door e no-restraint teria sua origem na Inglaterra do século XIX, método atribuído à Conolly (Rosas, 1979), (Esteves, 2011), que preocupado em diminuir o sofrimento dos doentes teria defendido a supressão dos métodos corporais coercitivos. O open door teria sido assim responsável por alterar o funcionamento do asilo por meio da abertura de suas portas, da demolição de seus muros e da eliminação de suas grades. (Esteves, 2011, p.25) Conolly (1794—1866) teria abolido a camisa de força no asilo de Hanwell (Inglaterra). (Rosas, 1979, p. 60) Rosas, Paulo da Silveira. O dilema da psicologia contemporânea. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 1979, n.0, pp. 67-136. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30nspe/v30speca03.pdf> Esteves, Margarida Tomás. Saúde Mental Comunitária: rede de suporte social de pessoas com doença mental grave (estudo no concelho de Odivelas). Dissertação para a obtenção de grau de Mestre em Política Social. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2011.

⁶²⁹ Peixoto. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J. J. Seabra. *op. cit.* p. 27.

⁶³⁰ *Ibidem*.



SALA DE ELECTROTHERAPIA

Outro método de tratamento, o Serviço Kinesoterapico – constituído por ginástica, massagens manuais e elétricas e pela reeducação dos movimentos – também teria sido inspirado a partir do Instituto de Fisioterapia de Buenos Aires.

Nestas reformas do HNA duas outras construções se destacam: o pavilhão para doenças infecciosas e intercorrentes, dirigida pelo Dr. Miguel Pereira e o pavilhão para epiléticos tranquilos ou semi-tranquilos, dirigidos pelos Drs. Juliano Moreira e Humberto Gotuzzo. No que diz respeito aos epiléticos, estes médicos consideravam que a mistura com os outros pacientes não permitiria seu tratamento adequado, o que teria motivado Juliano Moreira a separar os tranquilos e semi-tranquilos em pavilhões próprios onde pudessem dedicar um cuidado especializado. Segundo Afrânio, esta empresa representaria o empenho de esforços para conseguir “se não a cura, ao menos a suspensão da atividade de sua degeneração e por consequencia obtendo as vantagens da alta”.⁶³¹

O Gabinete de anatomia patológica e principalmente o Gabinete de psicologia experimental também representavam a modernização da estrutura e funções da instituição e a produção científica do hospício, o que coadunava com a criação do já citado *Archivos Brasileiros de Psychiatria e Neurologia*, justificado nas palavras de Afrânio da seguinte maneira: “Reformando o Hospicio, em condições de dar conforto e saude aos insanos e trabalho e instrucção aos que cuidam deles, pensei que seria o cimo intelectual da instituição ter um organ de nosso pensamento e nossos estudos perante os homens de sciencia”.⁶³² É interessante notar que os *Archivos* se vinculavam ao HNA em diversos níveis, no que diz respeito aos autores, aos casos estudados e até mesmo com relação à estrutura de produção material do periódico, tal como vemos quando Afrânio afirmava: “A officina de typographia presta-se sobejamente e mais não precisamos, tendo investigadores, meios de trabalho e execução material, para a fundação de uma revista, destinada aos estudos da especialidade. Annuncio pois a V. Ex. a criação dos – Archivos Brasileiros de Psychiatria e Neurologia”⁶³³.

O Pavilhão Seabra por sua vez era constituído pelas diversas oficinas realizadas pelos pacientes. Seu nome era uma homenagem ao ministro da justiça, que, segundo o relatório apresentado por Peixoto, participou de perto de todas as decisões tomadas durante as obras. Este pavilhão constituía-se em um exemplo do tratamento mental por meio do trabalho, método aplicado a toda população do HNA – iniciado antes mesmo da reforma, com a oficina de costura das mulheres ainda por designação de Juliano Moreira – e que a partir das novas

⁶³¹ *Ibidem*, p. 37

⁶³² *Ibidem*, p. 44

⁶³³ *Ibidem*.

instalações poderia contar com oficinas de ferraria, de bombeiro, de mecânica elétrica, carpintaria e marcenaria, tipografia e encadernação, sapataria, colchoaria, vassouraria e oficina de pintura.

Estas oficinas eram celebradas na medida em que possibilitariam ganhos econômicos ao Hospício, provendo de itens como roupas, sapatos e colchões que forçosamente era necessário adquirir. Afrânio dava como exemplo deste benefício a oficina de costura feminina, responsável por manufaturar toda a roupa do hospício, costurando só no ano de 1904 o total de 16.940 peças, entre vestuário como saias, camisas e paletós e roupas de cama. Dado este benefício o intuito seria o de criar outras oficinas para as mulheres como a de tapeçaria e de fabricação de flores. Às crianças era destinada a oficina de empalhador.⁶³⁴ Contudo, o ganho econômico não seria a única justificativa da inserção do trabalho entre os pacientes do HNA. Segundo Afrânio, o trabalho para os insanos, assim como para os sãos, seria uma redenção, considerando isto um fato médico de fácil verificação:

A atenção presa por um fito material, a cuja realização o interesse se prende como obra do próprio esforço, é só isso um facto capaz de desviar a mente atribulada do orate das cogitações geradas no seu desequilíbrio pelas suas idéas falsas e concepções absurdas.⁶³⁵

Tratava-se mesmo de definir uma orientação ao grande aparelho de assistência mental que se tornara o hospício, considerando seus termos e suas especificidades, como bem fez Afrânio Peixoto:

um hospício cuja construção data de mais de meio seculo, encravado num meio urbano, que se não póde expandir em uma colônia productora de saude e de utilidades rurais, adapta-se ao seu tempo, transforma-se em **asylo industrial** produtor de saude e conforto.⁶³⁶

O projeto de reforma do HNA simbolizava a modernização daquele estabelecimento e da própria sociedade brasileira em muitos níveis, tratava-se de estabelecer um tratamento mais humanizado aos doentes mentais, de buscar referências mais atuais para todo aquele complexo que estava em funcionamento a mais de meio século, atualização da arquitetura, das formas de tratamento e mesmo dos profissionais empregados, que não se resumiria mais ao alienista, mas a diversas especialidades como ginecologista, pediatra e oftalmologista. Acordando com o movimento amplo do início do século XX, a reforma em questão representaria o “saneamento physico e moral do hospício”, e que pode ser resumido nas palavras de Afrânio sobre as novas possibilidades de tratamento:

⁶³⁴ *Ibidem*, p. 42

⁶³⁵ *Ibidem*.

⁶³⁶ *Ibidem*. Grifo meu.

Os meios de tratar foram modernizados: o no restraint, a klinotherapie, começados apenas em 1903, ganharam as secções de homens e já se installaram nas das mulheres, cessados os prejuizos obsoletos. Os meios phisicos têm hoje esplendidas possibilidades de applicação nos gabinetes de electricidade medica, de gymnastica, massagem manual e vibradora e reeducação de movimentos e nos serviços de balneotherapie fartamente dispostos em todo manicômio.⁶³⁷

Um dos retratos mais conhecidos do antes e depois da reforma do HNA é uma reportagem escrita por Olavo Bilac, em fevereiro de 1905, para a revista *Kosmos*. Bilac recorda suas antigas impressões do Hospício, “Casa do sofrimento”, afirmando que teve oportunidade de visitá-la em diversas épocas, sempre tendo dela impressão de horror e angústia, o que era retratava da seguinte maneira:

A casa era suja e sombria; as enfermarias, acanhadas e escuras; os loucos dormiam, ao acaso e esfarrapadas; a comida era pessima; e o tratamento medico, se não já era o mesmo que o grande Pinel, em 1792, foi encontrar praticando nos hospícios francezes, era ainda uma barbara e retrograda mistura de inepecia e brutalidade: quarto forte, duchas, e camisa-de-força...⁶³⁸

Comparando aquele estabelecimento ao que se tornara após a reforma, Bilac afirmava: “Hoje, o Hospicio Nacional é uma Palacio”, um “asylo calmo e piedoso”, uma instituição em que “a brandura substituiu a violencia, e em que os orphãos da razão, tutelados pelo Estado, são tratados como homens, apenas mais infelizes do que os outros homens, mas tão dignos de carinho e de respeito como todos elles”⁶³⁹. Contudo, a despeito de constatar a transformação de toda a estrutura daquele manicômio, Bilac se fixaria na descrição de um pavilhão específico, o Pavilhão-Escola Bourneville, fruto da reforma e que constituía um espaço privilegiado para o tratamento das crianças anormais, onde o escritor pôde verificar a aplicação de um método curativo que, em sua percepção, teria em sua base os requisitos de paciência e bondade. Bilac atribuía os sucessos no tratamento das crianças anormais do HNA aos “milagres da ternura”, sendo que esta operaria não somente sobre aqueles pequenos pacientes como também sobre os adultos.

Olavo Bilac reportava que ao terminar sua visita à seção de crianças, Afrânio o teria levado a conhecer uma das enfermarias dos furiosos, em que vira somente dois vigilantes passeando ao longo da sala, o que seria suficiente para conter a todos os pacientes, e que antigamente isto seria feito com o uso da camisa de força. Vendo os pacientes deitados, com seus corpos sem amarras, dormindo ou somente deitados de olhos abertos, Bilac questionaria

⁶³⁷ *Ibidem*, p. 68

⁶³⁸ Bilac, Olavo. No Hospicio Nacional: uma visita á secção das creanças. *Kosmos*. Rio de Janeiro, ano 2, Fevereiro de 1905, snp.

⁶³⁹ *Ibidem*.

Afrânio: “Então, são esses os furiosos?”, ao que Peixoto responderia: “São estes. Assim que um doente começa a dar mostras de agitação mais forte, os enfermeiros deitam-n’o. E alguns minutos de repouso bastam para conjurar a crise”. Bilac então replicaria: “Mas, então, o emprego da camisa-de-força era um crime!”, o que teria sido respondido por Afrânio: “Não era um crime; era uma tradição pernicioso, uma herança dos seculos passados... A camisa-de-força só servia para irritar e exacerbar o enfermo e mantel-o na agitação”.⁶⁴⁰

Bilac sairia então do hospício não mais com a impressão de horror de outras ocasiões, tecendo então a seguinte comparação entre o HNA antes e depois da reforma: “e ha alli dentro homens que curam e salvam outros homens, em vez de haver, como outr’ora, homens guardando e martyrisando feras...”⁶⁴¹. Conjugava-se à época a modernização daquele aparelho manicomial com a civilização do país; a ciência tornava humana a relação mesmo entre os que se aproximariam da animalidade, educando-o na medida do possível, tal como os idiotas do Pavilhão Bourneville.

3.5 Discutindo classificações diagnósticas: paranoia, epilepsia e loucura maníaco-depressiva.

Podemos ordenar os trabalhos psiquiátricos de Afrânio Peixoto em três blocos que conversam entre si, o primeiro é o da construção de uma classificação diagnóstica, o segundo é aquele que abrange as patologias mentais que mais se ocupou – consideramos aqui a paranoia, a loucura maníaco-depressiva e a epilepsia, esta última implicada entre os campos da psiquiatria e da medicina legal – e a discussão que envolvia doença mental no clima tropical. Contudo, Afrânio se ocuparia ainda de outros temas, principalmente em seus primeiros trabalhos, como em seu artigo *Coexistência episódica dos delírios persecutórios e místico na melancolia*, publicado no *Brazil-Medico*, periódico do Rio de Janeiro, já no ano seguinte a sua formatura, quando ainda morava na Bahia e nem mesmo tinha visitado a capital. O estudo das categorias diagnósticas era um tema importante de seus trabalhos nesta área, desenvolvido com Juliano Moreira, dado o investimento de ambos no estabelecimento de um quadro nosológico que referenciasse a prática psiquiátrica no Brasil.

⁶⁴⁰ *Ibidem*.

⁶⁴¹ *Ibidem*.

A questão específica neste texto⁶⁴² era a de deslindar as confusões diagnósticas causadas pela frequência dos delírios persecutórios, místico e ambicioso em diversas patologias, buscando assim o enfoque clínico e discutindo um objeto cuja prática clínica Afrânio só viria a desenvolver anos mais tarde quando médico do HNA. Apesar de fazer referências a autores estrangeiros, Afrânio baseia suas notas em um caso clínico que parece ter sido por ele observado: tratava-se de um homem, baiano de Canavieiras, cidade em que Afrânio residiu durante parte de sua juventude, antes de se transferir para Salvador e onde realizou os cursos preparatórios para a Faculdade de Medicina da Bahia⁶⁴³.

Para o entendimento deste caso abordava o que então concernia aos quadros de paranoia e melancolia. Afrânio afirmava que a psiquiatria francesa não teria ainda feito um juízo preciso sobre a paranoia, destacando um trabalho de Roubinovitch e Toulouse (1897), considerando-o *interessante*, porém *lacunoso* e *titubeante*. Esta crítica ao material produzido na França parece constituir-se numa ótima estratégia para a abertura de espaço de debate e diálogos entre a produção nacional e estrangeira, ou mesmo a criação de trabalhos originais diante do que se apresentava como estabelecido pela psiquiatria europeia, especialmente pelos alienistas franceses.

Segundo Peixoto, o trabalho de Roubinovitch e Toulouse propunha que os diferentes quadros de mania, melancolia e paranoia derivariam de reações, particulares às mudanças na organização psíquica causadas pelas diversas moléstias mentais em cada indivíduo. Afrânio então critica a tomada da mania, da paranoia e da melancolia como modos diferentes de reagir a um mesmo mal, considerando este como um conceito estranho. Entretanto afirmava que tratar-se-ia de opinião arraigada entre os autores franceses.

O posicionamento adotado por Afrânio Peixoto se opõe claramente a esta concepção, considerando seu equívoco não somente em relação a estes elementos da nosologia psiquiátrica como seu efeito sobre o próprio campo. Afirmava que tal teoria apagaria

da pathologia mental tantas entidades nosologicas distintas, diluindo contornos nítidos, destruindo delimitações necessarias, para lançar tudo no

⁶⁴² Peixoto, A. Coexistencia episodica dos delirios persecutorios e mystico na melancholia. *Brazil-Medico*. Rio de Janeiro. 08/04/1899

⁶⁴³ É interessante ressaltar que este texto se sobressai dos demais por conter as referências completas de alguns dos trabalhos citados por Peixoto: “Schloss. Melancholie und Parainoia Jahrb, fur und Neurol, 1895”, “Magnan. Arch. de Neurol., 1880. Recherches sur les centres nerveux, Paris, 1893, p. 413”, “J. Roubinovitch; E. Toulouse. La melancolie, Paris, 1897”, “Krafft Ebing. Psychiatrie. trad. fr. Paris, 1897”, “Julio de Mattos. A Paranoia. Lisboa, 1898, p. 143”, “Fritsch-Psich. Centralblatt, 1878” “Jahrb. f. Psych. 1879” e “Silvio Tonnini. Rivista speriment di freniatria, volume XIII”, e entre os nomes citados sem referências aos textos estão Baillarger e Laségue.

cahos da imprecisão primitiva, transformando a psychiatria n'um estudo de temperamentos e seus modos de reacção⁶⁴⁴.

A partir disso pôde então construir sua perspectiva, segundo a qual o delírio paranoico não poderia ser confundido com a melancolia, já que por mais que se parecessem em alguns pontos considerava que se diferenciariam em muitos outros.

Afrânio defende que o perseguido não seria sempre aquele que reage, tal como afirmavam os psiquiatras franceses, lembrando que os passivos, ou seja, aqueles que se resignariam em seus sofrimentos, teriam sido os primeiros a serem descritos por Laségue, e que este autor só posteriormente teria descrito os perseguidos ativos, que reagiriam com violência e de modo exacerbado. Quanto aos melancólicos afirmava que nem sempre seriam resignados e inofensivos, podendo aqueles mais ansiosos cometerem atos perigosos e terem arroubos de agressividade.

Contudo, Afrânio considerava como um “erro inveterado” que “a psychiatria franceza remoe continuamente” a suposição de que o raciocínio e a auto-observação influenciariam na origem dos delírios sistematizados, dizendo que:

É absolutamente falso que o perseguido, antes da systematisação de seu delírio, se entregue e procure uma explicação para o mal estar que o invadiu, e que, 'com as reacções proprias ao seu character, attribua seus males a manobras estranhas, e isso porque o paranoico, como um degenerado hereditario que é, nunca possuiu esta normalidade, que lhe attribue, a ponderação regular e logica, em virtude da qual, apreciando vagas percepções dolorosas possa dahi deduzir as conclusões geneticas de seu delírio.⁶⁴⁵

Com isso afirmava que o indivíduo seria um doente contínuo, sem a possibilidade de efetuar a racionalização que era defendida pelos alienistas franceses. Os medos persecutórios seriam então uma excitação da doença. Para Peixoto o delírio seria primitivo, ocorrendo sem descontinuidade com sua falsa percepção de mundo.⁶⁴⁶

Afrânio se contrapunha mais uma vez aos alienistas franceses no que dizia respeito à melancolia. Filiando-se às ideias de Krafft-Ebing quando este afirmava que a dor moral seria primitiva e assim causa do embaraço das funções psíquicas do melancólico. Desta forma, acreditava que a dor moral seria a “causa primaria de todas as perturbações melancholicas, o eixo em torno do qual gyram as outras symptomatisações”.⁶⁴⁷

⁶⁴⁴ Peixoto. Coexistencia episodica dos delirios persecutorios e mystico na melancholia. *op. cit.* p. 130

⁶⁴⁵ *Ibidem.*

⁶⁴⁶ *Ibidem.*

⁶⁴⁷ *Ibidem*, p. 131.

Afrânio termina sua argumentação colocando então a discussão nos termos do que chamou de “psiquiatria contemporânea”, tecendo considerações conceituais a partir deste campo. A paranoia seria então concebida como uma degeneração psíquica, “profunda e completa, chronica e continua, offerecendo apenas exacerbações em sua marcha, que são os delirios organizados”.⁶⁴⁸ Consequentemente, por ser considerada uma degeneração, seria também uma doença constitucional, ou seja, originada a partir de fatores de hereditariedade. A paranoia enquanto degeneração era então caracterizada como “um desvio permanente entre o Eu hypertrophiado autophilico e o meio exterior, inadaptavel a esta profunda perturbação psychica”. Chamava atenção sobretudo o fato de que a lesão ideativa seria um fator primário e somente como complemento das concepções delirantes é que estados emocionais apareceriam secundariamente no quadro nosológico, posicionamento que seria defendido posteriormente em seu trabalho com Juliano Moreira. Já a melancolia, de acordo com os preceitos de sua “psiquiatria contemporânea”, seria uma psiconeurose, “moléstia eventual, ordinariamente aguda”, que apareceria em “indivíduos sem previo preparo nevropathico”, ou seja, de desenvolvimento normal, ou apenas com uma “predisposição temporária”, isto é, não seria uma doença constitucional e assim tenderia para a cura⁶⁴⁹. Ao delírio melancólico antecederia então uma lesão emotiva, resultado de perturbações profundas da sensibilidade.

Afrânio recortava os conceitos de paranoia e melancolia de acordo com a ciência psiquiátrica a que se vinculava fazendo uma profissão de fé acerca da construção de uma classificação das moléstias psiquiátricas. Não é com outro objetivo que no fim de seu texto cita Silvio Tonninni – um neurólogo italiano que dizia que os estados mórbidos não se sujeitariam à rígidas classificações pois teriam relações variáveis entre si – somente para afirmar que com relação à paranoia e melancolia seus preceitos não se aplicariam, podendo sim ocorrer a diferenciação e a classificação sem dificuldades.

Além de se dedicar ao trabalho de construção de categorias diagnósticas Peixoto também se implicava na discussão dos métodos terapêuticos, nos permitindo perceber como pensava este ramo de sua “psiquiatria contemporânea”. Este é o trabalho que realizava no texto *Grandes syndromas mentaes: Agitação, Depressão, Confusão*, de 1905, com grande vantagem para o conhecimento das práticas realizadas no HNA, fonte de suas observações. Levando em consideração os quadros de agitação, depressão e confusão, Afrânio propunha a discussão sobre meios terapêuticos, até então quase que exclusivamente medidas

⁶⁴⁸ *Ibidem.*

⁶⁴⁹ *Ibidem.*

sintomáticas, visto que, segundo afirmava, seriam raras as medicações especificamente voltadas para o campo das patologias mentais⁶⁵⁰.

É interessante notar o modo pelo qual Afrânio comunicava seus apontamentos, recortando modos de fazer da prática psiquiátrica, baseando-se em um modelo que caracterizo como instrucional, onde nitidamente objetivava a divulgação de uma determinada perspectiva clínica. Deste modo o vemos prescrevendo que a

primeira regra para tratar um individuo que se suspeita no limiar da loucura, tendo começado por um desses syndromas, mesmo attenuados, é a vigilancia, cuidado assiduo que o impedirá de ser nocivo a si e a outrem, intervindo a tempo.⁶⁵¹

Nesta tônica, Afrânio repassa uma lista de métodos terapêuticos, recomendando-os mais ou menos de acordo com a situação e a resolutividade dos mesmos. Contudo, não se tratava apenas de uma exposição teórica ou tecnológica. Entre as regras que enumerava encontramos recomendações de postura daqueles que tratavam dos pacientes, de modo que não bastaria que estes exercessem a vigilância, mas que o fizessem adotando uma “docilidade de maneiras”, já que, segundo sua perspectiva, a fúria insana seria produto de maus tratos. Encontramos também a defesa de elementos terapêuticos tipicamente institucionais, como o *isolamento*, ainda que este pudesse se realizar no meio familiar, contanto que fosse possível afastar o paciente de suas preocupações cotidianas, o que podemos crer deveria fazer com que recomendassem com vantagem o ambiente hospitalar. Indicava ainda o que chamava de *alectamento*, ou repouso no leito, método que teria sido proposto por Guilain⁶⁵² e se tornado “pratica geral e habitual da cura psychica”.⁶⁵³ Os benefícios seriam muitos, para a circulação, respiração e nutrição, já que regularia a tensão vascular, diminuiria a frequência dos movimentos respiratórios e os gastos da economia geral do sujeito, o que seria notado pelo aumento de seu peso.⁶⁵⁴ Acreditava e afirmava que para as síndromes mentais em questão e para as doenças em que seriam mais comuns – loucura maníaco-depressiva, demência precoce, estados neurastênicos e psicastênicos, delírios infecciosos, antitóxicos, tóxicos, etc. – a indicação do repouso no leito seria “formal e absoluta”. A contraindicação dizia respeito às congestões do ventre que deveriam ser amenizadas com outro método terapêutico conhecido como *clinothérapie*.

⁶⁵⁰ Peixoto, Afranio. Grandes syndromas mentaes: Agitação, Depressão, Confusão. Brazil-Medico. Ano XIX - Num. 4 - 22 de janeiro de 1905, p. 38

⁶⁵¹ *Ibidem*.

⁶⁵² Não foi possível encontrar outras referências que ligassem Guilain ao referido método.

⁶⁵³ Peixoto. Grandes syndromas mentaes. *op cit.* p. 38

⁶⁵⁴ *Ibidem*.

A Balneoterapia⁶⁵⁵ também era citada, considerada melhor em seus efeitos sedativos que “quantas mesinhas, mais ou menos toxicas”, utilizadas em casos de agitação.⁶⁵⁶ Junto à balneoterapia, Afrânio descrevia práticas outras como envolver o paciente em um lençol molhado e frio seguido por fricções em lençol seco, técnica utilizada em pacientes deprimidos. Também para estes pacientes utilizar-se-iam duchas variadas, de efeito excitante, exceto no caso das duchas mornas que teriam efeito sedativo. Outro método terapêutico adotado era a massagem, que tal como Afrânio deixava transparecer, estava também sendo experimentada no HNA em prol da melhoria do tônus dos pacientes melancólicos.

A aparelhagem elétrica instalada por ocasião da reforma do HNA também aparecia entre os métodos terapêuticos citados em seus artigos. Dentre eles Afrânio rendia louvores a franklinisação⁶⁵⁷ pela máquina de Wimshurst, com a prática de banhos, duchas, sopros e fricções elétricas, todos de efeito sedativo. Já a galvanização feita por meio de aparelhos ditos *comuns* funcionaria como excitantes do tônus vital. A crítica ficava por conta do uso das “machinasinhas de Gaiffe”, as quais Peixoto considerava fazer mais mal do que bem aos pacientes. Ainda entre as terapêuticas feitas com o uso de eletricidade tomamos conhecimento dos “banhos de luz Kellog”, e é interessante notar aqui que Afrânio ressaltava a inexistência até então de literatura sobre o banho *hydro-electrico*, informando que pretendia se ocupar do tema após os ensaios que vinha realizando. Por meio desta pequena ressalva percebemos que a clínica realizada no HNA do início do século XX não se restringia a aplicação irrestrita de conceitos advindos dos centros europeus de produção do conhecimento científico-psiquiátrico: os médicos brasileiros dedicavam-se também a ensaiar métodos e delimitar práticas.

⁶⁵⁵ Pereira (2002), a respeito do tratamento moral no Juquery entre 1898 e 1923, descrevia a terapêutica de balneoterapia ou hidroterapia, consistindo esta na aplicação de banhos que deveriam atuar sobre a circulação, respiração e temperatura do corpo e na excitabilidade dos nervos. A qualidade do banho determinava a sua aplicação, assim, conforme o tempo de exposição, “a água quente é utilíssima para tratar a hiperemia da congestão em estados maníacos e episódicos de agitação psicomotora. Pode funcionar como tônico e estimulante geral sobre o sistema nervoso, o banho frio está indicado na neurastenia, na hipocondria e nas condições anêmicas que acompanham a loucura. As duchas apresentam uma gama mais variada de possibilidades, uma vez que, além da temperatura da água e do tempo de exposição, a prescrição deve especificar a pressão e a forma do jato (único ou múltiplo), as partes do corpo visadas e o tipo de aparelho ejetor (circular, pulverizado, concentrado, fixo, móvel). A ducha fria frontal tem uma grande importância no tratamento dos alienados, pois combate o estado congestivo do cérebro. (Pereira, 2002, p. 38) Pereira, Lygia Maria de França. Os primeiros sessenta anos da terapêutica psiquiátrica no estado de São Paulo. Antunes, Eleonora Haddad; Barbosa, Lúcia Helena Siqueira; Pereira, Lygia Maria de França (Orgs.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

⁶⁵⁶ *Ibidem*, p. 39

⁶⁵⁷ Franklinisação era o processo de aplicação de eletricidade estática ao corpo humano com finalidade terapêutica. O método de Franklinisação é discutido em Silva, Joaquim da Nobrega da. Franklinisação nos eczemas pruriginosos. Dissertação inaugural apresentada à Escola Medico-Cirurgica do Porto. Imprensa Social, 1907.

Entre os medicamentos destacava os sedativos, como os já mencionados brometos, a *hyoscina* e a *hyoscianina*, tidas por Afrânio como “verdadeiras camisas de força químicas”. Mencionava também a ergotina e ergotinina aplicadas nas agitações por hyperhemia cerebral, o Veronal era tido como poderoso sedativo utilizado em casos de agitação maníaca e alcoólica; *Hypnagogos*, *Chloral*, considerado clássico, utilizado puro ou associado a outros medicamentos. Outras substâncias utilizadas eram as consideradas como *Tônicos cafeicos*, a *kola*, entre outros, utilizados para pacientes deprimidos, casos em que também se utilizaria o ópio. Para pacientes confusos e agitados por delírios tóxicos, antitóxicos ou infecciosos recomendava ainda a lavagem do sangue com soros isotônicos.⁶⁵⁸

Peixoto recomendava o uso de várias substâncias tidas como hypnagogos, como o *Sulfonal*, o *Trional*, o *Paraldehyde*, a *Duboisina*, a *Casimiroa edulis* e o *Veronal*, considerando este último o mais efetivo dentre estes medicamentos, pois era o que vinha lhe dando melhores resultados em um ano de experiências feitas em uma seção do HNA com 200 alienados. Tratava-se de pacientes insones e agitados que com o uso do *Veronal* atingiriam de 6 a 8 horas de sono, sem ocorrência de qualquer adversidade. É interessante notar que em todas as indicações terapêuticas Afrânio deixa transparecer que os métodos que recomendava eram por ele experimentados, donde tecia suas considerações e divulgava as dosagens e associações medicamentosas que utilizava. Este mesmo tipo de argumentação será utilizado nos textos que produziu neste período sobre a epilepsia, fundamentados basicamente no interesse de discutir formas de tratamento para este mal.

A epilepsia foi tema importante entre os trabalhos de Afrânio, aparecendo antes mesmo de sua tese, com o artigo ‘Epilepsia e consciência’, posteriormente em palestras na ANM, e em artigos contemporâneos a sua prática no HNA: o formulário prático *Tratamento da epilepsia: methodo de Bechterew* (1904), a comunicação *Novos ensaios sobre o tratamento de Bechtereff na epilepsia* (1904), e o artigo *Epilepsia* (1904) na coluna Consultas Medicas, todos publicados no *Brazil-Medico*. É interessante reafirmar que estas produções vinculadas à prática no HNA são importantes devido a dois aspectos principais: o primeiro é que estes trabalhos se constituem em oportunidade de conhecer a prática psiquiátrica realizada na mais importante instituição do período, onde observamos um exercício de experimentação no tratamento da epilepsia; o segundo, tal como podemos avaliar pelos textos analisados, é a constatação de que por meio desta experimentação, aqueles psiquiatras tomavam posse dos

⁶⁵⁸ *Ibidem*.

conhecimentos produzidos em países europeus, operacionalizando-os de acordo com a realidade brasileira.

A comunicação intitulada *Novos ensaios sobre o tratamento de Bechtereff na epilepsia* teria sido pronunciada em sessão da ANM, de 17 de dezembro de 1903. O relator afirmava que Afrânio Peixoto estaria convencido de que não haveria retorno para a degeneração, ainda considerando que a regeneração seria “obra da especie e não do individuo”⁶⁵⁹ Afirma, contudo, que Afrânio teria se capacitado para trabalhar em prol da suspensão ou mesmo supressão das manifestações – psíquicas, sensoriais e motoras – do quadro epiléptico. Neste sentido, Peixoto teria experimentado “os tratamentos em voga”, entre os quais estaria aquele que utilizaria bromuretos alcalinos.

Chamamos atenção para o fato de que o exercício de Peixoto como alienista do HNA se assemelharia a de outros médicos do período na constituição de uma prática psiquiátrica que acordasse com o rigor científico exigido ao campo médico. A necessidade de adequar o fazer médico aos requisitos de atividade científica e de produzir um conhecimento médico nativo era preocupação do campo médico mais amplo. Este era o caso do trabalho do Dr. Augusto de Freitas, membro da ANM, que defendia a utilização do método de “voltaisação cutânea” no tratamento de aneurismas da aorta. Tratava-se de um método exclusivamente brasileiro contribuindo para o campo da terapêutica cardiovascular⁶⁶⁰.

Como já mencionamos, o trabalho médico-científico neste período estava atrelado à constituição de um ideário nacionalista, e é interessante notar que tais justificativas perpassavam o exercício da medicina em suas diferentes especialidades em constituição. Assim a divulgação deste novo método de tratamento cardiovascular era descrito como um “dever duplo de caridade e patriotismo”, tratando-se, segundo Freitas, de

firmar para o nosso caro Brazil a gloria incontestavel de ter sido por medicos nacionaes erigido esse systema de tratamento em methodo verdadeiramente scientifico, firmado em experiencias de laboratorio e sancionado cabalmente pela observação clinica.⁶⁶¹

O exemplo da participação dos achados de Afrânio Peixoto num debate científico com seus pares pode ser asseverada quando tomamos conhecimento que no Hospital de Sant'Anna, na Bahia, o Dr. João A. G. Fróes também experimentava o método do professor Gilles De La

⁶⁵⁹ Peixoto, A. *Novos ensaios sobre o tratamento de Bechtereff na epilepsia*. Associações científicas. *Brazil-Medico*. Ano XVIII - Num. 2 - 8 de janeiro de 1904, p. 18.

⁶⁶⁰ Freitas, Augusto. *O methodo brasileiro ou voltaisação cutanea positiva no tratamento dos aneurismas da aorta*. *Trabalhos Originaes*. *Brazil-Medico*. Ano XVIII - Num. 8 - 22 de fevereiro de 1904.

⁶⁶¹ *Ibidem*, p. 73

Tourette com o uso de medicação bromurada⁶⁶², relatando não ter alcançado nenhum resultado expressivo por não conseguir reter os doentes no hospital, não conseguindo, conseqüentemente, “continuar uma observação encetada, com o rigorismo actualmente exigido em sciencia”.⁶⁶³ O brometo de potássio estava entre os primeiros fármacos de ação antiepiléptica, descoberto em 1853 por Sir Charles Locock. Tal medicação era referida entre os médicos brasileiros no início do século XX, onde podemos encontrar relatos de experimentos de usos diversificados dos brometos no tratamento de pacientes epiléticos. Seu uso ocorria de formas diversas, inclusive na dieta dos epiléticos, como atesta o *Brazil-Medico*, que noticiava a publicação na revista Lancet, de Londres, de artigo que apresentava como método terapêutico o tratamento dietético pelo Dr. Rudolf Bálint. Este teria experimentado a teoria de Richet e Toulouse que propunha a privação do sal associada à administração de brometos como terapêutica, tratando 28 epiléticos com uma dieta que excluía cloretos e inseria brometos. O pão seria preparado sem sal comum, colocando em seu lugar três gramas de brometo de sódio, o que faria o paciente ignorar que ingeria a medicação. Os resultados teriam sido satisfatórios, com a melhora das condições gerais de saúde, sem aparecimento do bromismo, que era a intoxicação crônica por brometo. Ressaltava-se ainda que o tratamento seria de fácil execução, especialmente em instituições que impunham uma dieta regular⁶⁶⁴.

Todavia, percebemos que a variedade no modo de empregar os brometos pode ser considerada como um indício das dificuldades em operacionalizar seu uso, dado seus efeitos colaterais, conhecidos, já neste período, como o citado bromismo. Tais efeitos faziam os médicos se empenharem em demarcar a “dose suficiente dos bromuretos”, correspondendo aquela que resultasse na minoração das crises epiléticas sem, contudo, provocar intoxicações. A comunicação de Peixoto considerava que, ainda que as crises epiléticas se espaçassem com a referida dose suficiente, esta deixaria outros males a medicar, como “a depressão, a embriaguez, o acne, o gastro-enterismo bromicos, sobretudo”⁶⁶⁵ No sentido de reverter os efeitos indesejados dos bromuretos, vários especialistas proporiam combinações com outras substâncias, todas elas considerada ineficazes pela experiência de Peixoto.

⁶⁶² A fórmula empregada por De La Tourette era composta por uma mistura de Bromureto de potássio, Bromureto de sódio, Bromureto de amônio, Benzoato de sódio e água destilada.

⁶⁶³ Fróes, João A. G. Clínica Propedeutica: Summario dos casos clinicos occorridos durante o anno lectivo de 1903, na enfermaria de Sant'Anna (secção de Propedeutica) a cargo do Dr. João a. G. Fróes. *Gazeta Medica da Bahia*. Vol. XXXV - Num. 9 - Março de 1904, p.389

⁶⁶⁴ *Gazeta Medica da Bahia* - vol XXXIII - Dezembro de 1901 - Num. 6, pgs. 290-291.

⁶⁶⁵ Peixoto. Novos ensaios sobre o tratamento de Bechtereff na epilepsia. *op. cit.* p. 18

Contudo, Afrânio teria impressão favorável ao tratamento proposto por Bechtereff⁶⁶⁶, método que propunha o uso de medicamentos cardíacos. Afrânio teria *ensaiado* o método de Berchtereff na clínica do HNA, aplicando-o em duas séries de epiléticos, em um total de quarenta doentes com frequentes ataques convulsivos. Comparava os resultados obtidos com o método de Berchtereff àqueles decorrentes do “tratamento classico por doses elevadas de bromuretos”. Segundo relatava, teria havido uma diminuição de 68% nos acessos com o uso do tratamento da medicação cardíaca associada ao bromureto, em relação ao uso isolado deste último. Diante do que considerava resultados positivos Afrânio divulgava, na ANM, a receita da fórmula que vinha prescrevendo aos pacientes do HNA e justificava sua preferência pelas substâncias utilizadas:

O *adonis vernalis* tem sobre a *digitalis* a vantagem de não promover absolutamente a intolerancia, nem os efeitos de accumulo que se attribuem a este medicamento. A *dionina* substituiu nesta a *codeina* da formula de Bechtereff: depois dos estudos de Krajewsky sobre opiaceos, demonstrada sua menor nocuidade comparada, estava precisamente indicada.⁶⁶⁷

Ressaltava que a *cura de Bechtereff* não seria “feito empírico”. Com isso destacava que este médico russo utilizava-se de verificações clínicas no laboratório, observando as reações orgânicas dos epiléticos. Assim, teria observado que durante a crise epilética ocorreria a hipertermia ativa dos centros cranianos, donde se tirava a conclusão de que os acessos deveriam ser combatidos pela oposição a este fenômeno, funcionando a medicação da seguinte forma: “enquanto os bromuretos e opiaceos agissem moderando a excitabilidade dos centros corticaes, o *adonis* impediria a hyperthermia, por suas propriedades vaso-motoras, aumentando a pressão arterial e favorecendo a circulação cerebral”.⁶⁶⁸ Além disso, por sua ação geral sobre o coração, bem como por seus efeitos diuréticos, acabaria por contribuir para a eliminação dos bromuretos e opiáceos utilizados, eliminando “sobretudo os venenos organicos desse auto-intoxicado, que é o epileptico”.⁶⁶⁹

Note-se que neste mesmo ano A. Austregésilo também relatou ter experimentado os métodos de Bechtereff e o De La Tourette no tratamento da epilepsia⁶⁷⁰. Em sua experiência o

⁶⁶⁶ Bechtereff, Vladimir M. (1857-1927) Foi professor de psiquiatria e neurologia da Universidade de São Petersburgo, estudou o sistema nervoso central, especialmente a medula espinhal. Sendo contemporâneo de Pavlov, teria elaborado de forma independente, uma teoria do condicionamento e um sistema psicológico baseado na Fisiologia. Sendo considerado um dos iniciadores da Reflexologia, doutrina que explica todo comportamento em função dos reflexos e suas combinações. Cabral, Álvaro; Nick, Eva. Dicionário técnico de psicologia. São Paulo: Cultrix, 2006. pgs. 41 e 289

⁶⁶⁷ Peixoto. Novos ensaios sobre o tratamento de Bechtereff na epilepsia. *op. cit.* p. 18

⁶⁶⁸ *Ibidem.*

⁶⁶⁹ *Ibidem.*

⁶⁷⁰ Austregésilo, A. Tratamento da epilepsia. Correspondencia. *Brazil-Medico*. Ano XVIII - Num. 19 - 15 de maio de 1904.

método de De La Tourette consistiria em dar a dose suficiente de bromureto baseado na reação dos reflexos, especialmente o das pupilas. O método de Bechtereff consistiria em utilizar o bromureto associado aos “cardio-tonicos”, principalmente o *adonis vernalis*. O experimento teria durado três meses, com diminuição dos ataques nos dois grupos de pacientes. Entretanto, Austregésilo afirmava que o método de Gilles De La Tourette teria levado ao desastre, tudo começando com o caso de um paciente que, a despeito de manter o reflexo pupilar, teria caído em coma, o que foi atribuído, com alguma incerteza, ao bromureto. Este caso teria sido seguido pelo de outro paciente que entrou em estado de coma profundo chegando a óbito, o que serviria para certificar a suspeita da intoxicação brômica. O Dr. Austregésilo continuava, contudo, reafirmando seu espanto diante do fato de que as pupilas dos dois pacientes continuavam a reagir à luz, ou seja, ainda se mexiam durante o coma. Outros dois pacientes apareceriam em estado “subvertiginoso”, mas suspensa a “medicação de Gilles De La Tourette” nada teria sucedido aos demais pacientes.

Em relação ao método de Bechtereff, Austregésilo relatava resultados animadores, mencionados na comunicação de Afrânio, reafirmando assim que os ataques teriam espaçado, extinguindo-se as ocorrências graves. Austregésilo concluía deste modo não só favoravelmente ao método de Bechtereff, como acabava por considerar “quasi criminoso o methodo da dose sufficiente do bromureto no tratamento da epilepsia instituido por Gilles De La Tourette”.⁶⁷¹

Cabe ressaltar aqui a preocupação deste médico com a precisão metodológica de suas assertivas, que dão mostra do processo de especialização daquele saber não somente no que concernia à fixação do tratamento adequado para a epilepsia como também aos modos de observar e inferir dados, assim, é que chegamos a saber que antes do tratamento de Bechtereff os ataques dos doentes não seriam registrados com o rigor de então, isso por que o inspetor da seção não anotaria as pequenas crises e as vertigens, o que naquele momento passava a ser feito em um livro especial.⁶⁷² Ao que parece, seis meses mais tarde, o método de Bechtereff continuava a ser usado no tratamento dos pacientes epiléticos do HNA, tendo-se em vista a nota publicada por Afrânio na coluna “Formulario Pratico” do *Brazil-Medico*, intitulada *Tratamento da epilepsia: methodo de Bechterew*⁶⁷³.

⁶⁷¹ Austregésilo. Tratamento da epilepsia. *op. cit.* p. 194

⁶⁷² *Ibidem*.

⁶⁷³ Peixoto, Afrânio. Tratamento da epilepsia: methodo de Bechterew. Formulario pratico. *Brazil-Medico*. Ano XVIII - Num. 28 - 22 de julho de 1904. (Peixoto, 1904f)

A despeito de caracterizar a epilepsia como proteiforme, ou seja, como uma doença que se apresentaria de formas variadas, sem uma sintomatologia própria, Afrânio procurava caracterizar a manifestação epilética, dizendo que os grandes ataques convulsivos se desenrolariam do seguinte modo:

precedido ou não de auras, o acesso começa subitamente, por uma queda inopinada, violenta, muita vez acompanhada por um grito seguem convulsões tónicas, membros rigidos em contracções rapidas, pollegar em pronação na mão, respiração parada, face vultuosa, olhos em oscillação nas orbitas, e logo em estrabismo divergente; depois succedem se convulsões clínicas, contracções mais espaçada e irregulares, escuma na bocca, ás vezes sanguinolentas sua lingua foi mordida, estertor tracheal, resolução muscular, apathia. Ao despertar, torpôr intellectual e profunda fadiga physica. Urina e fézes podem ter sido evacuadas. Ordinariamente a perda da consciencia foi completa e a amnesia interessa em muito caso os momentos anteriores ou seguidos ao accesso.⁶⁷⁴

Diante deste conjunto expressivo de variáveis daquilo que seria a “manifestação clássica” dos ataques epiléticos, Afrânio procurava estabelecer bases para o reconhecimento e classificação destas crises, e para isso demarcava a implicação da doença na vida do sujeito acometido, privilegiando o que chamou de “lado da motilidade”, “lado da sensibilidade”, “lado da vida orgânica” e “lado da vida de relação”, cada qual constituindo um grupo de sintomas que, no conjunto, apresentavam uma amplitude tal que estes poderiam ser desde um tremor até a preguiça e o crime.

Afrânio percebia a doença esquematicamente em dois traços constituintes: um permanente, necessário e constante, o outro, variável. A primeira característica era a que foi apresentada ainda em sua tese de doutoramento, e tratava-se de entender a epilepsia como uma degeneração, sem a qual não haveria o que chamava de “neurose comicial”. Já a causa variável teria o papel de agravante, podendo decorrer ou não da degeneração inicial.

Também procurava diferenciar crises convulsivas das crises epiléticas, considerando para isso as causas destes males aparentemente semelhantes: as primeiras seriam resultado de infecções, intoxicações ou traumatismos, e o tratamento das causas evitaria seus efeitos, ou seja, o tratamento específico à sífilis enquanto infecção, e ao alcoolismo enquanto intoxicação evitaria o efeito convulsivo. O tratamento propriamente da epilepsia se daria nos casos que, segundo Peixoto, a *toxemia* fosse resultado das “malformações somáticas e consecutivas aberrações funcionais, que traduzem a degeneração”.⁶⁷⁵ Desta forma, Afrânio divulgava entre seus colegas médicos o tratamento da epilepsia como um conjunto de medidas diversas,

⁶⁷⁴ Peixoto, Afrânio. Epilepsia. Cunsultas medicas. *Brazil-Medico*. Ano XVIII - Num. 40 - 22 de outubro de 1904, p. 427

⁶⁷⁵ *Ibidem*.

incluindo uma dieta específica, o repouso e o trabalho físico cotidiano, ainda que moderado.⁶⁷⁶

Para além da leitura que destaca as implicações sociais da constituição e transformações do diagnóstico de epilepsia, gostaria de chamar atenção para o fato de que estes trabalhos nos dão a perspectiva do modo como os médicos operavam a construção do conhecimento psiquiátrico brasileiro. Quando avaliamos a posição de Afrânio sobre a adoção dos bromuretos como método terapêutico para seus pacientes epiléticos, podemos perceber os atravessamentos deste processo, sua vinculação com o campo psiquiátrico mais amplo e ainda as implicações impostas pela realidade daqueles pacientes e da instituição a qual estavam referidos, ou seja, pelo relato da prática médica produzida no HNA podemos traçar a linha de continuidade entre os saberes produzidos em centros de conhecimento europeus até sua aplicação sobre os indivíduos, e assim, percorrer a produção de conhecimento de ponta a ponta.

Neste sentido, destacamos dois pontos importantes. O primeiro é a tomada de consciência e discussão sobre o conhecimento mais avançado dentro de uma área específica. Neste caso Afrânio ressaltava que o uso dos bromuretos seria algo bastante aceito no campo psiquiátrico do período, destacando nomes importantes que advogariam por esse medicamento, tal como Seguin, que utilizaria o bromureto de sódio, Bourneville, que utilizaria o bromureto de níquel, Charcot e Magnan, que utilizariam o bromureto de zinco, entre outros que rivalizariam com o bromureto de potássio, ainda o mais utilizado. O segundo ponto é a reprodução e testagem destes saberes, em que o resultado das observações clínicas estaria gerando não somente um conhecimento adaptado à realidade local, mas também contribuição científica para o desenvolvimento do campo psiquiátrico mais amplo.

Confirmada a importância do brometo vemos então a discussão sobre seus modos de utilização, considerando que a dose prescrita variava imensamente conforme a prática de cada um destes especialistas. Partindo desta diversidade de experiências, Afrânio e demais psiquiatras do HNA podiam recortar sua prática, inserindo suas próprias observações, tal como relata a propósito da adaptação feita naquele hospital do método de Richet e Toulouse, da chamada *cura metatrophica*: “Consiste em administrar o bromureto em doses pequenas de 2grs. pro die, mas com a supressão dos chloruretos alimentares. (...) o methodo é recommendavel, reserva apenas feita da má tolerancia gastrica dos alimentos insossos”. Para contornar este obstáculo Afrânio teria oposto a prática de salgar os alimentos dos pacientes

⁶⁷⁶ *Ibidem.*

internados com a dose de bromureto que lhes caberia, afirmando que a substituição era bastante tolerável.

Embora o método em discussão era o que utilizava os bromuretos, Afrânio não deixava de relatar o uso de outros medicamentos – como a beladona e a atropina (Trousseau, Pierret, Féré, Krellner), o ácido bórico, borato de sódio (Pasteur, Gowers, Mairet, Pastena) entre outros – e de diferentes práticas, como o uso da eletricidade, a exemplo das correntes contínuas (Most, Reak, Benedickt, Althaus), a galvanização central (Rochwel) e as correntes oblíquas e longitudinais (Erb) consideradas de efeito duvidoso, bem como a hidroterapia com banho frio (Botteya) e a ducha (Fleury). Mencionava também a prática da soroterapia, também aplicada por Afrânio que, juntamente com o Dr. Álvaro Ramos, teria **construído um aparelho** destinado à aplicação de soro em temperatura constante. Utilizava-se então uma solução de bromureto de potássio, sal de Trunecek e água destilada para “injeção intramuscular, retro-trocanteriana⁶⁷⁷, de 500 c.c.”. O depósito de soro era colocado a um metro de altura de modo que o processo de absorção durasse meia hora.⁶⁷⁸ Destacamos com isso a constituição de transformação inventiva que passava a operar na produção do campo especializado da psiquiatria, momento de construção e discussão de conhecimentos e de estabelecimento de práticas.

Assim como a epilepsia, a paranoia também foi tema importante nos textos psiquiátricos de Afrânio Peixoto, do mesmo modo constituídos por meio de seu trabalho como alienista no HNA. A primeira publicação acerca da paranoia também ocorre em 1904 no *Brazil-Medico* em coautoria com Juliano Moreira, e apresentada como uma memória referente ao 2º Congresso Médico Latino-americano ocorrido em Buenos Aires naquele ano, e que posteriormente seria republicado nos *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Afins*. Uma versão deste texto também foi publicada por ocasião do *XV Congrès*

⁶⁷⁷ Trocanter é o nome dado às proeminências da parte superior do fêmur dos mamíferos, bem como é o nome da região localizada entre a coxa e o fêmur.

⁶⁷⁸ *Ibidem*, p. 428.

*International de Médecine*⁶⁷⁹, realizado na cidade de Lisboa em abril de 1906, ocasião em que foi intitulado como *La paranoia légitime: son origine et nature*⁶⁸⁰.

A caracterização de Moreira e Peixoto acerca da paranoia demonstra bem o modo como os autores avaliavam a ciência de sua época: uma seara aberta a discussões, buscando a sistematização de seus saberes diante da confusão que era acusada por aqueles psiquiatras:

Cada alienista tem vistas pessôaes do assumpto; e ora se descrevem doenças diversas com o mesmo nome, ora enfermidades identicas com outros nomes, ora, finalmente, algumas designações qualificativas precisam especies morbidas que se não podem conter dentro do mesmo genero. É um verdadeiro **estado de Babel ou confusão psiquiatrica**, em que a gente se arrisca, no fim, a não sahir á luz com uma idéa definida⁶⁸¹

Oda, ao tratar da obra psiquiátrica de Kraepelin, afirma que uma de suas preocupações girava em torno da precariedade do caráter científico da linguagem psiquiátrica de sua época, isto é, da inexistência de um idioma científico comum, o que faria com que os psiquiatras sofressem “do mesmo mal que confundira os construtores da mítica Torre de Babel”⁶⁸²

Nesta “Babel psiquiátrica” a paranoia seria caracterizada de formas variadas e mesmo contraditórias, situação que pode ser ilustrada pela “enfiada de designações francezas, allemãs, inglezas, italianas, todas sem sentido limitado”, responsáveis por abrigar “velleidades diagnósticas de especies afins, completando o labirinto”.⁶⁸³ A responsabilidade por tal estado de confusão era atribuída ao fato de que o julgamento psiquiátrico teria se baseado nas síndromes mentais de perseguição e de grandeza, de tal maneira que, independente do modo pelo qual eram manifestas, eram conferidas ao termo paranoia. Este processo teria levado à imprecisão de termos como paranoia rudimentar, paranoia secundaria e paranoia aguda, todos

⁶⁷⁹ Moreira e Peixoto apresentariam seu trabalho na 7ª seção do evento, correspondendo à área de Neurologia, Psiquiatria e Antropologia Criminal. Tratava-se de uma seção que tinha nomes conhecidos em sua lista de organizadores, contando entre os presidentes de honra indivíduos como Emil Kraepelin, intitulado como professor de psiquiatria da Universidade de Munique; Jules Morel, diretor do Asilo de alienados do Estado e inspetor adjunto dos asilos de alienados; Ed. Brissaud, professor da Faculdade de Medicina de Paris; Magnan, médico do Asilo de Saint-Anne em Paris; Cesare Lombroso, professor e diretor da clínica psiquiátrica da Universidade de Turin, Enrico Morselli, professor e diretor da clínica psiquiátrica da Universidade de Gênes, entre outros.

⁶⁸⁰ Moreira; Peixoto. *La paranoia legitime: son origine et nature*. XV Congrès International de Médecine. Lisbonne: Imprimerie Adolpho de Mendonça, 1906. (Moreira; Peixoto, 1906)

⁶⁸¹ Moreira, J; Peixoto, A. A paranoia e os syndromas paranoides. *Trabalhos Originaes. Brazil-Medico*. Ano XVIII - Num. 19 - 15 de maio de 1904, p. 185. Grifo meu.

⁶⁸² Oda, Ana M^a Galdini Raimundo. A paranoia em 1904 - uma etapa na construção nosológica de Emil Kraepelin. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, vol. 13, n. 2, junho de 2010, p. 319.

⁶⁸³ Moreira, J; Peixoto, A. A paranoia e os syndromas paranoides. *Trabalhos Originaes. Brazil-Medico*. Ano XVIII - Num. 19 - 15 de maio de 1904, p. 185.

considerados por Moreira e Peixoto como provindos de estados outros, a exemplo das infecções e intoxicações⁶⁸⁴.

Deste “caos” criado pela “imprecisão do critério clínico e filosófico” teria emergido o critério de Kraepelin, sendo-lhe atribuído o resgate do termo hipocrático paranoia em seu sentido original de “pensar errado, pensar de vièz”. Moreira e Peixoto afirmam explicitamente que seu interesse era a propagação das ideias deste psiquiatra alemão, traçando assim o limite entre o que seria caracterizado como delírios expansivos ou os de perseguição e aqueles outros atribuídos a síndromes paranoides, presentes em quase todas as formas de doenças mentais. Tal filiação era especialmente expressa na versão de 1906, em que Moreira e Peixoto recortavam sua perspectiva acerca das discussões dos usos dos termos paranoia e seus correlatos:

Quand on parle done de **paranoia vraie**, il semble que l'on doive comprendre **le type clinique isolé par le maître de Munich**, et l'appeler paranoia tout court afin d'éviter les déplorable confusions dans lesquelles on est tombé jusqu'ici.

Notre conviction est que celle-là étant l'unique est la vraie, il ne manque pas de désignations pour dénommer les autres. Puis, quand même cela ne serait pas, le manque de termes bien conçus, ou l'insuffisance de nos facultés inventives à y suppléer, ne saurait être une raison pour disparate et dissemblables; autant vaudrait méconnaître tout rapport des mots aux idées.⁶⁸⁵

Partindo dos estudos de Kraepelin, buscavam determinar quais os sintomas e os eventos psicopatológicos que poderiam figurar sob a tarja diagnóstica da paranoia, e isso a partir das experiências obtidas em grande medida no HNA. A fundamentação nos casos do HNA os habilitava a afirmar que manteriam sua independência em relação à doutrina de Kraepelin, tecendo, por meio de observações, as inferências que lhes parecessem pertinentes⁶⁸⁶.

O longo artigo de Moreira e Peixoto sobre paranoia foi publicado em três edições da seção de trabalhos originais do *Brazil-Medico*, debatendo esta patologia sob a ótica de sua etiopatogenia, sintomatologia, diagnóstico e observações. No que diz respeito à etiopatogenia, e contrariando as estatísticas europeias, que atribuíam à paranoia de 70 a 80% dos casos, ou a

⁶⁸⁴ Os casos de paranoia aguda faziam referencia aos delírios tóxicos, auto tóxicos e infecciosos. Já a paranoia rudimentar seria o nome dado às obsessões e ideias fixas. A paranoia secundária se relacionaria ao conjunto de doenças em que surgiriam concepções delirantes e que possuísem características demenciais de senilidade, esgotamento ou degeneração.

⁶⁸⁵ Moreira; Peixoto. La paranoia legitime: son origine et nature. XV *Congrès International de Médecine*. *Lisbonne*: Imprimerie Adolpho de Mendonça, 1906, p. 74. Grifo meu.

⁶⁸⁶ Moreira, J; Peixoto, A. A paranoia e os syndromas paranoides. *Trabalhos Originaes*. *Brazil-Medico*. Ano XVIII - Num. 19 - 15 de maio de 1904, p. 185.

porcentagem do 25% dos pacientes no HNA, Moreira e Peixoto acreditavam, junto com Kraepelin, que esta seria uma doença rara, responsável por cerca de 2 a 4% dos casos apenas. Contudo, também afirmavam que grande parte dos indivíduos paranoicos não chegavam a conhecer o hospício por não se tornarem incompatíveis com o ambiente no qual viviam, caracterizados socialmente como pessoas excêntricas ou originais. Afirmavam assim que a doença surgiria na idade adulta, no intervalo entre os 24 e os 40 anos, justamente o período em que o indivíduo mais teria que se haver com o seu meio.⁶⁸⁷

No que dizia respeito à causa da paranoia, Moreira e Peixoto afirmavam que haveria uma tendência geral que a considerava como efeito da degeneração, contudo, sem negar a existência ou os efeitos deste mal, estes autores fazem uma interessante reflexão sobre a amplitude da explicação degenerativa no campo da causalidade das enfermidades psiquiátricas, considerando que havia um exagero em sua fama e na amplitude de sua ação. Assim, acusavam o critério com que a psiquiatria da época, principalmente a de origem latina, apontava a degeneração:

tres ou quatro estygmashinhos irrisorios - um lobulo adherente da orelha, um septo desviado do nariz, um queixo mais comprido, uns dentes mais separados - a austeridade com que se lhe esfumaçam as consequencias, permittindo de um lado suppôr degenerada toda a especie humana, marcando-lhe do outro, como destino ineluctavel, o hospital, o manicomio, a prisão, a esterilidade e a extincção, fazem crer que chegamos a um *finis hominis* irremediavel.⁶⁸⁸

Prosseguiam neste raciocínio fazendo lembrar a seus colegas médicos que a degeneração assinalada em toda parte já seria uma “estereotypia diagnostica, quando não seja uma simples ecolalia⁶⁸⁹ de designação”.⁶⁹⁰ Além disso, chamavam a atenção para o fato de que diante da degeneração do indivíduo haveria a obra de regeneração da espécie, esta suprimindo ou corrigindo aquele. Desta forma, mesmo a concepção de herança degenerativa seria questionada, caracterizada como marcada por “imaginarias culpas”, de tal modo que houvera um tempo em que todas as doenças eram consideradas hereditárias, citando o caso da tuberculose em relação a qual se chegara a aventar ideias de heredo-tuberculose ou de predisposição, embora, naquele momento já se demonstrasse que ninguém nasceria com "a semente de Koch", mas a adquiriria sim durante a vida.

É interessante notar que às explicações de cunho biológico, estes autores contrapunham aquelas de conotação social, sendo este o sentido que podemos depreender

⁶⁸⁷ *Ibidem*.

⁶⁸⁸ *Ibidem*, p. 186

⁶⁸⁹ Ecolalia - doença caracterizada pela repetição involuntária de palavras ou frases.

⁶⁹⁰ Moreira, J; Peixoto, A. A paranoia e os syndromas paranoides. *op. cit.* p. 186

quando asseveravam: “Nos esquecemos por completo do meio em que vivemos uma vida inteira de combate e reacções incessantes, para tudo attribuir a umas tantas metaphysicas da biologia, ainda sem provas”.⁶⁹¹

Do mesmo modo os autores criticavam a concepção de atavismo, considerando-a imputada de significados aleatórios, termo utilizado para tudo explicar, do crime à loucura. Consideravam, assim, que o atavismo não passaria de uma fantasia, ou nas palavras de Bomrarda “um mytho”. De tal forma, avaliavam que a humanidade sempre manteria suas qualidades fundamentais, atribuindo aos acontecimentos da vida as alterações pelas quais teríamos que passar, entendendo-as como necessidades de adaptação ambiental. Nesta perspectiva, aparece um tema central à toda obra peixotiana, a questão da educação, tratada aqui em relação ao próprio desenvolvimento humano:

Cada creança que nasce é socialmente comparavel ao primeiro homem; o Eu lhe vem hypertrophiado, e a julgar pela ampliação possível, sem as restricções modificadoras, cada uma seria comparavel a um louco ou a um criminoso; é a educação, a disciplina, a cultura que as submettem, modificam, adaptam, dando-lhes por fim essa identidade ethica que é apenas o aspecto moral daquela identidade social de que fala Tarde⁶⁹².⁶⁹³

Consequentemente não haveria sentido em buscar exemplos de egofilia em áreas remotas, tal como no atavismo, para explicitar uma ancestralidade das assim consideradas *aberrações*. O subjetivismo exacerbado seria representação da própria afirmação da personalidade humana, comum a todos e a cada indivíduo; este personalismo seria submetido à realidade social, resultando no que chamaríamos de *altruísmo*, considerado não como uma aquisição definida, mas como “uma especie de contracto a que nos submettemos tacitamente ao partilhar a vida social, que nos impõe; e não são raras as infracções do pacto”⁶⁹⁴

Deste modo, consideravam que na paranoia haveria uma manutenção deste subjetivismo original, causado por deficiências na educação ou na cultura. A consequência da manutenção deste subjetivismo extremo seria a base da diferenciação entre os indivíduos paranoicos e aqueles não paranoicos:

O mundo não se adapta a nós, porque nós bem podemos vêr que esta adaptação não é possível: conformamo-nos e nos adaptamos a elle; o

⁶⁹¹ *Ibidem*.

⁶⁹² Gabriel Tarde natural de Sarlat, na Dordogne, França, formou-se em pela Faculdade de Direito de Paris, iniciando carreira na magistratura em 1869 a qual exerceria até seus 51 anos, como Juiz de Instrução em Sarlat. Deixaria sua região natal transferindo-se para Paris a convite do Ministério da Justiça, para trabalhar como diretor do Departamento de Estatística Criminal. Em 1900 era nomeado para o Collège de France. Publicou obras em várias áreas tais como filosofia, sociologia, psicologia, criminologia. Consolim, Marcia Cristina. Gabriel Tarde e as ciências sociais francesas: afinidades eletivas. *Mana*. 14(2), 2008 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/mana/v14n2/a01v14n2.pdf>

⁶⁹³ Moreira, J; Peixoto, A. A paranoia e os syndromas paranoides. *op. cit.* p. 186

⁶⁹⁴ *Ibidem*.

paranoico não póde vêr assim: o mundo não se adapta a elle, porque o mundo está errado, e tenta corrigir, isto é, adaptar tudo á sua vontade, porque jámais póde pensar em si para o mundo, mas no mundo para si.⁶⁹⁵

A adaptação do individuo à vida social se daria não por um fator de hereditariedade mas sim por meio da socialização promovida pela educação, processo que se imiscui com a própria possibilidade civilizatória: “**Evolução, civilização, educação são equivalencias correspondentes á especie, raça, individuo**; exista a especie, differencie-se a raça, reunam-se os individuos em sociedade, e pela propria força que os anima estes destinos se cumprirão”.⁶⁹⁶ Com isso, afirmavam que a paranoia era originária, ou seja, onde a educação permitisse o crescimento da autofilia egocêntrica seriam inevitáveis os conflitos individuo versus seu ambiente.⁶⁹⁷ O paranoico é então tomado como um individuo que se constitui pela instabilidade do equilíbrio de sua relação com seu próprio meio social. Esta instabilidade, porém, poderia apresentar muitos níveis e gradações. Nestes termos, a paranoia seria mais ou menos grave e flagrante a depender, por exemplo, do contexto educativo do sujeito acometido, naquilo que Moreira e Peixoto chamavam de “vicissitudes occasionaes” que fariam uma doença surgir de uma anomalia.⁶⁹⁸ Este seria justamente o ponto que, em 1906, causaria controvérsia entre os debatedores das ideias de Moreira e Peixoto.

É importante notar que Moreira e Peixoto lidavam com a questão das determinações de uma etiopatologia baseada em um conceito de degeneração mórbida: se por um lado não era possível negar que a degeneração era o terreno de todas as aberrações, por outro, faziam ressaltar que por mais que esta fosse uma noção aceita isto não significava que estava de todo esclarecida. Segundo estes autores, as gradações da paranoia seriam de tal monta que permitiriam a indivíduos acometidos pelo mal passar despercebidos de suas famílias e principalmente da ação médica. Acreditavam, deste modo, na existência de indivíduos paranoicos que nunca conheceriam o manicômio, já que nunca chegariam a lidar com qualquer acontecimento que lhes colocasse em desequilíbrio e, conseqüentemente, em delírio. A partir desta perspectiva, nossos doutores conformavam um novo e mais apurado olhar sobre os comportamentos: “Olhando para a vida com uma certa acuidade descobrem-se destes individuos que se poderiam chamar temperamentos ou caracteres paranoicos; não são predispostos porque a anomalia já existe, falta apenas a irrupção”.⁶⁹⁹

⁶⁹⁵ *Ibidem.*

⁶⁹⁶ *Ibidem.* Grifo meu.

⁶⁹⁷ *Ibidem*, p. 187

⁶⁹⁸ *Ibidem.*

⁶⁹⁹ *Ibidem.*

A questão aqui afirmada era a de que seria possível diagnosticar a paranoia mesmo entre indivíduos que eram socialmente considerados sãos, isto é, ainda que um sujeito não fosse considerado doente por seus pares ele poderia ser diagnosticado por traços de caráter e de ação considerados indícios de uma possível eclosão da doença. Deste modo, ainda que não houvesse delírio, estes médicos consideravam que o indivíduo, justificado em seu comportamento, poderia ser considerado paranoico, apresentando características específicas de acordo com a fase da doença.

Considero relevante o fato daqueles médicos chamarem atenção para as autoconsiderações feitas pelos pacientes paranoicos, sobretudo no que concernia aos seus atributos intelectuais, vangloriando-se enquanto “poetas, architectos, technicos de toda a ordem”. Traziam a fala destes indivíduos e afirmavam que eles entenderiam a realidade de acordo com estes conceitos elevados sobre si mesmo. Este relato de caso revela uma faceta importante do cuidado médico-psiquiátrico oferecido aos pacientes internados no HNA no início do século XX, trata-se de uma escuta médico analítica, em que o médico registra não somente suas impressões, mas também o material produzido por seus pacientes, utilizando-se deste conteúdo para entender a patologia e determinar o diagnóstico. Assim, por meio das falas de seus pacientes, Moreira e Peixoto chegam a conceber que a evolução do quadro paranoico levaria a uma perda da noção da relatividade de sua inserção no meio, a uma “lesão da identidade social” naqueles indivíduos.⁷⁰⁰

Moreira e Peixoto também consideravam *facilimo* realizar o diagnóstico da paranoia em relação às síndromes paranoides – as últimas comuns nas demais doenças mentais. A relação entre as duas estaria no desenrolar da ideia paranoica e paranoide, na manutenção ou prejuízo da inteligência e na repercussão das diversas moléstias sobre um processo psíquico normal: “auto-reflexiva, é a personalidade que inconscientemente refere a si mesmo suas sensações internas ou exteriores e automaticamente as remoe, sem o correctivo da consciencia, num criterio pejorativo ou expansivo”.⁷⁰¹ Estes fenômenos teriam sua origem na psicologia normal, contudo, na **paranoia** se desenvolveriam de modo sistematizado **mantendo, por longo período, a lucidez da inteligência**. Nas demais doenças mentais estes fenômenos não teriam coesão sintomática, onde devido às lesões da consciência seria demarcável a confusão e a incoerência como nos casos de intoxicações e infecções. Na paranoia se observava uma anomalia do processo psíquico normal que acabaria por se

⁷⁰⁰ Moreira, J; Peixoto, A. A paranoia e os syndromas paranoides. Trabalhos Originaes. *Brazil-Medico*. Ano XVIII - Num. 21 - 1 de junho de 1904.(continuação) p. 210

⁷⁰¹ *Ibidem*, p. 239

transformar em doença, visto que os que dela padeciam manteriam a consciência perfeita e a inteligência respeitada.⁷⁰²

Os objetivos do trabalho de Juliano Moreira e Afrânio Peixoto ficam mais claros quando estes asseveravam que usar o termo paranóia em estados outros de doença mental seria um uso abusivo do conceito, utilizado de modo a desrespeitar os critérios patológicos e nosológicos: “Seria fazer apenas semeiologia e nunca descer mais fundo na difícil interpretação das causas e conhecimento da evolução”.⁷⁰³ Com isso podemos entender que esta discussão servia ao propósito de constituir contornos precisos a esta entidade nosológica, do modo a tornar-lhe útil à clínica psiquiátrica. Concordo com Oda quando esta afirma que “para os médicos envolvidos na ‘querela da paranoia’, era a utilidade clínica, principalmente, o que estava em jogo quando se pretendia adjectivar a dita moléstia como legítima”.⁷⁰⁴

A perspectiva de utilidade clínica para a construção diagnóstica é reforçada quando vemos estes dois psiquiatras afirmando que

O dilemma existe: ou a paranoia é a doença mental que descrevemos e paranoies apenas são os syndromas que ocorrem em tantas outras doenças mentaes, ou esse termo serve a estes estados, e então, força é buscar um outro que designe aquella doença. O que se impõe á intelligencia clinica, como producto da observação, é que não são a mesma coisas e portanto, para nos entendermos, não devem ter o mesmo appellido.⁷⁰⁵

A normatização dos conceitos psiquiátricos era um processo necessário para a constituição de um diálogo entre os membros daquele campo de conhecimento, visando assim, gerar uma linguagem pertinente à aplicação daqueles saberes, produzidos em diversas partes do mundo, ao contexto brasileiro. Entretanto, seguindo Oda, a despeito da filiação explícita ao corpo teórico de Kraepelin, observo que Juliano Moreira e Afrânio Peixoto se dedicavam à constituição de uma leitura clínica o mais pertinente à realidade por eles vivida. As proposições de Moreira e Peixoto acerca da paranoia no contexto brasileiro repercutiram e geraram questionamentos entre os debatedores presentes ao congresso realizado em Lisboa em 1906. Este foi o caso de Júlio de Mattos, autor citado em trabalhos de Peixoto, que criticava o relatório do Dr. Moreira como muito superficial diante da complexidade do assunto, e contestava as assertivas dos médicos brasileiros sobre a transformação da paranoia

⁷⁰² Moreira, J; Peixoto, A. A paranoia e os syndromas paranoies. Trabalhos Originaes. *Brazil-Medico*. Ano XVIII - Num. 24 - 22 de junho de 1904. (conclusão), p. 239.

⁷⁰³ *Ibidem*.

⁷⁰⁴ Oda, Ana Maria Galdini Raimundo. Ordenando a babel psiquiátrica: Juliano Moreira, Afrânio Peixoto e a paranoia na nosografia de Kraepelin (Brasil, 1905). *História Ciências Saúde – Manguinhos*, vol. 17, supl.2, dez 2010, p. 502.

⁷⁰⁵ Moreira, J; Peixoto, A. A paranoia e os syndromas paranoies. Trabalhos Originaes. *Brazil-Medico*. Ano XVIII - Num. 24 - 22 de junho de 1904. (conclusão), p. 239

de anomalia para doença – e sobre o papel que atribuíam a falhas na educação e na cultura para o surgimento da patologia. O médico português considerava absurda a ideia de que deveríamos a nossos pais e professores o fato de não termos nos tornado paranoicos, tal é o que deixa transparecer quando exclamava que segundo esta hipótese: “C'est donc aux soins de nos parents et de nos maitres que nous sommes redevables de n'être pas des paranoiaques!”⁷⁰⁶

Afirmava que seria de conhecimento geral a impossibilidade, na maior parte das vezes, de apontar as causas ocasionais para explicar o aparecimento da paranoia. Além disso, considerava ser possível que um indivíduo se tornasse paranoico mesmo tendo uma vida tranquila, o que segundo Mattos era notável no fato de existirem mulheres paranoicas⁷⁰⁷. Já M. Pactet⁷⁰⁸, que também aparecia na discussão do texto, discutia a ideia de que na prática psiquiátrica todos os delírios tóxicos seriam remetidos à paranoia. Embora concordasse que na França os casos de confusão mental, estariam englobados na paranoia^{709, 710}. Pactet se dizia feliz de ver que Moreira tinha isolado do grupo das paranoias uma forma delirante que já teria sido diferenciada e claramente descrita por J. Falret sob o nome de delírios de perseguição dos perseguidos-perseguidores (délire de persécution des persécutés persécuteurs).⁷¹¹

Além da epilepsia e da paranoia, Afrânio se dedicaria ao estudo da loucura maníaco-depressiva, tomando como base mais uma vez o trabalho de Emil Kraepelin, a quem atribuíam a concepção desta moléstia.⁷¹² O texto a que faço referência é o *A loucura maniaca-depressiva* publicado em duas edições do *Brazil-Medico* em julho e agosto de 1904, na seção de Trabalhos Originais, onde Afrânio era intitulado não só como médico alienista do HNA, mas também como membro da Sociedade medico-psychologica de Paris. O mesmo trabalho foi publicado na *Gazeta Médica da Bahia* no ano seguinte à publicação do *Brazil-Medico*, contudo, os gráficos originais foram suprimidos na publicação baiana.

⁷⁰⁶ Mattos. XV Congrès International de Médecine. Lisbonne: Imprimerie Adolpho de Mendonça, 1906, p.554.

⁷⁰⁷ No original: “Mais tout le monde sait qu'il est impossible la plupart des fois d'invoquer des causes occasionnelles pour expliquer l'apparition de la paranoia, et qu'on peut devenir paranoiaque en menant une vie tranquile, facile, sans lutttes. D'ailleus, les femmes, qui n'ont pas de lutttes à soutenir, sont précisément celle qui deviennent plus fréquemment paranoiaques”.

⁷⁰⁸ Pactet, alienista-chefe do Asilo de Villejuif. (Antunes, 1999, p.108) José Leopoldo Ferreira Antunes. Medicina, leis e moral. Pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo: Editora Unesp, 1999.

⁷⁰⁹ “M. Moreira a peut-être trop généralisé en disant que l'on fait rentrer dans la paranoia tous les délires toxiques, mais il est bien certain qu'en France des cas de ce genre, des cas de confusion mentale, y ont été englobes”.

⁷¹⁰ Pactet. XV Congrès International de Médecine. Lisbonne: Imprimerie Adolpho de Mendonça, 1906, p. 554.

⁷¹¹ *Ibidem*.

⁷¹² Peixoto, Afrânio. A loucura maniaca-depressiva. Trabalhos Originaes. *Brazil-Medico*. Ano XVIII - Num. 28 - 22 de julho de 1904. (Peixoto, 1904k); Peixoto, Afrânio. A loucura maniaca-depressiva. Trabalhos Originaes. *Brazil-Medico*. Ano XVIII - Num. 29 - 1 de agosto de 1904. (Peixoto, 1904l); Peixoto, Afrânio. A loucura maniaca depressiva. *Gazeta Médica da Bahia*. Vol. XXXVI - Fevereiro de 1905 - Num. 8

Afrânio se filiava ao conceito da loucura maníaco-depressiva como uma doença mental, hereditária, que poderia aparecer na idade adulta, caracterizada por acessos isolados e intermitentes de excitação e depressão, que deixariam intervalos em que o indivíduo aparentaria saúde, não demonstrando lesão da inteligência.⁷¹³ A loucura maníaco-depressiva, segundo podemos inferir das assertivas de Peixoto, foi uma categoria nosológica construída ao longo de várias gerações de médicos psiquiatras, gerando contribuições diversas na compreensão da doença até desembocar no conceito kraepeliniano, o qual considerava mais perfeito.

As concepções sobre as ocorrências maníaco-depressivas se dariam por meio de observações clínicas, de forma que esta categoria diagnóstica era constituída a partir das especificidades de casos dos mais diversos tipos de indivíduos, tão diferentes quanto às diferenças culturais entre as populações dos diversos países a que pertenciam. Tal dispersão de características se somaria a variedade da própria afecção, de modo que sua sistematização só poderia ser feita por meio da observação de todos os fatos e do “estudo de cada um delles em sua evolução”, de modo a condenar o “vêso de **esquecer o doente** e fazer dos symptomas concepções de doenças”⁷¹⁴, o que estaria de acordo com a afirmação de Portocarrero (2002) a respeito da passagem de um fazer semiológico para um etiológico. Mais do que o estabelecimento de uma categoria diagnóstica, Peixoto defendia um modo específico de construir o saber psiquiátrico.

Considerando a etiologia da doença, Peixoto afirmava a importância da tara mental familiar – justamente o ponto em que ocorreriam discordância entre os médicos franceses – acreditando que por meio da observação mais demorada se chegaria a confirmar o que considerava um fato. A loucura maníaco-depressiva adviria de um terreno preparado não pelo indivíduo especificamente, mas por seus ascendentes familiares. Desta forma, esta doença seria cultivada por um “temperamento ou uma constituição fundamentalmente preposta á sua produção”.⁷¹⁵

Mas apesar de considerar a importância da carga hereditária, determinante e imutável, também assinalava o componente social na produção da doença, sendo este passível de intervenção médica “sob a influencia de factores que no meio fazem progredir a accumulção de disposições, o desequilibrio se deu”.⁷¹⁶ Isto, tal como podemos inferir, alinhava a

⁷¹³ Peixoto, Afranio. A loucura maniaca-depressiva. Trabalhos Originaes. *Brazil-Medico*. Ano XVIII - Num. 28 - 22 de julho de 1904, p. 281.

⁷¹⁴ *Ibidem*, grifo meu.

⁷¹⁵ *Ibidem*, p. 282.

⁷¹⁶ *Ibidem*.

perspectiva psiquiátrica de seus trabalhos com a de seus demais campos de ação, em que a atuação médica se estendia para além da individualidade do paciente, tomando todo o corpo social como campo de intervenção. A questão da hereditariedade seria ainda relativizada quando Peixoto analisava um ponto específico da loucura maníaco-depressiva, isto é, o fato desta moléstia não afetar de modo expressivo a inteligência do indivíduo doente. Creditava este fato ao que podemos descrever como certo tipo de imunidade conferida pela transmissão de caracteres que produziriam uma *pré-intoxicação* que faria a evolução de sua doença ser mais benevolente e demorada, deste modo, generalizava um conceito da medicina para a psiquiatria afirmando assim que

n'uma grande copia de demencias precoces não se encontram antecedentes hereditarios: grande que seja a intensidade do mal produzido assentou-se rapidamente n'um terreno baldio; a degeneração, ao em vez, por muitos episodios que venha a ter, e para produzil-os, bastam causas insignificantes, bem se sabe, permite atravessar uma existencia sem esbarrar na demencia terminal.⁷¹⁷

Assim como em relação aos outros diagnósticos discutidos por Peixoto e aqui relatados, seus escritos sob a paranóia incluíam a comparação dos resultados de seus estudos no Brasil com aqueles divulgados por outros cientistas. É assim que chegamos a saber que a ocorrência da loucura maníaco-depressiva entre os pacientes brasileiros no HNA teria sido de 6,6%, número menor⁷¹⁸ do que os 10 a 15% encontrados por Emil Kraepelin. As estatísticas brasileiras também divergiriam das europeias quando considerados quesitos como gênero, idade e raça. Contudo, no que dizia respeito à presunção de hereditariedade os números encontrados por Peixoto estariam de acordo com os encontrados por Kraepelin.

A estatística apresentada por Afrânio, provavelmente obtida entre os pacientes do HNA, era a de que de 60 a 80 por cento dos casos de maníaco-depressivos seriam hereditários. Além disso, Peixoto ratificava a característica homeomorfa da doença quando afirmava ter encontrado casos muito semelhantes em três mulheres de uma mesma família, mãe e irmãs, entre outros casos em que os pacientes apresentavam diferentes graus de parentesco. No que dizia respeito à degeneração, Afrânio afirmava que nos maníaco-depressivos esta não seria tão expressiva, afirmando ter visto muitos indivíduos que “tendo

⁷¹⁷ *Ibidem.*

⁷¹⁸ Afrânio especificava que os números que utilizou se referiam a internações ocorridas no HNA em dez anos (1894-1903), período no qual teriam realizado 6257 observações, das quais 413 seriam diagnosticadas como loucura maníaco-depressiva.

paes, tios, primos, irmãos, filhos, vesanicos de toda a ordem, revelam uma bôa e conformada apparencia, sem nenhum dos consideraveis indicios de degeneração”.⁷¹⁹

Conferia às violências psíquicas de toda a ordem o título de causas ocasionais da doença, entre as quais se destacaria as de cunho afetivo, atuando sozinhas ou combinadas com o que seriam suas consequências, como os excessos, fadigas e abuso do álcool. Com isso demarcava acontecimentos da vida cotidiana – gestação, puerpério, menopausa, fadigas de estudo, coito imoderado – como dispositivos da doença em um *terreno preparado*.

A discussão ganhava relevo quando abordava à sintomatologia da doença, Afrânio afirmava que a loucura maníaco-depressiva seria uma *discoenesthesia*, uma perturbação do tônus vital, da qual a variação do humor daria a mostra. Neste ponto está justamente uma demarcação da posição de Peixoto na construção do conceito de loucura maníaco-depressiva, em consonância com as proposições kraepelinianas de que as manifestações ditas puras de mania e de melancolia seriam casos raros, considerando mais corriqueiras as formas onde predominava uma das duas formas.

Enquanto uma alteração do tônus vital, Afrânio propunha que sintomas como os relacionados à inteligência, as alucinações e interpretações delirantes seriam secundários, de modo que, a despeito da doença se caracterizar pelos extremos de depressão e excitação, o mecanismo que produziam estes estados seria o mesmo, considerando constantes os fenômenos tidos como essenciais.⁷²⁰

Baseado nesta premissa, Afrânio afirmava a sua própria perspectiva no contexto de constituição daquele recorte nosológico:

É um erro supôr que nos maniacos as funções phisicas e psychicas se exaltam e consoantemente se deprimen nos melancolicos: em uns, como em outros, ellas estão abaixo da normalidade, muito embora a apparencia favoreça nesta supposição aos primeiros.⁷²¹

As conclusões postuladas em contexto europeu eram também testadas no contexto brasileiro, assim, ao relacionar trabalhos de nomes importantes da psiquiatria de seu período, Afrânio analisava conceitos e delineava seu próprio posicionamento dentro do campo. Isto era feito por meio do trabalho de observação clínica de seus pacientes, o que o levava a acreditar que aquilo que nomeavam como acessos maníacos ou acessos melancólicos eram na verdade crises de excitação misturadas a fenômenos depressivos e vice-versa. A questão solucionada

⁷¹⁹ *Ibidem*.

⁷²⁰ Peixoto, Afrânio. A loucura maniaca-depressiva. Trabalhos Originaes. *Brazil-Medico*. Ano XVIII - Num. 29 - 1 de agosto de 1904, p. 292.

⁷²¹ *Ibidem*.

na perspectiva do termo predominância, de tal forma que, alguns acessos eram entendidos como de predominância maníaca e outros de predominância melancólica, o que significava que a outra face do problema estaria sempre presente, ainda que de forma camuflada.

Considerando que o prognóstico da doença se resumia em sabê-la periódica, com acessos transitórios de duração variada e imprevisível, Afrânio afirmava que o maníaco-depressivo “quando não está no desequilíbrio de seu acesso, está no equilíbrio instável da tendência para um outro acesso”.⁷²² O tratamento recomendado seria o da internação e isolamento nas crises agudas, em todos os tipos da doença apresentados. Neste momento concorreriam para o restabelecimento do paciente os banhos, a permanência no leito e os sedativos, considerados como “camisas de força químicas”, para o período de excitação – *bromados, hypnagogos (veronal, hyoscina e hyosciamina)*. Já para os períodos de depressão recomendava os banhos frios, o leito, o ópio, a quinina, a estricnina, os purgativos e os *eupepticos*.⁷²³

* * *

Os últimos temas que abordaremos na obra psiquiátrica de Peixoto também se articulam a seu exercício em relação à higiene e medicina legal. Após os trabalhos de Afrânio Peixoto, juntamente com Juliano Moreira acerca de categorias como as de epilepsia e paranoia nosso personagem publicaria o artigo *Les maladies mentales dans les climats tropicaux*, também em coautoria com o diretor do HNA e que foi divulgado em diferentes esferas. As considerações deste artigo foram apresentadas à audiência europeia no XV Congresso Internacional de Medicina em Lisboa, realizado em 1906. Neste mesmo ano foi publicado no Brasil, em francês, nos *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins* e finalmente apareceu em 1907 no periódico francês *Annales médico-psychologiques*.

Podemos perceber este trabalho como fruto da perspectiva higienista defendida Peixoto também para o campo da psiquiatria. O que apreenderemos aqui é a resposta a uma visada pessimista sobre a constituição racial da população brasileira, que de antemão estaria condenada não só por sua miscigenação como por sua submissão ao clima tropical. Os autores teciam uma breve, mas consistente nota sobre a influência dos grupos étnicos na produção e frequência das psicoses, afirmando que ainda existiria, a este respeito, um grande número de

⁷²² *Ibidem*, p. 293.

⁷²³ *Ibidem*, p. 294.

*preconceitos a destruir.*⁷²⁴ Contudo, mais uma vez, o tema principal é a influência do clima na constituição das doenças, dedicando-se a defesa da saúde mental dos brasileiros em relação a nosso clima quente, tendo em vista a comparação de diversas moléstias mentais encontradas em solo brasileiro com aquelas relatadas na Europa. Esta comparação era feita de modo a comprovar que se tratavam das mesmas doenças e que as possíveis diferenças estavam no nível da individualidade e não de toda a população. O esforço aqui seria o de demonstrar por fim que não existiriam doenças mentais climáticas, ou mais especificamente, que o clima tropical não originaria nenhum tipo particular de doença mental.

Moreira e Peixoto abriam o texto afirmando que as questões de geografia médica estariam perdendo importância. Refutavam ideias fundamentadas em conceitos como o de zonas climáticas, que consideravam que cada clima específico teria um conjunto patológico próprio. A oposição a estes conceitos considerados equivocados viria por meio da ciência higiênica, moderna representante da verdade científica a que se filiavam, tal como vemos ao afirmarem que “L’etiology plus éclairé de notre temps, l’hygiène mieux préparée de nos jour sont venues dissiper des croyances mal fondées et réduire la question à ses véritables termes”⁷²⁵

Afirmavam o cosmopolitismo de todas as doenças, ou seja, sua penetração em todos os países, dada sua facilidade de aclimação, concorrendo em todas as regiões do mundo pelas condições que lhe permitissem desenvolver. A partir de seus trabalhos de observação, teriam constatado não haver nenhuma doença que não tivesse sido registrada ao norte, sul, leste e oeste. Desta forma asseveravam que não existiria uma única região do mundo que possuísse uma doença exclusiva, e mais importante, acreditavam não haver nenhuma doença que não pudesse ser exterminada com o auxílio das então modernas medidas higiênicas. Assim, as diferenças clínicas encontradas eram entendidas como resultado de fatores como a intensidade mórbida, a resistência do indivíduo, a defesa higiênica e o combate terapêutico. Podemos concluir que o objetivo central aqui era o de postular, embasados em critérios válidos de cientificidade como a observação, que, tal como na medicina geral, também na psiquiatria não existiriam doenças climáticas. Esta é a perspectiva resumida quando afirmavam que:

En pathologie nerveuse et mentale, comme en tout autre, Il n’est pas téméraire, car c’est un fait d’observation, de dire qu’il n’existe pas de maladies mentales climatiques, ou, plus particulièrement, que sous les

⁷²⁴ Moreira; Peixoto. Les maladies mentales dans les climats tropicaux. *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Ciências Affins*. Ano II – Nº 3 – Setembro de 1906.p. 237.

⁷²⁵ *Ibidem*, p. 222.

climats chauds, on n'observe aucune forme pathologique qui soit étrangère à la neuro-psychiatrie des autres climats⁷²⁶

Moreira e Peixoto afirmavam que nunca teriam achado qualquer infecção, nem mesmo uma variação em patologia mental, que pudesse ser atribuída ao clima, de tal modo que a lista de doenças mentais no Brasil seria idêntica a de outros países. A questão era resumida em termos de aparência, transformações determinadas por fatores complexos. No que dizia respeito ao Brasil, afirmavam que a loucura se tornava cada vez mais frequente, relacionadas ao **progresso civilizacional** de sua população, que juntamente aos benefícios também ocasionaria crescimento dos vícios e demais condições causadores de doenças.⁷²⁷ Contrapondo-se à Esquirol, Guislain e Lombroso, os médicos brasileiros, mais uma vez, utilizavam as observações realizadas no HNA associadas a dados meteorológicos do Observatório do Rio e da seção meteorológica da marinha em uma análise que concluía que, ao menos para o nosso clima, não existiriam relações entre os fenômenos atmosféricos e a eclosão de ataques convulsivos entre os epiléticos.⁷²⁸

Moreira e Peixoto respondiam às acusações que afirmavam a influência negativa do clima tropical sobre o sistema nervoso dos imigrantes vindos de países frios. Os médicos baianos aproveitavam mais uma oportunidade para relativizar a característica determinante do clima, ressaltando o contexto social e a própria responsabilidade do indivíduo como causas determinantes.

O discurso produzido por Peixoto na seara psiquiátrica se articulava a um projeto maior de uma nacionalidade brasileira saudável e civilizada, tendo em vista não somente a prescrição de um modo de viver higiênico, como também de uma defesa do clima e da conformidade racial brasileira dentro do campo de produção de conhecimento científico mais amplo⁷²⁹, em que se igualava a fragilidade humana diante da doença, fosse em territórios frios ou em nosso torrão tropical. É nessas bases que afirmavam:

C'est qu'ils tâchaient de vivre conformément au climat et respectaient les prescriptions que conseille l'hygiène pour l'existence em desemblables conditions. A côté d'eux, par contre, nous en avons vu beaucoup dont les perturbations étaient dues à des excès de *cibus*, de *potus* et de *Vénus*.⁷³⁰

⁷²⁶ *Ibidem*, p.224

⁷²⁷ *Ibidem*, p.226

⁷²⁸ *Ibidem*.

⁷²⁹ Venancio, Ana. T. A.; Carvalhal, Lázara. Juliano Moreira: a psiquiatria científica no processo civilizador brasileiro. Duarte, L.F.D.; Russo, J.; Venancio, A.T.A.. (orgs.). *Psicologização no Brasil: atores e autores*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

⁷³⁰ Moreira; Peixoto. Les maladies mentales dans les climats tropicaux. *op. cit.* p. 234.

As conclusões de Moreira e Peixoto eram claras e se fundamentavam na ideia de que não existiria correlação entre os componentes climáticos e a frequência de casos de loucura. Além disso, o clima não influiria sobre os sintomas das psicoses, confirmando a perspectiva que atribuía ao grau de instrução dos indivíduos às diferenças entre os casos de uma mesma moléstia. De maneira que podiam afirmar que “Le descendant pur de deux caucasiens, également purs, élevé dans l’intérieur au milieu de gens ignorants, présent les mêmes délires rudimentaires que les individus de couleur dépourvus d’instruction”.⁷³¹

Todos estes trabalhos de Afrânio Peixoto, os de autoria única ou aqueles que compartilhavam a escrita com Juliano Moreira são representativos não somente da psiquiatria que estes médicos desejavam institucionalizar no Brasil como também se constituem em reflexos dos modos de perceber a sociedade de então, sua realidade, e o ideal que se pretendia alcançar. A despeito da variedade de objetos encontrados, conseguimos traçar elementos comuns a todos estes temas. Nos referimos aqui a disposição em interpretar os dogmas científicos/psiquiátricos daquele período de modo a constituir uma perspectiva otimista em relação às possibilidades de constituição de um povo saudável e apto a se desenvolver e civilizar. Enquanto representantes da periferia da produção científica, cujo centro era a Europa, os médicos brasileiros se esforçavam para que pudessem constituir um diálogo com as referências cientificamente legitimadas, interpretando-as de modo a diminuir o peso de conceitos que determinavam um destino lúgubre às populações tropicais, miscigenadas, coloniais. Deste modo, ao mesmo tempo em que médicos como Moreira e Peixoto demonstravam estar a par das produções mais recentes da psiquiatria alemã, consolidando quadros nosográficos que os permitissem o diálogo com os mestres europeus, se desdobravam em refutar determinismos climáticos, relativizar degenerescências e criticar o uso indiscriminado de explicações que se fundamentavam em hereditariedade e atavismo.

* * *

A análise dos trabalhos de Afrânio no campo da psiquiatria se concentrou nas publicações de 1899 até 1910. Contudo, é preciso ressaltar que em meados da década de vinte Afrânio se dedicaria a um projeto vinculado à seara médico-psiquiátrica, gerado no contexto de sua atuação enquanto deputado federal. Trata-se do projeto nº 218 de 1926 que pretendia reorganizar a assistência aos psicopatas no Distrito Federal e nos demais estados e que foi transformado em lei pelo decreto nº 5184 de 10 de janeiro de 1927.

⁷³¹ *Ibidem*, p. 238.

O projeto, entre outros tópicos, visava regular os casos passíveis de internação, bem como estipular que esta somente se efetivaria após a comprovação da alienação mental do paciente. Convencionava ainda a obrigação da comunicação por parte das instituições à comissão de fiscalização quando da internação de um indivíduo, o direito do paciente solicitar novo exame de sanidade mental, inclusive feito por médicos estranhos ao estabelecimento onde se encontrasse internado. Propunha ainda a proibição de manter psicopatas nas cadeias públicas ou entre criminosos. É de nota que a referida comissão deveria ser formada pelo procurador da república, o curador de órfãos e um médico “de reconhecida competência”, todos submetidos ao ordenamento do ministro da justiça e negócios interiores.

Além disso, o projeto previa os requisitos para que uma instituição pudesse receber doentes mentais; o primeiro ponto era o de que tais estabelecimentos deveriam ser dirigidos por “médico ou médicos, devidamente habilitados”, seguido por considerações acerca da disposição higiênica das dependências, da separação entre os sexos, entre outras medidas.

Nota-se a associação entre os serviços assistenciais psiquiátricos e o ensino médico, expressa no artigo nº17 do referido projeto, que estabelecia o pessoal destinado a trabalhar na assistência aos psicopatas do DF, estipulando que o diretor do Instituto de Psicopatologia deveria ser o professor de psiquiatria da FMRJ. Além disso, o provimento de médicos assistentes efetivos se daria por concurso que privilegiaria candidatos que tivessem sido internos do HNA ou das clínicas de psiquiatria e de doenças nervosas das faculdades de medicina da república.

Peixoto pronunciaria na Câmara um discurso a propósito da justificação de seu projeto, declarando a necessidade de discutir a assistência aos alienados, visto que a legislação de 1903, já estaria ultrapassada. Afrânio afirmava que a referida lei tinha realizado o ideal de Pinel e Esquirol da elevação do louco à categoria de doente, mas que restaria ainda a necessidade de estabelecer seu aspecto jurídico, visto que, segundo suas palavras, estes indivíduos não deveriam perder “suas prerrogativas civis e sociais, com a internação para tratamento”.⁷³² Para ele era preciso elevar o louco à categoria de doentes, mas “dos outros doentes”, ou seja, daqueles “que entram e saem dos hospitais à vontade, sem exame pericial de médicos legistas, sem curador de órfãos, nem comissão de inspectores, sem interdição nem compulsão, simplesmente para se tratarem”.⁷³³ Todo este aparato institucional deveria ficar reservado aos alienados, isto é, àquele indivíduo antissocial e perigoso a si e à sociedade.

⁷³² Peixoto, Afrânio. *Marta e Maria*: Documentos de Acção Pública. Rio de Janeiro: Tipografia da Sociedade Grafica Editorial (Lisboa), 1930, p. 269.

⁷³³ *Ibidem*, p. 270.

Observa-se aqui a disposição de proteger da degradação social aqueles indivíduos que padeciam de doenças mentais manejáveis, ou seja, pessoas passíveis de se integrar à sociedade, mas que sofreriam com o rótulo de louco ou alienado.

A preocupação de Peixoto com a repercussão da internação psiquiátrica na vida civil do paciente pode ser associada a um episódio por ele vivenciado enquanto médico alienista de uma das seções do HNA. Peixoto narrava em suas memórias uma passagem referente ao paciente José Soares, o qual teria conhecido ao revisar todos os casos de sua seção. Seu objetivo seria o de descobrir o “gênero de loucura” que acometia aquele paciente internado havia 30 anos, o que lhe foi impossível. Segundo recordava, teria então recorrido ao auxílio de Juliano Moreira, pedindo para que este examinasse o paciente, sem, contudo, lhe expor suas dúvidas. A reação do diretor do HNA seria a mesma de Peixoto: “perplexidade” e a certeza de que se tratava de um homem são.

A reação de Afrânio Peixoto seria a de dar imediata alta a José Soares, que então contava seus sessenta anos. Todavia, acabou por se deparar com o protesto do paciente que lhe explicaria sua história, justificando o motivo pelo qual não queria deixar o hospital. Soares afirmava tinha sido um comerciante bem sucedido, era dono de seu negócio, homem casado e com filhos quando recebera o aviso de que seu pai estaria à beira da morte em Portugal, o que motivou sua viagem às pressas àquele país. Ao regressar ao Brasil José Soares foi internado à força, o que justificava os protestos que lhe deram a fama de agressivo, principalmente quando esbofeteara seu sócio ao perceber que este era o responsável por sua internação. Soares relatava a Afrânio que durante anos teria visto passar muitos médicos por aquele hospital sem que houvesse o interesse de ouvi-lo ou examiná-lo. No entanto, sua comoção não se devia ao fato daquele “jovem médico” lhe acenar com a alta, com a possibilidade de deixar aquela “casa dos mortos-vivos”.

Isso porque, apesar de comovido pelo reconhecimento de sua sanidade, José Soares dizia não poder deixar aquela instituição, se explicando nos seguintes termos: “Ainda que me pudesse restituir a mocidade, o lar, os negócios, as amizades, tudo, não poderiam mais alguma coisa que perdi e é indispensável para a vida em sociedade”, algo que chamou de “crédito de juízo”. Fora do hospital Soares temia continuar sendo visto como louco e perigoso, causando surpresa e medo acaso encontrasse alguém de seu passado. Afrânio, após constatar a sanidade do paciente não poderia deixar de lhe dar alta; por outro lado, diante de suas súplicas não poderia colocar-lhe para fora do hospital, de modo que arranjaria a situação lhe dando a alta oficial e lhe nomeando para um serviço subalterno naquele estabelecimento.

Ainda que o regulamento da assistência aos psicopatas possa ser tomado como um ato de interesse social, podemos distinguir por meio do projeto de Peixoto que sua preocupação estava em grande medida em salvaguardar o indivíduo. Afrânio clamava por uma nova orientação da assistência aos alienados, propunha transformá-la em uma “assistência a psicopatas”, sendo estes alienados ou não. A estes psicopatas seria disponibilizada uma gama de serviços, desde hospitais até ambulatórios, obra de cuidado e de prevenção, uma verdadeira “higiene social”⁷³⁴

⁷³⁴ *Ibidem*, p. 271.

CAPÍTULO 4

Uma medicina para “dizer à justiça sua opinião”: conceitos e técnicas para a prática médico-legal.

Neste capítulo reúno a análise das obras produzidas por Afrânio Peixoto no campo da medicina legal. É necessário precisar dois pontos: os critérios pelos quais selecionei as publicações analisadas e o modo pelo qual trabalhei com tais obras. No que concerne à seleção das obras, por um lado observei o contexto de publicação, os autores com os quais Peixoto dialogava e a escolha do espaço em que eram publicadas, principalmente no que se referia a artigos veiculados em periódicos, nos quais é possível determinar recortes de campos mais específicos. Além disso, contei com a consideração do próprio Afrânio Peixoto acerca das publicações que relacionava com os campos *médico legal*, *forense* ou *criminológico*, visto que este publicaria um rol destas obras em seu livro *Elementos de Medicina Legal* (1914). Assim, antes de definirmos exatamente estes campos, observamos como Peixoto fazia referência aos mesmos, ajudando a conformá-los.

Cabe esclarecer que não realizei a análise de todas as obras de Afrânio referentes à medicina legal, algumas por não ter encontrado nenhum exemplar disponível para consulta, outras por se encontrarem fora do recorte temporal desta tese. Além disso, não abordo todos os assuntos contidos nos manuais, apesar de tomá-los de modo privilegiado, visto a importância do formato de divulgação destes trabalhos tanto em sua carreira quanto para a constituição dos campos da higiene e da medicina legal. Os manuais de Peixoto eram obras de grande investimento, talhadas como sínteses expressivas do conhecimento do campo ao qual se dedicavam. Neste sentido procuro apresentar o modo como os assuntos eram tratados por Afrânio, avaliando as estratégias discursivas por ele acionadas. Para isso utilizo alguns temas como exemplos, não relatando todos os assuntos abordados.

Obras de Afranio Peixoto: medicina legal, área forense e criminologia	
1897	Epilepsia e crime
1901	Inspeção de naso-faringe por um novo processo de autópsia
1901	Manual de tanatoscopia judiciária
1902	Serviço Medico-Legal de autopsias
1903	Regulamento para o serviço médico-legal do Distrito Federal (Decreto nº4864 de 15 de junho de 1903)
1909	Viol et médiumité
1910	Elementos de medicina legal (1914, 2ª Ed)
1916	Psicopatologia forense
1931	Los missexuales
1933	Criminologia
1934	Sexologia forense

O tema inaugural de Afrânio Peixoto foi, sem dúvida, a questão da epilepsia em suas relações com o crime apresentada em sua tese de final de curso na Faculdade de medicina da Bahia em 1897, fazendo parte do conjunto de discussões acerca das implicações dos diagnósticos psiquiátricos na avaliação de imputabilidade criminal, como expõe em seu volume *Psicopatologia Forense* (1916). Sua participação nestas áreas de interseção entre a medicina e a justiça também inclui uma produção voltada para a normatização de instituições e de técnicas de autópsias – incluindo-se sua proposta de uma nova técnica de autópsia de inspeção de nasofaringe – e para temas em que a medicina já opinava, a saber: a questão do espiritismo apresentada em seu texto ‘*Viol et médiumité*’; questões sexuais abordadas em seu *Los Missexuales*, ‘*Sexologia forense*’; e ainda o tema dos acidentes de trabalho como tratado no texto *Medicina legal dos acidentes do trabalho e das doenças profissionais*.

Para fins de análise podemos dizer que a medicina legal pode ser descrita como campo de conhecimento instituído no âmbito das atividades policiais e também do ensino acadêmico. No Brasil foi construído na correlação entre medicina e a justiça desde meados do século XIX com o decreto nº 1746, de 16 de abril de 1856 – que dava regulamento à Secretaria da Polícia da Corte – que criava uma **seção médica**, incumbida de realizar os exames de corpo de delito bem como “quaesquer exames medicos, necessarios para averiguação dos crimes e factos como taes suspeitos”. Esta mesma lei estabelecia que os chamados Médicos de Policia – dois efetivos e dois consultantes – deveriam escalonar o serviço que lhes competia, sendo obrigatória a permanência de um deles na repartição durante todas as horas ordinárias e extraordinárias de função.

A história da medicina legal contada por Afrânio também apontava as questões periciais como estando na origem deste campo de conhecimento. Demarcava o código penal de 1830 como o momento em que pela primeira vez se estabeleceu a necessidade da intervenção médica na realização das perícias. Além disso, há exatos cem anos Afrânio fazia referência ao processo de institucionalização da medicina legal tendo-se em vista às dificuldades no estabelecimento de serviços. Para ele, se os serviços médicos no Brasil eram tanto piores quanto mais afastados estivessem do litoral, o que não dizer da medicina legal, dada a escassez de profissionais competentes, muito em função da falta de cursos para especialização nesta matéria. Afrânio retratava o contexto da prática pericial no Brasil do século XIX, considerando as proporções continentais do território brasileiro:

A vastidão do país, ainda não abastecido de medicos em todos os logares, a ignorancia da maior parte destes em assuntos de Medicina Legal, mesmo nos centros mais populosos, dão ás pericias nacionais uma quase geral invalidade, que não é sentida infelizmente, graças á ignorancia maior da justiça e do publico.⁷³⁵

Com relação ao estabelecimento de serviços, Ferreira (2007) afirma que no mesmo ano da criação da seção médica ligada à Polícia da Corte teria aparecido o primeiro necrotério público do Rio de Janeiro, dentro do que seria o Depósito de Mortos da Gamboa, destinado a lidar com os restos mortais de uma parte específica da população – escravos, indigentes e presidiários.⁷³⁶ A importância deste Depósito de Mortos para o campo da medicina legal esteve no fato de que este teria sido utilizado, já em 1877, nas aulas práticas desta disciplina, por obra de Agostinho J. de Souza Lima⁷³⁷ (1942-1921), consultante da Polícia da Corte.⁷³⁸ Contudo, o ensino prático iniciado por Souza Lima, sofreria um revés por intervenção do também catedrático da FMRJ Ernesto Nascimento e Silva, que questionaria a competência dos professores para trabalhar com cadáveres bem como de produzir laudos médico-legais nas aulas práticas, defendendo um ensino teórico da matéria.⁷³⁹

Entre as normatizações mais importantes na constituição deste campo Afrânio ressaltava também o decreto nº 3.640 de 14 de abril de 1900 que reorganizava o serviço

⁷³⁵ Peixoto, Afrânio. *Elementos de Medicina Legal*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1914, p. 539-40

⁷³⁶ Ferreira, Letícia Carvalho de Mesquita. *Dos Autos da Cova Rasa*. A identificação de corpos não identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 2007, p. 77.

⁷³⁷ Agostinho José de Souza Lima, natural do Mato Grosso, formado pela FMRJ em 1863, se tornou membro Titular da Academia Imperial de Medicina em 15 de setembro de 1879, ocupando a presidência desta instituição em 1883-89 e da Academia Nacional de Medicina em 1896-97 e 1900-01. Foi também professor Catedrático de Medicina Legal e Toxicologia na FMRJ e da Faculdade de Direito. Além de médico-legista também se exerceu enquanto higienista. Informações disponíveis em www.anm.org.br

⁷³⁸ *Ibidem*, p. 78.

⁷³⁹ *Ibidem*, p. 79.

policial do Distrito Federal, alterava o nome de sua seção médica para Gabinete Médico Legal e também especificava que o posto de superintendente geral da polícia do DF seria ocupado pelo ministro da justiça.⁷⁴⁰ No período de promulgação da referida lei o cargo foi de responsabilidade de Eptácio Pessoa, substituído posteriormente por Sabino Alves Barrozo Júnior e, a partir de 1902, por J. J. Seabra que, como citado anteriormente, ocupou o Ministério da Justiça e Negócios Interiores por quase todo o período da gestão de Rodrigues Alves. Esta é uma nota importante já que é justamente o período em que Afrânio se envolveria na confecção de projetos de lei e regulamentação dos serviços médico-legais.

Em seu novo formato a administração policial ficava sob a responsabilidade de um chefe de polícia, três delegados auxiliares, doze delegados de circunscrição urbana e oito suburbanas, contando ainda com cem inspetores de seções urbanas e 64 suburbanas. Além disso, seriam nomeados como auxiliares das autoridades policiais seis médicos legistas, um administrador do depósito central de presos, um inspetor de veículos, dois oficiais de visita do porto, um inspetor de agentes e um escrivão para cada delegado, bem como agentes de segurança pública e oficiais de diligências. Também eram criadas novas seções nas repartições de polícia constituindo-se uma estrutura policial que incluiria na base de seus serviços os préstimos da medicina legal.

Destacamos abaixo a posição institucional que o Gabinete Médico-Legal ocupava na estrutura que estava sendo criada, o qual ficava diretamente subordinado ao chefe de polícia. Os lugares de chefe de polícia e os de médicos-legistas eram atribuídos por nomeação do Presidente da república, por meio de indicação do Ministro da Justiça, sendo este último responsável também pela nomeação do administrador da casa de detenção. Os demais funcionários, tais como delegados, escrivães e inspetores seriam nomeados pelo chefe de polícia⁷⁴¹.

Repartições da polícia no Distrito Federal (1900)		
Repartições de policia:	Secretaria de Polícia – Repartição central	Gabinete médico-legal
		Inspetoria de policia do porto
		Inspetoria de veículos
		Administração do depósito de presos
	Delegacias auxiliares (urbanas e suburbanas)	
	Brigada Policial	
	Casa de Detenção	

Fonte: Decreto nº 3.640 de 14 de abril de 1900

⁷⁴⁰ Peixoto. *Elementos de Medicina Legal. op. cit.* p.541

⁷⁴¹ O decreto ainda instituiria o serviço de identificação antropométrica que seria obrigatório aos réus presos, ficando ainda estabelecido o método utilizado, o de Alphonse Bertillon, de que trataremos mais adiante. Tal serviço de requisição de certidões, fotos ou fichas de identificação seria secreto, só podendo ser realizado pela polícia da capital, dos estados ou estrangeira, pelo ministério público, por juizes e pelo ministro da justiça.

No Gabinete Médico Legal, seguindo o artigo 49, seriam realizados os seguintes procedimentos: corpos de delito, autópsias, verificações de óbitos, exumações, análises toxicológicas, **exame dos indivíduos suspeitos de sofrer das faculdades mentais** (encontrados abandonados ou incriminados), bem como quaisquer outros exames que fossem necessários. Encontrava-se composto por seis médicos e se estruturaria da seguinte forma:

Estrutura do Gabinete Médico Legal do DF (1900)	
Serviço interno	Casos apresentados ao Gabinete médico-legal.
Serviço externo	Autópsias, exames de cadáver e corpos de delito em hospitais, cemitérios ou domicílios.
Verificação de óbitos	Exame daqueles que morriam sem assistência médica (exceto nos casos de moléstias infectocontagiosas).

Fonte: Decreto nº 3.640 de 14 de abril de 1900

No âmbito do ensino acadêmico a disciplina de medicina legal se tornaria obrigatória nas faculdades de direito por meio do decreto nº 1232 H, de 2 de janeiro de 1891. Este mesmo decreto era acompanhado pelo regulamento das instituições de ensino jurídico que dependiam do Ministério da Instrução Pública que estipulava que cada uma das faculdades de direito contaria com três cursos: o de ciências jurídicas, o de ciências sociais e o de notariado. O curso de ciências jurídicas passaria a contar com o ensino das matérias de Medicina legal e de Prática forense, cada qual constituindo uma cadeira. A cadeira de medicina legal, assim como a de higiene pública, tinha garantida a vaga de preparador, o que indica que estas eram percebidas como disciplinas laboratoriais. Quatro anos mais tarde, em 1895, estas duas disciplinas seriam reunidas, dando origem à cadeira de Medicina Pública.

Um dos principais nomes citados por Afrânio Peixoto neste domínio acadêmico foi Raymundo Nina Rodrigues (1862-1906)⁷⁴², em especial por seus estudos que tomavam como objetos elementos do contexto brasileiro. Percebemos este tipo de leitura na introdução que Afrânio Peixoto fez ao *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*⁷⁴³, de Nina Rodrigues, no qual dizia:

⁷⁴² Nina Rodrigues, natural do Maranhão, transferiu-se para a Bahia em 1882 para realizar o curso médico na FMBA, o que fez até o quinto ano quando se transferiu para o Rio de Janeiro, se doutorando na FMRJ em 1888. Tornou-se professor da FMBA em um concurso para a seção médica, se transferindo para a seção de medicina pública em 1891. Nina Rodrigues publicou seus trabalhos em periódicos brasileiros como a *Gazeta Médica da Bahia* e o *Brasil-Médico*, mas também nos Arquivos de criminologia de Ingenieros, nos *Anais de higiene pública e medicina legal* de Brouardel, nos *Anais médico-psicológicos*, de Ritti, nos *Anais de antropologia criminal* de Lacassagne e no *Arquivo de psiquiatria e antropologia criminal*, de Lombroso.

⁷⁴³ A primeira edição foi publicada em 1894, como resultado das aulas ministradas por Nina Rodrigues na Faculdade de Medicina da Bahia. O livro seria reeditado na coleção 'Biblioteca de Cultura Científica', dirigida por Afrânio Peixoto na Editora Guanabara. Não foi possível precisar exatamente o ano desta edição, mas

Em vez de reestudar, com as nossas poucas forças ou escassas possibilidades de meios, os problemas que têm, a postos, os laboratorios e clinicas do velho mundo, NINA RODRIGUES dava-se, na sua especialidade, á pesquisa de assumptos nacionaes ou do modo de se comportar entre nós, meio, raça e momentos differentes de civilização, os conhecidos factores biologicos ou sociologicos que determinam os phenomenos da vida.⁷⁴⁴

Afrânio atribuía o conhecimento do nome de Rodrigues na Europa justamente a sua dedicação aos “casos que nos devera ser privado indagar e conhecer”, dizendo aos mestres europeus⁷⁴⁵ “como no Brasil appareciam e se comportavam os factos apreciados e notorios do Velho Mundo”.⁷⁴⁶ Deste modo, Afrânio acreditava que Nina Rodrigues não pretendia resolver nenhuma das “incognitas tremendas que andam a desafiar todos os laboratorios e clinicas do mundo”, se contentando em “rever os problemas nacionaes do Brasil, os problemas regionaes para o Brasil”, e, deste modo, teria despertado o interesse dos estrangeiros.⁷⁴⁷

4.1 A definição diagnóstica da epilepsia: causalidade, consciência e degeneração.

Os primeiros trabalhos publicados por Afrânio Peixoto datam de final do século XIX e inicio do século XX, num contexto de organização do campo da medicina legal, período em que se doutorava pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1897. Sua tese foi publicada no ano seguinte, segundo os editores, por recomendação feita por Nina Rodrigues, professor da sessão de medicina pública da referida faculdade. Ele o fazia por meio de uma carta que acabaria sendo parcialmente transcrita como prefácio do livro de Afrânio. Nina Rodrigues insistia na publicação da tese a partir do conhecimento que tinha do trabalho de Peixoto e da oportunidade do tema tratado, considerando que os editores não só prestariam favor às letras pátrias como poderiam chegar mesmo a obter algum retorno pecuniário. Ele considerava a junção dos tópicos epilepsia e crime como um “programma de transcendentos problemas sociais”. A degeneração, tomada como elemento essencial para o entendimento desta equação, era definida por Rodrigues como consequência de acidentes e estados mórbidos, bem como produto “de toda sorte de excessos, physicos, intellectuaes ou moraes”.

sabemos que foi lançada nos primeiros anos da década de trinta. A terceira edição seria publicada na coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, em 1938, pela Companhia Editora Nacional e sairia com prefácio de Afrânio Peixoto.

⁷⁴⁴ Afranio. Prefácio. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Companhia Editora Nacional, 1938, p. 13. Trato aqui da terceira edição, publicada em 1938, feita sobre a primeira, publicada em 1894.

⁷⁴⁵ Nina Rodrigues dedicava este trabalho aos chefes da nova escola criminalista, os professores Cesare Lombroso, Enrico Ferri e R. Garofalo, ao chefe da nova escola médico-legal francesa, Alexandre Lacassagne e ao Dr. Corre descrito como o médico legista dos climas quentes.

⁷⁴⁶ Afranio. Prefácio. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. *Op. cit.* p. 13

⁷⁴⁷ *Ibidem*, p. 16.

Considerada fator de constituição social, a degeneração mereceria, segundo Nina, o epíteto de “suprema niveladora das desigualdades sociais”.⁷⁴⁸

A tese de Peixoto discutia a relação entre a epilepsia, considerada como o tipo de degeneração patológica mais violenta, e o crime, manifestação da inadaptação do indivíduo às imposições sociais que também resultaria de processos degenerativos. O interessante a notar é que Nina Rodrigues, a despeito de recomendar enfaticamente a publicação de ‘Epilepsia e crime’, também deixava claro que dela discordava em inúmeros pontos capitais como o conceito de degeneração, as ideias a respeito da criminologia e mesmo acerca da percepção da constituição da epilepsia. Contudo, a demarcação de seus desacordos era considerada como simples divergências de opiniões científicas. Além disso, ponderava que à parte as indecisões e exageros, próprios dos estreates, o trabalho de Peixoto teria bastante merecimento, considerando-o eficiente em expor as leituras até então existentes acerca do tema abordado, constituindo-se no único trabalho brasileiro do gênero.⁷⁴⁹

Esta mesma obra ainda contaria com o prefácio de Juliano Moreira, então professor substituto de psiquiatria e neurologia da FMBA. Mais suave nas críticas, Moreira afirmava ver no trabalho de Afrânio ideias muito próximas às suas, considerando suas divergências como “pequenas minúcias”. É de se notar que, provavelmente devido a maior intimidade que travava com Afrânio, Moreira destacava em seus apontamentos não somente a qualidade científica de ‘Epilepsia e Crime’, mas também as qualidades pessoais de seu autor. Por outro lado ressaltava que não se trataria de um trabalho isento de falhas, as quais poderiam ser corrigidas por Peixoto, a quem atribuía “o poder de analisar a si e a tudo que produz”.⁷⁵⁰

A apresentação que Afrânio faz de seu trabalho é clara. Seu objetivo era demonstrar o caráter sintomático das atuações criminais em epiléticos, análise que o teria levado a concluir pela inimputabilidade social e jurídica destes indivíduos. O livro era então dividido em quatro partes: I – Epilepsia, II – Crime, III – Criminosos epiléticos e IV – Inimputabilidade social e jurídica do epilético.

Na primeira seção Afrânio discorre sobre a construção do conceito de epilepsia, destacando as categorias que acreditava abarcar ou excluir e considerando um falso juízo a assertiva que colocava um *padrão fixo* no diagnóstico da doença. Contrapunha esta atividade científica aos métodos já ultrapassados e que deveriam, assim, ser superados. A sua proposta parece ser a de construir o novo, dando significado ao que Nina Rodrigues considerava como

⁷⁴⁸ Rodrigues. Prefácio. *Epilepsia e crime*. Bahia: V. Oliveira & Comp. Editores: 1898, snp.

⁷⁴⁹ *Ibidem*.

⁷⁵⁰ Moreira, J. Prefácio. *Epilepsia e crime*. Bahia: V. Oliveira & Comp. Editores: 1898, snp.

entusiasmo exagerado, de contribuir originalmente ao campo em que se inseria. É deste modo que Afrânio inicia sua tese postulando que “O preconceito, seja qual fôr a grandeza de sua envergadura e a natureza de sua constituição, em qualquer terreno em que por ventura tenha aparecido, foi sempre um custoso obstáculo a superar na marcha regular de uma verdade”.⁷⁵¹ Afrânio fazia uma profissão de fé no que concernia a seu entendimento sobre a constituição do ofício científico, ressaltando a importância da prática e observação em relação à pura teorização. Deste modo acreditava que haveria cientistas que declinariam de ensinar um fato observado por este não se adequar a teoria.⁷⁵² Com isso demonstrava sua disposição não somente de trabalhar com o corpo de conhecimentos estabelecidos no campo da medicina legal e da medicina mental como também de analisar e questionar estes saberes. Esta disposição teria sofrido, no seu entender, com os juízos legados pelo que considerava como “theorias mofarentas”, resistentes até mesmo ao desmentido dos fatos.⁷⁵³

O padrão fixo de diagnóstico da epilepsia que Afrânio julgava falso era o de um desenvolvimento único da doença e da crise, composta esta última por convulsões e enrijecimentos figurando entre um conjunto dramático de outros sintomas. Esta representação da crise epiléptica, a qual Afrânio nomeia de “grande ataque estardalhoso”, era o parâmetro com que se diagnosticaria a epilepsia e que, segundo Afrânio deveria ser reformado por meio de uma observação que *reformasse* e *alargasse* o conceito até então dominante sobre aquela doença. Deste modo se teria verificado que a crise motora, representada pelo “ataque estardalhoso”, poderia ficar limitada a apenas um grupo muscular, a somente um membro ou a uma metade do corpo, sem que houvesse a perda dos sentidos e onde as convulsões poderiam não ser mais do que vertigens com ligeiras perdas de consciência; ou seja, tratava-se da afirmação da variedade de formas de apresentação da crise epiléptica.

Entre as questões pertinentes ao processo de reconhecimento e diagnóstico da epilepsia colocava-se, portanto, a oposição entre a perspectiva *unicista* e aquela que atribuía uma *multiplicidade*. Tal discussão se resumiria na interrogação: “a epilepsia é uma ou múltipla?”.⁷⁵⁴ Afrânio afirmava a tendência ao estabelecimento de um conceito clínico múltiplo. Isto significava na prática a investigação acerca dos diferentes sinais ou sintomas que permitissem a construção de um diagnóstico diferencial, embora o resultado fosse a constituição de várias moléstias que se acreditavam independentes.

⁷⁵¹ Peixoto, Afrânio. *Epilepsia e crime*. Bahia: V. Oliveira & Comp. Editores, 1898, p. 3.

⁷⁵² *Ibidem*.

⁷⁵³ *Ibidem*, p. 4

⁷⁵⁴ *Ibidem*, p.7

Levantamento de Peixoto (1898) acerca dos diagnósticos de epilepsia	
Critério diagnóstico	Tipos de Epilepsia
Causas	Traumáticas/Nefríticas/Saturninas/Tóxicas
Modo de ação	Diretas/Reflexas
Forma Clínica	Parciais motoras/Sensoriais//Psíquicas/Vasomotoras/Epilepsias múltiplas psicomotora/Psico-sensorial/Senso-motoras/Epilepsia completa
Tempo de ação sobre o organismo	Agudas/Crônicas

Segundo a apresentação de Peixoto, esta moléstia era muitas vezes fracionada de acordo com diferentes critérios diagnósticos, o que gerava a ideia de uma multiplicidade em relação à doença. Contudo, a perspectiva a que se filiava era aquela que entendia a epilepsia sob a perspectiva unicista, afirmando:

A epilepsia é uma sim, é preciso firmar: uma, qualquer que seja a face do problema que se encare: o mais é fazer de symptomas, de variações clinicas dependentes de condições multiplas do agente provocador e dos territorios provocados, entidades diversas.⁷⁵⁵

Argumentando com as noções propostas por psiquiatras de sua época, Afrânio as esmiúça ponto a ponto, levando sua análise aos extremos destes conceitos para enfim apontar suas contradições. É por meio deste método que expunha e criticava os conceitos propostos nos trabalhos de Charles-Samson, Feré e Grasset e Rauzier, construindo assim uma estrutura argumentativa que fundamentasse suas próprias perspectivas sobre os pontos ainda discutidos na conformação do recorte diagnóstico da epilepsia. Tratava-se assim de responder questionamentos acerca do modo de classifica-la, como uma entidade mórbida distinta ou como um complexo de síndromes clínicas, ou ainda se constituiria de fato uma moléstia ou se seria mais acertado tê-la como uma manifestação degenerativa.

A questão ali colocada por Afrânio não era somente de conformação nosológica, mas do próprio modo da ciência médica operar suas classificações e diagnósticos, o modo pelo qual estruturava o conhecimento do campo. Ao fim e ao cabo Afrânio discutia aqui uma questão de metodologia. Assim, quando vemos sua afirmação de que a epilepsia é uma, ele estava afirmando um determinado recorte acerca daquela patologia, tratando as variações entre os casos como sintomas que deveriam ser tomados como indícios da doença e não como a própria doença.

A questão metodológica da definição diagnóstica voltava a aparecer quando se tratava da classificação da epilepsia no conjunto dos demais tipos mórbidos. Afrânio discutia as

⁷⁵⁵ *Ibidem*, p.9

concepções que divergiam entre as perspectivas que tomavam a epilepsia como uma entidade mórbida distinta enquanto outros a entenderiam como uma síndrome clínica onde apareceria sob diversas formas e sem relação direta com qualquer outra moléstia. A questão não era de fácil solução: síndrome clínica, estado involutivo, anomalia, estado de degenerativo, caso de teratologia mórbida, eram alguns dos possíveis modos de perspectivar a epilepsia dos quais Afrânio dizia ser “difícil afirmar com segurança se a verdade está inteira de algum lado”.⁷⁵⁶

O que vemos aqui é uma discussão acerca do trabalho de construção da doença, de sua definição ou *enquadramento*.⁷⁵⁷ Para além de um evento biológico e individual, o diagnóstico legitimaria o saber que o constituía, definindo trajetórias e repercutindo socialmente ao nível da administração pública, naquilo que concerne à formulação e implantação de políticas voltadas para a saúde. Afrânio praticava aqui a discussão sobre os recortes que enquadravam doenças como o faria com a psicose maníaco-depressiva ou mesmo a Doença de Chagas, como vimos.

No enquadramento da epilepsia como quadro nosológico, Afrânio discutia os pressupostos postulados por Ch. Feré (1852-1907), médico alienista, aluno de Charcot, tido por ele como um dos autores de peso da época dentre os que consideravam a epilepsia como uma síndrome clínica. A estratégia de Afrânio consistia em analisar assertivas contrárias à sua própria visão e assim anotava os conceitos propostos por Féré – que tomava a epilepsia como uma síndrome clínica (e não como um evento único com causas determináveis) – confrontando-se a esta concepção sindromática da epilepsia pois ela

levaria a apagar muitas entidades que legitimamente têm assento na comunidade nosológica pelo simples facto de terem factores etiologicos diversos: não seriam molestias, simples syndromas clinicos.⁷⁵⁸

O diálogo que construía com o trabalho de Ch. Féré questionava que não se poderia afirmar que as causas da epilepsia seriam sempre de todo desconhecidas. A discussão sobre a causalidade trazia ainda a questão do viés hereditário da doença, geralmente aceito, e que iria de encontro à suposição de que existiriam diferentes tipos de epilepsia, como os casos agudos ou as ditas epilepsias sintomáticas de Féré. A perspectiva a qual Afrânio se filiaria seria aquela que tomava a epilepsia enquanto um “desvio teratológico do plano da organização que

⁷⁵⁶ *Ibidem*, p.10

⁷⁵⁷ Rosenberg, C.E. Framing disease: Illness, society, and history. In: *Explaining epidemics and other studies in the History of Medicine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 305. “Disease is at once a biological event, a generation-specific repertoire of verbal constructs reflecting medicine's intellectual and institutional history, an occasion for and potential legitimation of public policy, an aspect of social role and individual - intrapsychic - identity, a sanction for cultural values, and a structuring element in doctor-patient interactions. In some ways disease does not exist until we have agreed that it does, by perceiving, naming, and responding to it”.

⁷⁵⁸ Peixoto. *Epilepsia e crime. op. cit.* p. 11

se manifesta clinicamente por aqueles symptomas”.⁷⁵⁹ Tal modo de focar a epilepsia a tomava como uma doença única sobre a qual operariam os desígnios da hereditariedade, julgando assim impropriedade a ideia de síndrome clínica.

Passo a passo Afrânio expunha, analisava e criticava os conceitos que circulavam no período a respeito da epilepsia, cuja caracterização seria “eivada de polêmicas”.⁷⁶⁰ Uma delas era a discussão sobre se a epilepsia seria uma moléstia ou uma manifestação degenerativa. Aqui, Afrânio recorreria não somente à Féré como também a Miguel Bombarda, James Goodhart, Jules Voisin, Magnan, Legrain e Bourneville, entre outros, considerando o trabalho destes autores em perseguir, em quadros convulsivos da infância e em casos de eclampsia, o elemento constituinte da epilepsia, ainda que estes pudessem de início figurar enquanto casos agudos, onde as convulsões poderiam ser atribuídas à simples sintomas.

A conclusão proposta por Afrânio era a de que a epilepsia adviria de uma predisposição, originada em uma herança patológica, e que estados como febres, gravidezes, intoxicações só poderiam ser entendidas como simples dispositivos na manifestação daquele mal. Considerava, deste modo, as denominações “epilepsia aguda” e “pseudo-epilepsia” como termos equivocados, já que os casos aí agrupados constituiriam, segundo sua percepção, “verdadeiras modalidades epiléticas, traduzindo, não uma crise aguda, mas um estado constitucional legado por herança”⁷⁶¹. Ressaltava assim aquilo que chamava de “vício constitucional”, termo que remetia a uma constituição orgânica congênita que se efetivaria em sintomas por meio de diversos contextos ao quais o indivíduo poderia estar submetido. Tratava-se aqui de diferenciar o que seriam as causas efetivas da epilepsia daquelas consideradas meramente ocasionais, isto é, aquelas somente responsáveis por causar o desequilíbrio de uma “organização que já ameaçava ruína”.⁷⁶² A relação entre esta doença e sua constituição hereditária era assim resumida por Afrânio:

Este estado latente, este desvio da normalidade biológica, já epilepsia, é um estado involutivo, uma degradação do tipo original, uma perversão de toda a organização que se manifestará com a sua symptomatologia alarmante, violenta, desde que um movent impilla para este despenhadeiro⁷⁶³.

Outro ponto importante discutido sobre a crise epilética era a questão da manutenção da consciência. Este ponto se fazia relevante quando da associação da epilepsia ao crime, já que saber se o indivíduo mantinha ou não sua consciência teria reflexos no modo como seria

⁷⁵⁹ *Ibidem*, p.13

⁷⁶⁰ *Ibidem*, p.35

⁷⁶¹ *Ibidem*, p.31

⁷⁶² *Ibidem*, p.32

⁷⁶³ *Ibidem*, p.33

julgado por um crime cometido. A questão da manutenção da consciência durante a crise epiléptica era objeto de interesse de Peixoto que já tinha publicado o trabalho *Epilepsia e consciência* em 1897, trabalho em que apresentou observações a respeito destas questões na Sociedade de Medicina e Cirurgia da Bahia, contando para isso com o apoio de Juliano Moreira.

Segundo Afrânio, naquele período, ainda haveria autores que afirmavam que na crise epiléptica a perda da consciência seria um fator essencial, o que considerava um erro transmitido “de tratadista em tratadista”. Em seu entendimento seria “falsíssima a idéia da abolição constante da consciencia durante as determinações comiciaes, mesmo na grande crise convulsiva”.⁷⁶⁴ Apesar de considerar a perda da consciência um fator frequente, Peixoto afirmava que esta não era necessária, baseando suas assertivas em autores como Féré, Julio de Mattos, Lombroso e Bonfigli, que desassociavam a questão da amnésia após a crise de uma perda de consciência, podendo a primeira ocorrer sem a segunda. A dissertação acerca da epilepsia discutia teorias de fundo tão diferenciado como aquelas que atribuíam o mal a um tipo de anemia ou aquelas que a consideravam como resultado de um desequilíbrio do mecanismo cortical. Tais teorias eram explicitadas e tinham ressaltadas suas “expressões vagas”, concessões e contradições. Um dos pontos candentes desta discussão girava em torno da caracterização da epilepsia naquilo que dizia respeito a seus eventos psíquicos e motores, estes últimos compreendidos pelos episódios convulsivos.

A questão repisada por Afrânio era a de que a epilepsia não se resumiria às crises convulsivas, considerando que o que chamava de “degeneração epiléptica” poderia se manifestar de diferentes modos para além do motor, como nos níveis psíquicos e viscerais, em graus de acometimento também diversos.⁷⁶⁵ Deste modo, Afrânio reforçava um amplo leque do que poderia ser considerado como manifestação epiléptica: convulsões, tremores, irritabilidade, delírio, ausência, demência, nevralgia, cefalalgias, alucinações, espasmos, angina, vômitos, diarreias, cólicas, vertigens, tiques, entre muitos outros.⁷⁶⁶ Contudo, apesar de gama de variações em que poderia ser apresentada, a degeneração epiléptica seria essencialmente uma em seu mecanismo de atuação sobre o indivíduo, o que conformaria sua perspectiva a respeito da unicidade da epilepsia.

⁷⁶⁴ *Ibidem*, p.36

⁷⁶⁵ *Ibidem*, p.63

⁷⁶⁶ *Ibidem*, p.63-64

4.2. O crime e sua relação com a epilepsia

O segundo tópico da tese de Afrânio se constitui em longa discussão a respeito do crime, considerando os primórdios da formação social humana em suas relações com a emergência da concepção de direito e da lei na consecução de uma possível harmonia entre os seres humanos. Assim, a formação social humana era tomada como forjada pela necessidade de defesa dos indivíduos diante da natureza. Contudo, nem todos os indivíduos se sujeitavam a tal ordenamento e isso faria com que atentassem contra as normas constituídas. Deste modo, as ações cometidas por aqueles indivíduos estranhos à convenção social, atos contrários à ordem social, seriam chamados de crime, caracterizado então como atos antissociais.⁷⁶⁷ Entretanto, Afrânio fazia questão de demarcar que o crime seria fixado para grupos sociais específicos e não para o grupo social humano como um todo; chamava atenção para o fato de que o crime seria conceituado a partir de critérios culturais, ou usando seus termos, “artificiais”. Para Afrânio, portanto, o ato criminoso não era em si mesmo indício de anormalidade ou patologia, na medida em que poderia ser relativizado a partir da cultura em que fosse cometido. Isto era confirmado quando Afrânio definia que o criminoso seria o indivíduo normal que a sociedade não teria tido sucesso em dominar e submeter a seus códigos.⁷⁶⁸

Contudo, se o crime tomado enquanto uma disposição do indivíduo contra a sociedade é inicialmente pensado como uma reação natural, este sentido era de certo modo alterado quando Afrânio tecia uma consideração acerca das influências da vida civilizada sobre o ser humano. O trabalho extenuante, o cansaço, as intoxicações e as indústrias eram considerados males que deturpariam a constituição normal do sujeito, o que gerava um legado às próximas gerações capaz de, segundo Peixoto, levar à esterilidade e à extinção; assertiva que era transmitida por meio de uma imagem bastante lúgubre: “o homem normal rarea dia a dia e a degeneração vencedora estende os tentáculos de bronze para esmagar, despedaçar num aconchego satânico o gênero humano”.⁷⁶⁹ A evolução humana, pautada por este destino degenerativo, culminaria em indivíduos que manifestavam os efeitos deste processo.⁷⁷⁰

A partir desta compreensão da gênese do crime, Afrânio propunha a divisão da criminalidade em três tipos: 1) a “criminalidade essencial”, representado por indivíduos

⁷⁶⁷ *Ibidem*, p.78

⁷⁶⁸ *Ibidem*, p.80

⁷⁶⁹ *Ibidem*, p.82

⁷⁷⁰ *Ibidem*, p.83

antissociais que não reconheceriam o regime social e que seriam animados por um “Hypertrophiado egoísmo”; 2) a “criminalidade mista”, onde as degenerações incidiriam sobre o já citado indivíduo antissocial, tornando-o mais revoltado contra a sociedade, casos constituídos pela união de fator social e biológico; 3) a “criminalidade sintomática”, em que o indivíduo apresentaria estados de desvio como o de perversão mental, desorganização psíquica e outras alterações provocadas por entidades mórbidas ou estados teratológicos, ou seja, casos puramente de origem biológica.⁷⁷¹

O importante a retermos destas definições acerca da natureza do crime está justamente em suas consequências de legitimar a intervenção médica em casos reconhecidamente da esfera do direito. Assim, ao afirmar a característica mista (social e biológica) e a puramente biológica dos criminosos, o discurso proferido por Afrânio estava consolidando uma das possíveis vias de intervenção médico-social. Contudo, para ele, não haveria ponto de disputa ou concorrência entre medicina e direito, já que

Os juristas não terão de lutar com medicos numa disputa van de terreno no estudo do tratamento e prophylaxia do delicto: uns providenciarão nas reformas sociaes urgentes, de modo a diminuir os motivos de revolta e as causas sociaes de degeneração; outros tratarão de impedir e curar pela hygiene e therapeutica physica e moral que o cancro roedor da degeneração perverta e extermine a especie humana.⁷⁷²

É interessante notar que se todo o texto acerca da epilepsia foi construído a partir da discussão de vários referenciais teóricos, o mesmo não acontecia com a estruturação da análise de Peixoto sobre o crime, que, até então, não tem menção a nenhum autor. As citações só ocorreriam quando da discussão sobre a natureza anormal ou patológica do criminoso em discursos que frequentemente atravessavam a fronteira entre o saber biológico e o saber social.

Sua discussão partia da concepção de um autor chamado Albrecht, segundo o qual o crime seria um fenômeno biologicamente normal, já que em comparação com a luta da preservação animal a honestidade é que se configuraria enquanto anormalidade, pois na natureza todos os organismos fariam tudo em seu próprio benefício, incluindo aquilo que seria prejudicial àqueles de seu entorno. A discussão é interessante e trazia outros nomes como Ferri, Colojanni, Giuseppe Serge, Lombroso, que objetavam as proposições de Albrecht, e com os quais Afrânio acentuava suas concordâncias e divergências. Considerava, tal como

⁷⁷¹ *Ibidem.*

⁷⁷² *Ibidem*, p.84

Ferri que a construção de uma comparação com outras espécies animais seria improcedente já que estes, de modo geral, não atacariam e destruiriam a própria espécie.⁷⁷³

A associação do criminoso ao grau de progresso humano era colocado em termos diversos: a ideia de um rebaixamento humano a um tipo bestial, proposto por Giuseppe Sergi e a noção lombrosiana de que o criminoso representaria o nível de desenvolvimento psíquico do homem primitivo. No que dizia respeito a Lombroso, Afrânio lembrava que suas conclusões resultavam de um estudo comparativo que partia da construção de um “tipo criminal” ao qual se atribuiria imperfeições anatômicas e funcionais que seriam naturais à constituição criminosa.⁷⁷⁴ Partindo da obra ‘*L’homme Criminel*’, Afrânio dizia que Lombroso teria catalogado

minudencias da organização physica, signaes de inferioridade, instinctos e tendências do homem primitivo e do homem selvagem, estabelecendo a lei que *o crime entre os selvagens é regra quase geral*, mostrando a similitude entre o selvagem e o criminoso.⁷⁷⁵

Contudo, Afrânio demonstrava que as ideias lombrosianas sobre traços físicos presentes entre selvagens e criminosos, teriam sido questionadas por neurologistas e antropólogos, entre outros cientistas.⁷⁷⁶ Além disso, ele se servia de um rol diversificado de autores que afirmariam, assim como Gabriel Tarde (1843-1904), a boa índole dos selvagens. Esta perspectiva era útil na medida em que descolava a figura do selvagem e primitivo da caracterização do criminoso, o que era defendido por Afrânio quando enfocava a violência das sociedades ditas civilizadas, chegando a afirmar: “Eu prefiro a selvageria dos Aztecas, dos Toltecas e dos Incas á civilização de exterminio, de roubo, de impudencias, de atrocidades que Fernando Cortez e Francisco Pizarro e asseclas derramaram no Mexico e no Perú”.⁷⁷⁷ Para ele, o crime seria produto de todas as épocas, o que invalidaria a ideia de atavismo proposta por Lombroso, segundo a qual o criminoso seria resultado de um retorno evolutivo ao estado de desenvolvimento primitivo.

Afrânio argumentava contra a validade científica destas teorias, destacando que o fundamento das conclusões de autores como Lombroso e Ferrero partiriam de observações fantasiosas, “anedoctas aprendidas de viajantes e de fontes outras”.⁷⁷⁸ A questão atingia particularmente a sensibilidade de Afrânio na medida em que também sobre os selvagens

⁷⁷³ *Ibidem*, p.86

⁷⁷⁴ *Ibidem*, p.87

⁷⁷⁵ *Ibidem*, p.87-88. Grifo meu

⁷⁷⁶ *Ibidem*, p.91

⁷⁷⁷ *Ibidem*, p.94

⁷⁷⁸ *Ibidem*, p.96

brasileiros autores como Denys e Spencer faziam afirmações que lhe pareciam equivocadas e desabonadoras⁷⁷⁹. A perspectiva de Afrânio de defesa do povo e da constituição natural do Brasil, que seria explicitada anos mais tarde em seus trabalhos de higiene, já era entrevista em sua tese, o que o levava mesmo a tecer análises históricas naquilo que dizia respeito à influência do “elemento estrangeiro” sobre as populações selvagens como um todo e particularmente sobre as brasileiras. Considerava que os espanhóis teriam sido os responsáveis por levar a maldade aos povos do México e do Peru, assim como os portugueses se constituiriam no elemento corruptor dos povos brasileiros nativos.⁷⁸⁰

Assim como tecia crítica à associação dos povos selvagens a uma cultura de barbárie, Afrânio também o fazia com relação ao uso da noção de degeneração dentro do escopo da criminologia, chamando a atenção para os usos díspares de tal conceito que “a tudo se acomodava”.⁷⁸¹ A associação entre degeneração e crime e a afirmação do criminoso como degenerado circularia amplamente nos trabalhos de diversos autores de fins do século XIX, dos quais Afrânio fazia um apanhado mostrando que se seus objetos teóricos eram diversos a explicação de fundo era basicamente a mesma: a degeneração⁷⁸².

Para Afrânio, se era verdade que alguns criminosos apresentavam tais caracteres degenerativos outros não os possuíam, não diferindo, entretanto, os crimes cometidos. Além disso, os estigmas encontrados em criminosos também o seriam em indivíduos que nunca teriam cometido crimes, constituindo estes últimos “degenerados inoffensivos”.⁷⁸³ Contudo, mesmo que a relação entre estigma degenerativo e criminalidade não fosse considerada determinante podemos dizer que, para Afrânio, ambos teriam um vínculo considerável; pensamento que era ratificado, por exemplo, a partir da observação das estatísticas prisionais em que se notaria o crescimento do número de indivíduos marcados pela degeneração.

Partindo destas considerações Afrânio chegaria a uma conclusão mediada, por que não determinista, a respeito da relação entre degeneração e crime, afirmando que “si bem que por si, nem sempre, possa a degeneração crear a criminalidade, contudo é um terreno

⁷⁷⁹ Referências citadas por Afrânio: Spencer. *Principes de Sociologie*. Trad. Franc. Cazeles, 1886, t. I, pág. 83 e Ferrero. *La morale primitiva e l’atavismo del delito*. *Archivio di Psichiatria*, 1886, pág. 4

⁷⁸⁰ Peixoto. *Epilepsia e crime*. *op. cit.* p.100

⁷⁸¹ *Ibidem*, p. 108

⁷⁸² Giuseppe Sergi. *Le degenerazione umque* Milano, 1889; Féré, *Dégénérescence et criminalité*, 1895; Zuccarelli. *Actes du I Cong. D’Anthrop. Crim.* 1886-1887; Houzè. *Actes du III Cong. d’ Anthrop. Crim.*; Dallemagne. *Dégénéérés et déséquilibrés*; Kirm, *Cong. Da Soc. Psych. d’Allem. do Sud-oest*, 1894. Entre as referências citadas por Afrânio Peixoto destacamos a presença de vários trabalhos apresentados em congressos ou eventos científicos de outra ordem. Chamamos atenção para este fato no sentido em que percebemos tais trabalhos como as produções mais recentes dentro do campo científico, deste modo, tais citações demonstrariam o movimento de atualização de Afrânio em relação ao que se produzia de mais atual naquela seara.

⁷⁸³ Peixoto. *Epilepsia e crime*. *op. cit.* p.110.

perfeitamente preparado a sua evolução”.⁷⁸⁴ Chamamos ainda a atenção para o valor dado ao meio social quando afirmava que era “preciso, porém que a mão do sementeiro, o meio social, lance ahi o germen para que cresça e viceje a planta venenosa”.⁷⁸⁵ Esta é uma perspectiva que se filiava ao que Afrânio diria em outras esferas científicas em que atuou, principalmente no campo da higiene, o que moldaria inclusive o modo pelo qual perceberia o ofício médico em sua relação com as intervenções sociais que produzia.

As relações entre epilepsia e crime eram o objeto a ser discutido no terceiro capítulo de sua tese, retomando a discussão das referências de Lombroso para esclarecer a natureza do criminoso. Afrânio explicitava o arcabouço da teoria lombrosiana como uma escala diagnóstica que se assentava sobre um fundo “epileptoide” e que, em ordem decrescente, comportaria o criminoso epilético, o criminoso louco moral, o criminoso nato, o criminaloide ou criminoso de ocasião e o criminoso por paixão, notando-se que cada um destes teria a epilepsia como fundamento.⁷⁸⁶ Segundo Peixoto, no trabalho de Lombroso, a epilepsia e o crime estariam de tal modo vinculados que seu estudo se resumiria a uma indicação de seu grau, de maneira que não haveria “linha limitante alguma entre o mais perverso dos infractores do código penal e o mais inofensivo comicial afogado na modorra da demencia”.⁷⁸⁷ Deste modo, para Lombroso, conforme Afrânio, a epilepsia seria somente uma manifestação, um agravamento do mal que produzia a própria criminalidade, tanto que o psiquiatra italiano consideraria as manifestações clínicas da epilepsia como formas larvadas do crime.⁷⁸⁸

O questionamento de Afrânio a esta construção que ligava a epilepsia ao crime de modo tão determinante não era imediatamente conceitual, mas **metodológico**. Mais uma vez chamaria atenção ao modo de fazer científico, ressaltando que, com o objetivo de provar sua teoria, Lombroso utilizaria um grande número de observações e estatísticas, consideradas por Peixoto como contraditórias, e que levadas ao extremo de análise comparativa produziriam conclusões eivadas de exagero. Como as objeções de Peixoto em relação à teoria de Lombroso eram de ordem metodológica, a despeito de discordar dos resultados do mestre italiano, Afrânio concordava com suas premissas mais importantes: a de que a epilepsia era o máximo da degeneração; que muitos criminosos possuiriam marcas degenerativas e

⁷⁸⁴ *Ibidem*.

⁷⁸⁵ *Ibidem*.

⁷⁸⁶ *Ibidem*, p.134

⁷⁸⁷ *Ibidem*.

⁷⁸⁸ *Ibidem*, p.135

finalmente que o epilético também traria em si marcas de degeneração que se assemelhavam aos criminosos.

Refutava aquilo que considerava uma **generalização** feita por Lombroso, o alargamento da fórmula que teria reduzido “a epilepsia a uma forma larvada do crime”.⁷⁸⁹ Deste modo, Peixoto resistia ao entendimento que praticamente igualava a epilepsia e o crime, embora demarcasse que a primeira constituía terreno favorável ao segundo. Procurava assim entender o crime cometido pelos epiléticos como mais um dos atos ou sintomas que demonstravam sua constituição degenerada. Contudo, o problema estaria em lidar com os crimes cometidos por epiléticos nos períodos de intervalo entre os acessos, quando estes estariam em seu estado mental normal. A questão a ser debatida era colocada da seguinte forma:

O crime cometido no intervalo dos acessos epilepticos gosando o doente de seu estado mental ordinario é ainda uma manifestação morbida como os outros praticados durante os estados vertiginosos ou delirantes ou implica tendências criminaes alheias ao mal sagrado?⁷⁹⁰

Afrânio, tal como dito anteriormente, acreditava que a crise motora não poderia ser tomada como o único modo de acesso epilético, o que colocava dois pontos em discussão: o primeiro era o de que mesmo em seu estado mental ordinário o doente manteria as impressões das alucinações que sofrera, o que poderia levá-lo a cometer um crime; o segundo ponto era justamente o de que nem todo acesso seria perceptível, já que o indivíduo poderia estar acometido por delírios, em um “estado crepuscular” ou passando por um “acidente vertiginoso”.⁷⁹¹ Enfim, no que diz respeito à associação epilepsia-crime, a despeito do modo enfático com o qual Afrânio fazia suas colocações e negativas acerca das teorias de Lombroso, sua conclusão acabava por não se afastar muito daquela proposta pelo médico italiano. A postura mediada que Afrânio enfeixava não afirmava que todo epilético seria um criminoso, contudo, acreditava que a epilepsia seria um terreno preparado ao crime, este considerado como mais uma das consequências daquele mal.

A partir de tal compreensão Afrânio discutiria a questão da imputabilidade jurídica e social do indivíduo epilético. De modo geral, Peixoto afirmava que haveria autores que afirmavam que o epilético era responsável por seus atos, outros já contrariavam esta assertiva quando acreditavam que estes indivíduos seriam completamente irresponsáveis. Diante disso, Afrânio especificava a perspectiva do alienista francês Legrand du Saulle (1830-

⁷⁸⁹ *Ibidem*, p.139-140

⁷⁹⁰ *Ibidem*, p.161

⁷⁹¹ *Ibidem*, p.164

1886)⁷⁹², que teria proposto um esquema de gradação de responsabilidade dos epiléticos, o que possibilitava considerar a individualidade de cada caso. Segundo Peixoto, Legrand du Saulle, distribuiria os epiléticos em três grupos, diferenciados conforme o grau de afetação da epilepsia. Assim, o primeiro grupo seria o daqueles indivíduos que não tinham sua inteligência afetada pela doença, o segundo se referia aos indivíduos que apresentariam perturbações intelectuais de modo breve, apenas antes e depois das crises, e finalmente, o terceiro grupo seriam os indivíduos gravemente alienados. Contudo, o trabalho de explicitar a teoria do médico francês se destinava a rejeitá-la, pois, segundo Afrânio, o conhecimento de Legrand du Saulle acerca dos epiléticos teria se turvado por conta de um conceito teórico que lhe satisfaria a imaginação mas que se chocaria com a verdade.⁷⁹³

De acordo com Peixoto, a classificação médico-legal sobre os epiléticos proposta por Legrand du Saulle seria fundamentada em “alienistas ponderosos” que não reconheciam a sanidade mental dos epiléticos mesmo durante os intervalos entre as crises. O epilético seria um “doente permanente”, pois “si não está preso de sua manifestação motora ou vertiginosa, apresenta outros symptoms, as determinações de seu character inflammado, violento, pervertido profundamente”.⁷⁹⁴ Deste modo, a compreensão aqui expressa era a de que a inteligência, por mais brilhante que pudesse ser, não seria páreo para a violência do estado epilético, afinal de contas, segundo as palavras de Peixoto “Ter intelligencia e até genio não impede tambem ter pessimo character, entregar-se a tendencias viciosas e botar-se inteiro a miseria do crime”⁷⁹⁵

A perspectiva de Afrânio sobre o epilético era a de que este representava um tipo de indivíduo degenerado e teria sua organização continuamente pervertida, não havendo momentos em que agissem integralmente de modo racional.⁷⁹⁶ A consequência era que para Afrânio não haveria epiléticos responsáveis, nem mesmo uma responsabilidade parcial ou atenuada, isso por que acreditava não haver meios para que se avaliasse o montante de razão em qualquer indivíduo em um determinado momento. Conforme afirmava, a

⁷⁹² Henri Legrand du Saulle, iniciou seus estudos em Dijon e se transferiu para Saint-Yon onde trabalhou no serviço de Morel. Se formou em Direito e atuou como consultor dos tribunais, realizando avaliações clínicas dos réus. Trabalharia ainda em instituições renomadas como Bicêtre e Salpêtrière. Informações em: Rodrigues; Pereira. Legrand du Saulle: da agorafobia ao medo dos espaços. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. vol. 14 - nº 2 - São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v14n2/08.pdf>. Acessado em 29 de março de 2014. O trabalho utilizado por Afrânio Peixoto foi o *Études med. Leg. Sur les épileptiques* – Paris, 1877.

⁷⁹³ Peixoto. *Epilepsia e crime. op. cit.* p.180.

⁷⁹⁴ *Ibidem*, p.180

⁷⁹⁵ *Ibidem*, p. 181.

⁷⁹⁶ *Ibidem*, p.182

“responsabilidade não é droga que se pese como os ingredientes pharmaceuticos, contando miligramma por miligramma”.⁷⁹⁷

É interessante notar aqui que, ao longo de toda sua tese, Afrânio estava afirmando um modo específico de fazer ciência, se contrapondo aos autores que, no seu entender formulavam conclusões baseadas em observações e estatísticas deturpadas, é deste modo que afirmava que a classificação equivocada de Legrand du Saulle acarretaria conclusões também equivocadas de erro. Peixoto desdobrava sua análise no sentido de sublinhar a repercussão social desta “sciencia pretenciosa” sobre a vida das pessoas e consequentemente da sociedade, já que esta beberia do saber científico para decidir, por exemplo, o destino de um indivíduo que houvesse cometido um crime. A crítica se voltava então a um modo específico de produção do conhecimento científico, daquilo que Afrânio chamava de “especulações theoricas”, que, neste caso se relacionava à ideia de que o epiléptico poderia ser caracterizado em uma gradação de responsabilidade e que pretendiam “lançar ás conchas de uma balança a alma humana”, ou seja, ambicionavam conhecer a conformação mental de um indivíduo em um grau que Peixoto considerava impossível.⁷⁹⁸

Demarcando limites para a produção científica, Afrânio chamava atenção para a prática da perícia fundamentada nestes conhecimentos, tema ao qual se dedicaria poucos anos depois em seus trabalhos voltados aos regulamentos de autópsia, conforme veremos adiante. A prática equivocada de um perito resultaria naquilo que considerava injustiças em relação aos epilépticos, sobre o que dizia claramente que aqui “mais especialmente toda a culpa deve ser lançada aos médicos peritos, que se conhecessem melhor seu mister encontrariam nas legislações o caminho do dever e não manchariam, como o fazem, o manto da justiça”⁷⁹⁹

Afrânio também se colocava a favor da criação de instituições especiais para estes indivíduos, assim como Juliano Moreira o faria, em 1905, ao se posicionar em prol da criação de colônias para os epilépticos. Acreditava que eles necessitavam de tratamento e não de penalidade, o que garantiria não somente a melhor ação em relação ao sujeito doente como também uma salvaguarda da própria sociedade. E por meio desta perspectiva da aplicação de um conhecimento científico voltado ao bem-estar social, Afrânio clamava pelo que seria não somente uma obra de ciência, mas também de humanidade:

Deem-lhe um asylo, guardas que sejam enfermeiros, medicos que os tratem, e a sociedade terá tudo a lucrar, dormindo sem receios delles e podendo alegrar-se de fazer obra util e humanitária, pois alem de ser este o dever

⁷⁹⁷ *Ibidem.*

⁷⁹⁸ *Ibidem.*

⁷⁹⁹ *Ibidem*, p.183

social, os indivíduos que recebem estes cuidados poderão ainda ser proveitosos.⁸⁰⁰

4.3 A tanatoscopia judiciária e a normatização das práticas periciais

A segunda obra médico legal de fôlego produzida por Afrânio foi o *Manual de Tanatoscopia Judiciária* (1901). Peixoto resumia o estado da ciência médico-legal, afirmando explicitamente que entre suas referências mais importantes estaria Rudolf Virchow (1821-1902), nome respeitado entre os médicos brasileiros de seu período, o suficiente para que lhe fosse dedicado, ainda em vida, um número especial da *Gazeta Médica da Bahia*, em 1901, quando completou oitenta anos. Tal edição agruparia colaborações de diversos médicos brasileiros constituindo-se como um conjunto de comentários acerca da vida e da obra de Virchow. Ao descrever os traços gerais da vida de Rudolf Virchow, Juliano Moreira chamava atenção para sua contribuição no estabelecimento das bases da medicina científica, especificamente no que dizia respeito ao método das pesquisas médicas. Moreira saudava Virchow, afirmando que este teria servido à ciência e assim também ao seu país e à própria humanidade.⁸⁰¹ O Dr. Alfredo de Andrade, tratava das obras de Virchow sobre histologia normal, enquanto o Dr. Pacífico Pereira, dissertava sobre os trabalhos relacionados à anatomia e fisiologia patológicas. J.G.A. Fróes, se dedicaria à perspectiva clínica, Matheus dos Santos à higiênica e finalmente Afrânio Peixoto comentaria a contribuição do médico alemão ao campo da medicina legal.

Segundo a perspectiva de Peixoto, Virchow teve um papel importante na organização do serviço pericial de autópsias, com que, em termos peixotianos, “abriu, laborou e concluiu um dos mais relevantes capítulos da medicina legal moderna”.⁸⁰² A centralidade de seu trabalho estava no fato de ter ligado sua prática anatomopatológica à proposição teórica, “da organização técnica à dedução científica, da aplicação clínica à regulamentação forense”⁸⁰³

A relação entre a obra de Virchow e a medicina legal, construída por Afrânio Peixoto toma como marco sua nomeação, em 1844, como auxiliar de Robert Froriep, então chefe das atividades anatômicas da Caridade de Berlim. Ali, Virchow teria encontrado situação que se assemelhava à insuficiência em que Peixoto encontraria no Gabinete Médico Legal do DF.

⁸⁰⁰ *Ibidem*, p. 186.

⁸⁰¹ Moreira, J. Rudolf Virchow - Traços gerais de sua vida. *Gazeta Médica da Bahia*. Vol. XXXIII - Outubro de 1901 - Nº4, p. 166.

⁸⁰² Peixoto, A. Virchow - médico-legista. *Gazeta Médica da Bahia*. Vol XXXIII - Outubro de 1901 - Nº4, p. 195.

⁸⁰³ *Ibidem*.

Dois anos depois Virchow se tornaria o diretor dos trabalhos anatômicos, o que teria lhe dado liberdade para normatizar o serviço de seções cadavéricas, organizando as atividades de modo a que se documentassem as observações ali realizadas. O trabalho que então desenvolveria seria a base do que se tornou o Regulamento para exame médico-legal dos cadáveres de 1875, bem como da publicação *Die sections Technik*. Segundo Peixoto, Virchow também se dedicara à capacitação técnica dos médicos-legistas, elemento essencial a excelência daquele serviço, que ao extremo dizia respeito a toda sociedade.

Quando observamos a minúcia com que Afrânio descreveria, poucos anos depois, o método pelo qual se deveria fazer o exame de autópsia no DF, vemos que ele estava de acordo com a perspectiva que atribuía à Virchow, segundo o qual a inspeção deveria ser “a mais completa possível”, de maneira a permitir uma análise segura a respeito das lesões, além de ressaltar o cuidado com a conservação com o corpo e dos órgãos autopsiados, no intuito de não inviabilizar posteriores exames.⁸⁰⁴

Torna-se inteligível, deste modo, a influência de Virchow no *Manual de Tanatoscopia Judiciária* que Afrânio publicaria ainda naquele ano de 1901. Tratava-se de uma ferramenta de consulta aos profissionais envolvidos com aquela arte, tanto os provenientes ao campo médico quanto os vinculados ao campo do direito: magistrados, peritos e médicos peritos. O Manual – antecedendo os textos sobre o serviço médico legal de autópsias e seu regulamento – explicita as referências adotadas por Peixoto na orientação de sua perspectiva médico-legal. No que dizia respeito à técnica de autópsias Afrânio se filiava, além de Virchow, a nomes como Lazzaretti, Heschl, Harris, Foá Nauwerck, Mangana, Fernandez, Cuesta Y Porta, Bourneville e Bricon. Faz também referência a seu mestre Nina Rodrigues, o qual também publicaria em 1901 um *Manual de autópsia médico-legal*, que Mariza Corrêa⁸⁰⁵ acredita ser o primeiro livro deste tipo publicado em português. A este respeito é interessante notar a ressalva feita por Afrânio, segundo a qual seu trabalho não colidiria com o publicado há poucas semanas por Nina Rodrigues, isto por que teriam teor e destinos diversos, afirmando ainda que se seu livro conseguisse completar o do eminente professor isto já seria considerado uma consagração.

O *Manual* de Afrânio se configura como uma ferramenta de uso prático na rotina das atividades médico-legais, observando-se que a preocupação com a instituição de parâmetros para ações nesta especialidade vai ser tema constante nos trabalhos de Afrânio Peixoto, mas

⁸⁰⁴ *Ibidem*, p.197.

⁸⁰⁵ Corrêa, Mariza. Os livros esquecidos de Nina Rodrigues. Resenha Bibliográfica. *Gazeta Médica da Bahia*. 2006; 76: Suplemento 2. p. 62

também de outros autores que se dedicavam à medicina legal entre o século XIX e o XX. A constituição deste campo dependia, assim, de mais do que uma definição do corpo teórico a ser adotado; o espaço de intervenção requisitado pelo saber médico dizia respeito em grande medida a uma ciência de aplicação, o que de início permitia recortar os objetos de interesse, como foi o caso da especificação de técnicas de autópsias, de procedimentos periciais, da regulamentação legal e criação de estabelecimentos e serviços⁸⁰⁶.

A demanda por novas práticas se baseava em parte na crítica ao que se fazia até então. Deste modo Afrânio iniciava seu trabalho com a discussão sobre a importância da verificação e do registro de óbito, reguladas pelo decreto nº 9886 de 1888. Tal decreto proibia a realização de enterros sem que se lavrasse uma certidão pelo escrivão de paz do distrito em que o indivíduo houvesse falecido, tal documento seria expedido somente após o médico ou cirurgião ter atestado o óbito. Peixoto destacava assim a relevância da figura do médico, já que a lei faria depender de um documento médico a permissão para o enterro, ressaltando ainda a importância do próprio documento, ou nas palavras de Afrânio o “prestígio” do atestado de óbito⁸⁰⁷, dado características como a de assegurar a “garantia individual” de só ocorrer o enterro após a verificação da morte real, atestada por pessoa qualificada. A relevância da documentação médica estaria então em sua “garantia social”, ou seja, seu uso em proveito de diversos processos públicos em que derivariam efeitos civis sobre o atestado de morte – direitos familiares, de sucessão e obrigações entre outros.

Ao fixar a relevância não só médica como também social do atestado de óbito, ele transmitia com maior gravidade as consequências do mau uso deste documento, não somente no que dizia respeito às questões de direito que implicava, mas também naquilo que concernia aos vícios daquele ofício. Afrânio ressaltava a prática de médicos que não verificariam de fato a morte, atestando o óbito por meio de relatos de terceiros ou ainda utilizando técnicas que

⁸⁰⁶ Os primeiros anos da república se constituíram em momento de formulação de regulamentações legais e de criação de estabelecimentos e serviços. No que diz respeito ao campo da Higiene o serviço suporte à ação pública no DF foi o IOC, que esteve durante muito tempo associado diretamente à DGSP, ambas possuindo o mesmo diretor. Em relação à Psiquiatria também vemos o clamor por novos serviços, como a colônia de epiléticos requisitada por Juliano Moreira em 1905 e que não chegou a se realizar. Contudo, neste período, no que diz respeito à assistência psiquiátrica vemos a reforma do HNA, feita justamente por aqueles médicos que discutiam e embasavam as políticas destinadas à constituição de uma estrutura de atendimento aos doentes mentais. Este mesmo ranger de estruturas se estenderia ao campo dos serviços médico legais, assim, é por meio desta perspectiva de abertura de ação prática dos conhecimentos médicos que entendemos o viés pragmático de muitos dos trabalhos aqui listados.

⁸⁰⁷ Peixoto, Afrânio. *Manual de thanatopsia judiciaria: Estudo medico-legal da morte*, de acordo com a legislação brasileira vigente, destinado ao uso de magistrados, peritos e medicos peritos. Bahia: Typographia Bahiana, 1901, p. 3.

considerava incorretas. Assim descrevia o procedimento médico ideal, representação da união de técnica, ciência, tato e prudência:

Presente ao acto da morte, assistindo aos transes ultimos de uma agonia, o facultativo esperará sua terminação, examinará em seguida, **aparelhado dos conhecimentos de sua sciencia**, a desappareição dos signaes de vida, tentando os meios de obtel-a, se vislumbra alguma possibilidade de alcançal-a, e so depois de convencer-se da morte real, estará em condições de attestal-a. Se ausente, ao ter conhecimento do facto ou ao lhe ser pedido o attestado, dirigir-se-á a casa do cliente, e ahi, depois de certificar-se da morte existente, com **tacto, prudência**, para não lesar sentimentos piedosos de respeito aos mortos e com criterio, para se não enganar, podera firmar seo veredicto.⁸⁰⁸

O manual era dividido em dezesseis capítulos, cobrindo os seguintes assuntos: fenômenos cadavéricos, tanatognose (termo médico para diagnóstico da morte), gêneros de morte, corpo de delito – legislação, inspeção jurídica do cadáver, sua identificação e autópsia, além dos casos de envenenamento, incêndio, asfixias, natureza e concausas das lesões, infanticídio, a putrefação – cronotanatognose (que é a avaliação do espaço de tempo decorrido desde o óbito), procedimentos de exumação judiciária, finalizando com a discussão acerca do termo de autópsia e relatório médico legal. A quase totalidade dos capítulos diz respeito ao exame de corpo de delito. Contudo, merece destaque a perspectiva que Afrânio veicula por todo o livro: trata-se da afirmação do ofício pericial enquanto um fazer científico, associado a conceitos de verdade e precisão, devendo estes últimos representar o produto final desta atividade, de modo que, “em circumstancia alguma, pois, o attestado deve ser inexacto: ou não será dado, ou sel-o-á, transportando a expressão fiel da verdade”.⁸⁰⁹ O processo de legitimação da competência da perícia médica também implicava na padronização da postura daqueles médicos, de forma a reduzir as possíveis contestações àquele discurso, mesmo que esta maneira de proceder implicasse em admitir a insuficiência individual de conhecimentos ou ainda do próprio campo, assim Afrânio afirmava que “Dizer não sei, quando não é possível saber, é um attestado de sciencia e consciência”.⁸¹⁰

Esta era uma perspectiva que equilibrava de um lado a complexidade de realização dos exames e da produção de uma resposta definitiva aos quesitos judiciais; e de outro lado a necessidade de um procedimento fidedigno que fornecesse dados inquestionáveis, imperativo tanto maior quando pesávamos a importância da produção dos documentos médico legais para a solução judicial. Isto era o que Afrânio expressava ao afirmar que

⁸⁰⁸ *Ibidem*, p.5 Grifo meu.

⁸⁰⁹ *Ibidem*, p.7

⁸¹⁰ *Ibidem*, p.92

Se após esse exame minucioso não for possível determinar com máxima probabilidade, senão com certeza, a causa da morte e sua origem, melhor vale transmitir essa dúvida, que uma autópsia ulterior elucidará, que recorrer a um diagnóstico ageitado e incerto, e, podendo ser um erro grosseiro, levar a faltas graves a justiça pública.⁸¹¹

Um dos meios importantes na consecução deste objetivo era o estabelecimento dos procedimentos de exame, o que era esmiuçado ao longo do manual, bem como a normatização do documento a ser entregue pelos peritos, os modos de registrar as informações e mesmo a linguagem a ser utilizada. Este tópico era especificado a ponto de Afrânio descrever as expressões que deveriam ser utilizadas ou evitadas:

Outro tanto se deve fazer com certas qualificações que nada dizem em sua vasta imprecisão: é melhor medir, pesar, esquadrinhar, comparar, que dizer *consideravel, pouco, muito, bastante, claro, pletorico, edemaciado*, etc.⁸¹²

No ano de publicação de seu Manual, em 1901, Peixoto era preparador de Medicina-Legal na Faculdade de Medicina da Bahia e professor interino de Higiene da Faculdade de Direito daquele estado. Após já ter publicado este seu primeiro manual de tanatoscopia judiciária se dedicaria ao tema do exame de nasofaringe, considerado de difícil execução a despeito de sua relevância para as atividades de anatomia patológica e da medicina legal. A complexidade do procedimento estaria em fatores como a constituição delicada das partes examinadas e a dificuldade de acesso quando se considerava a necessidade de não mutilar o cadáver. Estes fatores estariam em desacordo com a necessidade de um exame claro e de simples execução.⁸¹³

O *Inspecção do naso-pharynge por um novo processo de autópsia* se constitui em um texto bastante técnico, descrevendo como diferentes autores propunham a execução deste exame, estipulando tipos de cortes, manobras e instrumentos a ser utilizados nos cadáveres. As referências citadas por Afrânio datam da segunda metade do século XIX, ele considerava todas passíveis de críticas. Entre as censuras mais pertinentes destaca-se sua afirmação que tais métodos seriam exaustivos, complicados e que por isso necessitariam de profissionais treinados, o que era raro. Além disso, considerava que vários dos sete métodos citados não produziam um exame completo. Assim justificava a sua procura por um método *novo e útil*,

⁸¹¹ *Ibidem*, p.115

⁸¹² *Ibidem*, p.307

⁸¹³ Peixoto, Afranio. *Inspecção do naso-pharynge por um novo processo de autópsia. Gazeta Medica da Bahia*. Vol. XXXIII - Nº1 - Julho de 1901, p. 4.

isto é, propunha um procedimento que prometia proporcionar um exame claro, aliado ao que considerava uma “perfeita recomposição final”.⁸¹⁴

Afrânio descreve seu processo – realizado com a cabeça do cadáver em declive, o que invertia a posição do exame – ressaltando a facilidade de execução na simplicidade dos instrumentos utilizados. Além disso, afirmava que seria possível recompor o cadáver sem deixar marcas de incisão, realizando suturas que reconstituíam os traços primitivos do indivíduo; o que não seria possível nos demais métodos que analisava, devido as lesões ósseas que estes causariam. Seu texto, portanto, se caracteriza como uma contribuição original, gerada a partir da proposição de um método que conversava com os trabalhos médicos de nomes conhecidos daquele tempo e afirmava uma disposição para exercer sua prática científica para além de uma compilação dos conhecimentos produzidos nos centros de ciência europeus.

A percepção da necessidade de educação teórica e técnica na prática médico legal seria expressa em outras oportunidades, como por ocasião da publicação de seu citado *Manual de thanatoscopia judiciária* e do texto *Serviço Medico-legal de Autopsias* (1902)^{815, 816}. Este texto revelava sua percepção acerca da constituição e estado daquele campo, e sua avaliação não era das melhores. Segundo Afrânio, a função pericial no Brasil estaria muito longe do que consideraria ideal, citando para isso várias causas, como a falta de preparo e, conseqüentemente, a incompetência técnica dos peritos. Contudo, esta crítica não era reduzida ao nível individual, como uma falha exclusiva dos peritos. Afrânio criticava, sobretudo, o sistema de ensino e o modo pelo qual um indivíduo chegava a se tornar um perito:

Sem nenhuma cultura especial e sómente após breve passagem pelos cursos de medicina legal de nossas Faculdades, os peritos são funcionarios accidentaes, investidos momentaneamente para desempenhar uma incumbencia para a qual não provaram anteriormente, sua competencia, nem se podendo suppor que hajam realizado estudos especiaes.⁸¹⁷

Como vimos anteriormente, vários dos funcionários da administração policial, incluindo os lugares de médico-legistas, eram nomeações que partiam da indicação do ministro da justiça,

⁸¹⁴ *Ibidem*, p.9

⁸¹⁵ Peixoto, Afrânio. Serviço Medico-legal de Autopsias. *Gazeta Medica da Bahia*. vol XXXIV - Número 4 - Outubro de 1902. Este mesmo texto foi publicado ainda em um periódico argentino sob a referência: Peixoto, Afrânio. Servicio Médico-legal de autopsias: proyecto de reglamentación. *Archivos de Criminologia Medicina Legal y Psiquiatria*. Buenos Aires: 1902.

⁸¹⁶ Afrânio neste período era intitulado como preparador de medicina-legal na Faculdade de Medicina e como professor int. de med. pública na faculdade de direito.

⁸¹⁷ Peixoto, Afrânio. Serviço Medico-legal de Autopsias. *Gazeta Medica da Bahia*. vol XXXIV - Número 4 - Outubro de 1902, p. 145.

o que não implicava em seleção, concurso ou qualquer outro processo em que pudesse haver uma verificação de competência.

A preocupação com a legitimação profissional para o exercício da medicina legal aparecia tanto naquilo que dizia respeito aos ditos *profanos, os peritos de improviso*, quanto em relação aos próprios médicos clínicos não iniciados na especialidade em questão. A crítica de Peixoto se concentrava na necessidade de uma fundamentação técnica à prática do perito, o que se justificava não somente pelo interesse científico, mas por sua importância para a justiça e também pelo bem social que produziria. .

Considerava que as autópsias em medicina legal deveriam seguir todo o processo anatomopatológico, visando responder à justiça do modo mais completo e acertado. Esta não seria, contudo, a realidade da prática pericial exercida no Brasil naquele período. Afrânio acusava que, em sua maioria, os peritos atuavam de modo apressado e sem respeito a nenhum método, o que o fazia indagar: “Que valor se deve atribuir a um serviço semelhante, falso por incompleto, leviano por apressado e talvez nocivo por inconsequente?”⁸¹⁸

Peixoto afirmava que os escândalos de casos periciais ressaltados pelos jornalistas do período poderiam ser evitados na medida em que se determinasse a normatização da prática pericial. É deste modo que, recordava o caso da perícia médico-legal realizada por ocasião da morte de uma paciente xifópaga⁸¹⁹ operada por Chapot Prevost. Vemos Afrânio afirmar sobre a imperícia dos médicos-legistas:

Tal caso não ocorreria se existisse uma expressa determinação recordando aos peritos todas as suas pesadas responsabilidades, toda a serie de seus deveres, as exigencias do methodo a seguir, obrigando a descrever, mencionar, referir e **não qualificar, julgar e até prejudicar**, como se effectuou aqui, contra toda a norma do bom proceder⁸²⁰

Seu discurso visava a que os peritos fossem obrigados “ao simples mas inteiro cumprimento de seu dever”⁸²¹, alertando que os casos a que se referiu eram aqueles que possuíram repercussão na imprensa, mas convidava à reflexão sobre os muitos outros casos problemáticos de autópsia que não despertaram a atenção pública. Diante da situação que expunha, Afrânio acreditava que o remédio seria a regulamentação do serviço de autópsias, a

⁸¹⁸ *Ibidem*, p. 147.

⁸¹⁹ Eduardo Chapot Prevost, médico e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, realizou em 1900 uma cirurgia de separação de gêmeos xifópagos, evento de grande notoriedade no período, o que pode ser avaliado pela repercussão encontrada em periódicos médicos e nos de ampla circulação. Conforme consulta aos jornais da época, tratava-se do caso das irmãs Maria e Rosalina que nasceram unidas pelo tórax. Contudo, somente uma das irmãs sobreviveria à cirurgia de separação, o que, a despeito do reconhecimento mundial pelo feito de Prevost, teria gerado intensas discussões.

⁸²⁰ Peixoto. Serviço Medico-legal de Autopsias. *op. cit.* p.148. Grifo meu.

⁸²¹ *Ibidem*, p.150

exemplo do que vinha acontecendo em vários países de “adeantada cultura scientifica”, como a Áustria e a Prússia de Virchow.⁸²² Sobre as regulamentações destes países ressaltava a uniformidade do método utilizado, de modo a evitar a “manifestação de praticas pessoas irregulares ou a influencia de circumstancias fortuitas”.⁸²³ A bandeira pela regulamentação dos serviços médico-legais que Peixoto ora brandia também seria objeto de demanda em outros países como a França e a Itália.

Peixoto afirmava que, visando à viabilidade do projeto, tinha procurado elabora-lo de modo “amplo, folgado, tolerante”, isto é, um plano que permitisse a integração da produção de conhecimento e consequentemente de futuras técnicas a serem desenvolvidas. A proposta elaborada por Afrânio foi anexada ao texto do decreto nº 4.864, de 15 de Junho de 1903 que mandava observar o regulamento para o serviço médico-legal do Distrito Federal⁸²⁴.

Visando à unidade dos processos de exame médico-legal, Afrânio construiria um roteiro minucioso a ser seguido pelos peritos. No que diz respeito ao trabalho realizado com indivíduos vivos chamo atenção ao exame feito a propósito dos alienados com problemas na justiça, para o qual o perito necessitaria ter conhecimentos psiquiátricos, principalmente sobre classificação nosológica. O exame médico legal dos alienados iniciaria com a coleta de **informações preliminares**, com a explicitação do contexto do exame, a autoridade que o requisitou, quais as questões colocadas, etc. Em segundo lugar seria necessário se dedicar a conhecer a história do caso, realizando-se a **anamnese**, que buscava saber tudo que acontecera com os ascendentes do indivíduo examinado e com ele próprio por toda sua vida. O **exame direto** não era menos minucioso. O perito deveria esquadrihar o indivíduo buscando desproporções ou deformações das mais corriqueiras como adiposidade ou calvície até desigualdade cromática das íris, considerando ainda as informações laboratoriais de um exame de urina e de um também minucioso exame mental. O perito finalizaria seu trabalho com um **somatório** em que enumeraria as informações que denunciariam a doença, fazendo uma apreciação da existência da alienação mental que visava constituir uma avaliação do estado do indivíduo na hora que cometeu o crime ou ação sobre a qual a justiça precisasse de esclarecimentos. Assim, se tivesse condições, o perito deveria realizar uma dedução

⁸²² *Ibidem*, p.150-1

⁸²³ *Ibidem*, p. 151

⁸²⁴ O preâmbulo do texto legal, assinado por Rodrigues Alves e J.J. Seabra, justificava a publicação daquele regulamento no fato das então práticas periciais não prestarem um bom serviço à justiça, isto acontecendo devido a “omissões e infracções de preceitos essenciaes, consignados aliás pela sciencia medico-legal”. Decreto nº 4.864, de 15 de Junho de 1903.

diagnóstica, se possível caracterizando a forma nosológica em questão. Por fim responderia aos quesitos que lhe fora colocado pela autoridade que demandava o exame.

Além dos alienados, o exame em pessoas vivas seria realizado em casos de lesões corporais e de violência carnal, gravidez, aborto e parto. Neste caso o roteiro de Afrânio contava com a dedução do perito sobre as intenções de um agressor ao praticar uma ação, as quais, entretanto, deveriam ser realizadas somente por meio da descrição minuciosa em relação à lesão que se observava e seu contexto mais geral. Tal como deixaria explícito em outros lugares, a preocupação de Afrânio era a de delimitar as competências do perito, ressaltando muitas vezes aquilo que este não poderia, nem deveria responder.

Os exames em cadáveres eram cercados de recomendações técnicas, como a realização do exame diurno e com luz natural, somente após seis horas da morte do indivíduo. Os peritos deveriam levar em conta na hora de realizar os cortes no cadáver a necessidade de recomposição do corpo, não somente como uma exigência estética, mas também para “poupar alguns sentimentos piedosos de respeito ao morto”, além de permitir futuros exames. O exame cadavérico deveria ser realizado por meio de uma inspeção externa e outra interna. A primeira deveria colher dados tanto sobre o corpo quanto acerca do ambiente em que foi encontrado, a disposição do cadáver, a existência de sinais de luta, armas ou outros instrumentos. O perito deveria também se dedicar a estabelecer a identidade do indivíduo, considerando sexo, idade, estatura e conformações outras como cicatrizes e tatuagens. Ficava ainda estabelecido que, tratando-se de indivíduo desconhecido, a autoridade policial deveria comunicar ao Gabinete de Identificação para que este providenciasse o reconhecimento pela fotografia e pelos sistemas antropométricos e dactiloscópicos.

A inspeção interna do cadáver era dividida pelas regiões do corpo: crânio, encéfalo e face com o uso de seu método de exame de nasofaringe, a medula espinhal, o pescoço e cavidades torácicas e abdominais, etc. Tratava-se de um roteiro com vinte itens a cumprir, todos eles descritos minuciosamente no que dizia respeito ao modo de realizar o exame, a posição do corpo, os instrumentos utilizados e as incisões necessárias, bem como as especificações do que deveria ser observado pelo perito. Do mesmo modo eram estipulados os procedimentos em casos específicos como os de suspeita de envenenamento, mortes em incêndios ou por asfixias e ainda os casos de infanticídio.

O novo regulamento, além de prescrever os procedimentos corretos da perícia, definia que o serviço médico-legal do DF passaria a ser de responsabilidade de sete profissionais, um deles se ocupando dos trabalhos laboratoriais e os demais das práticas periciais em vivos e

mortos. A direção do serviço era atribuída a um médico e não mais a uma autoridade policial, ainda que o diretor tivesse que estar em contato direto com o chefe de polícia. Tratava-se assim de um investimento que procurava estabelecer a organização da medicina legal em duas instâncias complementares: a primeira era a de regular a prática, ordenar os métodos e técnicas utilizadas, constituindo uma linguagem comum entre os profissionais que atuassem naquele campo e conseqüentemente uma padronização de suas respostas, contidas nos relatórios a serem entregues à polícia e ao judiciário. Por outro lado podemos ressaltar uma fixação clara de um lugar profissional que associasse conhecimentos médicos e jurídicos com tarefas e responsabilidades exclusivas a este profissional, incluindo-se a administração do serviço.

A recepção pública do regulamento foi favorável entre os médicos brasileiros e também repercutiu entre médicos europeus, tal como vemos na *Chronique Latine*, de Edmond Locard, preparador de medicina legal na Faculdade de Medicina de Lyon. Locard considerava o projeto de regulamentação dos serviços de autópsias de Afrânio Peixoto como um exemplo dado pelos sul-americanos e o apresentava em grandes linhas ao público francês. Entre os pontos abordados por Locard destaca-se seu interesse pelo processo de exame médico-legal dos alienados, o qual considerava ter sido previsto nos menores detalhes, no qual Peixoto especificaria o que apreciava ser um considerável número de questões a responder.⁸²⁵ A apreciação favorável de Locard pode ser avaliada pela tradução e transcrição de vários trechos do regulamento, incluindo o relativo à técnica de exame de nasofaringe, proposta original de Peixoto. Além disso, ponderava a importância do texto do médico brasileiro comparado ao que havia sido feito na Europa até então. Não só os médicos brasileiros estariam a par das produções científicas europeias, demonstrando, por meio de publicações coetâneas, a atualidade de seus conhecimentos, a exemplo do que referimos sobre a adesão à teoria de Kraepelin entre os médicos do HNA. O regulamento de Peixoto demonstrava que, de certo modo, esse caminho poderia ser uma via de mão dupla, constituindo-se no bom exemplo que vinha da América do Sul.⁸²⁶

Contudo, a despeito dos aplausos em relação ao regulamento proposto por Peixoto o decreto não surtiria efeitos, já que não foi posto em prática. Ainda em 1904, Nina Rodrigues – ao relatar um caso que teria atuado como perito – reclamava sobre a situação deplorável em

⁸²⁵ Locard, Edmond. Décret réglementant au Brésil l'exercice de la médecine légale – L'assistance des enfants abandonnés em Italie. – statistique de l'émigration italienne. *Chronique Latine*. Revue critique. *Archives D'anthropologie Criminelle de Criminologie et de Psychologie Normale et Pathologique*. Tomo 18 – 1903, p.814.

⁸²⁶ *Ibidem*, p.817

que se encontrava a prática do serviço médico-legal no país.⁸²⁷ A nota dizia respeito à especialização médica dos serviços de perícia, *vis a vis* o momento de disputa entre os campos médico e jurídico. Rodrigues não compreendia que tendo a lei negado aos juristas a competência técnica para realizar exames médicos, pudesse conceder-lhes esta mesma competência para que contestassem as diligências realizadas pelos peritos.⁸²⁸ Além destes reclamos, o próprio Nina Rodrigues, a despeito de saudar o regulamento de Afrânio como uma das medidas mais importantes em prol dos serviços médico-periciais do Brasil, considerava que este seria um esforço ineficaz se não houvesse uma ação conjunta no que dizia respeito aos meios de viabilizá-lo.⁸²⁹

O decreto, publicado em 1903, ficaria apenas no papel durante os anos seguintes, de modo que o serviço pericial do DF não veria mudanças ou melhoras significativas, permanecendo no estado já relatado, o que repercutiria em instituições como o Instituto de Advogados e a Academia Nacional de Medicina; espaços em que se travariam as discussões a respeito dos problemas de organização daquele serviço e dos meios de execução do regulamento. Tais discussões não permaneceriam, contudo, em âmbito acadêmico acabando por repercutir na imprensa leiga do período. A leitura dos jornais de maior circulação dos primeiros anos do século XX revela uma faceta importante da imprensa deste período quando encontramos a cobertura de uma variada gama de acontecimentos dramáticos: assassinatos violentos, assaltos, crimes de vingança, de ciúme, suicídios e até mesmo casos teratológicos onde o nascimento de crianças com deformidades era descrito em termos de monstruosidade. Entre os séculos XIX e XX teria ocorrido um fenômeno editorial na imprensa brasileira, que enfatizava fatos de teor sensacionalista, o que já seria prática comum no jornalismo europeu e estadunidense. Esta tendência estava associada ao crescimento das cidades e a maior ocorrência de crimes. Além disso, a imprensa neste período se tornava um empreendimento empresarial, o que criaria a necessidade de aumentar o número de leitores.⁸³⁰

O sucesso da temática criminal nos periódicos é facilmente verificável por meio da leitura dos folhetins de pé de página de diversos jornais, os quais publicavam histórias que ocupavam espaço no jornal durante semanas⁸³¹. Contudo a temática criminal não se

⁸²⁷ Rodrigues, Nina. Um caso de loucura lucida - As providências legais reclamadas pelos alienados d'este genero no direito brasileiro. *Clinica Forense. Brazil-Medico*. Ano XVIII - Num. 5 - 1 de fevereiro de 1904, p. 43.

⁸²⁸ *Ibidem*.

⁸²⁹ Peixoto. Elementos de medicina legal. *op. cit.* p. 542

⁸³⁰ Guimarães, Valéria. Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem para o século XX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 323-349 – 2007, p. 324

⁸³¹ A tese de Ana Gomes Porto (2009) investiga e discute a literatura de crime que circulou principalmente em periódicos de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, ente os anos de 1870 e

restringiria ao âmbito ficcional, já que as páginas dos periódicos em questão estampavam tais acontecimentos em seus diversos desdobramentos: do relato pormenorizado do crime até suas consequências judiciais, passando muitas vezes pela divulgação e discussão dos procedimentos médico-legais. Era justamente este interesse pelos acontecimentos criminais que acabava por jogar luz nas deficiências tanto do serviço policial quanto do serviço médico-legal, gerando debate e cobrança por parte da imprensa, que expressava sua demanda aos representantes do governo, considerados como responsáveis pela boa prestação daqueles serviços, mas também aos médicos do Gabinete Médico-Legal. São estes últimos que vemos vir a público responder aos questionamentos sofridos.

Nestas matérias é possível encontrarmos a crítica direta ao serviço médico legal, cobranças no que dizia respeito a seu funcionamento precário. Eram comuns casos como o noticiado no *Jornal do Brasil* em 15 de novembro de 1900⁸³², onde o corpo de uma vítima de assassinato, nomeado como o “infeliz Guilherme”, morto havia dois dias, permaneceria “em meio do lago de sangue jorrado dos ferimentos que recebeu”. Aqui, a crítica era em relação à demora na remoção do corpo para o necrotério onde deveria ser autopsiado, o que não havia sido feito depois de decorrido três dias do crime. Questões acerca do funcionamento daquele serviço eram enfatizadas na reportagem que afirmava que o ofício do delegado da 1ª circunscrição suburbana requisitando o serviço médico-legal só teria chegado ao gabinete médico vinte e quatro horas após o crime.

A imprensa, instância leiga frente à competência científica, legitimava-se a postular como aquela atividade deveria acontecer. É justamente isso que a reportagem fazia quando afirmava que os doutores Thomaz Coelho e Sebastião Côrtes fariam a autópsia naquela manhã, no necrotério, para onde o corpo havia sido removido considerando, contudo, que o procedimento deveria ser outro e descrevendo-o nos seguintes termos:

julgamos, andariam melhor se examinassem o corpo no local do crime, porque antes da autópsia deveriam reconstruir por meio de um minucioso exame a scena de sangue e só assim poder-se-ia verificar se houve luta e, aproximadamente, o numero de criminosos.⁸³³

Note-se que a despeito de ainda não haver um regulamento estipulado o jornal fundamentava suas assertivas no procedimento adotado pelas polícias das capitais adiantadas.

1920. A autora mostra a confluência de interesses tanto dos editores quanto dos leitores em relação à publicações que tinham no crime seu tema central. Porto, Ana Gomes. *Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil (187-1920)*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

⁸³² Assassinato em Cascadura: A foice e a punhal. *Jornal do Brasil*. 15 de novembro de 1900. p. 5.

⁸³³ *Ibidem*.

A estruturação do serviço continuaria a ser alvo de críticas por parte da imprensa ao longo dos anos, como vemos em matéria do jornal *A Notícia*, no ano de 1903, quando a polícia estava sofrendo um grande número de reformas. Segundo a nota publicada em 21 de janeiro⁸³⁴, o chefe de polícia, Dr. Cardoso de Castro, deveria estender as referidas reformas ao Gabinete Médico Legal. A crítica aqui visava justamente seu modo de funcionamento, que, naquele período, contava com seis médico-legistas trabalhando em uma escala diária que colocava dois deles para o serviço externo, ficando os demais responsáveis por atender as pessoas que procuravam o gabinete para fazer o exame de corpo de delito.

A questão estava justamente no horário de funcionamento do Gabinete que, seja na prestação de serviço interno ou externo, só seria iniciado após o meio dia e finalizado às três da tarde. Este horário faria com que as pessoas tivessem que esperar durante horas pelo atendimento, e tal demora seria um problema na medida em que as delegacias urbanas e suburbanas remeteriam constantemente indivíduos feridos para realização do corpo de delito. A situação se complicava na medida em que deste exame dependeria a concessão de fiança aos ofensores, pois a lei só a facultaria nos casos em que não houvesse gravidade na injúria produzida. Segundo o entendimento expresso naquele jornal, o maior problema estava no fato de que chegando o ofendido no GML após as três da tarde, este só seria submetido a exame no dia seguinte, permanecendo o ofensor preso. Além disso, este espaço de tempo constituiria ocasião para que os ferimentos se agravassem de modo que, ao ser finalmente feito o corpo de delito, a injúria sofrida não se apresentaria tal como foi cometida. Contudo, esta situação não seria a mesma para todos, já que o dito ofensor que pudesse pagar poderia contratar os serviços de dois médicos legistas e de um escrivão.

O jornal chamava atenção para o dever dos médicos do GML de realizar o processo de autópsia durante o dia, das seis da manhã até às dezoito horas, o que deveria ser suficiente para fazer com que estes se apressassem na realização das necropsias. Contudo, isto de fato não acontecia, gerando uma situação em que, “Os cadáveres ficam apodrecendo nas mesas do Necroterio, e as pessoas das famílias dos mesmos impossibilitadas de effectuar o enterro, e sem poder avisar os amigos da hora certa do subimento do corpo d'aquelle estabelecimento para o cemitério”.⁸³⁵ A solução proposta era a de fazer com que os médicos, tal como os delegados auxiliares, tivessem como obrigação ficar no Gabinete dia e noite.

Note-se que a despeito do horário de funcionamento ser tido como reduzido, os seis médicos legistas do DF tinham um volume de trabalho apreciável. Esta é a impressão

⁸³⁴ Gabinete Medico-Legal. *A Notícia*. Rio de Janeiro. Ano X - N. 17 -20-21 de janeiro de 1903

⁸³⁵ *Ibidem*.

transmitida pelos periódicos da época ao citarem inúmeros encaminhamentos das diversas circunscrições policiais ao Gabinete Medico Legal. Além disso, as estatísticas⁸³⁶ daquele serviço comprovavam a importância daquela instituição no cotidiano dos processos judiciais do DF. Em 1902 os médicos do Gabinete Médico Legal, Thomaz Coelho, Moraes e Brito, Rego Barros, S. Côrtes, Cunha Cruz e Pessoa de Mello, teriam realizado quase seis mil exames, com destaque para os de lesão corporal (2721 casos) e os de verificação de óbito (1421 casos). O número de relatórios enviados aos diversos juízos teria sido da ordem de 4364. Fora deste número estariam ainda os exames toxicológicos, como sangue, esperma, entre outros⁸³⁷.

Ato contínuo à publicação das denúncias acima relatadas, o *Correio da Manhã*⁸³⁸ noticiava o requerimento que fora entregue pelos médicos legistas ao chefe de polícia. Tal documento respondia às acusações feitas em *A Notícia*, e requeria a instalação de um inquérito. A revolta expressa pelos médicos do GML estava para além da crítica de não realizarem suas tarefas de maneira satisfatória: o problema estava principalmente no fato de que tais colocações beiravam à acusação de má conduta com objetivos de obtenção de lucro, o que teria gerado a indignação expressa nos seguintes termos:

A leviandade com que procura o noticiarista incutir no espirito publico intuios que nunca tiveram, - demorarem propositalmente os exames de corpos de delicto em domicilio, para que as partes interessadas, - os offensores -, os recompensem com determinadas quantias -, surprehende os sobre maneira, tanto mais quanto, é a primeira vez que contra esta corporação taes conceitos e com tal violencia se emprestam; não raro a imprensa e mesmo o orgão a que se referem; tem reconhecido os seus labores em locaes encomiasticos, e, jamais, um só destes orgãos, levantou a menor suspeita quanto a sua honorabilidade.⁸³⁹

A despeito da indignação expressa pelos médicos do GML as críticas a este serviço continuariam, chegando a obrigar-lhes a prestar esclarecimentos públicos, tal como aquele que o Dr. Moraes e Brito apresentou ao Dr. Thomaz Coelho, chefe daquele gabinete, sobre as circunstâncias em que teria liberado um atestado de óbito sem ter visto o cadáver, que no fim revelaria se tratar de uma criança que não tinha de fato falecido.⁸⁴⁰

Mesmo com as críticas recebidas, o serviço prestado pelo Gabinete Médico Legal ganhava importância e suas estatísticas demonstravam o crescimento de suas atividades. Em

⁸³⁶ Serviço Medico Legal da Policia. *Jornal do Brasil* - 17 de janeiro de 1903 - p. 2.

⁸³⁷ O número de verificações de óbito, contudo, não representaria o total deste serviço no DF, visto que a cifra destes exames realizados no GML naquele ano teria diminuído, já que alguns dos casos teriam sido repassados para a Diretoria Geral de Saúde.

⁸³⁸ Os médicos da polícia. *Correio da Manhã*. 22 de janeiro de 1903, p. 2.

⁸³⁹ *Ibidem*.

⁸⁴⁰ Morto vivo. *A Noticia*. 12-13 de maio de 1905, p. 2.

1905 tal repartição declararia um total de 6.575 exames realizados⁸⁴¹, com 3278 relatórios médicos remetidos às delegacias de polícia. É interessante notar o crescimento dos exames de alienados, que chegava à cifra de 809, sendo os exames de lesões corporais, na ordem de 2.730 e 1.915 de verificação de óbito. Merece destaque, ainda que com números menores, a realização de 113 autópsias e de 229 exames de defloramento.

Entretanto, tais números não eximiam o Gabinete de ser alvo de críticas feitas diretamente a sua estrutura e organização. Ainda em 1906, pouco antes de Afrânio assumir a direção deste serviço, queixas graves publicadas acabavam por responsabilizar os médicos que prestavam seus serviços; ocasiões em que estes alegaram a falta dos elementos indispensáveis para a realização de suas atividades, a **necessidade de um regulamento** passível de ser cumprido, bem como a **exiguidade de profissionais** diante da demanda que lhes era imposta.

O jornal *A Notícia*⁸⁴² polemizava o assunto trazendo a opinião de um “conhecido clínico” que teria trabalhado naquela repartição durante muitos anos, conhecendo assim todos os seus “segredos, vícios e deficiências”. Infelizmente o nome do ilustre médico não era mencionado, mas a opinião do entrevistado era a de que o serviço médico legal do DF era “defeituoso e cheio de lacunas”, não se adequando ao que considerava como as “exigencias da sciencia medico-forense” de maneira tal que não cumpriria a finalidade para o qual fora criado. As dificuldades do GML eram relacionadas, pelo médico entrevistado, à honra e liberdade do cidadão e da família, com forte apelo à importância social daquele serviço, o que constituía elemento eficaz para que tal discussão se mantivesse nas capas dos jornais.

A entrevista traz à baila a questão da atribuição de competência sobre a verificação de óbitos, que como vimos anteriormente era um dos exames de maior frequência. A assertiva era de que a verificação de óbitos tomaria muito tempo dos médicos do GML, a partir do momento em que tais exames deixaram de ser realizados pela Diretoria de Higiene. A crítica se estendia ao regulamento de então, com a verificação de óbitos sendo considerada como uma sobrecarga nas atividades dos leigos, imputada pelo decreto nº 3.640, de 14 de Abril de 1900 que reorganizava o serviço policial do DF, já que o regulamento que vigorava até então seria mudo a este respeito.⁸⁴³

⁸⁴¹ Gabinete medico legal da Policia. *Correio da Manhã*. 17 de janeiro de 1906. p. 2

⁸⁴² O Gabinete Medico Legal. Uma interview - Serviço defeituoso - Morrer ao nascer - As verificações de óbito - Assistencia publica. *A Noticia*. 8-9 de janeiro de 1906.

⁸⁴³ *Ibidem*.

A crítica ao regulamento do serviço medico legal desdobrava-se também sobre o regulamento de autópsias. O ex-médico do GML afirmava que nenhum dos regulamentos era de fato cumprido. O regulamento do serviço geral era caracterizado como um “acervo de incongruências”⁸⁴⁴, já aquele que se referia às autópsias era retratado como minucioso, constituindo uma compilação do que se propunha nos diversos tratados daquela matéria, contudo, dado seu grau de complexidade considerava ser necessário o dobro de funcionários para que este se efetivasse.⁸⁴⁵

A inoperância dos regulamentos daquele serviço era atribuída ao processo de construção daqueles textos para os quais não teriam sido ouvidos os indivíduos competentes sobre a matéria. A reportagem seguia afirmando:

Os regulamentos fazem-se para se fazer alguma coisa e não para serem cumpridos, nem para que os novos reclamos da sciencia sejam executados em beneficio da comunidade, mas, apesar de todos os pezares, os medicos levantaram o seu protesto, não só contra o primeiro regulamento como contra o Dr. Afranio Peixoto, protesto esse feito por escripto, fazendo os profissionaes ver a impossibilidade material de serem os regulamentos cumpridos.⁸⁴⁶

Com isso percebemos a dificuldade de implantação do regulamento proposto por Afrânio e os motivos pelos quais seu texto se destinava a se tornar *letra morta*. Tal situação seria alvo dos reclamos tanto da Academia Nacional de Medicina quanto do Instituto dos Advogados, em que exigiriam o cumprimento da lei para que findassem os escândalos a respeito daquela repartição. Este seria o contexto da promulgação do decreto 6440 de 30 de março de 1907 que dava novo regulamento ao serviço policial do DF, ocorrido já no governo do presidente Affonso Pena e do ministro da justiça Augusto Tavares de Lyra. Este decreto era responsável por instituir o Serviço Médico Legal, substituindo o então GML, que passaria à direção de Afrânio Peixoto.

Se o texto regulamentar proposto por Peixoto em 1903, como vimos, tinha sua inspiração na obra de Virchow, o de 1907 seria seu complemento a partir das reformas com que Orth aperfeiçoara o regulamento prussiano. O próprio Afrânio Peixoto destacava seus pontos mais relevantes, entre os quais a elevação do número de peritos para 12 – o que permitiria a especialização pelos diversos campos da medicina legal –, o acréscimo no

⁸⁴⁴ O Gabinete Medico Legal: regulamento sem nome - O necroterio publico - Plano de reforma - O bode expiatorio. *A Notícia*. 10-11 setembro de 1906, p. 1

⁸⁴⁵ *Ibidem*.

⁸⁴⁶ *Ibidem*.

número de serventuários, e a regulação por concurso de todos os funcionários.⁸⁴⁷ No que dizia respeito à reforma material, ele resumia as transformações ocorridas:

Laboratorios de química, microscopia, fotografia, museu, biblioteca, sala de seção, salas de exames, servidos de profissionais idoneos, de aparelhos, livros, instalações, tornaram possíveis pericias ao ponto, segundo as exigências da ciencia contemporânea. Uma instalação definitiva rematou essa obra consideravel, que só ela basta para memoria de uma administração.⁸⁴⁸

Afrânio criticava o regulamento em apenas um ponto: não ter explicitado a permissão para que o ensino médico legal da Faculdade de medicina pudesse ocorrer no serviço médico legal da polícia. Este dispositivo não teria sido efetivado devido à intervenção da administração policial que, segundo Peixoto, teria conseguido a supressão do artigo do projeto original, “por zelo às suas próprias prerrogativas”.⁸⁴⁹ Outra questão importante dizia respeito à ética relacionada ao segredo e responsabilidade médica. Em fins da década de 1900 encontraríamos ponderações acerca dos direitos e deveres dos profissionais médicos, incluindo-se aí suas relações com o Estado, as quais eram definidas nos seguintes termos:

São os medicos, ainda hoje, uma classe privilegiada pelo Estado, que em troca de exigencias de idoneidade tecnica a que os obriga, nos seus institutos de ensino, lhes confere o monopolio da doença e da saude do proximo, perseguindo os infratores por um exercicio ilegal da medicina.⁸⁵⁰

Contudo, os privilégios advindos do Estado à profissão médica produziram efeitos sobre aquilo que Afrânio considerava constituir o conjunto de responsabilidades daqueles profissionais, atenuando-as em demasia e, nesse contexto, colocava em discussão a especificação no código civil do segredo médico. Com relação a este ponto concordaria com o professor Nascimento Silva quando este afirmava que a quebra deste sigilo se justificaria em nome da preservação social. Como veremos, em 1917, o tema do segredo médico voltava à pauta por ocasião da realização do Curso de Medicina Pública. Afrânio ratificava também as sanções que o código penal do período imputava a ações médicas de imprudência, negligência e imperícia. No ano de 1913, Afrânio deixaria o cargo de Diretor do Serviço Médico Legal em decorrência da necessidade de desacomular os cargos⁸⁵¹. Neste mesmo ano era nomeado

⁸⁴⁷ Peixoto. Elementos de medicina legal. *op. cit.* p. 543

⁸⁴⁸ *Ibidem.*

⁸⁴⁹ *Ibidem.*

⁸⁵⁰ Peixoto, A. Direitos e deveres dos médicos. *Elementos de medicina legal*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914, p. 530.

⁸⁵¹ Esta é a explicação que encontrei em jornal do período que afirmava: “Para desacomular-se, foi demitido do cargo de director do serviço médico legal o dr. Afranio Peixoto. Ahi está um homem que

professor de Medicina Pública da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, cuja Congregação o teria dispensado do concurso por ser considerado autor de obras de “notável saber”. A obra que possivelmente ajudou a notabilizar o saber médico legal de Afrânio Peixoto foi o livro *Elementos de Medicina Legal*, produzido no contexto de sua atuação como diretor do SML.

4.4. Direitos, deveres, delitos e provas

O livro *Elementos de Medicina Legal*⁸⁵² (EML) pode ser dividido em seis partes ou capítulos. O primeiro trata de **Responsabilidade e capacidade**, onde são discutidas as definições e limites da capacidade e da responsabilidade civil e criminal, contendo ainda a descrição de uma semiologia mental que discute percepção, inteligência, memória, emoção e vontade. Analisava ainda os distúrbios destas funções e fazia um apanhado das classificações de doenças mentais que levava em conta definição, sintomas e diagnósticos, finalizando com a discussão sobre a perícia médico-legal nos alienados em que expunha as regras do exame mental, o diagnóstico frente à possibilidade de simulação e o relatório dos dados colhidos.

O segundo capítulo versava sobre **Direitos e deveres à procriação e Delitos sexuais**, discutindo casamento, defloramento e estupro, gravidez, parto e aborto, infanticídio e vitalidade, que é a capacidade do feto de viver fora do útero, considerando as ocasiões em que nasceria antes do termo da gestação. Tais temas seriam retomados até a década de trinta, período de publicação de seu livro *Sexologia Forense* (1934).

O terceiro capítulo diz respeito aos **Direitos e deveres a saúde e a vida** e os **Delitos corporais**, estes últimos compreendendo as ações físicas tais como congelamento, insolação, queimaduras, ações químicas, ações traumáticas como contusões, fraturas e feridas, ações fisiológicas como inanição, asfixia e envenenamento. Neste tópico dos delitos corporais, inseria ainda a questão da avaliação dos danos por lesões e os casos de homicídio, suicídio, acidente e mortes súbitas e agônicas, discutindo os sinais da morte, os fenômenos cadavéricos e as regras para o exame médico-legal no vivo e no cadáver.

O quarto capítulo trata dos **Elementos de prova** em que analisava temas como os exames de laboratório, marcas e impressões de mãos, pés e calçados deixados na cena do crime, elementos de identidade em que considerava raça, sexo, idade e outras características,

si já não fosse immortal, ficava-o sendo agora. Os seculos hã de fallar deste funcionario alcançado pela platonica lei das desaccumulações! Fora do Sério. *A Epoca*. 14 de março de 1913, p. 1

⁸⁵² Peixoto, Afrânio. *Elementos de Medicina Legal*. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte: Francisco Alves & Cia: 1914 (2ª edição).

fechando o capítulo com as questões da identificação judiciária onde dissertava sobre a dactiloscopia, a identificação de cadáveres e finalmente acerca da fotografia e da conservação dos cadáveres.

Os dois últimos capítulos são os menores de todo o livro. O quinto deles dizia respeito aos **Direitos e deveres dos médicos**, em que Afrânio discutia temas como ética e economia profissional, segredo e responsabilidade médica e perícia. Finalmente, o último capítulo se destinava a questão da **Função pericial no Brasil** em que Afrânio fazia um histórico do exercício e do ensino da medicina legal e uma bibliografia médico-legal brasileira, inserindo seu nome em ambos.

A definição de Medicina Legal de Afrânio Peixoto compreendia esta especialidade enquanto braço de aplicação da medicina sobre a seara jurídica, não a caracterizando como uma ciência autônoma, mas sim como a reunião de vários saberes voltados a um mesmo objetivo.⁸⁵³ Esta é uma perspectiva bastante acurada quando pensamos no amálgama de referências que as discussões em medicina legal do período produziam. Tratava-se de um diálogo de muitas vozes, reunindo campos como a anatomia, a psiquiatria e a antropologia. Neste sentido era importante considerar, na conformação deste ramo da medicina, a necessidade de constituir esforços para a educação daqueles profissionais, o que percebemos constituir uma gama de ações, desde a implantação de aulas práticas dos alunos da Faculdade de Medicina dentro do serviço policial de autópsias até a edição de manuais como o que Afrânio ora publicava e que vinha justamente responder à necessidade de especialização do perito que, conforme ele analisava, só poderia atuar após se inteirar totalmente do conjunto de conhecimentos que lhe diziam respeito. Além da produção de material didático voltado para a educação de profissionais do campo médico-legal, a publicação do livro *Elementos de Medicina Legal* vinha responder a outra questão: a consolidação da carreira do próprio Afrânio, tanto no que concernia à afirmação de seu nome naquele campo, quanto mais especificamente em relação ao estabelecimento de uma fonte de renda que, segundo as memórias de Peixoto, era importante na consecução de seus objetivos, tal como vimos no primeiro capítulo desta tese.

Afrânio concebia o EML enquanto uma produção didática para instrução de futuros peritos e magistrados, localizando seu livro no contexto da produção da medicina legal (e asseverando seu próprio pertencimento àquele campo científico) ao contrapor sua obra a um passado a ser superado, quando afirmava que teria evitado

⁸⁵³ *Ibidem*, p. 5.

todos os ranços da antiga Medicina Legal, que se comprazia em velhas anedotas e especiosas suposições, tomada de medos pueris e sempre em guarda com reservar prudentes, esquecendo o fato exato de observação e desprezando o critério positivo da experimentação, para discutir possibilidades, comentar leis, produzir protestos vãos.⁸⁵⁴

Dentro desta perspectiva de ciência Afrânio também recortava a função do médico perito e seu modo de proceder em relação às demandas da justiça:

Para mim é mais difícil, mas é mais simples a função do perito: deve **saber os fatos da prática**, conhece-os pela observação, interpretá-los pelas noções adquiridas no estudo e na experiência, e claramente, sem subterfúgio, dizer à justiça a sua opinião. Nada mais ela lhe pede e é demasia de quem, não sabendo cumprir o próprio dever, exerce o dos outros, pôr-se a discutir leis e ajeitar textos, sempre passíveis de interpretações dúbias.⁸⁵⁵

Após caracterizar a “antiga medicina legal” Afrânio descrevia o que podemos destacar como uma nova ciência: uma ciência de aplicação. Além disso, também fica nítido que, para ele, a medicina legal era uma arena científica em reforma, partícipe da estruturação da nova produção científica nacional, no que ganharia relevo as atividades desenvolvidas no Serviço Médico-Legal – a exemplo do que ocorrera com o Hospício Nacional de Alienados em relação à psiquiatria.

Neste livro não haverá, pois, reminiscências arcaicas, erudição frívola, discussões inúteis, mas apenas um conjunto de instruções capazes de aplicação imediata. Longe está de as conter todas, ou de conter as mais necessárias, porque aquelas que nos interessam mais propriamente, só agora começam a aparecer. Não me falta a esperança de poder um dia tentar um **esboço de medicina legal brasileira, em que os dados de empréstimo sejam todos substituídos por observações nossas**. Sem embargo, já a experiência do Serviço Médico-Legal contribui aí com largueza.⁸⁵⁶

Na segunda edição do EML observamos que uma das críticas que o livro recebera foi o espaço excessivo concedido à psiquiatria naquela obra de medicina legal. A resposta de Peixoto era a de que isto seria de praxe entre os tratados estrangeiros, tal como os de origem alemã, italiana, inglesa ou americana; exceção feita somente aos compêndios franceses, que omitiriam do estudo da medicina legal a discussão acerca das doenças mentais, ao que Afrânio asseverava ironicamente ter pensado que “por essa deficiência deles não devia eu fazer-lhes o sacrifício de desaprender e ensinar a psiquiatria forense”, ou seja, ao mesmo tempo em que afirmava a necessidade do desenvolvimento de uma ciência nacional, deixava claro que esta se daria em diálogo com a ciência estrangeira e seus compêndios.⁸⁵⁷

⁸⁵⁴ *Ibidem*,

⁸⁵⁵ *Ibidem*, p.5-6. Grifo meu.

⁸⁵⁶ *Ibidem*, p.6. Grifo meu.

⁸⁵⁷ *Ibidem*, p.7

É importante lembrar aqui que o EML não era voltado exclusivamente para a formação de médicos, já que a medicina legal também fazia parte das disciplinas da faculdade de direito. Deste modo, vemos Afrânio abrir sua obra com a discussão acerca da responsabilidade e capacidade civil e criminal. Também detalha outros conceitos, como os de direito, leis, propriedade, chegando mesmo a especular sobre a vida social e os elementos de evolução humana, em uma relação de dependência resumida na máxima que dizia que a “evolução da espécie humana só se pode fazer mesmo na sociedade e pela sociedade”.⁸⁵⁸

Portanto, para ele, a construção de um aparelhamento legal e jurídico seria consequência dos desdobramentos civilizacionais que adviriam da necessidade de conservação da espécie humana. Por um lado o estado gregário dos seres humanos seria resultado de um mecanismo de defesa. Sua manutenção, por outro lado, dependeria das restrições à ação individual na vida social, donde incidiria assim a noção de direito enquanto proteção do interesse comum; construção teórica fundamentada em autores como Stein, Von Ihering⁸⁵⁹, Gumplowicz⁸⁶⁰. Segundo esta perspectiva a vida em sociedade dependeria, do sistema jurídico que articularia a proteção de interesses – o direito – à sua segurança ou manutenção – por meio das penas – fazendo da justiça a “condição subjetiva da vida em sociedade”⁸⁶¹, ou segundo a referência citada por Afrânio, “a força específica do organismo social” (Ardigó).

O desdobramento de tal discussão desemboca na explicitação da constituição da noção de direito pelo **respeito aos deveres sociais** e pelo **exercício de prerrogativa**, a aptidão ou capacidade para a vida civil e a responsabilidade pelas violações cometidas, ou imputabilidade.⁸⁶² Afrânio resumia o conceito de capacidade e imputabilidade com uma

⁸⁵⁸ *Ibidem*, p.9

⁸⁵⁹ Rudolph Ritter von Jhering (1818-1892) foi um jurista alemão, autor *Der Kampf ums Recht* (The Struggle for Law).

⁸⁶⁰ Ludwig Gumplowicz (1838-1909) foi um jurista e cientista político. Murari (2007) explica que o trabalho de Gumplowicz construía uma história natural da humanidade a partir de uma perspectiva poligenista, isto é, formada por vários grupos étnicos. A luta pela vida teria aproximado estes grupos que, ao se misturarem, dariam origem a sociedades maiores, homogêneas internamente e cada vez mais heterogêneas umas entre as outras. O desenvolvimento da história humana se fundamentaria na luta de raças, de tal modo que as etnias mais poderosas submeteriam à seus interesses as mais fracas. Segundo tal perspectiva o Estado e suas instituições - donde poderíamos sublinhar as jurídicas - teriam como objetivo realizar a manutenção da situação de domínio. Ainda segundo Murari, para Gumplowicz, seria incorreto atribuir aos povos uma origem étnica única, já que estas seriam resultado da referida luta de raças. (Murari, 2007, p. 114) Murari, Luciana. *"Brasil, ficção geográfica": ciência e nacionalidade no país D'os Sertões*. São Paulo: Annablume, 2007.

⁸⁶¹ *Ibidem*, p.10

⁸⁶² *Ibidem*, p.11

assertiva de Von Listz⁸⁶³ segundo a qual “capacidade e imputabilidade resumem-se num só fato concreto: capaz e responsável é todo o **homem mentalmente desenvolvido e mentalmente são**”.⁸⁶⁴ Sublinhamos aqui que duas importantes atribuições à prática jurídica – a capacidade e a responsabilidade – estavam submetidas a uma condição somente verificável por outras disciplinas, tais como a psicologia e psiquiatria. Além disso, tanto a capacidade quanto a imputabilidade não seriam atributos individuais inequívocos, variando no que dizia respeito a idade e ao sexo, como no caso das mulheres que, segundo Peixoto, devido a condições de organização social, teriam os mesmo deveres sem, no entanto, ter os mesmos direitos que os homens.

O estabelecimento da responsabilidade ou imputabilidade facultaria a possibilidade da punição, que seria instrumento de defesa social. A pena deveria ser atribuída somente ao indivíduo que, segundo a leitura de Von Listz feita por Peixoto, fosse capaz “de sentir, como todos os outros homens, o mal que lhe foi infligido”. Deste modo, assegurar o bom funcionamento do aparelhamento judiciário equivalia a trabalhar pela defesa do sistema social e, assim, da própria nação. A associação dos conceitos jurídicos aos interesses sociais era afirmada até mesmo em relação a instrumentos que recaiam especificamente sobre o indivíduo, como as penas que lhe eram impostas. Neste sentido, a medicina ainda manteria seu compromisso social quando articulada ao campo jurídico. Isso por que o saber médico se constituiria em ciência legítima para decidir sobre a imputabilidade de cada indivíduo:

Uma e outra qualidades sociais – capacidade e responsabilidade – pressupõem para sua atribuição uma personalidade íntegra e sã. Isto significa – que se exige um desenvolvimento ontogenético completo que em discernimento, avaliado antes do tempo em que normalmente ocorre na espécie humana, ou ao tempo em que a experiência conveiu fixar a maioria, dê ao indivíduo aptidão para deliberar pela soma de representações e experiências determinantes de sua vontade; - que se exige ainda que essas aquisições se mantenham numa coerência de conduta reveladora da unidade e identidade do eu, tradutores da sanidade mental.⁸⁶⁵

⁸⁶³ Franz Ritter von Liszt (1851-1919) foi um jurista e criminologista. Fundador da Escola moderna Alemã, Listz sistematizou o sistema penal a partir da perspectiva da fusão com outras disciplinas como a criminologia e a política criminal. Teria sido ainda um dos fundadores, em 1889, da Associação Internacional de Direito Penal, considerada a mais antiga associação científica voltada para o estudo das ciências penais, constituindo-se órgão consultivo das Nações Unidas. (Sousa, Japiassú, 2011, p. 35). Souza, A. B. G; Japiassú, C. E. A. *Curso de direito penal: parte geral*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

⁸⁶⁴ Peixoto. Elementos de Medicina Legal. *op. cit.* p.11. Grifo meu.

⁸⁶⁵ *Ibidem*, p.13

Afirmava assim um vínculo insolúvel entre o direito e a medicina legal, responsável por averiguar características específicas como gênero e desenvolvimento psíquico, bem como alterações de personalidade consequentes de estados patológicos diversos.

Afrânio Peixoto destacava aqueles indivíduos que, pelo código penal da época, **não eram considerados criminosos**: os menores de nove anos completos, os maiores de nove e menores de quatorze que agissem sem discernimento, os que por imbecilidade nativa ou enfraquecimento senil, forem absolutamente incapazes de imputação, surdos-mudos de nascimento que não tiverem recebido educação e agindo sem discernimento e finalmente aqueles em **completa privação de sentidos e de inteligência**.⁸⁶⁶ Dentre as categorias expressas no código a que mais gerou discussão foi a de completa privação dos sentidos, criticada inclusive por Peixoto, quando este afirmava que em muitos casos a defesa de criminosos recorreria a tal dispositivo na tentativa de atenuar a responsabilidade daquele que cometera o ato ilícito. A apreciação registrada por Peixoto era a de que “Todas as violências se justificam assim no Brasil”.⁸⁶⁷

Dado a importância da avaliação de capacidade e responsabilidade para o processo judicial, Afrânio se dedicava a explicitar o que chamava de limites e modificadores destas duas atribuições, a saber: 1) idade, 2) sexo, 3) comportamento exemplar ou reincidência, 4) estados passionais, 5) sono, sonambulismo, estados hipnóticos e sugestões criminais, 6) multidões, considerando o que chamava de interpsicologia e responsabilidade coletiva, 7) estado mental dos moribundos, 8) prodigalidade, 9) estado mental dos afásicos, 10) surdo-mudez, 11) embriaguez incompleta, 12) intervalos lúcidos da loucura e 13) imbecilidade nativa, enfraquecimento senil e alienação mental.⁸⁶⁸ Afrânio ponderava acerca dos diversos **fatores sociais** pelos quais tais legislações eram permeadas, no que diz respeito tanto a questões de imputabilidade pela **idade** e mais especialmente quando se tratar das atenuantes referentes ao **gênero**. No que concernia à idade sobressai o tema da influência do ambiente social sobre o indivíduo, isto é, suas relações sociais domésticas e familiares, mas também a educação, constituindo instâncias de socialização da ação individual.

Afrânio questionava o que era até então estipulado legalmente, já que a idade penal e a consequente imputabilidade eram consideradas não somente por meio da idade biológica como também pela verificação do **discernimento**, conceito de difícil avaliação e segundo o qual se desdobraria a responsabilidade penal. É possível ressaltar aqui a postura de Peixoto

⁸⁶⁶ *Ibidem*, p.14

⁸⁶⁷ *Ibidem*, p.27

⁸⁶⁸ *Ibidem*, p.17

em relativizar características da infância como impulsividade e egoísmo de modo a desarticulá-las de um tipo de personalidade a ser socialmente temida. Ele tomava como argumento o fato das crianças possuírem um cérebro em formação, “ainda imperfeito e por isso mesmo traduzindo-se sem medida regular”.⁸⁶⁹ Deste modo, no que diz respeito às considerações do perito em relação à criança que comete um crime, Peixoto assinalava que o mais importante seria proceder ao “estudo do delinquente”, não constituindo um juízo de periculosidade antes de examiná-lo.

Compare-se o estado de desenvolvimento psíquico com a média dos meninos de sua idade e igual educação. Este ponto de vista é capital por que numa mesma idade, duas crianças de condição social diferente, **treinadas diversamente**, não se podem comparar.⁸⁷⁰

Sobressai aqui o termo treinamento, tanto no que ele poderia remeter ao ambiente familiar quanto no que poderia dizer sobre uma educação formal, indicando para Afrânio, a importância de uma ordem fora da biologia na determinação do desenvolvimento humano. Creditava, assim, o crescimento da cifra de criminalidade entre os 14 e 21 anos não a uma questão de evolução intelectual, mas ao contexto social destes indivíduos. Destarte encontramos sua perspectiva resumida em um interessante exemplo de economia psíquica, dizia Afrânio:

O fato é que dos 14 aos 21 anos, no começo da vida social, ocorre a iniciação, as vezes turbulenta, dos prazeres, diversões, jogos, fumo, bebidas, más companhias, orgias precoces, para os quais não está economicamente preparado o adolescente, pela insuficiência profissional da idade. Estas razões justificam porque, as mais das vezes, os crimes dos menores são furtos, roubos, atentados contra o pudor, etc.⁸⁷¹

A questão do gênero também era considerada enquanto elemento modificador de responsabilidade. Segundo Afrânio, a lei penal especificaria duas circunstâncias em que este atributo implicaria em modificação da responsabilidade: o primeiro trataria da diferença de forças entre os sexos, o que agravaria a responsabilidade do criminoso; a segunda diria respeito aos crimes de aborto ou infanticídio em que a mãe atuasse com objetivos de ocultar a própria desonra, donde esta situação funcionaria como atenuante. Tanto no que diz respeito aos crimes cometidos contra mulheres como aqueles cometidos pelas mulheres Afrânio criticava e relativizava as normas estabelecidas.

Considerava que crimes como aborto e infanticídio corresponderiam a consequências disto que chamava de “erros sociais”, dizendo claramente que tais acontecimentos se

⁸⁶⁹ *Ibidem*, p.20

⁸⁷⁰ *Ibidem*, p.20 Grifo meu

⁸⁷¹ *Ibidem*, p.21

explicariam pelas “condições sociais que regulam as relações dos sexos”, em que a sociedade interviria a partir de conceitos religiosos e de atribuições econômicas, negligenciando, contudo, o que chamava de “exigências naturais”.⁸⁷² Peixoto partia da constatação de que as mulheres estavam submetidas à conformação imposta por normas e legislações criadas exclusivamente por homens: “O direito civil pelos favores com que prestijia o chamado poder marital, cercêa ainda os direitos femininos. Dos direitos políticos são as mulheres inteiramente privadas. É que as leis não foram feitas por elas”.⁸⁷³ A perspectiva de Peixoto em relação à situação das mulheres na prática do sistema judicial se voltava para a crítica ao chamado crime passionnal, onde procurava desconstruir o modo pelo qual a violência do homem em relação à mulher era até então entendida:

Os crimes chamados de amor, poetizados pelas imaginações românticas, são no fundo violentas explosões do egoísmo e do amor próprio. O despeito de vencido chama-se ciúme nessa linguagem, piegas e nefasta, de literatos, jornalistas e leitores incapazes de uns e outros.⁸⁷⁴

A função pericial também era discutida em relação às atividades ou delitos sexuais, como no caso do defloramento, estupro e atentado ao pudor. Ponto importante nesta discussão foi, para Afrânio, a tematização dos órgãos sexuais femininos, especialmente o hímen, considerado por Peixoto apenas em seu valor social.⁸⁷⁵ Entre os trabalhos realizados por Peixoto destaca-se o número expressivo de observações realizadas no Serviço Médico Legal, de 1907 a 1912. Segundo seu relato, com o exame e registro de mais de 1800 hímens. Tal trabalho de observação era acompanhado da recomendação técnica de como o exame deveria ser realizado passo a passo, além da proposta de classificação dos diferentes tipos de hímens, reunindo os que já haviam sido reconhecidos por outros autores como também aqueles que Peixoto creditava a si a primeira descrição.

A dedicação a este tema ocupa espaço considerável no *Elementos de Medicina Legal*, o que pode ser considerado como indício da importância da verificação de defloramento na prática médico legal do período. Assim, veríamos Afrânio chamando atenção para as causas de erros em tais exames, considerando tais equívocos como resultado ora de ideias preconcebidas, ora de imperícias.⁸⁷⁶ Um dos motivos para estes erros seria, segundo Peixoto, o fato de que “em geral, homens de sociedade, juizes, autoridades e até médicos – número

⁸⁷² *Ibidem*, p.24

⁸⁷³ *Ibidem*.

⁸⁷⁴ *Ibidem*, p.26-27.

⁸⁷⁵ *Ibidem*, p.174

⁸⁷⁶ *Ibidem*, p.190

mais avultado do que devera – fazem idéa inexata do que seja o himen”.⁸⁷⁷ Considera assim central o conhecimento minucioso da forma de apresentação dos diferentes tipos de himens – bem como dos sinais que deles permanecem mesmo após o defloramento e que serviriam para indicar, o tempo e o modo pelo qual se deu a perda da virgindade. Para tanto apresenta uma meticulosa descrição tanto do hímen quanto do modo de realizar o exame e a observação, utilizando para isto gravuras e fotos ilustrativas do que se queria ensinar.

4.5. Elementos de prova: estigmas *versus* sinais e a conformação da identidade.

A antropologia criminal e, sobretudo, as ideias de Lombroso sobre a correlação entre características físicas dos indivíduos e sua propensão a cometer crimes, integraram movimento que, a partir do fim do século XIX, colocariam em pauta nos tribunais as teorias da degeneração e da criminalidade nata. Segundo Carrara (2010) estas teorias passaram a ser utilizadas nos tribunais neste período para classificar os tipos de criminosos, o que teria dificultado o desenrolar de processos e julgamentos, pois, segundo sua perspectiva, os médicos passariam a manipular categorias diagnósticas que fixavam uma continuidade entre sanidade e loucura, como no caso da degeneração ou ainda uma “concepção biodeterminista da pessoa humana”, dificultando o julgamento da responsabilidade do indivíduo.⁸⁷⁸

Contudo, é importante colocarmos aqui a contraposição de Afrânio em relação à categoria de degeneração em sua aplicação no campo médico legal. Peixoto definia **degeneração** em seu EML da seguinte forma:

É um complexo de estados psicopáticos provenientes de desvio ou regressão do tipo originário; diminuído constitucionalmente de resistência na luta pela vida, pelas taras ou imperfeições orgânicas (estigmas físicos) e pelas anomalias da inteligência, da emotividade, da vontade, determinantes de fobias, obsessões, impulsões, perversões (estigmas psíquicos); conduzindo ordinariamente às prisões, aos hospícios; prolongando-se em uma degradação mais baixa ou se terminando na esterilidade.⁸⁷⁹

Tal como já observamos a propósito de seus trabalhos psiquiátricos, Peixoto procurava relativizar, também no campo médico-legal, a importância desta categoria. Afirmava que o estudo das degenerescências teria chegado a um patamar do absurdo entre os psiquiatras e criminalistas italianos.⁸⁸⁰ Segundo sua perspectiva, os estigmas degenerativos teriam sido

⁸⁷⁷ *Ibidem*.

⁸⁷⁸ Carrara, S. L. A história esquecida: os manicômios judiciários no Brasil. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*. 20 (1), 2010, p. 24.

⁸⁷⁹ Peixoto. *Elementos de Medicina Legal*. op. cit. p. 76.

⁸⁸⁰ *Ibidem*

minuciosamente catalogados, de tal modo a não escapar ninguém que não apresentasse pelo menos uma destas marcas, isto repercutiria de maneira que:

Estavamos prometidos todos ao carcere, como criminosos – porque todos os criminosos eram degenerados – ou ao hospício como loucos – porque todos os loucos eram degenerados. Como se não bastasse, estava-nos prometida a extinção, pela esterilidade.⁸⁸¹

Afrânio considerava que as marcas corporais que denunciariam a degeneração teriam perdido muito de sua importância no campo da psiquiatria, já que seria necessário, a seu ver, a reunião de um conjunto destes estigmas para que fundamentasse um diagnóstico. A crítica se referia a termos como “estados mórbidos originários” e “personalidades psicopáticas”, que não chegavam a delinear-se enquanto categorias nosológicas, mas eram utilizadas frequentemente para definir eventos os mais variados. Traçava, contudo, como sintomas psíquicos da degeneração: a) anomalias da inteligência, emotividade e vontade, b) fobias, obsessões, impulsões, c) perversões sexuais.⁸⁸² Assim, dizia que nas ciências, tal como nas residências, haveria um espaço destinado a guardar tudo aquilo que não era possível acomodar em outros aposentos.

A questão dos **elementos de prova** nos permite demarcar a perspectiva de Afrânio a respeito da fixação da identidade, instrumento constituinte do processo de identificação judiciária. Para ele a identidade era um “conjunto de sinais ou propriedades que caracterizam um individuo entre todos, ou entre muitos e o revelam em determinada circunstancia”.⁸⁸³ Tratava-se de demarcar sinais individuais, de nascença ou adquiridos de modo a fazer a caracterização pessoal “contra falsas imputações fundadas em aparência”.⁸⁸⁴ Assim, a identidade passava pelo assentamento de características como raça, sexo, idade, altura, cicatrizes, tatuagens e sinais profissionais.

O estabelecimento da identidade se configura em oportunidade para entendermos a perspectiva de Peixoto acerca destes elementos, especialmente a noção que propunha de raça. Segundo afirmava, o “problema das raças” já seria difícil de abordar nos países europeus onde esta já havia se estabelecido, tanto mais complicado seria nos países novos, ainda em vias de povoamento como o Brasil, nação constituída por gentes de várias proveniências em um processo que Afrânio resumia dizendo que “Na mistura não homojenea de nosso povo há de

⁸⁸¹ *Ibidem*, p.76-77

⁸⁸² *Ibidem*, p.78

⁸⁸³ *Ibidem*, p.502

⁸⁸⁴ *Ibidem*.

ser profeta o etnólogo que descobrir tipos definitivos”.⁸⁸⁵ Como era comum à época, identificava a população brasileira formada por três raças – os índios, negros e brancos – mas dizia ser “impossível antropologicamente fixar os caracteres das sub-raças, numa fusão contínua com os novos elementos brancos imigrados”.⁸⁸⁶ A perspectiva aqui era a de uma raça em formação, a percepção de um processo em andamento.

Assim, no que se referia à identificação, Afrânio afirmava que as expressões usadas para fins estatísticos, tais como branco, pardo e negro, fariam referência apenas a cor dominante, ou ainda uma correlação com o cabelo, não representando “designações etnográficas”.⁸⁸⁷ A distinção étnica poderia ser feita por meio de medições específicas como a relação do índice encefálico, a medição da capacidade volumétrica do crânio, ambos a propósito do trabalho de Broca, a medição do ângulo facial que mediria o grau de saliência dos maxilares, a propósito do trabalho de Camper, Jacquart e Cloquet, a largura da face e outras medições ósseas, como a relação entre os membros superiores e inferiores. O tipo de cabelo constituía aqui o que Afrânio chamava de “sinal étnico de valor”, mas o mesmo não acontecia com a cor da pele, considerada como a designação “menos própria das raças”.⁸⁸⁸ Afrânio afirmava a cor da pele como um meio de defesa do organismo contra os raios solares, ou seja, era um “produto imediato do meio”.⁸⁸⁹ Assim, neste momento, acreditava que o termo raça poderia ser definido como uma “variação humana num meio diferente”.⁸⁹⁰

No que concernia especificamente à identificação judiciária nota-se a preocupação em relação aos reincidentes, processo de difícil operacionalização quando utilizados os registros carcerários e mesmo com o uso da fotografia, já que a fraude alteraria os traços fisionômicos. A base científica da identificação judiciária era atribuída a Alphonse Bertillon, que teria, segundo Peixoto, regularizado a prova fotográfica, ordenando o foco, a posição de frente e de perfil entre outras especificações. Além disso, teria estabelecido as medidas de diversas partes do corpo que não sofreriam variação com o passar da idade após a fixação definitiva da ossatura, bem como teria codificado os aspectos da face tornando possível a realização do retrato falado. À Bertillon também era atribuída a sistematização do recolhimento destes

⁸⁸⁵ *Ibidem*, p.503

⁸⁸⁶ *Ibidem*, p.504

⁸⁸⁷ *Ibidem*

⁸⁸⁸ *Ibidem*, p.506

⁸⁸⁹ *Ibidem*

⁸⁹⁰ *Ibidem*

dados, de tal maneira que o processo de reconhecimento de um indivíduo reincidente poderia ser feito de modo mais ágil, mesmo lidando com grandes volumes de fichas e retratos.⁸⁹¹

O método de Bertillon constituiu avanço na identificação judiciária, e seria introduzido no Rio de Janeiro pelos esforços do promotor público Renato Carmil.⁸⁹² Contudo, na época em que Peixoto escrevia seu EML, tal método já era considerado ultrapassado, o que era atribuído a fatores como sua complexidade, a falha dos operadores e principalmente o aparecimento do que considerava uma técnica mais simples: a dactiloscopia. Ela era descrita como uma identificação feita a partir das linhas presentes na ponta dos dedos, passíveis de classificação e, mais importante, contínuas ao longo da vida. Dentre as tentativas de implementação da dactiloscopia a proposta de Vucetich teria sido a escolhida no Brasil por obra de Félix Pacheco desde 1903. A principal vantagem da dactiloscopia era a sua precisão, o que praticamente anulava a possibilidade de um indivíduo se passar por outro, já que se calculava ser necessário 4.660.337 séculos para que pudessem aparecer duas pessoas com digitais idênticas.⁸⁹³ A dactiloscopia era voltada para a identificação de reincidentes, por isso Afrânio afirmava que tal processo seria o “índice fácil e seguro da criminalidade”.⁸⁹⁴

A identificação dactiloscópica também era apresentada por Peixoto como uma evolução técnica apta a substituir outros antigos procedimentos como a identificação de cadáveres, até então realizada por meio das morgues. Estes espaços seriam destinados à conservação e exposição em mostruários dos corpos a identificar, abertos ao público, sendo os passantes responsáveis pelo reconhecimento do cadáver. Este processo de reconhecimento era classificado por Afrânio como inútil, dispendioso, anacrônico e dispensável.⁸⁹⁵ Inútil por que o medo e repugnância aos cadáveres dificultariam o reconhecimento dos indivíduos, mesmo os conhecidos ou familiares. Dispendiosas por que o custo de manter os corpos em câmaras refrigeradas seria muito elevado. Anacrônico já que existiriam técnicas mais eficazes de conservação como o uso do formol associado à água, glicerina e formalina, que aplicado nas artérias conservaria indefinidamente o corpo, sustando sua putrefação.⁸⁹⁶ Por último o título de dispensável, ao menos no Rio de Janeiro, onde a maioria dos que chegavam no necrotério seriam “desclassificados, vagabundos, antigos delinquentes”, ou seja, indivíduos que já teriam

⁸⁹¹ *Ibidem*, p.518

⁸⁹² *Ibidem*, p.524

⁸⁹³ *Ibidem*, p.522

⁸⁹⁴ *Ibidem*, p.524

⁸⁹⁵ *Ibidem*, p.525

⁸⁹⁶ *Ibidem*, p.526

passado pelo serviço de identificação e que lá possuiriam registro. Tal processo vinha sendo utilizado com vantagem pelo Serviço Medico Legal, conforme relato de Peixoto:

40 cadaveres, de fato, alguns na mais deforme decomposição, foram de 1906 a 1909 assim reconhecidos. Com a ampliação do serviço de identificação civil, a soldados, marinheiros, criados, operarios, funcionarios, etc., as exceções diminuiram ainda.⁸⁹⁷

O interesse de Afrânio pelo desenvolvimento tecnológico dos serviços de identificação também pode ser aferido pelo material encontrado em seu acervo pessoal, destacamos neste sentido duas imagens arquivadas como uma pesquisa que Peixoto teria feito em 1911.



Anotações da foto: “Retrato Signaletico obtido em Films cinematographico de 8M/m de largura, sahindo dez vezes mais barato do que os negativos actuaes usados nos Serviços de Identificação”. Acervo CAPM.



Anotações da foto: “Impressões digitaes obtidas pelo novo processo de registro ‘photo-papilar’ (ampliação a 4 diametros)” Acervo CAPM.

⁸⁹⁷ *Ibidem*, p.527

4.6 Medicinal Legal ou Forense: os manuais e o ensino da especialidade no Curso de Medicina Pública

Do mesmo modo que os livros de higiene de Peixoto são desdobramentos de seu *Elementos de Higiene*, os livros referentes ao conteúdo médico legal também são desdobramentos de sua obra anterior *Elementos de Medicina Legal*.

Tema	Obra original	Obras correlatas	Obras correlatas
Higiene	Elementos de Higiene (posteriormente Higiene)	Higiene Geral	Medicina Preventiva
Medicina legal	Elementos de Medicina Legal (posteriormente Medicina Legal)	Medicina Forense	Psicopatologia Forense

É possível perceber que muito do conteúdo presente originalmente no *Elementos de Medicina Legal* (1914, 2ª Ed.), foi reproduzido, com poucas alterações, nos livros *Psicopatologia Forense* (1916, 1ª ed.) e *Medicina Legal: Medicina Forense e Psico-Patologia Forense* (1935/7ª ed). Algumas destas modificações se resumem a mudanças de nomenclaturas, embora o conteúdo substantivo permaneça o mesmo. As edições referentes ao volume de *Psicopatologia Forense* guardam total correspondência entre o que foi publicado em 1916 e na década de 1930.

Conteúdo das obras <i>Elementos de Medicina Legal</i> (1914, 2ª Ed.), <i>Psico-Patologia Forense</i> (1916, 1ª ed.) e <i>Medicina Legal: Medicina Forense e Psico-Patologia Forense</i> (1935/7ª ed)				
Elementos de Medicina Legal		Medicina Legal		
		Psicopatologia forense	Medicina Forense	
Responsabilidade e capacidade	<ol style="list-style-type: none"> 1) Justiça. Deveres e direitos do homem em sociedade. Responsabilidade criminal. Capacidade civil. A personalidade responsável e capaz. Seus atributos. 2) Limites e modificadores da responsabilidade e da capacidade 3) Semiologia mental 4) Classificação e notícia das doenças mentais: seus caracteres, definição, etiopatogenia, sintomas, diagnóstico 5) Perícia médico legal de alienação 	Responsabilidade e capacidade	Direitos e deveres da espécie a procriação. Delitos sexuais	<ol style="list-style-type: none"> 1) Casamento 2) Defloração, estupro, atentados contra o pudor 3) Prenhez. Parto 4) Aborto, criminoso 5) Vitalidade 6) Infanticídio
Direitos e deveres a procriação. Delitos sexuais	<ol style="list-style-type: none"> 1) Casamentos 2) Defloração, estupro, atentados contra pudor 3) Prenhez. Parto 4) Aborto, criminoso 5) Vitalidade 6) Infanticídio 	Criminologia <ol style="list-style-type: none"> 1) O crime 2) O criminoso 3) Classificação dos criminosos 4) Repressão do crime 5) Prevenção do crime 	Direitos e deveres do indivíduo a saúde e a vida. Delitos corporais	<ol style="list-style-type: none"> 1) Delitos corporais. Risco profissional. 2) Sinais de morte 3) Fenômenos cadavéricos 4) Regras para o exame médico-legal no vivo e no cadáver
Direitos e deveres a saúde e a vida. Delitos corporais	<ol style="list-style-type: none"> 1) Delitos corporais 2) Sinais de morte 3) Fenômenos cadavéricos 4) Regras para o exame médico-legal no vivo e no cadáver 	Limites e modificadores da responsabilidade	Elementos de prova	<ol style="list-style-type: none"> 1) Exames de laboratório 2) Marcas e impressões 3) Identidade 4) Identificação judiciária
Elementos de prova	<ol style="list-style-type: none"> 1) Exames de laboratório 2) Marcas e impressões 3) Identidade 4) Identificação judiciária 	Semiologia mental	Direitos e deveres dos médicos	<ol style="list-style-type: none"> 1) Ética e economia profissional 2) Segredo médico 3) Responsabilidade médica 4) Perícia
Direitos e deveres dos médicos	<ol style="list-style-type: none"> 1) Ética e economia profissional 2) Segredo médico 3) Responsabilidade médica 4) Perícia 	Doenças mentais. Classificação. Estudo médico legal: definição, etiopatogenia, sintomas, diagnóstico, aplicações forenses.	A função pericial no Brasil	<ol style="list-style-type: none"> 1) Exercício da medicina legal 2) Ensino da medicina legal 3) Bibliografia médico-legal brasileira
A função pericial no Brasil	<ol style="list-style-type: none"> 1) Exercício da medicina legal 2) Ensino da medicina legal 3) Bibliografia médico-legal brasileira 	Perícia médico-legal de alienação		

Contudo, na comparação com o que foi publicado até 1914 vemos algumas mudanças. Uma delas era a atualização de algumas nomenclaturas, tal como a substituição de “Loucura maníaca depressiva” por “Psicose Maníaco-depressiva”, bem como o que era inicialmente nomeado como “Paranoia” se torna “Paranéa”. Entretanto, a diferença mais significativa introduzida a partir da terceira edição dizia respeito ao capítulo destinado às doenças mentais. Inicialmente este era estruturado em quatro tópicos: definição, etiopatogenia/etiopatologia, sintomas e diagnóstico. A partir de 1916 houve a inserção do tópico “Aplicações forenses” no qual Afrânio analisava as consequências das patologias sobre o indivíduo naquilo que interessava aos trâmites judiciais, civil e penal, ressaltando aqui as assertivas em relação aos quadros que resultavam em inimputabilidade. Além disso, vemos a introdução de um capítulo relativo à Criminologia.

Em relação ao *Medicina Forense* (volume I do *Medicina Legal*), a modificação mais importante está na introdução do tópico acidentes do trabalho no capítulo “Direitos e deveres do indivíduo à saúde e à vida. Delitos corporais”. A discussão a respeito dos acidentes de trabalho fazia referência ao decreto nº 24.637 de 10 de julho de 1934, que estabelecia novos parâmetros para as obrigações que resultavam dos acidentes do trabalho, norma expedida já sob o comando de Getúlio Vargas. Contudo, Afrânio já vinha se dedicando ao tema como objeto da medicina legal, tal como vemos em *Medicina Legal dos acidentes do trabalho*, publicado em 1926 em coautoria com Flamíneo Fávero e Leonídio Ribeiro⁸⁹⁸. Neste trabalho Afrânio fazia críticas ao decreto nº 3724 de 15 de janeiro de 1919, que regulamentava as obrigações dos acidentes no trabalho. A medicina legal na relação com os acidentes de trabalho, tal como podemos perceber a partir dos escritos de Afrânio, se beneficiava diretamente de transformações sociais mais amplas, como às relativas à seguridade do trabalho. Tal obra teria origem por ocasião de seu mandato de deputado federal, período que produziu documentos de ação pública, projetos e discursos a respeito da regulamentação trabalhista, incluindo discussões acerca dos acidentes de trabalho, por onde chegamos a saber de sua participação no Conselho Nacional do Trabalho da câmara dos deputados.⁸⁹⁹ Em conformidade com sua perspectiva dos demais ramos daquela ciência, Afrânio discutia acerca da regulamentação trabalhista, destacando a necessidade de incrementar aquele braço do ensino da especialidade médico-legal.

⁸⁹⁸ Peixoto, A; Favero, F; Ribeiro, L. *Medicina legal dos acidentes do trabalho e das doenças profissionais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1926.

⁸⁹⁹ Peixoto, Afrânio. Marta e Maria: *Documentos de Ação Pública*. Rio de Janeiro: Tipografia da Sociedade Grafica Editorial (Lisboa), 1930.

Além das obras que escreveu tendo em vista o ensino e formação, Afrânio investe na constituição de cursos de especialização a fim de capacitar médicos peritos. A iniciativa mais importante neste sentido foi o Curso de Medicina Pública (CMP), relevante na medida em que sua história revela as disputas do campo médico legal opondo médicos e instituições.

Podemos encontrar notícias acerca do CMP nos jornais do início de 1917. Por meio destas é possível perceber que este curso teria sido negociado entre seus professores, o diretor da FMRJ e o ministro do interior. Esta negociação pode ser conferida a partir das notas que a imprensa publicava a respeito de reuniões como a que aconteceu entre Aloysio de Castro, então diretor da FMRJ, e o ministro Carlos Maximiliano⁹⁰⁰, notícia que seria ratificada em outro periódico, acrescentando que a proposta seria fruto da Congregação daquela faculdade⁹⁰¹. A aprovação do curso foi posteriormente confirmada pelas notas publicadas acerca da conferência que o Dr. Morethson Barbosa, então diretor do Serviço Médico Legal, tivera com o ministro do interior, que no período era Carlos Maximiliano Pereira dos Santos. O diretor do SML informaria ao ministro que os doutores Nascimento Silva e Henrique Tanner, respectivamente professores catedrático e substituto da FMRJ, teriam solicitado permissão para a realização de um “curso privado de medicina publica” utilizando as dependências daquele estabelecimento. O resultado da conferência teria sido positivo, com a anuência do ministro Maximiliano para a cessão do uso do gabinete para realização do curso.⁹⁰²

O Curso de Medicina Pública, conforme anunciado, se destinaria a “prover á insufficiencia de preparo dos peritos e dos medicos sanitarios até agora sem a pratica bastante nos cursos officiaes de medicina clinica. Satisfaz as necessidades urgentes do tempo”.⁹⁰³ *O Imparcial* saudava o curso da FMRJ como uma iniciativa caracterizada como de “relevante serviço ao ensino profissional especializado”, a qual contaria com a colaboração de Nascimento Silva, Leitão da Cunha, Diógenes Sampaio e Afrânio Peixoto, identificados como os “promotores da idéa”.⁹⁰⁴

⁹⁰⁰ O novo curso de medicina publica. *A Noite*. 05 de fevereiro de 1917, snp.

⁹⁰¹ Na Faculdade de Medicina. A criação de um curso de medicina publica. *Correio da Manhã*. 06 de fevereiro de 1917.p.8

⁹⁰² Com licença do ministro do interior. O curso de medicina publica vae funcionar no Gabinete Medico da Policia. *Correio da Manhã* 01 de maio de 1917 p.9; *O Paiz*. 01 de maio de 1917. p. 1

⁹⁰³ Curso de Medicina Publica. *O Imparcial*. 01 de maio de 1917. p.4

⁹⁰⁴ *Ibidem*.

Ainda em 1917 um texto sobre o CMP assinado por Belmiro Valverde⁹⁰⁵, no *Correio da Manhã*, considerava o curso que ora se iniciava como um empreendimento “digno de aplauso” para todos aqueles que se preocupavam com os interesses do país. No bojo do curso de medicina pública Valverde aproveitava para discutir a estrutura do próprio curso médico, já que, segundo o autor, haveria ainda quem ignorasse o que era medicina pública, se opondo inclusive à união das duas cadeiras que constituíam aquela seção, ou seja, a higiene e a medicina legal. A colocação que Belmiro Valverde então fazia estava plenamente de acordo com a perspectiva de Afrânio em relação à oposição entre a medicina clínica e a higiene, e isto era visto quando dizia que:

De facto, ao passo que a medicina trata de curar doenças, abrandando dóres e lenindo soffrimentos, a hygiene e a medicina legal, partidas desse principio basico, convergiram os seus esforços noutro sentido, muito mais util e proveitoso. É certamente, preferível evitar a doença a ter de combatel-a, mas é muitissimo mais acertado extinguir, por completo, a possibilidade da doença: esse é o ponto de vista da hygiene moderna.⁹⁰⁶

A higiene e a medicina legal enquanto matérias da medicina pública teriam como objetivo a regulação da vida e dos interesses não só do indivíduo como da sociedade como um todo. Este era o contexto de discussão em que se inaugurava o curso de medicina pública, segundo Valverde, destinado aos estudantes do sexto ano de medicina, mas também aos médicos formados, embora não fosse obrigatório. Visava servir àqueles que desejavam especializar-se em higiene ou em medicina legal, adquirindo os conhecimentos técnicos “indispensaveis para a boa realização das funcções de medico de hygiene ou legista”.⁹⁰⁷

Valverde também atribuía a iniciativa do curso a Afrânio Peixoto, por este ter ousado “em um meio septico e descrente como o nosso, arcar com o peso do desanimo e da incredulidade de alguns, mentendo-se sempre firme nas suas convicções e crente na victoria da idéa que desejava consubstanciar nun facto”.⁹⁰⁸ A vontade de Peixoto seria levada a cabo pelo “espírito progressista” de Aloysio de Castro e pela boa vontade dos professores da FMRJ. A perspectiva então defendida era a da formação de pessoal habilitado a “solucionar

⁹⁰⁵ Belmiro de Lima Valverde (1884-1963) tem seu nome multiplicado na imprensa do seu período por sua militância na Ação Integralista Brasileira e participação na intentona integralista. Contudo, a despeito de sua atuação política havia se formado médico pela Faculdade de Medicina da Bahia. Em fevereiro de 1915 teria se transferido para o DF onde chefiaria o Serviço de Urologia da Policlínica do Rio de Janeiro. Defenderia e publicaria ainda a tese “Profilaxia da lepra” objetivando alcançar a livre docência na FMRJ. Informações disponíveis em: <http://www.bvsalutz.coc.fiocruz.br/>

⁹⁰⁶ Valverde, B. Coisas Medicas. O curso de Medicina Publica. *Correio da Manhã*. 24 de maio de 1917. p.2

⁹⁰⁷ *Ibidem*.

⁹⁰⁸ *Ibidem*.

problemas que interessa[va]m immensamente á propria existencia dos povos”.⁹⁰⁹ Segundo contava, tratar-se-ia de um programa “strictamente pratico” que se destinaria a suprir o ensino deficiente destas matérias nas faculdades médicas; isso por que o curso prático teria sido retirado da cadeira de higiene, e na de medicina legal não haveria prática de autópsias. Por último cabe destacar um ponto tocado por Belmiro Valverde no que dizia respeito à expectativa de que os médicos formados em tal curso tivessem a prerrogativa na nomeação para os cargos de médicos de higiene e médico-legistas, tal como aconteceria nos EUA.⁹¹⁰

A despeito das falas receptivas, encontramos notícias⁹¹¹ da contrariedade que estava sendo gerada pelo curso, ainda que tal oposição fosse relatada de maneira a manter o apoio ao curso. A dita oposição viria por parte dos médicos legistas do SML e era tratada em termos de “paixões pessoais”. Os nomes que representavam os legistas apaixonados eram os dos doutores Rodrigues Caó e Cunha Cruz. Ambos acusariam o curso de atentar contra questões morais e de ética profissional. A reportagem, não assinada, seguia afirmando que a representação contra o CMP feita por Caó e Cruz era resultado de problemas pessoais, nunca explicitados, que ambos teriam com o doutor Diógenes Sampaio. Para o autor da reportagem as aulas continuariam a ser ministradas no Gabinete Médico Legal por estarem amparadas em lei do ensino bem como no regulamento daquele estabelecimento.

A lei de ensino então citada era o decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915, que reorganizava o ensino secundário e o superior na república. Em especial ressaltamos o artigo nº 185, que fixava que o professor de medicina legal teria livre entrada nas repartições policiais e judiciárias, ressalvando, contudo, que haveria casos aos quais os estudantes não deveriam ter acesso. Ademais, este artigo ainda afirmava que o laudo médico legal assinado pelo professor teria completo valor de perícia judiciária, bem como obrigava a polícia a entregar-lhe o exame de envenenados, de feridos e de cadáveres, além de permitir o estudo sobre os loucos no Hospital Nacional de Alienados.

A despeito das manifestações encabeçadas por Caó e Cruz, temos notícia do prosseguimento do CMP, que teria recebido trinta e uma inscrições em 1917, dentre os quais doze realizariam os exames práticos, sendo oito deles aprovados: Dr. David Madeira, Dr. Leonidio Ribeiro Filho, Dr. Oscar Dutra e Silva, Dr. Paulo Proença, Dr. Murillo de Souza Campos, Dr. Nestor da Rosa Martins, Dr. Gavião Gonzaga e Dr. Mario Dutra. Além disso,

⁹⁰⁹ *Ibidem.*

⁹¹⁰ *Ibidem.*

⁹¹¹ O novo curso de Medicina Publica. Dois medicos legistas se oppõem ao seu funcionamento no Gabinete Medico Legal. Última Hora. *Lanterna*. 15 de novembro de 1917 p. 3

vemos que o curso utilizava não somente as dependências do Gabinete Médico Legal, como também os laboratórios da Faculdade de Medicina e do Hospício na realização das aulas e exames de disciplinas exclusivamente práticas como as de Técnica Médico-Legal, Técnica Sanitária e de Química Forense⁹¹².

O Curso de Medicina Pública tornaria a abrir suas inscrições em abril de 1918⁹¹³ e ainda neste período veríamos as comemorações pelo sucesso da empreitada. A primeira turma de formandos, cujos nomes foram acima citados, teria oferecido um banquete, nos salões do Jockey-Club, aos fundadores do curso, o que nos serve de indicio da extração social daqueles que frequentavam o CMP. A festa teria ainda o ministro da justiça, Carlos Maximiliano, na presidência de honra, convidado devido ao interesse que teria demonstrado pelo ensino médico. Outros nomes ilustres presentes na ocasião eram Aloysio de Castro, diretor da FMRJ, Carlos Seidl, então diretor da saúde pública, bem como os professores do curso, Afrânio, Leitão Cunha, Nascimento Silva e Diógenes Sampaio. Além disso, esta publicação colocava mais um nome entre os formandos, o Dr. Eduardo Sattamini⁹¹⁴.

A partir do final do ano de 1917 observa-se uma intensa discussão nos periódicos da época a respeito da realização do CMP nas dependências do Serviço Médico Legal (SML). O espaço concedido na imprensa à discussão daquele empreendimento se ampliava consideravelmente, passando de notas informativas a discussões acaloradas, onde vemos os termos em que a situação era retratada se revestirem de tons indignados. Nesta fase destaca-se a participação do jornal *A Noite*, sobretudo por sua verve polemista retratada em reportagens com títulos como “Um monstruoso atentado. Pelo Direito e pela Moral! Um grave escandalo para o Serviço Medico Legal do Districto Federal”, publicada em maio de 1918⁹¹⁵.

A referida reportagem viria estampada na capa do jornal e constituiria exemplo de uma série de notícias sobre o SML em vários periódicos naquele maio de 1918. Reclamava a reorganização e autonomia do SML, de modo que ficasse subordinado diretamente ao ministro do interior ao invés do chefe de polícia. A requisição era a de tornar os médicos legistas em peritos oficiais dos processos judiciais, evitando assim a prática de pericias por médicos não especializados. Esta autonomia teria como resultado eliminar a instituição policial da relação entre o SML e as autoridades judiciárias, estas últimas podendo requisitar

⁹¹² Doutores em saúde publica. Os novos medicos peritos de Medicina Legal e Hygiene. Ultima Hora. *A Rua*. 20 de dezembro de 1917. p.3

⁹¹³ *Correio da Manhã* – 30 de abril de 1918 p. 4

⁹¹⁴ Um curso de Medicina Publica. Os primeiros diplomados em medicina legal. *Correio da Manhã*. 18 de maio de 1918. p. 3

⁹¹⁵ Um monstruoso atentado. Pelo Direito e pela Moral! Um grave escandalo para o Serviço Medico Legal do Districto Federal. *A Noite*. 20 de maio de 1918 - p.1

diretamente do referido serviço as perícias que se fizessem necessárias. A autonomia do serviço em relação à polícia era vista como meio de promover seu desenvolvimento por meio da ciência, já que, nas circunstâncias em que tal serviço se encontrava, acreditava-se que o avanço científico seria dificultado pela burocracia da Repartição de Polícia.

A matéria ainda tratava de informar acerca de uma corrente que desejava “uma intervenção directa nos proprios serviços periciaes, no interesse de um pretendido mas impraticavel ensino”. A este grupo era atribuído a disposição legal, no já citado texto que reformou o ensino, para que o professor de medicina legal tivesse entrada livre ao SML, inclusive acompanhado de seus alunos. A matéria colocava que o acesso destes indivíduos teria como consequência a fraude de “todos os principios de segredos das causas periciaes”. Aqueles que se contrapunham ao CMP percebiam tal disposição como uma contrariedade ao que ditava o Código de Processo, o qual especificaria que as perícias deveriam se realizar com dois peritos, mais a autoridade que liderava a diligência e ainda duas testemunhas.⁹¹⁶

A reportagem se baseava em grande medida na representação feita pelos médicos legistas do SML contra o Curso de Medicina Pública. Este documento teria sido entregue ao ministro da justiça, e também estaria em poder da ANM e do Instituto dos advogados para que estudassem o caso. Tal representação se fundamentava na assertiva de que, com a permissão da realização do CMP no SML, as perícias perderiam seu caráter de confidencialidade, tal como deveriam ser, considerando ainda que as partes dos processos poderiam se recusar a fazer o exame de corpo de delito na presença de “dezenas de rapazes alunos”. Do mesmo modo o exame de menores na presença de estranhos era caracterizada como um dos “maiores attentados á moralidade!”⁹¹⁷

A questão do exame de menores era retomada em tons que procuravam ressaltar a dramaticidade daquele evento em suas vidas, constituindo-se este um dos argumentos fortes contra o CMP. Tal situação era descrita nos seguintes termos: “Muitos desses menores serão coagidos na presença de estudantes a se prestarem com o concurso de suas miserias phisicas e moraes e até mesmo com a sua pureza, á exemplificação pratica das prelecções e lições do curso!” Tal argumento reforçava a caracterização do CMP como uma “intromissão de estranhos nos serviços periciaes”.⁹¹⁸ Esta interferência era considerada inadmissível, já que as perícias seriam instrumentos da justiça e somente a seus objetivos deveriam servir; isso por

⁹¹⁶ *Ibidem.*

⁹¹⁷ *Ibidem.*

⁹¹⁸ *Ibidem.*

que os indivíduos só se submeteriam a exame para cumprir uma exigência da lei, o que não os obrigaria a atender outros interesses.

Contudo, é válido considerarmos que a reação ao CMP possivelmente teria mais do que a defesa do segredo pericial como fundamento. Isto pode ser avaliado quando a reportagem afirmava, ainda que brevemente, que o curso era “destinado a diplomar médicos legistas e higienistas” e que teria como “objectivo principal que os cargos de hygiene e medicina legal, como as nomeações de peritos no fôro, dever[riam] ser entregues ou confiados aos seus diplomados”; qualificando tal iniciativa como um “monopolio exclusivo”.⁹¹⁹

É interessante notarmos que o curso havia iniciado suas atividades no ano anterior sem gerar grandes repercussões. No momento inclusive que tal reportagem era publicada o CMP já havia formado sua primeira turma. Segundo relatado em *A Noite*, no fim de 1917 seria apresentada na “cauda orçamentaria” uma emenda que daria aos médicos do curso o que ali era considerado *vantagens e privilégios*. A dita emenda teria sido oferecida “com uma serie de 'consideranda' e argumentos, já muito repisados e discutidos pelos médicos legistas em representações ao governo e ao Congresso, e, apesar de todas as campanhas, caiu no seio da comissão de finanças”. A conclusão era a de que por meio do CMP se revelaria a intenção de um grupo em se apoderar dos serviços periciais do SML em interesse próprio, fato considerado, “altamente escandaloso”.⁹²⁰ O protesto dos médicos legistas manteria seu espaço nos jornais nos dias seguintes. Matérias adjetivavam as aulas no SML com o epíteto de “imoral”, apelando mesmo a níveis superiores de direito quando asseveravam que “Nos direitos garantidos ao homem está o do seu corpo e o do seu pudor: e é bem de ver o quanto esses direitos são feridos nesse caso tratando-se principalmente de uma mulher”.⁹²¹

Outra faceta importante da discussão estava na divulgação de nomes e títulos, por meio de depoimentos e opiniões tanto dos que apoiavam quanto daqueles que condenavam o CMP. Diógenes Sampaio se pronunciaria em matéria publicada no *A Noite*, jornal que apresentava as críticas mais incisivas ao curso. A reportagem, que pretendia abrir espaço para escutar o outro lado da contenda, deixava, contudo, bem clara a perspectiva que defendia, considerando absurda tal situação, ainda que referendada pelo ministro da justiça. Deste modo incitava aos indivíduos atendidos no SML a recusar, inclusive por meio de *habeas corpus*, para que seu exame não fosse realizado na presença de alunos do CMP.⁹²² Nesta reportagem,

⁹¹⁹ *Ibidem*.

⁹²⁰ *Ibidem*.

⁹²¹ Uma questão seria. *O Imparcial*. 21 de maio de 1918 p. 4.

⁹²² Um monstruoso attentado. Sobre o curso de medicina no gabinete medico legal. Uma entrevista com o Dr. Diogenes Sampaio - Discursos no Congresso. *A Noite*. 24 de maio de 1918 - p. 2.

Diógenes Sampaio chamava atenção para o fato de que o professor Souza Lima há duas décadas teria realizado aulas práticas no SML, bem como na Bahia o professor Oscar Freire, vinha a cinco anos, realizando o ensino médico legal no Instituto Nina Rodrigues, uma repartição policial. Sampaio citava ainda casos de países europeus em que o ensino prático de medicina legal seria realizado com o material da polícia, aludindo o caso de Afrânio Peixoto, que teria autopsiado um cadáver em Viena e remetido seu relatório à polícia. Caso semelhante teria ocorrido a Miguel Salles que, como médico estrangeiro, teria acompanhado as autópsias realizadas pelo professor Strassman, em Berlim. Tais exemplos pretendiam mostrar como a perícia, em países adiantados, também servia como material de ensino.

Sampaio relatava sua participação no CMP afirmando que havia sido nomeado pela Congregação para realizar duas partes do programa, uma das quais abarcaria questões de traumatologia pericial, o que o teria motivado a recorrer ao SML, tanto por que a lei assim permitia, quanto por que o Dr. Moretzsohn Barbosa, diretor daquela instituição, se colocara de acordo. Dr. Barbosa teria sinalizado positivamente em franquear as instalações do SML ao ensino da medicina legal em duas ocasiões: uma delas teria sido em resposta ao ofício enviado pelo diretor da FMRJ, a outra teria sido por ocasião do 1º Congresso de Medicina Legal. Sampaio desfiava então os nomes daqueles que, em momentos diversos, lhe apoiaram e também, conseqüentemente, à iniciativa do curso. Tratava-se dos doutores Sebastião Côrtes, Suzano Brandão, Gama Cerqueira e Elysio do Couto. Sublinhava também o apoio moral dado pelos doutores Miguel Salles, Antenor Costa, Guilherme Rocha, Rego Barros, Raul Bergallo e Attila Torres.

Contudo, a fala de Diógenes Sampaio constituía parte menor da reportagem, que seguia imediatamente desdizendo o que este afirmara. Segundo o jornal, por Sampaio ter citado o nome de Miguel Salles, este teria sido procurado e inquirido a respeito do procedimento da autópsia que teria assistido em Berlim. Salles teria então afirmado que de fato teria presenciado ao procedimento, mas somente por interferência do ministro Itiberê da Cunha, e depois de autorização do juiz de instrução, e ainda com a determinação do prof. Strassman para que ele permanecesse como “simples observador”.⁹²³ Deste modo, afirmava que a assistência de estranhos nos processos médicos legais seria proibida, indo assim diretamente de encontro com o que Diógenes Sampaio afirmara.

⁹²³ *Ibidem.*

No dia seguinte o jornal *A Noite*⁹²⁴ traria a opinião do médico-legista Rodrigues Caó, que entendia a situação como dividida entre os médicos que acreditavam que a perícia era um ato público e que “os interesses da Justiça deve[ia]m ficar subordinados ao ensino”; e aqueles que afirmavam que esta seria privada durante o exame e que se tornaria pública após o julgamento, e assim, que os interesses da Justiça não deveriam ser submetidos aos de caráter didático.⁹²⁵ A crítica de Rodrigues Caó resvalava até mesmo a instituições outras como o Instituto Nina Rodrigues, que tinha como diretor o catedrático de medicina legal e onde se realizavam as aulas práticas daquela disciplina. Caó afirmava que o regulamento daquele instituto era “estreito” e “cheio de disposições anarchicas e absurdas”.⁹²⁶

Um dos pontos que sempre retornava nas falas dos que se opunham ao CMP, era o da atribuição dos cargos de diretor do SML e de catedrático de medicina legal a uma mesma pessoa. É lícito pensarmos que tal vinculação poderia ser vista como uma subordinação daquele serviço, até então policial, à organização da faculdade de medicina, o que poderia causar contrariedades. O incômodo em relação à competência do serviço pericial, médico ou jurídico, seria expresso pelo Sr. Nicanor Nascimento quando este dizia que “a perícia é a auxiliar primacial do poder judiciario, para ver que lhe deve estar na dependencia, que não na de outra qualquer administração”.⁹²⁷ Enquanto o jornal *A Noite* se colocava determinadamente contrário ao CMP, o *Correio da Manhã* defendia sua realização. Naquela mesma semana, este jornal publicaria notas assinadas por Antonio Leão Velloso e Gil Vidal, pseudônimo de Leão Velloso Filho. Ambos louvavam a iniciativa do curso e colocavam a discussão, mais uma vez, como fruto de interesses não pronunciados. Antonio Leão Velloso questionava o modo como os alunos do curso vinham sendo caracterizados, rebatendo a ideia de que seriam estranhos que estariam se intrometendo na perícia.⁹²⁸ Por outro lado Gil Vidal questionava os motivos daquilo que chamou de “celeuma”, ressaltando suas consequências, dizia ele: “Amanhã, não espantara tambem, depois de milhares de cursos, universidades, hospitaes de clinica, nestes seculos de cultura medica, que alguem proteste contra o ensino nas enfermarias da Santa Casa ou nas salas da Maternidade”.⁹²⁹ Nesta mesma edição, o *Correio da Manhã* publicaria uma carta assinada por Paulo de Proença que se intitulava “perito diplomado em medicina legal e hygiene”. Além de se colocar a favor do CMP, Paulo de Proença comparava o artigo

⁹²⁴ Um monstruoso attentado á moral. O escandaloso caso do curso de Medicina Publica. *A Noite*. 25 de maio de 1918 p.1

⁹²⁵ *Ibidem*.

⁹²⁶ *Ibidem*.

⁹²⁷ *Gazeta de notícias*. 22 de maio de 1918, p. 2

⁹²⁸ Velloso , Antonio Leão. Um debate. *Correio da Manhã*. 27 de maio de 1918 p. 2

⁹²⁹ Vidal , Gil. Um caso de medicos. *Correio da Manhã*. 27 de maio de 1918 p. 2

publicado em *A Noite* a fogos de artifício preparados para perturbar, mas que não teriam conseguido afetar a opinião do ministro da justiça.⁹³⁰

O jornal *A Rua* também defendia a realização do curso, afirmando que o ensino da medicina pública na preparação de profissionais em higiene e medicina legal era uma resposta à demanda de longa data pela especialização da medicina e esta, conseqüentemente, se ligava às necessidades explicitamente sociais. Contudo, as considerações que apresentava acerca do CMP incluíam a discussão do ensino da higiene. A matéria asseverava que, com exceção do trabalho de Oswaldo Cruz nos grandes centros, a higiene pública se manteria em um estado lamentável: “nas Faculdades, o ensino theorico e os laboratorios, uma aspiração e na pratica, a burocratização dos serviços”.⁹³¹ O resultado desta situação seria a paralização das obras de Cruz, mantendo a imagem de um “immenso e abandonado Brasil”. O CMP, portanto, contribuía justamente para a melhoria do estado de coisas em que se encontrava a higiene pública do país. Tratava-se de questão de interesse social, o que tornava natural que o curso recebesse apoio institucional em seus dois ramos, o que significava utilizar as instalações da Diretoria de Saúde Pública, dirigida por Carlos Seidl, no estudo relativo à técnica sanitária, e do SML, então comandado por Moretzsohn Barbosa, no que dizia respeito à prática médico legal.⁹³² Embora as fontes citadas pouco tratem da matéria da higiene presente no curso, segundo Santos e Faria o CMP funcionou durante três anos – entre 1917 e 1920⁹³³ – tendo um papel significativo no estabelecimento do ensino da higiene. Os autores identificam estas primeiras iniciativas como formadoras de um novo modelo de atuação profissional, “sustentado na educação sanitária, na prevenção de doenças e na formação de recursos humanos”.⁹³⁴ ⁹³⁵

⁹³⁰ Proença, P. O Serviço Medico-legal do Distrito Federal. *Correio da Manhã*. 27 de maio de 1918 p.4

⁹³¹ Mello. *A Rua*. 28 de maio de 1918, p.4

⁹³² Ressaltamos que a polêmica em relação ao CMP teve uma amplitude maior do que aqui foi apresentada, sendo possível encontrar um número maior de inserções na imprensa, algumas inclusive caracterizadas por traços mais satíricos

⁹³³. Pelo que podemos apurar o referido curso teria se encerrado no ano seguinte de sua inauguração, isto é, em 1918

⁹³⁴ Santos, L. A.C; Faria, L. O ensino da saúde pública no Brasil: os primeiros tempos no Rio de Janeiro. Trabalho, educação e saúde. vol.4, n.2, 2006, p. 193.

⁹³⁵ Devemos, contudo assinalar discordância na identificação que estes autores fazem com relação a aquela geração de médicos como possuidores de laços estreitos com as lideranças de saúde pública estadunidenses, particularmente com a Fundação Rockefeller. Segundo podemos pesquisar sobre a trajetória de Peixoto não encontramos tal vínculo. Pelo contrário, é possível demarcar em determinados momentos uma perspectiva crítica acerca da intervenção de tal fundação nos rumos da política de saúde do Brasil. Assim, acreditamos que a relação estreita que a fundação Rockefeller manteve com os pesquisadores de Manginhos não pode ser estendida àqueles que se vinculavam primordialmente à FMRJ. Neste mesmo sentido é interessante considerar a citação que Santos e Faria (2006) fazem de discurso pronunciado por Leonídio Ribeiro em 1918, nesta ocasião o discípulo de

O Imparcial anunciava em sua coluna de notas sociais a pauta da sessão da ANM do dia 31 de maio de 1918, que contaria com a fala do professor Afrânio Peixoto sobre o Curso de Medicina Pública.⁹³⁶ Tratava-se de uma argumentação contrária aos pontos colocados por aqueles que não apoiavam o curso por ele idealizado. Analisava e desconstruía as afirmações de que o perito deveria o segredo profissional àquele que examinava, de que a perícia enquanto instrumento de justiça seria secreta e, finalmente, discutia a questão do uso do material do serviço médico legal para o ensino da matéria nos países cultos, conforme ocorria nas nações europeias e Estados Unidos.

Naquilo que dizia respeito ao dever de sigilo para com o paciente examinado, Afrânio dizia ser isto um absurdo, resumindo assim sua perspectiva:

O perito não é um médico prês ao segredo profissional, como qualquer de nós, no exercício da clínica, chamado pelo doente. O perito é mandatário da Justiça. [...] O segredo profissional do perito é alguma coisa como patriotismo cosmopolita, como religião nacional... uma dessas enormidades antinômicas que não podemos conceber.⁹³⁷

Assim dizendo encerrava a questão, afirmando que não havia sobre o que insistir e relegando aos jornais leigos a persistência sobre o debate. Naquilo que dizia respeito ao segredo da perícia era ainda mais sucinto, afirmando que a “perícia é um ato da Justiça e a Justiça não é secreta em nada. A Justiça, quando muito, por delicado respeito à desgraça alheia, pode ser discreta: não esquecer res sacra mister”.⁹³⁸ Diferenciava, contudo sigilo de discricção, rebatendo inclusive um dos argumentos veiculados pela imprensa a respeito do Código de Processo, onde assinalava sua perspectiva a cerca da publicidade dos atos jurídicos:

Ouvi ou li, não sei onde, que o Código do Processo Criminal tanto queria secreta a perícia, que obrigava, que limitava a duas testemunhas a presença de estranhos, no ato do corpo de delito. Esta expressão ‘limitava’ é capciosa. A perícia deve ser ato público e, para que seja público, deve ser assistido, pelo menos, por duas testemunhas.⁹³⁹

Afrânio atribuiria os moldes do curso àquele utilizado na América do Norte. Contudo, na obra memorialística de autoria de Leonídio, o modelo do curso seria caracterizado como "idêntico" aos cursos periciais e sanitários que Afrânio teria frequentado em Berlim, Paris e Viena (Ribeiro, 1950, p. 88), tal informação é também encontrada em Sales (2001, p. 26). Arthur Ramos, por sua vez, afirmava que o curso promovido na FMRJ seria pautado nos cursos alemães (Kreisartz). (Ramos, 1937, p. 315). Afrânio Peixoto e a Escola Nina Rodrigues. Afrânio Peixoto. Separata dos Archivos de Medicina Legal e Identificação, vo. 14. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: 1937. A fonte citada por Santos e Faria (2006) não pode ser até então consultada, a saber: Peixoto, Afrânio. Curso de Medicina Pública. Anais da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, CCS/UFRJ, 1917

⁹³⁶ *O Imparcial*, 31 de maio de 1918, p. 6

⁹³⁷ Peixoto apud Ribeiro. Afrânio Peixoto. *op. cit.* p. 89.

⁹³⁸ *Ibidem.*

⁹³⁹ *Ibidem.*

Quanto ao ponto relativo ao ensino da medicina legal por meio dos elementos da perícia afirmava que em países como Alemanha, Áustria, França, Itália, Inglaterra, Espanha, Estados Unidos e mesmo no Brasil o serviço médico legal seria o guia para o ensino da medicina, tal como os hospitais, hospícios e maternidades o seriam para as suas respectivas especialidades sem que a sociedade se a isso se opusesse; e a razão deste consentimento estaria no fato desta precisar de médicos capazes, “garantia da saúde e da tranquilidade individual”.⁹⁴⁰ A sociedade precisava tanto de médicos como a justiça precisaria de peritos, do mesmo modo capacitados, e o modo de capacitar seria por meio da educação e da experiência, constituindo-se aí a justificativa social de uma empreitada como a do CMP.

Na mesma sessão da ANM, Afrânio leria a moção de sua autoria que fora aprovada. Outras moções seriam aprovadas em favor do CMP, tal como a proposta por Fernando Magalhães na Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e a de autoria de Ulisses Vianna pela Sociedade de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal⁹⁴¹ Além disso, outras instituições se solidarizariam com o projeto do CMP, tais como as Congregações das faculdades de medicina da Bahia e de São Paulo.⁹⁴² Encontramos ainda notícia acerca da participação do Dr. Ramiro Magalhães⁹⁴³ em sessão da Associação Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, comentando o caso do CMP e apresentando também uma moção de solidariedade às conclusões votadas pela ANM.⁹⁴⁴ Apesar das moções de apoio de sociedades científicas e do investimento do capital científico de vários nomes importantes daquele período o CMP parece não ter conseguido ultrapassar a oposição que lhe foi feita, tanto pelos médicos do SML quanto pela imprensa. É de nota que não foi possível encontrar documento que fizesse referência ao fim oficial do curso.

Quinze anos depois da criação do Curso de Medicina Pública, em 1932, Afrânio Peixoto seria indicado para inaugurar, desta vez na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, a cadeira de criminologia. O curso estava programado para ser dado em 50 lições, distribuídas pelos seguintes assuntos:

- I. Introdução ao estudo. Criminologia, Criminografia. Penologia. Política criminal.
- II. O crime: estudo jurídico e social

⁹⁴⁰ *Ibidem*, p. 90.

⁹⁴¹ O debate acerca do CMP é analisado em Cerqueira, Ede Conceição Bispo. A sociedade brasileira de neurologia, psiquiatria e medicina legal: debates sobre a ciência e assistência psiquiátrica (1907-1933). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde. Fiocruz: Rio de Janeiro, 2014.

⁹⁴² Ribeiro. Afrânio Peixoto. *op. cit.* p.91

⁹⁴³ Não foi possível encontrar nenhuma referência acerca do Dr. Ramiro Magalhães.

⁹⁴⁴ Associação Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro. *Correio da Manhã*. 14/06/1918 p.6

- III. O criminoso: estudo médico e policial
- IV. Classificação dos criminosos.
- V. Criminologia. Causas de criminalidade.
- VI. Criminografia. Diagnostico de perigosidade.
- VII. Penalogia. Repressão dos criminosos...
- VIII. Política criminal. Prevenção da criminalidade.

Também em 1932 seria inaugurado o anfiteatro do Instituto Médico-Legal da Polícia Civil do Distrito Federal, voltado aos estudos práticos da especialidade, por iniciativa de Leonídio Ribeiro que teria contado com o apoio de José Baptista Luzardo, então chefe de polícia. O acontecimento tinha significado histórico tal como Afrânio ponderava no discurso que pronunciou na cerimônia oficial de inauguração. Diante da realização daquele anfiteatro Afrânio dizia:

Isto tão simples que vêdes, senhores, uma sala de aulas, uma mesa de autópsia, um anfiteatro, pequeno museu, cátedra e alunos, aqui dentro do Instituto Médico-Legal, dependência da polícia aberta ao ensino, isto tem significação maior do que a sua modesta aparência⁹⁴⁵

Lembrava assim que as cadeiras de medicina legal contavam com cem anos de criação, ou seja, um século seria necessário até que se concretizasse a especialização pericial, a correspondência entre o ensino praticado nas faculdades de medicina e os serviços públicos periciais. Acreditava constituir-se então uma nova etapa no ensino médico-legal, onde o professor “já não será o mesmo que discursa assuntos de jurisprudência médica: será um perito que ensina a fazer perícias”.⁹⁴⁶ A noção da ciência suprimindo as demandas sociais revestia as iniciativas no campo da medicina legal, a reunião de novos campos como a antropologia e a etnografia voltados para o estudo da identidade e do crime, bem como a produção de conhecimentos específicos sobre a realidade brasileira, aos quais se somariam as propostas do registro civil obrigatório e da padronização dos métodos de identificação criminal e civil, o que para Peixoto concederia prestígio internacional à identificação realizada no Brasil. Assim, as atividades ali propostas visavam se distinguir pelo duplo escopo de servir à ciência e à sociedade, tal era a predição de Peixoto: “Êsse Instituto [de Identificação] não deverá apenas servir à administração pública, senão que há de servir também à ciência”.⁹⁴⁷

É importante notar que entre os campos de atuação de Afrânio a medicina legal é aquele em que o corte temporal adotado nesta pesquisa se faz mais sentir, já que sua produção

⁹⁴⁵ Peixoto apud Ribeiro. Afranio Peixoto. *op. cit.* p.98

⁹⁴⁶ *Ibidem.*

⁹⁴⁷ *Ibidem*, p.99

nesta especialidade se prolongaria de modo intenso até os anos finais de sua carreira. Trabalhos gestados após 1930, em um período em que o contexto social se transformava, necessitariam de outro aporte para seu completo entendimento. Neste sentido o trabalho de Cunha⁹⁴⁸ é útil na medida em que coloca o trabalho de Peixoto em diálogo com as obras e iniciativas no campo da ciência sobre o crime e das tecnologias de identificação no governo Vargas. O interesse desta autora estava sobretudo nos modos pelos quais a questão racial era interpretada e enfrentada pelas diferentes correntes de pensamento que circularam nos meios científicos e intelectuais entre as décadas de 1920 e 1940; viés pelo qual investiga as relações entre o poder disciplinar das práticas identificatórias e o papel representado pelo estado autoritário que ora se implantava sobre aquilo que dizia respeito à reforma penal que pretendia “reconfigurar as classificações propostas pelos médicos acerca de uma identidade criminal”.⁹⁴⁹

A autora procura demonstrar que nesse processo de constituição de uma política de identificação na década de 1930, a questão racial era tratada como relativa à política de segurança pública. Neste sentido destaca que tanto as ideias como as ações de Afrânio Peixoto tiveram impacto nesta constituição, ainda que Afrânio não tenha se dedicado especificamente às questões de miscigenação. De modo diverso ele acabou por conectar tais questões às discussões que desenvolvera em diferentes áreas, colocadas em termos de problema nacional, conforme aparece nos livros *Criminologia* (1933) e *Clima e Saúde* (1938), e em seus pronunciamentos sobre a indicação do nome de Leonídio Ribeiro para a direção do Instituto de Identificação.

Cunha também afirma que a identificação proposta por Afrânio e Leonídio no contexto de sua entrada no Instituto de Identificação não se reduzia a procedimentos técnicos, nem se restringia à preocupação com a repressão política, ainda que a autora considerasse este um ponto importante para as autoridades que promoveriam a implantação daqueles serviços de identificação.⁹⁵⁰ Este é justamente o ponto que gostaria de destacar. Quando avaliamos as obras deixadas por Peixoto deste período é possível notar a falta deste referencial articulado à conjuntura política autoritária do período, de modo a dificultar a compreensão do quanto estas iniciativas se destinavam e adequavam às demandas governamentais de então. A referência de Peixoto a respeito da legitimidade daquele trabalho ainda era sua contribuição social,

⁹⁴⁸ Cunha, Olívia Maria Gomes. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in) diferença no Rio de Janeiro* (1927-1942). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

⁹⁴⁹ *Ibidem*, p. 245

⁹⁵⁰ *Ibidem*, p. 266.

atividades que se fundamentavam, no fim das contas, nos objetivos maiores de resolver os problemas da nação, de servir ao Brasil, na mesma chave utilizada no discurso de paraninfo de uma das turmas da FMRJ em 1919, como citado no capítulo 2. Antes mesmo daquela instalação do serviço de identificação Afrânio lembrava ter afirmado: “Serviços de Medicina Legal, de Justiça Penal, de segurança pública, de democracia, de civilidade – eis o que vejo irradiar do Rio de Janeiro para o mundo culto, que nos há de imitar, com a criação do futuro Instituto de Identificação Civil e Criminal”⁹⁵¹



Legenda da foto: “A 5 de novembro de 1931 inauguram-se as novas instalações do Instituto de Identificação do Distrito Federal. Um dos grandes acontecimentos do dia é êste: Afranio é fotografado para obter a sua carteira de identidade, tirando-se uma fotografia adicional, no momento, em que aparecem, à direita de Afranio, o Chefe de Polícia Batista Luzardo e á esquerda o Prof. Alcantara Machado. No segundo plano, Leonidio Ribeiro, diretor do Instituto”.⁹⁵² Foto pertencente ao acervo do Museu Casa de Afrânio Peixoto.

⁹⁵¹ Peixoto apud Ribeiro. Afranio Peixoto. *op. cit.* p.99

⁹⁵² Ribeiro. Afranio Peixoto. *op. cit.* snp.

4.7. Crime, criminoso, delitos e penas

A obra que se destaca neste contexto é o livro *Criminologia* (1933), aparecido no bojo do curso de mesmo nome da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. O texto do livro era constituído, segundo prefácio de Afrânio, por algumas das lições que pertencia ao programa do referido curso, constituindo seu “transunto”, ou seja, cópia fiel e memória. A primeira edição de *Criminologia*, com uma tiragem de 2000 livros teria sido um sucesso tal que sua segunda edição seria publicada no mesmo ano em tiragem de 3000 exemplares. Além destas duas veríamos uma terceira edição desta obra, já em 1936, repetindo a última tiragem de 3000 exemplares.

Contudo, apesar de Afrânio relacionar o livro *Criminologia* (1933) com o curso, também da década de 1930, é possível perceber que o primeiro foi em parte baseado no seu livro *Psicopatologia Forense*, publicado pela primeira vez em 1916, trazendo nesta edição original um capítulo de criminologia. Tratava-se de uma síntese dos conhecimentos até então produzidos naquela seara, onde se procurava definir: a) criminologia, ressaltando suas escolas, b) crime, e c) criminosos e a classificação destes. Após a construção destas definições Afrânio discutiria a repressão ao crime bem como suas penas, chegando finalmente ao tema da prevenção.

A definição de criminologia apresentada por Afrânio partia do italiano Raffaele Garofalo (1851-1934), como a ciência do delito e de suas causas. Além disso, tratar-se-ia do estudo dos meios de evitar tais causas e, conseqüentemente, impedir que os crimes acontecessem. Boa parte da discussão empreendida a respeito de como classificar crime e criminosos girava em torno de sua determinação a partir de fatores predominantemente biológicos, sociais ou da combinação de ambos. A perspectiva de Peixoto imbricava de modo indelével o que poderíamos considerar causas biológicas e sociais, uma implicando na outra: “A degeneração, causada pela sociedade, deforma o individuo que, a causas comuns, vai reagir anormalmente: o crime é uma acção anti-social, promovida num individuo de resistencia diminuída, por determinações sociais”.⁹⁵³ Assim, estas facetas estariam tão imbricadas que Afrânio chegava a afirmar que seria “profeta, senão presumido, quem destrinçar a quota respectiva dessas influencias”.⁹⁵⁴

⁹⁵³ Peixoto, Afranio. *Psicopatologia Forense*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916, p. 17.

⁹⁵⁴ *Ibidem*.

Síntese das escolas criminais em Peixoto (1916)					
Escolas	Crime	Pena	Criminoso	Partidários	Desmembramentos
1 - Escola Clássica	Infração	Repressão	Responsável	Códigos penais e Penalogistas século XIX	
2 - Escola Positiva	Ação antissocial	Intimidação, correção, coação.	De fato. Possíveis criminosos.		
2.1 - Escola nova ou escola antropológica	Fatores intrínsecos (antropológicos) e extrínsecos (meio físico)	Medida de defesa social	Anômalo, tarado de nascença. Não é responsável, pois seus atos são determinados por fatores estranhos.	Lombroso, Ferri, Garofalo, Marro, Sergi, Virgilio, Zucarelli, Nina Rodrigues, João Vieira.	Subgrupo dos psicopatologistas: criminoso enquanto degenerado mental Maudsley, Benedickt, Krafft-Ebing, Magnan, Féré, Forel (...)
2.2 - Escolar crítica ou eclética (sociólogos)	Produto de condições sociais defeituosas		Responsável, pois se não tem como lidar com as representações comuns, possuem responsabilidade moral.	Tarde, Lacassagne, Topinar, Colajanni, Havelock, Jose Hygino, Clovis Bevilaqua (...)	Filiação do subgrupo de socialistas (consideram as condições capitalistas na determinação do crime): Turati, Bataglia, Kafargue, Bebe

Afrânio esquematizava as teorias que circulavam, ao mesmo tempo em que partia para sua crítica, afirmando que tanto antropologistas como sociólogos fariam “bôa e pura metafísica”, ao determinarem uma ou outra preponderância para todos os casos. Segundo sua perspectiva estas teorias eram originárias de “algumas observações mal tomadas (a maior parte no gabinete de estudo...) devido ao vizo uni-lateral do observador”.⁹⁵⁵ A disposição de Peixoto era no sentido de constituir conhecimento dentro do campo médico legal que incluísse uma ciência prática, para além dos gabinetes. A disputa entre as perspectivas que pregavam o livre arbítrio e aquelas que apostavam no determinismo humano era considerada por Peixoto como problemas filosóficos insolúveis que não deveriam colocar obstáculo na reflexão e intervenção sobre aquela realidade que se impunha. Era preciso corrigir os criminosos e coagir aqueles que poderiam vir a ser, intervir socialmente por meio do que chamava de

⁹⁵⁵ *Ibidem*, p. 19

“reformas sociais”, as quais deveriam prevenir a degeneração, educar as massas e elevar “o conforto e o nível moral”, o que equivaleria a defender “a sociedade contra os inimigos que ela faz e mantém”.⁹⁵⁶

O crime era definido como a ação contra o direito, contra o interesse protegido pela lei. Diferenciava-se assim o ato de sua qualidade. O primeiro estava vinculado ao complexo de fatores que constituiriam nossa vontade, resultado de ideias, sentimentos e tendências orgânicas. Esse complexo de formação era associado à gestação do ser humano, como uma reprodução genealógica da espécie:

A vida intrauterina, o nascimento, a criação, a educação, a ambiência física, moral e social, acabam por imprimir, corrigir, mudar, sobre o complexo celular que é o organismo, a outras infinitas ascendências. Resulta um homem, que, por uma ironia, se julga livre.⁹⁵⁷

Já a qualidade seria móvel, dependendo da época ou cultura, de tal modo que um mesmo fato poderia não ser considerado crime em um contexto e em outro sim.

⁹⁵⁶ *Ibidem*, p.19-20.

⁹⁵⁷ *Ibidem*, p.20-21

Leitura de Peixoto acerca das teorias criminais (Tabela baseada no capítulo 'Criminologia' da obra <i>Psicopatologia Forense</i> [1916].)			
Natureza do crime	Crime	Criminoso	Partidários
Hipótese biológica	Fenômeno biológico normal	Ser normal	Albrecht
Hipótese atavística	Repercussão atávica, instintos e tendências ancestrais.	Anormal atávico	Sergi e Lombroso
Hipótese patológica	Ação nociva contra o senso comum, do "sentimento médio". Imperfeições biológicas	Indivíduo em que esse sentimento falha. Anomalia moral Anormal mórbido	Garofalo e Despine
	Nutrição defeituosa do SNC somada à circunstâncias provocadoras	Anormal mórbido	Marro
	Franqueza congênita ou adquirida do SNC Neurastenia	Incapaz de esforços contínuos de trabalho – vagabundagem Anormal mórbido	Benedickt
	Escoadouro de tendências doentias Equivalente da loucura	Anormal mórbido	Maudsley, Dally, Virchow, Virgilio, Mynzloff, Kesteven
	Degeneração	Degenerados. Regredido à formas primitivas e decadentes, marcados por estigmas. Anormal mórbido	Marro, Brnrdict, Virgilio, Lombroso, Maudsley, Sergi, Féré, Zucarelli, Dallemagne, Houzé, Naecke, Kirn
	Fenômeno bio-físico-social	Anormal mórbido	Ferri
Hipóteses sociais	Evento social normal	Normal	Durckheim e Albrecht
	Fator social Sociedade produz seus criminosos	Anormal Causas complexas: físicas e biológicas	Lacassagne
	Prevalência do meio social Somada à predisposição orgânica	Anormal Causas complexas: físicas e biológicas	Tarde
	Efeitos de condições sociais	Anormal Causas complexas: físicas e biológicas	Alimena, Von Liszt, Prins, Colajanni, Carnevale
	Má distribuição de riqueza Estrutura da sociedade capitalista	Anormal Exclusivamente causas econômicas	Turati, Bataglia, Lafargue, Bebel (socialistas)

Afrânio Peixoto voltava à carga em relação à ampla aceitação e uso da teoria da degeneração, considerada como imprecisa devido a “elasticidade” de sua aplicação. Assim, considerava que “A degeneração que explica tudo em psiquiatria, pouco explica, ainda em criminologia”.⁹⁵⁸ Seria preciso, segundo sua perspectiva, agir com cautela no que dizia respeito aos diagnósticos de degeneração, e apesar de considerar equivocada a associação dos degenerados aos loucos ou criminosos, não se distanciava de fato desta assertiva, pois acreditava que tais indivíduos seriam mais instáveis e assim mais “predispostos” tanto à loucura quanto à criminalidade. Deste modo, seria sobre o indivíduo que deveria recair os esforços de regeneração. Entretanto, se tal correção não fosse possível, acreditava que a própria natureza suprimiria aquele mal, por meio da esterilidade presumida em relação aos degenerados profundos, como uma espécie de defesa da espécie.

Peixoto tecia crítica a todas as teorias criminais especificadas na tabela anterior, mesmo à proposta por Ferri, com a qual mais se identificava, pois embora o criminologista italiano enfocasse as condições sociais como determinante da criminalidade teria considerado tais condições sociais e econômicas como resultado de energias de raça em um determinado meio telúrico. Como vimos, este tipo de assertiva era desde muito refutada por Peixoto, qual seja a de que a civilização nas regiões quentes seria inviável por ser impossível modificar o meio telúrico, bem como pela dificuldade de modificar os caracteres biológicos das raças.⁹⁵⁹

Nesta sua dissertação acerca do conceito de criminoso Afrânio também se opunha a ideia de um perfil antropológico do delinquente, baseado em estigmas vários – assimetria do cérebro e crânio, fronte fugidia, saliência da arcada supraciliar, assimetria facial, desenvolvimento dos maxilares, entre outros.⁹⁶⁰ Estas e outras características eram descartadas enquanto indícios de criminalidade: algumas delas por se tratar de caracteres étnicos, outras por constituírem estigmas de degeneração. Mesmo características como a impulsividade, eram vistas por Afrânio como resultado da falta de educação, e a vaidade, considerada simplesmente como atributo humano.⁹⁶¹ A partir desta análise chegava à conclusão de que não haveria nem um único sinal externo que pudesse diferenciar um indivíduo criminoso de outro honesto, donde concluía que a “antropologia criminal não existe, foi uma ficção, trabalhosamente inventada, teimosamente mantida, mas insubsistente”.⁹⁶² Afrânio reconhecia a importância do estudo sobre os criminosos, ao passo

⁹⁵⁸ *Ibidem*, p.33

⁹⁵⁹ *Ibidem*, p.38

⁹⁶⁰ *Ibidem*, p.40

⁹⁶¹ *Ibidem*, p.44

⁹⁶² *Ibidem*, p.45

que neste momento rejeitava a ideia de tipo criminal, asseverava uma descontinuidade entre degeneração e criminalidade, considerando que não eram eventos interdependentes: assim, embora, afirmasse haver criminosos degenerados, do mesmo modo haveria degenerados não criminosos e mesmo delinquentes sem qualquer estigma físico de degeneração. A perspectiva de Peixoto estava de acordo com as ideias da época sobre o assunto, servindo como exemplo das teorias que centravam sua atenção no criminoso, ao invés de focarem no crime; de modo que possibilitavam tanto uma intervenção preventiva, por meio da educação, quanto a penalização daqueles que já haviam cometido crimes. Para Afrânio a pena deveria ser vista como um meio de defesa social, conforme prescrevia a filosofia positiva e evolucionista no século XIX.⁹⁶³ Deste modo, a pena infligida aos criminosos não teria o estatuto de vingança, mas seria instrumento preventivo utilizado pelo Estado para se assegurar contra a criminalidade, funcionando como meio de intimidação, “coagindo as más tendencias, determinando a honestidade e reforçando o sentimento jurídico”.⁹⁶⁴ Embora Peixoto consentisse com a ideia de pena como defesa social, também afirmava sua relatividade, dizendo que:

A defesa social será apenas em menor parte assegurada pela punição dos delictos: são as medidas de politica criminal, economicas, sociaes, educativas, biológicas, eugênicas, as preponderantes, para evitar o grosso da criminalidade: a prevenção envês do recurso tardio.⁹⁶⁵

A ênfase na pessoa que cometeu o crime levava também a uma visão de individualização penal, nomeada como “indeterminação da pena”. Segundo Afrânio afirmava, a pena deveria ser adaptada à “natureza do criminoso”, pautada de acordo com a índole que demonstrava. Assim, asseverava que “cada criminoso deve, pois, ter a pena que merecer, pela sua conducta na prisão, pela demonstração efectiva da correção que sofreu, pela demonstração provavel que dá uma observação demorada de que póde, sem perigo para a sociedade, volver a conviver nela”.⁹⁶⁶ Deste modo, a pena determinada seria intrinsecamente individualizada.

Afrânio fazia o escrutínio de vários modos de repressão criminal, desde os vários modos de operacionalizar as prisões, as penas condicionais, até as multas e reparação pecuniária, resumindo a experiência de vários países e pontuando criticamente o sistema brasileiro, tal como o vemos analisar a situação do Rio de Janeiro:

Só com a policia civil e militar do Rio gasta o país cerca de quinze mil contos ou um milhão esterlino; mais de dois decimos dessa quantia para a

⁹⁶³ *Ibidem*, p.65

⁹⁶⁴ *Ibidem*, p.70

⁹⁶⁵ *Ibidem*.

⁹⁶⁶ *Ibidem*, p.79

justiça, mais de um decimo para os cerceres, e não haveria como prover á receita, senão recorrendo ao dinheiro do contribuinte honesto, o que não o priva, além disto, de ser roubado e assassinado, pela ineficácia com que se gastam aquelas somas.⁹⁶⁷

Também levava em conta as iniciativas de caráter preventivo por meio da eugenia – como meio de produzir “seres sadios e válidos, dotados de todas as qualidades requeridas para um perfeito exemplar humano”⁹⁶⁸ – e daquilo que nomeava como “regeneração”, isto é: processo que visaria o tratamento das taras de modo a fazê-las regredir ou estacionar, tornando o indivíduo um “producto melhor”.⁹⁶⁹ Como elementos de prevenção ao crime Afrânio listava os recursos sociais, em especial a questão econômica, defendendo a distribuição equitativa de rendas ou dos meios de adquiri-la, o uso comum da terra e dos meios de trabalho. Ressaltava que esta não era apenas reivindicação dos socialistas doutrinários, mas considerada por todos os criminalistas como ponto capital no combate à criminalidade.⁹⁷⁰ Fazia também referência à educação, à moral, adquirida em família, e em particular à instrução técnica-escolar, como elementos necessários aos indivíduos para terem “meios e modos de combater melhor e vencer na lucta pela vida”.⁹⁷¹

O crime seria tratado sob uma ótica muito parecida com a que utilizava quando se tratava do combate às doenças. Refiro-me à sua noção preventivista, fundada em uma perspectiva de defesa, de profilaxia social. Deste modo, assim como era importante conhecer a terra e a gente do Brasil, sua natureza, clima e constituição étnica para melhor intervir, também seria necessário discutir os muitos aspectos ligados à ciência criminológica, considerando suas vicissitudes biológicas e sociais. Um dos meios científicos para tal conhecimento era atribuído justamente ao processo de identificação. Neste sentido, concordamos com a assertiva de Cunha, quando diz que “A identificação está para a Justiça assim como o saneamento para a higiene”.⁹⁷²

Compreender a identidade dos brasileiros nos parece aqui estar de acordo com o objetivo primordial de Peixoto de conhecer o país e sua população sob a ótica científica, por meio de seus instrumentos, técnicas e teorias correlacionadas. Afrânio, de certo modo, se mostrava aberto à ideia de evolução dos campos científicos. O livro *Criminologia*, publicado

⁹⁶⁷ *Ibidem*, p.87

⁹⁶⁸ *Ibidem*, p.90

⁹⁶⁹ *Ibidem*, p.92

⁹⁷⁰ *Ibidem*.

⁹⁷¹ *Ibidem*.

⁹⁷² Cunha, Olívia Maria Gomes. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in) diferença no Rio de Janeiro* (1927-1942). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002, p. 267.

na década de 1930 representa a continuidade deste pensamento de Peixoto, por meio da manutenção de muitas de suas referências, como já mencionado, publicadas desde 1916 no capítulo sobre criminologia do livro *Psicopatologia Forense*.

Partindo de seu entusiasmo por análises etimológicas, Afrânio definia que o estudo científico em torno do crime poderia ser de duas ordens: uma delas, a criminologia, teria como objetivo conhecer a origem do acontecimento, a “causa íntima da criminalidade”; enquanto que a criminografia se dedicaria a conhecer por meio do que se observa, de produzir descrições úteis, isto é, um “conhecimento objectivo e descritivo, não interpretativo e dedutivo” acerca do criminoso, onde os processos de identificação ocupariam lugar privilegiado entre suas ferramentas.⁹⁷³ Estas referências se juntariam a novas discussões dentro do campo da criminologia, tal como eram consideradas a psicanálise e a endocrinologia. Afrânio procurou a sua maneira especificar e diferenciar os estudos de então daqueles produzidos no passado.

A psicanálise circulava de modo significativo no grupo em que Afrânio estava inserido no período compreendido entre fins da década de 1920 e os anos da década de 1930. Segundo Russo a difusão deste novo saber no período em questão ocorrera entre intelectuais modernistas e entre a elite médico-psiquiátrica, embora assumindo feições diferenciadas entre esses dois grupos de atores sociais. Arthur Ramos – que nos anos 30 assumiria o cargo de professor de Psicologia social da UDF, – por exemplo, teria utilizado da teoria psicanalítica em seus trabalhos etnográficos. Júlio Porto-Carrero, por sua vez, também entusiasta na divulgação da teoria freudiana nos anos 1920-30 no Rio de Janeiro, era catedrático de Medicina Legal na faculdade de Direito na Universidade do Rio de Janeiro.⁹⁷⁴

Ainda que Afrânio declarasse que Freud não chegara a escrever nada especialmente destinado a discutir o tema da criminologia afirmava que muitos autores⁹⁷⁵ viriam se dedicando a usar a psicanálise no trato dos atos criminosos. Afrânio procurava esclarecer as bases do pensamento freudiano – sua perspectiva acerca da personalidade humana, os processos de formação e dissolução do complexo de Édipo – de tal forma que, os instintos poderiam se reverter em tendências sociais legítimas ou viciosas e criminosas. Aqui, a criminalidade era entendida como tendo “raízes congênitas e infantis”, ainda que fossem

⁹⁷³ Peixoto, Afrânio. *Criminologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933, p. 9.

⁹⁷⁴ Russo, J. A difusão da psicanálise no Brasil na primeira metade do século XX - Da vanguarda modernista à rádio-novela. Estudos e pesquisas em psicologia, UERJ, RJ, ano 2, nº1, 2002, p. 54.

⁹⁷⁵ Afrânio cita os seguintes autores Winimer, Antheaume e Schiff, Steckel, Reik, Lippmann e Sonnenschein, Aichhorn, Alexander e Stube, Maria Bonaparte, Beltran, Artur Ramos, bem como trabalhos de doutrina publicados por Minivici e Westfried, Provent, Ferenczi, Bohne, Aschaffenburg, Cochren, Lungwitz, Schiebold, Ruyz Maya, Camargo y Marin, Genil-Perin, Porto-Carrero.

consideradas moldáveis pela educação.⁹⁷⁶ A psicanálise importava à criminologia já que somente ela poderia avaliar as causas não aparentes do encaminhamento de um indivíduo à criminalidade, por meio da análise de sua motivação inconsciente. Além disso, tal doutrina repercutiria naquilo que dizia respeito à responsabilidade criminal, posto que as ações humanas fossem tidas como determinadas por condições complexas, fisiológicas e educativas, que atuariam sobre o Sub-Eu, o Eu, e o Super-Eu (Id, Ego e Superego). Desta forma, a avaliação da responsabilidade do indivíduo teria que partir da ponderação da participação do Eu (Ego), estrutura associada à consciência, na execução do ato criminoso.

A endocrinologia, de sua parte, contribuía para o campo da criminologia em sua discussão sobre o papel e importância do sistema endócrino para a vida dos sujeitos. Ao sistema endócrino era então atribuída a dependência do corpo e da vida, não somente em relação às condições orgânicas mais evidentes, como o crescimento e desenvolvimento do organismo, mas também no que dizia respeito as “funções mentais, as funções de relação, morais, até religiosas, até ideológicas”.⁹⁷⁷ Entrava neste rol características como gordo, magro, inteligente, cretino, calvo, cabeludo, honesto, vicioso, revoltado, pacífico, patriota, cosmopolita, e até mesmo o amor materno, todos considerados nomes não científicos para ocorrências de determinação endócrina.⁹⁷⁸

Peixoto apresenta então uma ampla listagem de atividades humanas que se desenvolveriam por meio das determinações glandulares: a fé, considerada como temperamento no indivíduo seria uma delas, assim como o comportamento revolucionário, isto é o indivíduo que por desequilíbrio endócrino não poderia se adaptar ao Estado, fazendo este adaptar-se a si. O sistema endócrino era visto como passível de determinar a personalidade do indivíduo, concedendo-se assim maior importância à biologia do que a que Peixoto imputava à educação, tanto em sua obra de higiene, quanto de psiquiatria e de medicina legal.

A resultante deste pensamento para o campo da criminologia estaria no fato de que os hormônios determinariam a tal ponto o indivíduo, que os crimes cometidos também seriam determinados hormonalmente. Deste modo, Afrânio afirmava que mesmo que ainda não houvesse rigor suficiente a respeito das associações entre os hormônios e sua influência na personalidade dos sujeitos, muitos estudos já teriam confirmado esta correlação entre crime e distúrbios hormonais. Nestes termos Afrânio considerava que o hipertireoidismo resultaria

⁹⁷⁶ Peixoto. *Criminologia*, op. cit. p. 75-76

⁹⁷⁷ *Ibidem*, p.55.

⁹⁷⁸ *Ibidem*.

em criminosos passionais, os distúrbios da hipófise e da epífise resultariam em crimes sexuais, bem como os crimes de violência estariam vinculados a distúrbios do timo⁹⁷⁹.

Neste quadro de referências advindas da endocrinologia, a ressalva viria do endocrinologista Nicolas Pende que, segundo Peixoto, teria afirmado que “as anomalias hormonais, de per se, não devem considerar-se como suficientes, como necessárias, são apenas condições facultativas da criminalidade, que se podem por outras substituir”.⁹⁸⁰ Contudo, contrapondo-se a esta opinião, Afrânio apresentava inúmeros estudos e suas respectivas estatísticas que reforçavam a determinação de traços orgânicos na constituição da atitude criminosa; posição como já mencionamos adotada por Lombroso e descartada pela maior parte do campo científico, incluindo Peixoto. A partir de então não seria mais a conformação óssea ou, como dito por Afrânio, as características de fundo étnico ou rastros degenerativos que marcariam o sujeito. Tratava-se de uma marca mais complexa de se identificar, guardada de modo não aparente no corpo dos indivíduos e só possível de ser avaliada por especialistas. Deste modo, Afrânio divulgava a classificação tentada por Guiffrida Rugger e a de Di Tullio.

Classificação de criminosos por temperamento físico , segundo Guiffrida Rugger	
O sanguíneo	Sanguíneo e visual
O difamador	Nervoso e tátil
O ladrão	Bilioso e auditivo
O dominador	Linfático e glutão
O lascivo	Muscular e olfativo

Fonte: Peixoto (1933, p. 63)

Classificação endócrina de Di Tullio		
O astenico	Hiposuprarrenalismo	Delitos contra a propriedade
O hiperstenico	Hiperfunção genital e suprarrenal	Escrocs e violadores
O espasmofílico	Hipoparatiroidismo	Rebeldes, indisciplinados, revolucionário
O distímico	Instabilidade hormonal	Criminalidade fortuita.

Fonte: Peixoto (1933, p. 63-64)

A despeito de considerar mais ou menos arbitrárias tais classificações Afrânio afirmava que “a harmonia” seria um importante “determinante somático da constituição”, importando à personalidade e ao caráter, logo, influenciando também a criminalidade. Por essas vias – a da psicanálise e da endocrinologia – Afrânio demonstrava sua preocupação com a conformação da personalidade dos indivíduos, somando-se a estas contribuições as

⁹⁷⁹ É importante notar que ao dissertar sobre a endocrinologia, Afrânio apresentava um novo conjunto de autores: Renault e Cavart, Nicolas Pende, Kretschmer, Lyons Hunt, Berman, De Giovanni, Viola, Ruiz Funes

⁹⁸⁰ Peixoto. *Criminologia*, op. cit. p.60

referentes à biotipologia. Tratava de inferir “caráter” e “temperamento” aos sujeitos *vis a vis* suas características orgânicas. Para Afrânio os hormônios determinariam tipos diferentes de manifestação de personalidade, donde concluía que poderiam determinar funções outras como as morais e éticas.⁹⁸¹ A definição de temperamento proposta era a do alemão Kretschmer, que a tomava como “o conjunto de qualidades afectivas que caracterizam uma individualidade”.⁹⁸² Assim teríamos os temperamentos bilioso, sanguíneo, melancólico, pituitoso ou linfático e cada qual influenciaria o indivíduo de um modo diverso, tanto em sua constituição somática quanto no que dizia respeito à personalidade.

Tal perspectiva acerca da constituição orgânica e mental seria desenvolvida pelos estudos da morfologia humana do italiano Achille de Giovanni (1838-1916), que teria traçado relações entre as medidas de várias partes do corpo humano, constituindo diferentes combinações morfológicas. Tal estudo teria sido continuado por outro autor, Giacinto Viola (1870-1943), que resumiria tais combinações em dois conjuntos: “ectipia longilínea” ou “microsplancnica” e “ectipia brevilinea” ou “macrosplancnica”, ou, como explicava Peixoto: “sujeitos compridos de vísceras pequenas” e “sujeitos baixos de vísceras grandes”. Esta caracterização contaria ainda com tipos mistos bem como com o “normotipo”, sujeito harmônico na relação de seus troncos e membros, a qual se somava à contribuição dos estudos endócrinos de Pende, gerando um sistema complexo de correspondências entre os tipos e suas conformações endócrinas. Estas correspondências, contudo, poderiam ser refeitas conforme a diferenciação morfológica do corpo, seu metabolismo e a ação das glândulas.

Combinações morfológicas	Correspondência endócrina	Tipos de indivíduos
Microsplancnico puros	Predominio da Tireoide ou hipófise	Hipertiroideu Hiperpituitario
Microsplancnico impuros	Insuficiência da Suprarrenal ou glândulas genitais	Hiposuprarenalico Hipogenital
Macrosplancnico puro	Escassez da tireoide ou hipófise	Hipotiroideu Hipotiroideu-hipopituitario
Macrosplancnico impuro	Exagero da suprarrenal, glândulas genitais	Hipersuprarenalico Hipergenital

Fonte: Peixoto (1933, p. 167-168)

O trabalho de Kretschmer traçava um caminho da psiquiatria para a fisiologia, e teria constituído um sistema onde fixava tipos de estrutura somática como os tipos “leptosomático”, caracterizado por indivíduos pequenos e leves, e “pícnico”, indivíduos pequenos e

⁹⁸¹ *Ibidem*, p. 168.

⁹⁸² *Ibidem*, p.166.

pesados, etc.⁹⁸³ O importante aqui é considerarmos que tais formulações seriam utilizadas na leitura que os especialistas do período faziam dos diagnósticos que há muito tempo eram discutidos, como a loucura maníaco-depressiva e a demência precoce.

A biotipologia aparecia enquanto nova possibilidade de leitura acerca da determinação biológica sobre o crime, considerada em contraposição à influência social, que Afrânio discutia desde seu *Psicopatologia Forense* (1916). É preciso, porém, destacar que o viés de interpretação social do crime mantinha-se presente. Ao analisar a prostituição, a vagabundagem e o alcoolismo como causas da criminalidade Afrânio expunha teorias sociais de ordem econômica, política e científica. Tratava-se do entendimento do crime enquanto uma manifestação que decorreria da estrutura econômica, daquilo que se considerava “excessos do capitalismo” e ainda à

deplorável repartição dos bens; ao pauperismo que tolhe as grandes massas, com a esperança, a energia e a atividade fecunda, produzindo o esgotamento físico e moral, constituindo a degeneração física e social, ao alcance fácil da criminalidade”⁹⁸⁴

Assim, o combate à criminalidade deveria passar por uma intensa reforma social, incluindo desde remuneração suficiente, garantia de habitação e alimentação, liberdade pública de expressar opinião e mesmo reformas eleitorais e parlamentares.⁹⁸⁵

Peixoto inseria também uma discussão a respeito de “Seleção e eugenia” em que ressaltava os avanços na produção de vegetais alcançados por Burbank⁹⁸⁶, e no processo de seleção animal, citando a este propósito os bois de Durham, “só de carne”, ou as vacas de Simenthal, “só para leite”, processos que modificariam tais animais mantendo-lhes a saúde.⁹⁸⁷ Tal empolgação, contudo, não seria correlata no que dizia respeito à seleção humana. Para Peixoto a “arbitrária seleção da fortuna, do poder, da inteligência... é nefasta” estabelecendo uma interessante comparação entre o que constituiria elemento de degeneração entre as classes abastadas e entre as classes inferiores.⁹⁸⁸ Utilizava como exemplo das primeiras as casas reais, onde seria possível acompanhar a degeneração por meio do “pedigree dos reis”, sobre os quais afirmava: “os Cesares romanos, Bourbons, Habsburgos... todos, é uma miséria. Essa seleção faz loucos, criminosos, monstros”.⁹⁸⁹ Novos elementos sofreriam com tal

⁹⁸³ *Ibidem*, p.169.

⁹⁸⁴ *Ibidem*, p.198.

⁹⁸⁵ *Ibidem*, p.200.

⁹⁸⁶ Provável referência a Luther Burbank (1849-1926), botânico americano reconhecido como um pioneiro na ciência agrícola.

⁹⁸⁷ Peixoto. *Criminologia*, op. cit. p.267.

⁹⁸⁸ *Ibidem*.

⁹⁸⁹ *Ibidem*.

processo, castigados pela esterilidade e suprimindo famílias por meio da “degeneração da raça”. Na outra ponta estariam os pobres, proletários, geradores de muitos filhos a despeito de possuírem poucos recursos para se manterem. Esses indivíduos estariam sob a influência nefasta de elementos degenerativos como sífilis, tuberculose, miséria, loucura...⁹⁹⁰

No que dizia respeito à eugenia Afrânio fazia uma mistura de considerações de ordem biológicas e sociais, avaliando ambos na produção de indivíduos viáveis. Dava crédito, por exemplo, aos estudos de Winship Dugdale, que teria identificado a descendência de mais de duas mil pessoas de um indivíduo chamado Max Jukes, um pescador “fraco de espírito”, nascido ainda no século XVIII. A história desta família se vinculava então à manutenção social destes indivíduos no que se constituiria como uma inversão da seleção natural, pois, se a natureza seria responsável por suprimir os incapazes, a civilização seria responsável por criar mecanismos de manutenção destes indivíduos. Esta lógica funcionava de tal forma que chegava mesmo a afirmar que a civilização promoveria a destruição da humanidade.⁹⁹¹

A ideia de seleção invertida também se aplicaria à esfera social, já que a desigualdade econômica faria com que somente as classes mais abastadas conseguissem chegar ao nível mais alto de educação, considerando-se que não necessariamente os abastados fossem os mais capazes. Afrânio pregava uma criação humana orientada biologicamente e o conserto daqueles considerados incapazes, tanto por meio de intervenções biológicas quanto sociais. Aqui constituía uma equivalência entre medidas cirúrgicas, endócrinas, injeções (secreções internas), enxertos, bem como reparos de cunho sociológico para a adaptação do indivíduo à comunidade, por meio da psicologia, da pedagogia, da educação, “fazendo e refazendo homens sociáveis, honestos, bons, homens economicos e justos”, os quais não poderiam vir a ser criminosos.⁹⁹²

Vemos, contudo, em um curto espaço de tempo uma radicalização da perspectiva de Afrânio Peixoto, por ocasião das discussões a respeito da lei de esterilização alemã a ser implementada no início do ano de 1934. A Alemanha, já sob o governo de Hitler, aprovaria uma lei que legalizava a esterilização de indivíduos que sofressem de determinadas enfermidades. O assunto tinha atenção de Afrânio, o qual parece ter acompanhado suas discussões entre os intelectuais do período. Tal interesse pode ser avaliado pelos recortes de jornais que guardou e que noticiavam tais acontecimentos. Um destes recortes era uma nota publicada em julho de 1933, de jornal não identificado, que divulgava que a lei sobre

⁹⁹⁰ *Ibidem*, p.268.

⁹⁹¹ *Ibidem*, p.269.

⁹⁹² *Ibidem*, p.273.

esterilização aprovada naquele mês, sujeitaria à esterilização todos aqueles indivíduos que sofressem de epilepsia, coréia, idiotismo, cegueira, surdez ou outras enfermidades corpóreas, quando estas fossem graves e hereditárias. A nota afirmava ainda que qualquer indivíduo que se enquadrasse em um dos casos citados poderia requerer a esterilização e que tais requerimentos seriam examinados por um tribunal especial. Este tribunal seria constituído por um juiz presidente, um médico juramentado e um especialista em doenças hereditárias que decidiriam cada caso em particular, cabendo recurso da decisão ao tribunal superior que decidiria em última instância.

Encontramos também no arquivo pessoal de Afrânio Peixoto um recorte de dezembro do mesmo ano, do *Jornal do Brasil*, dando a seguinte notícia: “cerca de quatrocentas mil pessoas serão esterilizadas brevemente” na Alemanha, e que tais indivíduos teriam sido examinados por médicos que teriam acordado com o processo. Metade do número destes indivíduos sofreria de “fraqueza mental congênita”. Outro ponto ressaltado estava no fato de que as despesas com um projeto de tal monta ficariam em torno de quatorze milhões de marcos, gasto irrisório perto da estimativa de gastos nos então serviços de assistência, que orçavam em torno de 350 milhões à um bilhão de marcos. Além disso, a reportagem chamava atenção para o fato de que tal iniciativa não seria inédita, posto que há dez anos lei semelhante vigorava na Califórnia (Estados Unidos) fazendo com que anualmente muitas pessoas fossem submetidas ao processo de esterilização, também objetivando, como no governo alemão, evitar que os indivíduos considerados anormais transmitissem seus males à seus descendentes.

Por ocasião da repercussão da medida alemã, Afrânio exporia com clareza sua perspectiva a respeito destas medidas. O contexto em que se expressava era o do debate promovido pela imprensa, especialmente pelo jornal *O Globo*, que agenciava um inquérito onde perguntava a diversos homens de ciência: “Devem ser esterilizados os enfermos incuráveis?”⁹⁹³, questão respondida por nomes como Fernando Magalhães, Renato Kehl, Roquette-Pinto, entre outros.

A opinião de Peixoto era antecedida por uma apresentação que o colocava como portador de uma “sólida cultura”, o que o distanciaria dos posicionamentos extremistas e das intolerâncias, e o faria considerar a questão da esterilização de modo objetivo, enquanto uma necessidade social e biológica. Sua concordância com a esterilização era justificada nos seguintes termos: “Antes a esterilização dos incapazes, anormaes, anormais, do que asylós de

⁹⁹³ Recorte do jornal *O Globo* pertencente ao acervo do CAPM e datado de 30 de dezembro de 1933.

aleijados, de loucos, prisões, obras de assistência tardia, para mitigar sofrimentos, que poderiam ter sido evitados”⁹⁹⁴

Este foi um período prolífico da produção de Peixoto na seara médico legal ou, como utilizaria posteriormente, da medicina forense. Outra obra que surge neste contexto é o livro *Sexologia Forense* (1934). Segundo Afrânio relatava no prefácio desta obra, ela teria nascido da vontade não concretizada de realizar um tratado brasileiro de medicina legal. O livro era estruturado no formato de pequenos ensaios sobre diversos tópicos tratados de modo muito breve: introdução à sexologia, casamento e amor livre, amor ilegal, parentesco, incapacidade de consentir, idade, direitos de um produto de união anterior, erro essencial sobre a pessoa, sexo dúbio, impotência, defeitos físicos, doenças graves, defloramento da mulher ignorado pelo marido, sevícia ou injúria grave, amor criminoso, ultraje público ao pudor, defloramento, hímen, forma do hímen, rotura do hímen, complacência, outros sinais, exame do hímen, estupro, emprego de força física, sugestão – hipnotismo-mediunidade, atentado contra o pudor, amor mórbido, frieza, narcisismo, auto-erotismo, erotismo, onanismo, exibicionismo, masoquismo, ciúme mórbido, uranismo, homossexualismo feminino, topo-inversões, crono-inversões, bestialidade, necrofilia, remate da sexologia.

Como sabemos, os temas vinculados ao estudo da sexualidade já ocorreriam desde fins do século XIX, período em que Richard von Krafft Ebing (1840-1902) teria publicado seu *Psycopathia sexualis* (1887). Russo e Carrara (2002)⁹⁹⁵ analisam o surgimento dos primeiros psicanalistas e sexólogos do Brasil, afirmando atividades neste campo no período entre guerras. Os autores marcam a publicação, em 1928, do livro *A neurastenia sexual e seu tratamento*, de Antônio Austregésilo como resultado de um crescimento da demanda por tal saber, incluindo a demanda clínica. Este teria sido um período de recrudescimento do interesse e atividades voltadas para a educação sexual, como cursos populares, programas de rádio, bem como notícias na imprensa acerca de campanhas de educação sexual.

Russo e Carrara acreditam que o que os especialistas do período denominavam “questão sexual” teria estatuto de “questão social”. A sexologia seria um campo que tinha seus discursos articulados por médicos que adotavam uma percepção crítica em relação a instituições sociais como o casamento; isto, na medida em que tais valores contribuiriam para o aumento de males sociais como a pornografia, a prostituição, doenças venéreas e, na ponta

⁹⁹⁴ O Globo, 30/12/1933, snp.

⁹⁹⁵ Carrara, S;L.;Russo, J.A. A psicanálise e a sexologia no Rio de Janeiro de entreguerras: entre a ciência e a auto-ajuda. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 9 (2), 2002.

disto tudo, a decadência das nações.⁹⁹⁶ Os primeiros sexologistas usariam o conhecimento da anatomia e fisiologia dos órgãos sexuais, o que constituía a marca de cientificidade daquele campo. No entanto estes médicos procurariam estudar mais do que o corpo e seus instintos sexuais, suas glândulas e hormônios, buscando conformar desde o início uma sexologia permeada por discursos de campos das ditas humanidades.⁹⁹⁷ A sexologia era identificada como uma “disciplina militante”⁹⁹⁸, ou seja, que se alinhava com a demanda por reformas sociais diversas: desde a descriminalização da homossexualidade na Inglaterra e Alemanha, a luta pelo divórcio no Brasil e o controle de natalidade nos Estados Unidos.

Embora na obra de Peixoto o tema da sexualidade estivesse presente, o modo como o tratava se distanciava destas iniciativas em dois sentidos. O primeiro e mais óbvio está em seu recorte, pois sua preocupação com a questão sexual se vincula ao interesse forense, em que dissertava sobre seus estudos acerca da defloração, do hímen e seu exame, bem como de outros acontecimentos relativos à rotina judicial. Contudo, tal como podemos apreender de sua leitura, Afrânio, construía seu trabalho entre a questão científica e as afirmações de cunho humano, sociológico, como fariam os sexólogos desta época, segundo Russo e Carrara (2002), na maior parte dos temas abordados Afrânio se dedicava a explicar o procedimento que deveria ser adotado pelo perito, como nos casos de má formação, sexo dúbio, impotência, casos de doenças graves passíveis de contágio ou transmissão aos descendentes e a descoberta pelo marido do defloramento anterior ao casamento. O perito também atuaria nos casos de “amor criminoso”, como de ultraje público ao pudor, defloramento, estupro e atentado contra o pudor.

⁹⁹⁶ *Ibidem*, p. 274.

⁹⁹⁷ *Ibidem*, p.275.

⁹⁹⁸ De fato, é possível encontrar na publicação periódica de inícios dos anos 1930 diversas menções às atividades relacionadas a um projeto de educação sexual, especialmente aquelas desenvolvidas pelo Círculo Brasileiro de Educação Sexual, criado em 1933 e capitaneado pelo Dr. José de Albuquerque. Dentre as iniciativas desta associação estaria o “Dia do sexo”, ocasião em que se promoveriam uma programação variada, tal como a palestra pronunciada pelo Dr. José de Albuquerque na Rádio Ipanema, e a sessão magna no Instituto Nacional de Música com a presença do Dr. Olympio Rodrigues Alves, ocasião ainda em que Albuquerque também a conferência intitulada “O sexo como erradamente o compreendem e como deve ser compreendido”. Como parte do evento projeções luminosas foram apresentadas pelo professor Guayanas de Souza, havendo ainda a distribuição do livro do Dr. José de Albuquerque ‘O sexo em face do individuo, da família e da sociedade’. O evento a ser repetido anualmente, tinha como escopo a reabilitação moral do sexo e era livre, gratuito e franqueado a homens e mulheres. As notícias acerca do Dia do Sexo figuravam entre as colunas de acontecimentos sociais, o que pode se justificar pela estrutura festiva do evento que teve a banda de musica dos bombeiros executando o hino nacional em uma edição e em outra, a apresentação do “Hino da educação sexual” e uma peça sinfônica chamada “Ode ao sexo”, ambos de autoria do Dr. José de Albuquerque, além da exibição do filme “A educação sexual nos diversos períodos da vida”. (*Gazeta de Notícias* 24/10/1935 p. 6, *Diário de notícias* 20/11/1936 p.6).

O tema abordado com mais vagar era justamente o que dizia respeito ao exame do hímen e da constatação do defloramento, tendo-se em vista o trabalho de Afrânio no Serviço de identificação, onde pôde fazer milhares de observações e registrar diversos casos, como já mencionado, confrontando-os com as teorias de então, comprovando umas e refutando outras. Era a partir desta experiência que Peixoto procurava normatizar o modo de proceder do perito nestes casos, considerando as repercussões sobre a vida dos envolvidos, como violência e humilhação pública. Por isso recomendava prudência em relação aos casos de difícil determinação da atividade sexual, tal como seria o caso de mulheres com himens complacentes.

A despeito de todo o investimento na instrução pericial nos casos relativos ao exame e conhecimento dos vários tipos de himens, Afrânio, a partir de sua noção de amor livre afirmava ser o momento de que o “tabu do hímen” ficasse no passado, momento de “abolir dos Codigos, o ‘antigo’ crime de defloramento”, pois “a honra já não estará nessa membrana; a felicidade conjugal não começará com uma violação legal, lesão corporal portanto, crime, permitido pelo casamento...”⁹⁹⁹

Vários dos temas abordados no *Sexologia Forense* já havia aparecido em outras obras, com o mesmo teor ou em trabalhos originais, tal como o breve comentário que fez no tópico “Sugestão, hipnotismo e mediunidade” partia do artigo *Viol et médiumité*, publicado no mesmo ano em dois periódicos: o francês *Annales D’Hygiène Publique et de Médecine Légale* e no carioca *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Medicina Legal*, sob o título Violência carnal e mediunidade. Contudo, a obra se insere no rol de questões do campo médico legal das primeiras décadas do século XX, em que é possível encontrar diversas discussões dedicadas ao tema nos periódicos não especializados e de ampla circulação, bem como a publicação de livros¹⁰⁰⁰ e teses¹⁰⁰¹ e artigos científicos¹⁰⁰² voltados ao tema. A preocupação dos médicos em relação ao espiritismo à época girava em torno da associação entre esta prática e a produção de doença mental, especialmente nos indivíduos considerados

⁹⁹⁹ Peixoto, Afrânio. *Sexologia Forense*. Rio de Janeiro : Editora Guanabara, p.202.

¹⁰⁰⁰ Livros como o de Xavier Oliveira, ‘Espiritismo e loucura: Contribuição ao estudo do factor religioso em psiquiatria’ (1931) e ‘O espiritismo no Brasil: contribuição ao seu estudo clínico e medico legal’ (1931), publicado por Leonídio Ribeiro e Murilo Campos

¹⁰⁰¹ Oscar dos Santos Pimentel pela FMRJ, ‘Em torno do espiritismo’ (1919), e de João Coelho Marques, pela mesma faculdade, ‘Espiritismo e idéias delirantes’ (1929)

¹⁰⁰² A exemplo de ‘Delirio espirita episódico nas classes populares do Rio de Janeiro’ (1938), de Henrique Roxo, publicado nos *Archivos Brasileiros de Medicina*.

de temperamento nervosos. Além disso, questionavam-se as práticas de cura realizadas dentro do espiritismo e finalmente sua associação com a criminalidade¹⁰⁰³.

A despeito de reconhecer o espiritismo como um conjunto complexo de fenômenos – possivelmente explicáveis dentro do campo da psicologia a partir de conceitos como o de desagregação de consciência e hipnose – Afrânio deixava claro que sua via de inserção na discussão acerca do espiritismo foi pela questão criminal, especificamente da violência sexual. Tal acontecimento teria permitido Peixoto conhecer o espiritismo popular difundido no Brasil entre as “classes inferiores”. Munido de seu espírito investigativo, Afrânio teria frequentado sessões espíritas em uma das casas dedicadas a tal prática na cidade do Rio de Janeiro, primeiro, conforme conta, misturado à multidão de crentes e em seguida como um simples curioso.¹⁰⁰⁴

O caso que teria levado Afrânio a se interessar pelas práticas espíritas realizadas no Rio de Janeiro teria tido sua origem no caso de Idalina, uma jovem de dezesseis anos que teria sido violada por um espírito durante uma sessão mediúnica. O caso teria sido levado ao Serviço Médico Legal que confirmou a defloração. A despeito de Idalina ser a vítima é dela que se apresenta o perfil e os antecedentes familiares: seu pai abusaria de bebidas alcoólicas e teria morrido de pneumonia dupla; sua mãe seria sã, mas seu irmão mais velho sofria de grandes crises convulsivas. Quanto à Idalina, após os sete anos se tornaria impressionável e nervosa, chegando mesmo a ter visões, o que se agravaria durante seu período menstrual onde sentiria dores de cabeça, pesadelos e alucinações hipnagógicas.¹⁰⁰⁵

Idalina teria começado a frequentar as sessões espíritas por iniciativa de sua mãe e recebera de Bonfim, espírito fundador da associação que realizava as sessões, o convite de desenvolver sua mediunidade. Com o consentimento da mãe, Idalina passaria a realizar exercícios com Bonfim no lugar onde se realizavam as sessões. Bonfim teria promovido a aproximação de Idalina, inclusive de seu meio familiar, no período em que frequentava o centro e desenvolvia sua mediunidade, estabelecia-se assim uma relação de confiança que lhe permitiria, em um de seus encontros, ficar a sós com a adolescente. Segundo relato de Idalina, Bonfim teria invocado um espírito, momento em que a jovem sentiria seus olhos fechar e a partir do que teria somente vagas impressões, voltando a si com dores pelo corpo, na cabeça, ventre e partes genitais, recebendo a recomendação de não contar nada daquilo a

¹⁰⁰³ Para uma análise da discussão entre saber médico psiquiátrico e a prática espírita no Brasil consultar: Almeida, Angélica Aparecida Silva de. *Uma fábrica de loucos: psiquiatria x espiritismo no Brasil (1900-1950)*. Campinas, SP, 2007. (Tese).

¹⁰⁰⁴ Peixoto, A. Viol et médiumité. *Annales D'Hygiène Publique et de Médecine Légale*. Serie 4, nº12 – Paris: Jean-Baptiste Baillièrre, 1909, p. 90

¹⁰⁰⁵ *Ibidem*, p. 82-3

ninguém. O caso de Idalina só seria conhecido quando seu noivo, um jovem operário que também frequentava as sessões espíritas, soube de acusações de mau procedimento de Bonfim em relação a outras jovens, resolvendo inquirir se o mesmo não havia acontecido com sua noiva.

O intuito de conhecer a verdade daqueles acontecimentos seria o objetivo expresso por Afrânio ao frequentar as sessões espíritas, visava estudar pessoalmente os fatos que aconteciam nestes eventos, e assim tinha oportunidade de analisar cientificamente o desenrolar daquelas atividades. Afrânio esquadrihava a sessão espírita passo a passo, “fixação de atenção”, “monoideação”, “sugestão”, “fadiga de atenção”, são termos que atribuem um sentido científico àqueles eventos bem como a seus resultados. Tratava-se, segundo sua interpretação, de uma sugestão coletiva. Afrânio atribuía a estas sessões e aquelas destinadas aos exercícios de mediunidade a produção de acidentes nervosos, de crises convulsivas e delirantes e de manifestações históricas.¹⁰⁰⁶ A conclusão de Afrânio era que a prática espírita que testemunhara produziria estados de desordem mental a ponto de levar indivíduos a internação no HNA, tal como presenciara, mesmo a despeito de não poder afirmar se o caso era puramente de fraude e má-fé ou simplesmente uma mistura de superstição e sugestão e histeria, concluindo:

En somme, de ce que j’ai observe dans les séances de Bomfim, j’ai tiré la conclusion qu’il possède un **laboratoire empirique de suggestions et d’hystérie**, ou l’automatisme et la subconscience portent le nom de manifestations spirites. J’en ai, en outre, conclu que, d’après l’état de passivité automatique auquel il réduit ses médiums féminins dans les séances publiques ele les séances privées, il peut fort bien en abuser sans difficulté, quand il a occasion d’operer sur eles sans témoin.¹⁰⁰⁷

Por meio de tal estudo Afrânio dizia poder responder sem hesitar às questões propostas pela justiça, afirmando a defloração com violência ou propriamente o estupro, em que levava em consideração os termos da lei penal que naquele período o definiria como o ato pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, virgem ou não. A definição de violência não se restringiria ao uso da força física, mas ao uso de meios que privassem a mulher de suas faculdades psíquicas e conseqüentemente da possibilidade de se defender, citando a propósito a hipnose, o clorofórmio, o éter e demais substancias anestésicas e narcóticas.¹⁰⁰⁸

¹⁰⁰⁶ *Ibidem*, p.91

¹⁰⁰⁷ *Ibidem*, p.92. Grifo meu.

¹⁰⁰⁸ *Ibidem*, p.93

* * *

A análise da trajetória de Afrânio Peixoto e de suas obras possibilitou conhecer o desenrolar de anos importantes da história da medicina legal no Brasil. Foi possível observarmos o desenvolvimento da formação acadêmica a partir de iniciativas como o Curso de Medicina Pública na FMRJ e o de Criminologia na Faculdade de Direito. Por outro lado, o campo médico-legal também se estabelecia a partir da instituição e reformas de serviços, desde o primeiro necrotério público do Rio de Janeiro, em meados do século XIX, até a constituição do Serviço Médico-Legal, sob a orientação de Afrânio em início do século XX.

Por meio de suas obras foi possível avaliar a contribuição de Peixoto ao desenvolvimento do campo, tanto quando discutia e afirmava filiações e conceitos, quanto discutia aquilo que considerava conhecimento atrasado e sem fundamentação científica, o que faria desde sua tese inaugural a propósito dos conceitos lombrosianos. Os parâmetros por ele adotados contribuíram na formação do campo médico-legal brasileiro em níveis diversos, sua perspectiva serviu para pautar regulamentos e normas legais, como aquele que regulou o serviço de autópsia do DF, bem como o material didático que publicou esteve nas bases do ensino superior dos médicos-legistas, o que é notável quando vemos a longevidade de edições de obras como o manual *Elementos de medicina Legal*. Acredito que a análise esmiuçada dos temas que Afrânio abordou, bem como os modos de argumentação que utilizou nos permitiram conhecer sua perspectiva a respeito do que deveria se constituir o fazer científico em medicina legal, especialmente dos que se dedicavam à prática pericial: pautada em normas para seu exercício, delimitando as questões que estariam sob a alçada daquele especialista, e estabelecendo quais os conhecimentos pertinentes à formação deste profissional: inicialmente a higiene e a medicina legal, nos anos 30 agregando a psicanálise e da endocrinologia .

Na discussão dos temas abordados em seus livros chamo atenção para as reiteradas críticas metodológicas que Afrânio tecia sobre o conhecimento estabelecido, tal como pudemos ver acerca do uso indiscriminado do conceito de degeneração, de sua articulação com o crime e especificamente em relação à associação determinista da epilepsia ao crime. Além disso, chama atenção a indicação de conteúdos sociais presentes em apreciações e conclusões científicas, o que também é objeto de ponderação e crítica de Afrânio Peixoto, especialmente quando discutia o conhecimento que se constituía sobre a sexualidade e os delitos sexuais.

Foi possível demonstrar o quanto o círculo médico científico brasileiro estava conectado ao que se passava na Europa, bem como verificar os esforços em não somente absorver conhecimento como também construir um diálogo com os cientistas estrangeiros,

divulgando as pesquisas feitas a partir da realidade nacional, suas características e estatísticas. Esta estratégia, tal como vimos foi em certo sentido bem sucedida, o que é passível de comprovação a partir dos registros de que a produção dos cientistas brasileiros chegava a ser apreciada e divulgada em âmbito internacional, a exemplo da saudação de Locard ao regulamento de autópsias publicado por Peixoto.

Tal como disse inicialmente, a análise aqui empreendida se fundamenta em um recorte das obras de Peixoto em medicina legal, consideradas na cronologia de suas publicações e relacionadas com o contexto mais amplo, tanto da trajetória profissional de Afrânio, dos acontecimentos sociais de seu período e da própria produção daquele campo científico. Este procedimento possibilitou perceber transformações importantes em seu discurso, às quais atribuo justamente à necessidade de negociar sua perspectiva diante dos conhecimentos que se legitimavam dentro do campo. Isto fica claro, por exemplo, quando vemos que por toda sua obra Afrânio chama atenção para a determinação da cultura e da educação no desenvolvimento humano para além de uma determinação puramente biológica.

Com a ascensão dos estudos em biotipologia e endocrinologia é possível ver Afrânio absorvendo as teorias que atribuíam às secreções glandulares boa parte do que um indivíduo era: não somente seu corpo, como também sua personalidade. Contudo, o interessante a notar é que o reconhecimento e mesmo divulgação destas teorias não anulava a perspectiva cultural que Peixoto vinha defendendo sobre a formação humana. Isto pode ser verificado quando vemos que tais enfoques eram encontrados em um mesmo livro, tal como em *Criminologia*. Assim, se por um lado vemos Afrânio, na década de 1930, operando com teorias de cunho mais determinista como a endocrinologia, por outro veremos também a manutenção de sua perspectiva de início do século, na afirmação de uma interpretação social do crime e da afirmação de que o combate à criminalidade haveria de passar por uma reforma social. Deste modo, se a faceta biológica recrudescia em importância para entender o ser humano, o aspecto social e cultural também permaneceria essencial, sobretudo quando vemos a perspectiva de Peixoto que muitas vezes tomava a educação enquanto profilaxia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acompanhar parte da trajetória de Afrânio Peixoto me levou a conhecer aspectos diversos da constituição do campo médico-científico no Brasil de início do século XX. Suas obras constituem a espinha dorsal desta tese onde procurei analisar o conteúdo que expressava, os autores com os quais Afrânio conversava, bem como as conclusões a que chegava. As publicações de Afrânio são o veículo em que este divulgava sua perspectiva sobre os objetos científicos que perseguiu relativos os campos médicos específicos em que atuou, assim como seu ponto de vista sobre a própria conformação destes, bem como de instituições e práticas correlatas. Deste modo, a análise de sua trajetória pretendeu contribuir para a compreensão da constituição dos campos da higiene, da psiquiatria e da medicina legal do Brasil. Para isso foi preciso compreender o contexto de desenvolvimento destes campos científicos em suas relações com o cenário social da época marcado, sobretudo, pela diversidade de projetos dedicados a conhecer o país e sua população, conformando saberes que pudessem orientar a intervenção social para a promoção de uma nação civilizada. Assim, foi possível identificar não somente o conhecimento estabelecido como também acompanhar alguns de seus processos de legitimação, atravessados por atos mais ou menos dramáticos de disputas e negociações.

É também importante pensar na tipicidade de Afrânio Peixoto, isto é, a representatividade de sua trajetória diante dos demais intelectuais e cientistas de seu período. Peixoto construiu sua trajetória intelectual e profissional entre os espaços literários e científicos, mas não era o único. Assim, conhecer as ferramentas que utilizou na promoção de sua carreira e de suas obras é importante já que elas representam os instrumentos mais ou menos disponíveis àqueles grupos sociais. Neste sentido, chamo atenção não somente para os pertencimentos institucionais, presente também no intenso associativismo científico, como também para as estratégias de caráter mais individual, mais dependentes do contexto de relações interpessoais dos indivíduos. Este último ponto pôde ser analisado por meio de parte do arquivo pessoal de Afrânio Peixoto, ao observarmos como a sociabilidade que manteve na intelectualidade carioca deu origem e intensificou relações pessoais que possibilitaram a ascensão a novas posições profissionais. São exemplos a amizade com o conterrâneo baiano, JJ Seabra, ministro da justiça e negócios e interiores, personagem essencial para entendermos os primeiros anos de Afrânio no Rio de Janeiro, ou ainda a frequência a livraria Garnier que o pôs em contato com o grupo da ABL ao qual se associaria mais tarde. Também foi possível

perceber a atuação de Afrânio frente ao mercado editorial da época, promovendo a publicação e reedições de suas obras e fomentando seu reconhecimento intelectual, ao mesmo tempo em que explorava uma via de ganhos financeiros.

Além disso, é importante notar que a despeito de ter que responder sobre ser um médico-literato, esta dupla inserção intelectual serviu para retroalimentar estes dois tipos de produção escrita. Suas relações sociais facilitavam a tarefa de conseguir editores para suas obras em higiene e medicina legal, o que lhe valeu, por exemplo, a publicação de *Elementos de Medicina Legal* em 1910. Além disto, seus livros científicos se tornavam também um bom negócio para os editores, o que não só garantiu a viagem que desejava realizar à Europa, como também abriu caminho para publicação de seu primeiro romance, *A Esfinge*, pelo livreiro Francisco Alves em 1911. Afrânio alcançou os meios de promover a publicação de livros, científicos ou literários, agenciando não apenas seu reconhecimento intelectual, mas também o próprio mercado editorial que então se desenvolvia.

Tal como vimos, a trajetória de Afrânio se desenrolou em uma conjuntura social específica, contexto gerado a partir da proclamação da república e conseqüentemente da instituição de novas formas administrativas, o que implicava a criação e a reforma de serviços governamentais, como a reforma do Hospício Nacional de Alienados entre 1904-1905 e a reforma do Serviço de Medicina Legal, em 1907. Este foi um período de intervenções sociais que se justificavam na necessidade de superar o passado monárquico, associado ao atraso, em busca de uma modernização pautada no ideal de uma civilização aos moldes das sociedades europeias. Este contexto refletia diretamente nas ciências de início do século XX como pudemos verificar nas obras de Afrânio, especialmente naquelas relativas ao campo da higiene.

A atuação de Afrânio acerca da higiene estava estreitamente vinculada à perspectiva que tinha sobre o futuro do Brasil, constituindo assim uma ciência de tons otimista e nacionalista, a ciência de cuidar de um país. Como vimos, a diversidade de objetos que ele abordou dentro do campo da higiene – como as práticas mortuárias, a proposta de uma educação sanitária e as proposições de regulamento de profissões como a dos barbeiros – obedeceu a uma mesma lógica, isto é: descrever e analisar práticas sociais presentes em nossa sociedade, sua população, seu clima, sua natureza e suas doenças, tudo a fim de constituir intervenções que beneficiassem o país. Sua higiene constituía arma de defesa nacional e sua principal batalha esteve justamente em dissociar a insalubridade dos trópicos e, portanto, da sociedade brasileira, de elementos imutáveis de nossa realidade, como clima e natureza. Negando o determinismo climático ou geográfico propunha para o país uma pauta

civilizatória ancorada na higiene. Isto o levava a produzir um diálogo e respostas à ciência europeia, principalmente quando esta se referia à inviabilidade de uma civilização nos trópicos. Ademais percebemos que a defesa nacional que Afrânio perseguiu também implicou confrontos no campo científico brasileiro da época.

Assim, perguntar qual a higiene de Afrânio Peixoto me levou a analisar as aparentes contradições de seus posicionamentos. Tal como vimos ele se servia de referenciais teóricos de uma higiene que remontava a meados do século XIX ao mesmo tempo em que explicitava as diferenças de sua perspectiva em relação a uma higiene mais antiga, baseada na teoria miasmática, e se declarava partidário da medicina experimental e do conhecimento representado pela bacteriologia. Entretanto, como demonstramos, em relação às controvérsias sobre a doença de Chagas, entre os anos de 1919 e 1922 ele refutou de forma veemente a constituição de um dos frutos da ciência médica experimental, a saber, a medicina tropical. Acompanhar as discussões de Afrânio em torno da doença de Chagas também foi importante para perceber a coexistência de dois modos de desenvolver o ofício médico-científico: a higiene que Afrânio representava dentro da FMRJ e a ciência experimental levada a cabo por Oswaldo Cruz e Carlos Chagas no IOC. Não se trata de associar tais personagens, respectivamente, a um tipo de ciência ultrapassada ou moderna, mas perceber a coexistência de modelos e perspectivas diversas na produção médico-científica naquele período.

Além disso, Afrânio sempre voltava seu discurso para a necessidade e influência da educação sobre a constituição social, seja naquilo que dizia respeito à formação profissional – como no caso da medicina legal onde somou esforços para a institucionalização de cursos de especialização –, seja no caso da proposição de intervenções higiênicas para a saúde da população, como com a educação sanitária, com seus manuais repassando conteúdos para formação de professoras e para currículos escolares. Essa ciência de cuidar do país incidia sobre o indivíduo, como vimos a propósito de seus *Fragments de Higiene*, e sobre a sociedade de modo mais amplo, tal como vimos em sua defesa do clima e da natureza. A associação da higiene com os destinos do país torna inteligível o fato de ser justamente este campo médico o palco de suas maiores discussões, inclusive as que traziam a tona argumentos de ordem política como as acusações de antipatriotísimo que surgiam durante as polêmicas como as da doença de Chagas e da Quinina do Estado.

A nota nacionalista também esteve presente em seus estudos relativos ao campo da psiquiatria e da medicina legal, o que é visto mais nitidamente em sua atuação na reforma do Hospital Nacional de Alienados. Entretanto, observamos que a reforma projetada por Juliano Moreira já iria acontecer e Afrânio não era, em princípio, aquele que iria administrá-la,

embora pareça ter desempenhado seu papel de modo exemplar. A reforma foi tida naquele período como obra de humanização da assistência aos alienados, índice fundamental da civilidade de um povo. Além disso, foi possível perceber como aquela reforma se pautou em um ideal de modernização não somente da aparelhagem manicomial, como também de regeneração da população. Tal como vimos, Afrânio Peixoto e Juliano Moreira percebiam que o cuidado do indivíduo correspondia ao esforço de regeneração da própria espécie, o que deveria ser estudado nas teorias e aplicado por meio da proposição de técnicas mais adequadas à realidade brasileira que se pesquisava para conhecer. Tais idéias voltadas para o campo psiquiátrico foram mais divulgadas em artigos de periódicos nacionais e internacionais e participação em congressos do que por meio de manuais.

Este mesmo ideal de civilização para o país se fazia presente em seus trabalhos na medicina legal, onde Afrânio também se colocava em diálogo com as teorias estrangeiras, como era próprio do mundo das ciências à época. Em obras como sua tese *Epilepsia e crime*, Afrânio promovia um verdadeiro escrutínio das diversas teorias daquele campo, discutindo não somente seu conteúdo como também a metodologia empregada, de modo a tecer pontos de continuidade e de oposição entre a sua posição e a dos autores estudados. Analisar as publicações de Afrânio Peixoto, sublinhando seus argumentos e contra-argumentos permitiu demarcar modos expressivos de construir o conhecimento psiquiátrico e médico legal daquele período, onde ressaltou não apenas as discussões com as teorias européias, mas também a comparação de conceitos e de estatísticas que visavam adequar a construção do quadro nosológico internacional à nossa realidade, como fez com a paranoia, a epilepsia e a loucura maníaco-depressiva; parte dos esforços de construir uma classificação psiquiátrica brasileira. A construção de uma psiquiatria brasileira também é asseverada quando vemos que aqueles médicos realizavam experiências no HNA, instituindo um espaço-laboratório de práticas. A comunicação das pesquisas realizadas e seus resultados, assim como no caso dos conhecimentos psiquiátricos, se fizeram por meio de artigos em periódicos nacionais e participação em congressos internacionais. Afrânio participava destes encontros científicos e se colocava apto a discutir suas assertivas, em certos casos sujeito a críticas severas, como ocorrera em 1906 no XV Congrès International de Médecine a respeito das proposições de Moreira e Peixoto acerca da paranoia.

Por outro lado, a análise das obras e da atuação de Afrânio na medicina legal permitiu vislumbrarmos como esta constitui peça importante da história deste campo no Brasil. Isto fica nítido por meio de três elementos: a confecção de material didático com a longa publicação de seu manual *Elementos de Medicina Legal*, mas também nos esforços de

normatização de procedimentos como o regulamento de autópsia do Distrito Federal elaborado; e sua atuação na reforma do serviço médico-legal. Contudo, foi possível verificar que, ao contrário de sua participação na área mais estritamente psiquiátrica que então se institucionalizava em separado da medicina legal (ainda que com ela estivesse articulada, como vimos em relação ao debate sobre os diagnósticos), Afrânio manteve-se atuante no campo médico-legal por todo o período que estudamos. Esta sua atuação mais duradoura pode ser percebida por meio da criação de novos métodos periciais, como o seu método de inspeção de nasofaringe; da manutenção da publicação de seu manual e da elaboração de obras novas como o *Sexologia Forense* (1934) e o *Criminologia* (1933), as quais agregavam perspectivas até então inéditas nos escritos de Afrânio, a saber, a teoria psicanalítica da personalidade e a endocrinologia. Assim, Afrânio participou ativamente da promoção e atualização deste campo como a realização do Curso de Medicina Pública que para ele respondia à necessidade de especialização e ampliação da área de intervenção daquele saber, embora mais uma vez possamos perceber que sua posição não era unanimidade. Afrânio, por meio de seu discípulo dileto, Leonídio Ribeiro, manteve sua influência na medicina legal nos eventos desenrolados na década de 1930, como a implantação do serviço de identificação, cujo modo de funcionamento seguia os moldes de outras instituições do início do século XX, as quais serviam, ao mesmo tempo, a dois mestres: a administração pública e a ciência.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Decretos e Leis – Consultados em <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>

Decreto nº 598, de 14 de Setembro de 1850
Decreto nº 828 de 29 de setembro de 1851
Decreto nº 1746, de 16 de abril de 1856.
Decreto 7.247 de 19 de Abril de 1879
Decreto nº 8.024, de 12 de Março de 1881
Lei nº 3.141, de 30 de Outubro de 1882
Decreto nº 9.886 de 7 de março 1888
Decreto nº 142 A, de 11 de janeiro de 1890
Decreto nº 206A, de 15 de fevereiro de 1890
Decreto do governo provisório nº 1232H de 2 de janeiro de 1891
Decreto nº 3.640 de 14 de abril de 1900
Decreto nº 4.864 de 15 de Junho de 1903
Decreto nº 6.440 de 30 de março de 1907
Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915.
Decreto nº 13.000 de 1 de maio de 1918
Decreto nº 13.001, de 1 de Maio de 1918
Decreto nº 13.159, de 28 de Agosto de 1918
Lei nº 3.987, de 2 de Janeiro de 1920

Notícias de jornais – consultados em <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro. 01 de abril de 1883, p. 2
Gazeta da Tarde. Rio de Janeiro. 11 de abril de 1883, p. 3
A sombra de Serodio. Rio de Janeiro *Gazeta de Noticias*. 17 de junho de 1883, p. 3
Faculdade de Medicina. Rio de Janeiro. *Gazeta de Noticias*. 17 de junho de 1883, p. 3
Os applausos do ensino obrigatório. Rio de Janeiro *Gazeta de Noticias*. 21 de junho de 1883, p. 3.
Faculdade de Medicina. Rio de Janeiro. *Gazeta de Noticias*. 21 de junho de 1883, p. 3.
Assassinato em Cascadura: A foice e a punhal. *Jornal do Brasil*. 15 de novembro de 1900. p. 5.
J. dos Santos. Cronica Literaria. *A Noticia*, Ano XVI, 15 de dezembro de 1901 - p. 1
Serviço Medico Legal da Policia. *Jornal do Brasil* - 17 de janeiro de 1903 - p. 2.
Gabinete Medico-Legal. *A Noticia*. Rio de Janeiro. Ano X - N. 17 - 20/21 de janeiro de 1903
Os médicos da polícia. *Correio da Manhã*. 22 de janeiro de 1903, p. 2.
Morto vivo. *A Noticia*. 12/13 de maio de 1905, p. 2
O Gabinete Medico Legal. Uma interview - Serviço defeituoso - Morrer ao nascer - As verificações de óbito - Assistencia publica. *A Noticia*. 8/9 de janeiro de 1906.
Gabinete medico legal da Policia. *Correio da Manhã*. 17 de janeiro de 1906. p. 2
O Gabinete Medico Legal: regulamento sem nome - O necroterio publico - Plano de reforma - O bode expiatorio. *A Notícia*. 10-11 setembro de 1906.
Peixoto, Afrânio. Ecos. *A Lanterna*. 4 de novembro de 1910.
Souza Bandeira. Afranio Peixoto. *A Imprensa*. RJ, Ano VIII, nº1312, 26 de julho de 1911 p. 1
Livros novos. *O Paiz*. 26 de agosto de 1911, p.2
M.A. De Lonje... *A Noticia*. Ano XVIII - nº224 - 23 de setembro de 1911, p. 1

Fora do Sério. *A Epoca*. 14 de março de 1913, p. 1

José Veríssimo. Maria Bonita. *O Imparcial*. 30 de novembro de 1914 - p. 2

O novo curso de medicina publica. *A Noite*. 05 de fevereiro de 1917, snp.

Na Faculdade de Medicina. A criação de um curso de medicina publica. *Correio da Manhã*. 06 de fevereiro de 1917.p.8

Com licença do ministro do interior. O curso de medicina publica vae funcionar no Gabinete Medico da Policia. *Correio da Manhã* 01 de maio de 1917 p.9

Curso de Medicina Publica. *O Imparcial*. 01 de maio de 1917. p.4

Valverde, B. Coisas Medicas. O curso de Medicina Publica. *Correio da Manhã*. 24 de maio de 1917. p.2

O novo curso de Medicina Publica. Dois medicos legistas se oppõem ao seu funcionamento no Gabinete Medico Legal. *Lanterna. Ultima Hora*. 15 de novembro de 1917 p. 3

Doutores em saúde publica. Os novos medicos peritos de Medicina Legal e Hygiene. *Ultima Hora.A Rua*. 20 de dezembro de 1917. p.3

Correio da Manhã. 30 de abril de 1918 p. 4

Um curso de Medicina Publica. Os primeiros diplomados em medicina legal. *Correio da Manhã*. 18 de maio de 1918. p. 3

Um monstruoso attentado. Pelo Direito e pela Moral! Um grave escandalo para o Serviço Medico Legal do Districto Federal. *A Noite*. 20 de maio de 1918. p.1

Uma questão seria. *O Imparcial*. 21 de maio de 1918 p. 4.

Um monstruoso attentado. Sobre o curso de medicina no gabinete medico legal. Uma entrevista com o Dr. Diogenes Sampaio - Discursos no Congresso. *A Noite*. 24 de maio de 1918. p. 2

Um monstruoso attentado á moral. O escandaloso caso do curso de Medicina Publica. *A Noite*. 25 de maio de 1918 p.1

Antonio Leão Velloso. Um debate. *Correio da Manhã*. 27 de maio de 1918 p. 2

Gil Vidal. Um caso de medicos. *Correio da Manhã*. 27 de maio de 1918 p. 2

Proença, P. O Serviço Medico-legal do Districto Federal. *Correio da Manhã*. 27 de maio de 1918. p.4

O Imparcial. 31 de maio de 1918, p. 6

Associação Medico-Cirurgica do Rio de Janeiro. *Correio da Manhã*. 14 de junho de 1918. p.6

Correio da Manhã 1 de agosto de 1919, p. 3

Figueiredo. Pelo saneamento do Brasil, *A Epoca*, 14 de julho de 1919.

Pelo nosso renome scientifico. O dr. Carlos Chagas e a Trypanosomiase Americana. Um ataque injusto. *A Época*. 24 de agosto de 1919.

Menotti Del Picchia. Fruta do Mato: um romance nacional. *Correio Paulistano*. 13 de janeiro de 1920 - p. 1

Um exaggero: O Brasil é um vasto hospital! *A Noite*. 17 de agosto de 1920. p.1

A molestia de Chagas. A sua difusão no Brasil em quasi toda a America. *A Rua*. 18 de agosto de 1920

Medeiros, Mauricio. O rei e as extravagancias. *O Imparcial*. 3 de outubro de 1920.

Os debates da sciencia. Outra vez em ordem do dia a 'Molestia de Chagas'. *A Noite*. 11 de dezembro de 1922.

Turvando a sciencia. A molestia de Chagas e a attitude da Academia de Medicina. *A Noite* 15 de dezembro de 1922.

Uma empolgante questão scientifica. *O Imparcial*. 17 de novembro de 1923 p.4

Debate que se anima. A Academia de Medicina continuará hoje a discutir o "Mal de Chagas". *A Noite*, 22 de novembro de 1923, p.1

Uma notavel sessão na Academia de Medicina. *Correio da Manhã* 7 de dezembro de 1923, p. 3

A nota científica. Em torno á discussão da Molestia de Chagas na Academia Nacional de Medicina. *A Noite* - 24 de dezembro de 1923. p.7

J.P. Fontenelle. A momentosa questão da quinina do Estado. *Diario de Medicina Rio de Janeiro*, 26 de julho de 1925.

Pinotti, Mario. Quinina do Estado. Comunicação do Dr. Mario Pinotti - sua discussão. *Diario de Medicina Rio de Janeiro* - 26 de julho de 1925

A Argentina e a repressão do alcoolismo. O mundo pelo Telegrapho. *Gazeta de Noticias*, 11 de agosto de 1925, p. 5.

Chagas, Carlos. A quinina do Estado. As acusações infundadas do deputado Afranio Peixoto. Em substanciosa dissertação científica o Dr. Carlos Chagas refuta as asserções daquele professor de hygiene. *A Noticia*. 17 de agosto de 1925.

O alcoolismo na França. *Gazeta de Noticias*, 23 de agosto de 1925, p. 9

Sinhazinha. *Correio da Manhã* – 26 de fevereiro de 1929 - p.3

Cinema Brasileiro. *A Noite* – 02 de abril de 1937 - p. 6

Cinematographia. *Correio Paulistano*. 16 de setembro de 1937 - p.10

Notícias de jornais – consultados na Casa de Afrânio Peixoto – Museu Lençóis – BA.

Azevedo, P. As memorias do Sr. Epitacio Pessoa. O sr. Paulo Azevedo, proprietário da Livraria Alves. declara a *O Jornal*, que o 'Pela verdade' foi o maior exito de livraria que elle ainda teve como editor.

Ultimas Notícias. Academia de Medicina. O dr. Carlos Chagas faz a defesa dos seus estudos e das suas investigações scientificas. *O Jornal*, 27 de dezembro de 1923

Medeiros, Mauricio. A quinina do Estado. *Diario de Medicina* - Rio de Janeiro - 24 de julho de 1925

Recorte do jornal *O Globo* pertencente ao acervo do MCAP e datado de 30 de dezembro de 1933

Peixoto, Afrânio. Apresentação do Boletim da Universidade do Distrito Federal, 1935.

Livros, artigos e discursos.

Aranha, Graça. Discursos Acadêmicos. Academia Brasileira de Letras. Tomo I - vols. I-II-III-IV, 1897-1919, Rio de Janeiro, 2005.

Azevedo, F. O Manifesto dos pioneiros da educação nova. Revista HISTEDBR On-line, Campinas. Nº especial, p.188–204, ago. 2006. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/>

Bilac, O. No Hospicio Nacional: uma visita á secção das creanças. *Kosmos*. Rio de Janeiro, ano 2, Fevereiro de 1905, snp.

Bittencourt, A. F. M. Considerações clinicas acerca da Paralysisa geral. These de concurso á cadeira de Clinica Psychiatrica apresentada a Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador: Imprensa Popular, 1886.

Castro, Francisco. Discursos Acadêmicos. Academia Brasileira de Letras. Tomo I - vols. I-II-III-IV, 1897-1919, Rio de Janeiro, 2005.

Castro, Aloísio. Discursos Acadêmicos. Academia Brasileira de Letras. Tomo I - vols. I-II-III-IV, 1897-1919, Rio de Janeiro, 2005.

Congressos Medicos. Segundo Congresso Medico Latino Americano. *Brazil-Medico* Ano XVII n. 45 - 1 de dezembro de 1903 p.470-71

Chronica e Noticias. Faculdade de Medicina da Bahia. Brazil-Médico. 08 de abril de 1903, p. 140

Chronica e noticias. *Brazil-Medico.* 22 de agosto de 1899. p. 316

Costa, Fernandes. *Afrânio Peixoto e a sua obra.* Paris – Lisboa: Livraria Aillaud e Bertrand, 1920.

Cruz, Oswaldo. *Discursos acadêmicos.* Tomo I, volumes I - II - III - IV - 1897/1919. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005.

Leão et al. *Afrânio versus Afrânio.* Niterói: Tipografia Jerônimo Silva, 1922.

Locard, Edmond. Décret règlementant au Brésil l'exercice de la médecine légale – L'assistance des enfants abandonnés em Italie. – statistique de l'émigration italienne. Chronique Latine. Revue critique. *Archives D'anthropologie Criminelle de Criminologie et de Psychologie Normale et Pathologique.* Tomo 18 – 1903.

Medeiros e Albuquerque. Afrânio Peixoto. Separata dos *Archivos de Medicina Legal e Identificação.* Vol 14, janeiro de 1937.

Moreira, J. Rudolf Virchow - Traços geraes de sua vida. *Gazeta Medica da Bahia.* Vol. XXXIII - Nº4 - Outubro de 1901

Moreira, J; Peixoto, A. A paranoia e os syndromas paranoides. Trabalhos Originaes. *Brazil-Medico.* Ano XVIII - Num. 19 - 15 de maio de 1904

Moreira, Juliano. Notícia sobre a evolução da assistencia a alienados no Brasil. *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins,* vol.1, n. 1, 1905.

Moreira Juliano. Assistência aos epiléticos: colônias para eles. *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins,* Rio de Janeiro, vol. 1, n.2., 1905.

Moreira, Juliano e Peixoto, Afrânio. Les Maladies Mentales dans le Climats Tropicaux. In: *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins.* 2(1), 1906.

Moreira; Peixoto. La paranoia legitime: son origine et nature. *XV Congrès International de Médecine.* Lisbonne: Imprimerie Adolpho de Mendonça, 1906.

Moreira, Juliano. Classificações em medicina mental. *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins,* Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.93-115. 1919.

Morel, B. A. *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine et des Causes qui produisent ces variétés maladives*. Paris: Chez J. B. Baillièrre, 1857.

Peixoto, Afrânio. *Epilepsia e crime*. Salvador: Oliveira e Companhia. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, 1898.

Peixoto, Afrânio. Inspecção do naso-pharynge por um novo processo de autopsia. *Gazeta Medica da Bahia*. Vol. XXXIII - Nº1 - Julho de 1901.

Peixoto, Afrânio. Virchow - medico-legista. *Gazeta Medica da Bahia*. Vol XXXIII - Nº4 Outubro de 1901

Peixoto, Afrânio. Fragmentos de Hygiene. *Gazeta Medica da Bahia*. Bahia, v. XXXIII – nº5, Nov. 1901

Peixoto, Afrânio. Fragmentos de Hygiene *Gazeta Medica da Bahia*. v. XXXIII – nº6, Dez. 1901

Peixoto, Afrânio. Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz. Contribuição para o estudo dos culicídeos no Rio de Janeiro. Revista da Imprensa Medica. *Gazeta Medica da Bahia*, Bahia, v.XXXIII, n.6, p.285-286, dez.1901.

Peixoto, Afrânio. *Manual de thanatoscopia judiciaria*: Estudo medico-legal da morte, de accordo com a legislação brasileira vigente, destinado ao uso de magistrados, peritos e medicos peritos. Bahia: Typographia Bahiana, 1901.

Peixoto, Afrânio. As Egrejas. Fragmentos de Hygiene.*Gazeta Medica da Bahia*. 1902

Peixoto, Afrânio. O lenço e as doutrinas medicas do contagio da tuberculose por inalação. Fragmentos de Hygiene. *Gazeta Medica da Bahia*. 1902

Peixoto, Afrânio. Os escarradores. Fragmentos de Hygiene. *Gazeta Medica da Bahia*. 1902

Peixoto, Afrânio. O ideal hygienico de revestimento e pavimentação: a pedra de vidro e o vidro armado. Fragmentos de Hygiene. *Gazeta Medica da Bahia*. 1902

Peixoto, Afrânio. Um reparo hygienico sobre o vestuario feminino. Fragmentos de Hygiene.*Gazeta Medica da Bahia*. 1902

Peixoto, Afrânio. Serviço Medico-legal de Autopsias. *Gazeta Medica da Bahia*. vol XXXIV - Número 4 - Outubro de 1902.

Peixoto, Afrânio. Defesa social contra o alcoolismo no Brazil. Hygiene Publica. *Brazil-Medico*. Ano XVIII - nº 35 - 15 de setembro de 1904

Peixoto, Afrânio. “Defesa social contra a tuberculose”. *Brazil-Medico* Ano XVIII N. 34 8 de setembro de 1904

- Peixoto, Afrânio. Ministério da Justiça. Ministro JJ Seabra. *Relatório dos anos de 1904 e 1905*. Apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brazil. março de 1905
- Peixoto, Afrânio. Folie maniaque-dépressive. *Annales médico-psychologiques*. n° 01 - 1905.
- Peixoto, Afrânio. Clima e doenças do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1907.
- Peixoto, Afrânio ; Moreira, Juliano. Les maladies mentales dans les climats tropicaux. Revue critique. *Annales médico-psychologiques*. n° 06 - 1907.
- Peixoto, Afrânio. Climat et maladies du Brésil. *Annales d'hygiène publique et de médecine légale*. - série 4, n° 09, 1908.
- Peixoto, Afrânio. Viol et mediuñmité. *Annales D'Hygiène Publique et de Médecine Légale*. Serie 4, n°12 – Paris: Jean-Baptiste Baillièrè, 1909.
- Peixoto, Afrano; Vianna, Ulysse. Le diagnostic de la folie maniaque dépressive. Pathologie. *Annales médico-psychologiques*. n° 12 - 1910.
- Peixoto, Afrânio. Elementos de hijiene. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte: Francisco Alves & Cia, 1912.
- Peixoto, Afrânio; Couto, G. Noções de Higiene: livro de leitura para as escolas. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte: Francisco Alves & Cia, 1914.
- Peixoto, Afrânio. *Elementos de Medicina Legal*. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte: Francisco Alves & Cia, 1914.
- Peixoto, Afrânio; Netto, Coelho; Correa, Viriato, Medeiros e Albuquerque. *O Mysterio*. São Paulo: Edição da Revista do Brasil, 1920.
- Peixoto, Afrânio. Higiene: Higiene geral. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922.
- Peixoto, Afrânio. Higiene: Medicina Preventiva. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922.
- Peixoto, Afrânio. Higiene: Higiene geral. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1926.
- Peixoto, Afrânio. Higiene: Medicina Preventiva. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1926.
- Peixoto, Afrânio. Higiene: Higiene geral. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.
- Peixoto, Afrânio. Higiene: Medicina Preventiva. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.
- Peixoto, Afrânio. *Marta e Maria: Documentos de Acção Pública*. Rio de Janeiro: Tipografia da Sociedade Grafica Editorial (Lisboa), 1930.
- Peixoto, Afrânio. Comissão especial de combate ao alcoolismo da Câmara dos deputados: Combate ao alcoolismo e protecção ao alcool-motor. *Marta e Maria: Documentos de acção pública – post scriptum*. Rio de Janeiro: 1931.

Peixoto, Afrânio. Los missexuales. *Archivos de Medicina Legal*, ano 1, n.2, maio-junho, Buenos Aires, 1931.

Peixoto, Afrânio. Prefácio. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Companhia Editora Nacional, 1938. Disponível em <http://www.brasiliana.com.br/> Acessado em 23 de janeiro de 2014.

Peixoto, Afrânio. “O problema sanitário da Amazônia”. In: Cruz, O.; Chagas, C.; Peixoto, A. Sobre o saneamento da Amazônia, 1972.

Peixoto, A. *Discursos acadêmicos*. Tomo I, volumes I - II - III - IV - 1897/1919. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005.

Peixoto, Afrânio. Mário de Alencar. *Revista Brasileira*. Fase VII - out - nov - dez 2007 - Ano XIII - nº53

Peixoto, Afrânio. Francisco Alves - O pioneiro do livro didático no Brasil. Francisco Alves de Oliveira: (livreiro e autor). Moniz, E. (org.) Rio de Janeiro: ABL, 2009.

Peixoto, Afrânio. O Momento Literário. João do Rio (org.). Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000134.pdf>

Pena Júnior, Afonso. Discurso do senhor Afonso Pena Júnior. In: *Discursos Acadêmicos – Tomo III: 1936-1950*. RJ: Academia Brasileira de Letras, 2007.

Pereira, Pacifico. Ensino medico: Apontamentos para a historia da organização do Ensino Medico na Bahia. *Gazeta Medica da Bahia*. Anno XXX - Dezembro de 1898 - nº6. p. 262

Revista da Imprensa medica: O flagello alcoolico. *Gazeta Medica da Bahia*. Anno XXXI - Jul. 1899 - nº 1

Rodrigues, Nina. Um caso de loucura lucida - As providencias legais reclamadas pelos alienados d'este genero no direito brasileiro. Clinica Forense. *Brazil-Medico*. Ano XVIII - Num. 5 - 1 de fevereiro de 1904.

Seabra. J. J. Ministério da Justiça. Ministro JJ Seabra. *Relatório dos anos de 1904 e 1905*. Apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brazil. março de 1905
Sousa Bandeira. *Discursos acadêmicos*. Tomo I, volumes I - II - III - IV - 1897/1919. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005.

Viégas, Luiz dos Santos. O alcoolismo. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1902. Disponível em <http://bdigital.sib.uc.pt> - acessado em 6 de dezembro de 2013.

Bibliografia

- Barbosa, Francisco de Assis. A vida de Lima Barreto. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1988.
- Bragança, Aníbal. A Francisco Alves na História do Livro: uma introdução. Francisco Alves de Oliveira: (livreiro e autor). Moniz, E. (org.) Rio de Janeiro: ABL, 2009.
- Broca, Brito. A vida literária no Brasil - 1900. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- Benchimol, J. L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
- Benchimol, Jaime L., (coord.) *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.
- Benchimol, Jaime L., and Sá, MR., eds. and orgs. Adolpho Lutz: Viagens por terra de bichos e homens. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- Bignotto, Cilza. Monteiro Lobato e a edição de Mistério. Adami, Antonio ; Heller, Barbara e Cardoso, Haydée Dourado de Faria (orgs.). *Mídia, cultura e comunicação 2*. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.
- Bittencourt, C. M. F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, nº3, 2004.
- Bourdieu, Pierre. A ilusão biográfica. In: *Usos e abusos da história oral*. Amado, Janaína; Ferreira, Marieta (coord.) – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- Britto, Antonio Carlos Nogueira. Nota Histórica. A Faculdade de Medicina da Bahia na Época de Nina Rodrigues. *Gazeta Médica da Bahia* 2006;76:Suplemento 2 p.63-79
- Calmon, Pedro. Prefácio. Afrânio Peixoto, 1876-1947. Exposição comemorativa do centenário do nascimento. Catálogo da exposição. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1976.
- Carrara, Sérgio; Russo, Jane. A psicanálise e a sexologia no Rio de Janeiro de entreguerras: entre a ciência e a auto-ajuda. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 9 (2), 2002.
- Carrara, S. L. A história esquecida: os manicômios judiciários no Brasil. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*. 20 (1), 2010
- Carvalho, José Murilo de. *“Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi”*. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.
- Cerqueira, Ede Conceição B. A Sociedade Brasileira de Neuologia, Psiquiatria e Medicina Legal: debates sobre ciência e assistência psiquiátrica (1907-1933). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014.

Chagas Filho, C. Carlos Chagas Filho (depoimento, 1976/1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010.

Chalhoub, S. Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997.

Corrêa, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, BP: Edusf, 1998.

Corrêa, Mariza. Os livros esquecidos de Nina Rodrigues. Resenha Bibliográfica. *Gazeta Médica da Bahia*. 2006; 76: Suplemento 2. Disponível em <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/311/301>

Corrêa, Mariza. Raimundo Nina Rodrigues e a garantia da ordem social. *Revista USP*, São Paulo, n.68, p. 130-139, dezembro/fevereiro 2005-2006

Costa, Luis Edmundo de Melo Pereira da. O Rio de Janeiro do meu tempo. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/> Acessado em 9 de maio de 2014.

Coutinho, D; Saback, E. O histórico da psiquiatria na Bahia. *Gazeta Médica da Bahia* 2007;77:2(Jul-Dez) :210-218

Couto, Deolindo. Afrânio Peixoto: professor e homem de ciência. RJ: Cátedra Ed., 1976
Couto, Deolindo. Discurso do senhor Deolindo Couto. In: *Discursos Acadêmicos – Tomo III: 1936-1950*. RJ: Academia Brasileira de Letras, 2008.

Cunha, Olívia Maria Gomes. Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in) diferença no Rio de Janeiro (1927-1942). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

Dantes, Maria Amélia M. Fases da implantação da ciência no Brasil. In: *Quiju*. vol. 5, nº 2, maio – agosto de 1988, p. 265-275.

De Luca, Tania Regina. A revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

Dosse, François. O desafio biográfico: escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

Edler, Flávio. Medicina tropical: uma ciência entre a Nação e o Império. In: *Ciência, civilização e república nos trópicos: 1889 – 1930*. Heizer, A., Videira, A. (orgs.) Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010.

Edler, F. C. Afrânio Peixoto: Uma cruzada civilizadora por la nación posible. *Revista Biomedica*. vol. 23 nº3, 2012.

Engel, M.G. Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

Facchinetti, C.; Cupello; Evangelista. Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins: uma fonte com muita história. *História Ciências Saúde – Manguinhos*, vol. 17, supl.2, dez 2010, p527-535

Faquin, G.S. “Políticos da nova raça”: o Jardim de Infância e a experiência do poder na primeira república. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

Ferreira, Letícia Carvalho de Mesquita. *Dos Autos da Cova Rasa*. A identificação de corpos não identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 2007.

Figueirôa, Silvia F. de M. A propósito dos estudos biográficos na história das ciências e das tecnologias. *Fênix – Revista de história e estudos culturais*. Jul./Ago./Set. de 2007, v. 4 ano IV, nº3. www.revistafenix.pro.br

Finkelman, J., org. Caminhos da saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

Fonseca, M^a Rachel Fróes da. A saúde pública no Rio de Janeiro Imperial. In: *História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Pôrto, A; Sanglard, G.; Fonseca, M.R.F. da; Costa, R.G.-R. (Org.) Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

Gahyva, H. Brasil, o país do futuro: uma aposta de Arthur de Gobineau? *ALCEU* - v.7 - n.14 - p. 152 a 159 - jan./jun. 2007

Gasparello, A.M. A produção de uma disciplina escolar: os professores/autores e seus livros didáticos. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas - SP. v. 13 (33), 2013.

Gomes, Ângela de Castro. História, ciência e historiadores na primeira república. In: *Ciência, civilização e república nos trópicos: 1889 – 1930*. Heizer, A., Videira, A. (orgs.) Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010.

Gonçalves, J. F. Rui Barbosa: pondo as idéias no lugar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

Gonçalves, Monique. S. Os caminhos da loucura na Corte Imperial: um embate historiográfico acerca do funcionamento do Hospício Pedro II de 1850 a1889. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 393-410, 2009.

Gondra, José Gonçalves. Temperar a alma, retemperar os músculos: Corpo e História da Educação em Afrânio Peixoto. IX Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino-americana, 2009.

Guimarães, Valéria. Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem para o século XX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 323-349 - 2007.

Herschmann, Micael; Kropf, Simone; Nunes, Clarice. *Missionários do Progresso: Médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro. 1870-1937*. RJ: Diadorim Editora, 1996.

Hallewell, Laurence. O livro no Brasil: Sua história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

Jacobina, R. R. A prática psiquiátrica na Bahia (1874-1947): Estudo histórico do Asilo São João de Deus/Hospital Juliano Moreira. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 2001.

Jacobina, R. R.; Gelman, E. A. Juliano Moreira e a Gazeta Medica da Bahia. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.4, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v15n4/11.pdf> - acessado em 29/10/2013

Koshiyama, Alice Mitika. Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor. São Paulo: Edusp: Com-Arte, 2006.

Kropf, Simone P. Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação (1909-1962). Tese de doutorado. Niterói, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2006.

Kropf, Simone Petraglia. Carlos Chagas e os debates e controvérsias sobre a doença do Brasil (1909-1923). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul. 2009.

Kropf, Simone Petraglia. et al. Doença de Chagas: a construção de um fato científico e de um problema de saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5 (2): 347-365, 2000.

Laboratório de Higiene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/labhigrj.htm>

Labra, M. E. O movimento sanitário nos anos 20. Da conexão sanitária internacional à especialização em saúde pública no Brasil. Monografia apresentada a Escola Brasileira de Administração Pública. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1985.

Levi, Giovanni. Usos da biografia. In: *Usos e abusos da história oral*. Amado, Janaína; Ferreira, Marieta (coord.) – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Lima, Lamartine. A dimensão pública de Afrânio Peixoto, 2008.

Linton, D. S. Emil Von Behring: infectious disease, immunology, serum therapy. *American Philosophical Society*. Philadelphia, 2005

Lobo, Lília F. Os infames da história: A instituição das deficiências no Brasil. Tese de doutorado. Departamento de Psicologia, PUC-Rio Rio de Janeiro, 1997.

Machado, R.; et al. Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

Machado, Dalila. Afrânio Peixoto: mestre da arte de escrever, 2008.

Maio, M. C. A Medicina de Nina Rodrigues: Análise de uma Trajetória Científica. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 11 (2): 226-237, abr/jun, 1995.

Maio, Marcos Chor. “Afrânio Peixoto: notas sobre uma trajetória médica”. *Revista da SBPC*. nº. 11, p. 75-81, 1994.

Maio, Marcos Chor. "Afrânio Peixoto: estratégias e desventuras de um intelectual na vida pública". Agora. nº 2, Niterói, 1994.

Marques, V. R. B.; Farias, F. C. S. A. "Façamos dessa gente um elemento seguro do nosso progresso material e moral": a inspeção médico-escolar no Paraná dos anos 1920. *Educação em Revista*. Belo Horizonte - vol. 26 - nº1 - abril de 2010

Mello, M^a Teresa Villela Bandeira. *Imagens da memória: uma história visual da malária (1910-1960)* Niterói: UFF/ICHF: 2007

Müller, Tania P. A primeira escola especial para crianças anormais no Distrito Federal – o Pavilhão Bourneville do hospício Nacional de Alienados (1903-1920): Uma leitura foucaultiana. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da UERJ, 1998.

Nadaf, Yasmin Jamil. O romance-folhetim francês no Brasil: um percurso histórico. *Letras, Santa Maria*, v, 19, nº 2, jul-dez, 2009. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistaletas>

Neves, Margarida de Souza. Ciência, civilização e República. In: *Ciência, civilização e república nos trópicos: 1889 – 1930*. Heizer, A., Videira, A. (orgs.) Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010.

Nye, Mary Jo. Scientific Biography: History of Science by Another Means? *Isis*, v.97, 2, p. 322–329, Jun 2006.

Oda, Ana M^a Galdini Raimundo. Ordenando a babel psiquiátrica: Juliano Moreira, Afrânio Peixoto e a paranóia na nosografia de Kraepelin (Brasil, 1905). *História Ciências Saúde – Manguinhos*, vol. 17, supl.2, dez 2010, p. 495-514.

Oda, Ana M^a Galdini Raimundo. A paranoia em 1904 - uma etapa na construção nosológica de Emil Kraepelin. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, vol. 13, n. 2, junho de 2010.

Oliveira, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

Paiva, Tamires Farias de. "O que esse baiano tem? Trajetória intelectual e inserção de Afrânio Peixoto nos debates acerca da formação de professoras primárias." *Anais da X jornada do HISTEDBR*, 2011.

Paixão, Cláudia M. Q. O Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922). Niterói: UFF, 2008.

Peixoto, Ruy Afrânio. *Notas para o estudo da vida e obra de Afrânio Peixoto*. Sociedade dos homens de letras do Brasil. Nova Iguaçu: Gráfica Afrânio Peixoto, 1976.

Peres, M.A.A; Barreira IA, Santos TCF, Almeida Filho AJ, Oliveira AB. O ensino da psiquiatria e o poder disciplinar da enfermagem religiosa: o Hospício de Pedro II no segundo reinado. *Texto Contexto Enferm*. Florianópolis, Out-Dez; 20(4): 700-8, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tce/v20n4/08.pdf>

Porto, Ana Gomes. *Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil (187-1920)*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

Rago, M. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Ribeiro, Leonídio. *Vida e obra de Afrânio Peixoto*. Academia das Ciências de Lisboa. Biblioteca de Altos Estudos, 1951.

Ribeiro, Leonídio. *Afrânio Peixoto*. Rio de Janeiro: Edições Conde, 1950.

Rocha, H. H. P. "Prescrevendo as regras de bem viver: cultura escolar e racionalidade científica". *Cadernos Cedes*, ano XX, nº52, nov de 2000.

Rodrigues, Claudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de editoração: 1997.

Rodrigues, Thiago. *Políticas e drogas nas Américas*. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2004.

Rodrigues; Pereira. Legrand du Saulle: da agorafobia ao medo dos espaços. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. vol. 14 - nº 2 - São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v14n2/08.pdf>

Rosenberg, C.E. Framing disease: Illness, society, and history. In: *Explaining epidemics and other studies in the History of Medicine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

Russo, Jane. A difusão da psicanálise no Brasil na primeira metade do século XX - Da vanguarda modernista à rádio-novela. *Estudos e pesquisas em psicologia*, UERJ, RJ, ano 2, nº1, 2002.

Sá, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

Sacristán, Cristina. Historiografía de la locura y de la psiquiatria en México. De la hagiografía a la historia posmoderna. *Revista Frena*, vol. V, n. 1, 2005.

Sales, Fernando. *Aspectos da vida e obra de Afrânio Peixoto*. Bahia: Fundação Cultural da Bahia, 1988.

Sales, Fernando. *A Bahia de Afrânio Peixoto*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.

Santos, Luiz Antonio de Castro; Faria, Lina. O ensino da saúde pública no Brasil: os primeiros tempos no Rio de Janeiro. Trabalho, educação e saúde. vol.4, n.2, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tes/v4n2/05.pdf>

Santos, Luiz A.C; Faria, L. O ensino da saúde pública no Brasil: os primeiros tempos no Rio de Janeiro. Trabalho, educação e saúde. vol.4, n.2, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tes/v4n2/05.pdf>

Schwartzman, Simon. O auge e o declínio da ciência aplicada. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília, Ministério de Ciência e Tecnologia, 2001. Disponível em: www.schwartzman.org.br

Schwartzman, S; Bomeny, H.M.B; Costao, V.M.R. O grande projeto universitário. Tempos de Capanema. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000. Disponível em: www.schwartzman.org.br/simon/capanema Acessado em: 25/11/2011

Schweickardt, J. C. Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas, 1890-1930. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2011.

Scliar, Moacyr. As duas culturas na ABL. Revista Brasileira. Fase VII, ano XIII, nº52 jul-ago-set 2007.

Silva, R.P. Medicina, educação e psiquiatria para a infância: o Pavilhão-Escola Bourneville no início do século XX. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. COC-Fiocruz: Rio de Janeiro 2008.

Silva, Renato da. “*Abandonados e Delinquentes*”: A infância sob os cuidados da medicina e do Estado – O Laboratório de Biologia Infantil (1935-1941). – Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2003.

Sousa, R.A.S. Agassiz e Gobineau - As ciências contra o Brasil mestiço. Dissertação de Mestrado. PPGHCS - COC/Fiocruz. Rio de Janeiro: 2008

Teixeira, M.O.L. Nascimento da psiquiatria no Brasil. Cadernos do IPUB, nº8, Rio de Janeiro: UFRJ, 1997;

Terrall, Mary. Biography as Cultural History of Science. Isis, v.97, 2, p.306–313, Jun 2006

Valente, Thiago Alves. *Monteiro Lobato nas páginas do jornal: um estudo dos artigos publicados em O Estado de S. Paulo (1913-1923)*. São Paulo: Editora UNESP, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

Venancio, Ana. T. A.; Carvalho, Lázara. A classificação psiquiátrica de 1910: ciência e civilização para a sociedade brasileira. Jacó-Vilela, A.M. et.al. *Clio-Psyché Ontem. Fazeres e dizeres psi na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/UERJ, 2001.

Venancio, Ana. T. A.; Carvalho, Lázara. Juliano Moreira: a psiquiatria científica no processo civilizador brasileiro. Duarte, L.F.D.; Russo, J.; Venancio, A.T.A. (orgs.). *Psicologização no Brasil: atores e autores*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p. 65-83.

Venancio Filho, A. Carlos Peixoto e o Jardim da Infância. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. v. 297 - out-dez. 1972. Dep. de Imprensa Nacional - Rio 1973

Venancio Filho, Alberto. Afrânio Peixoto. *Revista Brasileira*. Fase VIII, ano XIII, nº53, out.-nov.-dez. 2007

Vieira, Carlos E., Roballo, Roberlayne. História e história da educação no projeto de formação de professores na década de 30 no Brasil: problematizando as noções de Afrânio Peixoto. *Inter-Ação: Revista da Faculdade de Educação*. UFG, 32 (2): 243-259, jul./dez. 2007.

Anexo I

Coleção de eventos da vida de Afrânio Peixoto entre 1876-1935.	
1876	Nasce, em 12 de dezembro, Júlio Afrânio Peixoto, em Lençóis, Bahia.
1885	Afrânio Peixoto e sua família se mudam para Salobro, município de Canavieiras, Bahia.
1892	Inicia o curso na Faculdade de Medicina da Bahia.
1897	Apresenta a memória “Epilepsia e consciência” na Sociedade de Medicina e Cirurgia, Ba.
1897	Afrânio Peixoto se forma médico pela Faculdade de Medicina da Bahia, apresentando a tese “Epilepsia e crime”.
1898	Publica “Epilepsia e crime”, com prefácio de Nina Rodrigues e Juliano Moreira.
1898	Publica “A herança do adultério (Contribuição para o estudo de uma questão psycho-sociologica) nos Arquivos de Jurisprudência Médica e Antropológica.
1899	Publica “Coexistência episódica dos delírios persecutório e mystico na melancholia”. Brazil-Medico.
1900	Afrânio Peixoto atua como preparador da cadeira de Medicina Legal na Faculdade de Medicina da Bahia.
1900	Afrânio Peixoto atua como preparador da cadeira de medicina pública da Faculdade de Direito da Bahia.
1901	Afrânio Peixoto atua como professor substituto na cadeira de medicina pública da Faculdade de Direito da Bahia.
1901	Publica o “Manual de Tanatoscopia Judiciária”.
1901	Afrânio Peixoto publica “Inspeção de naso-faringe por um novo processo de autópsia” na Gazeta Médica da Bahia.
1901	Publica “Fragmentos de Hygiene”. Gazeta Médica da Bahia.
1902	Publica “As Igrejas”. Fragmentos de Hygiene. Gazeta Médica da Bahia.
1902	Publica “O lenço e as doutrinas medicas do contagio da tuberculose por inalação”. Fragmentos de Hygiene. Gazeta Médica da Bahia.
1902	Publica “Os escarradores”. Fragmentos de Hygiene. Gazeta Médica da Bahia.

1902	Publica “O ideal hygienico de revestimento e pavimentação: a pedra de vidro e o vidro armado”. Fragmentos de Hygiene. Gazeta Médica da Bahia.
1902	Publica “Um reparo hygienico sobre o vestuario feminino”. Fragmentos de Hygiene. Gazeta Médica da Bahia.
1902	Afrânio Peixoto publica “Serviço Medico-Legal de autopsias”. Gazeta Médica da Bahia.
1902	Afrânio Peixoto se muda para o Rio de Janeiro.
1902	Afrânio trabalha como inspetor sanitário.
1903	Afrânio Peixoto é nomeado como médico do Hospício Nacional de Alienados, junto à nomeação de Juliano Moreira como diretor.
1904	Assume a direção interina do Hospício Nacional de Alienados, ficando à frente das reformas ocorridas naquela instituição.
1904	Atua como um dos secretários da Conferência Sanitária Internacional.
1904	Participa do Segundo Congresso Medico Latino-Americano, em Buenos Aires.
1904	Afrânio Peixoto publica “Epilepsia”. Formulário Pratico do Brazil-Medico.
1904	Publica “A loucura maniaca-depressiva” no Brazil-Medico.
1904	Publica “Novos ensaios sobre o tratamento de Bechtereff na epilepsia”. Brazil-Medico.
1904	Publica “Tratamento da epilepsia: methodo de Bechterew”. Brazil-Medico.
1904	Publica "Defesa social contra o alcoolismo no Brazil". Brazil-Medico.
1904	Afrânio Peixoto publica “Defesa social contra a tuberculose”. Brazil-Medico.
1904	Publica “A paranoia e os syndromas paranoides”. Brazil-Medico.
1905	Publica “Grandes syndromas mentaes: agitação, depressão e confusão”. Brazil-Medico.
1905	Funda, junto a Juliano Moreira, os Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins.

1905	Afrânio Peixoto publica, junto a Juliano Moreira, “Classificação de moléstias mentaes do professor Emil Kraepelin”. Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins.
1905	Afrânio Peixoto publica “A paranoia e os syndromas paranoides”. Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins.
1905	Afrânio Peixoto publica “La folie maniaque-depressive”. Annales Médico-Psychologiques, Paris.
1906	Afrânio Peixoto participa do XV Congrès International de Médecine em Lisboa.
1906	Afrânio Peixoto publica “Les maladies mentales dans les climats tropicaux ”, junto a Juliano Moreira, nos Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins.
1906	Afrânio Peixoto publica “La paranoia légitime: son origine et nature. Rapport officiel au XV Congrès International de Médecine. Lisboa
1907	Afrânio é nomeado o primeiro Diretor do Serviço Médico Legal do Rio de Janeiro no momento de reforma do então Gabinete Médico-Legal.
1907	Afrânio Peixoto publica “Clima e doenças do Brasil”.
1908	Afrânio Peixoto participa da fundação da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal.
1908	Afrânio Peixoto publica “Climat et maladies du Brésil” nos Annales d’Hygiène Publique et de Médecine Légale.
1909	Afrânio Peixoto publica “Viol et médiumnité” nos Annales d’Hygiène Publique et de Médecine Légale.
1910	Afrânio Peixoto publica o manual “Elementos de medicina legal”.
1910	Afrânio Peixoto publica “Le diagnostique de la folie maniaque dépressive”. Annales Medico Psychologiques.
1910	Viagem internacional: Itália, Grécia, Egito, Palestina, Síria, Turquia, Romênia, Hungria entre outros países.
1911	Afrânio Peixoto é eleito para a vaga de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras.
1911	Publica o romance “A Esfinge”.
1912	Afrânio Peixoto publica o manual “Elementos de hijiene”.
1912	Afrânio Peixoto se casa, em 8 de janeiro, com Francisca de Faria.

1913	Afrânio Peixoto atua como professor substituto de medicina pública na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro.
1914	Afrânio Peixoto publica “Noções de Higiene: livro de leitura para as escolas”.
1914	Publica o romance “Maria Bonita”
1915	Afrânio Peixoto torna-se diretor da Escola Normal do Distrito Federal.
1916	Afrânio Peixoto torna-se diretor da Instrução Pública do Distrito Federal.
1916	Participa da Liga de Defesa Nacional, criada por Olavo Bilac, Miguel Calmon e Pedro Lessa, e presididos por Rui Barbosa.
1916	Afrânio Peixoto assume a cátedra de Higiene na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.
1916	Afrânio Peixoto publica o livro “Psicopatologia forense”.
1917	Afrânio Peixoto participa da comissão que regulamentaria o decreto de Profilaxia Rural para elaborar um código sanitário para o Brasil.
1917	Afrânio Peixoto publica “O problema sanitário da Amazônia” nos Anais da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.
1917	Afrânio Peixoto participa do projeto que instituía o Curso de Medicina Pública na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, junto aos professores Raul Leitão da Cunha, Diógenes de Almeida Sampaio e Ernesto do Nascimento Silva.
1918	Afrânio participa do Conselho Consultivo da Liga Pró Saneamento.
1920	Publica o romance “Fruta do Mato”
1922	Publica o romance “Bugrinha”
1922	Afrânio Peixoto publica “Higiene: Higiene geral”, reformulação de seu manual de higiene publicado em 1912 e que teria várias reedições.
1922	Afrânio Peixoto publica “Higiene: Medicina Preventiva”, reformulação de seu manual de higiene publicado em 1912 e que teria várias reedições.
1922	Afrânio Peixoto toma parte na polêmica ocorrida na Academia Nacional de medicina a respeito da doença de chagas.
1922	Afrânio Peixoto participa da Liga Brasileira de Hygiene Mental, criada por Gustavo Riedel.

1923	Afrânio torna-se presidente da Academia Brasileira de Letras.
1923	Afrânio Peixoto publica o livro “Ensina a ensinar”.
1924	Afrânio Peixoto é eleito Deputado Federal pela Bahia.
1925	Publica o romance “As razões do coração”.
1927	Afrânio Peixoto participa da elaboração do decreto nº 5.148 A, de 10 de janeiro de 1927, o qual estabelecia a reorganização para a Assistência a Psicopatas no Distrito Federal.
1928	Publica o romance “Uma mulher como as outras”.
1928	Afrânio Peixoto é reeleito Deputado Federal pela Bahia.
1929	Publica o romance “Sinhazinha”.
1930	Afrânio Peixoto publica seus textos políticos no volume “Marta e Maria: Documentos de Acção Pública”
1931	Afrânio Peixoto publica “Noções de História da Literatura Brasileira”.
1931	Afrânio Peixoto publica o <i>post-scriptum</i> do livro “Marta e Maria”.
1931	Afrânio Peixoto publica “Los missexuales” nos Archivos de Medicina Legal, Buenos Aires.
1932	Afrânio Peixoto assume a cátedra de medicina legal e criminologia no curso de doutorado da Faculdade de Direito da então Universidade do Brasil.
1932	Afrânio Peixoto publica “Noções de História da Literatura Geral”.
1932	Afrânio Peixoto ministra aulas de História da Educação no Instituto de Educação do Distrito Federal.
1932	Afrânio Peixoto é um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova.
1933	Afrânio Peixoto publica o livro “Criminologia”
1933	Afrânio Peixoto publica “Noções da História da Educação”.

1934	Afrânio Peixoto viaja pela primeira vez aos Estados Unidos.
1934	Afrânio Peixoto torna-se reitor da Universidade do Distrito Federal (UDF), permanecendo até 1936.
1934	Afrânio Peixoto publica o livro “Sexologia forense”
1935	Afrânio participa da inauguração do Instituto Luso-brasileiro de Alta Cultura (Lisboa).
1935	Afrânio Peixoto é nomeado Doutor <i>honoris causa</i> pela Universidade de Coimbra
1935	Afrânio Peixoto dirige a Coleção ‘Biblioteca Científica Brasileira’ publicada pela Editora Guanabara.